

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



N.º 63 – jul.-dez. 2022 – Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartiçam
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.º 63 – jul.-dez. 2022 – Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE ENSINO GRATUITO

Fundado em 10 de setembro de 1868

CORPO DIRETIVO 2017-2019

DIRETORIA

Presidente:	Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente:	Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário:	Francisco José Magalhães Ferreira
2.º Secretário:	Armênio Santiago Cardoso
1.º Tesoureiro:	Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa
2.º Tesoureiro:	Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador:	Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador:	Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário:	Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural:	Castelar de Carvalho
Diretor Escolar:	Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação:	João Roque Rangel de Araújo
Presidente de Honra:	Antônio Gomes da Costa (<i>in memoriam</i>)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente:	Maria Lêda de Moraes Chini
1.º Secretário:	Albano da Rocha Ferreira
2.º Secretário:	José Antonio de Almeida Sampaio

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos:	Antonio da Silva Correia Ângelo Leite Horto Carlos Jorge Airoso Branco
Suplentes:	Eduardo Artur Neves Moreira Alcides Martins

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Diretor: Antônio Gomes da Costa

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz (*in memoriam*)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA DO

INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

DIRETORIA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Francisco Gomes da Costa
Evanildo Bechara
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues

CONSELHO CONSULTIVO

Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozorio Rodrigues
José Pereira de Andrade
Nilda Santos Cabral
Ricardo Cavaliere

CONFLUÊNCIA

Diretores: Evanildo Bechara e Ricardo Cavaliere

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Gonçalves Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Bernard Colombat (Universidade Paris 7 - Denis Diderot)
Carlos da Costa Assunção (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Claudio Cezar Henriques (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Dante Lucchesi (Universidade Federal da Bahia)
Eberhard Gärtner (Universidade de Leipzig)
Gerda Haßler (Universidade de Potsdam)
Horácio Rolim de Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Liceu Literário Português)
José Carlos de Azeredo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonor Lopes Fávoro (Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Manuel Gonçalo de Sá Fernandes (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Maria Cristina Salles Altman (Universidade de São Paulo)
Maria do Carmo Henriquez Salido (Universidade de Vigo)
Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)
Maria Helena de Moura Neves (Universidade Estadual Paulista – Araraquara e Universidade Presbiteriana Mackenzie)
Miguel Ángel Esparza Torres (Universidade Rey Juan Carlos)
Myriam Benarroch (Universidade de Paris-Sorbonne)
Neusa Oliveira Bastos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)
Volker Noll (Universidade de Münster)
Wolf Dietrich (Universidade de Münster)

Diagramação: Diniz Gomes dos Santos

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:

Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 – Centro
CEP 20031-205 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (021) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – Internet: www.liceuliterario.org.br

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

Apresentação	7
Artigos	
A linguagem poética em Eugenio Coseriu	9
‣ Carlos Eduardo Falcão Uchôa	
Os verbos parassintéticos na obra de Bento Pereira	22
‣ Maria do Carmo Henríquez Salido	
Atribuição de Género Gramatical por Aprendentes de PLNLM em Palavras Sufixadas	44
‣ Graça Rio-Torto, Tânia Ferreira	
Análise de Problemas e Inadequações da Zoonímia Portuguesa Utilizada na Tradução de Duas Enciclopédias Divulgadoras sobre Fauna	77
‣ Carlos Garrido	
A arte literária como reduto de contestação ou confirmação do poder	128
‣ Hilma Ranauro	
O Processo de Organização Intertópica em Editoriais de Jornais Paulistas do Século XXI.....	138
‣ Aline Gomes Garcia	
As Partículas Modais Mas e Aí pela Perspectiva de Falantes do Português Brasileiro: uma Investigação da Linguagem em Uso	172
‣ Marcell Chérchiglia Aquino, Tamires Arnal Kahil	
#Edaí: um Estudo sobre Impolidez e Tomada de Postura no Twitter Brasileiro.....	199
‣ Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira, Lucas Willian Oliveira Marciano	
Fala>Ala: Implicações Mútuas entre Fala e Escrita na Consolidação da Consciência Fonológica.....	222
‣ Marcelo Alexandre Silva Lopes de Melo, Anderson Xavier da Silva	

Axiotopônimo: Proselitismo Político-Ideológico (Implícito) no Maranhão?	252
‣ Reginaldo Nascimento Neto	
Cartas de Inábeis da Bahia (Século XX): descrição da Sintaxe das Relativas.....	306
‣ Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, Janaina de Oliveira Costa Mascarenhas	
A Causa Mortis em Documentos de Óbito: Analisando a Variação Lexical	338
‣ Aluiza Alves de Araújo, Maria Aurilene Pinto Sampaio Holanda, Leiliane Aquino Noronha	
Tabus de Decência na Fala Cearense: uma Reflexão a partir da Neurolinguística Não Clínica e da Sociolinguística Variacionista	367
‣ Cassio Murílio Alves de Lavor	
Usos Evidenciais de Saber em Espanhol à Luz da Gramática Discursivo-Funcional	392
‣ Nadja Paulino Pessoa Prata, Renata Pereira Vidal	
Encaminhamentos para a Reescrita na Educação Básica	424
‣ Adair Vieira Gonçalves, Selma Maria Abdalla Dias Barbosa, Aliny Sousa Mendes Margarida	
A variação diatópica em dicionários escolares monolíngues de língua portuguesa de tipo 4: um estudo preliminar dos critérios adotados.....	456
‣ Sheila de Carvalho Pereira Gonçalves, Khézia Cristina de Souza	
Arquivos brasileiros de linguística e filologia Elementos Genésicos da Língua Portuguesa	489
‣ Júlio Ribeiro	
Colaboradores deste número	496

APRESENTAÇÃO

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2022n63.1319>

Neste novo número, em que a revista *Confluência* consolida um percurso exitoso superior a três décadas no cenário acadêmico-editorial, o leitor pode desfrutar de um conjunto de estudos valiosos sobre o fenômeno da linguagem em dimensão vária. Fiel a seu propósito de divulgar a pesquisa linguística, *Confluência* apresenta, nas páginas seguintes, estudos de especialistas brasileiros e estrangeiros que convergem no propósito de investigar o fenômeno linguístico, não obstante pautados em teorias distintas. No conjunto dos trabalhos reunidos neste número, figuram pesquisadores de consolidada presença no cenário da linguística contemporânea ao lado de jovens estudiosos que começam agora sua trajetória no mundo acadêmico. Essa é uma iniciativa da revista *Confluência* no propósito de contribuir para a formação de novos quadros na área dos estudos linguísticos, a par de estimular o fomento ao saber científico e incentivar a vocação para a pesquisa em todos que dela fazem seu mister.

Por fim, este número oferece aos que se dedicam à historiografia da linguística no Brasil um precioso estudo de Júlio Ribeiro sobre aspectos diacrônicos das línguas românicas dentro da perspectiva do comparativismo em voga no século XIX. Trata-se de um ensaio originalmente publicado na *Revista do Brasil* em 1898, portanto oito anos após a morte do autor, decerto desconhecido da grande maioria dos pesquisadores hodiernos.

Ricardo Cavaliere

A linguagem poética em Eugenio Coseriu

The Poetic Language in Eugenio Coseriu

Carlos Eduardo Falcão Uchôa*
Articulista Convidado

RESUMO

A tríplice dimensão da linguagem de Bühler. Análise crítica do modelo proposto por Jakobson. A poesia como atividade de um sujeito universal. O “bem dito universal”. Discurso informativo e discurso poético. O sujeito de ambos os discursos. O significado 2. A plena funcionalidade da linguagem poética.

Palavras-chave: Coseriu; discurso poético; sujeito do discurso poético; a construção do sentido.

ABSTRACT

The triple dimension of Bühler's language. Critical analysis of Jakobson's proposed model. Poetry as the activity of a universal subject. The “universal wellness”. Informative speech and poetic speech. The subject of both discourses. The meaning 2. The full functionality of poetic language.

Keywords: Coseriu; poetic speech; the subject of poetic discourse; the construction of meaning.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2022n63.1316>

* Universidade Federal Fluminense, cefuchoa@gmail.com

Eugenio Coseriu, ao longo de uma das mais extensas obras no campo da Linguística da segunda metade do século XX, em que focaliza, pode-se dizer, todos os campos desta ciência, visa a compreender a realização inteira da linguagem, com mais de trezentos textos publicados, muitos dos quais livros. Deixou ainda inúmeros inéditos, que, após a sua morte em 2002, já começaram a ser editados, como “Linguagem e discurso”, em que, através de alguns ensaios, focaliza o sentido de texto. Esta obra conheceu uma edição brasileira em 2010 (COSERIU/LAMAS, 2010).

Podemos dizer que a base do ideário linguístico coseriano, que ele considerava mesmo a sua maior contribuição para a Linguística, é a tricotomia entre os três planos linguísticos, distinção que corresponde à intuição dos próprios falantes, ou seja, o plano ou o nível universal do falar em geral, o plano ou o nível histórico das línguas e o plano ou o nível individual dos discursos. Propõe, desta maneira, o que ele viria a chamar de linguística integral, longe, muito longe, assim, de se limitar ao estudo de apenas um objeto linguístico, como o da “langue”, adotado pelo estruturalismo e pelo gerativismo, com pressupostos distintos.

É certo que Coseriu, por ter sido autor de alguns textos estruturalistas, mormente numa época em que o estruturalismo era a corrente linguística prevalente no mundo, e por uma divulgação muito mal feita de uma parte considerável de sua produção acadêmica entre nós, teve a sua imagem com frequência associada à de um estruturalista, imagem não só parcial, mas falsa, na avaliação de Johannes Kabetec, diretor do Arquivo Eugenio Coseriu da Universidade de Tübingen (COSERIU/LAMAS, 2010:7):

É falsa, pois Coseriu apenas tomou a discussão das ideias saussureanas como ponto de partida metodológico, e não a doutrina de Saussure como um todo, ou seja, a linguística de Coseriu não deve ser entendida como mais uma escola linguística dentre as que dão continuidade à doutrina do mestre de Genebra. Coseriu (...) não aceita a parcialização de uma linguística tendo a langue como único e verdadeiro objeto, como propôs Saussure.

O linguista romeno, em sua profícua obra, colaborou, de maneira muito expressiva, com estudos sobre com cada um dos três planos da linguagem: o falar em geral, a língua e o discurso. Em “Au-delà du structuralisme” (1982) e em “O meu Saussure” (2009-2010), por exemplo, se deteve no nível teórico, ou seja, do falar em geral. É neste nível que se concentra a maior e mais importante contribuição de Coseriu aos estudos linguísticos. Já em “Sobre las llamadas ‘construcciones con verbo de movimiento’: un problema hispánico” (1960) e “El gallego y sus problemas. Reflexiones frías sobre un tema candente” (1987), o linguista se ocupa com considerações no nível histórico das línguas. As investigações dele, no nível individual dos discursos, são objeto de acuradas análises, assumindo muitas vezes posições sugestivas, valendo-se de fundamentos filosóficos, aristotélicos, especialmente. Sobressai-se neste campo da linguagem o seu volumoso e denso “Lingüística del texto: introducción a la hermenéutica del sentido” (edição póstuma, revista e comentada de 2007).

Em tão ampla e diversificada obra sobre o universo linguístico, em sua construção global, não poderia Coseriu deixar de tratar do intrincado problema da linguagem poética, numa perspectiva crítica sobre muitos dos estudos sobre ela publicados por renomados linguistas, assumindo, em vários pontos, posições até surpreendentes, que procuraremos acompanhar e comentar em nosso texto. Visamos mais aqui, enfatizemos, a divulgar, comentando, ideias centrais do linguista sobre o tema, em geral pouco conhecidas entre nós, do que enveredar por um estudo crítico rigoroso. Por isso, vamos acompanhar de perto os textos coserianos. Suas ideias é que aqui importam.

Em “Lingüística del texto” acima citado, há considerações importantes sobre a linguagem poética. Segundo nosso conhecimento, já tinha publicado o bem anterior “La creación metafórica del lenguaje” (em 1956), com reflexões das mais pertinentes sobre a criação na linguagem; o utilíssimo Tesis sobre el tema ‘lenguaje y poesía’, que remonta a 1971, além de “Linguagem e discurso” (edição póstuma brasileira de 2010). Este, uma coleção de ensaios.

Em “Lingüística del texto”, obra mais abrangente, Coseriu toma como ponto de partida para discutir a constituição do sentido do texto o enfoque das relações fundamentais do signo, valendo-se de início do modelo que foi objeto de atenção geral da Linguística ainda da primeira metade do século XX: o modelo da linguagem como instrumento, de Karl Bühler (1934). Segundo este linguista, o signo linguístico é um fato material que estabelece uma tríplice relação no que concerne à sua manifestação, ou seja, funciona precisamente por esta tríplice relação: o falante (o emissor), o ouvinte (o receptor) e os objetos ou estados de coisas que designam o sobre os quais se fala.

Nesta tríplice relação, converte-se o fenômeno sonoro concreto em um signo com três sentidos diferentes. Na relação com o falante, a função do signo seria a de “expressar” ou “revelar” seu estado psíquico, genericamente o seu estado. Podemos chamar tal função de manifestativa. Se o falante revela algo sobre ele (é homem ou mulher, culto ou inculto), se no momento de se expressar se encontra tranquilo ou em estado de tensão, são manifestações de quem fala. (COSERIU, 2007:160-161)

Em relação com o ouvinte a função do signo consistiria em perceber e interpretar o signo mesmo. Mas em outros vários casos pode estimular, incitar o ouvinte a fazer muito mais: calar, fechar uma porta, etc. Ou a tocar a sensibilidade ou emoção do interlocutor. Bühler propõe, num segundo momento, para esta função o nome de apelo; de início, desencadeamento. (COSERIU, id., 161)

Por fim, em referência aos objetos e a estados de coisas, a função do signo consistiria em representá-los (função representativa). Para Bühler a função mais característica e importante da linguagem, como se pode inferir do subtítulo de sua obra clássica: “Teoria da linguagem. A função representativa da linguagem.” (Coseriu, id, ibid.). Coseriu reconhece que a ideia da tríplice dimensão proposta por Bühler constitui uma novidade, aproximando-nos, por exemplo, da complexa constituição do sentido e de uma melhor compreensão da tarefa da linguística do texto (sobre o estrato semântico textual do sentido em Coseriu (UCHÔA, 2020:41-55).

No signo linguístico, estas três funções ocorrem muito frequentemente combinadas. Num simples signo como “Silêncio”, por exemplo, proferido energeticamente por um professor numa sala de aula, as três funções podem estar presentes, embora tal simultaneidade nem sempre se manifeste com igual relevância em qualquer signo. A função representativa é que não pode faltar, exceto em casos limite como o das interjeições.

Em 1960, com um ensaio publicado em inglês com o título de “Linguistics and Poetics” o linguista Roman Jakobson parte do modelo proposto por Bühler e o amplia para seis funções, quase sempre mencionadas em compêndios de caráter geral sobre Linguística.

Assim, ele acrescenta três novas funções. Tomemos como primeira a relação que estabelece com o canal ou meio de transmissão da mensagem, que os interlocutores compartilham para decifrá-la. Um exemplo do próprio Bühler: “Alô, está me ouvindo? para atrair a atenção do interlocutor, ou confirmar a sua atenção continuada” (1969:126). O linguista alemão chama tal função de fática. Segundo Coseriu, esta função visa a “verificación con el fin de comprobar si se dan las condiciones físico-técnicas o la disposición psíquica para la comunicación” (2007:104).

Jakobson estabelece uma segunda função que se refere ao código mesmo, mais precisamente ao falar sobre o código, função que denomina com o termo corrente de metalinguística.

Por fim, Jakobson defende uma última função, concernente à mensagem e à sua configuração, um aspecto extremamente positivo no seu estudo, função a que denomina função poética. “O pendor(...) para a mensagem como tal, o enfoque da mensagem por ela própria, eis a função poética da linguagem” (1969:127-8). Coseriu, em sequência ao seu texto que estamos acompanhando (Linguística del texto), após explicitar e caracterizar as funções da linguagem, no modelo proposto por Jakobson, fala da necessidade de discutir tal modelo ampliado, em relação ao de Bühler, em seu conjunto, “pues se trata de un esquema enteramente inadecuado que se basa en supuestos cuestionables” (id.ibid.).

Coseriu enfatiza de início a intenção central de Jakobson ao investigar as funções da linguagem: determinar a função poética da linguagem. O linguista, segundo Coseriu, silencia ou passa por cima sobre indagações importantes acerca desta função — por exemplo, tem-se com ela uma função a mais que pode aparecer nos textos em maior ou menor medida? Ou ainda, será uma função que nos permite classificar o conjunto de textos do mesmo modo que as outras funções?

Do que expressamente diz Jakobson só se pode inferir, enfatiza Coseriu, que o poético parece consistir no cuidado especial que se põe na estruturação da mensagem do texto, ou seja, há texto poético onde o que está no primeiro plano não é o quê da comunicação transmitida, mas o como é dito, vale dizer, como o texto foi composto harmoniosamente, de acordo com um plano com prévia determinação (COSERIU, id.,166). Eis certamente a mais pesada crítica que o linguista, autor do famoso ensaio “Sistema, norma e fala”, faz ao esquema das funções da linguagem elaborado por Jakobson.

Coseriu não deixa, contudo, de reconhecer, sublinhemos, aspectos realmente positivos acerca das ideias propostas por Jakobson, no tocante à função poética. Assim, releva, já se mencionou, a relação reflexiva do discurso consigo mesmo, apontando o caráter absoluto do discurso poético, isto é, ao fato de este discurso não o ser em respeito a algo ou em relação a algo, mas que encontra a sua norma em si mesmo. Destaca ainda como aspecto positivo o fato de Jakobson falar de uma função poética caracterizadora do texto literário, pois nestes textos ela sobressai, se afirma sobre as demais funções.

Mas a verdade é, pondera Coseriu, que constitui uma dimensão de qualquer texto, ou seja, em alguma medida, pode ser encontrada em qualquer texto, ainda que não seja a função caracterizadora. Por isso, todo discurso poderia ser interpretado “sub specie poiesis”, ou seja, enquanto texto de uma dimensão poética (COSERIU, 2010). Tal presença ocorre, com boa frequência, embora com prevalência da função conativa, em mensagens publicitárias.

Para Coseriu, no entanto, o negativo está presente, conforme já se adiantou, também na função poética de Jakobson, a começar logo pelo

exemplo dado, pois o sentido próprio do discurso poético não estaria para ele em sua finalidade, mas na sua estruturação. Assim, num exemplo que se tornou muito conhecido, Jakobson se vale de um slogan eleitoral, presente na campanha eleitoral do presidente Eisenhower, para ilustrar a função poética da linguagem: “I like Ike”. É certo que aqui se concentra a atenção no texto, porque ele está construído da seguinte forma: “I”, ou seja, “eu” está contido em “I ke”, o apelido que é dado a Eisenhower, e “Ike” está contido em “like”, de maneira que ocorre uma identificação com “gostar de”, querer um exatamente como “Ike”, e nenhum outro para presidente (COSERIU, 2010:111-2).

Este trabalho formal, no caso de elaboração muito feliz, deve ser considerado, mas não se trata de uma finalidade poética, ao contrário, temos no exemplo dado um discurso tipicamente pragmático (linguagem usada para fins práticos da vida), não apresentando “Ike” como algo universal, mas apenas um Ike em que se deve votar. Ou seja, o que quis o autor do slogan era compor não um texto poético, mas um texto conativo.

Na verdade, em qualquer texto há a expectativa do que se deve esperar, norma ideal em todo tipo de ação e em todo tipo de produto: uma ponte, um edifício... Deve-se falar aqui da estética menor da vida prática: ao realizarmos coisas, entendemos que é preciso fazê-las bem, de acordo com suas normas intrínsecas, o que não implica em absoluto a universalidade desses fatos, já que eles se mantêm dentro de sua particularidade. A universalidade do fato é um ponto essencial na caracterização da linguagem poética em Coseriu.

De modo que, no famoso exemplo de Jakobson, não se tem “o bem dito absoluto”, que é “o bem dito” poético, da poesia. Sublinhe-se que “o bem dito absoluto”, ou seja, “o bem dito” no sentido da poesia poder apresentar também o oposto de uma organização simétrica. Assim, um texto totalmente confuso pode constituir poesia, enquanto modelo absoluto de um discurso desorganizado, um discurso intencionalmente confuso (lembremo-nos do teatro de Ionesco).

Descartando a posição assumida por Jakobson, Coseriu enfatiza que os discursos, fatos humanos intencionais, livres, só podem e devem ser definidos,

não por sua estrutura, mas por sua finalidade, por sua causa final, determinante de todo o resto, inclusive da causa material, e temos que descobrir, então, por que os procedimentos de expressão se apresentam dessa forma. A estruturação desse material, o material com que se faz algo, está determinado pela finalidade (o material, por exemplo, com que se fabrica uma motocicleta).

De modo que, nos discursos poéticos, a expressão, os procedimentos formais não podem ser o determinante. No exemplo lembrado de Jakobson, a expressão, com sua simetria, procura alcançar, da melhor maneira possível, a finalidade que se quer alcançar neste discurso: propagar o nome de um candidato na corrida presidencial dos Estados Unidos. Logo, repisando, é a estrutura que deve estar de acordo com a finalidade e não o contrário; se não estiver, estará insuficiente quanto à finalidade.

Não pode, portanto, haver dúvida (COSERIU, 2007:168-9) de que a poesia, com seu conteúdo especial, não pode reduzir-se, reiterando, à sua configuração, ao como do que se diz, posto que na poesia a perfeição da configuração, isto é, a concentração sobre a forma do texto, possui uma função secundária. Já Aristóteles, em sua Poética, se sentia obrigado a criticar a prática usual de seu tempo de conectar a medida do verso com o fazer poesia. No mundo leigo, ainda hoje em dia, é comum a noção simplista de que poeta é o que escreve versos, mormente rimados.

Fica, pois patente que o discurso informativo e o discurso literário são totalmente distintos pela sua natureza. O primeiro tem uma finalidade externa, ou seja, instrumental: o falante deve ter conhecimentos pertinentes (a algo) e comunicá-los a alguém. Já o discurso literário tem, ao contrário, uma finalidade interna, sem qualquer fim exterior. Aristóteles acrescenta que podem ocorrer as coisas mais incríveis numa obra literária que correspondam ao que se pode esperar, justificáveis por esta finalidade interna da própria obra. Ilustrando: a finalidade de A Ilíada é A Ilíada e não alguma finalidade exterior ou instrumental (COSERIU, 2010:113-4).

Releve-se, ainda, que, nos discursos informativos, o que se comunica não é o fato, mas o conhecimento do fato, ou seja, comunica-se algo sobre

algo. Em toda informação se tem um testemunho ou a testemunha é o próprio falante. Assim, se narro para um grupo de pessoas um acidente que presenciei é porque fui testemunha do fato ou dele tive, por outra pessoa, testemunho do fato.

Um exemplo muito feliz de Coseriu (2010:116) para ilustrar a distinção entre linguagem informativa e linguagem literária: uma coisa é Aristóteles contar o que Alcebiades fez e disse certo dia, transmitindo-nos a informação e o conhecimento do fato. Já na literatura, Alcebiades não disse nada, nem mesmo sabemos se ele disse alguma coisa. Trata-se assim de algo que o poeta faz que Alcebiades diga, não de algo que ele disse. Por isso, se pode dizer que na literatura a realidade é inventada e o discurso coincide com essa criação da realidade.

Coerente com esta sua colocação, diz Coseriu que quem fala da guerra, sendo um especialista, fala de algo, e pode fazê-lo muito bem, enquanto o poeta não fala de algo, mas que faz. (id.ibid, 117). Então, o falar do poeta não é “um bem falar relativo“ sobre isso ou aquilo, mas absoluto, ou seja, faz-se a própria coisa. De modo que o poeta não escreve um tratado sobre as guerras, ou uma informação sobre as guerras, mas escreve uma guerra criada com esse discurso absoluto.

Em outras palavras, o discurso poético é “um bem dizer absoluto”, não um “bem dizer” com relação a algo, mas apenas com relação ao próprio dito. No discurso informativo, a informação é avaliada e selecionada de acordo com aquilo de que fala, porque é importante que a comunidade ou parte dela saiba algo do que foi produzido e comprovado.

Em termos coserianos, na poética o sentido (do transmitido) não coincide com o significado da designação (nível da língua). Este passa a ser apenas significante do sentido criado num texto poético, num jogo semiótico. Certas indagações costumam ocorrer nestes casos, como: o que o autor quis mesmo dizer com isso? Trata-se de dizer não como as coisas são, mas de fazer coisas, que adquirem um sentido. Em um poema em que “noite” tem o sentido de “morte”, o significado e a designação passam a ser apenas significantes para um significado 2.

Os fatos ocorrentes e ditos na obra literária, acrescentemos, são avaliados e selecionados de acordo com a importância geral humana. Mesmo em se tratando de fatos empiricamente insignificantes, podem representar fatos constantes da existência humana e observá-los como uma possibilidade da nossa própria existência.

De sorte que, quanto ao sujeito do discurso, há nítida diferença se se trata do discurso informativo ou do poético. No primeiro, o sujeito é empírico ou relativo. Será o caso, por exemplo, do discurso de um jornalista, que está sempre produzindo discursos particulares e comprovados por indivíduos empíricos particulares, por eles também divulgados. No discurso poético, entretanto, o sujeito é universal, é o Autor, com maiúscula, e não qualquer indivíduo. A situação deste sujeito é eterna, não específica, pois. E mais: enquanto a situação do sujeito empírico é sempre uma determinada situação histórica, a do sujeito de uma obra literária também se encontra numa situação histórica, pois tem a tradição da língua literária que escreve ou do gênero literário adotado. Porém, enquanto obra valorizada esteticamente, esta obra, proclama Coseriu, é assituacional (COSERIU, 2010:119-120).

O sujeito falante do discurso informativo se dirige sempre a alguém, a um público que transmite a informação a outros. O discurso poético, no entanto, não se dirige a ninguém. A citada *Ilíada*, ilustra Coseriu, não é comunicação com alguém ou a alguém, mas a toda a humanidade, para todos os tempos. No seu bem conhecido poema José, “E agora, José?“, Drummond não se refere a um José específico, nem aos que tenham este nome, mas aos seres humanos em geral. Não importa a língua de que o Autor se vale, porque este é modo de ser universal. “La poesía es la actividad de un sujeto universal, y en momento en que el poeta hace poesía, toma sobre si la subjetividad universal: no es el ya un hablante entre otros, sino que realiza en hablar en forma absoluta (=no relativa a tal o cual circunstancia u ocasión)” (COSERIU, 2007: 173). Enfatiza o linguista, para concluir, que isto vale não só para a essência mesma da poesia,

sino dela arte en general, pues el arte se hace de acuerdo con un deber ser que le es exclusivamente propio, no según un deber ser dado de antemano en virtud de circunstancias cualesquiera, por ejemplo, la posibilidad de ser entendido o el deber de ser intelegible. (id.Ibid.)

Coseriu explicita ainda uma convicção pessoal de que a poesia não está dirigida a outro, pois o que importa é tão somente uma dimensão: a objetiva, ou mais exatamente, a objetivação do sujeito, não a dimensão da alteridade.

Muito antes destes dois textos de Coseriu, de que nos temos valido neste ensaio — “Lingüística del texto” (edição de 2007) e o conjunto de ensaios reunidos em “Linguagem e discurso” (edição brasileira de 2010, com destaque para “Informação e Literatura”), o linguista romeno já escrevera o importante texto Tesis sobre el tema ‘lenguaje y poesía’, publicado em alemão em 1971, incluído depois na obra “El hombre y su lenguaje” (1977:2001-2007).

Neste seu denso ensaio, Coseriu tece algumas considerações que reaparecerão nas duas obras destacadas até aqui. Diremos que o ponto fundamental de suas “tesis” está na reiteração de que a linguagem poética “conciérne al mensaje mismo, es decir, como uso lingüístico en el que lo dicho vale simplemente como dicho: de hecho, esto no significa sino que el hablar poético es un decir absoluto” (1977:204).

Neste seu texto, Coseriu focaliza o problema do uso linguístico na poesia, relevando que tal uso não ser um uso linguístico entre outros, mas linguagem simplesmente, ou seja, sem adjetivos, realização de todas as possibilidades da linguagem como tal. O linguista adota uma posição clara a este respeito quando afirma que

“el lenguaje poético no puede interpretarse como reducción a una supuesta ‘función poética’, ni tampoco como lenguaje ulteriormente determinado (lenguaje + una supuesta función poética)(...) ya que las diferentes posibilidades que en lenguaje se actualizan pertenecen ya lenguaje como tal” (COSERIU, 1977: 203).

Chega-se, assim, à conclusão final, no tocante ao uso linguístico da linguagem poética, que ela “representa la plena funcionalidad del lenguaje y de que, por tanto, la poesía (...) es el lugar del despliegue, de la plenitud funcional del lenguaje (id.ibid).

Deste modo, Coseriu não admite, como muitos estudiosos o fazem, que a linguagem poética seja um “desvio” com relação à linguagem corrente, do dia a dia, entendida como o “normal” da linguagem. Ao contrário, para ele, é a linguagem corrente que representa um desvio (redução) frente à totalidade da linguagem. Naturalmente isto vale para os demais usos linguísticos, por exemplo, o da linguagem científica. De acordo com ele então a linguagem como tal coincide com a linguagem poética, no sentido da utilização de todas as suas possibilidades.

Com efeito, qualquer variedade linguística (diatópica, diastrática e diafásica) pode estar presente na linguagem literária. Por isso, vamos frequentemente encontrar nos discursos literários regionalismos, coloquialismos, vulgarismos, neologismos, arcaísmos, sintagmas inesperados... Lembremos, a propósito das possibilidades linguísticas em nossa língua, as “Memórias Inventadas” do escritor Manoel de Barros.

Para Coseriu, os textos literários devem valer como modelos para a linguística do texto, porque representam precisamente o tipo de textos funcionalmente mais rico, pois, nos restantes tipos de textos, se têm de especificar as “automatizações” (“desatualizações”) que intervêm em cada caso, como na linguagem corrente ou científica. Por isso também, é que a Estilística tem principalmente os textos literários como objeto de análise.

Se a linguagem poética não representa, então, uma redução da linguagem, como assevera Coseriu, também ela não acrescenta propriamente nenhuma função, “ya que las diferentes posibilidades que en tal lenguaje se actualizan pertenecen ya al lenguaje como tal” (1977:203).

Referências bibliográficas

- BARROS, Manoel de. **Memórias inventadas**. São Paulo: Planeta Editora, 2006-2008.
- COSERIU, Eugenio. Tesis sobre el tema 'lenguaje y poesia'. In: **El hombre y su lenguaje estudios de teoría y metodología lingüística**. Madrid: Gredos, p. 201-207, 1977.
- COSERIU, Eugenio. **La creación metafórica en el lenguaje**. In: **El hombre y su lenguaje estudios de teoría y metodología lingüística**. Madrid: Gredos p. 66-102, 1977.
- COSERIU, Eugenio e LAMAS, Óscar Loureda. Informação e Literatura. In: **Linguagem e discurso**. Curitiba: UFPr, p. 105-122, 2010.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. In: **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, p. 118-162, 1969.
- UCHÔA, Carlos Eduardo F. Competência textual e o estrato semântico do sentido. In: SANTOS, Denise Salim, BARBOSA, Flávio de Aguiar e HUE, Sheila (Orgs.). **O sentimento da língua**. homenagem a Evanildo Bechara – 90 anos. Rio de Janeiro: NAU Editora, p. 41-56, 2020.

Os verbos parassintéticos na obra de Bento Pereira

Parasynthetic verbs in Bento Pereira's work

Maria do Carmo Henríquez Salido*
Articulista convidada

RESUMO

Neste artigo apresentam-se umas notas sobre a história da língua portuguesa no século XVII e sobre a biografia do lexicógrafo Bento Pereira. Da sua obra selecionamos o “appendiz”, *Florilegio dos modos de fallar, e adagios da lingua Portuguesa*, dividido em duas partes: a Primeira *das frases portuguezas, a que correspondem as mais puras, é elegantes Latinas, como tiradas de Marco Tullio, & outros Authores de primeira classe* e a Segunda onde recolhem os *principaes adagios portugueses, com seu latim prouerbial correspondente, pera se aiuntar a Prosodia, & Thesouro portugues, como appendiz, ou complemento* (1655). Analisam-se exemplos dos verbos parassintéticos, explicam-se os esquemas morfológicos constituídos pelas posições *a-*, *des-*, *en-/em-* e os sufixos *-ar*, *-ecer*, com especial referência ao substantivo ou adjetivo que constitui a base da derivação e a partir da qual se elabora a definição lexicográfica. Incorpora-se informação sobre as palavras com que se combinam, usadas nos exemplos escolhidos neste apêndice da principal obra do lexicógrafo jesuíta, autoridade indiscutível na dicionarística bilingue e metaortográfica. A seguir às Referências junta-se um Anexo, a modo de vocabulário sintético dos verbetes e artigos tirados da obra, com detalhes de sinonímia e outras informações complementares.

Palavras-chave: Lexicografia. Morfologia. Verbos parassintéticos.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2022n63.1308>

* Universidade de Vigo, mcsalido@uvigo.es.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-2002-3315-5864>

ABSTRACT

This article presents some notes on the history of the Portuguese language in the 17th century and on the biography of the lexicographer Bento Pereira. From his work we select the “appendiz” *Florilegio dos modos de fallar, e adagios da lingua Portuguesa*, edited in 1655 and divided into two parts: the first one, subtitled *das frases portuguezas, a que correspondem as mais puras, é elegantes Latinas, como tiradas de Marco Tullio, & outros Authores de primeira classe*; the second one records *os principaes adagios portuguezes, com seu latim prouerbial correspondente, pera se aiuntar a Prosodia, & Thesouro portugues, como appendiz, ou complemento* (1655). Examples of parasyntetic verbs are analyzed, the morphological schemes constituted by the prepositions *a-*, *des-*, *en-/em-* and the suffixes *-ar*, *-ecer* are explained, with special reference to the noun or adjective which constitutes the basis of the derivation and from which the lexicographical definition is elaborated. Information is incorporated on the words with which they are combined, used in the examples chosen in this appendix of the main work of the Jesuit lexicographer, an undisputed authority in bilingual and meta-orthographic dictionaries. An Annex is attached to the References, as a synthetic vocabulary of the entries and articles taken from the work, with details of synonymy and other complementary information.

Key words: Lexicography. Morphology. Parasyntetic verbs.

Introdução

Damos por reproduzidas e conhecidas as notas sobre a história da língua portuguesa nos séculos XVI e XVII, apresentadas nos nossos trabalhos (HENRÍQUEZ, 2021a, p. 65-60; HENRÍQUEZ, 2021b, p. 59-62; HENRÍQUEZ, 2022, p.58-80), e da mesma maneira apenas informamos sobre a biografia e a obra de PEREIRA, por ter sido antecipada e analisada nesses contributos.

O presente estudo sobre os verbos parassintéticos neste dicionário é etimológico (e histórico), pois devemos situá-lo no contexto histórico, linguístico e cultural do momento em que transcorreu a sua vida; qualquer análise sincrônica não poderia dar conta precisa de qualquer processo de Formação de Palavras nessa etapa; a etimologia constituiria uma exigência prévia metodológica para conhecer a genuína constituição de uma determinada

palavra. Porém, só consideramos unidades lexicais derivadas *sensu stricto* as que se tenham formado no português e não as que se tenham recebido formadas no latim, estas são menos transparentes do que as patrimoniais. O nosso trabalho centra-se na obra de um jesuíta latinista do século XVII.

Além do mais, os esquemas derivativos de verbalização parassintética também foram herdados do latim, muitas formações parassintéticas procedem diretamente do latim e sofrem as mudanças fonéticas e morfológicas próprias da correspondente língua românica¹. Não obstante, em muitos exemplos não se pode distinguir com absoluta clareza se uma determinada unidade léxica é derivada latina ou criada no português, por este motivo consideramos imprescindível a consulta de dicionários etimológicos e informações inseridas nos dicionários gerais monolíngues da língua portuguesa como o HOUAISS (2001) ou o DLPC (2001), para assim determinar a sua formação e origem, significado ou sentido no português do século XVII.

Podemos achar neste dicionário do século XVII parassintéticos verbais em latim na variedade vulgar, onde conviviam com igual significado, derivados verbais prefixados e não prefixados criados a partir de uma mesma base com o prefixo *a-*: e.g. “Arreçar. Vide Medo, Temor”; “Assentar ‘tomar assento’”; “Assinalar. Vide Notar”, “Acostumarse. Vide Costumarse”, onde o nosso dicionarista remete para outras unidades lexicais. No que diz respeito aos verbos *acostumar* ‘adquirir o costume’, *assentar* ‘pôr-se sobre assento’, *assinalar* ‘apor um sinal’, na obra de PEREIRA vemos que em *acostumarse* envia para *costumarse* (Vide Costumarse); os verbos *assentar* e *assinalar*

1 **aborrecer** ou **aborrescer** do latim *abhorrescere* «afastar-se de»; **abraçar** do latim **abbracchiare*; **acompanhar** do latim **acompaniare* de **companhia*; **acrescentar** do latim **acrescentare*, de um adjetivo *crescens, crescentis*, do verbo *crescere*, «crescer, aumentar-se, elevar-se»; **adoecer** do latim **adolescere*; **adormecer** do latim imperial *addormiscere*; **anular** do latim tardio *annullare* «aniquilar»; **aparelhar** do latim **apparicare*, de *apparare*, preparar, aprestar, dispor, fazer os preparativos»; **confiscar** do latim *confiscare*, «guardar em caixa; fazer entrar no tesouro imperial»; **esfregar** do latim *exfricare* (ao lado de *effricare*), «esfregar, tirar aesfregando»; **estragar**, etimologia ainda obscura (...) admitiram o latim **stragare*, formado de *strages*, etc. (Machado 1977, *sub voces*)

não os seleciona. Nos dicionários consultados abundam as remissões (*vd.*) ou sinais como ‘o mesmo que’: *afilhar* — *filhar*, *agastar* — *gastar*, *ajuntar* — *juntar*, *alimpar* — *limpar*, *apregoar* — *pregoar*, *aquentar* — *quentar*, *arreçar* — *reçar*, *assentar* — *sentar*, etc.

Os dois grandes dicionários gerais monolingues da língua portuguesa, o HOUAISS (2001) e o DLPC (2001), estabelecem como sinónimos ou equivalentes verbos com o prefixo *a-* ou sem ele (*acostumar* e *costumar*, *assentar* e *sentar*, *assinalar* e *sinalar*): *costumar* ‘ter por costume’ (HOUAISS), *sentar* ‘tomar assento’ (HOUAISS), *sinalar* o mesmo que *assinalar* (HOUAISS). No DLPC, lemos: *costumar* [costume + -ar] derivado ‘ter determinado procedimento habitual’ e a seguir incorpora o símbolo de equivalência e inclui ACOSTUMAR; *sentar* do lat. vulgar * *sentare* ‘colocar ou colocar-se alguém com as nádegas em assento’, equivalente ASSENTAR; *sinalar* [sinal + -ar] derivado ‘apor um sinal’, equivalente ASSINALAR.

Por último, a parassíntese tem sido definida por autores clássicos de “Gramáticas históricas” portuguesas e de outras línguas românicas, por ser um modelo específico de formação de palavras já existente no latim. O termo parassíntese foi consagrado há pouco mais de cento e cinquenta anos, mas está consolidado na atualidade no campo dos estudos morfológicos. Uma das definições tradicionais considera que as palavras parassintéticas se definem como formas complexas derivadas mediante a adjunção simultânea de prefixo e sufixo a uma mesma base, seriam parassintéticas as vozes nas quais podamos distinguir [Prefixo + X + Sufixo], estas formas verbais apresentam uma estrutura ternária nos seus constituintes imediatos. Uma característica geral dos verbos parassintéticos é que apresentam como constituinte inicial um prefixo e podem surgir de uma base nominal ou adjetival. Outro dado importante é que o valor significativo dos prefixos não pode sempre reconhecer-se isoladamente, pois o significado da formação parassintética integra os do prefixo, base e sufixo.

1. A parassíntese

A denominada parassíntese por afixação no português apresenta problemas gerais similares aos existentes noutras línguas românicas, nomeadamente nas mais próximas como o espanhol, nas quais se observam certas similitudes, máxime quando se analisa a obra de um dicionarista como a presente, elaborada por um autor que conhecia e usava o latim e estas duas línguas românicas, documentamos castelhanismos (*emblanquecer*. *Algo hemos de hazer, por emblanquecer; encalhar, Encalhar sem poder ir adiante, nem tornar atraz*).

Além disso, a morfologia tem sido conhecida até a segunda metade do século XX, como a parente pobre da gramática; esta disciplina apresenta problemas e dúvidas como a segmentação, a capacidade de reconhecer as partes que integram a palavra e saber distinguir se uma dada unidade lexical é derivada latina ou portuguesa.

Os estudos sobre a morfologia e as Regras de Formação de Palavras, a morfologia gerativa, a morfologia derivacional ou a morfologia lexical aparecem nomeadamente a partir do ano 1998 com os contributos de SCALISE (1994). Seja qual fôr a língua histórica devemos ter presente que podemos achar *palavras existentes* ou *palavras possíveis e não documentadas*, criadas por Regras de Formação de Palavras (RFP) de cada língua histórica. Exemplos ilustrativos poderiam ser os verbos *encovar* [*en-* + *cova* + *-ar*] ou *esbugalhar* [*es-* + *bugalho* + *-ar*], que PEREIRA não seleciona como palavra-entrada, mas sim documenta os adjetivos verbais ou participais *encovados* (*olhos encovados* ‘olhos profundos’) ou *esbugalhados* (*olhos esbugalhados* ‘olhos muito abertos’), que registam o HOUAISS (2001) e o DLPC (2001), ambos adjetivos participais apresentam um sentido metafórico. O problema não estaria na unidade lexical, mas no lexicógrafo por não a ter recolhido.

Noutras unidades lexicais podemos ver formações criadas por prefixação, nas quais se combinam dois prefixos (*re-* + *en-*) (*gelo* > gelar ‘converter-se em gelo’ > re-gelar ‘tornar-se gelado’ > en-regelar ‘tornar-se

muito frio’ (*nam se podiam dobrar enregelados com frio*). Na volumosa obra analisada de PEREIRA há formações transparentes existentes e testemunhadas², outras temos que interpretá-las a partir das unidades lexicais derivadas (*por exemplo*, adjetivos participais ou as formas verbais flexivas do correspondente verbo).

Na bibliografia clássica de gramáticas históricas portuguesas e espanholas (morfologia verbal), por exemplo, NUNES (1945) dedica atenção ao sufixo *-ar* “o sufixo de maior vitalidade, propõe-se a radicais nominais, do que são exemplo, entre outros, os seguintes verbos: (...) *a-grilho-ar*, *a-punhal-ar* (...), *en-gross-ar*, *em-parelh-ar* (...)” (NUNES, 1945, p. 382). Mais informação elabora sobre o sufixo *-ecer*:

-cer, resultante de *-scere* (...), é este sufixo próprio dos verbos *incoativos* e o único da segunda conjugação que ainda conserva vitalidade, ocorrendo frequentemente acompanhado de composição, como mostram os seguintes exemplos, nos quais figura, unido de preferência a radicais nominais, com a vogal figurativa da segunda conjugação: *a-noit-ecer*, *em-brut-ecer*, *em-pobr-ecer* [...] *en-surd-ecer*, *en-velh-ecer*, *en-dur-ecer* (...). (NUNES, 1945, pp. 383 – 384)

Gramáticas publicadas na segunda metade do século XX reconhecem dificuldades para estabelecer diferenças entre a derivação e a composição, “razão por que preferimos considerar a formação de palavras mediante o emprego de prefixos um tipo de derivação” — a derivação prefixal, e acrescentam “Tanto os sufixos como os prefixos formam novas palavras que conservam de regra uma relação de sentido com o radical derivante; processo distinto da composição” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 84). Estudam a derivação parassintética, e consideram:

2 Abraçar. Abraçar a alguém, id. est, dar abraços; Abreviar, id est, dizer em poucas palavras; Aportar. id est, tomar porto, chegar ao porto; Apremiar. Apremiar alguém, id est, dar prémio; Aproveitar, id est, produzir, ser de proveito; Embarcar, Embarcarse. Embarcar ou meter na nao as mercadorias; Enterrar. Enterrar a alguém. Levar a alguém a enterrar ou a cova; Envergonharse. Vide Vergonha. Ter vergonha, id est, envergonharse, etc.

Os vocábulos formados pela agregação simultânea de prefixo e sufixo a determinado radical chamam-se PARASSINTÉTICOS, palavra derivada do grego *pará-* (= justaposição, posição ao lado de) e *synthetíkós* (= que compõe, que junta, que combina).

A PARASSÍNTESE é particularmente produtiva nos verbos, e a principal função dos prefixos vernáculos *a-* e *em-* (*en-*) é a de participar desse tipo especial de derivação:

abotoar amanhecer
embainhar ensurdecer. (1985, p. 101)

Os dois grandes dicionários gerais monolíngues da língua portuguesa, publicados em 2001, mostram uma definição lexicográfica muito similar à documentada nas gramáticas históricas: “**parassíntese** (...) processo de formação de palavra por prefixação e sufixação, simultaneamente (e.g. *anoitecer* [*a-* + *noit-* + *-ecer*] (...))” (HOUAISS, 2001, p. 2131); “**parassintético** (...). Palavra derivada, formada por adjunção simultânea de prefixo e sufixo a uma base” (DLPC II, 2001, p. 2752).

MENÉNDEZ PIDAL (1966, p. 235) assinalava: “al contrario que los sufijos, los prefijos, en romance son átonos (...) los compuestos de prefijo y sufijo a la vez se llaman PARASINTÉTICOS”. Para a RAE ; ASALE, “también se consideran parasintéticos los verbos que contienen un AFIJO DISCONTINUO, formado por prefijo y sufijo [...] entre los que puede situar un adjetivo [...] o un sustantivo [...]” (RAE ; ASALE, 2010, p. 7–8).

Os verbos parassintéticos cujo prefixo é *a-* ou *en-* / *em-*, são os mais frequentes; estes dois prefixos poderiam não aportar nenhum significado ao verbo derivado, como se pode verificar porque os verbos que apresentam o prefixo *a-* possuem um significado equivalente ou quase sinónimo com os que não mostram este prefixo: *acostumarse* ‘adquirir o costume’ e *costumarse* ‘ter por costume’; *apremiar* ‘recompensar’ e *premiar* ‘dar prémio’. Nestes verbos, o valor significativo do prefixo não pode reconhecer-se isoladamente, o significado da formação parassintética integra combinadamente os do prefixo, base e sufixo. Apenas achamos verbos parassintéticos com outros prefixos (*esfriar, espancar, espulgar...*).

Determinadas formações documentadas na obra de PEREIRA que transparentam como formante inicial o prefixo *des-* (o tratamento dos verbos com o prefixo *des-* apresentou debates na história das línguas românicas) e que transparenta como base a existência de um verbo, na nossa opinião, seriam verbos prefixados, denotam noções semânticas diversas (reversativas, privativas...): *desamparar* [*des-* + *amparar*] ‘deixar de dar amparo’, *descobrir* (do latim tardio *discooperire*), *descontentar* [*des-* + *contentar*] ‘deixar ou ficar descontente’, *desculpar* [*des-* + *culpar*] ‘servir de desculpa’, *desfazer* [*des-* + *fazer*] ‘anular o que foi feito’, *desmanchar* [*des-* + *manchar*] ‘tirar as manchas’, *desocupar* [*des-* + *ocupar*] ‘deixar vazio’, etc. Nalguns exemplos PEREIRA marca a equivalência ou referência (*Vide*) (*desafrontar*, *descobrir*, *desculparse*, *deshonrar*, *desmanchar*, *desocuparse*, etc.).

Em consequência, seria parassintética toda formação constituída por uma base léxica (B) sobre a qual atuam conjuntamente um prefixo (p) e um sufixo (s), sempre e quando se cumpra a condição «inexistência prévia» das formações [p + B] ou [B + s]. Esta definição pode encontrar-se com dois importantes problemas, o referente ao conceito de «inexistência prévia» e ao carácter parcial e incompleto de uma definição da parassíntese, baseada sobre critérios exclusivamente formais (SERRANO, 1995, p. 27). Nas nossas secções aplicamos os princípios gerais, os esquemas e as combinações estabelecidas por SERRANO (1995), com as mudanças exigidas por esta obra concreta, para estudar e analisar os exemplos mais freqüentes documentados neste dicionário.

2. Verbos parassintéticos denominais

A análise de verbos parassintéticos formados com os prefixos *a-* ou *en-/em-* (a alomorfa *em-* quando se une a bases que começam por consoante bilabial) é mais complexa do que no caso dos verbos parassintéticos deadjetivais, em parte porque a natureza semântica dos nomes é mais variada do que a dos adjetivos e porque poderiam existir alguns verbos denominais,

cujos prefixos parecem relacionar-se semanticamente com certas preposições neste período da história da língua. Para a base do verbo parassintético *embarcar*, o HOUAISS e o DLPC indicam *barco*, não obstante em conformidade com o DCECH (1980-1991), consideramos que deve ser *barca*:

BARCA, del lat. tardío BARCA., quizá de origen hispánico *1ª doc.:* *Cid.C.* aproximadamente; después en autores también hispánicos. (...) Barco [Alfonso X; y en su gallego: «fezeron balsas et maneyras de barcos e de naves» Ctg. 61.18]; en la Edad Media lo común es que designe una embarcación pequeña (así todavía *Aut.*; con la ac. moderna se dice entonces *navío* o *nao*, estado de cosas conservado hasta hoy en portugués. (DCECH I, 1980, p. 507 – 508)

O lexicógrafo COVARRUBIAS (1611) no que diz respeito a *barca*, ou *varca* indica: “Bajel pequeño, mayor que barco, de la palabra toscana VARCARE, por pasarse con ella los ríos y sacar los navíos las mercadurías a tierra. San Isidoro, lib. 19, cap. I, *Etymologías*: ‘Barca est quae cuncta navis mertia ad litus portat’ (...)”. Além disso, “Barca (...) talvez de origem hispânica; para mais já se documenta numa inscrição de cerco de 200 a. C., encontrada na Lusitânia (...) bastante vulgar em textos da fase arcaica do nosso idioma” (MACHADO, 1977, *sub voce*).

A aplicação simultânea dos prefixos *a-*, *des-*, *en-*, *es-* (tem uma relação histórica com *de-* e *ex-*) e das desinências verbais *-ar* ou *-ecer* sobre uma base nominal para obter um verbo parassintético pode dar lugar a quatro combinações: (a) [*a-* + N + *-ar*]: *abrasar*, *aconselhar* *affamarse*, *apoderar*, etc.; b) [*en-* / *em-* + N + *-ar*]: *embainhar*, *embarcar*, *encarar*, *endividarse*, *engatinhar*, *enterrar*, *envergonharse*, etc.; (c) [*des-* + N + *-ar*]: *desterrar*, *desviarse* (no latim); (d) [*es-* + N + *-ar*]: *esbesourar*, *esbugalhar*, *esfaimar*, *esgottar*, *esgravatar*, *espalhar*, *espancar*, *espulgar*, etc.; (e) com o esquema [*a-* + N + *-ecer*] o grupo é muito reduzido: *agradecer*, *amanhecer* e *anoitecer*. E com o esquema [*a-* + N + *-ejar*]: *apedrejar* ‘atirar pedras’, o sufixo *-ejar*, segundo HOUAISS, atribui aspecto frequentativo.

Os exemplos mais frequentes são os que mostram o esquema [a- + N + -ar]. O prefixo *a-* não apresenta uma significação precisa, mas poderia denotar a ideia de aproximação no espaço e no tempo, porém parecem ser mais abundantes as de base substantiva com o significado de “fazer X”, “pôr X”. Assinalamos entre parênteses curvos o nome que constitui a base; as definições por paráfrase são construídas, preferentemente, a partir das existentes no MACHADO (1977), no HOUAISS (2001) e no DLPC (2001), com mínimas mudanças: *abraçar* (braço) ‘cingir com braços’ (do latim **abbracchiare*, MACHADO, 1977, *sub voce*), *abrasar* (brasa) ‘reduzir a brasa’, *acarretar* (carreta) ‘transportar em carreta’, *acautelar* (cautela) ‘colocar sob cautela’, *aconselhar* (conselho) ‘dar conselho’, *acostumar* (costume) ‘ter por costume’, *afamarse* (fama) ‘dar ou adquirir fama’, *affrontar* (frente) ‘encarar-se de frente’, *afilhar* (filho) ‘adotar ou aceitar como filho’, *agradar* (grado) ‘mostrar agrado’, *apoderar* (poder) ‘dar poder’, *aportar* (porto) ‘chegar a porto’, *apressar* (pressa) ‘andar mais depressa’, *aproveitar* (proveito) ‘tirar proveito’, *arriscar* (risco) ‘expor a risco’, *arrombar* (rombo) ‘abrir um rombo, buraco’, *assentar* (assento) ‘tomar assento’, *assinalar* (sinal) ‘apor um sinal’, *attormentar* (tormento) ‘submeter a tormento’. Com o esquema [a- + N + -ecer] registamos *agradecer* (grado) ‘mostrar gratidão’, *amanhecer* (mãnhá) ‘romper a manhã’, *anoitecer* (noite) ‘fazer-se de noite’, estes dous verbos exprimem um processo incoativo.

Com o esquema [*des-* + N + -ar] é complexo identificar a estrutura parassintética ou derivada, devem ser interpretadas como formações prefixadas por existir uma base verbal prévia. O verbo *desviarse* já existe como parassintético no latim ‘afastar-se de’, e o verbo *desterrar* (terra) [*des-* + terra + -ar] ‘obrigar a sair da terra’, há que interpretá-lo como parassintético e tem um sentido ablativo. Os verbos *desamparar*, *descobrir*, *desenterrar* (*desenterrar os mortos, id es, murmurando*), seriam formações prefixadas, porque existem previamente os verbos *amparar*, *cobrir* e *enterrar*.

Com o esquema [*en-* / *em-* + N + -ar] achamos verbos que podem denotar a ação de ‘introduzir o objeto designado pela base noutro objeto’,

“introduzir X en...”, ou outros sentidos figurados: *embainhar* (bainha) ‘introduzir em bainha’, *embalar* (bala) ‘adquirir velocidade’ (DLPC), *embarcar* (barca) ‘entrar ou colocar na barca’, *embesourar* (besouro ‘inseto’) ‘tornar-se carrancudo’, *empeçonhentar* (não está testemunhado no MACHADO, nem no DLPC ou no HOUAISS, vemos no DLPC [*em-* + *peçonha* + *-ar* ‘dar peçonha’]), *emmaranhar* (maranha) ‘deixar emmaranhado’, *encarar* (cara) ‘olhar para a cara’, *encostar* (costa) ‘colocar contra alguma coisa de modo a ter encosto’, *endividarse* (dívida) ‘contrair dívidas’, *enforçar* (força) ‘supliciar na força’, *enfrascarse* (frasco) ‘pôr dentro de frasco’, *engatinhar* (gatinhas) ‘andar a gatinhas’, *engraçar* (graça) ‘dar graça’, *enterrar* (terra) ‘pôr sob a terra’, *envergonharse* (vergonha) ‘encher-se de vergonha’, ‘sentir vergonha’. O verbo documentado por PEREIRA *enquadernar* consideramo-la uma forma arcaica (etimológica), assim o vemos mais uma vez em COVARRUBIAS (1611): “quaderno de libro. Se dijo porque ordinariamente es de quatro pliegos; y así se llaman quaterniones [*quaternionis*] cerca de los impressores”. O HOUAISS e o DLPC selecionam *encadernar* [*en-* + *caderno* + *-ar*] ‘juntar folhas ou cadernos’.

Com o esquema [*es-* + N + *-ar*] as formações podem guardar relações semânticas diversas com outras formações cujo prefixo é *des-* ou *ex-*, pois ambos prefixos podem apresentar possíveis relações históricas (*destragar* — *estragar*), a cifra de verbos com prefixo *es-* é reduzida, podem parafrasear-se por “tirar X”, mas o valor semântico preciso que pode aportar o prefixo é difícil de determinar: *esbofetear* (bofete) ‘dar bofetadas’, *esbugalhar* (bugalho, ‘fruto de casca’, ‘noz de galha’), *esfaimar* (fame) ‘causar fome’ (o *-e* > *-i*, *fame* é um arcaísmo), *esfolhar* (folha) ‘tirar as folhas’, *esfriar* (frio) ‘tornar mais frio’, *esgottar* (gotta) ‘tirar até a última gotta’, *esgravatar* (garavato) ‘remexer com um objeto pontiagudo’ (*esgravatar os dentes*), *espalhar* (palha) ‘lançar em várias direcções’, *espancar* (panca) ‘dar pancadas’, *espraiarse* (praia) ‘atirar à praia’ (*espraiarse o rio*), *espulgar* (pulga) ‘limpar as pulgas’ (e.g. *espulgar cão*).

Com o prefixo *con-* achamos *confiscar* (herdado do latim) e *congraçarse* (graça) [*con-* + graça + *-ar*] 'voltar à amizade, voltar às graças' (*tornar à primeira amisade*).

3. Verbos parassintéticos deajetivais

A aplicação simultânea dos prefixos *a-*, *des-* ou *en-/ em-* e das desinências verbais *-ar* ou *-ecer* sobre uma base adjetiva para obter um verbo parassintético pode dar lugar a quatro combinações. Assinalamos entre parênteses curvos o adjetivo que constitui a base da derivação e as paráfrases são construídas a partir das documentadas no MACHADO (1977), no HOUAISS (2001) e no DLPC (2001):

(a) [*a-* + adjetivo + *-ar*] este esquema acaso seja o mais freqüente, denota um valor causativo, vários exemplos admitem a paráfrase ("tornar X"): *abrandar* (brando) 'tonar-se brando', *abreviar* (breve) 'tornar breve', *acalmar* (calmo) 'tornar-se calmo', *aclarar* (*claro*) 'tornar claro', *acomodarse* (cômodo) 'tornar cómodo', *affrouxar* (frouxo) 'tornar frouxo', *agradar* (grato) 'tornar agradável', *aggravar* (grave) 'tornar grave', *ajuntar* (junto) 'colocar junto', *amainar* (maino) 'tornar maino', *amansar* (manso) 'tornar manso', *anular* (nulo) 'tornar nulo', *aperfeiçoar* (perfeição) 'tornar-se perfeito', apresenta a radical perfeição (HOUAISS); *aquestar* (quente) 'tornar mais quente'.

(b) [*des-* + adjetivo + *-ar*]: *desbaratar*, "de origem obscura. De barato?" (MACHADO, 1977). O HOUAISS (2001) e o DLPC (2001) indicam que é uma formação prefixada, criada a partir do verbo *baratar* (*des-* + *baratar*).

(c) [*en- / em-* + adjetivo + *-ar*] *embebedar-se* (bêbedo) 'deixar ou ficar bêbedo', *enfriar* (frio) 'tornar frio'.

(d) [*en - / em-* + adjetivo + *-ecer*], nestes exemplos a expressão da incoatividade pode atualizar-se com duas possibilidades formais, com pronominalização (*enfraquecer-se*, *enriquecer-se*) ou sem ela (*enfraqueço*, *enriqueço*), admitem a paráfrase "tornar X": *empobrecer* (pobre) 'tornar

pobre’, *encarecer* (caro) ‘tornar caro’, *enfraquecer* (fraco) ‘tornar fraco’, *engrandecer* (grande) ‘tornar grande’, *enriquecer* (rico) ‘tornar rico’, *ensoberbecerse* (soberbo) ‘tornar ou ficar soberbo’, *enternecer* (terno) ‘tornar terno’.

4. Conclusão

Nos séculos XVI e XVII as províncias do Minho e da Beira eram “duas das regiões importantíssimas na elaboração da história da língua portuguesa e indispensáveis para a perfeita compreensão do português arcaico” (SILVA-NETO 1957, p. 553). No que diz respeito à ortografia “a Academia de Lisboa consolidava a tradição de dois séculos, ao consagrar a etimologia como supremo princípio ortográfico” (WILLIAMS 1975, p. 41), o nosso dicionarista é um bom exemplo. As vacilações ortográficas, regras ou princípios ortográficos e outros temas relacionados com a volumosa obra de PEREIRA podem ser vistos neste endereço eletrônico³.

Da biografia deste dicionarista lembramos mais uma vez que nasce em 1605 em Borba (Alem-Tejo), ingressa na Companhia de Jesus, ensina Retórica, Humanidades e Teologia; na sua obra incorpora três línguas (o latim, o português e o castelhano) e escreve com um propósito pedagógico. Falece em 1681. A sua obra principal há que situá-la nas origens da lexicografia portuguesa, que nasce dos vocabulários bilingues que comparavam o latim e as línguas vulgares no século XVI.

Os esquemas derivativos de verbalização parassintética são herdados do latim. Estas formas verbais apresentam uma estrutura ternária nos seus constituintes imediatos. Documentamos *palavras existentes* e *palavras possíveis não documentadas*, criadas por Regras de Formação de Palavras (RFP) (como se pode verificar com exemplos expostos no **Anexo**) e formações

3 https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2021/07/CEL_Portuguese-Orthographers_4-compactado.pdf e estão inseridas no projeto Portuguese Orthographers do Centro de Estudos em Letras.

herdadas do latim (*aborrecer, acrescentar, adormecer, aparelhar, confiscar, descobrir, esfregar...*). A denominada parassíntese por afixação no português apresenta problemas gerais similares aos existentes noutras línguas românicas mais próximas. São evidentes na obra de PEREIRA definições lexicográficas por paráfrases (*abraçar* ‘dar abraços’, *agradecer* ‘ser agradecido’, *aproveitar* ‘ser de proveito’, *assentar* ‘tomar assento’, *engraçar* ‘ter graça ou ser engraçado’, *esbofetear* ‘dar bofetadas, encher de bofetadas’, etc.) e constantes referências às palavras das quais derivam e às relações de significado (sinonímia).

Nas gramáticas históricas clássicas das primeiras décadas do século XX (NUNES, MENÉNDEZ-PIDAL) já se denominam parassintéticos os verbos formados com um prefixo, uma base nominal ou adjetival e um sufixo (*anoitecer, empobrecer...*). Nos dicionários etimológicos ou mesmo nos dois grandes dicionários gerais monolíngues, publicados em 2001, são evidentes os problemas no que diz respeito ao registo dos verbos formados por afixação (prefixação ou parassíntese), à interpretação e segmentação e às noções que podem exprimir os diferentes prefixos ou os verbos parassintéticos.

Bibliografia

- COVARRUBIAS, S.: **Tesoro de la lengua castellana o española según la impresión de 1611**, con las adiciones de Benito Remigio Noydens publicadas en la de 1674 (ed. 1987 de Riquer). Barcelona: Alta Fulla, 2003, 3ª ed.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F.: **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DCECH = COROMINAS, J.; PASCUAL, J.A.: **Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico**. Madrid: Gredos, 6 Vols. 1980-1991.
- DLPC = **Dicionário da Língua Portuguesa Portuguesa Contemporânea**. Lisboa: Verbo, 2 vols, 2001.

- HENRÍQUEZ, M^a do C. Las Paremias en el ‘Tesoro’ de Sebastián de Covarrubias (1539-1611). In: **Revista Confluência**, Especial 30 anos, junho 2021a, p. 78-147.
- HENRÍQUEZ, M^a do C.: Las paremias en el Tesoro de Sebastián de Covarrubias y en la Prosodia de Bento Pereira. In: **Revista de Lexicografía**, XXVII, 2021b, p.65-84.
- HENRÍQUEZ, M^a do C.: Os adágios da língua portuguesa na obra de Bento Pereira (1605-1681). In: **Revista Confluência**, n. 62, jan.-jun. 2022, p. 58-80.
- HOUAISS. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiv, 2001.
- MACHADO, J.P.: **Dicionário etimológico da língua portuguesa** (3^a ed.). Lisboa: Livros Horizonte, 1977.
- MENÉNDEZ PIDAL R.: **Manual de gramática histórica española** (12^a ed.). Madrid: Espasa Calpe, 1966.
- NUNES, J. J.: **Compêndio de gramática histórica portuguesa. Fonética e Morfologia** (8.^a ed.). Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1945.
- RAE; ASALE = Real Academia Española & Asociación de Academias de la lengua española. **Nueva gramática de la lengua española**. Madrid: Espasa Calpe, 2010.
- SCALISE, S.: **Morfologia**. Bologna: Il Mulino, 1994.
- SERRANO, D.: **Las formaciones parasintéticas en español**. Madrid: Arco Libros, 1995.
- SILVA-NETO, S. da (1979). **História da língua portuguesa** (3^a ed.). Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- WILLIAMS, E. B.: **Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa** (3^a ed.). Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1975.

Anexo

Apresentamos um vocabulário não exaustivo de formações passintéticas com exemplos procedentes de *os modos de fallar e adagios portugueses*. Incluímos as formações não testemunhadas, sem existência prévia, mas possíveis e bem formadas conforme às RFP. Consideramos que devem ter o mesmo estatuto neste vocabulário, embora existam problemas sobre a morfologia flexiva e derivativa. Introduzimos mínimas variações no exemplário a respeito do original por razões de brevidade e clareza metodológica.

A-

Abominar. Vide avorrecer. Nam há genero de vicio mais aborrecido de Deos, & dos homens, que a soberba. Crescer, & aborrecer, como filho de asno. Porque o cam aborrece vinho.

Abraçar. Abraçar a alguém, id est, dar abraços. Quem muito abarca, pouco abraça.

Abrandar. Abrandar o animo irado de alguém. Abrandar com dadivas. Abrandar a tristesa. Abrandar o inverno. Abrandar as saudades, mandando, & recebendo cartas.

Abrasar. Abrasar os campos, id est, queimar, pôr fogo, fazer em pó, & cinza. Abrasar com fogo.

Abbreviar. Abbreviar a oraçam, id est, dizer em poucas palavras, cercear palavras.

Acalmar. Amainar, ou cesar o vento.

Acarretar. Huma mentira acarreta, ou descobre outra.

Acautelar. Cautela. Vide acautelado. Acautelado. Alexandre foi animoso na guerra, mas não acautelado.

Aclarar. Aclarou o dia.

Accomodate. Accomodate a alguma cousa. Accomodate ao tempo. He dos prudentes accomodate ao tempo. Andar com o tempo, id est, accomodate ao tempo.

Acompanhar. Acompanhar a outrem, id est, fazer companhia. Andar em mas companhias, ou acompanhar com maos. He cousa mui perigosa, & danosa acompanhar com homens maos, & perdidos. Acompanhar a alguém chorando, id est, derramar lagrimas em sua despedida. Melhor he só, que mal acompanhado.

Aconselhar. Aconselhar com alguém, id est, pedir, tomar conselho, haver conselho. Aconselhovos que vos entregueis a virtude, & ao estudo das letras.

Acostumarse. Vide Costumarse. Os filhos bem acostumados causam grande contentamento a seus Pays.

Accrescentar. Nam trato de accrescentar meus bens, se nam so de os conservar.

Adoecer. Convalescer. Adoecer, id est, enfermar, cair doente, cair em coma.

Adormecer. Vide Sono. Tomar o sono, id est, adormecer. Adormeceome hum pé.

Affamarse, id est, eternisar seu nome, fazerse celebre, & esclarecido no mundo.

Affrontar, id est, aggravar, injuriar. Affrontar de palavra, id est, aggravar de palavra, tratar mal de palavra, fender de alto a baxo com palavras, adoestar com palavras affrontosas. Desffrontarse com a espada. Fazer ignominia a alguém affrontando, & deshonorando.

Affrouxar. Affrouxou o antigo impeto, & fervor dos soldados. Afrouxou o fervor do exercito.

Afilhar. Do pam de meu compadre grande fatia â meu afilhado.

Agastar. Agastar a outrem, id est, mover e provocar ira, encher de colera, accender em colera. Melhor he fazer agastar hum caõ, que huma velha.

Agradar. Porque os representantes de comedias faziam por agradar ao povo. Brevidade, & novidade muito agradam.

Agradecer, id est, ser agradecido, mostrarse lembrado, & corresponder ao beneficio, dar os devidos agradecimentos. Ao agradecido mais do pedido.

Aggravar. Vide afrontar, Injuriar. Aggravar a ferida. Alimpar a ferida. Se Antonio offender, aggravar a Pedro, haverá entre elles, grandes inimisades. A quem has de rogar, nam hás de aggravar.

Ajuntar. Ajuntarse os soldados de baixo das bandeiras.

Alimpar. Alimpar a ferida.

Amainar. Ou cessar o vento.

Amanhecer. Nem por muito madrugar a manhece mais cedo.

Amansar. Nam amanses potro, nem tomes conselho de louco. Amansar o cavallo. Casarás, & amansarás.

Annular os processos, ou feitos da demanda.

Anoitecer. No inverno anoitece, id est, fazse noite chega a noite, poemse o Sol mais cedo. Vir anoitecendo. Noctem appetere, incubare.

Aparelhar. Vide prestes. Estar prestes, ou aparelhado. Ter prestes, ou aparelhado.

Apedrejar. Apedrejar alguém. Aliquem lapidibus petere, obruere.

Aperfeiçoar. Vide Acabar.

Apoderar. Apoderarse do imperio. Apoderarse do reyno. Regnum occupare.

Aportar, id est, tomar porto.

Apregoar. Apregoa vinho, & vende vinagre. Furtar gallinha, & apregoar rodilha. Vide Contas na mam. He duas vezes tolo, quem faz o mal, & o apregoa.

Apremiar. Apremiar alguém, id est, Dar premio. Galardoar com premio.

Appressar. Appressar as bodas conformandose com o tempo. Depressa se toma o rato, que só sabe um buraco.

Aproveitar. Aproveitar, id est, ser de proveito. Aproveitar a outrem, id est, ser de proveito a outrem; causarlhe proveito, trazerlhe proveito. Aproveitar os farellos, & espedçar a farinha.

Aproveitarse. Em tudo, o que fizer, me aproveitarei do vosso irram.

Aquentar. Pella bocca se aqueuta o forno.

Arreccar. Vide medo, Temor. Temese, arreccase grande guerra.

Arriscar. Arriscar sua fama. Arriscar a outrem, id est, por em perigo, meter em perigo. **Arriscarse.** Arriscar, ou aventurar tudo. Nam farei cousa, com que se arrisque o bem publico.

Arrombar a porta, id est lançalla fora do couce.

Assegurar. Assegurar as mercadurias, id est, tomar sobre si todo o perigo, ou risco das mercadorias. A boa vigia dos soldados assegura a cidade, livranda do medo. Assegurar que nam haverá engano em alguém.

Assentar. Assentar, id est, acordar, determinar, tomar assento.

Assinar. Nam bebas cousa, que nam vejas, nem assines carta, que não leas.

Assinalar. Vide Notar.

Attormentar. Vide Padecer. Padecer tormentos.

CON-

Confiscar os bens a alguém, Pôr os bens de alguém em almeida.

Congraçarse. Congraçarse com alguém, id est, tornar à primeira amizade, cobrar a amizade perdida

DES-

Desembaraçarse.. Desembaraçarse id est, expedarse, sair de negocios.

Desterrar. Desterrar alguém, id est, degradar, mandar ao desterro, ou degredo. Desterrarse, id est, irse ao desterro. Desterrar para Gulfó.

Desviar, Desviarse. Desviar alguém, id est, afastallo. Desviar os golpes. Desviar o pensamento de alguma cousa. Desviarse ou retirarse do publico. Desviarse, id est, esconderse, que nam o vejam.

EN- / EM-

Embainhar. Embainhar a espada.

Embalar. Com isto me embalaram.

Embarcar, embarcarse. Embarcar ou meter na nao as mercadorias.

Embebedarse. Vide Beber.

Embesourar. Guardar, ou embesourar dinheiro. Pecuniam inveterare. A juntar dinheiro.

Emblanquecer. Algo hemos de hazer, por emblanquecer.

Emmaranhar. Hum emmaranhou, outro desemmaranhou.

Empeçonhentar o sangue.

Empobrecer. O rico mais enriquece, & o pobre mais empobrece

Encalhar. Encalhar sem poder ir adiante, nem tornar atraz.

Encarar. Olhar malencarado.

Encarecer, ou engrandecer a dadiva com palavras.

Encostarse. Encostarse ao bem parado.

Encovar, Ter os olhos encovados, ter os olhos profundos.

Endividarse. Aes alienum conflare, contrahere, facere, suspicere.

Enforçar. Enforçar a alguém. Aliquem laqueo suspendere. Enforcarse. Laqueo vitam finire.

Enfraquecer. Enfraquecer com muito trabalho. Enfraquecer a outrem. Enfraquecer com muito trabalho. Enfraqueceremse as forças. Enfraquecer com lagrimas, id est, de muito chorar. Enfraqueceo muito o reyno.

Enfrascarse. Metterse todo nos peccados, id est, enfrascarse nelles.

Engatinhar. O velho torna a engatinhar.

Engraçar. Ter graça ou ser engraçado.

Engrandecer. Engrandecer alguém com louvores. O bom orador engrandece, & levanta as cousas abatidas.

Enquadernar. Enquadernar os livros com galantaria, Libros eleganter, & artificiose compingere.

Enregelar. Nam se podiam dobrar enregelados com frio. Torpentibus frigore nervis, vix flectere artus poterant.

Enriquecer. Vide Riquesas. O rico mais enriquece, & o pobre mais empobrece.

Ensoberbecerse. Ensoberbecerse com o bom sucesso. Nam vos ensoberbeçais, se a fortuna vos favorecer. Nam há peor casta de doudice, que ensoberbecerse o homem baxo.

Enterrar. Acharse ao enterro ou exequias. Enterrar a alguém. Levar a alguém

a enterrar ou a cova. Choram os olhos de teu amigo, & elle enterrarteha vivo.

Envergonharse. Vide Vergonha. Ter vergonha, id est, envergonharse. Verecundia affici.

ES-

Esbofetear. Vide Bofetada. Esbofetear a alguém, encher de bofetadas. Dar bofetadas, id est, encher de bofetadas.

Esubulhar. Olhos esbugalhados. Oculi prominentes, exerti.

Esfaimar. Pam fatiado nam farta rapaz esfaimado.

Esfolhar. Do bom pastor he tosquiar, mas nam esfolhar.

Esfregar. Esfregarse huns aos outros. (...) vendo nos banhos a hum velho esfregarse à parede por falta de servo.

Esfriar totalmente os desejos, ou lançallos de si. Esfriaremse as novas.

Esgottar. Gotta, & gotta o mar se esgotta.

Esgavatar os dentes. Dentes scalpere.

Espalhar. Cada qual deseja alcançar fama, & espalhalla pello mundo. Espalharse o sangue pellas veas. Espalharse a fama.

Espancar. Espancar a alguém, id est, moer com pancadas, dar pancadas em alguém. Matar às pancadas, & açoutes.

Espraiarse o rio. Flumen in subjectam planiciem cadere, diffundi, dilabi. Correr ou passar o rio ao longo de algum lugar.

Espulgar. Reprender velho, & espulgar cão duas doudices sam.

Atribuição de Género Gramatical por Aprendentes de PLNM em Palavras Sufixadas

Grammatical Gender Assignment by Portuguese Non-Native Language Learners in Suffixed Words

Graça Rio-Torto*
Tânia Ferreira**

RESUMO

Neste estudo, pretende-se indagar em que medida a atribuição de género gramatical em nomes sufixados, por aprendentes de Português europeu como Língua não Materna (PLNM), varia em função do sufixo e, mais especificamente, da classe formal deste e da marca de género associada. A base empírica deste estudo foi extraída de um inquérito, no qual se solicitava a aprendentes tardios, falantes nativos de chinês, a frequentar turmas de diferentes níveis de aprendizagem (de B1 a C1), que explicitassem o valor de género nominal de nomes sufixados em *-ção*, *-s[z]ão*, *-ão*, *-agem*, *-idade* e *-ice*. Registaram-se padrões idênticos em todos os níveis de aprendizagem, mas há uma incidência assinalável de desvios em formas sufixadas em *-ão* e *-ice*. Estes resultados mostram que a atribuição de um valor de género ao nome depende do grau de representatividade e de opacidade do sufixo no *input* e do respetivo valor de género associado.

PALAVRAS-CHAVE: Género gramatical. Aquisição lexical. Sufixação. Derivação. Português como língua não materna.

Recebido em 21 de outubro de 2021.

Aceito em 10 de janeiro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2022n63.540>

* Universidade de Coimbra (UC, Celga-ILTEC), gracart@gmail.com.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-1525-0737>

** Universidade de Coimbra (UC, Celga-ILTEC), tania.ferreira@fl.uc.pt

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-8045-3506>

ABSTRACT

This study aims to investigate to what extent the grammatical gender assignment of suffixed nouns by learners of European Portuguese as a non-native language (PNNL) varies according to the suffix and, more specifically, its formal class and the gender's marker associated to them. The empirical basis of this study was drawn from a survey, in which late learners, native speakers of Chinese, who attend classes of different levels of learning (from B1 to C1), were asked to explicit the nominal gender value of suffixed nouns in *-ção*, *-s[z]ão*, *-ão*, *-agem*, *-idade* and *-ice*. Identical patterns were found at all levels of learning, but there is a notable incidence of deviations in suffixed forms in *-ão* and *-ice*. These results show that the assignment of nouns to genders depends on the degree of representativeness and opacity of the suffix in the input and its associated gender value.

KEYWORDS: Grammatical gender. Lexical acquisition. Suffixation. Derivation. Portuguese as a non-native language.

Introdução

A atribuição do género gramatical dos nomes da língua portuguesa rege-se por padrões que Corbett (1991) designa como '(predominantemente) semânticos' e 'formais'. O género gramatical em português compreende duas grandes classes, a de MASCULINO (doravante MASC) e a de FEMININO (doravante FEM), sendo residuais as manifestações de neutro (MATTOSO CÂMARA, 1970). Como em outras línguas, a atribuição do género gramatical está muitas vezes relacionada com as marcas formais (fónicas e/ou morfológicas) da fronteira direita da palavra, mas estas não são unívocas e previsíveis sobretudo quando estão em jogo nomes de entidades não animadas.

O género gramatical é uma propriedade lexical do nome que lhe é intrínseca (CHOMSKY, 1995). Como já Mattoso Câmara (1975, p. 77) postula "[o] carácter masculino ou feminino da palavra está imanente na palavra e é de natureza lexical, não flexional." Trata-se, portanto, de uma propriedade nominal obrigatória (ou seja, não opcional), que pode ser codificada

formalmente/morfologicamente (*ancião* vs. *anciã*¹; *czar* vs. *czarina*; *doutor* vs. *doutora*) e/ou sintaticamente (*o/a atleta*, *o/a turista*, *o/a viajante*).

Quando a palavra é sufixada, o género gramatical da unidade lexical está fortemente dependente do sufixo usado. A relevância destes e do grau de exposição dos aprendentes tardios de Português como Língua não Materna (doravante PLNM) ao seu uso é tanto maior quanto maior a opacidade semântica e formal dos sufixos selecionados e das classes temáticas em jogo.

O presente estudo encontra-se organizado da seguinte forma: na secção 1 apresentam-se os objetivos, os dados empíricos usados no inquérito, as perguntas de investigação formuladas, tendo em conta as classes temáticas dos nomes e os sufixos em jogo, bem como as variáveis já testadas na atribuição de género gramatical por aprendentes de PLNM. Na secção 2, procede-se à descrição da influência do sufixo na atribuição de valor de género gramatical em Português. As secções 3 e 4 são consagradas à apresentação e discussão dos dados inquiridos, em vista à validação das hipóteses formuladas.

1. Objetivos, dados empíricos e perguntas de investigação

Este estudo tem por objetivo analisar em que medida a atribuição de género gramatical em nomes sufixados, por aprendentes tardios de PLNM, varia em função do sufixo usado, da classe formal deste e da marca de género que lhe está associada. Para avaliar a fiabilidade desta hipótese, foi elaborado um inquérito no qual se solicitava a aprendentes tardios² de PLNM a frequentar turmas dos níveis B1, B2 e C1 (segundo a escala do *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (QECRL) (CONSELHO

-
- 1 Sobre a explicação histórica do mecanismo de marcação de género nestes nomes ver Rio-Torto, 2002.
 - 2 Os informantes que integram a base empírica deste estudo são alunos universitários que, no momento da recolha dos dados, se encontravam a frequentar cursos de língua portuguesa para estrangeiros. O nosso agradecimento aos alunos que, anonimamente, colaboraram neste projeto e aos docentes que o integraram na sua atividade letiva.

DA EUROPA, 2001)) que explicitassem qual o género gramatical de nomes portadores de sufixos com acentuada opacidade para a atribuição de género. Foram, pois, seleccionados sufixos de diferentes classes temáticas que estudos anteriores revelaram apresentarem significativas dificuldades de atribuição de género por falantes de PLNM (MARTINS, 2015; FERREIRA, 2019).

Os desvios na atribuição de género gramatical por aprendentes de PLNM em palavras não sufixadas variam em função de fatores diversos. Entre esses fatores, destacam-se:

- (i) a inviabilidade de se estabelecer uma correlação entre o valor de género gramatical e
 - a. a classe semântica do nome, como nos nomes de entidades não animadas: pt. [mar]_{MASC} (vs. fr. [mer]_{FEM}), pt. [dor]_{FEM}; pt. [arroz]_{MASC}, pt. [noz]_{FEM}; pt. [sal]_{MASC}, pt. [cal]_{FEM}; e
 - b. a classe formal da fronteira direita dos nomes, nomeadamente a natureza do índice temático, quando existe e/ou está explícito, e o facto de se tratar de um tema \emptyset ou de um nome atemático.

Como assinala Ferreira (2019), os desvios são tanto mais acentuados quanto o nome (não especificamente sufixado) se caracteriza por ser atemático, de tema \emptyset ou de tema *-e*, uma vez que este índice temático é o mais ambivalente³. Importa apurar se assim também ocorre em nomes sufixados.

O quadro de referência das classes temáticas dos nomes do Português utilizado neste estudo é o de Mota (2020). Nele, os nomes distribuem-se por três grandes classes temáticas:

- (i) nomes de tema *-a*, *-o*, *-e*;
- (ii) nomes de tema \emptyset , como os terminados em *-ão* ([ẽw̃] fonético); e
- (iii) nomes atemáticos.

3 A este respeito, observa Ferreira (2019, p. 198) o seguinte: “A distribuição dos desvios por categoria revela uma maior incidência de desvios em nomes cujo valor de género não se infere a partir de ‘pistas’ semânticas, nem a partir de ‘pistas’ formais”.

O quadro seguinte contém os sufixos usados no inquérito distribuídos pelas classes temáticas e pelos respetivos valores de género gramatical envolvidos nos nomes presentes no inquérito aplicado.

Classe temática do N*	Nome deverbal e sufixo		Nome deadjetival e sufixo	
	Tema ø ([ẽw̃] fonético)	Atemático	Tema -e (invariável)	
Género dos N sufixados				
Feminino	-ção, -s[z]ão	-agem	-ice	-idade
Masculino	-ão	-	-	-

*N - Nome

Quadro 1. Classes temáticas e classes de género gramatical dos nomes e sufixos presentes no inquérito

No Português hodierno, o género associado a cada um destes sufixos é fixo e invariável. Assim, não há nomes sufixados em *-idade* ou em *-ice* que não sejam FEM, do mesmo modo que não há nomes portadores do sufixo *-ão* que não sejam MASC. No que diz respeito a *-agem*, e não obstante as variações observadas na história da língua no tocante ao género dos nomes em que está presente (cf. Secção 2), hoje em dia apenas subsiste oscilação na atribuição de feminino, ou de masculino (como em francês) a *a/o personagem*. Nesta matéria a língua portuguesa é bastante mais unívoca que outras de morfologia igualmente rica. Na língua grega, por exemplo, o sufixo *-os* pode ser marcado como MASC, FEM e NEUTRO (MASTROPAVLOU & TSIMPLI, 2011), em função da base a que se conecta, não sendo, portanto, subespecificado quanto ao género.

Os nomes que foram objeto de escrutínio encontram-se explicitados no quadro seguinte. São 30 nomes (24 atestados e 6 possíveis) distribuídos equitativamente por 6 grupos, em cada um dos quais existe uma forma sufixal específica: *-ão*, *-ção*, *-s[z]ão*, *-agem*, *-ice* e *-idade*.

Derivados	DEVERBAIS				DEADJETIVAIS	
Género	MASCULINO	FEMININO				
Sufixos	-ão	-ção	-s[z]ão	-agem	-ice	-idade
Palavras atestadas	abanão arrastão empurrão esticão puxão	confraternização evolução preocupação satisfação	adesão alusão confusão decisão revisão	abordagem lavagem passagem	criancice velhice vigarice	cumplicidade exclusividade falsidade finalidade
Palavras possíveis	-	avisação	-	levantagem tratagem	contentice vitalice	prontidade

Quadro 2. Nomes presentes no inquérito aplicado

Como se observa no quadro anterior, este contém diferentes classes de nomes portadores de sufixos, a saber:

- (i) nomes derivados no português em *-ão*, *-ção*, *-agem*, *-ice* e *-idade*;
- (ii) nomes possíveis em *-ção*, *-agem*, *-ice* e *-idade*; e
- (iii) nomes portadores de *-s[z]ão* de origem latina, mas encaráveis como igualmente sufixados.

Os nomes seleccionados não têm todos o mesmo estatuto dentro da língua portuguesa. Desde logo, os nomes em *-s[z]ão* têm origem latina, mas não deixam de ser sufixados e facilmente relacionáveis com as respetivas bases verbais. Ademais, trata-se de nomes cujas versões românica e inglesa são de circulação internacional, pelo que não é despicienda a probabilidade de contacto com configurações próximas da portuguesa. Como em inglês os nomes equivalentes não são marcados por género gramatical, a importância de tal eventual *input*, no caso mais implícito que explícito (sobre as manifestações e implicações deste, ver Martins, no prelo), só se fará sentir em falantes com contacto com alguma língua românica.

De todos os nomes e sufixos seleccionados, apenas os que são portadores de *-ão* são marcados como MASC; todos os demais são FEM. Como tem sido abundantemente defendido, em várias línguas o

género gramatical MASC pode ser encarado como o género gramatical ‘por defeito’⁴ (HARRIS, 1991; ALARCÓN, 2004; WHITE *et al.*, 2004; MARIOTTO & LOURENÇO-GOMES, 2013; MARTINS, 2015; FERREIRA, 2019). Veremos se, perante os dados apurados neste estudo, tais suposições se comprovam, ou não.

A frequência destes nomes na língua portuguesa é, segundo dados do *Corpus do Português – Web / Dialects* (doravante CdP)⁵, bastante diversa (cf. Quadro 3). Como se observa no quadro seguinte, que integra índices de frequência quer do Português do Brasil quer do Português Europeu, apenas dois nomes são marcados, globalmente, com valores de frequência por milhão acima dos 100 mil: *evolução* (453.6) e *decisão* (194.34). Há também nove nomes cujos valores de frequência globais por milhão são superiores a 10 mil: *passagem* (88.13); *preocupação* (67.21); *abordagem* (45.10); *satisfação* (44.66); *finalidade* (42.74); *revisão* (38.39); *confusão* (37.33); *adesão* (26.62) e *lavagem* (13.27). Todos os demais 13 nomes apresentam valores de frequência lexical por milhão abaixo de 10 mil. Na secção 4, observaremos em que medida os valores de frequência interferem, ou não, na atribuição de género (sobre os efeitos da frequência em múltiplos aspetos da *performance* linguística veja-se Bybee (2007), entre outros).

4 Reportando-se a nomes do espanhol de tema em -o não especificamente sufixados, Harris (1991, p. 29) considera que “The class of forms with final vowel (“word marker”) -o represents the default case, corresponding to the lack of any lexical mark.”. Por sua vez, Ferreira (2019, p. 204) observa que “em todos os grupos de informantes se regista o mesmo padrão, i.e., a maior parte dos desvios recai em formas nominais femininas, havendo, portanto, uma preferência pela atribuição por *default* do valor de género masculino. *(...) por isso, eu faço **este actividade** nos meus tempos livres cada vez mais frequente.» (Chinês.A1-A2).”

5 O *Corpus do Português* (CdP) – *Web / Dialects* (disponível para consulta em <https://www.corpusdoportugues.org/web-dial/>) de Mark Davies integra aproximadamente mil milhões de palavras recolhidas em cerca de um milhão de páginas *web* de quatro países de Língua Oficial Portuguesa (Brasil, Portugal, Angola e Moçambique) e permite fazer pesquisas por palavras e aceder aos respetivos índices de frequência.

Sufixos	Valores de freq.			
	por milhão	Geral	Portugal	Brasil
-ão	Abanão	0.20	0.91	0.03
	Arrastão	0.82	1.28	1.24
	Esticão	0.13	0.62	0.01
	Empurrão	1.54	2.97	1.85
	Puxão	1.62	1,45	2.63
-ção	Confraternização	2.11	2.30	2.22
	Evolução	453.6	270.2	558.4
	Preocupação	67,21	65,58	67,27
	Satisfação	44.66	43.13	40.13
-agem	Abordagem	45,10	47.40	34.44
	Lavagem	13.27	14.61	17.34
	Passagem	88.13	97.84	88.59
-s[z]ão	Adesão	26.62	31.47	18.23
	Alusão	7,07	6.60	6.39
	Confusão	37.33	50,70	41.96
	Decisão	194.34	186.22	195.54
	Revisão	38.39	38.53	27.72
-ice	Crianceice	0.12	0,14	0.16
	Velhice	9.50	10.74	9.35
	Vigarice	0.59	1.64	0.53
-idade	Cumplicidade	6.83	10.78	7.79
	Exclusividade	8.57	7.73	11.20
	Falsidade	8.05	5.68	8.72
	Finalidade	42.74	28.35	40.10

Quadro 3. Valores de frequência dos nomes sufixados por milhão segundo dados do *Corpus do Português* (CdP)

Como já referido, a base empírica deste estudo resultou da recolha de respostas de um inquérito aplicado junto de aprendentes tardios de PLNM. Entre as respostas obtidas, verificou-se uma predominância de informantes de LM chinesa. Por conseguinte, como a língua materna dos aprendentes inquiridos é maioritariamente o mandarim, a diversidade tipológica de línguas-fonte torna inviável averiguar a eventual influência da língua mãe (e os graus de transferência envolvidos) dos aprendentes no processo de atribuição de valores de género aos nomes sufixados. Optou-se, assim, por trabalhar neste estudo unicamente os inquéritos submetidos por falantes de LM chinesa.

Para a análise e discussão dos dados recolhidos, teve-se em conta o nível da turma frequentada pelo informante bem como as especificidades dos itens nominais sufixados tendo em vista responder às seguintes questões:

- (i) é possível aferir, nas diferentes fases do desenvolvimento interlinguístico dos aprendentes, padrões de atribuição de valores de género em função da classe temática, do sufixo derivacional e respetivo valor de género do item nominal?
- (ii) existe correlação entre acertos/desvios mais acentuados atendendo ao grau de representatividade do sufixo na língua-alvo, como *-ção* face a *-ão*, *-s[z]ão* e *-agem* ou como *-idade* face a *-ice*?
- (iii) existe correlação entre a incidência de acertos/desvios e frequência de uso no *input* do item nominal?

2. Atribuição de Género Gramatical e influência do sufixo

Quaisquer que sejam os quadros teóricos usados sobre o peso que os radicais e/ou os sufixos têm no género gramatical dos nomes em estudo (associando o género ao radical e/ou ao sufixo), é inequívoco que, em Português, nos nomes sufixados a determinação do seu género gramatical está fortemente dependente do sufixo usado: nos derivados de [*perna*]_{FEM}, nome feminino, [*pernita*]_{FEM} e [*pernoca*]_{FEM} são igualmente femininos, mas

[*pernil*]_{MASC} e [*pername*]_{MASC} são masculinos. Os nomes derivados em *-il* são masculinos (cf. o *cabril*, o *carril*, o *gatil*, o *gradil*, o *poldril*, o *trombil*), mesmo tendo por base radicais de nomes femininos (*a cabra*, *a grade*, *a tromba*); também os nomes derivados em *-ame* são masculinos (o *cordame*, o *velame*), podendo a base ser feminina (*a corda*, *a vela*).

Assim, como afirmam Mastropavlou & Tsimpli (2011):

[...] suffixes are stored in the mental lexicon carrying a gender feature specified for a value which is inherited from nouns they frequently and productively co-occur. In that sense and in line with most lexicalist models of morphology (see Lieber 1992; Selkirk 1982, among others), stems and affixes are both stored in the lexicon, specified with respect to a number of features. (MASTROPAVLOU & TSIMPLI, 2011, p.52)

A atribuição do género gramatical canónico a palavras possíveis ou a pseudopalavras, registada no estudo levado a cabo por estas autoras gregas, corrobora a assunção de que o género associado a um sufixo será ‘herdado’ do dos nomes nos quais ele mais frequentemente e produtivamente ocorre. Para além da frequência e da consistência do *input* envolvido, vários estudos apontam para a consistência de relações (final fónico-lexical de palavra e género, configuração fónico-lexical do artigo e género do nome) e em que assentam as representações que os falantes memorizam (cf. TAFT & MEUNIER, 1998, entre outros), e que estão na base da atribuição das marcas de género a um dado nome⁶.

Em Português, a presença, no nome, de um sufixo derivacional está associada a um valor de género específico e não variável. Com efeito, e à exceção dos sufixos *-ista* e *-nte* que geram produtos nominais com dois

6 “The system is trained on a set of input-output correspondences, including both regular and irregular ones, and from this a set of input units becomes linked (via a layer of hidden units) to a set of output units in a particular way, with a range of different link-strengths depending on the frequency of the particular relationship. When a new input is given, the system uses these links to activate an appropriate output.” (TAFT & MEUNIER, 1998, p. 25)

valores de género⁷, todos os demais sufixos estão associados a um único valor de género, masculino ou feminino. Assim, assumimos conjuntamente com Ambadiang (1999, p. 4876) que “[e]l afijo impone su rasgo de género al conjunto así formado, el género de los nombres derivados se predice a partir del de su último constituyente sufijal.”

O quadro que se segue traça uma panorâmica da distribuição dos valores de género feminino e masculino pelas diferentes classes temáticas dos nomes em Português, estabelecidas em função dos sufixos nelas presentes.

Classes temáticas	Género do N* derivado		MASC	FEM
	Sufixo			
Tema -o	-aço, -ado, -alho, -ário, -edo, -eiro, -ismo, -mento, -tório		[O] caloraço, ducado, ramalho, preçário, vinhedo, cinzeiro, provincianismo, conhecimento, dormitório	
Tema -e	-ame, -ete, -ote, -ume		[O] cordame, brinquete, ralhete, capote, malote, azedume	
	-dade, -ice, -itude, -ose			[A] idiotice, tolice, magnitude, penalidade, universalidade, granulose

7 Estes nomes ambíguos serão objeto de um outro estudo, uma vez que, sendo ‘comuns de dois géneros’, a especificação de género coloca problemas de concordância.

Tema -a	-aça, -ada, -alha, -aria, -eira, -eta, -eza, -ia, -ina, -ncia, -ura, -dura		[A] ameaça, fumaça, garfada, gentalha, perfumaria, lancheira, cruzeta, certeza, alegria, nectarina, distância, pintura, queimadura
	-oma	[O] fibroma, pleuroma	
Atemático	-agem		[A] aprendizagem, gatunagem
Tema ø	-ez		[A] pacatez, sensatez
	-ção, -s[z]ão		[A] admiração, decisão
	-ão	[O] empurrão, esticão, puxão	
	-dor, -al, -il, -ês	[O] aparador, separador, laranjal, quintal, gatil, eduquês	

*N - Nome

Quadro 4. Classes temáticas dos sufixos e marcas de género

Como se verifica, no que toca à marcação de género, existem dois grandes grupos de nomes derivados em Português. Um em que os nomes são:

(i) MASC:

(i') nomes de tema em -o átono e nomes de tema em -a sufixados em -oma; (i'') nomes de tema em -e; e

(ii) FEM (tema em -a, tema em -e e atemático em *agem*).

Um outro grupo de nomes é o dos de tema \emptyset , que podem ser de género invariavelmente MASC (*-dor, -al, -il, -ês, -ão*) ou de género invariavelmente FEM (*-ção, -s[z]ão, -ez*).

Os nomes de tema em *-o* e em *-a* são, no cômputo global, os mais unívocos quanto ao género gramatical, estando associado aos primeiros o género MASC e aos segundos o género FEM. Assim é com nomes não derivados, e a situação aplica-se também aos que são sufixados. Na língua portuguesa, apenas um grupo residual de nomes em *-o* é marcado como FEM (a *libido*, a *moto*, a *nao* (var. antiga de *nau*), a *virago*, a *rádio*, a *foto*, a *químio*, a *pólio*). Seguem-se os nomes de tema sufixado em *-a*, maioritariamente FEM, e residualmente MASC, quando o sufixo é *-oma*. Cerca de seis centenas de nomes em *-a*, quase todos de origem grega, são MASC (cf. *dia*, *drama*, *mapa*, *profeta*, *poeta*, *genoma*, *telegrama*)⁸. Situação idêntica ocorre em Espanhol (HARRIS, 1991).

Também os nomes de tema em *-e* podem ser MASC ou FEM. Na verdade, a presença de um índice temático *-e* não fornece pistas sobre o género do derivado, sendo este MASC nos nomes em *-ame* (o *cordame*) ou *-ume* (o *azedume*) e FEM nos nomes em *-idade* (a *portugalidade*) e em *-ice* (a *doutorice*, a *vedetice*) (cf. Quadro 4).

Os nomes atemáticos em *-agem* são FEM, na língua portuguesa atual (a *aprendizagem*, a *viagem*). Mas os nomes portadores dos sufixos românicos equivalentes ao port. *-agem* são masculinos. Assim acontece em Espanhol, com *-aje* (el *aprendizaje*, el *viaje*), em Francês *-age* (un *apprentissage*, le *voyage*) e em Italiano *-aggio* (un *viaggio*). Ou seja, a língua portuguesa diferencia-se neste aspeto, o que pode dificultar a atribuição de género gramatical a nomes em *-agem* por parte de aprendentes cujas línguas maternas sejam o Castelhana, o Francês ou o Italiano. Todavia, na história da língua portuguesa, períodos houve em que se registava variação no género dos nomes sufixados em *-agem*. Até ao

8 Não é feita, aqui, menção aos nomes sufixados em *-ista* pelo facto de serem ambígenos: o/a *artista*; o/a *motorista*.

século XVI documentam-se palavras em *-agem* marcadas como masculinas, como o testemunho do sec. XIV abona (“ho linhagem umanall”, *Coronica Troiana* 21, p. 1820), tendo a fixação sido progressivamente consolidada de então para cá. Em Francês e em Espanhol, preserva-se o género masculino nas palavras cujas terminações remontavam a *-atĩcu-*, como em Francês le *passage* (MASC), em Espanhol el *pasaje* (MASC). Em Português, a palavra equivalente é feminina — a *passagem* (FEM) —, pois nesta língua a terminação *-agem* (<*-age*) ter-se-á deixado contaminar por *-agem*, com origem em *-agĩne* (*imagine* > pt. *imagem*, fr. *image*, esp. *imagen*, todas do género FEM), generalizando-se, assim, o género feminino.

Os nomes em *-ção* e em *-ão*, não obstante a presença de um *-o* na sua fronteira direita, também são não indexais do género gramatical do nome em que ocorrem. Em teoria, a presença de *-o* poderia apontar para o género MASC, mas tratar-se-ia de uma pista enganadora, pois o género dos nomes com *-ção* [sẽw̃] e *-ão* [ẽw̃] têm um comportamento ambivalente quanto ao género. No caso de *-ção*, o português apresenta o género FEM⁹ comum aos equivalentes do fr. *-ation*, do esp. *-ación*, do it. *-azione*. Já com *-ão* há atribuição do género MASC (pt. *o empurrão*, esp. el *empujon*). Consequentemente, o facto de estes nomes terem alguma ressonância com os derivados em *-ção* pode levar os aprendentes a marcar como FEM o nome *cabeção*, que é MASC. Poder-se-á assumir que estes não são sufixos cujo valor de género seja univocamente identificado e atribuído por aprendentes de PLNМ.

Em suma, a ambivalência que se observa nos nomes sufixados de tema *-a* ou *-e* não se regista nos nomes sufixados de tema *-o*, nos atemáticos em *-agem* e nos de tema \emptyset . Os nomes de tema \emptyset são sistematicamente FEM quando sufixados em *-ez*, *-ção* e *s[z]ão*, e sistematicamente MASC quando sufixados em *-ão*, *-dor*, *-al*, *-il*, *-ês* (cf. Quadro 4).

9 Como afirma Rodrigues (2016, p. 71) “o sufixo *-ção* categoriza o produto que é por ele formado como de género feminino (*a destruição*, *a avaliação*).”.

Assim, sendo arbitrário, o género gramatical é mais imprevisível nos nomes não derivados do que nos sufixados, uma vez que nestes a presença de um dado formativo sufixal assegura uma classe de género invariável e sistemática (FEM/MASC). Veremos em que medida esta realidade se traduz por acertos ou desvios significativos nos vários casos.

3. Procedimentos metodológicos

Os dados que constituem a base empírica do presente estudo foram extraídos de um inquérito aplicado *online*¹⁰ e no qual se solicitou a aprendentes tardios de PLNM que identificassem o valor de género de 30 nomes sufixados (24 formas atestadas e 6 possíveis), distribuídos equitativamente por 6 grupos que, por sua vez, foram estipulados em função do sufixo derivacional: *-ão*, *-ção*, *-s[z]ão*, *-agem*, *-ice* e *-idade* (cf. Quadro 2).

Cada item nominal integra uma construção frásica distinta, tendo o informante de seleccionar, em função do nome sufixado, a forma adequada do artigo definido (*o*, *a*, *os*, *as*) que, com ele, deve concordar em género e em número¹¹. À exceção dos nomes sufixados em *-ão*, que são marcados como MASC, os demais nomes sufixados são marcados como FEM (cf. Quadro 2). Foram, assim, elaboradas construções frásicas com nomes sufixados em *-ão* (cf. (1a)); em *-ção* (cf. (1b)); em *s[z]ão* (cf. (1c)); em *-agem* (cf. (1d)); em *-ice* (cf. (1e)) e em *-idade* (cf. (1f)):

10 O inquérito foi elaborado na plataforma Microsoft Forms[®] e o respetivo *link* para preenchimento foi enviado aos informantes, via *email*. O tempo médio de preenchimento registado foi de 38 minutos e 14 segundos.

11 O uso de formas nominais masculinas e femininas, no singular e no plural permite averiguar se o informante reconhece o valor de género do item, bem como o respetivo valor de número. Neste trabalho em particular, e em função dos objetivos estipulados, analisaram-se unicamente as respostas facultadas em função da atribuição de valor de género nominal (convergente ou divergente) aos nomes sufixados.

(1)

- a. Na semana passada, _ (o/a/os/as) *'puxões* de orelhas' que a mãe deu ao Filipe foram tão eficazes que agora ele já come a sopa toda.
- b. A loja da Maria Alice preocupa-se com _ (o/a/os/as) *satisfação* dos seus clientes e, por isso, só vende produtos de qualidade.
- c. As estradas de acesso à Torre da Serra da Estrela foram fechadas e instalou-se _ (o/a/os/as) *confusão* no trânsito!
- d. Este detergente é ótimo para _ (o/a/os/as) *lavagem* de cobertores e tapetes.
- e. A atitude do João revelou _ (o/a/os/as) tal *criancice* de que todos falavam na semana passada!
- f. Qual é _ (o/a/os/as) *finalidade* do projeto proposto hoje na Assembleia Geral?

Em cada inquérito submetido, recolheram-se ainda informações com vista à caracterização do perfil dos informantes, nomeadamente no que concerne ao seu perfil sociolinguístico: língua(s) materna(s); nível de proficiência linguística do português; outras línguas não-maternas conhecidas além do português e respetivo nível de proficiência; sexo; idade; e instituição de ensino frequentada aquando do preenchimento do inquérito.

O questionário foi preenchido por aprendentes que se encontravam a frequentar cursos de português para estrangeiros, ministrados em instituições de ensino superior em Portugal, na China Continental e em Macau. Para este estudo, selecionaram-se as respostas facultadas por falantes nativos de chinês, distribuídos por três níveis de proficiência de português: B1, B2 e C1, que correspondem aos níveis do QECRL da turma frequentada no momento da recolha.

Os informantes são de ambos os sexos (74% do sexo feminino e 26% do sexo masculino) e têm uma média de idades de 20,2 anos (distribuídos entre os 19 e os 31 anos). O Quadro 7 apresenta o conjunto total de dados empíricos apurados, distribuídos em função do nível QECRL da turma frequentada e da classe temática dos nomes sufixados presentes no inquérito.

Informantes			Respostas	Classe temática do nome e sufixo					
				Tema σ ([ẽw̃] fonético)			Atemático	Tema -e (invariável)	
LM	Nível QECRL	#	#	-ão	-ção	-s[z]ão	-agem	-ice	-idade
Chinês	B1	38	1140	190	190	190	190	190	190
	B2	48	1440	240	240	240	240	240	240
	C1	18	540	90	90	90	90	90	90
Σ		104	3120	520	520	520	520	520	520

Quadro 5. Caracterização da base empírica do estudo: informantes e respostas obtidas por classe temática do nome e respetivo sufixo

Com vista a aferir padrões de aquisição na atribuição de valores de género aos nomes sufixados em Português que se correlacionem, por um lado, com o perfil do aprendente e, por outro, com as propriedades dos itens nominais sufixados, tiveram-se em conta as seguintes variáveis na análise dos dados empíricos:

- (i) nível de proficiência dos informantes em português (nível QECRL);
- (ii) classe temática do nome e respetivo sufixo derivacional; e
- (iii) índices de frequência lexical do nome derivado.

4. Resultados e discussão

A base empírica deste trabalho é constituída por 3120 ocorrências de atribuição de valor de género gramatical, entre as quais se registaram **557** desvios. Assim, e em função do número absoluto de ocorrências, verificou-se que cerca de 18% correspondem a desvios de atribuição de valor de género nominal (cf. Quadro 6). Por conseguinte, de um modo geral, estes dados são reveladores de que, entre os níveis QECRL B1 e C1, uma parte substancial (72%) dos aprendentes de LM chinesa seleciona adequadamente o valor de género do item nominal sufixado.

Nível QECRL	B1	B2	C1	Σ
# Respostas	1140	1440	540	3120
# Desvios de AGN*	268	213	76	557
% relativa de desvios de AGN	23,5%	14,7%	14,1%	17,9%

*AGN – Atribuição de género nominal

Quadro 6. Distribuição do número total de respostas e de desvios por nível QECRL

Para averiguar se a incidência de desvios diminui em fases mais avançadas do desenvolvimento interlinguístico dos participantes, calcularam-se, para cada segmento da amostra, as respetivas percentagens relativas de desvios em função do número absoluto de respostas submetido por nível QECRL (cf. Quadro 6 e Gráfico 1). Verificou-se que o nível B1 apresenta o maior índice de desvios (23,5%), enquanto os níveis B2 e C1 registam incidências de desvios mais baixas (14,7% e 14,1%, respetivamente).

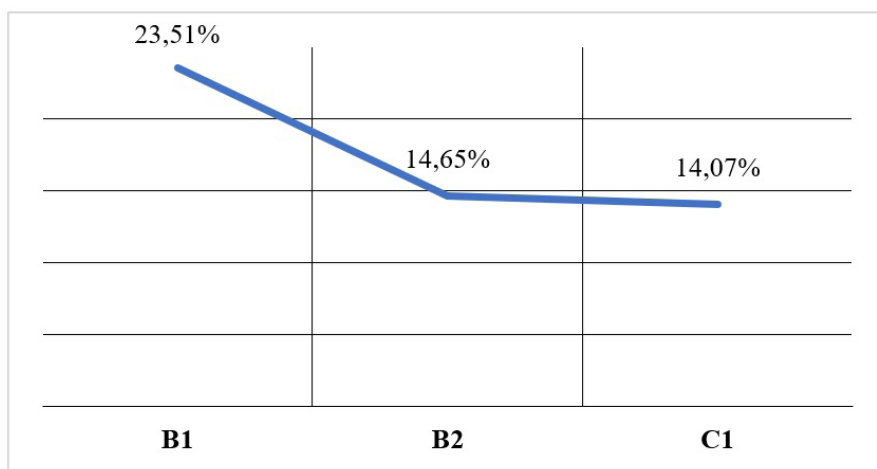


Gráfico 1. Percentagens relativas de desvios por nível QECRL

Embora se verifique uma diminuição da proporção de desvios nos níveis intermédio (B2) e avançado (C1), relativamente ao nível B1, é de assinalar que os valores percentuais apurados nos três segmentos da amostra empírica não são substancialmente diferentes. Em termos quantitativos, o desempenho linguístico dos informantes de B2 e de C1, no que à associação de valor de género aos nomes derivados diz respeito, é praticamente similar, e o diferencial relativamente ao desempenho dos alunos de B1, situa-se abaixo de 10%, pelo que não pode ser considerado avultado.

Além disso, a percentagem relativa de desvios registada no nível C1 não reflete uma melhoria significativa do desempenho destes aprendentes relativamente aos outros níveis (B1 e sobretudo B2) e parece indiciar, neste segmento, um certo efeito de estabilização da aprendizagem da atribuição de género nominal aos nomes sufixados em Português. Por conseguinte, estes resultados são reveladores de que mesmo em fases mais avançadas do seu desenvolvimento interlinguístico, os aprendentes de LM chinesa não reconhecem adequadamente o valor de género de todos os nomes sufixados apresentados.

De forma a apurar se existe correlação entre a frequência de desvios e as classes temáticas dos nomes e respetivos sufixos derivacionais, procedeu-se ao cálculo das percentagens relativas de desvios por segmentos da amostra, calculadas em função do número absoluto de respostas submetido por conjunto de nomes sufixados (cf. Quadro 7 e Gráfico 2). Assim, procura-se determinar se a incidência de respostas desviantes depende da classe temática e respetivo sufixo do nome.

Classe Temática	Sufixo	Nível QECRL									TOTALS		
		B1			B2			C1			# de respostas	# de desvios	%
		# de respostas	# de desvios	%	# de respostas	# de desvios	%	# de respostas	# de desvios	%			
ø ([lãw] fonético)	-ão	190	122	64.2	240	103	42.3	90	40	44.4	520	265	50.6
	-ção	190	12	6.3	240	5	2.1	90	0	0	520	17	3.3
	-s[z]ão	190	19	10	240	13	5.4	90	1	1.1	520	33	6.4
Atemático	-agem	190	21	11.1	240	18	7.5	90	2	2.2	520	41	7.9
-e (invariável)	-ice	190	79	41.6	240	73	30.4	90	33	36.7	520	185	35.6
	-idade	190	15	7.9	240	1	0.4	90	0	0	520	16	3.1
Σ		1140	268	23.5	1440	213	14.7	540	76	14.1	3120	557	17.9

Quadro 7. Distribuição do número absoluto de respostas, de desvios e respetivas percentagens relativas apuradas por nível QECRL e sufixo derivacional

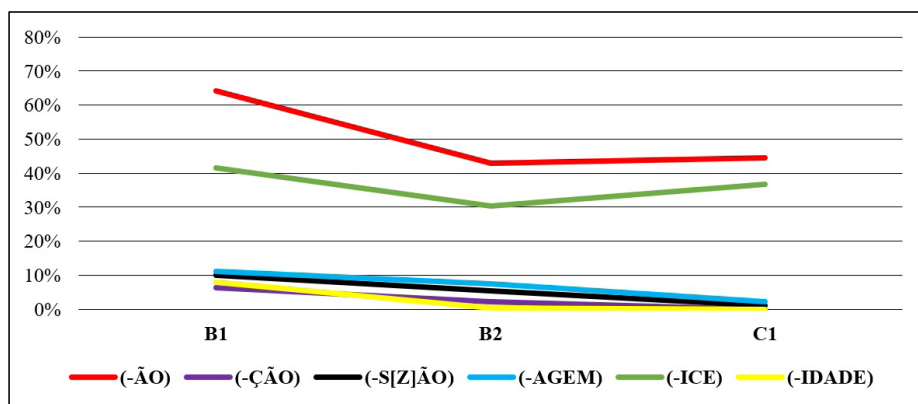


Gráfico 2. Distribuição das percentagens relativas de desvios por sufixo derivacional em função do nível QECRL

Segundo os dados cartografados no Gráfico 2 e os do Quadro 7, a maior proporção de desvios, em todos os segmentos da amostra, regista-se nos nomes sufixados em *-ão* (50.6%) e em *-ice* (35.6%). Em contrapartida, os sufixados em *-agem*, *-ção*, *-[z]são* e *-idade* registam índices de desvio reduzidos: *-agem* (7.9%), *-ção* (3.3%), *-s[z]ão* (6.4%) e *-idade* (3.1%). Por conseguinte, não existe uma correlação direta entre a classe temática do nome e incidências de desvios. Em contrapartida, os dados revelam padrões distintos atendendo ao sufixo derivacional do nome em causa.

Em termos gerais, os elevados índices de desvios registados nos nomes masculinos sufixados em *-ão* (50.6%) por oposição aos índices de desvios apurados nos restantes nomes, que são todos uniformemente femininos, contrariam, em certa medida, a tendência amplamente assinalada em muitos dos estudos realizados sobre a aquisição tardia da categoria de género gramatical (BRUHN DE GARAVITO & WHITE, 2002; ALARCÓN, 2004; WHITE *et al.*, 2004; MARIOTTO & LOURENÇO-GOMES, 2013; MARTINS, 2015; FERREIRA, 2019). Com efeito, nestes trabalhos, constata-se que uma parte substancial dos desvios recai sobre nomes femininos aos quais os aprendentes atribuem o valor de género masculino. Esta tendência corresponde a uma estratégia, adotada pelos aprendentes, de marcação por defeito do género masculino, a forma não-marcada, e é característica do processo de assimilação tardia da categoria de género gramatical, sobretudo em fases iniciais da aprendizagem¹².

Assim, nos nomes sufixados em *-ção*, *-s[z]ão* e *-ão*, a presença da vogal *-o* na fronteira direita do nome poderia conduzir o aprendente a assumir que se trata de uma forma masculina, já que o facto de haver, em português, uma correlação parcial entre índices temáticos *-o* e *-a* e valores de género MASC e FEM, respetivamente, poderia contribuir para a assunção, por parte destes aprendentes, de que estas vogais correspondem a marcadores morfológicos de género gramatical (cf. Secção 2)¹³. Contudo, não é tão expressiva a associação do MASC a nomes sufixados em *-ção* e *-s[z]ão* como é a associação do FEM aos nomes sufixados em *-ão* (cf. Gráfico

12 Assim acontece com os nomes femininos sufixados em *-ice*, nos quais se regista, em B1, uma proporção maior de desvios (41.6%), por oposição aos valores registados nos restantes níveis (30.4% em B2 e 36,7% em C1). Porém, esta estratégia de marcação de masculino por defeito não é tão expressiva nos femininos que terminam em <o>.

13 Pinto (2017, p.100) observou, nos seus dados, que os nomes terminados em *-ão* são tendencialmente associados ao género masculino pelos aprendentes de PLNM, podendo este comportamento justificar-se pelo facto de os alunos interpretarem o *-o* final como um índice temático. Por seu turno, Ferreira (2021), ao analisar desvios morfológicos correlacionados com a atribuição de género nominal, verificou que os aprendentes, independentemente da sua LM, tendem a associar as vogais finais *-o* e *-a* aos valores de género MASC e FEM, respetivamente, e adaptam a forma morfológica dos itens, quer gramaticais quer lexicais, em função deste padrão, conforme ilustram os exemplos seguintes retirados desse estudo: “*O minho quarto* (Alemão.A1-A2); *A minha amiga melhora* (Inglês. A1-A2); os *semestros* (Alemão.B1-B2)” (FERREIRA, 2021, p.223).

2). Face a estes resultados, colocamos a hipótese de que a incidência dos desvios nestes nomes esteja correlacionada com a representatividade do sufixo no *input* linguístico ao qual o aprendente está exposto. Ou seja, postula-se que *-ção* e *-s[z]ão* estejam mais representados no *input* e, por esse motivo, a incidência de desvios de atribuição de valores de género é mais reduzida nos respetivos nomes sufixados. Em contrapartida, a presença no léxico da língua-alvo, o Português, de nomes femininos terminados em <ão>, como, por exemplo, *a região*, *a mão*, *a opinião*, *a união* e *a pensão*, e de todos os sufixados em *-ção*, poderá contribuir para gerar ambiguidade no *input* e, por conseguinte, conduzir o aprendente a assumir que itens formalmente idênticos são marcados pelo mesmo valor de género. Este processo de analogia de uma determinada marca de género a uma determinada configuração formal (no caso <ão> e género FEM) está atestado na atribuição de género a palavras importadas (POPLACK; POUSADA; SANKOFF,1982), pelo que poderá também não ser descartado.

Entre os nomes de tema em *-e*, sufixados em *-idade* e *-ice*, registam-se índices de desvios diferentes. Mais precisamente, o sufixo *-ice* apresenta, em todos os segmentos da amostra empírica, frequências de desvio de atribuição de género substancialmente mais elevadas (36.7%) do que as registadas nos nomes sufixados em *-idade* (3.10%) (cf. Quadro 7). O diferente desempenho linguístico observado pode estar correlacionado, de novo, com a representatividade do sufixo derivacional em causa. Com efeito, segundo MOITA *et. al.* (2010), na neologia do português, o sufixo *-ice* é menos produtivo do que *-idade*, e é um sufixo com uma configuração autóctone na língua portuguesa, mais opaco e idiossincrático (RIO-TORTO & RODRIGUES, 2016, p. 138). Assim, a baixa representatividade deste sufixo no *input* a que estes aprendentes estão expostos poderá contribuir para uma maior incidência de desvios de atribuição de género a estes nomes derivados. Ademais, sendo *-idade* um sufixo ‘internacional’, o sufixo e os nomes em que ocorre têm muito mais probabilidade de fazerem parte do *input* dos inquiridos, do que a maior parte dos nomes em *-ice*.

Os itens pertencentes à classe atemática, sufixados em *-agem* e marcados como FEM, apresentam frequências de desvios relativamente baixas em todos os segmentos da amostra empírica analisada (7.9%). Como

são formas relativamente opacas no que à associação de valores de género diz respeito (por serem atemáticas), seria expectável que apresentassem taxas de desvio consideravelmente altas, tal como atestam alguns estudos sobre a aquisição de género gramatical em PLNM (FERREIRA, 2011, 2019; MARTINS, 2015; PINTO, 2017).

Portanto, a não atribuição sistemática de MASC por defeito aos nomes derivados marcados como FEM (como são os sufixados em *-agem*, *-ção*, *-s[z]ão* e *-idade*) leva-nos a equacionar a hipótese de que, em fases mais avançadas do desenvolvimento interlinguístico, os informantes estarão menos suscetíveis à ‘estereotipagem linguística’ na atribuição de género, e serão, assim, capazes de aferir os valores de género em função da estrutura formal do nome. Por ‘estereotipagem linguística’ entende-se a associação ao nome, e aos itens que com ele estabelecem relações de concordância nominal, do valor de género MASC por defeito, por este ser considerado, em Português como em outras línguas românicas, o valor não-marcado. Além disso, estes dados também indiciam que, em determinados conjuntos de nomes sufixados, os aprendentes memorizaram o respetivo valor de género, podendo essa associação estar correlacionada quer com a representatividade do sufixo quer com a respetiva frequência dos nomes sufixados no *input*.

Considerada a proporção dos desvios por sufixo derivacional, procurou-se, em seguida, apurar se existe correlação entre as taxas de desvios registadas e a frequência dos nomes derivados (segundo dados de frequência apurados no CdP; cf. Secção 2). Neste contexto, coloca-se a hipótese de que nomes menos frequentes no *input* registam uma maior incidência de desvios do que os nomes mais frequentes, já que a frequência lexical pode contribuir, favoravelmente, para a assimilação do item nominal e das suas propriedades morfossintáticas no léxico mental do aprendente. Em conformidade, em nomes não atestados na língua portuguesa, a incidência de desvios será substancialmente elevada.

No quadro seguinte, registam-se os nomes sufixados que foram alvo de escrutínio neste estudo, distribuídos por ordem decrescente dos respetivos valores de frequência gerais (que incluem os valores apurados no subcorpus de Portugal e do Brasil) por milhão registados no CdP.

	Nomes	Valores de frequência por milhão
+ frequente	evolução	453.6
	decisão	194.34
	passagem	88.13
	preocupação	67.21
	abordagem	45.10
	satisfação	44.66
	finalidade	42.74
	revisão	38.39
	confusão	37.33
	adesão	26.62
	lavagem	13.27
	velhice	9.50
	exclusividade	8.57
	falsidade	8.05
	alusão	7.07
	cumplicidade	6.83
	confraternização	2.11
	puxão	1.62
	empurrão	1.54
	arrastão	0.82
- frequente	vigarice	0.59
	abanão	0.20
	esticão	0.13
	crianceice	0.12

Quadro 8. Distribuição das formas sufixadas atestadas por valores de frequência por milhão registados no CdP

Da leitura do quadro, constata-se que todos os nomes sufixados em *-ão* possuem índices de frequência inferiores a dois mil por milhão (*puxão* (1.62); *empurrão* (1.54), *arrastão* (0.82), *abanão* (0.20) e *esticão* (0.13)), sendo que entre os nomes sufixados em *-ção*, apenas *confraternização* regista valores de frequência que rondam os dois mil por milhão (2.11), e os restantes apresentam valores de frequência consideravelmente superiores (*evolução*

(453.6); *preocupação* (67.21); e *satisfação* (44.66)). Estes indicadores parecem, assim, favorecer a hipótese de que os nomes sufixados em *-ção* são mais representativos no *input* do que os sufixados em *-ão*. Do mesmo modo, constata-se que, entre os sufixados em *-idade*, grande parte apresenta valores de frequência consideravelmente altos, por oposição aos derivados em *-ice* que, globalmente, registam valores de frequência mais baixos.

De forma a aferir se existe uma correlação entre a frequência dos itens lexicais e frequência de desvios de atribuição de género, apuraram-se, para cada segmento da amostra, as percentagens relativas de desvios.

Para a análise dos dados, optou-se por considerar, em primeiro lugar, os índices de desvios nos nomes cuja frequência lexical é superior a 10 mil por milhão, segundo o CdP.

Nome	Valores de frequência CdP (por milhão)	Nível QECRL									TOTALS		
		B1			B2			C1			# de respostas	# de desvios	%
		# de respostas	# de desvios	%	# de respostas	# de desvios	%	# de respostas	# de desvios	%			
evolução	453.6	38	3	7.9	48	0	0	18	0	0	104	3	2.9
decisão	194.34	38	4	10.1	48	1	2.8	18	1	5.6	104	6	5.8
passagem	88.13	38	1	2.6	48	4	8.3	18	0	0	104	5	4.8
preocupação	67.21	38	2	5.3	48	1	2.1	18	0	0	104	3	2.9
abordagem	45.10	38	5	13.2	48	4	8.3	18	2	11.1	104	11	10.6
satisfação	44.66	38	1	2.6	48	1	2.1	18	0	0	104	2	1.9
finalidade	42.74	38	4	10.5	48	0	0	18	0	0	104	4	3.8
revisão	38.39	38	5	13.2	48	2	4.2	18	0	0	104	7	6.7
confusão	37.33	38	5	13.2	48	3	6.3	18	0	0	104	8	7.7
adesão	26.62	38	3	7.9	48	5	10.4	18	1	5.6	104	9	8.7
lavagem	13.27	38	4	10.5	48	1	2.1	18	0	0	104	5	4.8
\bar{X}	95.58	38	3.4	8.8	48	2	4.2	18	0.36	2	104	5.7	5.5

Quadro 9. Distribuição do número absoluto de respostas, desvios e respetivas percentagens relativas apuradas por nível QECRL nos itens com valores de frequência superiores a 10 mil por milhão

Conforme se verifica no Quadro 9, o valor médio (\bar{X}) da frequência lexical destes itens é de 95.58 por milhão e o valor médio de desvios registado

em todos os segmentos da amostra é de 5.7 desvios por item lexical. Em termos percentuais, apurou-se que, em todos os segmentos, entre os nomes deste conjunto, cerca de 5,5% apresentam desvios de atribuição de género.

No que diz respeito às percentagens relativas de desvios, e atendendo aos dados apurados em todos os segmentos, os nomes sufixados em *-ção* registam a menor incidência de desvios (*satisfação* (1.9%); *preocupação* (2.9%) e *evolução* (2.9%)), em contraste com os sufixados em *-s[z]ão* que apresentam, neste conjunto, a maior incidência de desvios (*adesão* (8.7%); *confusão* (7.7%), *revisão* (6.7%) e *decisão* (5.8%)). Além disso, estes dados parecem indicar que o facto de um nome apresentar valores de frequência mais elevados não contribui favoravelmente para uma redução significativa do número de desvios de atribuição de género nominal. Com efeito, apesar de *decisão* possuir valores de frequência lexical elevados (194.34 por milhão), apresenta, em termos globais, uma percentagem relativa de desvios ligeiramente superior à registada em *lavagem*, o item que, neste conjunto, apresenta o valor de frequência lexical mais baixo (13.27 por milhão) e cuja percentagem relativa de desvios apurada em todos os segmentos é de 4.8%.

Relativamente à proporção de desvios por segmentos da amostra, regista-se, no nível B1, a maior incidência de respostas desviantes, havendo uma diminuição gradual das taxas de desvios nos níveis subsequentes (B2 e C1). Além disso, verifica-se que em C1 os desvios são residuais, incidindo apenas em três formas derivadas, sufixadas em *-agem* (*abordagem*) e em *-s[z]ão* (*decisão* e *alusão*), não havendo, também neste segmento, evidências de que a maior frequência lexical do item determine menos ocorrências de desvios.

Vejam-se, em seguida, os dados relativos à proporção de desvios apurada nos itens cuja frequência lexical é inferior a 10 mil por milhão.

Nome	Valores de frequência CdP (por milhão)	Nível QECRL									TOTAIS		
		B1			B2			C1			# de respostas	# de desvios	%
		# de respostas	# de desvios	%	# de respostas	# de desvios	%	# de respostas	# de desvios	%			
velhice	9.50	38	14	36.8	48	12	25	18	7	38.9	104	33	31.7
exclusividade	8.57	38	3	7.9	48	0	0	18	0	0	104	3	2.9
falsidade	8.05	38	3	7.9	48	0	0	18	0	0	104	3	2.9
alusão	7.07	38	2	5.3	48	2	4.2	18	0	0	104	4	3.8
cumplicidade	6.83	38	2	5.3	48	1	2.1	18	0	0	104	3	2.9
confraternização	2.11	38	3	7.9	48	0	0	18	0	0	104	3	2.9
puxão	1.62	38	25	65.8	48	21	43.8	18	9	50	104	55	52.9
empurrão	1.54	38	22	57.9	48	22	45.8	18	6	33.3	104	50	48.1
arrastão	0.82	38	27	71.1	48	18	37.5	18	9	50	104	54	51.9
vigarice	0.59	38	15	39.5	48	13	27.1	18	7	38.9	104	35	33.7
abanao	0.20	38	20	52.6	48	19	39.6	18	6	33.3	104	45	43.3
eslicão	0.13	38	29	76.3	48	21	43.8	18	10	55.6	104	60	57.7
eriancice	0.12	38	13	34.2	48	14	29.2	18	5	27.8	104	32	30.8
\bar{X}	3.63	38	13.7	36	48	11	22.9	18	4.5	25.2	104	29.2	28.1

Quadro 10. Distribuição do número absoluto de respostas, desvios e respetivas percentagens relativas apuradas por nível QECRL nos itens com valores de frequência inferiores a 10 mil por milhão

Segundo os dados representados no Quadro 10, o valor médio (\bar{X}) da frequência lexical destes itens é de 3.63 por milhão, sendo este valor muito inferior ao registado entre os itens de maior frequência (cf. Quadro 9). No que aos desvios de atribuição de valor de género diz respeito, verificou-se que, em média, ocorrem 29.2 desvios por item lexical. Este valor é também exponencialmente diferente do apurado para os itens mais frequentes.

Em termos globais, constata-se que os nomes sufixados em *-ão* e em *-ice* apresentam maiores índices de desvios em relação às restantes formas sufixadas, independentemente dos respetivos valores de frequência lexical. Por exemplo, a percentagem relativa de desvios registada no nome *vigarice* é de 33.7% e é ligeiramente superior à apurada para o nome *velhice*, que é de 31.7%, apesar de o primeiro nome registar valores de frequência lexical consideravelmente mais baixos. De facto, o nome *vigarice* regista um valor de frequência de 0.59 por milhão, enquanto *velhice* apresenta um valor de 9.50 por milhão (cf. Quadro 10). Do mesmo modo, se atentarmos para os resultados apurados entre os nomes *velhice* e *exclusividade*, cujos valores de frequência lexical são muito próximos, 9.50 e 8.57, respetivamente, verificamos que a

incidência global de desvios em *velhice* é de 31.7%, sendo substancialmente superior à registada em *exclusividade*, que é de 2.9%.

Portanto, estes resultados levam-nos a considerar, de novo, que a frequência lexical do item não parece ser claramente determinante para o processo de assimilação dos valores de género. Além disso, não é certo que um item considerado mais frequente no léxico do Português também o seja no *input* ao qual o aprendente está exposto. Com efeito, a esmagadora maioria destes informantes contacta com a língua apenas em contexto instrucional o que condiciona, por sua vez, o contacto com e/ou a utilização de léxico mais diversificado. Do mesmo modo, os próprios recursos instrucionais usados em sala de aula poderão, em certa medida, condicionar o grau de exposição ao *input* da língua-alvo.

Relativamente à proporção de desvios por segmentos da amostra, os dados coligidos revelam que nos níveis mais avançados, B2 e C1, a proporção de desvios por item mantém-se consideravelmente elevada, sobretudo nos itens sufixados em *-ice* e *-ão*. Ou seja, não se regista uma diminuição expressiva do número de desvios nestas formas sufixadas, o que nos leva a assumir que, mesmo em fases mais avançadas do desenvolvimento linguístico, o sufixo derivacional será determinante no processo de assimilação do valor de género.

A fim de determinar se a frequência dos itens lexicais é fator condicionante para a ocorrência de desvios, analisaram-se também as frequências de desvios registadas nas formas possíveis, criadas para este estudo. Convém salientar que nem todos os grupos de nomes sufixados apresentam nomes possíveis (cf. Quadro 2). Com efeito, não foram disponibilizadas formas possíveis de derivados em *-ão* e em *-s[z]ão*, pelo que, na classe temática \emptyset ([$\text{ẽ}\tilde{\text{w}}$] fonético) apenas o sufixo *-ção* apresenta uma forma possível.

Nome	Nível QECRL									TOTAIS		
	B1			B2			C1			# de respostas	# de desvios	%
	# de respostas	# de desvios	%	# de respostas	# de desvios	%	# de respostas	# de desvios	%			
°avisação	38	3	7.9	48	3	6.3	18	0	0	104	6	5.8
°tratagem	38	6	15.8	48	4	8.3	18	0	0	104	10	9.6
°levantagem	38	5	13.2	48	5	10.4	18	0	0	104	10	9.6
°vitalice	38	21	55.3	48	19	39.6	18	9	50	104	49	47.1
°contentice	38	16	42.1	48	15	31.3	18	5	27.8	104	36	34.6
°prontidade	38	3	7.9	48	0	0	18	0	0	104	3	2.9
\bar{X}	38	9.6	25.2	48	8.6	17.9	18	2.7	15.1	104	20.9	20.1

Quadro 11. Distribuição do número absoluto de respostas, desvios e respetivas percentagens relativas apuradas por nível QECRL nas formas possíveis e sem registos de frequência lexical

Considerando a incidência de desvios por formas possíveis (cf. Quadro 11), verifica-se que o padrão é semelhante ao apurado entre as formas atestadas. De facto, neste conjunto de itens, a maior proporção de desvios em todos os níveis QECRL regista-se nos nomes sufixados em *-ice*. Em termos percentuais, e em todos os segmentos da amostra, a proporção de desvios registada entre as formas possíveis °*vitalice* e °*contentice* é de 47.1% e 34.6%, respetivamente. Em contrapartida, os nomes possíveis sufixados em *-idade* e *-ção* apresentam incidências de desvios relativamente baixas (°*prontidade* (2.9%) e °*avisação* (5.8%)), o que nos leva à assunção de que para estas formas sufixadas os informantes, sobretudo de níveis mais avançados, reconhecem, com razoável grau de sucesso, o valor de género que lhes está associado.

Conclusões

O estudo levado a cabo permitiu identificar padrões relativos à atribuição de valores de género nominal a nomes sufixados por aprendentes tardios de PLNM, falantes nativos de chinês, a frequentar turmas universitárias dos níveis QECRL B1, B2 e C1. Com base nos resultados globais obtidos, constatou-se uma diminuição gradual dos desvios à medida que os aprendentes

progridem na aprendizagem do Português, embora se registre, no nível C1, um certo efeito de estabilização da aprendizagem face a B2, já que no nível mais avançado a incidência de desvios não é significativamente mais baixa do que a registada em B2 (cf. Gráfico 1).

Os dados apurados indiciam ainda uma clara relação entre o sufixo derivacional do nome e respetivos índices de desvios, já que nomes cujos sufixos são menos representados na língua apresentam uma maior incidência de desvios. Em contrapartida, estes dados demonstram que não existe correlação entre a classe temática a que pertencem os sufixos e o processo de assimilação/ atribuição de valores de género. Com efeito, no domínio de uma mesma classe temática, como a de nomes de tema \emptyset , os valores percentuais de desvio podem oscilar, em termos globais, entre 50.6% para os derivados em *-ão*, 6.4% para os nomes em *-s[z]ão* e 3.3% para os derivados em *-ção*. O mesmo padrão se aplica a nomes de tema *-e*, para os quais a proporção de desvios se situa nos 3.1% nos nomes em *-idade* e 35.6% nos nomes em *ice* (cf. Quadro 7).

A incidência expressiva de desvios sobre os nomes masculinos derivados em *-ão*, por oposição à registada entre os nomes femininos derivados em *-ção* e *-s[z]ão*, leva-nos a concluir que, em níveis de proficiência linguística mais avançados, os aprendentes tendem menos à ‘estereotipagem linguística’ (tal como acima descrita, selecionando o MASC por defeito) no momento de atribuição do valor de género nominal, e parecem mais sensíveis à estrutura formal do item sufixado e às relações que se estabelecem entre determinados sufixos derivacionais e respetivos valores de género.

No que à frequência lexical diz respeito, constatou-se que, independentemente da sua frequência no *input*, os nomes sufixados em *-ão* e *-ice* apresentam maior proporção de desvios, mesmo em níveis mais avançados de proficiência linguística do Português. Este padrão aplica-se não apenas a palavras atestadas, mas também a palavras possíveis. Estes resultados são, assim, reveladores de que o sufixo derivacional da palavra tem mais peso na atribuição de um valor de género do que a própria frequência no *input* do nome derivado.

Referências

- ALARCÓN, I. The sequential acquisition of L2 Spanish gender marking: Assignment and agreement. **Indiana University Linguistics Club Working Papers Online**, Indiana, v. 4, n.1, p. 1-23, 2004.
- AMBADIANG, T.. La Flexión nominal: género y número. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta (Orgs.). **Gramática Descriptiva del Español**. Vol. III. Madrid: Gredos, 1999. Cap. 76, p. 4843-4913.
- BYBEE, J. Introduction. In: BYBEE, J. (Ed.). **Frequency of Use and the Organization of Language**. New York: Oxford University Press, 2007. p. 7-22.
- BRUHN DE GARAVITO, J.; WHITE, L. L2 acquisition of Spanish DPs: the status of grammatical features. In: PÉREZ-LEROUX, A.T.; LICERAS, J. (Eds.). **The acquisition of Spanish morphosyntax: The L1/L2 connection**. Dordrecht: Kluwer, 2002. p. 153178.
- CONSELHO DA EUROPA. **Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Aprendizagem, ensino, avaliação**. Porto: Edições ASA, 2001.
- CORBETT, G. G. **Gender**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- DAVIES, M. **Corpus do Português [CdP]**. Disponível em: <<https://www.corpusdoportugues.org/web-dial>> /. Acesso em: 29 set. 2021.
- Coronica troiana em linguoagem portuguesa: edicion y estudio**. Edição de Ana María García Martín. Salamanca. Luso-Española de Ediciones, 1998.
- FERREIRA, T. S. **Aquisição/Aprendizagem do sistema de atribuição de género nominal em PLNM**. 2019. 343 f. Tese (Doutoramento em Linguística do Português: Investigação e Ensino) – FLUC/UC, Coimbra, 2019.

- _____. A morfologia dos desvios de género gramatical em PLNM. **Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 23, n.2, p. 210-226, 2021.
- HARRIS, J. W. The Exponence of Gender in Spanish. **Linguistic Inquiry**, v. 22, n.1, p. 27-62, 1991.
- MARTINS, C. O lugar do *input* linguístico e metalinguístico em teorias de aquisição/aprendizagem de línguas não maternas. Implicações pedagógicas. In: **Volume de Homenagem a Maria de Fátima Sousa e Silva**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, no prelo.
- _____. Número e género nominais no desenvolvimento das interlínguas de aprendentes de português europeu como língua estrangeira. **Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane**, Série Letras e Ciências Sociais, vol. 1, n.1, p. 26-51, 2015.
- MASTROPAVLOU, M; TSIMPLI, I. The Role of Suffixes in Grammatical Gender Assignment in Modern Greek: A Psycholinguistic Study. **Journal of Greek Linguistics**, v. 11, n.1, p. 27-55, 2011.
- MATTOSO CÂMARA, J. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.
- _____. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1975
- MOITA, M. *et al.* Affix Selection and Deadjectival Nouns: a data-driven approach. In: HUMPHRIES, C. C.; KOSSEK, J.; GOMOLA, A. (Eds.). **English language, literature and culture: new directions in research**. Bielsko-Biala: Wydawnictwo Akademii Techniczno-Humanistycznej, 2010. p. 118-133.
- MOTA, M. A. Morfologia do nome e do adjetivo. In: RAPOSO, Eduardo *et al.* (Orgs.). **Gramática do português**. Vol. III. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2020a. p. 2835-2930.

- NUNES, J. J. **Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa**. Lisboa: Clássica Editora, 1989.
- POPLACK, S.; POUSADA, A.; SANKOFF, D. Competing influences of gender assignment: variable process, stable outcome. **Lingua**, v. 57, n.1, p. 1-28, 1982.
- RIO-TORTO, G. Flexão e derivação: simetrias e assimetrias. **Revista Portuguesa de Filologia** (FLUC), vol. XXIV, p. 253-289, 2002.
- RIO-TORTO, G. (Org.) *et al.* **Gramática derivacional do português**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.
- RIO-TORTO, G.; RODRIGUES, A. S. (2016). Formação de nomes. In: _____ . **Gramática derivacional do português**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. p. 135-240.
- RODRIGUES, A.S. Noções basilares sobre a morfologia e o léxico. In: RIO-TORTO, G. *et al.* **Gramática derivacional do português**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. P. 35-133.
- TAFT, M; MEUNIER, F. Lexical representation of gender: A quasiregular domain. **Journal of Psycholinguistic Research**, vol. 27, n. 1, p. 23-45, 1998.
- TUCKER, R *et al.* **The French Speaker's Skill with Grammatical Gender: An Example of Rule-governed Behavior**. The Hague: Mouton, 1977.
- WHITE, L. *et al.* Gender and number agreement in nonnative Spanish. **Applied Psycholinguistics**, vol. 25, n.1, p. 105-133, mar. 2004.

Análise de Problemas e Inadequações da Zoonímia Portuguesa Utilizada na Tradução de Duas Enciclopédias Divulgadoras sobre Fauna

Analysis of Zoonymic Problems and Inadequacies Present in The Portuguese Translation of Two Popularizing Wildlife Encyclopaedias

Carlos Garrido*

RESUMO

Tomando como referência a tradução a partir do inglês de duas enciclopédias divulgadoras sobre fauna publicadas recentemente em Portugal, o presente estudo analisa os problemas e as inadequações associados, no quadro da tradução (e redação) de textos científicos didáticos e divulgadores, à designação em português, mediante denominações paracientíficas e denominações vernáculas eruditas, de grupos (famílias, géneros, espécies) de animais, sobretudo dos exóticos, inconspícuos ou indistintos, naturalmente destituídos de denominações populares. Os problemas de maior alcance envolvidos na designação em português de grupos zoológicos de baixa categoria taxonómica são a existência de *profusão denominativa* para um dado grupo e a existência de *défice denominativo* para um dado grupo. O problema zoonímico mais complexo, e que a mais inadequações tradutivas dá origem, é o *défice denominativo*, situação que pode requerer do tradutor/redator a cunhagem de um neologismo. A problemática e as inadequações associadas à cunhagem de neologismos zoonímicos é aqui estudada em pormenor, recorrendo a numerosos casos ilustrativos retirados das duas traduções em foco.

PALAVRAS-CHAVE: decalque, neologia, terminologia zoológica, tradução científica, zoonímia portuguesa

Recebido em 21 de dezembro de 2021.

Aceito em 13 de abril de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2022n63.593>

* Universidade de Vigo, cgarrido@uvigo.gal

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2870-1055>

ABSTRACT

Taking as a reference the translation from English of two popularizing wildlife encyclopaedias recently published in Portugal, this study analyzes the problems and inadequacies associated, in the context of the translation (and writing) of didactic and popularizing scientific texts, with the designation in Portuguese, through parascientific and erudite vernacular names, of animal groups (families, genera, species), especially those exotic, inconspicuous or indistinct, naturally devoid of popular names. The most far-reaching problems involved in the designation in Portuguese of zoological groups of low taxonomic rank are the existence of *denominative profusion* for a given group and the existence of *denominative deficit* for a given group. The most complex zoonymic problem, which gives rise to most translational inadequacies, is the denominative deficit, a situation that may require the translator/writer to coin a neologism. The problems and inadequacies associated with the coining of zoonymic neologisms are studied in detail here, resorting to numerous illustrative cases taken from the two translations considered.

KEY WORDS: loan translation, neology, Portuguese zoonymy, scientific translation, zoological terminology

Introdução

A determinação dos equivalentes na língua de chegada das denominações paracientíficas e, sobretudo, vernáculas de grupos de organismos que constam do texto de partida sempre se revela operação delicada no quadro da tradução científica (GARRIDO, 2016a, p. 204–209), e ainda em maior grau, cabe dizer, quando a língua-alvo da tradução é o português, porquanto, entre as grandes línguas europeias de cultura, a nossa ainda se destaca, infelizmente, por uma notável escassez de denominações vernáculas eruditas e de denominações paracientíficas identificadoras aplicáveis a grupos de organismos (animais, plantas, fungos, protistas) exóticos, pré-históricos, inconspicuos ou indistintos, naturalmente destituídos de denominações vernáculas populares¹. Baste para uma fácil e efetiva constatação dessa circunstância, por exemplo, a consulta de artigos consagrados a grupos de animais exóticos que a internetica *Wikipedia-*

1 Sobre os conceitos de *denominação científica*, *denominação paracientífica classificatória/identificadora* e *denominação vernácula popular/erudita* de grupo de organismos, v. GARRIDO (2016b, p. 66–68 e tab. 1).

pt oferece, os quais, em agudo contraste, sobretudo, com os seus homólogos em inglês e alemão – mas também em frequente contraste com os homólogos noutras línguas próximas, como francês, italiano ou espanhol –, surgem em geral privados das correspondentes denominações vernáculas (portuguesas).

Tal escassez de denominações paracientíficas identificadoras e vernáculas eruditas disponíveis em português tem ficado a dever-se, por um lado, a uma relativa falta de desenvolvimento dos estudos taxonómicos, ou de biologia sistemática, nos países lusófonos, mas também, por outro lado, à pouca vitalidade que entre nós tem tradicionalmente mostrado a elaboração e edição de obras didáticas e divulgadoras sobre história natural e, em especial, a tradução em português de textos didático-divulgadores zoológicos ou botânicos redigidos em línguas estrangeiras e pertencentes a géneros como o guia de campo, o guia prático, o atlas temático, o compêndio divulgador, o dicionário especializado divulgador ou a enciclopédia divulgadora (sobre estes géneros textuais da ciência, v. GARRIDO, 2016a, p. 46–50). Neste contexto, a tradução e edição em Portugal, no primeiro decénio do século XXI, de duas importantes enciclopédias divulgadoras sobre fauna mundial tem vindo a preencher, pelo menos em parte, essa deplorável lacuna cultural: trata-se da *Grande Enciclopédia Animal*, de BURNIE *et al.* (2002 [2001]), que consta de um único volume (de grande tamanho), e da *Enciclopédia dos Animais: Um Guia Visual Completo*, editada em quatro volumes, dedicados às aves (MCGHEE *et al.*, 2007 [2005]), aos mamíferos (BRUCE e MCGHEE, 2007 [2005]), aos peixes (HUTCHINSON e MCGHEE, 2007 [2005]) e aos répteis, anfíbios e invertebrados (TAIT *et al.*, 2007 [2005]). Estas duas enciclopédias divulgadoras de tema zoológico foram vertidas, do inglês, e com a demora de apenas um ou dois anos a respeito da publicação das obras originais, pela mesma tradutora, Sofia Gomes, com revisão técnica, nos dois casos, de Filipe Machado, e representam um complemento, enriquecimento e atualização de uma enciclopédia didático-divulgadora «clássica» que também tinha sido traduzida (do espanhol, neste caso) e publicada em Portugal, *A Fauna: Vida e Costumes dos Animais Selvagens*, de RODRÍGUEZ DE LA FUENTE *et al.*

(1971 [1970]). A leitura do prefácio da *Grande Enciclopédia Animal* e do texto da capa posterior de cada volume da *Enciclopédia dos Animais: Um Guia Visual Completo* permite verificar a elevada qualidade documental e a ampla abrangência terminológica destas duas obras didático-divulgadoras:

Este livro é uma homenagem à riqueza do reino animal, editado num momento crucial da sua história. Compilado por uma equipa internacional de mais de 70 zoólogos, biólogos e naturalistas, constitui uma análise completa do mundo animal, das espécies conhecidas com que nos cruzamos todos os dias às raridades que poucos cientistas tiveram a oportunidade de ver e estudar. Inclui não só vertebrados mas também uma vasta selecção de vida invertebrada [*sic*²] – criaturas que, embora muitas vezes menosprezadas, formam a imensa maioria das espécies animais existente sobre a Terra. // Ao todo, mais de 2000 espécies são apresentadas em *Grande Enciclopédia Animal*, quase todas ilustradas por uma fotografia ou desenho. (Burnie, 2002, p. 8)

Na essência destes livros está um levantamento enciclopédico de todos os grupos animais: mamíferos, aves, répteis, anfíbios, peixes e invertebrados. Uma galeria com mais de duas mil ilustrações são apoiadas por detalhados diagramas, mapas e fotografias a cores. As espécies vulneráveis e em perigo de extinção estão assinaladas de forma visível, e muitas são analisadas em pormenor. Diagramas e páginas temáticas centram-se nos aspectos estranhos ou intrigantes do comportamento animal. O texto está actualizado, contendo as últimas descobertas científicas, a classificação mais recente das espécies e a conservação animal. (Texto da capa posterior da cada volume da *Enciclopédia dos Animais: Um Guia Visual Completo*)

2 Neste ponto, devemos deixar constância da deficiência tradutiva que aqui surge, e que é bastante frequente entre tradutores não especialistas em biologia (GARRIDO, 2016a, p. 215): os adjetivos que, significando ‘próprio de um determinado grupo de animais’, derivam de denominações paracientíficas de táxon supragenérico (ex.: *Vertebrata* → *Vertebrados* → *vertebrado(s)*), em português (e espanhol) apenas podem ser usados na sua forma masculina e como restritivos de táxones (ex.: *animal vertebrado*, mas ingl. *vertebrate blood* > port. *sangue dos vertebrados* [e não **sangue vertebrado*]). Portanto, a expressão **vida invertebrada* que na tradução corresponde a ingl. *invertebrate life* não é correta, e sim o teria sido *animais invertebrados*.

Precisamente, o défice zoonímico que a língua portuguesa tradicionalmente tem sofrido e a grande importância documental e terminológica destas enciclopédias faunísticas há pouco tempo traduzidas do inglês e publicadas em Portugal tornam de sumo interesse um estudo como o presente, o qual, tomando como referência essas duas obras, analisa, em primeiro lugar, os problemas que deve defrontar um tradutor (ou redator ou revisor) para disponibilizar em português, com correção formal e funcional, denominações paracientíficas e vernáculas de grupos de organismos, e, em segundo lugar, as diversas categorias de inadequações zoonímicas que, originadas por aqueles problemas, a tradução portuguesa destas duas obras de facto mostra. Embora o presente estudo, portanto, ofereça alguma indicação valiosa sobre a qualidade (terminológica) dessas duas traduções, ele não constitui, porém, uma avaliação ou crítica argumentada definitiva do desempenho da equipa formada pela tradutora e pelo revisor técnico destas duas enciclopédias divulgadoras, já que aqui praticamos apenas uma abordagem analítica qualitativa, e uma verdadeira avaliação de tradução exigiria uma abordagem quantitativa, para além de qualitativa, e deveria ter em conta fatores fundamentais de uma encomenda ou projeto de tradução, que aqui não consideramos, como são o prazo de execução, as condições de trabalho, os recursos disponíveis pelo tradutor, etc.

Por conseguinte, com o objetivo de realizarmos um levantamento qualitativo dos problemas e das inadequações zoonímicos mais relevantes que se apresentam, ou podem apresentar-se, na tradução (e redação) de textos que enunciam, caracterizam e ilustram grupos de seres vivos (exóticos, pré-históricos, inconspícuos ou indistintos), a seguir analisamos nas duas obras referidas, confrontando texto de chegada com texto de partida da tradução, a designação de grupos zoológicos – todos, de cariz taxonómico, mas alguns sem validade taxonómica – de baixa categoria, quase sempre (sub)famílias, géneros, espécies ou grupos (informais) de espécies³. Assim, recorrendo a

3 As denominações vernáculas de grupos de organismos podem remeter para uma unidade taxonómica (= *táxon*) formalmente reconhecida pela sistemática biológica ou taxonomia como

uma amostra de casos extraída da *Grande Enciclopédia Animal* e de três dos quatro volumes (afora o dedicado aos peixes) da *Enciclopédia dos Animais: Um Guia Visual Completo*, na próxima secção 1 procedemos a categorizar os correspondentes problemas zoonímicos (e tradutivos), bem como a ilustrar com exemplos as inadequações zoonímicas (e tradutivas) que deles resultam⁴.

1. Problemas e inadequações da designação em português de grupos zoológicos de baixa categoria taxonómica (no quadro da tradução/redação de textos didático-divulgadores)

Os problemas de maior abrangência envolvidos na designação em português de grupos zoológicos de baixa categoria taxonómica – os quais são fonte de diversos problemas zoonímicos subordinados e de inúmeras inadequações zoonímicas e tradutivas (potenciais e, de facto, como veremos,

grupo natural de descendência evolutiva (*correspondência taxonómica simples*: p. ex., *lontra* → [mustelídeo da subfamília] Lutrinae, *lontra-marinha* → [lutríneo da espécie] *Enhydra lutris*) ou para um conjunto heterogéneo, artificial, de tais unidades taxonómicas (grupos de organismos «informais», com *correspondência taxonómica compósita*: p. ex., *cobra-capelo* → [conjunto de espécies de serpentes da subfamília Elapinae da família Elapidae adscritas aos géneros] *Naja* + *Ophiophagus* + *Pseudohaje* + *Hemachatus* + *Aspidelaps*).

- 4 **Siglas das obras de referência:** *AF*: *A Fauna: Vida e Costumes dos Animais Selvagens*, de Rodríguez de la Fuente et al. (1971); *EAA*: *Enciclopédia dos Animais – Aves: Um Guia Visual Completo*, de McGhee et al. (2007); *EAM*: *Enciclopédia dos Animais – Mamíferos: Um Guia Visual Completo*, de Bruce e McGhee (2007); *EAR*: *Enciclopédia dos Animais – Répteis, Anfíbios e Invertebrados: Um Guia Visual Completo*, de Tait et al. (2007); *GEA*: *Grande Enciclopédia Animal*, de Burnie et al. (2002). **Abreviaturas e símbolos:** *al.*: alemão; *esp.*: espanhol ou castelhano; *fam.*: família; *fr.*: francês; *gén.*: género; *ingl.*: inglês; *it.*: italiano; *n.c.*: nome científico; *port.*: português; *sp.*: espécie; *subfam.*: subfamília; *: antes de uma unidade lexical ou solução tradutiva, denota a sua natureza incorreta; (*): antes de uma unidade lexical ou solução tradutiva, denota a sua natureza subótima; **: depois de uma unidade lexical, denota que se trata de um neologismo cunhado aqui pelo autor do presente trabalho; <: o elemento à esquerda é cunhado/traduzido mediante decalque a partir do elemento à direita; >: o elemento à direita é cunhado/traduzido mediante decalque a partir do elemento à esquerda. **Convenções gráficas especiais do artigo:** itálico + sublinhado: empréstimo não adaptado (escreva-se sempre em itálico). Exemplo: «(*)*krait-marinha* 'ofídio marinho do gén. *Laticauda*' (< ingl. *sea krait*)»: solução portuguesa subótima, que inclui empréstimo não adaptado (frente às mais expressivas *búngaro-marinho*** ou *cobra-marinha-de-cauda-chata***, cunhadas aqui pelo autor do presente estudo).

atualizadas em *GEA*, *EAA*, *EAM* e *EAR*) – são a existência de *profusão denominativa* para um dado grupo (secção 1.1) e a existência de *défice denominativo* para um dado grupo (secção 1.2). De longe, o problema zoonímico mais complexo, e que a mais inadequações tradutivas dá origem, é o *défice denominativo*, situação que pode requerer do tradutor/redator a cunhagem em português de um neologismo (subsecção 1.2.2), frequentemente sob a forma de disponibilização de uma denominação vernácula erudita mediante decalque, expediente particularmente problemático (subsecção 1.2.2.3).

1.1. Problema zoonímico: verifica-se *profusão denominativa* para um dado grupo de organismos

Um problema zoonímico frequente, mas que costuma apresentar fácil resolução, deriva do facto de em português (e na própria variedade nacional de português), para designar um dado grupo de animais, estarem disponíveis, não uma, mas duas ou várias denominações vernáculas (eruditas) satisfatórias. Então, costuma ser preciso seleccionar uma dessas denominações para o seu uso exclusivo no texto de chegada ou, pelo menos, para o seu uso como denominação preferente. Neste caso, para além de se ter em conta o critério das respectivas frequências de uso (facilmente aferíveis mediante um motor de pesquisa internet), revela-se conveniente também realizar uma avaliação qualitativa de cada solução, que atente na sua expressividade e na sua concordância formal com as correspondentes soluções habilitadas noutras línguas próximas de relevância científica (como, sobretudo, o inglês e o alemão: v. *infra*), concordância ou paralelismo formal que costuma verificar-se devido aos decalques frequentemente efetuados entre as línguas.

Assim, por exemplo, como equivalentes vernáculos portugueses de ingl. *ivory-billed woodpecker*, de al. *Elfenbeinspecht*, de esp. *picamaderos picomarfil* ou (*pájaro*) *carpintero real*, de fr. *pic à bec ivoire* e de it. *picchio dal becco avorio* ‘pica-pau (norte-americano) da sp. *Campephilus principalis*’, registam-se na internet *pica-pau-bico-de-marfim*, *pica-pau-mármore* e *pica-*

pau-real. Destes três nomes vernáculos (eruditos) portugueses, o melhor é *pica-pau-bico-de-marfim*, já que, além de ser de uso muito mais frequente que os outros dois, ele apresenta uma feição mais expressiva ou descritiva e, tendo surgido por decalque, harmoniza semanticamente com as respetivas denominações inglesa, alemã, espanhola (preferente), francesa e italiana. De facto, entre as nossas obras de referência, na *EAA* (p. 149), a tradutora usou *pica-pau-bico-de-marfim*. No entanto, já no caso seguinte, a denominação vernácula (erudita) seleccionada na tradução não se revela plenamente satisfatória:

(*) ***grou-americano*** ‘grou da sp. *Grus americana*’ [*EAA*: 42–43] (< ingl. *whooping crane* [= al. *Schreikranich* = esp. *grulla trompetera*]), por ***grou-assobiador*** ou ***grou-cantor***: uma vez que o *Grus americana* não é o único grou que habita no continente americano (cf. *grou-canadiano* ‘grou da sp. *Antigone canadensis* [= *Grus canadensis*]’), mais adequadas se revelam as denominações ***grou-cantor*** (que ocorre, p. ex., em *AF* [vol. IV: 194, 203], junto com *grou-branco(-americano)*) e ***grou-assobiador*** (presente na *GEA*: 298; v. *infra* **grou-americano* na *GEA*), denominações, estas últimas, que concordam (vocalizações da ave!) com ingl. *whooping crane*, al. *Schreikranich* e esp. *grulla trompetera*⁵.

5 No presente trabalho, como se aprecia neste parágrafo, a exposição das inadequações zoonímicas adota uma estrutura integrada pela sucessão dos elementos que a seguir se indicam: em tipo negrito, denominação inadequada (asterisco) ou subótima (asterisco encerrado entre parênteses) objeto de comentário; entre aspas inglesas simples, denotação, correspondência taxonómica, da denominação; entre colchetes, obra de referência (em sigla) e páginas onde surge a denominação focalizada; entre parênteses, precedida pelo sinal <, denominação inglesa (e equivalentes alemão e espanhol) de que a denominação portuguesa focalizada deriva (por tradução/decalque); em tipo negrito, precedidas pela preposição *por*, soluções portuguesas alternativas aqui propostas como corretas e funcionais; após dois pontos, explicação da inadequação e da respetiva emenda.

1.2. Problema zoonímico: verifica-se *défice denominativo* para um dado grupo de organismos

Neste caso, não está disponível em português, como alternativa ou complemento à denominação científica, qualquer denominação popular na respetiva variedade nacional de português, nem qualquer denominação paracientífica ou vernácula erudita (satisfatória). Perante a existência de um destes défices denominativos, o tradutor (ou redator), no quadro da tradução (ou redação) de uma obra didático-divulgadora que aspire a ser *comunicativa*, será chamado a cunhar e utilizar no texto (de chegada) português uma nova denominação, vernácula erudita ou paracientífica (subsecção 1.2.2). Todavia, se fizer tal de forma precipitada e irrefletida, o tradutor/redator corre o risco de produzir inadequações zoonímicas, o que é explicado a seguir.

1.2.1. Inadequação zoonímica: a cunhagem de denominação de grupo zoológico (neologismo) efetuada pelo tradutor/redator revela-se inconveniente

Esta categoria de inadequação zoonímica, a cunhagem abusiva de neologismo zoonímico, pode ficar a dever-se às circunstâncias que se descrevem nas duas subsecções seguintes.

1.2.1.1. Inadequação zoonímica: a cunhagem de denominação de grupo zoológico (neologismo) efetuada pelo tradutor/redator é inconveniente porque já estava disponível em português denominação paracientífica ou vernácula erudita satisfatória

Nas circunstâncias descritas na epígrafe, a nova denominação instaurada pelo tradutor representa um *sinónimo de tradução*, o qual, embora possa estar, ele próprio, bem formado, deve ser conceituado como supérfluo e, portanto, inconveniente. Nas amostras retiradas das nossas obras de referência, descobrimos os seguintes casos desta inadequação zoonímica:

- (*) **ave-jardineira** ‘pássaro da fam. Ptilonorhynchidae’ [GEA: 359] (< ingl. *bowerbird* [= al. *Laubenvogel* = esp. (*pájaro*) *pergolero*, *ave de emparrado*]), por (**pássaro-)***jardineiro* ou **pássaro-das-pérgulas**: em AF (vol. IX: 97–103), os tradutores já tinham cunhado (mediante decalque) e utilizado as denominações vernáculas portuguesas (*pássaro-)**jardineiro* e *pássaro-das-pérgulas* (junto com a paracientífica identificadora *ptilonorrinco*), que são corretas e, de facto, mais corretas do que o indevido sinónimo de tradução (*)*ave-jardineira*, uma vez que os *ptilonorrinquídeos* são aves da ordem Passeriformes, quer dizer, pássaros.
- (*) **construtor** ‘pássaro da fam. Ptilonorhynchidae’ [GEA: 359; EAA: 165] (< ingl. *bowerbird* [= al. *Laubenvogel* = esp. (*pájaro*) *pergolero*, *ave de emparrado*]), por (**pássaro-)***jardineiro* ou **pássaro-das-pérgulas**: v. *supra* (*)*ave-jardineira*.
- * **musaranho-toupeira** ‘toupeira da tribo Desmanini (da subfam. Talpinae, fam. Talpidae, ordem Eulypotyphla [parte do antigo táxon Insectivora])’ [GEA: 107] (< ingl. *desman* [= al. *Desman* = esp. *desmán*]), por **toupeira-aquática** ou **toupeira-de-água**: não havia necessidade de cunhar e utilizar na GEA qualquer neologismo, quando já em AF (vol. IX: 97–103) e, p. ex., em MACDONALD e BARRETT (1999, p. 38) constavam as satisfatórias soluções *toupeira-aquática* e *toupeira-de-água* (esta última, posteriormente usada em EAM: 60); além do mais, a nova denominação gratuitamente instaurada é disfuncional: v. *infra* 1.2.2.3.4.

1.2.1.2. Inadequação zoonímica: a cunhagem de denominação de grupo zoológico (neologismo) efetuada pelo tradutor/redator é inconveniente porque, embora não haja em português qualquer denominação paracientífica nem vernácula erudita disponível, sim está disponível numa outra variedade nacional de português uma ou várias denominações vernáculas populares convenientemente incorporáveis à própria variedade nacional de português

Uma prolongada incomunicação entre Portugal e o Brasil, e a tradicional dependência verificada em Portugal de produtos culturais e

editoriais britânicos, franceses e espanhóis explicam que, com elevada frequência, na bibliografia zoológica portuguesa se tenha optado, injustificadamente, por designar com os correspondentes nomes ingleses, franceses ou espanhóis grupos de animais que apresentam distribuição geográfica no Brasil e que dispõem no português brasileiro de denominação vernácula popular satisfatória, deplorável circunstância que, em sentido inverso, também se regista no Brasil e que se tem repercutido na praxe lexicográfica luso-brasileira (GARRIDO, 2016b, p. 77–95).

Deixando de parte uma série bem justificada de exceções já consagradas pelo uso – devidas, sobretudo (GARRIDO, 2016b, p. 92–93), à natural preferência lusitana, nalguns casos, por americanismos internacionais (*caimão* frente a *jacaré*, *jaguar* frente a *onça(-pintada)*, etc.) e por denominações vernáculas eruditas de caráter sistematizador e internacionalizante sobre as correspondentes populares brasileiras (*esquilo-brasileiro* frente a *caxinguelê*, *tapir-amazónico* frente a *anta*, etc.), na maior parte dos casos é claro que não faz sentido que grupos de animais brasileiros com nome português recebam, na bibliografia lusitana, nomes discordantes dos brasileiros utilizados em línguas diferentes do português (ex.: **aguti*, por *cutia*; **armadillo*, por *tatu*; **mapache*, por *guaxinim*), tanto mais quanto que a internet, felizmente, tem vindo a reforçar e a facilitar em larga medida a comunicação cultural e científica entre as duas margens lusófonas do Atlântico. Por exemplo, em referência a uma das inadequações zoonímicas aqui respigadas, revela-se deplorável e injustificável que os pássaros brasileiros designados no português do Brasil como *saí(ra)s* e *tiês*, pertencentes à família Thraupidae, sejam chamados *tangarás* na *GEA* e na *EAA*, acontecendo que no Brasil *tangarás* são pássaros da família Pipridae (v. *infra*), o que representa um gratuito e notável empecilho à comunicação no campo ornitológico entre portugueses e brasileiros. Precisamente, em benefício dessa comunicação, em obras divulgadoras de história natural editadas em Portugal, como as aqui analisadas, naqueles casos de designação de grupos animais brasileiros em que a divergência zoonímica

entre Portugal e o Brasil estiver justificada, revela-se conveniente incorporar adicionalmente nos textos lusitanos, com a correspondente marca geográfica, tais brasileirismos, como, por exemplo, *onça(-pintada)* [Br], subordinado a *jaguar*, e *onça-parda* [Br] ou *suçuarana* [Br], subordinados a *puma*.

Como se aprecia mediante uns poucos exemplos na **Tabela 1**, esta natural e útil abertura lusitana à zoonímia brasileira no caso da designação de grupos zoológicos sul-americanos tem vindo a incrementar-se ao longo do tempo, pelo menos se tomarmos como referência as enciclopédias divulgadoras *AF*, *GEA* e *EAA/EAM*. No entanto, o melhoramento nesse sentido não é completo, e, como a seguir veremos, nem sequer na nossa obra mais recente, na *Enciclopédia dos Animais: Um Guia Visual Completo*, a incorporação de denominações brasileiras tem sido feita na quantidade necessária e com a correção devida. Dois exemplos em que se manifesta essa abertura insuficiente são, por um lado, na p. 41 da *EAM*, que, para o marsupial *Caluromysiops irrupta*, surge o rótulo subordinado «(no Brasil: cuíca-colete)», e para *Caluromys philander*, «(no Brasil: cuíca-lanosa)», mas, ao mesmo tempo, as denominações aí propostas para Portugal são, respetivamente, as anglicizantes **opossum-de-ombros-pretos* (< ingl. *black-shouldered opossum*) e **opossum-lanoso* (< ingl. *bare-tailed woolly opossum*); por outro lado, no caso dos mefitídeos (*EAM*: 109), embora estejam corretas as legendas «(no Brasil: jaritataca)», em relação a *Conepatus semistriatus*, e «(no Brasil: zorrilho)», em relação a *Conepatus chinga*, já a legenda «(no Brasil: cangambá)», respeitante a *Mephitis mephitis*, está incorreta, porque *cangambá* é sinónimo de *jaritataca* e, portanto, também corresponde a *Conepatus semistriatus*.

Tabela1: Progressiva descastelhanização zoonímica (mas ainda não completa) em três enciclopédias divulgadoras portuguesas sobre fauna, aqui exemplificada com 7 grupos de animais (sul-americanos) que dispõem de nome vernáculo popular no Brasil

Táxon (n. c.)	AF (1971)	GEA (2002)	EAA/EAM (2007)
<i>Callithrix</i>	<i>titi</i> (vol. VIII, p. 177, 199)	<i>titi</i> (p. 127)	<i>saguim</i> (EAM: p. 79)
Cariamidae	<i>cariama</i> (vol. VIII, p. 227)	<i>seriema</i> (p. 301)	<i>seriema</i> (EAA: p. 97)
<i>Crax</i>	<i>hoco</i> (vol. VIII, p.105)	<i>mutum</i> (p. 295)	<i>mutum</i> (EAA: p. 48)
<i>Dasyprocta</i>	<i>aguti</i> (vol. VIII, p.158, 161)	<i>cutia</i> (p. 158)	<i>cutia</i> (EAM: p. 208)
<i>Leopardus pardalis</i>	<i>ocelote</i> (vol. VIII, p. 209)	<i>ocelote</i> (p. 211)	<i>ocelote</i> (EAM: p. 131), por <i>jaguatirica</i>
<i>Nyctibius</i>	<i>Nyctibius</i> (vol. VIII, p. 138)	* <i>ibijau</i> (p. 322) [v. <i>infra</i>]	<i>urutau</i> + <i>potoo</i> (EAA: p. 130)
<i>Procyon</i>	<i>mapache</i> (vol. v, p. 198)	<i>mapache</i> (p. 195)	<i>guaxinim</i> + <i>mapache</i> (EAM: p. 118)

Por conseguinte, neste capítulo, podem ocorrer dois tipos de inadequações zoonímicas, ausência da pertinente denominação vernácula popular brasileira, naturalmente incorporável ao português de Portugal (substituída por uma denominação erudita de cunho estrangeiro, surgida por decalque ou por empréstimo), e presença de uma denominação vernácula popular brasileira incorreta (a que falta especificidade ou que designa um grupo zoológico impertinente), tendo sido todas estas inadequações detetadas nas nossas obras de referência:

**mapache* [GEA: 195] / *guaxinim* + **mapache* [EAM: 118] ‘procionídeos do gén. *Procyon*’ (< ingl. *raccoon* [= esp. *mapache*]), por *guaxinim*: ainda que no português de Portugal predomine hoje o uso do castelhanismo (de origem náuatle) *mapache* (v., p. ex., MACDONALD e BARRETT, 1999, p. 101, 107, pranchas 19 e 21), o natural é nele adotar a correspondente denominação brasileira preferente (de origem tupi) *guaxinim*, a qual designa no Brasil sobretudo o procionídeo autóctone *Procyon cancrivorus*, o guaxinim-caranguejeiro ou mão-pelada (v. *infra*).

- ***mapache + urso-lavador** [GEA: 195] ‘procionídeo da sp. *Procyon lotor*’ (< ingl. (common) *raccoon* [= esp. **mapache (boreal)**]), por **guaxinim-norte-americano + urso-lavador**: v. *supra* ***mapache**.
- ***mapache-caranguejeiro** [GEA: 195] ‘procionídeo da sp. *Procyon cancrivorus*’ (< ingl. *crab-eating raccoon*, *South American raccoon* [= esp. **mapache sudamericano**]), por **guaxinim-caranguejeiro** ou **guaxinim-sul-americano + mão-pelada**: v. *supra* ***mapache**.
- ***mofeta** ‘diversas espécies de mefitídeos dos gén. *Conepatus*, *Mephitis* e *Spilogale*’ [GEA: 200; EAM: 109] (< ingl. *skunk* [= esp. **mofeta**]), por **doninha-fedorenta**: esta é denominação vernácula popular (patrimonial) frequente no Brasil, país em que habitam espécies do grupo.
- ***ocelote** ‘felídeo da sp. *Leopardus pardalis*’ [GEA:211; EAM: 131] (< ingl. *ocelot* [= esp. **ocelote**]), por **jaguaritica**: o animal vive no Brasil, e *jaguaritica* é denominação vernácula popular (do adstrato tupi) brasileira (preferente).
- ***opossum** ‘marsupial (americano) da ordem Didelphimorphia’ [GEA: 92; EAM: 41] (< ingl. *opossum*, *American possum*), por **gambá** ou **sariguê** ou **sarigueia**: representantes deste grupo vivem no Brasil, e *gambá* e *sariguê* ou *sarigueia* são denominações vernáculas populares brasileiras (preferentes). Em português deve reservar-se (o)possum para os australianos Phalangeriformes.
- ***pássaro-das-vacas-de-cabeça-castanha** ‘pássaro americano da sp. *Molothrus ater* (fam. Icteridae)’ [GEA: 107] (< ingl. *brown-headed cowbird*), por **chupim-de-cabeça-castanha**** ou **vira-bosta-de-cabeça-castanha****: o vocábulo inglês *cowbird* designa pássaros americanos da família Icteridae pertencentes ao género *Molothrus* (e *Tangavius*), os quais põem os ovos nos ninhos de outros pássaros e se alimentam nas proximidades do gado que está a pascor. Na GEA, a solução que para verter *brown-headed cowbird* se oferece não parece feliz porque a tradutora não se limita a cunhar o epíteto específico *de-cabeça-castanha* (proceder, este, justificado pela inexistência em português de denominação vernácula para a espécie americana em foco, que não vive no Brasil), como também, e

indevidamente, inventa a denominação vernácula de género (**pássaro-das-vacas*), quando no Brasil estão já disponíveis vários nomes populares para designar as aves do género *Molothrus*: *boiadeiro*, *chupim*, *vaqueiro*, *vira(-bosta)*, etc. (VON IHERING, 2002, s.v. “chupim”; dicionário *Houaiss*, s.v. “chupim”). Destes nomes, aqueles que parecem mais difundidos são *chupim* (ao qual os dois dicionários referidos concedem prioridade) e *vira(-bosta)*. (Já na *EAA*, p. 207, a espécie *Molothrus banariensis* é rotulada, embora sem a suficiente especificidade, como *chopim* e *vira-bosta*).

(*) **quincaju** ‘procionídeo da sp. *Potos flavus*’ [*GEA*:195] (< ingl. *kinkajou* [= esp. *kinkajú*, *martucha*]), por **jupará** + **quincaju** + **macaco-da-meia-noite**: o animal vive no Brasil, e **jupará** é denominação vernácula popular brasileira preferente.

***titi** ‘símio platirrino do gén. *Callicebus* (fam. Pitheciidae)’ [*GEA*:125; *EAM*: 80] (< ingl. *titi (monkey)* [= esp. *titi*]), por **sauá**: o animal vive no Brasil, e **sauá** é denominação vernácula popular brasileira (preferente) (v. *infra* ***titi** ‘símio da fam. Callitrichidae’).

***titi** ‘símio platirrino dos gén. *Callithrix/Saguinus* (fam. Callitrichidae)’ [*GEA*: 126–127] (< ingl. *marmoset/tamarin* [= esp. *titi*]), por **sagui(m)** (do gén. *Callithrix/Saguinus*): em inglês, o vocábulo *marmoset* designa os macacos calitriquídeos dos gén. *Callibella*, *Callithrix*, *Cebuella* e *Mico*, enquanto que em português tais macacos são denotados pelo vocábulo *sagui(m)*, o qual, no entanto, também compreende os calitriquídeos dos géneros *Callimico* (= ingl. *Goeldi’s monkey*), *Leontopithecus* (= ingl. *lion tamarins*) e *Saguinus* (= ingl. *tamarins*); por sua vez, o vocábulo espanhol *titi* designa vários grupos de platirrinós, entre os quais todos os géneros da família Callitrichidae. (Já corretamente designados, como *saguim*, em *EAM*: 79).

***titi-leão** ‘calitriquídeo do gén. *Leontopithecus* (fam. Callitrichidae)’ [*GEA*: 127] (< ingl. *lion tamarin* [= esp. *titi león*]), por **mico-leão**: o animal vive no Brasil, e **mico-leão** é denominação vernácula popular brasileira (preferente). (Já corretamente designado em *EAM*: 79).

- ***cangambá** ‘mefitídeo norte-americano da sp. *Mephitis mephitis*’ [EAM: 109] (< ingl. *striped skunk*), por **doninha-fedorenta-(norte-americana)-raiada****: **cangambá**, sinónimo de *jaritataca*, é denominação vernácula popular brasileira do mefitídeo *Conepatus semistriatus*, presente no território brasileiro.
- ***gambá** ‘mefitídeo do gén. *Conepatus*’ [GEA: 200; EAM: 109] (< ingl. (*hog-nosed*) *skunk* [= al. (*Weißrüssel*)*Skunk* = esp. *zorrillo (de nariz porcina)*, *mofeta (de nariz porcina)*]), por **doninha-fedorenta(-de-focinho-de-porco**)**: ***gambá** designa marsupiais da ordem Didelphimorphia.
- ***tangará** ‘pássaros da fam. Thraupidae’ [GEA: 354; EAA: 210] (< ingl. *tanager* [= al. *Tangare* = esp. *tangara, tángara*]), por **saíras** ou **saís** e **tiês**: representantes da fam. Thraupidae habitam no Brasil, onde são conhecidos pelos nomes vernáculos populares citados; além disso, no Brasil, os *tangará*s, *dançarinos* ou *dançadores* são pássaros da família Pipridae (gén. *Chiroxiphia*, *Pipra*, *Heterocercus*). Observe-se que, em EAA: 210, apesar de os representantes da fam. Thraupidae serem referidos globalmente, na respetiva ficha da família, como «tangará» («**Família Thraupidae** Os tangará (no Brasil designados por saís ou saíras) [...]»), quase todas as ilustrações de representantes desta família são etiquetadas, de forma exclusiva ou parcial, com as denominações genéricas de *sai* ou *saira*⁶.
- ***guaxinim** [EAM: 118] ‘procionídeo da sp. *Procyon lotor*’ (< ingl. (*common*) *raccoon* [= esp. *mapache boreal*]), por **guaxinim-norte-americano** (ou **urso-lavador**): além do guaxinim-norte-americano, existe o guaxinim-caranguejeiro ou guaxinim-sul-americano ou mão-pelada, que vive no Brasil.
- ***ibijau** ‘ave caprimuliforme do gén. *Nyctibius*’ [GEA: 322] (< ingl. *potoo*), por **urutau**: **ibijau** é sinónimo, no Brasil, de *bacurau*, cujo equivalente no

6 O problema já surge em AF, pois no vol. VIII, p. 104, 107 e 121, decalcando o cast. *tangara* ou *tángara*, surgem referências a *saíras* sob o nome errado de *tangará*.

português de Portugal é *noitibó*; portanto, *ibijau* designa (no Brasil) todos os caprimulgiformes, e não, especificamente, os do gén. *Nyctibius* (em EAA: 130 já surge *urutau* como denominação do gén. *Nyctibius*).

urutau* ‘caprimulgiforme da sp. *Nyctibius griseus*’ [EAA: 130] (< ingl. *common potoo*, *lesser potoo*), por *urutau-comum* ou *urutau-menor* : a correspondência taxonómica de *urutau* é ‘ave caprimulgiforme do gén. *Nyctibius*’.

1.2.2. Problema zoonímico: a cunhagem de denominação de grupo zoológico por parte do tradutor/redator (neologismo) revela-se necessária

Se para um determinado grupo zoológico não estiver disponível em português qualquer denominação vernácula ou paracientífica (satisfatória), alternativa à científica, em benefício da comunicatividade, e especialmente no quadro da redação ou tradução de textos divulgadores, revela-se necessária a cunhagem da correspondente denominação (neologismo). Em muitos casos, esta cunhagem poderá ser conveniente mesmo se, para um dado grupo, já existir uma denominação vernácula popular, quando se trata de disponibilizar denominações vernáculas eruditas de carácter sistematizador, livres da falta de especificidade e das colisões designativas que, no seio de um grupo, com frequência pejam alguns nomes populares (v. *infra* o caso dos tatus).

Aquando da cunhagem de denominação de grupo zoológico por parte do tradutor/redator, este pode recorrer a três estratégias: a disponibilização de denominação paracientífica (identificadora) (v. *infra* 1.2.2.1; ex.: *bassarisco* ‘procionídeo do gén. *Bassariscus*’, *búngaro* ‘ofídio elapídeo do gén. *Bungarus*’, *picartartes* ‘pássaro do gén. *Picathartes* (fam. Picathartidae)’), disponibilização de denominação vernácula erudita mediante adoção de empréstimo (v. *infra* 1.2.2.2; ex.: (*cobra*-)*gwardar* ‘ofídio elapídeo da sp. *Pseudonaja nuchalis*’, *guácharo* ‘ave da sp. *Steatornis caripensis* (fam. Steatornithidae)’, *hi-hi* ‘pássaro da sp. *Notiomystis cincta* (fam. Notiomystidae)’, *pichiciego* ‘tatu dos

gén. *Calyptophractus* ou *Chlamyphorus*) e disponibilização de denominação vernácula erudita mediante decalque e/ou composição, com eventual restrição específica de denominações vernáculas populares (v. *infra* 1.2.2.3; ex.: *carricha-australasiática-de-coroa-violeta*** ‘pássaro da sp. *Malurus coronatus* [fam. Maluridae]’ [< ingl. *purple-crowned fairywren*], *cobra-de-tentáculos* ‘ofídio da sp. *Erpeton tentaculatum* [fam. Homalopsidae]’ [GEA: 388] [< ingl. *tentacled snake*], *rã-de-boca-estreita* ‘batráquio da fam. Microhylidae’ [GEA: 456] [< ingl. *narrow-mouthed frog* = al. *Engmaulfrosch*]). Segundo os casos, alguma destas estratégias pode revelar-se mais adequada do que as outras (v. *infra*).

Por conseguinte, constitui inadequação utilizar no texto didático-divulgador de forma exclusiva o nome científico de um grupo de animais, mesmo que ele, na altura, careça de denominação alternativa em português, quando o tradutor/redator pode habilitar mediante cunhagem uma denominação paracientífica ou vernácula (erudita) satisfatória:

(*Idolum diabolicum* [= *Idolomantis diabolica*] + 0)** ‘mantódeo da sp. *Idolomantis diabolica*’ [EAR: 167] (< ingl. (*giant*) *devil’s flower mantis*), por *Idolomantis diabolica* + ***mântis-flor-diabólica** ou ***louva-a-Deus-flor-diabólico***** (se não se quiser evitar a combinação do substantivo *Deus* com o adjetivo *diabólico*)⁷.

7 No presente artigo, bem como no nosso planeado e já encetado *Dicionário de Zoologia e Sistemática* – continuação do nosso *Dicionário de Zoologia e Sistemática dos Invertebrados* (2019a) e que, além dos animais invertebrados, também incluirá os vertebrados – utilizaremos, quando for pertinente de acordo com as regras ortográficas gerais, maiúsculas iniciais no interior das denominações vernáculas portuguesas de grupos de organismos, em contraste com o hábito até agora dominante de substituir tais maiúsculas por minúsculas (ex.: *cobra-capelo-do-Egito* [em vez de *cobra-capelo-do-egito*], *diamante-de-Gould* [em vez de *diamante-de-gould*], *foca-de-Weddell* [em vez de *foca-de-weddell*], *louva-a-Deus* [em vez de *louva-a-deus*]). Com este alvitre de *ortografia técnica* (autónoma a respeito das normas ortográficas gerais da língua), aspiramos a eliminar, nesse capítulo, as incoerências gráficas que muitos textos de biologia mostram, tornando constante o uso do hífen entre as palavras componentes de tais denominações, aspeto gráfico, este, sim exigido pelas normas ortográficas gerais (v. alínea 3.^a da base xv do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990*): assim, p. ex., em AF, as denominações vernáculas que incluem nome próprio surgem, irregularmente, sem hífenes entre as palavras componentes (*rinoceronte de Java*, *rinoceronte de Merck*, *rinoceronte de Samatra*,

Neste contexto, um caso muito particular é constituído pelas 23 espécies de macacos cercopitecídeos do género *Macaca*, já que, embora em português estejam disponíveis denominações vernáculas (eruditas) para as diversas espécies do género (ex.: *macaco-berbere* ou *macaco-de-Gibraltar* ‘cercopitecídeo da sp. *Macaca sylvana*’, *macaco-caranguejeiro* ou *macaco-*

etc., frente a *rinoceronte-branco*, *rinoceronte-indiano*, etc.), o mesmo acontecendo na *GEA* (v., entre outras, p. 229–230). No entanto, são as duas razões seguintes que principalmente nos movem a adotarmos o referido uso gráfico. Em primeiro lugar, o uso de maiúscula inicial nos nomes próprios integrados em denominações vernáculas pluriverbais de grupos de organismos revela-se solução coerente, já que as palavras unidas por hífen mantêm a sua integridade no relativo ao emprego de maiúscula inicial noutras categorias de compostos: *el-Rei* (como título), e não **el-rei*; *Grã-Bretanha*, e não **Grã-bretanha*; *Pré-Helenos*, e não **Pré-helenos*; *Pré-História* (como denominação de disciplina), e não **Pré-história*; *Vice-Presidente* (como título, não como denominação genérica), e não **Vice-presidente*; *Vice-Rei* (como título, não como denominação genérica), e não **Vice-rei* (o vocábulo *água-de-colónia* não constitui aqui contraexemplo, porquanto o componente *colónia* ficou lexicalizado). Além do mais, o uso de maiúscula inicial nos nomes próprios integrados em denominações vernáculas pluriverbais de grupos de organismos representa a solução gráfica mais clara, a qual, nalguns casos, pode servir para desfazer ambiguidades e equívocos: *dik-dik-de-Kirk* (*Madoqua kirkii*), melhor do que *dik-dik-de-kirk*, por clareza na identificação dos componentes; *monstro-de-Gila*, melhor do que *monstro-de-gila*, pois trata-se do rio Gila (Arizona, EUA), não de *gila* ‘cucurbitácea’; *lebre-do-Cabo* (*Lepus capensis*), melhor do que *lebre-do-cabo*, pois trata-se do Cabo da Boa Esperança, e não, p. ex., de um cabo condutor ou de qualquer cabo geográfico; *pombo-da-Madeira* (*Columba trocaz*), melhor do que *pombo-da-madeira*, pois trata-se de uma espécie de pombo endémica do arquipélago da Madeira, não de um pombo relacionado com o material madeira; *tigre-de-Bengala* (*Panthera tigris tigris*), melhor do que *tigre-de-bengala*, pois trata-se de Bengala, e não de um bastão; (*corvina*)-*rainha-de-Camarões*, peixe (da família Sciaenidae) *Pseudotolithus moorii* (= ingl. *Cameroon croaker*), melhor do que (*corvina*)-*rainha-de-camarões*, pois trata-se do país Camarões, e não dos crustáceos decápodes nadadores. De resto, embora este alvitre gráfico ainda esteja pouco estendido, nós não somos os primeiros estudiosos a aplicá-lo: entre os textos zoológicos recentemente publicados em Portugal, vemo-lo aplicado, ocasionalmente, na *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura Verbo – Século XXI*, nos artigos de tema zoológico de Fernando Frade (ex.: s.v. “zebra”: *zebra de Grévy*, mas tb. *zebra-de-Burchell*, *zebra-de-Chapman*, *zebra-de-Hartmann*, *zebra-de-Selous*) e no guia *Mamíferos de Portugal e Europa (Guia Fapas)* (MACDONALD e BARRETT, 1999; ex.: *morcego-de-Bechstein* [*Myotis bechsteinii*, p. 63], *morcego-de-Kuhl* [*Pipistrellus kuhlii*, p. 67], *morcego-de-Nathalina* [*Myotis nathalinae*, p. 63], *morcego-de-Savi* [*Hypsugo savii*, p. 67]), e, já de forma constante, sistemática, no guia *Anfíbios e Répteis de Portugal (Guia Fapas)* (FERRAND DE ALMEIDA et al., 2001), obra composta originalmente em português por biólogos portugueses (*lagartixa-da-Madeira* [*Lacerta dugesii*, p. 196], *lagartixa-de-Bocage* [*Podarcis bocagei*, p. 142], *lagartixa-de-Carbonell* [*Podarcis carbonelli*, p. 144], *osga-das-Selvagens* [*Tarentula bischoffi*, p. 195], *tartaruga-da-Flórida* [*Trachemys scripta*, p. 198], *tartaruga-de-Kemp* [*Lepidochelys kempii*, p. 191], *víbora-de-Seoane* [*Vipera seoanei*, p. 183]).

cinomolgo ‘cercopitecideo da sp. *Macaca fascicularis*’, *macaco-reso* ‘cercopitecideo da sp. *Macaca mulatta*’), para o género no seu conjunto não existe na nossa língua qualquer denominação paracientífica ou vernácula, e a sua cunhagem revela-se assaz complicada, para não dizer impossível. As causas de tal dificuldade ou impossibilidade prática são, em primeiro lugar, que o respetivo nome científico (*Macaca*), de que deveria derivar a correspondente denominação paracientífica, já provém do português, e coincide com o vocábulo *macaco -a* do português comum; em segundo lugar, as correspondentes denominações vernáculas nas diversas línguas europeias provêm, em geral, também do próprio português (al. *Makak(e)*, esp. *macaco*, fr. *macaque*, ingl. *macaque*, it. *macaco*, etc.), o que impossibilita em português um empréstimo ou decalque, e, em terceiro lugar, os macacos do género *Macaca* constituem um táxon que não apresenta qualquer carácter evidente privativo do grupo, a que se possa recorrer para forjar uma denominação neológica por composição⁸. Assim sendo, para verter para português os termos al. *Makak(e)*, esp. *macaco*, ingl. *macaque*, etc., tem de se recorrer, de forma exclusiva, à correspondente denominação científica, convenientemente antecedida da denominação vernácula ou paracientífica de um grupo superordenado, como *macaco*, *cercopitecideo* ou *cercopitecineo* (GARRIDO, 2019b), como mostra o nosso seguinte exemplo:

Sci. Am., 9/2018: 53 (SHERWOOD, 2018): «A link from the motor cortex to the brain stem coordinates the larynx muscles, a circuit absent in chimpanzees and macaques (C)»

Tradução nossa: «Uma ligação do córtex motor ao tronco encefálico coordena [no ser humano] os músculos da laringe, circuito ausente nos chimpanzés e nos macacos do género *Macaca* (C)»

8 Assim define *macaque*, p. ex., o *Collins English Dictionary*: «Any of various Old World monkeys of the genus *Macaca*, inhabiting wooded or rocky regions of Asia and Africa. Typically the tail is short or absent and cheek pouches are present», mas, na realidade, há espécies do género *Macaca* que têm cauda longa e, de facto, todos os cercopitecineos, e não apenas os do género *Macaca*, possuem bolsas faciais.

Neste sentido, na p. 130 da *GEA*, detetamos duas inadequações no tratamento do termo inglês *macaque*, que aí surge vertido para português do seguinte modo: «As cerca de 20 espécies de *Macaca* são adaptáveis e têm dietas variáveis.» Neste caso, *Macaca*, por se tratar de um nome científico de género, deveria ter sido grafado em tipo itálico e, na melhor opção, deveria ter-se utilizado, antes de *Macaca*, uma denominação de grupo superordenado, como, por exemplo, em «As cerca de 20 espécies de macacos/cercopitecídeos do género *Macaca* [...]»⁹.

1.2.2.1. Disponibilização de denominação paracientífica (identificadora) por parte do tradutor/redator

Em bastantes ocasiões, a cunhagem de uma denominação paracientífica (em paralelo, ou não, com o verificado noutras línguas de cultura próximas), diretamente derivada e adaptada a partir da científica (do nome de um género ou de um epíteto específico), representa uma solução neológica eficaz e menos exigente ou arriscada do que instaurar uma denominação vernácula por decalque. Nesta linha, será inadequação zoonímica e tradutiva, por um lado, não pôr em prática essa estratégia quando for conveniente e, por outro, executá-la mal, de modo a criar denominações paracientíficas defeituosas, como se aprecia nos seguintes casos:

**bungaru* ‘ofídio elapídeo do gén. *Bungarus*’ [*GEA*: 391] (< n.c. *Bungarus*), por *búngaro*: denominação paracientífica portuguesa mal formada (já em *EAR*, p. 75, surge corretamente *búngaro*).

**gato-de-cauda-anelada* ‘procionídeo do gén. *Bassariscus*’ [*GEA*: 194] (< ingl. *ringtail* (*cat*)), por *bassarisco*: os animais deste género são procionídeos, não felídeos, pelo que aqui se teria revelado mais funcional a solução paracientífica *bassarisco* (já incorporada à *EAM*, p. 118).

9 Como apontamento final relativo à questão da designação do género *Macaca* em português, permitimo-nos aqui uma proposta neológica: utilizarmos em português a denominação paracientífica *cinopiteco* (etimologicamente, ‘macaco-cão’), derivada do nome genérico obsoleto *Cynopithecus*, que alguma espécie do género *Macaca* apresentou no passado (como *Cynopithecus niger*, hoje *Macaca nigra*, o macaco-negro-de-crista).

gralha-calva-de-patas-altas** ‘pássaro da fam. Picathartidae e do gén. *Picathartes*’ [GEA: 348] (< ingl. *picathartes*, *bald crow*, *rock fowl* [= al. *Stelzenkrähe*, *Felshüpfer* = esp. *picartartes*, *pavo calvo*]), por **picartartes** (ou **(*)gralha-pernalta*): a denominação proposta não é adequada, por muito longa e, sobretudo, porque parece dar a entender que se trata de uma variedade de gralha-calva (corvídeo da espécie *Corvus frugilegus*). Já em EAA (p. 176) surge port. *picartartes* (*picartartes-de-cabeça-descoberta* para *Picathartes gymnocephalus*).

1.2.2.2. Disponibilização de denominação vernácula erudita por parte do tradutor/redator mediante adoção de empréstimo

A adoção de um empréstimo (mais ou menos adaptado às características do português) a partir de uma língua de cujo domínio geográfico o grupo animal em causa seja oriundo (e em paralelo ao verificado noutras línguas de cultura próximas) poderá representar uma solução neológica conveniente nalgumas ocasiões (ex.: port. *hi-hi* ‘pássaro da sp. *Notiomystis cincta* [fam. Notiomystidae]’ < maori *hihi*, em paralelo a ingl. *hihi*, *stitchbird* [= al. *Hihi*, *Stichvogel* = esp. *hihi*]), mas, em geral, a aplicação deste procedimento deve restringir-se tanto quanto possível, uma vez que os empréstimos, e sobretudo os não adaptados, pela sua feição, poderão suscitar estranheza no público lusófono. Portanto, podem reputar-se como inadequações zoonímicas e tradutivas neste capítulo, por um lado, pôr em prática este procedimento quando se teria revelado mais eficaz ou natural recorrer à habilitação de um nome paracientífico ou de um nome vernáculo surgido por decalque, e, por outro, quando a adoção do empréstimo se revela formalmente defeituosa, como se aprecia nos casos seguintes:

(*) **(cobra-)gwardar** ‘ofídio elapídeo da sp. *Pseudonaja nuchalis*’ [EAR: 77] (< ingl. *gwardar*, *northern brown snake* [= al. *Nördliche Braunschlange*]), por **cobra-castanha-(australiana-)nortenha****: o empréstimo *gwardar*, proveniente de uma língua aborígine australiana através do inglês, como denominação única da espécie *Pseudonaja nuchalis*, não parece conveniente em português, pela

sua opacidade semântica e pela sua estranheza formal, de modo que a solução alternativa aqui proposta, obtida no quadro do decalque (sistematizador) *cobra-castanha(-australiana)*** ‘ofídio elapídeo do gén. *Pseudonaja*’ (< ingl. *brown snake* [= al. *Braunschlange*]), se revela mais adequada.

**guacharo* ‘ave caprimulgiforme da sp. *Steatornis caripensis*’ [GEA: 321] (< ingl. *guácharo, oilbird* [= esp. *guácharo, pájaro aceitoso*]), por *guácharo* (forma já utilizada em EAA, p. 130): a grafia correta deste empréstimo do espanhol (venezuelano) é a acentuada que se assinala.

(*) *krait* ‘ofídio elapídeo do gén. *Bungarus*’ [GEA: 391] (< ingl. *krait* [= al. *Krait* = esp. *búngaro, krait*]), por *búngaro*: o empréstimo *krait*, incorporado a partir do hindí através do inglês, revela-se menos idiomático em português do que *búngaro*, a denominação paracientífica facilmente deduzível a partir do nome do correspondente género (já em EAR, p. 75, surge corretamente *búngaro*).

pichiciago-pequeno* ‘tatu da sp. *Chlamyphorus truncatus*’ [EAM: 55] (< ingl. *lesser fairy armadillo, pichiciego* [= al. *Kleiner Gürtelmull*]), por *pichiciego-menor* ou *pichiciego-pequeno*** ou *pichiciego-da-Pampa*** (v. tabela 3): a forma correta desta denominação vernácula, emprestada do espanhol, é *pichiciego*.

1.2.2.3. Disponibilização de denominação vernácula erudita por parte do tradutor/redator mediante decalque

O decalque em português das denominações vernáculas (ou híbridas paracientífico-vernáculas) disponíveis noutras línguas (europeias) de cultura para designar grupos de organismos exóticos, pré-históricos, inconspícuos ou indistintos – o que origina termos compostos íntegros ou, por vezes, o componente de restrição específica de denominações paracientíficas ou vernáculas populares portuguesas de carácter genérico (v. tabela 1 em GARRIDO, 2016b) – representa o expediente neológico mais produtivo para preencher lacunas zoonímicas. Idealmente, não deveria ser o tradutor ou o redator de uma obra didático-divulgadora quem tivesse de habilitar em português neologismos zoonímicos e, em particular, disponibilizar

denominações vernáculas mediante decalque, mas sim, de facto, instituições e associações integradas por zoólogos que, pela sua formação e competência, são capazes de compilar, com correção formal e funcional, aquilo que se chama *lista-padrão* de nomes vernáculos de um grande grupo animal, com alcance regional ou, no melhor dos casos, mundial. Ora, dado que no âmbito lusófono, que nos conste, e em contraste com o que acontece, sobretudo, em inglês e alemão, ainda não estão disponíveis listas-padrão zoonímicas de abrangência mundial para grandes grupos¹⁰, o tradutor ou redator em português de obras didático-divulgadoras, na prática, vê-se com frequência na necessidade de efetuar decalques para disponibilizar no seu texto denominações vernáculas (ou híbridas paracientífico-vernáculas) de grupos de organismos. Assim sendo, aqui interessa expormos as condições básicas para tal operação.

Os dois requerimentos fundamentais que no decalque zoonímico garantem a correção e a funcionalidade das soluções portuguesas instauradas são, por um lado, a riqueza e o rigor da fonte do decalque e, por outro, a perspetiva abrangente e sistematizadora do decalque. Quanto à primeira condição, diga-se que as línguas (europeias) que, de longe, dispõem de um elenco mais extenso e rigoroso de denominações vernáculas de grupos zoológicos são o inglês e o alemão¹¹, de modo que, se sempre se revelará de interesse tomar em consideração para o decalque o maior número possível de línguas-fonte, na prática, são aquelas duas as únicas línguas que, para tal

10 Assim, p. ex., em inglês, alemão, francês e espanhol existem listas-padrão de nomes vernáculos (e paracientíficos) para todas as espécies (e subespécies) de aves do mundo (no caso espanhol, lista compilada e difundida pela Sociedad Española de Ornitología). Infelizmente, que nos conste, até agora não tem surgido no âmbito lusófono uma lista-padrão de aves de abrangência mundial, embora sim para os domínios ibérico e europeu (p. ex., em SVENSSON, MULLARNEY e ZETTERSTRÖM, 2012) e brasileiro (Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos, 2014, 2021).

11 De facto, o elenco alemão foi estabelecido, em parte, mediante decalques a partir das denominações inglesas: «Bei Tieren ferner Länder beruhen die deutschen Namen meist auf der Übersetzung der schon etwas früher vereinheitlichten engl. Namen.» (SAUERMOST, 1999–2004, s.v. “Nomina vernacularia”; trad. nossa: «As denominações alemãs de animais de regiões exóticas baseiam-se, na maior parte das ocasiões, na tradução das correspondentes denominações inglesas, padronizadas já um pouco antes.»).

operação, se constituem em necessárias e suficientes, pelo que o tradutor (ou redator) em português, na altura de efetuar um decalque zoonímico, e com independência da língua de partida da tradução, sempre deverá ter em vista as soluções (incluindo sinónimos) existentes em inglês e em alemão (hoje facilmente acessíveis nos artigos da *Wikipedia-en* e da *Wikipendia-de*). Se o tradutor ou redator não conhecer alguma dessas duas línguas, nelas deve contar, pelo menos, com capacidade de análise terminológica. A seguir, a tabela 2 apresenta um exemplo ilustrativo da eficácia do decalque a partir do inglês e do alemão para se habilitarem em português denominações vernáculas (eruditas) de grupos zoológicos exóticos¹²:

Tabela 2: Denominações vernáculas das três espécies atuais de vombates (marsupiais australianos da fam. Vombatidae) em inglês, alemão e português [1].

Nome científico	Nome vernáculo inglês	Nome vernáculo alemão [2]	Nome vernáculo português
<i>Vombatus ursinus</i>	bare-nosed wombat, common wombat, coarse-haired wombat	Nacktnasenwombat	vombate-de-nariz-nu, vombate-comum
<i>Lasiiorhinus kreffii</i>	northern hairy-nosed wombat	Nördlicher Haarnasenwombat	vombate-de-nariz-peludo-do-norte
<i>Lasiiorhinus latifrons</i>	southern hairy-nosed wombat	Südlicher Haarnasenwombat	vombate-de-nariz-peludo-do-sul

[1] Denominações inglesas extraídas da *Wikipedia-en* (s.v. “Wombat” e “Common wombat”), e alemãs, da *Wikipedia-de* (s.v. “Wombat”) e da *Lexikon der Biologie* (s.v. “Wombats”); denominações portuguesas extraídas, ou *inferidas* (v. *infra*), a partir da *GEA* (p. 95) e da *EAM* (p. 49). [2] Em alemão, os vombates do género *Lasiiorhinus* também se designam por *Breitstirnwombat*.

12 Um outro exemplo em tal sentido é o seguinte: ingl. *scrubjay* = al. *Buschhäher* (= esp. *chara*) ‘corvídeo norte-americano do gén. *Aphelocoma*’ > port. *gaio-do-mato***; ingl. *western scrubjay* = al. *Westlicher Buschhäher* ‘corvídeo da sp. *Aphelocoma californica*’ > port. *gaio-do-mato-californiano***.

O segundo requerimento básico de um bom decalque zoonímico, como referimos acima, é que ele seja efetuado com perspetiva abrangente e critério sistematizador. Com efeito, se um decalque de denominação vernácula de grupo de animais for feito de forma isolada, sem se ter em conta o correspondente grupo zoológico amplo superordenado, corre-se o risco de que a denominação assim cunhada careça da necessária especificidade ou entre eventualmente em colisão com as denominações de outros grupos (já previamente estabelecidas ou potencialmente atribuíveis), e possam surgir inconvenientes casos de homonímia, fonte de confusões. De facto, uma das razões que mesmo torna conveniente disponibilizar denominações vernáculas eruditas mediante decalque (efetuado com bom critério sistematizador) em certos grupos zoológicos que já dispõem de denominações vernáculas populares é, precisamente, que tais nomes populares podem carecer de especificidade, ser equívocos ou estar peçados pela homonímia e, portanto, revelarem-se disfuncionais. Assim, por exemplo, o *tatu-de-seis-bandas* (denominação erudita sistematizadora), *Euphractus sexcinctus*, apresenta uma denominação vernácula popular, *(tatu-)peludo*, que se revela disfuncional, porque a denominação *tatu-peludo* deve ser atribuída (numa nomenclatura funcional, sistematizadora) aos tatus do género *Chaetophractus*, que apresentam uma pelagem mais tupida e que, de facto, se chamam *hairy armadillos* em inglês e *Borstengürteltiere* em alemão (o formante grego *chaeto-* do nome científico também aponta para a ideia de pilosidade)¹³.

13 Mesmo que uma denominação vernácula popular se revele inequívoca, plenamente funcional, no quadro da compilação e cunhagem sistematizadora de um elenco de denominações vernáculas do seu grupo superordenado, poderá revelar-se conveniente vir a substituí-la por uma denominação vernácula erudita. V., p. ex., na **Tabela 3**, os casos de *Priodontes maximus* e de *Tolypeutes matacus*. Um outro exemplo tentativo nesta linha é o da denominação vernácula popular *sai(ra)-beija-flor* 'pássaro da sp. *Cyanerpes cyaneus* (fam. Thraupidae)' [EAA: 210]: embora a lista-padrão de aves do Brasil do Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos (2021) inclua *saira-beija-flor* como designando, inequivocamente, a espécie *Cyanerpes cyaneus*, tal denominação bem poderia vir a ser substituída por uma denominação erudita do tipo de *sai(ra)-beija-flor-azul-de-pernas-vermelhas*** (= *sai(ra)-beija-flor s.s.*) (< ingl. *red-legged honeycreeper*), no quadro da compilação e cunhagem sistematizadora de um elenco de denominações vernáculas da

Por conseguinte, o tradutor ou redator – idealmente, bom conhecedor da diversidade zoológica –, aquando da cunhagem de uma denominação vernácula (ou híbrida paracientífico-vernácula) mediante decalque, deverá ter em vista, para evitar indevidas faltas de especificidade e colisões zoonímicas, não apenas o grupo zoológico em cada caso denotado, mas também o grupo amplo que inclui aquele, com os respetivos grupos subordinados, alguns dos quais coordenados com aquele. Exemplos ilustrativos a esse respeito são os dois seguintes. Na tabela 3, constante no fim deste estudo, compilam-se as denominações vernáculas eruditas disponibilizadas em inglês, alemão e português para designar as 20–21 espécies de tatus (que compreendem duas famílias da ordem Cingulata dos Xenartros). No caso do português, dado que as denominações populares (brasileiras) disponíveis para designar os grupos de tatus se revelam insuficientes e, nalguns casos, disfuncionais (v. notas 2–9 da tabela 3), é preciso recorrer a denominações vernáculas eruditas, as quais, porém, são deficitárias na bibliografia, pelo que o autor do presente estudo procedeu a cunhar aqui por decalque do inglês e/ou do alemão algumas delas (as seguidas na tabela por dois asteriscos). Do estudo desta tabela, e dos casos de inadequação que mais abaixo se consignam, deduz-se que a cunhagem da denominação de cada espécie de tatu, para se revelar plenamente funcional, deve ser feita tendo em conta a designação das outras espécies e grupos de espécies de tatus. Assim, por exemplo, na bibliografia (v. *Wikipedia-pt: s.v. “Tatu-de-rabo-mole-pequeno”* [10.11.2021]) surge a denominação vernácula portuguesa *tatu-de-rabo-mole-pequeno* para designar a espécie *Cabassous unicinctus*, mas ela é disfuncional, porque há uma espécie de tatu-de-rabo-mole, o tatu-de-rabo-mole-do-Chaco (*Cabassous chacoensis*), que é mais pequeno do que o *Cabassous unicinctus*, o qual, então, aqui resolvemos

família Thraupidae, no qual as denominações eruditas tenderiam a corresponder, na medida do possível, aos géneros (ou grupos de géneros) da taxonomia. Nesta linha, as outras três espécies de sai(ra)s do gén. *Cyanerpes* (= port. *sai(ra)s-beija-flor(s.l.)* = ingl. *honey-creepers*) poderiam receber nomes como *sai(ra)-beija-flor-azul-de-pernas-amarelas*** (*C. caeruleus*), *sai(ra)-beija-flor-brilhante*** (*C. lucidus*) e *sai(ra)-beija-flor-de-bico-curto*** (*C. nitidus*).

designar, mediante decalque das correspondentes denominações inglesa e alemã, *tatu-de-rabo-mole-meridional*** (v. tabela 3).

Um outro exemplo que vinca a conveniência de o tradutor/redator efetuar os decalques zoonímicos com visão ampla e critério sistematizador é o seguinte. Para denotar o ofídio australiano venenoso da espécie *Pseudechis australis* (fam. Elapidae), o inglês utiliza as denominações *mulga snake* e *king brown snake*. Esta última denominação é peculiar, porquanto a cobra *Pseudechis australis* se enquadra entre as chamadas (*Australian*) *black snakes*, enquanto que as chamadas (*Australian*) *brown snakes* correspondem ao género *Pseudonaja*. Na *EAR*, p. 77, a tradutora optou por decalcar em português *king brown snake* como **cobra-rei-castanha* e, com idêntico critério, teria podido também produzir a solução **cobra-castanha-real*, sendo as duas, claramente, disfuncionais. As razões dessa disfuncionalidade, que surge por a tradutora da *EAR* não ter tomado em consideração, aquando do decalque, a designação de outras serpentes (e elapídeos australianos!), são as duas seguintes: **a)** a denominação **cobra-rei-castanha* entra em conflito com o facto de os colubrídeos americanos não peçonhentos do género *Lampropeltis* (ingl. *king snake*, al. *Königsnatter*) deverem ser designados em português, propriamente, como *cobras-rei*, ou *cobras-reais* (não confundir com a *cobra-capelo-real*, elapídeo asiático muito venenoso!); **b)** a denominação **cobra-castanha-real* teria entrado em conflito com a circunstância de os elapídeos do género *Pseudonaja* (ingl. *brown snake*, al. *Braunschlange*) deverem ser designados em português, propriamente, como *cobras-castanhas(-australianas)*. Perante todas estas circunstâncias, soluções portuguesas funcionais para denotar a *Pseudechis australis* poderiam ser, mediante um conveniente «decalque parcial», de critério sistematizador, *cobra-preta-(australiana)-real*** ou *cobra-preta-(australiana)-da-mulga***.

Nesta linha, a seguir estudamos os problemas zoonímicos e as subsequentes inadequações tradutivas que se prendem com a disponibilização mediante decalque de denominações vernáculas (ou híbridas paracientífico-vernáculas), subordinando-os a quatro categorias: problemas e inadequações

no decalque zoonímico associados à seleção da denominação original a decalcar (subsecção 1.2.2.3.1), problemas e inadequações no decalque zoonímico associados à necessidade de abrangência e sistematicidade (subsecção 1.2.2.3.2), problemas e inadequações no decalque zoonímico associados à constituição das unidades decalcadas (subsecção 1.2.2.3.3) e, finalmente, outras inadequações no decalque zoonímico (subsecção 1.2.2.3.4).

1.2.2.3.1. Problemas e inadequações no decalque zoonímico associados à seleção da denominação original a decalcar

Como vimos, embora seja interessante tomar em consideração as soluções de mais de duas línguas, na prática, as denominações vernáculas de grupos zoológicos do inglês e do alemão, pelo seu grande número e rigor, revelam-se suficientes (e necessárias) para efetuar em português decalques zoonímicos. Na maioria dos casos, essas soluções inglesas e alemãs são semanticamente coincidentes, mas, nalgumas ocasiões, não é assim, e tal circunstância depara um problema (e uma oportunidade) ao tradutor ou redator em português, pela possibilidade e necessidade que, então, ele tem de escolher. Nalguns casos, a escolha entre a solução de uma língua e a da outra será indiferente, e poderá revelar-se conveniente introduzir decalques das soluções das duas línguas, como sinónimos (ex.: para denotar o suídeo africano *Potamochoerus porcus*, o inglês propõe *red river hog*, e o alemão, *Pinselohrschwein* e *Flussschwein*, que, em português, podem motivar as soluções sinónimas *potamoquero-(fluvial-)vermelho*** e *potamoquero-de-orelhas-tufadas***)¹⁴; mas há ocasiões em que poderá dizer-se que uma das soluções é superior à outra (mais expressiva, mais breve). Por exemplo, para denotar o pássaro australiano da espécie *Malurus coronatus* (fam. Maluridae), o inglês dispõe do nome vernáculo *purple-crowned fairywren*, que dá em português, mediante decalque, a solução *carriça-australasiática-*

14 V. tb. nomes vernáculos eruditos portugueses cunhados na Tabela 3 para *Chaetophractus vellerosus* e *C. villosus*.

*de-coroa-violeta****, a qual se revela mais precisa e descritiva do que um eventual decalque da denominação alemã, *Purpurkopf-Staffelschwanz*, que daria (*)*carriça-australasiática-de-cabeça-violeta*, solução subótima porque estes pássaros só apresentam de cor violeta a coroa, e não toda a cabeça; por seu turno, para designar os roedores africanos da subfamília Cricetomyinae da família Nesomyidae, o inglês propõe a denominação vernácula (*African*) *pouched rat*, enquanto o alemão, *Hamsterratte*, e o decalque em português (de Portugal) desta última solução parece mais conveniente do que o decalque da primeira, porque *ratazana-hámster*** é mais breve do que *ratazana-de-bochechas*** (nesta linha, obteremos as seguintes equivalências: ingl. *Emin's pouched rat* ‘ratazana-hámster da sp. *Cricetomys emini*’ = port. *ratazana-hámster-de-Emin***, melhor do que *ratazana-de-bochechas-de-Emin***); ingl. *Gambian pouched rat* ‘ratazana-hámster da sp. *Cricetomys gambianus*’ = port. *ratazana-hámster-da-Gâmbia***, melhor do que *ratazana-de-bochechas-da-Gâmbia***). Assim sendo, nas nossas amostras de tradução detetamos o seguinte caso desta categoria de inadequação zoonímica no decalque:

cobra-coral-do-leste* ‘ofídio elapídeo da sp. *Micrurus fulvius*’ [EAR: 76] (< ingl. *eastern coral snake* [=al. *Harlekin-Korallenotter*]), por *cobra-coral-arlequim**: a denominação aqui decalcada em português, a inglesa, reflete uma perspectiva estado-unidense, inadequada para o público lusófono, pelo que o correto teria sido decalcar a solução alemã.

Um problema conexo com o anterior é constituído pela seleção entre sinónimos da língua de partida para efetuar o decalque. É claro que, havendo dois ou mais sinónimos em inglês ou em alemão para denotar um dado grupo zoológico, para o decalque em português deve selecionar-se o sinónimo ou sinónimos mais expressivos, o que, nas nossas obras de referência, parece que nem sempre foi feito:

rato-da-lua** ‘mamífero da subfam. Hylomyinae (= Galericinae = Echinisoricinae) da fam. Erinaceidae’ [GEA: 102–103; EAM: 58] (< ingl. *moonrat*, *gymnure*, *hair hedgehog* [= al. *Haarigel*, *Rattenigel*]), por **ouriço-de-pelo* (diferente de *ouriço-cacheiro*, ou «de espinhos») ou **ouriço-ratazana**** (< al. *Rattenigel*) ou **gimnuro**: a tradutora escolheu aqui, como fonte do decalque português, o inglês *moonrat*, mas, dado que não se trata de um roedor, e dado que o componente *da-lua* pouco diz em português (em inglês, *moonrat* é, por antonomásia, *Echinosorex gymnura*, que tem pelagem branca ou negrusca com porções brancas, e daí o formante *moon*), melhor teria sido que tivesse escolhido como fonte do decalque o sinónimo inglês *hair hedgehog* (= al. *Haarigel* > port. *ouriço-de-pelo***), a solução alemã *Rattenigel* (> port. *ouriço-ratazana***), ou que tivesse optado pela denominação paracientífica *gimnuro*, paralela ao ingl. *gymnure*.

1.2.2.3.2. Problemas e inadequações no decalque zoonímico associados à necessidade de abrangência e sistematicidade

Já explicamos nos parágrafos introdutórios da secção 1.2.2.3 a conveniência de o tradutor/redator efetuar os decalques em português de denominações vernáculas (inglesas e alemãs) com perspetiva ampla e critério sistematizador, conveniência que exemplificamos a propósito do tatu da espécie *Cabassous unicinctus* e da cobra australiana *Pseudechis australis*. Vejamos, em seguida, mais alguns casos respigados das nossas traduções de referência, que, nessa linha, testemunham como um decalque que apenas tem em conta a designação de uma dada espécie, sem tomar em consideração a de outras espécies do correspondente grupo superordenado, pode produzir soluções portuguesas disfuncionais, equívocas ou carentes da necessária especificidade (v. tb. *supra* a entrada dedicada à denominação (*cobra*)-gwardar):

cobra-de-água-anelada** ‘ofídio elapídeo da sp. *Naja annulata* (= *Boulengerina annulata*)’ [EAR: 75] (< ingl. *banded water cobra*, *ringed water cobra*), por **cobra-capelo-aquática-anelada* ou **naja-aquática-**

anelada**: componente genérico enganador, que falsamente dá a entender que este elapídeo, venenoso, estaria proximamente relacionado, p. ex., com as cobras-de-água europeias, colubrídeos não venenosos do gén. *Natrix* (*cobra-de-água-de-colar*, *cobra-de-água-viperina*, etc.).

***cobra-real** ‘ofídio elapídeo *Ophiophagus hannah*’ [EAR: 75; em GEA: 393 surge **naja-real*, mas esta denominação não é satisfatória, dado que a espécie não pertence ao gén. *Naja*] (< ingl. *king cobra* [= al. *Königskobra* = esp. *cobra real*]), por **cobra-capelo-real**: confusão da **cobra-capelo-real**, elapídeo asiático muito peçonhento, com a **cobra-rei** [GEA: 388; EAR: 69] ou **cobra-real** [GEA: 388] (< ingl. *king snake* [= al. *Königsnatter*]), denominações que designam os colubrídeos americanos do género *Lampropeltis*, serpentes constritoras não venenosas, de cores chamativas.

tatu-bola** ‘tatu da sp. *Tolypeutes matacus*’ [EAM: 55] (< ingl. *southern three-banded armadillo*), por **tatu-bola-meridional*: há duas espécies diferentes de tatus-bola ou tatus-de-três-faixas (gén. *Tolypeutes*: v. tabela 3).

tatu-de-rabo-mole** ‘tatu da sp. *Cabassous unicinctus*’ [EAM: 54] (< ingl. *southern naked-tailed armadillo*), por **tatu-de-rabo-mole-meridional*: há quatro espécies diferentes de tatus-de-rabo-mole (gén. *Cabassous*: v. tabela 3).

tatu-de-três-faixas** ‘tatu da sp. *Tolypeutes matacus*’ [EAM: 55] (< ingl. *southern three-banded armadillo*), por **tatu-de-três-faixas-meridional*: há duas espécies diferentes de tatus-de-três-faixas ou tatus-bola (gén. *Tolypeutes*: v. tabela 3).

tatu-peludo** ‘tatu da sp. *Chaetophractus villosus*’ [GEA: 139; EAM: 54] (< ingl. *larger hairy armadillo*), por **tatu-peludo-grande*: há três espécies diferentes de tatus-peludos (gén. *Chaetophractus*: v. Tabela 3).

***vombate-de-nariz-peludo** ‘vombate da sp. *Lasiiorhinus latifrons*’ [GEA: 95] (< ingl. *southern hairy-nosed wombat* [= al. *Südlicher Haarnasenwombat*]), por **vombate-de-nariz-peludo-do-sul**: há duas espécies de vombates-de-nariz-peludo (v. tabela 2); já corretamente designado, como **vombate-de-focinho-peludo-do-sul**, na EAM (p. 49).

1.2.2.3.3. *Problemas e inadequações no decalque zoonímico associados à constituição das unidades decalcadas*

Trata-se, neste caso, de problemas de tradução propriamente ditos que surgem no decalque das denominações vernáculas (ou híbridas paracientífico-vernáculas) de grupo zoológico. Tomando em consideração as denominações vernáculas alemãs e, sobretudo, as inglesas, pode ver-se que tais problemas se prendem com as relações tradutivas 1:2 e com o carácter sintético que muitas delas apresentam, bem como com o desfasamento geográfico que, em relação aos países de expressão portuguesa, nelas fica refletido¹⁵.

Por conseguinte, aquando da realização de um decalque zoonímico, o tradutor ou redator deverá atentar especialmente naqueles componentes verbais da denominação vernácula original que suscitarem uma relação tradutiva do tipo 1:2 (por polissemia [ex.: ingl. *wood* > port. *madeira/floresta*] ou por inclusão conceptual [ex.: ingl. *bird* > port. *ave/pássaro*]), para determinar,

15 Falamos aqui de *problemas de tradução* associados ao decalque, no sentido de dificuldades objetivas postas a qualquer tradutor, em todas as circunstâncias, com independência da competência de cada tradutor e das suas condições de trabalho (NORD, 1995, p. 173–174). No entanto, é claro que as *dificuldades de tradução* em geral são muito variáveis em função da competência e das circunstâncias de trabalho de cada tradutor, e algumas inadequações registadas nos decalques zoonímicos derivam, simplesmente, do desleixo ou da imperícia na tradução, como testemunham os dois casos seguintes. 1.- Na edição catalã da *Wikipédia*, até ao ano 2014, o artigo dedicado aos pássaros-jardineiros ou pássaros-das-pérgulas (*Ptilonorhynchidae*) surgia sob o lema «Arquer (ocell)», e aí esses pássaros eram designados por *arquers*, i. é, *arqueiros*, sem dúvida através de uma interpretação errada do vocábulo inglês *bower* em *bowerbird*, o qual, apesar da sua semelhança com *bow* 'arco', não significa 'arqueiro' (ingl. *archer* [tb. *bowman*]), mas sim 'caramanchão, pérgula' (e este erro não só se devia a um deficiente conhecimento do léxico inglês, como também, sobretudo, à desconsideração do comportamento destas aves: no artigo da *Wikipedia-cat*, muito pobre, não se mencionava a circunstância, conspicua e motivadora da denominação destes pássaros, de que os machos da maioria dos jardineiros constroem uma espécie de caramanchões ou pérgulas para atraírem as fêmeas). 2.- Na p. 22 do livro de divulgação *Diário de Oaxaca*, de Oliver Sachs (Relógio d'Água, Lisboa, 2011), verte-se «**whisk ferns** (*Psilotum*)» (*Oaxaca Journal*, 2002, p. 7, Vintage Books, Nova Iorque) por «fetos bigode (*Psilotum*)». Aqui, o decalque **feto-bigode* revela-se erróneo, e o correto teria sido traduzir por *feto-vassoira* ou *feto-espanador*, já que o vocábulo inglês *whisk*, no termo *whisk fern*, não significa 'bigode', mas 'batedor (de ovos, nata...)' ou 'pequeno espanador' ou 'pequena vassoira rústica' (confusão da tradutora com *whisker(s)* 'bigode do gato; suíças').

mediante as consultas pertinentes, o significado que em cada caso deva ser atualizado¹⁶. Assim, por exemplo, o hemíptero da espécie *Stictocephala bisonia* (fam. Membracidae) conhece-se em inglês pelo nome vernáculo *buffalo cicada*, e tal denominação deverá ser decalcada em português como *cigarrinha-bisonte*, e não como **cigarrinha-búfalo*, porque se trata de uma espécie norte-americana e, então, nesse termo, *buffalo* significa ‘bisonte’.

Por outro lado, o caráter sintético de muitos compostos ingleses e alemães, que não apresentam preposições a ligar os seus componentes, pode dificultar o seu decalque, pela necessidade de se determinarem as relações semânticas entre os componentes para constituir os termos analíticos e preposicionais típicos do português. Assim, por exemplo, perante a denominação vernácula inglesa *turtle barnacle*, que designa as cracas da família Chelonibiidae, suscita-se a questão de se o equivalente funcional português poderá ser *craca-das-tartarugas* (pelo local onde o animal vive) ou *craca-tartaruga* (pela forma do animal): só a documentação permitirá concluir que o decalque correto é o primeiro, pois essas cracas vivem aderidas a tartarugas. No entanto, em sentido contrário se resolve o caso de *turtle crab*, que denota em inglês os caranguejos da espécie *Cryptolithodes sitchensis*: o decalque correto em português é *caranguejo-tartaruga*, e não **caranguejo-das-tartarugas*, porque, como permite descobrir a documentação, o caranguejo se parece com uma tartaruga.

16 Caso diferente é a seleção de sinónimo na língua de chegada do decalque. É claro que, idealmente, deve manter-se constante tal escolha, mas isso nem sempre foi feito nas nossas traduções de referência: *cobra-real* [GEA: 388] / *cobra-rei* [GEA: 388; EAR: 69] ‘colubrídeo do gén. *Lampropeltis*’ (< ingl. *king snake* [= al. *Königsnatter*]); *vombate-de-nariz-peludo* [GEA: 95] / *vombate-de-focinho-peludo* [EAM: 49] ‘vombate do gén. *Lasiorhinus*’ (< ingl. *hairy-nosed wombat* [= al. *Haarnasenwombat*]). Neste aspeto, um caso especialmente interessante é a designação dos insetos odonatos. Estes, no seu conjunto, são chamados *libélulas* na GEA (p. 551) (< ingl. *dragonfly s.l.*), mas ficam sem denominação na EAR. Já para as duas subordens de odonatos, as denominações propostas variam conforme a obra: *donzelinha* [GEA: 551] / *libelinha* [EAR: 166] ‘odonato da subordem Zygoptera’ (< ingl. *damsel fly*), *libelinha* [GEA: 551] / *libélula* [EAR: 166] ‘odonato da subordem Anisoptera’ (< ingl. *dragonfly s.s., true dragonfly*).

Na mesma linha, algumas denominações vernáculas inglesas e alemãs revelam-se problemáticas no decalque em português devido à invariância morfológica do seu componente modificativo. Assim, por exemplo, o caranguejo da espécie *Neopetrolisthes maculatus* recebe o nome vernáculo *dotted anemone crab* em inglês, e *Punktstupfen-Anemonenkrabbe* em alemão, e, a partir unicamente dessas denominações, não é possível saber-se se se trata de um caranguejo-das-anémonas-com-ponto (dotado de um ponto) ou de um caranguejo-das-anémonas-pontilhado (dotado de muitos pontos). Após a consulta na *Wikipédia* do pertinente artigo, com foto do animal, o tradutor/redator chega à conclusão de que a interpretação correta é a de *pontilhado* e, portanto, que o decalque certo é *caranguejo-das-anémonas-pontilhado*. Infelizmente, nas nossas obras de referência, nem sempre a tradutora lidou airosoamente com estes desafios postos ao decalque em português pela ambiguidade estrutural das denominações vernáculas inglesas:

***formiga-da-amazónia** ‘formiga da sp. *Polyergus rufescens*’ [EAR: 190] (< ingl. (*European*) *Amazon ant*), por **formiga-amazona**: a formiga *Polyergus rufescens*, oriunda da Europa e da Ásia, e não da América do Sul, é denominada em ingl. (*European*) *Amazon ant* devido a que, qual guerreira amazona, submete à escravidão os indivíduos de outras espécies de formigas.

***formiga-da-madeira** ‘formiga da sp. *Formica rufa*’ [EAR: 190] (< ingl. (*red*) *wood ant*), por **formiga-florestal(-vermelha-grande)**: a relação tradutiva 1:2 constituída por ingl. *wood* > port. *madeira/floresta* deveria ter-se resolvido aqui em favor de *floresta*.

louva-a-deus-das-flores** ‘inseto mantódeo da sp. *Idolomantis diabolica* (= *Idolum diabolicum*)’ [GEA: 555] (< ingl. (*giant*) *devil’s flower mantis*), por **louva-a-Deus-flor-diabólico* ou **mântis-flor-diabólica****: a disjuntiva induzida pela ambiguidade estrutural do ingl. *flower mantis* entre *louva-a-Deus-das-flores* e *louva-a-Deus-flor* deve resolver-se, em contraste

com a decisão da tradutora, em favor de *louva-a-Deus-flor(-diabólico)*, porque o nome não se refere a que o animal viva nas flores, mas a que a sua forma imita uma flor (cf. al. (*Große*) *Teufelsblume*: literalmente, «flor-diabólica(-grande)»).

pássaro-azeiteiro** ‘ave da sp. *Steatornis caripensis*’ [GEA: 321] (< ingl. *oilbird*), por **ave-oleosa*: a relação tradutiva 1:2 associada à equivalência em português do vocábulo inglês *bird*, o qual pode traduzir-se, segundo os casos, por *ave* ou por *pássaro*, deve resolver-se aqui, em contraste com a decisão da tradutora, em favor de *ave*, já que esta espécie não pertence à ordem Passeriformes.

pássaro-do-petróleo** ‘ave da sp. *Steatornis caripensis*’ [EAA: 130] (< ingl. *oilbird*), por **ave-oleosa*: o modificador *oil* da denominação inglesa não significa aqui ‘petróleo’, mas ‘óleo’, o óleo que antigamente era extraído dos pintos desta ave (acerca do componente **pássaro*, v. *supra*).

Uma outra categoria de problemas de tradução associados ao decalque zoonímico deriva, por um lado, do desfasamento espacial eventualmente registado entre a comunidade sociocultural de partida e a de chegada e, por outro, da vigência de protótipos animais diferentes nas duas comunidades socioculturais. Assim, formantes das denominações vernáculas inglesas como *western*, *eastern*, *southern* e *northern* apresentarão, nalguns casos, um valor relativo, referido ao quadro geográfico em cada caso (país anglófono) focalizado, de modo que tais componentes, nesses casos, não poderão ser decalcados sem adaptação nas denominações portuguesas (por exemplo, como equivalente português de ingl. *western scrubjay* ‘corvídeo da sp. *Aphelocoma californica*’, revela-se mais adequado **gaio-do-mato-californiano**** do que ***gaio-do-mato-ocidental**, porque o componente *western* da denominação inglesa, norte-americana, original se refere ao oeste dos EUA, e do ponto de vista lusófono, tal localizador é pouco informativo). Além disso, um formante como, por exemplo, *common* poderá remeter também para um âmbito geográfico e sociocultural concreto, em que o animal em causa se

revele como prototípico do grupo, mas tal condição poderá não se verificar nos países lusófonos, pelo que o decalque em português terá de introduzir alguma adaptação. Nas nossas obras de referência, detetamos neste capítulo algumas inadequações:

cobra-coral-do-leste** ‘elapídeo da sp. *Micrurus fulvius*’ [EAR: 76] (< ingl. *eastern coral snake* [= al. *Harlekin-Korallenotter*]), por **cobra-coral-arlequim**: indevida perspectiva estado-unidense na denominação portuguesa.

opossum-comum** ‘marsupial didelfídeo da sp. *Didelphis virginiana* (= *D. marsupialis*)’ [EAM: 41] (< ingl. *common opossum*), por **gambá-da-Virgínia** ou **gambá-norte-americano**: indevida perspectiva estado-unidense na denominação portuguesa (as espécies de gambás que vivem no Brasil são outras).

1.2.2.3.4. Outras inadequações no decalque zoonímico

Sob esta epígrafe heterogénea incluímos, enfim, categorias adicionais de inadequação que detetamos nos decalques zoonímicos efetuados nas nossas obras de referência.

a) Uso de denominação vernácula numa forma defeituosa:

pichiciago** ‘tatu da sp. *Zaedyus pichiy*’ [GEA: 140] (< ingl. *pichi, dwarf armadillo* [= al. *Pichi, Zwerggürteltier*]), por **píchi**(ou **tatu-anão**** ou **tatu-pigmeu****): os **pichiciegos** são tatus dos géneros *Calyptrophractus* ou *Chlamyphorus* (v. Tabela3).

***rato-toupeiro** ‘roedor arvicolíneo (fam. Cricetídeos) dos gén. *Ellobius* e *Prometheomys*’ [GEA: 159; EAM: 199] (< ingl. *mole vole*), por **rato-toupeira**: na bibliografia portuguesa (mas não na brasileira!) vê-se com frequência (ex.: AF, GEA, EAM, *Guia Fapas dos Mamíferos*) a forma irregular ***rato-toupeiro**, que deve julgar-se errada, ou relegável, frente à regular **rato-**

toupeira. De facto, a forma incoerente **rato-toupeiro* foi provavelmente cunhada pela primeira vez, através de indevido decalque formal a partir do cast. *ratón topo*, na obra de 1971 *AF* (vol. XI, p. 239 *et passim*), versão portuguesa de um original espanhol. Além disso, as obras que utilizam a forma irregular **rato-toupeiro*, ao mesmo tempo usam, de forma genuína, *grilo-toupeira* (ex.: *GEA*, p. 552) e *musaranho-toupeira* (ex.: *GEA*, p. 107).

b) Ordem inadequada dos formantes do decalque:

**musaranho-toupeira* ‘toupeira da tribo Desmanini (da subfam. Talpinae, fam. Talpidae, ordem Eulypotyphla [parte do antigo táxon Insectivora])’ [*GEA*: 107] (< ingl. *desman* [= al. *Desman* = esp. *desmán*]), por *toupeira-aquática* ou *toupeira-de-água*: não se trata de um musaranho, mas de uma toupeira. (A solução correta *toupeira-de-água* já é usada em *EAM*: 60).

c) Componente genérico do decalque com seleção inadequada ou insuficiente de formantes:

(*) *cobra-da-morte* ‘ofídio elapídeo do gén. *Acanthophis*’ [*EAR*: 76] (< ingl. *death adder* [= al. *Todesotter*]), por *víbora-da-morte* ou *áspide-da-morte*** : o formante *cobra* é demasiado abrangente; esta espécie, sem ser viperídeo, parece-se com uma víbora (= ingl. *adder* = al. *Otter*).

cobra-de-água-anelada* ‘ofídio elapídeo da sp. *Naja annulata* (= *Boulengerina annulata*)’ [*EAR*: 75] (< ingl. *banded water cobra*, *ringed water cobra*), por *cobra-capelo-aquática-anelada* ou *naja-aquática-anelada*** : o componente genérico *cobra* revela-se insuficiente.

cobra-de-listra-preta* ‘ofídio elapídeo da sp. *Neelaps calonotus* (= *Simoselaps calonotus*)’ [*EAR*: 76] (< ingl. *black-striped (burrowing) snake*), por *cobra-coral-australiana-de-listra-preta* : o componente genérico *cobra* revela-se insuficiente.

(*) **cobra-do-mar-de-lábios-azuis** ‘ofídio elapídeo da sp. *Laticauda laticauda*’ [EAR: 77] (< ingl. *blue-lipped sea krait*), por **búngaro-marinho-de-lábios-azuis**** ou **krait-marinha-de-lábios-azuis****: o componente genérico da denominação vernácula portuguesa proposta é demasiado abrangente, impreciso.

(*) **rato-de-bochechas** ‘roedor da subfam. Cricetomyinae da fam. Nesomyidae’ [GEA: 154] (< ingl. (*African*) *pouched rat* [= al. *Hamsterratte* = esp. *rata de abazones*]), por **ratazana-hámster**** ou **ratazana-de-bochechas****: por causa do tamanho do animal e por harmonia com ingl., al. e esp., melhor *ratazana*.

tatu-pequeno** ‘tatu da sp. *Chlamyphorus truncatus*’ [EAM: 55] (< ingl. *lesser fairy armadillo* [= al. *Kleiner Gürtelmull*]), por **pichiciego-menor* ou **pichiciego-pequeno**** ou **pichiciego-da-Pampa****: a denominação **tatu-pequeno* não é precisa ou inequívoca, já que há alguma outra espécie de tatu que apresenta pequeno tamanho, como *Zaedyus pichiy*, o **tatu-anão**** ou **tatu-pigmeu**** (v. Tabela 3).

d) Componente especificador, modificativo, do decalque com indevida falta de elementos (o que frequentemente determina que a denominação portuguesa não apresente suficiente especificidade):

barata-de-madagáscar** ‘blatódeo da sp. *Gromphadorhina portentosa*’ [EAR: 168] (< ingl. *Madagascan hissing cockroach*), por **barata-assobiadora-de-Madagáscar*: o elemento *assobiadora* é fundamental, pois as *baratas-assobiadoras* são as da tribo *Gromphadorhinini* da fam. *Blaberidae*.

caranguejo-fantasma** ‘crustáceo decápode da sp. *Ocypode ceratophthalmus*’ [EAR: 163] (< ingl. *horn-eyed ghost crab*, *Indo-Pacific ghost crab*), por **caranguejo-fantasma-de-chifres* (ou **caranguejo-fantasma-indo-pacífico****): a correspondência taxonómica de *caranguejo-fantasma* é ‘crustáceo decápode dos gén. *Ocypode* e *Hoplocypode*’.

***escaravelho-rinoceronte** ‘coleóptero da sp. *Oxysternon conspicillatum*’

[EAR: 177] (< ingl. *rhinoceros dung beetle*), por **escaravelho-do-estercorino**: há outras espécies de coleópteros designadas por *escaravelhos-rinoceronte* (como o *escaravelho-rinoceronte-europeu* [*Oryctes nasicornis*]).

***krait** ‘ofídio elapídeo marinho do gén. *Laticauda*’ [GEA: 392] (< ingl. *sea krait* [= al. *Plattschwanz(-Seeschlange)*]), por **krait-marinha**, **búngaro-marinho** ou **cobra-marinha-de-cauda-chata**: os *kraits* ou *búngaros* são ofídios terrestres, do género *Bungarus*.

***lagostim** ‘crustáceo decápode da sp. *Orconectes limosus*’ [EAR: 163] (< ingl. *spinycheek crayfish*), por **lagostim-do-rio-de-faces-espinhosas**: a correspondência taxonómica de *lagostim* [Pt] é ‘crustáceo decápode do gén. *Nephrops* (e *Metanephrops*)’.

***libélula-azul** ‘odonato anisóptero da sp. *Pachydiplax longipennis*’ [EAR: 166] (< ingl. *blue dasher*), por **libélula-azul-norte-americana**.

(*) **rã-venenosa** ‘batráquio da fam. Dendrobatidae’ [GEA: 452] (< ingl. *dart-poison frog, poison (dart) frog* [= al. *Pfeilgiftfrosch, Farbfrosch, Baumsteigerfrosch*]), por **rã-veneno-de-dardo**: em *rã-venenosa*, o elemento especificador revela-se pouco informativo.

***tatu-do-norte** ‘tatu da sp. *Cabassous centralis*’ [GEA: 140] (< ingl. *northern naked-tailed armadillo*), por **tatu-de-rabo-mole-setentrional** ou **tatu-de-rabo-mole-centro-americano**: a denominação *tatu-do-norte* não é precisa ou inequívoca, já que há alguma outra espécie de tatu que apresenta uma distribuição geográfica mais setentrional do que esta (v. Tabela 3).

***texugo** ‘espécies de mefitídeos do gén. *Mydaus*’ [GEA: 200; EAM: 108] (< ingl. *stink badger* [= al. *Stinkdachs* = esp. *tejón mofeta*]), por **texugo-fedorento**: a base *texugo* designa mustelídeos dos gén. *Arctonyx*, *Meles*, *Mellivora*, *Melogale* e *Taxidea*.

***toirão** ‘mefitídeos dos gén. *Mephitis* ou *Spilogale*’ [GEA: 200] (< ingl. *skunk* [= al. *Skunk* = esp. *mofeta*]), por **doninha-fedorenta**: a base *toirão* designa mustelídeos dos gén. *Mustela* (p. ex., *M. putorius*, o *toirão-comum*) e *Vormela*.

***toupeira-de-água** ‘toupeira-de-água (desmanino) da sp. *Galemys pyrenaicus*’ [EAM: 60] (< ingl. *Pyrenean desman* [= al. *Pyrenäen-Desman* = esp. *desmán de los Pirineos*]), por **toupeira-aquática-ibérica** (ou **(*) toupeira-aquática-dos-Pirenéus**) ou **toupeira-de-água-ibérica** (ou **(*) toupeira-de-água-dos-Pirenéus**): há outra espécie de toupeira-aquática, a toupeira-aquática-russa (*Desmana moschata*).

e) Componente especificador, modificativo, do decalque com indevida presença de elementos:

***coati-de-cauda-anelada-meridional** ‘procionídeo da sp. *Nasua nasua*’ [GEA: 195] (< ingl. *ring-tailed coati*, *South American coati*), por **coati-de-cauda-anelada**, **quati-de-cauda-anelada**, **quati-da-América-do-Sul** ou **quati-de-nariz-castanho**: em contraste com o **quati-de-nariz-branco** ou **quati-da-América-do-Norte** (*Nasua narica*).

f) Componente especificador, modificativo, do decalque com seleção inadequada de elementos:

***ácaro-das-aves** ‘acariforme da sp. *Dermanyssus gallinae*’ [EAR: 155] (< ingl. *poultry red mite* [tb. *fowl mite*]), por **ácaro-de-galinha** ou **carraça-de-galinha**: a denominação **ácaro das aves** não tem significação taxonómica e a sua denotação abrange um conjunto muito diverso de espécies de ácaros.

***grou-americano** ‘grou da sp. *Antigone canadensis* (= *Grus canadensis*)’ [GEA: 299] (< ingl. *Canadian crane*, *sandhill crane* [= al. *Kanadakraanich* = esp. *grulla canadiense*]), por **grou-canadiano** ou **grou-do-Canadá** ou **grou-canadense** (esta última denominação surge, de facto, como falso sinónimo de **grou-americano**, em GEA, p. 299; **grou-canadiano** e **grou-do-Canadá** já em AF, vol. IV, p. 203; vol. VI, p. 66): **grou-americano** é, realmente, sinónimo (menos recomendável) de **grou-assobiador** e de **grou-cantor** e corresponde à espécie *Grus americana* (v. *supra*).

ratazana-asiática** ‘roedor murídeo da sp. *Bandicota indica*’ [EAM: 201] (< ingl. *greater bandicoot rat*), por **ratazana-bandicute-maior* : *ratazana-asiática* é denominação pouco específica, já que há muitas espécies diferentes de ratazanas habitantes do continente asiático; além disso, na denominação vernácula portuguesa proposta falta um componente especificador.

ratazana-asiática-de-cauda-curta** ‘roedor murídeo da sp. *Nesokia indica*’ [EAM: 201] (< ingl. *short-tailed bandicoot rat*), por **ratazana-bandicute-de-cauda-curta(-comum)* : v. entrada anterior.

tarântula-mexicana-de-dorso-vermelho** ‘aracnídeo terafosídeo da sp. *Tliltocatl vagans* (= *Brachypelma vagans*)’ [GEA: 593] (< ingl. *Mexican red rump tarantula*), por **tarântula-mexicana-de-traseiro-vermelho* (= Br. (*aranha-caranguejeira-mexicana-de-traseiro-vermelho***)): esta tarântula só tem de cor vermelha o opistossoma («traseiro»), e não todo o dorso.

(*) **toupeira-de-água dos Pirinéus** [sic] ‘toupeira-de-água (desmanino) da sp. *Galemys pyrenaicus*’ [GEA: 107] (< ingl. *Pyrenean desman* [= al. *Pyrenäen-Desman* = esp. *desmán de los Pirineos*]), por **toupeira-aquática-ibérica** ou **toupeira-de-água-ibérica**: além de nos Pirenéus, esta espécie habita no norte da Península Ibérica, inclusive Portugal.

víbora-mortal** ‘ofídio elapídeo do gén. *Acanthophis*’ [GEA: 391; EAR: 76] (< ingl. *death adder* [= al. *Todesotter*]), por **víbora-da-morte** ou **áspide-da-morte* : o modificador sintagmático *da morte* é mais expressivo do que o adjetivo *mortal* (cf. ingl. *death*, al. *Tod*), o qual mesmo poderia ser confundido, na expressão oral, com um modificador alheio à denominação vernácula do animal.

Conclusões

Tomando como referência a tradução a partir do inglês de duas enciclopédias divulgadoras sobre fauna publicadas em Portugal no primeiro decénio do século XXI, nomeadamente a *Grande Enciclopédia Animal*, de BURNIE *et al.* (2002), e a *Enciclopédia dos Animais: Um Guia Visual*

Completo (AA.VV., 2007), o presente estudo analisa os problemas e as inadequações associados, no quadro da tradução (e redação) de textos científicos didáticos e divulgadores, à designação em português, mediante denominações paracientíficas e denominações vernáculas eruditas, de grupos (famílias, géneros, espécies) de animais, sobretudo dos exóticos, pré-históricos, inconspícuos ou indistintos, naturalmente destituídos de denominações populares. A versão portuguesa de ambas as enciclopédias, muito valiosas dos pontos de vista documental e terminológico, veio a lume apenas com um ou dois anos de demora a respeito da publicação das obras originais e foi realizada pela mesma tradutora, com assessoramento do mesmo revisor científico.

Os problemas de maior abrangência envolvidos na designação em português de grupos zoológicos de baixa categoria taxonómica – os quais são fonte de diversos problemas zoonímicos subordinados e de inúmeras inadequações zoonímicas e tradutivas (potenciais e, de facto, atualizadas nas duas obras portuguesas em foco) – são a existência de *profusão denominativa* para um dado grupo e a existência de *défice denominativo* para um dado grupo. De longe, o problema zoonímico mais complexo, e que a mais inadequações tradutivas dá origem, é o *défice denominativo*, situação que pode requerer do tradutor/redator a cunhagem de um neologismo, uma vez que aquele se certifica da real inexistência em português de qualquer elemento zoonímico satisfatório, quer se trate de denominações paracientíficas ou vernáculas eruditas previamente instauradas, quer, em particular, de denominações vernáculas populares disponíveis nalguma variedade nacional de português diferente da própria e convenientemente incorporáveis à própria variedade nacional da língua. Tal cunhagem de neologismo zoonímico poderá ser efetuada mediante a disponibilização de uma denominação paracientífica identificadora ou mediante a disponibilização de uma denominação vernácula erudita, ora adotando um empréstimo, ora, sobretudo, recorrendo a um decalque, expediente, este último, especialmente problemático, e que o autor do presente estudo põe em prática, para fins ilustrativos, com o grupo dos tatus, entre outros muitos exemplos.

As duas condições fundamentais que um decalque zoonímico em português deve cumprir para poder contar com garantias de correção e funcionalidade são, por um lado, que ele seja efetuado com perspectiva ampla e critério sistematizador, ou seja, tendo em conta, não apenas o grupo a denotar, mas também o grupo superordenado que o inclui, e, por outro, a riqueza e o rigor da fonte do decalque, a qual, na prática, sempre deverá incluir, ao menos (de forma necessária e suficiente), as correspondentes denominações em inglês e em alemão, as duas línguas (europeias) que dispõem dos elencos zoonímicos mais extensos e rigorosos. Por outro lado, a realização de decalques zoonímicos em português (a partir do inglês e do alemão) deve fazer face, entre outros, a problemas relacionados com a seleção da denominação original a decalcar, com a necessidade de abrangência e sistematicidade e com a constituição das unidades decalcadas (relações tradutivas 1:2, conversão de uma estrutura sintética noutra analítica e desfasamentos geográficos).

O presente estudo patenteia que as duas traduções portuguesas em apreço enfermam de numerosas inadequações zoonímicas, resultantes dos mais diversos problemas associados à disponibilização na nossa língua de denominações paracientíficas e vernáculas de grupos de organismos, particularmente dos exóticos, inconspícuos ou indistintos. É verdade que, entre a primeira tradução, a da *GEA* (2002), e a segunda, a da *EA(A/M/R)* (2007), se regista uma notável melhoria, apreciável, sobretudo, na incorporação de denominações populares brasileiras e na expurgação de lapsos na constituição de bastantes denominações paracientíficas e vernáculas eruditas, mas, mesmo assim, parece claro que nenhuma das duas traduções fica perto de um bom padrão de qualidade zoonímica. Uma preparação teórica preliminar da tradutora na problemática zoonímica e uma intervenção mais empenhada do revisor científico talvez tivessem bastado para elevar de forma considerável a qualidade terminológica destas traduções. Na realidade, porém, pouca censura merece da nossa parte o trabalho da tradutora e do revisor destas obras (e um pouco mais o proceder das correspondentes editoras), uma vez que aquela, provavelmente, não contasse com conhecimentos prévios

de zoologia sistemática, e que eles dois, a julgarmos pela escassa demora com que as versões portuguesas apareceram a respeito dos originais, de bem pequena margem temporal terão disposto para levar a cabo umas traduções enormemente extensas e extremamente exigentes do ponto de vista terminológico. De resto, como já assinalamos, não se pode esperar de uma tradutora e de um revisor, por muito competentes e diligentes que forem, que venham a substituir de forma plenamente satisfatória o labor zoonímico que, noutras comunidades linguísticas de maior tradição científica, têm desenvolvido, ao longo de decénios, diversas agremiações de especialistas e zoólogos profissionais.

Bibliografia

- Bruce, Jenni e Karen McGhee. **The Encyclopedia of Mammals: A Complete Visual Guide**. Sydney: Fog City Press/Weldon Owen, 2005.
- Bruce, Jenni e Karen McGhee. **Enciclopédia dos Animais – Mamíferos: Um Guia Visual Completo**. Trad. de *The Encyclopedia of Mammals: A Complete Visual Guide*, 2005, por Sofia Gomes, com rev. técnica de Filipe Machado. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2007.
- Burnie, David *et al.* **Animal**. Londres: Dorling Kindersley, 2001.
- Burnie, David *et al.* **Grande Enciclopédia Animal**. Trad. de *Animal*, 2001, por Sofia Gomes, com rev. técnica de Filipe Machado. Porto: Dorling Kindersley/Civilização Editores, 2002.
- Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos. Listas das Aves do Brasil. Florianópolis: CBRO, 2014 (11.^a ed.). Disponível em <www.cbro.org.br>. Acesso em 23 novembro de 2021.
- Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos. **Annotated checklist of the birds of Brazil by the Brazilian Ornithological Records Committee / Lista comentada das aves do Brasil pelo Comitê Brasileiro de Registros**

- Ornitologicos. Florianópolis: CBRO, 2021 (13.^a ed.). Disponível em <www.cbro.org.br>. Acesso em 23 novembro de 2021.
- Ferrand de Almeida, Nuno, Paulo Ferrand de Almeida, Helena Gonçalves, Fernando Sequeira, José Teixeira e Francisco Ferrand de Almeida. **Anfíbios e Répteis de Portugal** (*Guia Fapas*). Porto: Fapas/Câmara Municipal do Porto, 2001.
- Garrido, Carlos. **A Tradução do Ensino e Divulgação da Ciência**. Vigo: Serviço de Publicações da Universidade de Vigo, 2016a.
- Garrido, Carlos. Elementos para um adequado tratamento lexicográfico da variação diatópica da designação de grupos de organismos. Rio de Janeiro: **Confluência**, 50(1), p. 65–106, 2016b.
- Garrido, Carlos. **Dicionário de Zoologia e Sistemática dos Invertebrados**: Português, Espanhol, Inglês, Alemão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019a.
- Garrido, Carlos. A equivalência em espanhol e em português do vocábulo inglês *ape*, com uma reflexão sobre a incompetência de certos tradutores e lexicógrafos e o dececionante dicionário da rae. Madrid: **Panace@: Revista de Medicina, Lenguaje y Traducción**, 49, p. 103–116, 2019b.
- Hutchinson, Stephen e Karen McGhee. **The Encyclopedia of Fishes: A Complete Visual Guide**. Sydney: Fog City Press/Weldon Owen, 2005.
- Hutchinson, Stephen e Karen McGhee. **Enciclopédia dos Animais – Peixes**: Um Guia Visual Completo. Trad. de *The Encyclopedia of Fishes: A Complete Visual Guide*, 2005, por Sofia Gomes, com rev. técnica de Filipe Machado. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2007.
- Macdonald, David e Priscilla Barrett. **Mamíferos de Portugal e Europa (Guia Fapas)**. Trad. de *Mammals of Britain and Europe* (Collins Field Guide), 1993, por Magda Laires. Porto: Fapas/Câmara Municipal do Porto, 1999.
- McGhee, Karen, Richard Schodde, Luba Vangelova e Fred Cooke. **The Encyclopedia of Birds: A Complete Visual Guide**. Sydney: Fog City Press/Weldon Owen, 2005.

- McGhee, Karen, Richard Schodde, Luba Vangelova e Fred Cooke. **Enciclopédia dos Animais – Aves: Um Guia Visual Completo**. Trad. de *The Encyclopedia of Birds*, 2005, por Sofia Gomes, com rev. técnica de Filipe Machado. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2007.
- Nord, Christiane. **Textanalyse und Übersetzen. Theoretische Grundlagen, Methode und didaktische Anwendung einer übersetzungsrelevanten Textanalyse**. Heidelberg: Julius Groos Verlag, ³1995 (1988).
- Rodríguez de la Fuente, Félix *et al.* **Enciclopedia Salvat de la fauna**. Pamplona: Ediciones Salvat, 1970.
- Rodríguez de la Fuente, Félix *et al.* **A Fauna: Vida e Costumes dos Animais Selvagens**. Trad. de *Enciclopedia Salvat de la Fauna*, 1970, por Anabela Monteiro Nunes e Carlos Alberto Nunes, com rev. científica de Carlos Almaça. Lisboa: Publicações Alfa, 1971.
- Sauermost, Rolf (dir.). **Lexikon der Biologie**. Heidelberg: Spektrum Akademischer Verlag/Elsevier, 1999–2004.
- Sherwood, Chet C. Are We Wired Differently? Parts of the brain involved in language and cognition have enlarged greatly over an evolutionary timescale. Nova Iorque: **Scientific American**, 9/2018, p. 52–55, 2018.
- Svensson, Lars, Killian Mullarney e Dan Zetterström. **Guia de Campo das Aves de Portugal e da Europa**. Trad. de *Collins Bird Guide*, ²2010, por Joana Andrade *et al.* Porto: Assírio & Alvim, ²2012.
- Tait, Noel, Richard Vogt, Hugh Dingle, Jenni Bruce e Karen McGhee. **The Encyclopedia of Reptiles, Amphibians & Invertebrates: A Complete Visual Guide**. Sydney: Fog City Press/Weldon Owen, 2005.
- Tait, Noel, Richard Vogt, Hugh Dingle, Jenni Bruce e Karen McGhee. **Enciclopédia dos Animais – Répteis, Anfíbios e Invertebrados: Um Guia Visual Completo**, trad. de *The Encyclopedia of Reptiles*,

Amphibians & Invertebrates: A Complete Visual Guide, 2005, por Sofia Gomes, com rev. técnica de Filipe Machado. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2007.

von Ihering, Rodolpho. **Dicionário dos animais do Brasil**. Ed. rev. por D. Wilches Monsorens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Difel, 2002 (1940).

Tabela 3: Denominações vernáculas eruditas (sistematizadoras) e populares portuguesas (estas, brasileiras, de feição patrimonial ou tupi, retiradas de Von Ihering [2002], do dic. *Houaiss* e da *Wikipedia-pt*) para as 21 espécies (ou 20, se *Chaetophractus nationi* for subsumido em *C. vellerosus*) atuais de tatus (ordem Cingulata dos Xenartros)

Família	Género	Nome científico	Nomes vernáculos ingleses e alemães	Nomes vernáculos eruditos portugueses [1]
Dasypodidae	<i>Dasypus</i> ingl. long-nosed armadillos / al. Langnasengürteltiere, Weichgürteltiere / port. tatus-de-focinho-comprido**	<i>D. novemcinctus</i>	nine-banded (long-nosed) armadillo, common long-nosed armadillo / Neunbinden-Gürteltier	tatu-de-nove-faixas [2]
		<i>D. septemcinctus</i>	seven-banded armadillo, Brazilian lesser long-nosed armadillo / (Nördliches) Siebenbinden-Gürteltier	tatu-de-sete-faixas-setentrional** [3]
		<i>D. hybridus</i>	southern long-nosed armadillo / Südliches Siebenbinden-Gürteltier	tatu-de-sete-faixas-meridional**, tatu-de-focinho-comprido-meridional** [4]
		<i>D. sabanicola</i>	Llanos long-nosed armadillo, northern long-nosed armadillo / Savannen-Gürteltier	tatu-dos-Llanos**, tatu-de-savana**, tatu-de-focinho-comprido-setentrional**
		<i>D. kappleri</i>	greater long-nosed armadillo / Kappler-(Weich)Gürteltier	tatu-de-focinho-comprido-maior**, tatu-de-Kappler** [5]
		<i>D. pilosus</i>	hairy long-nosed armadillo, woolly armadillo / Pelzgürteltier	tatu-lanoso**, tatu-de-focinho-comprido-peludo**
		<i>D. mazzai</i> = <i>D. yepesi</i>	Yepes's mulita, Yungas lesser long-nosed armadillo / Yungas-Gürteltier	(pequeno-)tatu-(de-focinho-comprido-)da-yunga**, (pequeno-)tatu-de-Yepes**

Chlamyphoridae	<i>Calyptopractus</i>	<i>C. retusus</i>	greater fairy armadillo, Chacoan fairy armadillo, Burmeister's armadillo / Burmeister-Gürtelmull	<i>pichiciego</i> -maior, <i>pichiciego</i> -do-Chaco**
	<i>Chlamyphorus</i>	<i>C. truncatus</i>	lesser fairy armadillo, pink fairy armadillo, <i>pichiciego</i> / (Kleiner) Gürtelmull, Gürtelmaus	<i>pichiciego</i> -menor, <i>pichiciego</i> -pequeno, <i>pichiciego</i> -da-Pampa** [Pt], <i>pichiciego</i> -do- Pampa** [Br]
	<i>Chaetopractus</i> hairy armadillos / Borstengürteltiere / tatus-peludos	<i>C. vellerosus</i>	small hairy armadillo, screaming hairy armadillo, crying armadillo / Kleines Borstengürteltier, Weißhaar-Gürteltier	tatu-peludo-pequeno**, tatu-peludo-de-cerdas- brancas**, tatu-peludo- gritador
		<i>C. villosus</i>	big hairy armadillo, large(r) hairy armadillo / Braunborsten-Gürteltier, Braunhaar-Gürteltier	tatu-peludo-grande**, tatu-peludo-de-cerdas- castanhas**
		<i>C. nationi</i>	Andean hairy armadillo / Andenborstengürteltier	tatu-peludo-andino
	<i>Euphractus</i>	<i>E. sexcinctus</i>	six-banded armadillo, yellow ~ / Sechsbinden- Gürteltier	tatu-de-seis-faixas [6]
	<i>Zaedyus</i>	<i>Z. pichiy</i>	pichi, dwarf armadillo, pygmy ~ / Zwerggürteltier, Pichi	tatu-anão**, tatu- pigmeu**, <i>pichi</i> **
	<i>Cabassous</i> naked-tailed armadillos / Nacktschwanzgürteltiere / tatus-de-rabo-mole, tatus-de-cauda-mole, tatus-de-cauda-nua, cabaçus, tatuaivas, tatuximas	<i>C. centralis</i>	northern naked- tailed armadillo / Mittelamerikanisches Nacktschwanzgürteltier, Nördliches Nacktschwanzgürteltier	tatu-de-rabo-mole- setentrional**, tatu- de-rabo-mole-centro- americano**
		<i>C. chacoensis</i>	Chacoan naked-tailed armadillo / Kleines Nacktschwanzgürteltier, Chaco- Nacktschwanzgürteltier	tatu-de-rabo-mole-do- Chaco**
		<i>C. unicinctus</i>	southern naked-tailed armadillo / Südliches Nacktschwanzgürteltier	tatu-de-rabo-mole- meridional** (*tatu-de- rabo-mole-pequeno)
<i>C. tatouay</i>		greater naked-tailed armadillo / Großes Nacktschwanzgürteltier	tatu-de-rabo-mole- grande	

Chlamyphoridae	<i>Priodontes</i>	<i>P. maximus</i>	giant armadillo / Riesengürteltier	tatu-gigante [7]
	<i>Tolypeutes</i> three-banded armadillos / Kugelgürteltiere, Dreibinden-Gürteltiere / tatus-de-três-faixas, tatus-bola [8]	<i>T. matacus</i>	southern three-banded armadillo, La Plata three-banded armadillo, Azara's domed armadillo / Südliches Kugelgürteltier, Südliches Dreibindengürteltier	tatu-de-três-faixas-meridional**, tatu-bola-meridional** [9]
		<i>T. tricinctus</i>	Brazilian three-banded armadillo / Nördliches Kugelgürteltier, Brasilianisches Dreibindengürteltier	tatu-de-três-faixas-setentrional**, tatu-bola-do-nordeste, tatu-bola-setentrional**, tatu-bola-da-caatinga

[1] **Denominações vernáculas portuguesas de natureza erudita** retiradas de *AF*, *GEA* e *EAM*, ou cunhadas aqui (mediante decalque) pelo autor do presente estudo (denominações seguidas por dois asteriscos). // **Nomes vernáculos populares portugueses** (aqueles que se revelam ambíguos, por colidirem com a designação de outras espécies de tatus, são antecedidos por um asterisco): [2] tatu-galinha, tatu-de-folha, tatu-veado, tatu-verdadeiro, tatuetê; [3] tatu-galinha-pequeno, tatu-china, tatuí, tatu-mirim; [4] tatu-mulita, mulita, tatuíra; [5] tatu-de-quinze-quilos; [6] tatu-de-mão-amarela, *tatu-peludo, *peludo, tatu-cascudo, papa-defunto, tatupeba, tatupeva, peba, tatupoiú; [7] tatu-canastra, canastra, tatuauçu; [8] tatuapara, apar, apara; [9] mataco.

A arte literária como reduto de contestação ou confirmação do poder

Literary art as a stronghold for contesting or confirming power

Hilma Ranauro*

“Ali onde está o perigo, aí cresce a possibilidade de salvação”. (Hölderlin)

RESUMO

A arte literária como reduto de/para contestação do Poder a partir do Renascimento. Romantismo e Modernismo. O discurso literário na incorporação do discurso do oprimido. A legitimação de seus usos linguísticos. Romantismo e Modernismo. A *forma* como corporificação do trabalho do escritor. A língua (*langue*) como um fato social. Karl Vossler e o aspecto criativo da linguagem. Criação e subversão.

Palavras-chave: Arte literária; discurso literário; discurso do oprimido.

ABSTRACT

Literary art as a stronghold of/for contestation of Power from the Renaissance. Romanticism and Modernism. Literary discourse in the incorporation of the oppressed people discourse. The legitimation of its linguistic uses. Romanticism and Modernism. The way in which the writer's work is embodied. Language (*langue*) as a social fact. Karl Vossler and the creative aspect of language. Creation and subversion.

Keywords: Literary art; literary discourse; speech of the oppressed people.

Recebido em 11 de outubro de 2021.

Aceito em 3 de janeiro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2022n63.996>

* Universidade Federal Fluminense, hilmaranauro@gmail.com,

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2825-0602>

Introdução: texto literário e contexto social

No passado, o *Poder* era considerado pelo artista de um modo geral como algo natural, universal, daí sua dificuldade em ultrapassar os valores e ideologias da classe dominante.

Na Antiga Idade Média, alguns escritores buscaram construir suas obras nos ideais de justiça, humanização, igualdade. Apesar disso, a ideologia da classe dominante revela-se e transparece em suas obras de alguma maneira.

A partir do séc. XV, e bem mais no século passado, o inconformismo começa a se manifestar no campo artístico. A arte literária em especial passa a ser um reduto de/para contestação do Poder.

A partir do Renascimento, esta busca se faz mais consciente, amplia-se no séc. XIX e atinge seu apogeu no séc. XX.

O discurso literário coloca o homem diante de si mesmo e do *outro*. O *ser*, sabemos com Heidegger, é relacional. Ele se compreende e elucida na relação: ser no mundo/ser com os outros.

Nossa cultura, a brasileira, formou-se e firmou-se com e no comprometimento servil das chamadas elites com o colonizador. A literatura, bem como a produção intelectual e artística, de um modo geral, apresentava os personagens e o povo fora de suas tensões e conflitos. Criou-se e propagou-se, entre nós, o mito do povo cordato, na sua índole pacífica, na pregação da “ordem e progresso”.

Muitos foram os que, pensando/buscando inovar ou mesmo subverter, nada mais fizeram que refletir e reproduzir, em seu discurso (forma e conteúdo), o discurso do Poder, ajudando a manter e propagar estereótipos, preconceitos e, mais que tudo, revelando a adesão ou subserviência à cultura e ideologia do colonizador ou neocolonizador.

Em suas obras, por vezes, num ou noutro momento, percebe-se, vislumbra-se a tentativa de libertação de influências. Mas, aqui e ali, subjacente e/ou como pano de fundo, a ideologia do *Poder* se revela, transparece.

A arte literária não lida com o imaginário em e por si mesmo, mas com a realidade através do imaginário. Por ela, o artista apropria-se do real e o reconstrói por meio do seu saber pessoal, construído e constituído por suas experiências e vivências, ou das vivências e experiências alheias.

O escritor faz a análise e síntese da realidade psicossocial. Antes de “escrevê-la” ele a “lê”. Adota a sua perspectiva ou ponto de vista e vem a expressá-los pela *forma* por ele escolhida e adotada.

Essa *forma* é um conjunto de relações significantes. Ele procura *dizer* nos meandros da escritura do texto, ultrapassando os níveis da língua, que apenas *fala* (arbitrariedade dos signos). Ele *diz*, mais e muito, igualmente no discurso do silêncio.

É pela *forma* escolhida e adotada pelo escritor que o leitor percebe, aprecia e julga o universo criado, inventado, pensado, imaginado, e reage diante dele. A *forma* é, pois, a corporificação do trabalho do escritor, que eleva os *temas* à condição de *conteúdos*. Sua função é intermediar a relação/comunicação entre o escritor e o leitor.

1. A busca da incorporação do discurso do povo, dos marginalizados ou “oprimidos”

Através dos tempos, o discurso literário vem buscando incorporar, na forma e no conteúdo, o discurso do comumente denominado “oprimido” e/ou marginalizado, registrando e buscando legitimar igualmente seus usos linguísticos, seus modos de dizer.

Lembremos Lima Barreto ao contrapor o linguajar de seus personagens suburbanos aos padrões linguísticos vigentes e Guimarães Rosa retratando o homem simples do sertão, o jagunço, o cangaceiro, e reproduzindo igualmente sua linguagem.

O homem só é verdadeiramente um artista quando cria a sua língua, fazendo a transubstanciação da linguagem do povo, dando-lhe forma literária sem descaracterizá-la. Guimarães Rosa chega mesmo a modificar e recriar

a linguagem já existente por meio de elementos e processos (prefixação e sufixação, por ex.) da própria gramática da língua.

Embora buscassem inovar ou mesmo subverter, muitos ainda reproduziam, em seu texto, na forma e no conteúdo, a fala do Poder. Em suas obras, por vezes, num e noutro momento, percebe-se a tentativa de libertar-se de influências. Aqui e ali, porém, subjacente, como pano de fundo, a ideologia do Poder se revela, transparece.

José de Alencar foi dos que pregaram a legitimação de nossa sintaxe. Ao mesmo tempo, reproduzia, no seu metadiscurso, padrões clássicos e medievais, o que era comum aos escritores de sua época.

Muitos foram os que, politicamente nacionalistas, não reconheciam a legitimidade do português brasileiro, como pretendia José de Alencar, por considerarem a sintaxe lusíada a única realmente válida.

Cabe reconhecer, nos que buscaram inovar, mesmo que não o tenham conseguido plenamente, o impulso e a base para que aqueles que vieram após o fizessem.

O modernismo, por exemplo, não conseguiu a tão propalada e pretendida revolução na linguagem, mas “exorcizou o sortilégio dos ‘clássicos’, o que já foi muito”, diríamos com apoio no saudoso filólogo Sílvio Elia. (ELIA, 1994, p.567).

Também a linguagem jornalística, em sua peculiaridade comunicativa, acompanha esse ir e vir de estilos, não raro absorvendo as sintaxes mais populares. Nela e por ela usos da língua se firmam e se confirmam entre o coloquial e o literário.

Muitos textos de jornalistas tornam-se verdadeiras páginas literárias. Outros tantos, como em algumas crônicas de futebol, por exemplo, se aproximam do falar distenso do cotidiano.

De movimento em movimento, de escritor para escritor, nossa língua escrita foi-se aproximando, cada vez mais, do tom coloquial de nossa fala e da norma brasileira da língua portuguesa, durante muito tempo tida e havida como deturpação do português, marginalizada, pois.

Nas “escolhas linguísticas” pelas quais passa e perpassa seu discurso, e por elas, o escritor revela muito de si, de suas preferências, tendências e influências a que se expôs/expõe.

Entre nós, muito se discutiu sobre dar-se lugar aos usos do português do Brasil. A subserviência ao colonizador também aí se manifestou e se revelou.

As discussões fizeram-se presentes, com mais vigor, quando de nossa independência, com exageros e descabros muitas vezes. De um lado, os que, nacionalistas, buscavam dar lugar à sintaxe brasileira, legitimando nossos modos de dizer consagrados pelo uso. Chegaram alguns a pregar a existência de uma “língua brasileira”. De outro lado, os que, puristas, resistiam a essa legitimação, sem nenhuma concessão ao uso corrente.

Mas vemos José de Alencar, a pregar a legitimidade e legitimação de nossa sintaxe, ao mesmo tempo em que coloca, na boca de seus índios, o falar lusitano, com tratamento *tu*, com correção e, nas suas atitudes, o pacifismo diante do colonizador branco. José de Alencar, lembremos, reproduzia, no seu metadiscorso, padrões clássicos e medievais. Isso era comum aos escritores de sua época.

Monteiro Lobato, em artigo publicado na Revista *Dom Casmurro*, de 30 de junho de 1938, preconiza que, assim como o português “pela corrupção popular” saiu do latim, o brasileiro estaria saindo do português. Ao mesmo tempo, como escritor, era profundo admirador da linguagem camiliana.

No seu *Idéias de Jeca Tatu* (7ª ed., p. 39), por exemplo, lê-se: “... mas *pela não termos* hoje, é absurdo negarmos direito à fisionomia” (*apud* LAPA, 1975, p. 96), onde retoma, tal como fizeram Alberto de Oliveira e Rui Barbosa, autores de pendores e/ou tendências classicizantes, o emprego da preposição *per* (*por*) combinada com os pronomes pessoais *o(s)*, *a(s)* como objeto direto do infinitivo, comum no português mais antigo.

Poderíamos citar muitos outros exemplos de como a subserviência a ideologias de que se busca libertar pode revelar-se e manifestar-se no conteúdo ou na forma do discurso do escritor.

Muitos foram os que, nacionalistas em política, não admitiam a legitimação dos usos e modos de dizer do português do Brasil, tomando a sintaxe lusíada como a única realmente válida.

2. Radicalismo ideológico/subserviência a valores e padrões do colonizador

No Brasil, como nos E.E.U.U., e um pouco menos nos demais países americanos, explodiu, após a independência, um nacionalismo exacerbado, agressivo, que veio a descambar, muitas vezes, para um radicalismo ideológico, tão equivocado quanto equivocada era a subserviência a valores e padrões do colonizador.

De um lado, as chamadas elites dirigentes, subordinadas aos padrões europeus; de outro, os que, querendo-se nacionalistas, pregavam a negação total de padrões e valores europeus, fruto do que Celso Cunha veio a chamar de “sentimento de bastardia”, gerado por longa vassalagem cultural. (CUNHA, 1977, p. 11).

No século XIX, a distância que normalmente existe entre língua oral e língua escrita estava em muito ampliada entre nós. No Modernismo, buscou-se diminuir ou eliminar essa distância, chegando Manuel Bandeira a afirmar que o povo é que falava gostosamente o português do Brasil, enquanto que os escritores nada mais faziam que macaquear a sintaxe lusíada.

Luiz Carlos Lessa, no seu *O Modernismo Brasileiro e a Língua Portuguesa*, registra muitos de nossos modos de dizer agasalhados por escritores como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Diná Silveira de Queirós e José Lins do Rêgo, dentre outros.

Lessa registra, nesses escritores, por exemplo, o emprego do verbo *ter* por *haver*, no sentido de *existir*, o emprego da preposição *em* com verbos de movimento, o emprego do pronome pessoal *ele* como objeto direto, etc. (LESSA, 1960, p. 78).

Muitos desses usos, cabe lembrar, nada mais são que arcaísmo

conservados. As línguas transplantadas, lembremos ainda, têm tendências arcaizantes.

Apesar de, em alguns momentos de alguns de seus textos, os escritores modernistas terem, de certa forma, avançado no que buscou José de Alencar, dentre outros, faltava e falta entre nós, como veio a salientar Celso Cunha no seu *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*, a constituição de uma língua *standart*, da qual pudesse surgir uma língua escrita e literária *sui generis*.

Uma língua que, diríamos com Jorge Luís Borges, tenha “um matiz que seja bastante discreto para não entorpecer a circulação total do idioma, e bastante nítido para que nele ouçamos a pátria”. (BORGES, 1952, p.27,28).

Caberia igualmente fundamentar o ensino da língua portuguesa do Brasil em estruturas normativas sentidas como próprias, o que não equivale a pregar, como fizera Cassiano Ricardo, “uma língua própria”. (*apud* CUNHA, 1977, p.78 e 16).

3. Autoritarismo/imposição do uso desarrazoado

“A causa primária e eficiente dos fenômenos linguísticos é o espírito humano”, lembremos com Sílvio Elia. (ELIA 1978, p.64). E esse não tende à uniformidade ou à uniformização. Fernando Pessoa, sempre ele, questionou com propriedade: “Deus não tem unidade, como a terei eu?” (*cfr.* BERADINELLI *et alli*, 1994, p.11). E definitivamente disse tudo.

O autoritarismo tende à eliminação de/das diferenças e divergências, nas várias formas de conciliação de conflitos e tensões que busca escamotear e camuflar. Tentar impor uma variedade linguística como sendo a única legítima, negando as demais, é uma forma de autoritarismo. A imposição do uso desarrazoado igualmente o é.

4.Linguagem e criação / linguagem como fato social

Vossler veio a acentuar o aspecto criativo da linguagem. Para ele, o discurso, o estilo, é, acima de tudo, uma obra de arte. É ele, antes de tudo,

criação. “E o chato com os discursos”, diríamos com Edward Lopes, “é que, se a gente pode fazer algumas coisas com eles, eles, em troca, podem fazer o que quiserem com a gente - a gente não tem como escapar deles”. (LOPES, 1993, p.14).

“O discurso”, continua Edward Lopes, “é inevitável. O discurso é um labirinto”. (LOPES, 1993, p.14).

O discurso literário se “labirinfica” (“labirintiza”?) mais e mais, posto que se realiza num universo mágico, que ele igualmente realiza. Ele é, pois, um universo mágico, onde tudo é previsível e paradoxalmente imprevisível. É ele a obra de arte maior de/da realização da linguagem. Sendo impresso, escrito, ele se reproduz e eterniza através do(s) tempo(s) e, mais que tudo, a cada leitura.

O texto literário existe num contexto social, que ele reflete e revela. O social não é exterior ao texto literário. É, por si, um fato social.

Interferindo na relação/comunicação entre o escritor e o leitor, (inter) mediada pelo texto, estão as influências sociais, políticas, econômicas, culturais a que ambos, leitor e escritor, estão sujeitos desde sempre. Afinal, somos contingentes, vivemos no cotidiano, influenciando e interferindo nas coisas ao redor, e sendo por elas influenciados.

A língua (*langue*) é, em si mesma, um fato social antes de tudo. Ela reflete e condiciona nossa maneira de pensar através de suas limitações, na arbitrariedade pela qual se estruturou e configurou.

Mas, por ela, pode-se igualmente criar e, conseqüentemente, subverter. É ela que nos oferece o instrumental para tal subversão, nas suas possibilidades, modalidades, usos e registros – variedade (discurso, *parole*) da/na unidade (língua, *langue*) – nas suas virtualidades, nas múltiplas possibilidades de realização que lá estão, no seu abismo sem fundo.

Crendo ou não em seus ensinamentos e verdades, é a Bíblia uma obra literária, o grande *best seller*. Nela, o poder de a *palavra* evocar, invocar e

convocar à vida, no processo maior de *Criação*, se apresenta em Gênesis¹ e se presentificou e presentifica no tempo pela *escrita*, nas *escrituras* bíblicas.

Deus teria criado a terra os céus, e tudo que neles há, por seu Verbo (*Logos*). Das criaturas por ele criadas somente o ser humano herdou *do* (partitivo) Seu Verbo: a linguagem verbal.

A *linguagem verbal* tem, ao lado do poder de criar, o poder de destruir, sendo o mais abençoado e perigoso dos bens. E a ela estamos, todos, maravilhosa e perigosamente expostos.

Referências

- BERARDINELLI, Cleonice, HÜHNE, L. M., PEGORARO, R. Fernando Pessoa, Martin Heidegger. O Poetar Pensante, organiz. Leda M. Hühne. Rio de Janeiro, Uapê, 1994.
- BORGES, Jorge Luís. **El idioma de los argentinos**. Buenos Aires: 1952.
- CUNHA, Celso. **Língua portuguesa e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, Col. Temas de Todo o Tempo, 13, 1977.
- ELIA, Sílvio. **Orientações da linguística moderna**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955.
- ELIA, Sílvio. O Português do Brasil. In: Holtus, Günter; Metzeltin, Michael and Schmitt, Christian (Orgs.). **Lexicon der Romanistischen Linguistik**. Tübingen: , Verlag, p. 559-569, 1994.
- LAPA, M. RODRIGUES. **Estilística da língua portuguesa**. 7. ed. Revista e aumentada. Rio de Janeiro, Livraria. Acadêmica, Biblioteca Brasileira de Filologia, v. 15, 1973.
- LESSA, L. C. **O modernismo brasileiro e a língua portuguesa**. Rio de Janeiro: FGV, 1960.

¹ Gênesis I: 1 – 24.

LOPES, Edward. **A palavra e os dias**: ensaios sobre teoria e a prática da literatura. São Paulo: UNESP, 1993.

RANAURO, Hilma. Escrita e poder. **Revista Universidade Rural (UFRRJ)**. Rio de Janeiro, Editora da Universidade Rural (EDUR), Série “Ciências Humanas”, v. 17, n. 112, p. 55-58, jan./dez. 1995..

O Processo de Organização Intertópica em Editoriais de Jornais Paulistas do Século XXI*

The Intertopic Organization Process in 21st Century Newspaper Editorials in São Paulo

Aline Gomes Garcia**

RESUMO

Neste artigo, analisamos a Organização Tópica, um dos processos de construção textual distinguidos pela Gramática Textual-Interativa, em editoriais de jornais paulistas do século XXI. Mais especificamente, investigamos um dos níveis de funcionamento desse processo, a organização intertópica, avaliando a quantidade de tópicos discursivos mais específicos, de Quadros Tópicos (QT) e de níveis de hierarquização tópica por editorial, além das formas de linearização envolvidas na passagem de um Segmento Tópico mínimo a outro. Para cumprir com esse objetivo, examinamos 25 editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* e utilizamos o método de análise tópica, que possibilita a análise textual com base na categoria do tópico discursivo. Assim, demonstramos que os editoriais se caracterizam pela alta predominância de três tópicos, de um QT e de dois níveis hierárquicos por editorial e também pela quase exclusividade da continuidade como forma de linearização, resultados que podem ser relacionados ao fato de o editorial ser um gênero de padrões estruturais bastante fixos.

PALAVRAS-CHAVE: Organização Tópica. Organização intertópica. Editorial.

Recebido em 7 de maio de 2021.

Aceito em 14 de julho de 2021.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2022n63.513>

* Este trabalho contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – Processo n. 2016/09046-1.

** Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, aline.gomes.garcia@gmail.com
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-6348-9179>

ABSTRACT

In this paper, we analyze the Topic Organization, one of the textual construction processes defined by Textual-Interactive Grammar, in newspaper editorials in the state of São Paulo of the 21st century. More specifically, we investigate one of the levels of operation of this process, the intertopic organization, evaluating the quantity of specific discourse topics, of Topic Frames (TF) and of hierarchical levels for each editorial, as well as the forms of topic sequencing. For this purpose, we analyze 25 editorials from *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo* newspapers. In addition, we use the method of topic analysis, which enables the textual analysis based on category of discourse topic. Thus, we demonstrate the editorials are characterized by high predominance of three discourse topics, of one TF and of two hierarchical levels for each editorial. Furthermore, the editorials usually present the continuity as strategy of topic sequencing. These results can be related to the fact of the editorial to be a genre of structural patterns very fixed.

KEYWORDS: Topic Organization. Intertopic organization. Editorial.

Introdução

A Gramática Textual-Interativa (GTI; JUBRAN, 2007, 2015a), quadro teórico-metodológico de análise textual genuinamente brasileiro, tem como foco de estudo a investigação dos processos e recursos linguísticos envolvidos na organização do texto. Um dos processos de construção textual reconhecidos pela GTI é o processo de Organização Tópica, definido como a organização do texto mediante a construção e articulação linear e hierárquica de grupos de enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de um conjunto de referentes concernentes entre si e em relevância em determinados pontos do texto (GUERRA; PENHAVEL, 2010; JUBRAN, 2015b; PINHEIRO, 2005). Considerando essa definição de Organização Tópica, a GTI tem fundamentado a análise e descrição de tal processo em diferentes gêneros textuais, como em relatos de opinião (PENHAVEL, 2010), cartas de leitor (PENHAVEL; OLIVEIRA, 2020), narrativas de experiência (GARCIA, 2018; PENHAVEL, 2020b), e também em minissagas (SOUZA, 2020), assumindo que um mesmo processo de construção textual pode variar de um gênero para outro, conforme as particularidades de cada gênero, ou ainda de uma

fase histórica de um gênero a outra, o que significa dizer que a descrição de um processo de organização do texto em um gênero textual particular pode caracterizar esse gênero. O presente artigo situa-se, então, exatamente nesse contexto de caracterização e descrição de um gênero textual específico a partir da análise de um dos níveis de funcionamento da Organização Tópica em editoriais paulistas do século XXI.

Analisando o processo de Organização Tópica em cartas de redator, Zanin (2018) constata que cada carta apresenta, *quase sempre*, apenas um único tópico discursivo.¹ De modo semelhante, Souza (2020), voltada à descrição de minissagas, apura que este gênero se caracteriza por se constituir, *exclusivamente*, de um único tópico. Já Penhavel e Guerra (2016) verificam que, em editoriais oitocentistas, há *predominância* de mais de um tópico por editorial, enquanto em editoriais da primeira metade do século XX, há *exclusividade* de dois ou mais tópicos discursivos em cada texto (PENHAVAL, 2020a). Desse modo, assumimos que a existência ou não de complexidade intertópica (isto é, presença de mais de um tópico discursivo em um texto) é um aspecto que caracteriza os gêneros textuais (ou suas fases históricas) e os diferencia entre si. Ademais, Garcia (2018), com base no estudo do mencionado processo de construção textual em narrativas de experiência e descrições, discute que as formas de sequenciamento tópico, ou seja, as formas de passagem de um Segmento Tópico mínimo² a outro, também podem indicar especificidades dos gêneros e distingui-los uns dos outros. Nesse contexto, este artigo é dedicado a investigar o nível intertópico do processo de Organização Tópica em editoriais paulistas atuais, objetivando

-
- 1 Na Gramática Textual-Interativa, a noção de “tópico discursivo” pode ser entendida como o tema (ou assunto) interativamente construído pelos interlocutores em um texto e em pontos particulares desse texto, conforme uma hierarquia temática. Ainda, o “tópico discursivo” é também considerado a categoria analítica textual-interativa, com a qual se pode operar na análise textual com base em propriedades constitutivas próprias do texto.
 - 2 Como será explicado na seção 1, os SegTs mínimos podem ser entendidos como as unidades linguísticas de organização textual que concretizam, na materialidade do textual, os tópicos discursivos mas específicos do texto.

analisar a quantidade de tópicos discursivos mais específicos, de Quadros Tópicos e de níveis de hierarquização tópica por editorial, além das formas de linearização tópica.

A fim de cumprir com tal objetivo, na sequência desta Introdução, apresentamos, na seção 1, uma síntese dos princípios teóricos da Gramática Textual-Interativa e do processo de Organização Tópica. Na seção 2, explicamos os procedimentos de análise utilizados em nosso estudo. A seguir, na seção 3, analisamos a organização intertópica nos editoriais. Na sequência, fazemos nossas conclusões, buscando relacionar, de modo geral, nossos resultados sobre a organização intertópica nos editoriais a outros aspectos característicos do gênero. Na última seção, listamos as referências bibliográficas.

1 A Gramática Textual-Interativa e o processo de Organização Tópica

A Gramática Textual-Interativa, vertente da Linguística Textual, considera a linguagem como atividade de interação social, como forma de ação verbal exercida entre pelo menos dois interlocutores, inseridos em uma localização contextual, em que um se situa reciprocamente em relação ao outro, considerando as circunstâncias de enunciação (JUBRAN, 2007, 2015a). Nesse contexto, a linguagem é ancorada na interação social, estando, inclusive, a serviço dessa interação. Assumindo-se a linguagem enquanto forma de ação, a GTI defende o estudo da língua em contextos reais de efetivação, o que já aponta para seu primeiro princípio norteador, “o de que os fatos nela considerados têm as suas propriedades e funções definidas no uso, nas situações concretas de interlocução, envolvendo as circunstâncias enunciativas” (JUBRAN, 2007, p. 315).

O segundo princípio teórico da GTI é o de que os fatores interacionais constituem o texto e são inerentes à expressão linguística, considerando que há uma introjeção natural de dados de natureza interativa no processamento

verbal de um ato comunicativo. Assim, os dados pragmáticos não são vistos como uma moldura dentro da qual se processa o intercâmbio comunicativo, ou como uma camada de enunciação que envolve o texto. Na verdade, as condições comunicativas que sustentam a ação verbal se inscrevem na superfície textual, por meio das próprias escolhas comunicativas dos falantes adequadas à situação sociointerativa de comunicação verbal. Assim, os textos, conforme Jubran (2007), configuram-se como “unidades sociocomunicativas verbalmente realizadas”, e não como entidades linguísticas que adicionalmente têm caráter comunicativo.

Assumir que as condições comunicativas que orientam a ação verbal se inscrevem na superfície textual implica dizer que a descrição da organização textual de um gênero particular mostra os traços dos contextos de processamento desse gênero. Dessa forma, como nosso trabalho se ocupa da análise da estruturação textual em editoriais, particularmente da sua Organização Tópica, nossa discussão de dados mostrará traços particularizadores do processamento do gênero editorial, o que já pode ser entendido como uma contribuição deste artigo.

Na GTI, o texto é tomado como objeto de estudo a fim de se investigar, com enfoque, a sua organização. Desse modo, além da Organização Tópica, “processo básico de construção textual” (JUBRAN, 2015a, p. 28), outros processos de organização do texto, que atuam concomitante a esse processo básico, são estudados. São eles a referência, a correção, o parafraseamento, a parentetização, a correção e a tematização/rematização. Ademais, outro grupo de recursos linguísticos envolvidos na organização textual-interativa são foco de estudo, os chamados “Marcadores Discursivos” (MDs). Neste artigo, como a Organização Tópica é o objeto de investigação, apresentaremos apenas a definição deste processo.

Conforme explicamos na Introdução, o processo de Organização Tópica, também conhecido como “Topicalidade”, consiste na organização do texto mediante a construção e articulação linear e hierárquica de grupos de enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de um conjunto de referentes concernentes entre si e em relevância em determinados pontos

do texto (cf. GUERRA; PENHAVEL, 2010; JUBRAN, 2015b; PINHEIRO, 2005). Tal definição leva à formulação de duas propriedades definidoras desse processo – **centração e organicidade**.

A **centração** concerne à propriedade de concentração da interação verbal em um determinado conjunto de referentes, explícitos ou inferíveis, concernentes entre si e em relevância em determinados pontos do texto. Essa propriedade abrange os traços de concernência, relevância e pontualização. Suscintamente, a **concernência** diz respeito à relação de interdependência entre elementos textuais, firmada por mecanismos de sequenciação e referenciação, que fazem com que esses elementos constituam um conjunto específico de objetos de discurso explícitos ou inferíveis, instaurado como alvo do processo textual-interativo. A **relevância**, por seu turno, equivale à proeminência de certos elementos textuais na constituição desse conjunto de objetos de discurso, decorrente da posição focal atribuída a esses elementos em determinado ponto do texto. Por último, a **pontualização** concerne à localização material desse conjunto referencial, assumido como focal, em ponto específico do texto, dada a partir da observação da concernência e da relevância de seus elementos textuais interacionalmente instaurados.

Esses traços definidores da **centração** atuam para que a categoria tópica **discursivo** seja reconhecida como materializada em um determinado fragmento textual, operando, então, para a identificação do estatuto tópico de uma porção de texto. Desse modo, a partir da aplicação desses traços à análise textual, pode-se recortar o textos em Segmentos Tópicos (SegTs, daqui em diante), entendidos, com base em Jubran (2015b) e em Penhavel e Diniz (2014), como unidades linguísticas de organização textual que materializam a categoria abstrata do tópico discursivo.

O exemplo em (1) serve-nos para explicar melhor a propriedade tópica da **centração**, bem como para ilustrar um SegT.

(1) Exemplo para entendimento da propriedade de contração tópica e da noção de SegT

Doc. – o seu marido sempre exerceu essa profissão que ele tem agora?

L1 – não ele teve escritório no início da carreira ... teve escritório durante ... oito anos:: mais ou menos ... depois ... ainda com escritório ... e como ele tinha liberdade de advogar ele também ... exercia a:: profi/ o a advocacia do Estado né?: ... e depois ... é que ele começou a lecionar quando houve ... a necessidade de regime de dedicação exclusiva [...] ... então:: ele:: começou a lecionar foi convidado e:: [...] e:: e deu-se muito bem no magistério ... ele se realiza sabe? [...] ele se dedica muitíssimo a ... tanto à carreira de procurador como de professor (tá?) [...] [D2 SP 360]

(JUBRAN, 2015b, p. 88).

De acordo com a propriedade de contração tópica, em (1), o tópico discursivo pode ser nomeado como *Atividades profissionais do marido de L1*. A concernência é verificada na construção de um conjunto referencial relativo a esse tópico, como sugere a integração semântica entre elementos constitutivos do campo conceitual “profissão” (escritório, carreira, advogar, lecionar, procurador, magistério). Já a relevância de tal tópico pode ser constatada pela observação dos temas e dos remas sentencias. Quando nos atentamos aos temas, vemos que, muitas vezes, são expressos pelo pronome “ele”, referenciando o elemento “marido”, e, relacionados a esses temas, estão remas que colocam em proeminência o tema “profissão”, a exemplo de “ele teve escritório no início da carreira” e “ele se dedica muitíssimo a ... tanto à carreira de procurador como de professor (tá?)”. Considerando, então, a concernência e a relevância do conjunto referencial relativo às atividades profissionais do marido de L1, Jubran (2015b) diz que esse fragmento de texto se estabelece como uma unidade textual coesa e coerente, permitindo-nos demarcá-lo, na materialidade textual, em relação aos seus circunvizinhos, o que caracteriza a pontualização, terceiro traço da contração. Assim, a propriedade de contração tópica é o critério fundamental de identificação de um SegT, que, no caso em (1), diz respeito a toda a unidade linguística exemplificada.

Por sua parte, a organicidade, segunda propriedade definidora da Organização Tópica, estabelece-se por meio de relações de interdependência tópica estabelecidas simultaneamente em dois planos, o hierárquico e o linear. No primeiro, ocorrem relações de superordenação e subordinação entre tópicos que se organizam segundo o grau de abrangência do assunto. No segundo plano, estabelecem-se as relações intertópicas em termos de adjacência ou interposições de diferentes tópicos. No presente trabalho, esses dois planos de funcionamento da propriedade de organicidade serão analisados em editoriais, motivo pelo qual especificaremos, a seguir, a explicação a respeito de cada um deles.

Na dimensão hierárquica, ou vertical, da estruturação tópica, as relações de interdependência entre tópicos são orientadas a partir do grau de abrangência do assunto desenvolvido no texto, de modo que se estabeleçam níveis de estruturação tópica segundo o maior ou menor grau de abrangência do assunto em pauta. Desse modo, há tópicos mais amplos que abrangem tópicos mais particularizadores que, por sua vez, abrangem tópicos ainda mais específicos, até que se alcancem constituintes tópicos mínimos. A Figura 1 ilustra essa hierarquia na Organização Tópica.

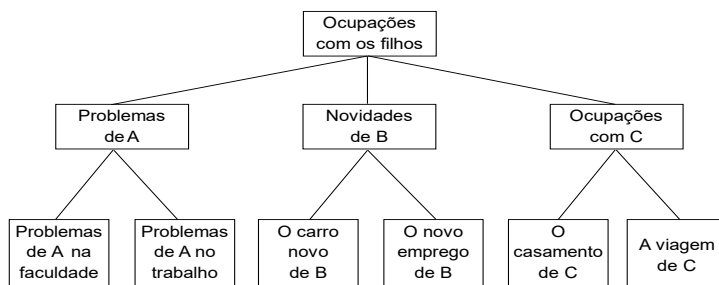


Figura 1. Exemplo hipotético de hierarquia tópica

Fonte: Adaptado de Guerra e Penhavel (2010, p. 142).

Guerra e Penhavel (2010), considerando que cada quadro da Figura 1 simboliza um grupo de enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de um conjunto de referentes concernentes entre si e em relevância em determinado ponto do texto, explicam que há níveis hierárquicos de Organização Tópica, de modo que o primeiro nível da figura representa o agrupamento de enunciados mais amplo do texto, ou seja, o seu tópico central, intitulado *Ocupações com os filhos*. Esse tópico mais amplo abrange tópicos mais particularizadores, que ocupam o segundo nível da figura, intitulados *Problemas de A*, *Novidades de B* e *Ocupações com C*. Esses três tópicos mais particulares, por sua vez, desdobram-se, cada um, em outros dois tópicos ainda mais específicos, que se distribuem no nível mais baixo da hierarquia representada na Figura 1.³

A hierarquia tópica ainda envolve o que Jubran (2015b) denomina de “Quadro Tópico” (QT), caracterizado por duas condições necessárias (i e ii) e uma possível (iii):

- i) centração em um tópico mais abrangente (supertópico – ST), que delimita a porção textual em que determinado assunto é focal. Na Figura 1, o ST configura-se como *Ocupações com os filhos*;
- ii) desdobramento interno em tópicos coconstituintes (subtópicos – SbTs), na medida em que certos SbTs apresentam o mesmo grau de concernência em relação ao ST que lhes é comum. Por exemplo, desdobramento do ST *Ocupações com os filhos* em três SbTs constituintes: *Problemas de A*, *Novidades de B* e *Ocupações com C*, todos do mesmo nível hierárquico;
- iii) desdobramentos sucessivos no interior de cada tópico coconstituinte, de forma que um SbT de um ST superior passa a ser um ST em relação aos tópicos mais particularizadores que o integram (SbTs, constituindo, com eles, um outro Quadro Tópico, de nível inferior na hierarquia tópica). Por exemplo, desdobramento do tópico *Problemas de A* nos seus dois SbTs *Problemas de A na faculdade* e *Problemas de A no trabalho*.

3 Como os SegTs materializam os tópicos discursivos, aqueles SegTs que concretizam os tópicos discursivos mais específicos do texto são, então, os chamados **SegTs** mínimos. Pensando no texto hipotético representado na Figura 1, os SegTs mínimos seriam todos os segmentos textuais correspondentes aos seis tópicos que ocupam o nível mais baixo da figura.

Considerando as relações de superordenação e subordenação estabelecidas no QT, observa-se que a sua noção é abstrata e só pode ser estabelecida a partir do nível de hierarquia analisado no texto. Nesse contexto, as noções de supertópico e subtópico são relativas, haja vista que é possível a formação de QTs em qualquer ponto da hierarquia tópica.

No caso da Figura 1, o desdobramento interno do ST *Ocupações com os filhos* em três tópicos coconstituintes (SbTs) provoca a formação de um QT. O desdobramento desses três SbTs em tópicos ainda mais específicos faz com que esses SbTs que ocupam o segundo nível da figura se tornem STs em relação a cada um dos seus dois tópicos coconstituintes, o que instaura mais três QTs, que se estabelecem na relação entre *Problemas de A*, *Novidades de B* e *Ocupações com C* e seus dois respectivos SbTs.

Quanto ao plano linear da organicidade tópica, este consiste no encadeamento de SegTs mínimos, ou seja, no sequenciamento entre SegTs mínimos na linearidade textual. Jubran (2015b) estabelece uma tipologia de formas de linearização tópica que envolve dois processos básicos, a *continuidade* e a *descontinuidade*, além de três outras formas de passagem de um SegT mínimo a outro, chamadas de *transição*, *superposição* e *movimento de tópicos*. Ainda, Penhavel e Garcia (2017) reconhece também a possibilidade de simultaneidade de formas de linearização, o que não seria uma nova forma de linearização, mas uma especificação da tipologia proposta por Jubran (2015b).

A continuidade corresponde à relação de adjacência entre os SegTs mínimos, de forma que a abertura de um novo SegT se dá apenas após o fechamento do tópico que o precede. Dessa forma, um novo SegT mínimo é iniciado somente quando o SegT mínimo anterior é finalizado no que diz respeito ao desenvolvimento temático construído pelos interlocutores.

A descontinuidade, por seu turno, ocorre a partir de uma perturbação na sequencialidade linear, realizada de três diferentes formas: (i) ruptura tópica; (ii) cisão tópica; (iii) expansão tópica. A ruptura se realiza quando um novo tópico é introduzido, mas não chega

propriamente a se desenvolver, porque outro tópico é logo introduzido, interrompendo o anterior. Nesse caso, o tópico que sofre a ruptura não volta a aparecer no texto.

A cisão tópica consiste na divisão de um mesmo SegT mínimo em partes descontínuas. Essa forma de descontinuidade pode ocorrer de duas maneiras: (i) inserção tópica; (ii) alternância tópica. A *inserção* caracteriza-se pela divisão de um SegT mínimo em partes não-contíguas, segundo o esquema $A B A$, em que o tópico A é interrompido pelo tópico B e, após o desenvolvimento do tópico B , o A volta a ser desenvolvido. O tópico B pode ser considerado um tópico discursivo dentro de outro tópico porque institui outra centração dentro de um tópico que estava em curso. Já a *alternância* faz com que um SegT se torne descontínuo por conta da interpolação de outro SegT, de modo que há uma espécie de revezamento entre tópicos, em que o tópico B interrompe o tópico A e, posteriormente, este mesmo interrompe o tópico B , que volta a ser desenvolvido após a interpolação de A . Dessa forma, dois SegTs se tornam descontínuos na linearidade textual em razão da interpolação entre um e outro tópico.

A expansão tópica, última forma de descontinuidade, ocorre quando dados anunciados de passagem em determinado ponto do texto ganham, posteriormente, estatuto tópico. São dados que, em um primeiro momento do texto, são mencionados de forma parentética dentro de outro tópico por estarem no “horizonte temático da interação verbal” e, com o desenrolar do texto, adquirem centração própria, constituindo um novo tópico. Nesse caso, a descontinuidade se dá entre a primeira menção a esses dados e seu posterior desenvolvimento, quando, então, concretiza um SegT mínimo.

Na transição de tópicos, uma das outras formas de linearização que se diferenciam da continuidade e da descontinuidade, há a passagem gradual de um tópico discursivo a outro por meio de um tópico de transição, que evita a mudança brusca de centração. Diferentemente, na superposição de tópicos, dois tópicos discursivos convivem temporariamente em algum trecho do texto, situação ocorrente, segundo Jubran (2015b), quando um falante está desenvolvendo um tópico e seu interlocutor tenta introduzir um outro tópico, fazendo com que dois tópicos convivam por um certo

tempo. Finalmente, no movimento de tópico, os interlocutores “deslizam” de um para outro aspecto do mesmo tópico, de forma que dois ou mais SegTs mínimos desenvolvem, cada, um aspecto particular de um mesmo tema geral, podendo formar um QT.

Como dissemos, além dessas formas de linearização tópica propostas por Jubran (2015b), Penhavel e Garcia (2017) admite a possibilidade de ocorrência simultânea de duas formas de linearização, o que não seria uma forma diferente de linearização daquelas previstas na tipologia de Jubran (2015b), mas o entendimento de que, na transição de um SegT mínimo a outro, dois tipos de transição, dentre aqueles definidos pela autora, podem ocorrer ao mesmo tempo.

Neste artigo, iremos, então, analisar o nível *intertópico* de funcionamento da Organização Tópica nos editoriais de jornais paulistas atuais, descrevendo os planos hierárquico e linear do processo no gênero editorial. O outro nível de operação da Organização Tópica, a organização *intratópica*, que consiste na estruturação interna de SegTs mínimos, não será examinado.

2 Procedimentos de análise

Para cumprir nosso objetivo de pesquisa, que envolve a análise da quantidade de tópicos, de Quadros Tópicos e de níveis de hierarquização, incluindo ainda a investigação das formas de linearização tópica em editoriais do século XXI, selecionamos 25 editoriais⁴ dos jornais paulistas *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, publicados ao longo do mês de agosto de 2016.⁵ As análises seguiram o *método de*

4 Esse quantitativo de dados se justifica na medida em que avaliamos, com base em outros trabalhos já desenvolvidos na GTI (PENHAVAL, 2010; PENHAVAL; GUERRA, 2016) que o conjunto de vinte e cinco editoriais já ofereceria dados qualitativa e quantitativamente suficientes para o desenvolvimento dos objetivos deste trabalho, o que se confirmou com o desenvolvimento de nossas análises.

5 Decidiu-se por coletar editoriais de agosto de 2016 porque esse mês coincide com o mês em que se iniciaram as análises da pesquisa que resultou neste artigo.

análise tópica (JUBRAN, 2015b), que, com base nas propriedades de *centração* e *organicidade*, possibilita a identificação do processo de Organização Tópica em qualquer texto. Os traços de relevância, concernência e pontualização, caracterizadores da centração tópica, permitem identificar os SegTs de um texto. Já a organicidade oferece suporte ao estudo das relações de interdependência entre os tópicos discursivos de determinado texto. A aplicação desse método permitiu, então, analisar como ocorre a organização intertópica no gênero textual aqui em apreço. Assim, identificamos todos os tópicos discursivos dos editoriais e seus respectivos SegTs mínimos, observando se o gênero aqui em pauta se caracterizaria pela unicidade ou pela complexidade intertópica.

Verificada a presença de complexidade intertópica nos editoriais, o passo seguinte consistiu especificamente na análise da quantidade de tópicos discursivos, de QTs e de níveis de hierarquização tópica por editorial. Ainda, a verificação de complexidade intertópica possibilitou-nos investigar as formas de linearização tópica predominantes nos editoriais paulistas atuais.

Como uma maneira técnica de facilitar a identificação dos tópicos discursivos e também de justificar o estatuto de SegT mínimo de determinado fragmento textual, durante as análises, destacamos, em negrito, no interior de cada SegT mínimo, as expressões que mais diretamente constroem os tópicos discursivos, como se verá na próxima seção.

3 Discussão de dados

Quanto ao primeiro critério de análise da organização intertópica nos editoriais, que diz respeito à **quantidade de tópicos discursivos em cada texto estudado**, apuramos que os editoriais paulistas do século XXI se caracterizam pela *exclusividade* de complexidade intertópica, sempre havendo, portanto, dois ou mais tópicos por editorial, conforme ilustramos na Tabela 1.

Quantidade de tópicos discursivos mais específicos por editorial	Percentuais de ocorrências
2	28% (7/25 editoriais)
3	44% (11/25 editoriais)
4	28% (7/25 editoriais)

Tabela 1. Quantitativo de tópicos discursivos mais específicos por editorial

Fonte: Autoria própria.

Como se pode ver, identificamos que, na maior parte dos casos (44%), os editoriais apresentam três tópicos discursivos que particularizam o tópico mais amplo do texto. Em nosso *corpus*, apuramos também que os editoriais podem compreender dois ou quatro tópicos na mesma proporção (em 28% das ocorrências). Essa manifestação de dois, três ou quatro tópicos discursivos mais específicos nos editoriais indica que há uma certa regularidade no que diz respeito à quantidade de tópicos discursivos (e de SegTs mínimos) nos editoriais investigados, na medida em que se verificam apenas três formas diferentes de especificação tópica, em termos do número de tópicos discursivos mais particularizadores em cada editorial.

Em (2), exemplificamos um editorial no qual identificamos três tópicos discursivos específicos.

(2) *Tópico discursivo central: Obsolescência da legislação trabalhista no Brasil*

Tópico discursivo 1: Degradação do mercado de trabalho

Como aconteceu há duas décadas, o avanço do desemprego e da informalidade despertou o mundo político para a obsolescência da legislação trabalhista no país.

Após anos de melhora quase contínua, o mercado degradou-se rapidamente. Desde 2015, o contingente que busca ocupação foi de 8 milhões para além dos 11 milhões e segue em alta.

Ao mesmo tempo, encolheu de 41 milhões para 39 milhões o número de assalariados com carteira assinada – os que desfrutam das garantias da septuagenária Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Tal grupo, em nome do qual se batem os adversários de reformas do diploma legal, constitui parcela minoritária entre os mais de 100 milhões de brasileiros ocupados ou à procura de emprego.

Além de servidores públicos, que dispõem de estatuto próprio, e patrões, há o estrato, hoje mais numeroso que o dos celetistas, composto essencialmente por trabalhadores informais e autônomos, que labutam, no mais das vezes, sob condições precárias.

Tópico discursivo 2: Tutela estatal sobre relações entre empregados e empregadores imposta pela CLT

Forjada nos primórdios da industrialização do país, a CLT impôs a tutela estatal sobre as relações entre os empregados e empregadores. A profusão e o detalhismo das regras criadas para proteger os primeiros mostraram-se, com o passar do tempo, empecilhos para os acertos entre as partes.

Basta notar que, no ranking do Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocupa vexatório 137º lugar, entre 140 países, quanto à facilidade de contratar e demitir mão de obra. Rever tais amarras será complexo.

O governo provisório de Michel Temer (PMDB) mede palavras e ambições ao anunciar o intento de modificar a lei e ampliar a possibilidade de negociações para reduzir salários e mudar jornadas em troca da preservação de vagas.

Mesmo admitidos pela Constituição e demandados pelos sindicatos, tais acordos coletivos não raro esbarram na CLT ou nos tribunais.

Tópico discursivo 3: Necessidade de maior reformulação das leis de trabalho

Há muita coisa mais a reformar, da representação sindical aos encargos sobre a folha. Para além do alívio à recessão, o fim do paternalismo do Estado permitiria maior inclusão no mercado formal.

(OBSOLETA e excludente. Folha de S. Paulo, 7 ago. 2016, destaques nossos).

De acordo com nossa análise, o tópico central do exemplo em (2) é *Obsolescência da legislação trabalhista no Brasil*. Observe-se que, no decorrer de toda a construção textual-interativa desse editorial, há centração a respeito desse tema, a qual pode ser identificada mais diretamente pela expressão “o avanço do desemprego e da informalidade despertou o mundo político para a obsolescência da legislação trabalhista no país” (linhas 1-2)

e mais indiretamente por outros enunciados negritados no exemplo, que vão desenvolvendo aspectos mais específicos desse tópico central. Assim, o tópico central desdobra-se em três tópicos mais particulares, que especificam o tópico mais abrangente do texto.⁶

O primeiro tópico é centrado na ideia *Degradação do mercado de trabalho*, conforme aponta a relação de interdependência semântica entre o enunciado “Após anos de melhora quase contínua, o mercado degradou-se rapidamente” (l. 3),⁷ o qual ativa esse tópico discursivo na construção textual, e entre outros enunciados em negrito no interior do SegT destacado nas linhas 1-14, que sustentam a ideia da degradação do mercado de trabalho.

O tópico discursivo 2, por sua vez, centra-se na *Tutela estatal sobre relações entre empregados e empregadores imposta pela CLT*, como sugerem os trechos em destaque no SegT. Nesse caso, as linhas 15-18 colocam em relevância, mais diretamente, o conjunto referencial relativo à tutela estatal nas relações empregatícias, ao passo que o trecho em 19-26 busca comprovar a questão da tutela com dados sobre a dificuldade do Brasil em contratar e demitir e com o argumento de que acordos coletivos geralmente esbarram na CLT.

Instaurados os tópicos acerca da degradação do mercado de trabalho e da dificuldade de acertos entre empregados e empregadores em razão da CLT, o editorial centra-se, enfim, em um conjunto referencial relativo à *Necessidade de maior reformulação das leis de trabalho*, distinguido como

6 Como explica Penhavel (2020a) a partir de editoriais da primeira metade do século XX, é comum que enunciados que expressam o tópico central de um texto estejam no interior do primeiro SegT mínimo, dado que, com frequência, produzimos textos cuja parte inicial está centrada na introdução do tópico abordado no texto todo. Dessa forma, podemos entender porque o enunciado que expressa diretamente o tópico central em (2) foi identificado no interior do SegT nas linhas 1-14, que materializa o tópico *Degradação do mercado de trabalho*, havendo até uma certa coincidência entre o fragmento que concretiza o tópico 1 e o trecho do editorial que explicita o tópico central do texto.

7 A partir deste ponto do artigo, quando colocarmos a letra “e” entre parênteses e seguida de um ponto final, estaremos abreviando a palavra “linha(s)”.

tópico discursivo 3 do editorial. Nesse ponto do texto, o alvo do processo textual-interativo pode ser identificado pela proeminência do enunciado *Há muita coisa mais a reformar, da representação sindical aos encargos sobre a folha* (l. 27-28).

Convém justificar, com maior cuidado, o estatuto tópico do agrupamento de enunciados recortado nas linhas 27-29. Apesar de o tópico discursivo 3 ser instaurado por um pequeno conjunto de elementos textuais, materializando-se em um SegT mínimo muito curto, em termos de extensão, composto de apenas um parágrafo organizado em três linhas, a porção textual na qual reconhecemos o tópico discursivo 3 pode, de fato, ter estatuto tópico por apresentar centração específica no editorial. Dessa forma, é desenvolvido por meio de um conjunto referencial centrado na ideia *Necessidade de maior reformulação das leis de trabalho*. Nesse sentido, com a introdução do tópico discursivo 3, o que estava sendo dito no tópico 2 é encerrado completamente e se inicia, então, a argumentação sobre a necessidade de reformulação das leis trabalhistas. Ademais, após a construção de dois tópicos discursivos que sublinham a degradação do mercado de trabalho e a dificuldade de acertos entre empregados e empregadores em razão da CLT (tópicos 1 e 2, respectivamente), a introdução do tópico discursivo 3 no editorial é relevante no ponto do texto em que é inserido, haja vista que a necessidade de reformulação das leis trabalhistas, conforme tratada no tópico discursivo 3, poderia contribuir para a diminuição da degradação do mercado de trabalho e para a facilitação do acerto entre empregadores e empregados, questões relacionadas aos tópicos 1 e 2.

No que diz respeito à **organização hierárquica** nos editoriais paulistas deste início de século, nosso segundo fator de análise a respeito da organização intertópica no gênero, avaliamos a quantidade de QTs por editorial (conforme explicado na seção 1, um QT ocorre a cada vez que um tópico discursivo se desdobra em tópicos mais específicos) e os níveis de hierarquização tópica. Na Tabela 2, sintetizamos os resultados dessa análise.

Quantidade de QTs e de níveis de hierarquização por editorial	Percentuais de ocorrências nos dados
1 QT (2 níveis)	88% (22/25 editoriais)
2 QTs (3 níveis)	12% (3/25 editoriais)

Tabela 2. Quantidades de QTs e de níveis hierárquicos por editorial e percentuais de ocorrências

Fonte: Autoria própria.

A primeira coluna da Tabela 2 mostra as quantidades de QTs e níveis de hierarquização por editorial que encontramos em nosso *corpus*. Como se pode observar, os editoriais investigados apresentam um QT (o que já indica a instauração de dois níveis na hierarquia tópica) ou dois QTs (o que também já pressupõe a instauração de três níveis hierárquicos).

Cabe esclarecer que, logicamente, a formação de um QT acarreta a instauração de dois níveis de hierarquização. Por outro lado, já não existe esse tipo de relação necessária entre dois QTs e três níveis de hierarquização: a construção de dois QTs, de fato, acarreta a instauração de três níveis, porém a instauração de três níveis não pressupõe a construção de apenas dois QTs, podendo um texto construir mais de dois QTs distribuídos em apenas três níveis de hierarquização – o que é justamente a situação que se manifesta, por exemplo, na Figura 1. Assim, a existência, nos editoriais analisados, de instauração de três níveis hierárquicos relacionados sempre a apenas dois QTs (e não a mais do que dois) pode ser entendida como uma das características do gênero editorial, já que essa correlação entre três níveis e apenas dois QTs constitui uma forma particular de organização hierárquica dentre outras formas possíveis.

A segunda coluna da Tabela 2 ilustra o percentual de ocorrências de cada uma das duas possibilidades de QTs identificadas – um ou dois por editorial. A grande maioria dos editoriais apresenta apenas um QT e, portanto, dois níveis hierárquicos. Esses são casos em que o editorial é composto de

um tópico central que se desdobra em subtópicos, os quais, porém, não se especificam em subtópicos ainda mais específicos. Os casos menos recorrentes são aqueles em que o editorial apresenta dois QTs, estruturados, portanto, em três níveis na hierarquia tópica. Nessas situações, o tópico central desenvolve-se em tópicos mais específicos e algum destes, por sua vez, desdobra-se em tópicos ainda mais particularizadores.

Como o editorial em (2) representa a formação de apenas um QT, que, por consequência, organiza-se em dois níveis hierárquicos, ilustramos sua relação de hierarquização na Figura 2, a seguir, mostrando a subordinação hierárquica dos três tópicos discursivos do editorial em relação ao tópico central, bem como a formação do QT desse texto.

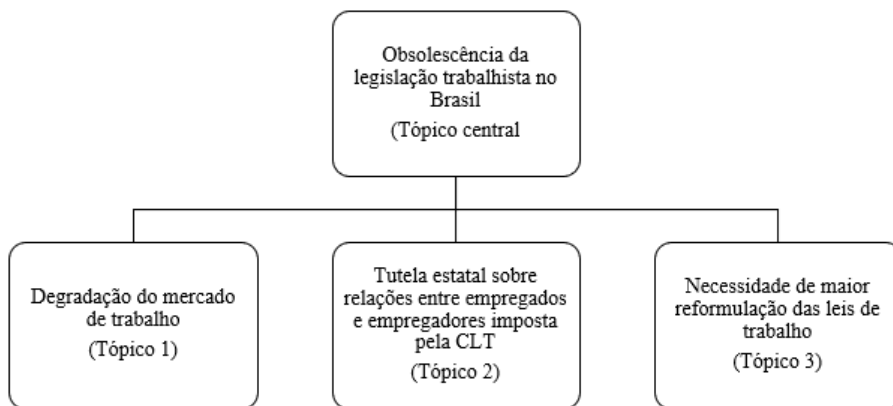


Figura 2. Hierarquia tópica de editorial em um QT e dois níveis

Fonte: Autoria própria.

Já o editorial em (3) apresenta quatro tópicos discursivos, organizados em dois QTs e, portanto, em três níveis na hierarquização.

(3) *Tópico discursivo central: Favorável cenário econômico no campo das fontes alternativas de energia**Tópico Discursivo 1: Fatos que demonstram o avanço das fontes alternativas de energia nos cenários nacional e mundial*

Existe um setor da economia brasileira – e da mundial – em que ninguém fala de crise. 1
No campo das fontes alternativas de energia, o vento só sopra a favor. 2

Em 2015, as novas turbinas eólicas erguidas no mundo agregaram **63 gigawatts (GW) à capacidade instalada de geração elétrica.** É o equivalente a quase seis usinas como Belo Monte e acarretou um investimento de US\$ 329 bilhões. 3
4
5

Nesse mesmo ano, enquanto o PIB brasileiro se retraía 3,8%, **a geração de energia eólica avançava impressionantes 77,1%.** 6
7

O dado se encontra no “Balanço Energético Nacional 2016”, recém-divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e recebeu destaque no caderno especial “Brasil que Dá Certo – Energia Renovável”, publicado na quinta-feira (28) por esta **Folha.** 8
9
10

O desempenho da energia eólica permitiu que fornecesse 5,81% da eletricidade gerada no país. Com isso, **sua contribuição firmou-se à frente da fatia das usinas nucleares (1,3%) na produção nacional.** 11
12
13

Tópico Discursivo 2: A liderança da hidroeletricidade na produção de energia no Brasil

A liderança incontestável, como de sabe, segue com a hidroeletricidade. Turbinas movidas com a força dos rios produziram **66,7% da energia elétrica consumida no mercado doméstico.** 14
15
16

Como se trata de uma fonte renovável (assim como a eólica e a biomassa), essa modalidade contribui para manter a matriz elétrica brasileira como uma das mais limpas do planeta. Mais de três quartos da eletricidade aqui produzida provém de fontes que não agravam o aquecimento global. 17
18
19
20

*Tópico Discursivo 3: Consequências da crise econômica brasileira no setor de energias**Tópico Discursivo 3.1: Consequências negativas da crise econômica no setor de energias*

Todas elas, é verdade, inclusive a eólica, sofrem de um modo ou de outro as consequências da crise econômica que se abateu sobre o Brasil e da intervenção desastrosa do governo Dilma Rousseff (PT) no setor elétrico. 21
22
23

O consumo de eletricidade recuou 1,9% em 2015, como seria de esperar com a retração do PIB. Se há poucos anos se falava em risco de desabastecimento, por força da crise hídrica e do intervencionismo petista, **agora se experimenta um paradoxal sobra de energia contratada, o que decerto não ajuda a estimular investidores.** 24
25
26
27

Tópico Discursivo 3.2: Perspectivas promissoras da crise para o setor de energia eólica

Em termos relativos, contudo, essa situação anômala abre **perspectivas mais promissoras para energia eólica** (e até para a incipiente solar fotovoltaica). 28
29

O custo de seus equipamentos está caindo, o preço de geração já é competitivo e a instalação é mais rápida que a de usinas hidrelétricas e nucleares – as preferidas das grandes empreiteiras, hoje enredadas com os próceres do setor elétrico nas malhas da Lava Jato. (NOVOS ventos na energia, **Folha de S. Paulo**, 1 ago. 2016, destaques nossos). 30
31
32
33

O editorial em (3) tem como tópico discursivo central o *Favorável cenário econômico no campo das fontes alternativas de energia*. A construção desse tópico é iniciada já no início do primeiro parágrafo com o trecho “Existe um setor da economia brasileira – e da mundial – em que ninguém fala de crise. No campo das fontes alternativas de energia, o vento só sopra a favor” (l. 1-2), e, no decorrer de todo o editorial, podemos ver o desenvolvimento desse tópico, especialmente por várias das expressões que destacamos em negrito. Esse tópico central desdobra-se em três tópicos discursivos, que desenvolvem, cada um, aspectos específicos a respeito desse tópico mais amplo, e um desses tópicos mais particulares relativamente ao central se desdobra em dois outros ainda mais específicos.

No tópico discursivo 1, a centração ocorre em torno dos fatos que evidenciam o avançar das fontes alternativas de energia tanto no cenário nacional quanto internacional, enquanto no tópico 2, o foco textual-interativo recai sobre a liderança da hidroeletricidade na produção de energia no Brasil. Como sinalizamos no exemplo, o terceiro tópico do editorial focaliza as consequências da crise econômica brasileira no setor de energias e desdobra-se em dois tópicos discursivos ainda mais particularizadores, instaurando, então, dois subtópicos – materializados em dois SegTs mínimos – subordinados a ele. No caso do tópico discursivo 3.1, a interação se concentra nas consequências negativas da crise no campo de geração de energias, ao passo que, no tópico 3.2, são abordadas as perspectivas promissoras da crise para o mencionado setor. Conforme dito na seção 2, no interior de cada SegT mínimo que materializa esses tópicos, destacamos, em negrito, trechos que, mais explicitamente, colocam em relevância cada um desses conjuntos referenciais concernente entre si.

Como explicamos, o tópico central do editorial em (3) desdobra-se em três tópicos discursivos mais específicos, os quais compõem o segundo nível da hierarquia tópica. Nesse desdobramento, o tópico central configura-se como um ST e os três tópicos mais específicos relativamente ao tópico central se estabelecem como SbTs, compondo o primeiro QT do texto. Como destaca Jubran (2015b), o estatuto de ST e SbT é relacional. Por isso, quando um SbT se desdobra em tópicos ainda mais específicos, este SbT passa a ser um ST em relação aos tópicos que o integram. Em (3), o desdobramento

do SbT *Consequências da crise econômica brasileira no setor de energias* em dois tópicos mais particulares, do terceiro nível na hierarquização tópica, faz com que este SbT adquira estatuto de ST em relação aos seus dois tópicos coconstituintes, os quais se configuram, então, como SbTs. Esse desdobramento progressivo do editorial dá origem a mais um QT, de nível inferior na hierarquia tópica. A Figura 3 ilustra essa hierarquização tópica.

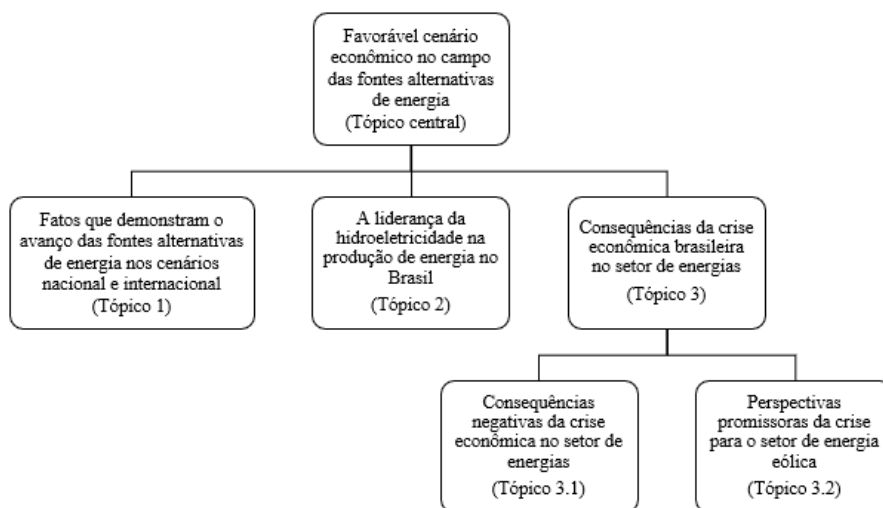


Figura 3. Hierarquia tópica de editorial em dois QTs e três níveis

Fonte: Autoria própria.

Destacamos que, apesar de a formação de um QT poder ocorrer em qualquer ponto da hierarquização tópica, possibilitando que qualquer um dos tópicos de determinado nível da hierarquia se desdobre em tópicos ainda mais particulares, em nossos dados, não identificamos nenhuma ocorrência de desdobramento do primeiro SbT do tópico central. Ou seja, a formação do segundo QT do editorial ocorre sempre pela particularização do segundo ou do terceiro SbT do tópico central. A esse respeito, apuramos que, em dois editoriais, é o segundo SbT do tópico central que se desdobra em tópicos ainda mais específicos e, em um editorial, é o terceiro SbT do tópico mais abrangente que se desenvolve em

tópicos mais particularizadores. A não ocorrência de desdobramento do primeiro tópico discursivo dos editoriais investigados em tópicos mais específicos poderia ser explicada pelo aparente caráter introdutório, contextualizador desse tópico discursivo em relação aos demais tópicos dos editoriais. Nossas análises sugerem que o primeiro tópico dos editoriais é, em geral, mais dedicado a apresentar, informar fatos, contextualizando a discussão a ser desenvolvida no restante do editorial. Assim, esse possível caráter mais introdutório do primeiro tópico discursivo faria com que esse tópico não chegasse a discutir com mais detalhes uma questão, o que justificaria a ausência de desdobramento do primeiro tópico dos editoriais em tópicos discursivos mais específicos.

Discutidos nossos resultados sobre a quantidade de tópicos discursivos, de níveis de hierarquização e de QTs por editorial, tratemos, então, das **formas de linearização tópica**, terceiro critério de análise da organização intertópica nos editoriais paulistas do século XXI. Como explicamos na seção 1, a tipologia de linearização tópica distinguida por Jubran (2015b) envolve as seguintes formas de linearização: (i) continuidade, (ii) descontinuidade e (iii) outros processos de linearização. Na sequência, a Tabela 3 demonstra os resultados obtidos no levantamento das formas de linearização identificadas nos editoriais.

Formas de linearização tópica	Percentuais de ocorrências
Continuidade tópica	94,34% (50/53 transições entre SegTs)
Descontinuidade por inserção tópica	1,89% (1/53 transições entre SegTs)
Movimento de tópico	3,77% (2/53 transições entre SegTs) ⁸

Tabela 3. Formas de linearização tópica em editoriais paulistas do século XXI

Fonte: Autoria própria.

8 O total de 53 transições entre SegTs considerado na Tabela 3 diz respeito ao total de transições entre SegTs mínimos de todos os editoriais de nosso *corpus*, incluindo as transições que, a nosso ver, envolvem duas formas de linearização.

Como se pode observar a partir da Tabela 3, na quase totalidade dos casos, os editoriais apresentam continuidade tópica (94,34% dos casos). Além dessa forma predominante de linearização tópica, identificamos um caso de descontinuidade por inserção tópica e dois casos de movimento de tópico (1,89% e 3,77% das ocorrências, respectivamente).

A pouca diversidade nas formas de linearização tópica nos editoriais estudados indica, mais uma vez, a regularidade que constitui o processo de organização intertópica no gênero em questão. Conforme mostramos, no que diz respeito à quantidade de tópicos discursivos, de QTs e de níveis hierárquicos, os editoriais manifestam uma expressiva uniformidade de funcionamento. No mesmo sentido, a análise das formas de linearização tópica predominantes nos editoriais reforça a sistematicidade que rege a constituição do processo de organização intertópica nos editoriais.

Os editoriais em (2) e (3) são exemplares de exclusividade de continuidade tópica, quando um tópico discursivo só começa a ser instaurado depois que o seu precedente na linearidade textual foi esgotado. Em (4), apresentamos um caso de descontinuidade por inserção tópica.

(4) *Tópico Discursivo 1: Projeto de má qualidade*⁹

[...] **O projeto, do deputado Esperidião Amin (PP-SC), altera o Código Penal Militar,** 1
introduzindo um parágrafo segundo o qual crimes dolorosos cometidos por militares contra 2
civis serão da competência da Justiça Militar da União se forem praticados no contexto “do 3
cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo presidente da República ou 4
o ministro de Estado da Defesa” e “de atividade de natureza militar, de operação de paz, de 5
garantia da lei e da ordem ou atribuição subsidiária”. 6

A menção ao presidente, diz a justificativa do projeto, visou a “ampliar a guarida a ser 7
conferida aos militares que estejam sendo empregados em atividades excepcionais”, pois 8
não seria incomum, prossegue o texto, que o chefe de governo determine “o emprego das 9
Forças Armadas em missões atípicas”. **A margem para a arbitrariedade que esse trecho** 10
da lei proporciona é gritante, ao deixar à imaginação quais situações permitirão que os 11
militares acusados de crimes dolorosos contra civis sejam julgados por seus pares, e não 12
pela sociedade. 13

A menção à manutenção da lei e da ordem é igualmente grave, posto que tem sido 14
recorrente o uso das Forças Armadas como órgão de segurança pública, conforme lembra 15
o próprio projeto de lei, a título de argumentação a favor do texto: “Dessa forma, estando 16
cada vez mais recorrente a atuação do militar em tais operações, nas quais, inclusive, ele 17
se encontra mais exposto à prática da conduta delituosa em questão, nada mais correto 18
do que buscar-se deixar de forma clarividente o seu amparo no projeto de lei”. **Errado:** 19
nada pior do que tentar corrigir um erro com outro. 20

Tópico Discursivo 2: Exemplo de atuação militar em operação policial para a qual não foi treinada

Como exemplo dessa atuação, o texto faz referência às ocupações militares em alguns 21
morros no Rio de Janeiro. O que o texto não diz é que a convocação da tropa foi tida como 22
necessária justamente porque fracassou a chamada “pacificação” desses morros por parte do 23
governo estadual. Ou seja, **os militares foram chamados para fazer o trabalho que deveria** 24
caber apenas à polícia e para o qual eles não foram treinados – afinal, soldados devem atuar 25
em ambientes nos quais não se dá voz de prisão ao inimigo. O resultado é que **a ocupação** 26
militar não apenas não deu nenhum resultado prático, como indisps os moradores 27
com os soldados e ainda os submeteu a servidões para as quais não estão preparados 28
e não aceitam. Haja vista a alegada necessidade de uma alteração legal que, de fato, apenas 29
consagrará um privilégio indevido. 30

Tópico Discursivo 1: Projeto de má qualidade

O autor do projeto reconhece que **se trata de um “improviso na lei penal”**, mas diz que é 31
necessário para dar segurança jurídica aos militares que trabalham em policiamento ostensivo. 32
Ou seja, em vez de combater o sucateamento da polícia, **criam-se mecanismos provisórios** 33
para conviver com seus efeitos nefastos [...]. (OS MILITARES e a segurança pública, **O** 34
Estado de S. Paulo, 1 ago. 2016). 35

O exemplo em (4) é parte de um editorial que focaliza um projeto de lei que altera o Código Penal Militar. No trecho aqui transcrito, o SegT mínimo 1

9 Em (4) e (5), suprimimos partes dos editoriais por questões de limite de espaço e para destacar apenas os SegTs mínimos envolvidos na forma de linearização tópica que nos propomos a discutir a partir desses exemplos. Sendo assim, a numeração dos tópicos em (4) e (5) não corresponde à ordenação dos tópicos nos editoriais em que estão cada um desses dois casos.

começa a ser desenvolvido centrado no tópico *Projeto de má qualidade*, como podemos depreender especialmente pelas expressões em negrito nas linhas 1-20. Antes do esgotamento total dos enunciados sobre o projeto de má qualidade, introduz-se, na linearidade textual, o SegT mínimo 2, centrado especificamente no tópico *Exemplo de atuação militar em operação policial para a qual não foi treinada*. Veja-se que a centração nesse tópico pode ser atestada pela possibilidade de identificarmos que, em todo o segmento nas linhas 21-30, há enunciados que desenvolvem uma atuação militar no Rio de Janeiro, a qual é considerada um exemplo de uma operação militar que caberia à polícia e para a qual as tropas militares não foram preparadas. Encerrada a centração acerca desse tópico 2, voltam a ser construídos no texto enunciados relativos ao tópico *Projeto de má qualidade*, como nos sugerem, sobretudo, as passagens negritadas.

Seguindo essa análise, na linearidade textual, o SegT 1 é disposto de forma descontínua, uma vez que o SegT 2 é inserido no texto antes do esgotamento do tópico materializado no SegT 1. Assim, o SegT 1 é dividido em duas partes não contíguas (linhas 1-20 e 31-34). Entre essas duas partes, há um conjunto de enunciados que adquire estatuto tópico por apresentar centração específica em determinado ponto do texto, formando, então, o SegT mínimo 2. É essa divisão do SegT em duas partes não adjacentes na linearidade textual, provocada pela inserção do SegT 2 no interior do SegT 1, que provoca, na disposição linear do SegT 1, o processo reconhecido por Jubran (2015b) como inserção tópica.

A respeito da depreensão do tópico *Projeto de má qualidade*, salientamos que há elementos textuais que *sugerem* a ideia de que tal projeto de lei não é de boa qualidade (como apontamos nas linhas em destaque em todo o SegT), porém, não há um enunciado ou um conjunto de enunciados que expressem o tópico de modo explícito. Desse modo, a identificação do tópico discursivo decorre do reconhecimento de uma ideia mais geral, comum ao que é tratado em todo o SegT, e não do reconhecimento de enunciados que explicitam o foco textual-interativo daquele SegT, como ocorre, por exemplo, com a passagem “Após anos de melhora quase contínua, o mercado

degradou-se rapidamente” (na linha 3, do editorial em (2)), a qual expõe o tópico *Degradação do mercado de trabalho*. Sobre essa não explicitação de um tópico discursivo por um enunciado ou lexema, destacamos que a própria definição de concernência, um dos traços da propriedade tópica de centração, prevê que a relação de interdependência entre elementos textuais pode promover a integração desses elementos em um conjunto de objetos de discurso *explicitos* ou *inferíveis*, instaurado como alvo do processo textual-interativo, o que permite admitir que a instituição de tópicos discursivos pode se dar de maneira mais ou menos explícita, como ocorre, respectivamente com o tópico *Degradação do mercado de trabalho*, em (2), e com o tópico *Projeto de má qualidade*, em (4).

Por fim, apresentamos um caso de movimento de tópico identificado em nossos dados, o qual também envolve continuidade tópica.

(5) *Tópico Discursivo 1: Falta de planejamento do prefeito Haddad*

Tópico Discursivo 1.1: Falta de planejamento nas regras do táxi preto

[...] Surpreende a falta de planejamento do prefeito Fernando Haddad. Periodicamente, ele lança novas regras, muitas vezes em sentido oposto ao que ele próprio havia determinado anteriormente, gerando insegurança jurídica, bagunçando a vida das pessoas e desestimulando investimentos.

Basta ver que, em dezembro do ano passado, **por exemplo, a gestão Haddad promoveu um sorteio de 5 mil alvarás do chamado “táxi preto”**, cuja finalidade era oferecer um serviço de alto padrão, com carros melhores. Muita gente se interessou, com mais de 27 mil inscrições para o sorteio. **Agora, menos de um ano depois, as regras são alteradas** e quem investiu suas reservas para ingressar na categoria dos táxis pretos – cujas tarifas originalmente podiam ser até 25% mais caras que as do táxi comum – tem de se contentar em cobrar o preço mais baixo.

Tópico Discursivo 1.2: Falta de planejamento de regras para circulação de táxis nas faixas de ônibus

Outro exemplo de arbitrariedade da Prefeitura ocorreu com as regras para circulação de táxi nas faixas exclusivas de ônibus. Num determinado momento, a gestão Haddad proibiu a utilização dessas faixas pelos táxis, sob o argumento de que eles atrapalhavam a circulação dos ônibus. Na ocasião, **não apresentou qualquer estudo para justificar a medida** – ia ser assim e acabou. Passaram-se alguns meses e a Prefeitura regulamentou o serviço de transporte individual por aplicativo. **Diante da oposição dos taxistas a essa medida municipal, a Prefeitura ofereceu-lhes uma espécie de presente de consolação, liberando novamente o uso das faixas de ônibus pelos táxis.** [...] (HADDAD, o tormento, *O Estado de S. Paulo*, 25 ago. 2016).

Conforme dissemos, o movimento de tópico ocorre quando há uma espécie de “deslizamento” de um a outro aspecto do mesmo tópico, desenvolvendo dois ou mais SegTs mínimos, cada um, um aspecto particular do mesmo tópico. No caso em (5), há o tópico mais amplo, intitulado *Falta de planejamento do prefeito Haddad*. Esse tópico desdobra-se em dois outros tópicos, que desenvolvem dois exemplos da falta de planejamento de Haddad para administrar a cidade de São Paulo – (i) a falta de planejamento para organizar as regras dos chamados “táxis pretos” e (ii) a falta de planejamento para orientar a circulação de táxis nas faixas de ônibus, como indiciam os enunciados em destaque nas linhas 1-11 e 12-19, respectivamente.

Como identificamos, então, que os tópicos discursivos 1 e 2 desenvolvem, cada um, um exemplo que procura ilustrar a falta de planejamento de Fernando Haddad para administrar a cidade paulistana, entendemos que a disposição dos SegTs 1 e 2 na linearidade textual envolve o processo que Jubran (2015b) identifica como movimento de tópico. Note-se, inclusive, que a exemplificação de dois pontos da falta de planejamento de Haddad na administração da capital paulista é marcada no texto por meio dos sintagmas *por exemplo*, na linha 5 do SegT 1, e *outro exemplo*, na linha 12 do SegT 2. Assim, em (5), o “deslizamento” de um aspecto para outro do mesmo tópico, que, segundo Jubran (2015b), caracteriza o movimento de tópico, é indicado linguisticamente.

Ainda, além do movimento de tópico, apuramos que a passagem do SegT 1 para o SegT 2 também envolve continuidade tópica. Isso porque o SegT 2, centrado na falta de planejamento do então prefeito Haddad para regularizar a circulação de táxis nas faixas exclusivas de ônibus, só aparece na materialidade do texto quando a centração acerca da falta de planejamento para regularizar os táxis-pretos, expressa no SegT 1, é encerrada. Desse modo, há simultaneidade de formas de linearização em (5), conforme admitido por Penhavel e Garcia (2017).

Em síntese, como procuramos demonstrar a partir da discussão sobre a quantidade de tópicos discursivos específicos, de QTs e de níveis

de hierarquização por editorial, bem como sobre as formas de linearização tópica nos editoriais, o gênero estudado caracteriza-se pela alta regularidade na organização intertópica. O primeiro fator que indica essa regularidade é a constatação da possibilidade de os editoriais apresentarem apenas dois, três ou quatro tópicos discursivos específicos. O segundo fator é a formação quase exclusiva de um único QT e, conseqüentemente, de dois níveis hierárquicos. Por último, o grande predomínio da continuidade como forma de linearização também é uma comprovação da sistematicidade que regula o nível intertópico da Organização Tópica em editoriais.

Conclusões

Neste artigo, objetivamos investigar o nível intertópico da Organização Tópica em editoriais de jornais paulistas do século XXI, avaliando o quantitativo de tópicos discursivos, de Quadros Tópicos e de níveis de hierarquização tópica por editorial, além das formas de linearização tópica. Nossas análises demonstram que os editoriais se caracterizam pela existência exclusiva de mais de um tópico por editorial, podendo ser dois, três ou quatro tópicos discursivos mais específicos, que se organizam em um ou dois QTs, segundo dois ou três níveis hierárquicos, tendo a continuidade como forma quase absoluta de linearização tópica. Essas constatações reafirmam o pressuposto assumido na GTI de que a descrição de um processo de construção do texto em um gênero textual particular pode caracterizar esse gênero ou suas fases históricas, uma vez que, como dissemos na seção de Introdução, em editoriais oitocentistas, analisados por Penhavel e Guerra (2016), há predominância, mas não exclusividade, de pelo menos dois tópicos por editorial, e em editoriais do século XX, estudados por Penhavel (2020a), sempre ocorre complexidade intertópica. Assim, nossos resultados, somados às conclusões desses autores, mostram o percurso histórico do gênero editorial no tocante à sua Organização Tópica.

Ainda, a caracterização da organização intertópica nesse gênero como um processo tipicamente regular pode ser vista como um argumento para dizer

que a descrição da organização textual de um dado gênero mostra os traços do contexto de processamento desse gênero, conforme destacamos na seção 1. Gomes (2007), por exemplo, classifica o editorial como um gênero de padrões estruturais bastante fixos, que segue um mesmo esquema de organização, o qual determina a quantidade e também a extensão dos parágrafos, o que qualifica o editorial como um gênero tipicamente regular. Nesse sentido, a presença exclusiva de dois, três ou quatro tópicos específicos, juntamente com a instauração de apenas um ou dois QTs, estaria relacionada a um gênero estruturalmente muito fixo, cujos parágrafos são definidos previamente em termos de quantidade e extensão. Assim, ocupando uma área relativamente curta e muito delimitada no jornal, o editorial não dispõe de espaço para discutir um problema detalhadamente, o que faria, então, que o tópico discursivo mais amplo do editorial se desdobrasse em poucos tópicos mais específicos e que apenas em poucos casos algum desses tópicos mais específicos se desdobrasse em outros tópicos ainda mais particularizadores, formando poucos QTs. É desse modo, então, que dizemos que uma contribuição de nosso trabalho é não só caracterizar o gênero editorial por meio da descrição do processo de organização intertópica, mas também, justamente por meio da descrição desse processo, compreender melhor as condições comunicativas envolvidas na construção desse gênero textual.

Mesmo que a continuidade tópica tenha ocorrido como forma de linearização em quase todos os casos analisados, o que poderia ser explicável pelo funcionamento de um gênero tipicamente regular, diferentes formas de linearização, como a descontinuidade e o movimento de tópico, também podem ser entendidas a partir de particularidades do próprio gênero, particularmente pela finalidade sociocomunicativa do editorial de defesa de posicionamento crítico assumido pelo jornal (ZAVAM, 2009). Assim, o movimento de tópico, que, em (5), exemplifica de dois diferentes modos uma questão tratada no tópico mais amplo (Supertópico – ST) ao qual os tópicos envolvidos no movimento são subordinados, seria uma estratégia de persuasão, também atuando na tentativa de defesa de posicionamento crítico,

na medida em que os tópicos mais específicos que formam o movimento sustentam um posicionamento assumido no seu ST, o de que Haddad não tinha planejamento para administrar São Paulo. Da mesma maneira, a inserção tópica em (4), centrada em um exemplo de uma questão abordada no tópico interrompido, pode ser entendida como uma forma de persuasão acerca do posicionamento defendido no tópico que sofreu descontinuidade, dado que, dando exemplo do que se defende no tópico interrompido, o editorial pode persuadir mais fortemente o seu interlocutor.

Embora tenhamos focalizado a descrição do nível intertópico da Organização Tópica em um gênero textual particular, citando já haver alguns outros trabalhos que analisaram esse processo em gêneros textuais diferentes do editorial, a continuidade do desenvolvimento de pesquisas dessa natureza pode culminar em uma ampla descrição de variados gêneros com base nos processos de construção do texto envolvidos na sua constituição, além de poder colaborar para a descrição dos processos de construção textual em si, mostrando como eles se organizam em diferentes fases históricas de um mesmo gênero e também como podem apresentar peculiaridades de um gênero para outro.

Referências

- GARCIA, A. G. Estratégias de linearização tópica em diferentes gêneros textuais. **Letras em Revista**, [S.l.], v. 8, n. 01, 2018. Disponível em: <https://ojs.uespi.br/index.php/ler/article/view/33>. Acesso em: 13 jan. 2022.
- GOMES, V. S. G. **Traços de mudança e permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido**. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) –Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- GUERRA, A. R.; PENHAVAL, E. O processo de estruturação interna de Segmentos Tópicos mínimos em cartas de leitores de jornais paulistas

- do século XIX. **Confluência**, [Rio de Janeiro], n. 37-38, p. 137-161, 2010. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/42.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2021.
- HADDAD, o tormento. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 137, 25 ago. 2016. Notas & Informações, p. A3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160825-44872-nac-3-edi-a3-not>. Acesso em: 10 out. 2016.
- JUBRAN, C. C. A. S. Introdução. In: JUBRAN, C. C. A. S. (org.). **Gramática do português culto falado no Brasil: A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2015a. p. 27-36.
- JUBRAN, C. C. A. S. Tópico Discursivo. In: JUBRAN, C.C.A.S. (org.). **Gramática do português culto falado no Brasil: A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2015b. p. 85-126.
- JUBRAN, C. C. A. S. Uma gramática textual de orientação interacional. In: CASTILHO, A. T. *et al.* (org.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas; São Paulo: Pontes; FAPESP, 2007. p. 313-327.
- NOVOS ventos na energia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 96, 1 ago. 2016. Opinião, p. A2. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20669&anchor=6030527&origem=busca&originURL=&pd=ce1830ab7f8616ef9302a1ebc506b06e>. Acesso em: 1 set. 2016.
- OBSOLETA e excludente. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 96, 7 ago. 2016. Opinião, p. A2. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20675&anchor=6031001&origem=busca&originURL=&pd=6ea03749cb55d9621b5e5591f8f75090>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- OS MILITARES e a segurança pública. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 137, 1 ago. 2016. Notas & Informações, p. A3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160801-44848-nac-3-edi-a3-not>. Acesso em: 7 ago. 2016.

- PENHAVEL, E. **Marcadores Discursivos e Articulação Tópica**. 2010. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/270781/1/Penhavel_Eduardo_D.pdf. Acesso em: 7 fev. 2020.
- PENHAVEL, E. O processo de organização intertópica em editoriais do jornal ‘O Estado de S. Paulo’ publicados na primeira metade do século XX. **Cadernos da Fucamp**, [Monte Carmelo], v. 19, n. 42, p. 1-21, 2020a.
- PENHAVEL, E. O processo de organização intratópica em narrativas de experiência. **Revista Diálogo e Interação**, Cornélio Procópio, v. 14, n. 1, p. 119-145, 2020b. Disponível em: <https://www.faccrei.edu.br/revista/index.php/revista-dialogo-e-interacao/issue/view/4/Edi%C3%A7%C3%A3o%20na%20C3%8Dntegra>. Acesso em: 30 dez. 2020.
- PENHAVEL, E.; DINIZ, T. C. O processo de estruturação interna de segmentos tópicos mínimos em cartas de leitores mineiras do início do século XXI. **(Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 8, n. 11, p. 21-38, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/8201>. Acesso em: 29 abr. 2021.
- PENHAVEL, E.; GARCIA, A. G. Tipos de linearização tópica na Gramática Textual-Interativa. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 1792-1807, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2017v14n1p1792>. Acesso em: 13 jan. 2022.
- PENHAVEL, E.; GUERRA, A. G. O processo de organização tópica em editoriais oitocentistas do jornal ‘O Estado de S. Paulo’. **Acta Semiótica et Lingvistica**, [Paraíba], v. 21, n. 2, p. 14-28, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/actas/article/view/32552>. Acesso em: 7 fev. 2021.

- PENHAVEL, E.; OLIVEIRA, G. A. O processo de organização intratópica em cartas de leitor de jornais paulistas do século XXI. **(Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 14, n. 29, p. 443-463, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/32430>. Acesso em: 9 fev. 2021.
- PINHEIRO, C. L. **Estratégias textuais-interativas: a articulação tópica**. Maceió: EDUFAL, 2005.
- SOUZA, A. D. **Estudo da organização intratópica e das relações retóricas em minissagas**. 2020. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/194468>. Acesso em: 4 maio 2021.
- ZANIN, I. C. A. **O processo de organização tópica em cartas de redatores de jornais paulistas do século XIX**. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/157192>. Acesso em: 29 abri. 2021.
- ZAVAM, A. S. **Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva: um estudo com editoriais de jornal**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

As Partículas Modais *Mas* e *Aí* pela Perspectiva de Falantes do Português Brasileiro: uma Investigação da Linguagem em Uso

The Modal Particles *Mas* and *Aí* from the Perspective of Brazilian Portuguese Native Speakers: a Research on Language in Use

Marceli Cherchiglia Aquino*

Tamires Arnal Kahil**

RESUMO

As partículas modais (PMs) podem ser descritas como ajustadores contextuais com função pertencente ao domínio da coesão comunicativa e interpessoal, sendo, portanto, utilizadas para negociar inferências entre interlocutoras. Mesmo sabendo que a necessidade de funções modais nas línguas pode ser postulada pela simples suposição sobre a natureza da comunicação humana (WALTEREIT, 2001), ainda é possível encontrar um número limitado de investigações sobre palavras modais em línguas românicas. Partindo do exemplo de *mas* e *aí*, procuramos identificar as características linguísticas que justificariam a categorização de uma classe de

Recebido em 20 de agosto de 2021.

Aceito em 11 de novembro de 2021.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2022n63.532>

* Universidade de São Paulo, marceli.c.aquino@usp.br

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-0518-7639>

** Universidade de São Paulo, tamires.kahil@usp.br

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-7426-1375>

palavras modais em língua portuguesa. Para tanto, apresentamos os resultados de um *corpus* de uma coleta de dados com questionário online com a participação de 252 falantes nativas, no qual buscamos verificar se as PMs eram reconhecidas apenas pelos contextos comunicativos apresentados. Tal investigação permitiu delimitar a função modal de *mas* e *aí* (AQUINO, CINTO, KAHIL, 2021; JOHNEN, 1994) diferenciando-as de seus homônimos, além de evidenciar que esses elementos fazem parte da comunicação cotidiana em língua portuguesa.

PALAVRAS-CHAVES: partículas modais em língua portuguesa; a partícula modal *mas* e *ai*; questionário *online*.

ABSTRACT:

This work offers an initial study on the categorization of *mas* and *aí* as modal particles (MPs). It aims to raise hypotheses regarding the modal function of *mas* and *aí*, identifying which assumptions are activated in their use. Even though “it seems difficult to conceive the function of modal particles as being restricted to particular languages” (WALTEREIT, 2001), studies that aim to identify MPs in romance languages are rare. To empirically assess the viability of modal particles in Portuguese, it is provided an online questionnaire, answered by 252 native speakers, that aims to evaluate whether communicative contexts were sufficient to allow the recognition of the modal functions of the MPs. The results show that the modal function of *mas* e *ai* (AQUINO, CINTO, KAHIL, 2021; JOHNEN, 1994) can be used differently from their homonyms, which emphasizes the importance of inclusive studies for the identification of a class of modal particles in Brazilian Portuguese.

KEYWORDS: modal particles in Portuguese; *mas* and *aí* as modal particle; contrastive analysis; online questionnaire

Introdução

A classe de palavras modais, conhecida como partículas modais (doravante PM), foi intensamente investigada nas línguas germânicas, especialmente em alemão, que apresenta uma classe de palavras modais homogênea, com uma grande frequência de ocorrência desses elementos linguísticos na comunicação diária. Não obstante, atualmente tem crescido o número de pesquisas que questionam a existência exclusiva das PMs em línguas germânicas como o alemão, incentivando cada vez mais uma perspectiva interdisciplinar de estudos linguísticos que defendem a existência

de uma classe de palavras modais em outros idiomas (SAID ALI, 1930; KRÖLL, 1968; SCHMIDT-RADEFELT, 1993; WELKER, 1990; FRANCO, 1991; JOHNEN, 1994; RAMOS, 2000; VILELA; KOCH, 2001; TRAUGOTT, 2007; WALTEREIT, 2007; AQUINO, 2012; 2016; 2017; 2018; 2020; DIEWALD, 2013; FISCHER; ALM, 2013; AQUINO, ARANTES, 2020). Tais trabalhos assumem a existência de PMs em línguas como o catalão, croata, francês, inglês, espanhol e português, abrindo espaço para abordagens mais inclusivas e análises situadas em diferentes contextos comunicativos que as diferenciam de seus homônimos não modais (como advérbios e conjunções). Estas propostas apresentam tendências importantes nos estudos pragmáticos e, por isso, têm ganhado o merecido destaque na literatura, sobretudo porque propõem uma nova classificação de tais elementos modalizadores em diversos idiomas (AQUINO, ARANTES, 2020, p. 180; AQUINO, CINTO, KAHIL, 2021, p. 376).

As PMs podem ser descritas como marcadores de funções pertencentes aos domínios da coesão comunicativa e interpessoal (relação entre ouvinte-falante), portanto, o contexto comunicativo em que estes elementos ocorrem é essencial para a sua compreensão e uso (AQUINO, ARANTES, 2020, p. 168; AQUINO, CINTO, KAHIL, 2021). Segundo Aquino (2017, p. 68), ao utilizar uma PM, torna-se possível negociar inferências entre interlocutoras,¹ e, ainda, reconhecer a atitude e intenção da falante e as expectativas da ouvinte. Logo, a função principal das PMs é a de relacionar o enunciado com informações contextuais, considerando as intenções e expectativas das participantes da pesquisa e como estas são acessadas na busca de sentido. Consequentemente, a necessidade de compreender e descrever as funções modais nos diversos idiomas pode ser postulada pela simples suposição sobre a natureza da comunicação humana (WALTEREIT, 2001), isto é, pela necessidade de meios linguísticos para acessar informações contextuais e para compreensão de implicaturas (AQUINO, CINTO, KAHIL, 2021).

1 Para referências genéricas, usamos o artigo feminino, que engloba aqui também outros gêneros.

Neste artigo temos a intenção de introduzir uma discussão acerca da literatura relevante na área de pesquisa de PMs, com foco especial nas partículas em língua portuguesa. Além do estabelecimento da base teórica, vamos apresentar os resultados de uma coleta de dados realizada por meio de um questionário *online* com a participação de falantes nativas. O objetivo principal da coleta de dados foi o de verificar se as PMs *mas* e *aí* podem ser reconhecidas através da sua intenção comunicativa dentro de contextos preestabelecidos. O questionário foi elaborado em duas partes, uma com quatro perguntas abertas e outra com oito perguntas fechadas (com três opções de possíveis respostas para seleção). Levando em conta que as PMs ocorrem em contextos comunicativos específicos e apresentam funções pragmáticas nucleares, as perguntas foram formuladas com um pequeno contexto que continha o ato de fala esperado, e tal significado seria vinculado pela PM. Após os enunciados pedimos para as participantes escreverem ou selecionarem as opções que melhor representassem de que forma elas se expressariam em cada uma das situações apresentadas.

Para este artigo analisaremos os resultados de quatro das oito perguntas fechadas, isto é, aquelas que continham as PMs *mas* e *aí*. O questionário contou com participantes de perfis bastante diversos (idade, sexo e formação profissional). Os resultados da frequência de seleção de respostas indicaram que a maioria das falantes nativas parece reconhecer a função modal das PMs *mas* e *aí* a partir de contextos específicos de uso. Tais resultados são muito relevantes para a classificação de palavras modais no português brasileiro, pois indicam que a função destas palavras as diferencia de seus homônimos não modais.

Com apoio da literatura relevante na área, especialmente com relação aos estudos que investigam a classificação das PMs no português brasileiro, para o desenvolvimento do questionário, foram levantadas algumas hipóteses de pesquisa:

1. tendo em vista os contextos apresentados, as opções contendo PMs seriam selecionadas com mais frequência do que aquelas sem PMs. Assim,

esperava-se que, com o insumo de situações comunicativas específicas, as falantes nativas seriam capazes de reconhecer a função das PMs. Se essa hipótese fosse confirmada, poderíamos concluir que, em concordância com a literatura relevante da área, as PMs apresentam uma função comunicativa específica, que as difere de seus homônimos não modais;

2. uma porcentagem expressiva selecionaria as opções sem PMs, por considerarem os exemplos muitos informais e/ou pela interpretação mais literal dos contextos. Mesmo assim, espera-se que a maior porcentagem da seleção estaria concentrada nos exemplos com PMs.

Nas próximas seções apresentamos uma detalhada revisão teórica das principais pesquisas acerca das partículas modais em língua alemã e portuguesa. Na terceira seção discutimos a metodologia de pesquisa utilizada para o levantamento e análise de dados coletados por meio de um questionário *online*. A análise e discussão dos resultados das respostas contendo as PMs *mas* e *aí* será desenvolvida na quarta seção. E, finalmente, apresentamos as reflexões finais e perspectivas futuras para este estudo.

1. Arcabouço teórico

A modalidade pode ser definida como a “gramaticalização das atitudes e opiniões do falante” (PALMER, 1986, p. 16), e a análise da linguagem nessa vertente tem como evidência as condições de verdade (veracidade ou falsidade dos estados de coisas descritos) de um ato de fala (AUSTIN, 1962) e uma investigação a partir das escolhas dentro de determinados contextos de uso: os enunciados devem ser considerados segundo as circunstâncias e a função comunicativa de sua produção. De acordo com Aquino (2016, p. 36), “[a modalidade] deve ser examinada do ponto de vista da pragmática linguística tendo em vista a situação e a função da enunciação”. Ao utilizar formas modais, a falante participa da enunciação, indicando o seu engajamento com o que é expressado, isto é, os elementos modais qualificam o seu comprometimento com relação à proposição. Para Leiss (2012, p. 41), a modalidade pode ser

compreendida como meios linguísticos que auxiliam na negociação de uma representação mental. Segundo Polenz (1985, p. 195 apud AQUINO, 2016), “os componentes modais e pragmáticos são imprescindíveis para o entendimento do texto enquanto ato comunicativo, e para questionamentos durante a leitura nas suas entrelinhas”.

Waltereit (2007) defende que as partículas do discurso são elementos comuns e talvez até universais das línguas faladas. Dentre elas se encontram as PMs, uma classe específica e irregularmente distribuída (cf. HANSEN, 1998, p. 41 apud WALTEREIT, 2007), que funcionam como ferramentas que direcionam a compreensão de inferências, ou seja, possibilitam reconhecer a atitude e intenção da falante em relação à proposição expressada e, portanto, abrem espaço para a negociação de informações relevantes à compreensão dos enunciados (AQUINO, 2017, p. 157). Entre as línguas com a maior variedade de PMs estão as germânicas, como o alemão, o dinamarquês e o neerlandês.

As PMs apresentam características sintáticas, semânticas e pragmáticas distintas da classe de palavras de seus homônimos não modais. Portanto, sabe-se que tais elementos linguísticos representam aspectos interpessoais que geram um clima conversacional específico ao enunciado, evidenciando, assim, como cada interlocutora se coloca em relação à outra (WEYDT, HARDEN, RÖSLER 1983, p. 13). Em língua alemã, as PMs formam uma classe de palavras homogeneamente definida e que possui as seguintes características próprias:

não flexionáveis; não acentuáveis; não negáveis; não respondem perguntas (sim e não); são combináveis com outras PMs; não formam um enunciado sozinhas; apresentam função nuclear; estão sintaticamente e gramaticalmente integradas na sentença; posicionadas no campo central da oração (Mittelfeld); ocorrem em tipos específicos de sentenças; têm escopo sobre toda a sentença; ocorrentes em linguagem falada e escrita; apresentam homônimos não modais em outras categorias; têm sentido inferencial (AQUINO, 2020, p. 139).

Além disso, as PMs atribuem o máximo de informação com menor esforço cognitivo e especificam a relação entre falante e ouvinte (AQUINO, 2018). Consequentemente, para a compreensão das PMs é essencial a recuperação de informações contextuais que se referem a um acontecimento anterior que está além do nível frasal (DIEWALD, 2006). Alguns trabalhos discutem ainda a relação das PMs como indicadores de significados afetivos (DEGAND; CORNILLIE; PIETRANDREA, 2013). Por fim, de acordo com Diewald (2013), as PMs são meios de introduzir implicações, suposições e alusões de maneira implícita, e esse potencial é a razão de sua riqueza comunicativa.

As PMs seriam, portanto, meios retóricos para comunicar uma mensagem eficiente e concreta entre os indivíduos envolvidos no processo interpretativo. Apesar da abundância de estudos e frequência de ocorrência em língua alemã, a investigação acerca das PMs é ainda escassa em outros idiomas, como, por exemplo, nas línguas românicas. De acordo com Waltereit (2007), porém:

Parece difícil imaginar a função das partículas modais como sendo restrita a determinadas línguas, [e línguas que não possuem uma mesma abundância de PMs] deveriam possuir outros meios de expressar a mesma função, [...] acomodando o ato de fala à situação de fala, com o mínimo de despesa linguística (WALTEREIT, 2007, p. 1391).²

Waltereit (2007) se vale da teoria dos atos de fala para conceitualizar a função das PMs e criar a hipótese de que as línguas românicas possuem um fenômeno pragmaticamente análogo, cumprindo nestes idiomas a mesma

2 Tradução das autoras: "It seems difficult to conceive of the function of modal particles as being restricted to particular languages, [...] they should have other means of expressing the same function, [...] accommodating the speech act at minimal linguistic expense to the speech situation" (WALTEREIT, 2007, p. 1391).

função que as já categorizadas PMs no alemão. A busca pela descrição e categorização desses elementos linguísticos, em idiomas além do alemão, tem sido intensivamente abordada por teóricos através de evidências empíricas da existência de palavras modais em catalão, croata, francês, inglês e português, que podem pertencer a classe de palavras das partículas modais.

De acordo com Abraham (1991), apesar das definições bem delineadas sobre as funções comunicativas e da classe de palavras das PMs em língua alemã, ainda é difícil identificá-las. Parte dessa dificuldade advém da existência de homônimos não modais, como advérbios, adjuntos adnominais e adverbiais, partículas escalares e adversativas e interjeições. Assim como em alemão, as PMs em língua portuguesa apresentam características distintas de seus homônimos, possuindo aspectos semânticos, sintáticos e pragmáticos próprios. Ainda segundo o autor, as PMs derivam diacronicamente de elementos lexicais, perdendo complexidade semântica, mas adquirindo complexidade pragmática.

Franco (1991) inicia a discussão acerca das PMs no português, focando na variedade europeia da língua. Em seu “Descrição Linguística das Partículas Modais no Português e no Alemão”, o autor se propõe a contribuir com uma descrição inicial de algumas partículas, buscando um melhor entendimento do comportamento sintático das PMs portuguesas e procurando, no plano pragmático, “mostrar a importância dessas entidades na conversação” (FRANCO, 1991, p. 8). Segundo Vilela (1999, p. 263), há, no português “partículas modais típicas”, as quais se referem ao conteúdo frásico total, “transportando um juízo de valor por parte do enunciador”, ou se limitando a certas sequências importantes da frase. Alguns candidatos a integrar a categoria no português brasileiro seriam *aí* (JOHNEN, 1994), *mas* (AQUINO, CINTO, KAHIL, 2021; AQUINO, ARANTES, 2020), *bem que* (AQUINO, ARANTES, 2020) e *então* (AQUINO, ARANTES, 2020).

No presente artigo, focaremos na análise quantitativa (porcentagem de respostas) e qualitativa (justificativa das escolhas mais e menos frequentes) das PMs *mas* e *aí* a partir de uma investigação linguística e do questionário

aplicado remotamente. Alguns estudos (FRANCO, 1991; SCHMIDT-RADEFELDT, 1993; VILELA; KOCH, 2001) indicam que, dependendo do seu uso, *mas* pode apresentar um caráter modal em português, diferenciando-o de seu homônimo não modal, a conjunção adversativa. No exemplo analisado em Aquino e Arantes (2020), duas pessoas estão saindo de casa quando a falante diz, “*Mas* o seu casaco está todo sujo!”: a PM *mas* tem a função não apenas de indicar uma surpresa ou quebra de expectativa com relação à aparência (sujeira) do casaco, mas também de antecipar um conteúdo proposicional que as interlocutoras compartilham. Ou seja, a PM *mas* tem a finalidade de indicar que a falante acredita que a pressuposição, que não se pode sair de casa com uma roupa tão suja, seja compartilhada com a sua interlocutora. Neste caso, o conteúdo adversativo está implícito na proposição não enunciada (sair com o casaco), mas pode ser presumido pelo contexto (momento em que alguém veste o casaco sujo e vai em direção à porta).

Com relação à PM *aí*, Johnen (1994) defende que um dos primeiros indicativos para reconhecer *aí* com função modal é por meio do teste da pergunta “aonde?”, que seria utilizado como advérbio de lugar, ou seja, sem função modal: O arroz está *aí* - *Onde?*; Pensa *aí* o que você quer fazer - *aí* neste caso não está ligado a uma informação de localidade, tendo uma função modal relacionada a uma informação contextual de pedido ou convencimento. Assim, ao contrário de seu homônimo não modal, a PM *aí* tem uma função comunicativa específica e ocorre em atos de fala diretivos em orações imperativas (*Chora aí!*), interrogativas (*O senhor tem aí um guardanapo?*) e declarativas (*aí, sim, sim!*). Segundo o autor, *aí* como PM é utilizada para intensificar ou atenuar orações imperativas com o objetivo principal de convencer a ouvinte a realizar uma determinada ação.

Na próxima seção apresentamos em detalhes a metodologia empregada para a coleta de dados, bem como informações acerca do perfil das participantes. Para este estudo elaboramos a discussão dos resultados obtidos no bloco das perguntas fechadas e com foco nas situações comunicativas que vinculavam as funções nucleares das PMs *mas* e *aí* em língua portuguesa.

2. Metodologia

A coleta de dados foi elaborada no âmbito do projeto de pesquisa “A pragmática em língua portuguesa e alemã: uma análise contrastiva das partículas modais no par linguístico alemão/português” da Universidade de São Paulo que envolve projetos de Iniciação Científica, Trabalho de Graduação Individual (TGI) e mestrado de estudantes de língua alemã e linguística. O objetivo principal do questionário foi o de investigar a recepção de falantes nativas com relação ao uso das PMs. Para tanto, selecionamos contextos comunicativos específicos com os atos de fala que são vinculados aos usos das PMs *mas* e *aí*. Os resultados desta coleta de dados nos ajudaram a compreender se as PMs seriam reconhecidas pela maioria das participantes apenas pela interpretação do contexto e das implicaturas das PMs. No sentido de alcançar resultados relevantes, com o maior número de dados e com participantes de perfis diversos (idade, formação profissional, gênero), decidimos fazer um questionário *online*. Ao final tivemos a participação de 252 brasileiras nativas.

O perfil das participantes da pesquisa era bastante heterogêneo, abrangendo professores de língua (universitários ou não), estudantes do curso de Letras (graduação e pós-graduação), alunos e pesquisadores de outras áreas do conhecimento (física, psicologia, animação, audiovisual etc.), estudantes de curso técnico, assim como de participantes sem formação em ensino superior. Gênero e idade também variaram, como apresentado na tabela a seguir: 52% das participantes têm entre 21 e 30 anos, 75% se identificam com o gênero feminino e 51,2% afirmaram ter ensino superior completo.

Tabela 1: Perfil dos participantes

Categorias	Idade		Gênero		Escolaridade	
	Porcentagem por categoria	10-20:	10,2%	Feminino:	75%	Ensino médio:
21-30:		52%	Masculino:	24,2%	Ensino superior:	51,2%
31-40:		20,7%	Outro:	0,8%	Pós-graduação:	27%
41-50:		4,3%			Outros:	3,4%
Mais de 50:		12,9%				

Fonte: autoria própria

No sentido de obter resultados diversificados e confiáveis com relação à percepção da linguagem em uso, procuramos envolver um grupo de participantes heterogêneos (com perfis profissionais, de idade, linguísticos e sociais diferentes), culminando também em um número superior de participações de falantes nativas, possibilitando, assim, um maior acesso a experiências linguísticas diversas. Com a contribuição diversificada de respondentes, foi possível levantar dados relevantes e autênticos com relação à percepção e uso das PMs em diferentes contextos da linguagem cotidiana.

O questionário foi realizado *online*, por meio do *Google Forms*. O *link* foi enviado para cada participante e continha primeiramente uma breve apresentação com a explicação e objetivo da pesquisa, além de instruções pontuais (por exemplo, resposta de forma natural, não existem respostas certas ou erradas), seguida da seção sobre o perfil dos participantes, e por fim com os dois módulos de perguntas, contendo primeiramente as questões abertas dissertativas e ao final as questões fechadas. As participantes deveriam responder na ordem em que as questões apareciam e não era necessário justificar suas escolhas. Ao final do questionário abrimos um espaço para que as participantes pudessem deixar comentários, sugestões ou dúvidas.

De acordo com Parasuraman (1991), os questionários são conjuntos de questões com a finalidade de gerar dados para atingir objetivos de pesquisa.

Para esta coleta de dados foram aplicadas, além das questões de múltipla escolha, perguntas abertas, a fim de investigar se o input contextual seria o suficiente para a ocorrência das PMs também nas respostas livres. Neste trabalho vamos apresentar apenas os resultados das perguntas fechadas, pois consideramos que as duas modalidades de respostas oferecem resultados e formas de análise diversificadas. Os contextos comunicativos apresentados nas duas modalidades (perguntas abertas e fechadas) foram bastante objetivos (curtos e com linguagem acessível) e apresentavam, através de situações comunicativas cotidianas, a função nuclear de cada PM selecionada.

Na primeira questão, para o contexto fornecido, “Bernardo e Luísa estão maratonando a série ‘O Gambito da Rainha’. Luísa fica bastante surpresa ao perceber que eles terminaram o último episódio, e comenta com Bernardo”, esperava-se que pela interpretação da situação comunicativa, as participantes identificassem a possibilidade do uso da PM *mas* (“*Mas* já acabou?”). A função nuclear desta PM estava vinculada à inferência de surpresa e quebra de expectativa da personagem com relação ao término da série. Já na segunda questão, “Leo e Malu estão caminhando. Malu anda muito rápido e Leo fica para trás. Ele pede para ela o esperar, dizendo:”, esperava-se que a função da PM *aí* (“*Espera aí*”) de evidenciar o pedido do personagem fosse reconhecida. Como mencionado anteriormente, a PM *aí* funciona como um intensificador de pedidos, incentivando a interlocutora a realizar uma determinada ação. Assim, em ambas as questões procuramos incitar inferências por meio dos contextos comunicativos, no qual as PMs poderiam ser utilizadas para negociação dos significados entre as interlocutoras. Ao final identificamos que esta estratégia foi bem sucedida, já que na maioria dos casos as PMs foram selecionadas (68,4%, ou 173 participantes, para a primeira questão e 60,2%, ou 152 participantes, para a segunda questão), confirmando, portanto, as hipóteses sobre a função modal destes elementos linguísticos em língua portuguesa.

Apresentamos na próxima seção a análise e discussão de quatro dos oito contextos encontrados nos blocos de perguntas fechadas, ou seja, as questões

que requeriam o reconhecimento e seleção de situações comunicativas que envolviam as funções nucleares das PM *mas* e *aí*.

3. Análise e resultado

A análise a seguir será dividida por pergunta, que inclui um contexto, ou seja, a situação comunicativa apresentada e três alternativas de respostas a serem selecionadas. As respostas são compostas de uma opção sem modalidade, outra com algum recurso modal ou discursivo e uma terceira opção contendo a PM que era esperada como resposta da situação dada, ou seja, tendo em vista os atos comunicativos vinculados à função nuclear da PM e ao contexto. Como mencionado anteriormente, o objetivo central deste questionário foi o de compreender se falantes nativos do português brasileiro eram capazes de reconhecer a função comunicativa das PMs apenas por meio de uma situação comunicativa específica, que foi elaborada tendo em vista as características modalizadoras das palavras *mas* e *aí*.

Antes de dar início à análise do primeiro contexto, vale ressaltar que durante todo o questionário procuramos elaborar situações comunicativas recorrentes, ou seja, que pudessem ser identificadas pelas falantes como autênticas e interessantes, fazendo com que a escolha das respostas fosse plausível, mesmo levando em conta as limitações de uma coleta de dados por questionário. Acreditamos que este objetivo foi alcançado, já que, nos comentários ao final do questionário, muitas participantes mencionaram que se identificaram e se divertiram com os contextos apresentados, como por exemplo nestes comentários anônimos de duas participantes:

“Eu adoraria saber o intuito por trás desta pesquisa! Eu realmente me diverti, pois a pesquisa dialoga muito com assuntos que eu me interessou!”

“Adorei as perguntas, bem criativas”

1. Bernardo e Luísa estão maratonando a série “O Gambito da Rainha”. Luísa fica bastante surpresa ao perceber que eles terminaram o último episódio, e comenta com Bernardo:

256 Antworten

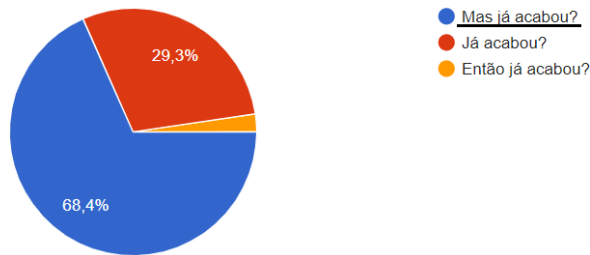


Figura 1: Contexto 1

Fonte: autoria própria

No primeiro contexto procuramos apresentar uma situação em que se evidencia uma surpresa ou quebra de expectativa. Tal inferência é vinculada pelo uso de *mas* como PM. De acordo com alguns estudos realizados sobre as PMs no português brasileiro (VILELA, 1999; AQUINO, ARANTES, 2020; AQUINO, CINTO, KAHIL, 2021), estes elementos linguísticos apresentam características comunicativas e a nível da oração que a diferenciam de seu homônimo não modal, ou seja, elas têm escopo em toda a oração, pois referem-se ao conteúdo frásico total e indicam uma relação de significado que se encontra no contexto, e sua compreensão depende de uma negociação das representações mentais entre interlocutoras. Assim, a PM *mas* se diferencia de seu homônimo, a conjunção, por não relacionar ou contrapor dois elementos a nível da oração, mas por vincular uma quebra de expectativas que pode ser compreendida pela análise do contexto, além de sua função comunicativa nuclear (AQUINO, CINTO, KAHIL, 2021, p. 384).

No exemplo apresentado, Luísa não apenas expressa uma surpresa com o fato de a série ter terminado mais rápido do que se esperava, como também ressalta a expectativa da locutora com relação ao contexto, isto é, ela acredita que essa informação é compartilhada com o seu interlocutor, ou seja, ambos devem estar espantados com o final da série. Assim, com o uso da PM *mas*, é possível trazer pistas contextuais essenciais para a negociação do significado entre interlocutores, que neste caso seria uma quebra de expectativa com relação ao final da série.

De acordo com Aquino (2017, p. 67), as PMs funcionam como ferramentas gerando implicaturas fortes, com a redução do esforço despendido para alcançar grandes efeitos contextuais. No exemplo anterior, identificamos que a função comunicativa da PM *mas* foi reconhecida por 68.4% (173 participantes) das respondentes, logo, acreditamos que tal inferência foi compreendida pela maioria das participantes. A segunda opção mais selecionada, com 29.3% (74 participantes) foi a sem PM, ou seja, o que poderia ser justificado por uma interpretação mais literal do contexto, o que era esperado para todos os exemplos. E com 2,3% (6 participantes) a opção com o uso modal de *então*, que assim como *mas*, tem a função de indicar uma surpresa, no entanto, com a diferença que a PM *então* carrega um significado de discordância e falta de compreensão com uma dada situação. Nesse sentido, as participantes parecem reconhecer a função da PM *mas*, sugerindo que a hipótese inicial, ou seja, que *mas* modal tem a função de indicar uma quebra de expectativa com relação a uma determinada situação, trazendo à tona um conteúdo proposicional que os interlocutores compartilham, ou deveriam compartilhar, pode ser comprovada para esta pergunta.

2. Leo e Malu estão caminhando. Malu anda muito rápido e Leo fica para trás. Ele pede para ela o esperar, dizendo:

256 Antworten

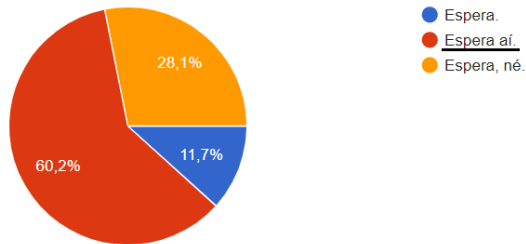


Figura 2: Contexto 2

Fonte: autoria própria

De acordo com Johnen (1994), ao contrário de seu homônimo não modal, o advérbio de lugar, *aí* como PM apresenta uma função pragmática específica em atos de fala diretivos nas realizações sintáticas de frases imperativas (*Chora aí!*), em frases interrogativas (*O senhor tem aí um guardanapo?*) e declarativas (*aí, sim, sim!*). A PM *aí* pode ser utilizada para intensificar ou atenuar (polidez) um imperativo para incentivar a realização de uma determinada ação pela ouvinte. Com uso desta PM, a falante tem o intuito de levar a sua interlocutora a se prontificar a satisfazer o seu pedido ou ordem (FRANCO, 1991, p. 303).

No exemplo apresentado antes, a PM *aí* em uma frase imperativa carrega o significado de incentivo à execução de uma ação específica, no caso, que a ouvinte Malu atenda ao pedido do falante Leo para esperá-lo. Nesse sentido, é essencial compreender o motivo de tal pedido, que está vinculado à situação comunicativa, ou seja, Malu não deveria estar andando tão rápido para que Leo possa acompanhá-la na caminhada. Assim, além de uma orientação que salienta a execução da ação designada (andar mais devagar), a PM *aí* configura a interação

entre as interlocutoras, isto é, a negociação de significado nos diferentes ambientes cognitivos (JOHNEN, 1994).

A opção sem PM (*Espera*) teve uma porcentagem de escolha (11.7%, ou 30 participantes) inferior ao contexto anterior, no entanto, ainda apoiando a nossa hipótese que parte das participantes sempre selecionaria a opção sem sentido pragmático pode novamente ser confirmada. A segunda opção com um marcador discursivo (*Espera, né*), que indica uma troca de turno, teve uma porcentagem alta de seleção, com 28.1% (71 participantes). Os marcadores operam como organizadores da interação, não obstante, articulados ao texto, diferentemente das PMs que estabelecem estratégias e implicações relacionadas ao conteúdo proposicional da oração (AQUINO, 2012, p. 12). Tendo em vista a porcentagem de escolhas, podemos evidenciar que, neste exemplo, a maioria das participantes (60,2%, isto é, 153 participantes) conseguiu reconhecer a força comunicativa e a função nuclear da PM *aí*, ou seja, de uma interação imperativa, na qual uma ação específica precisa ser identificada e executada.

6. Sofia está com sua amiga Valentina em uma loja. Valentina está demorando muito para escolher o modelo do produto que quer comprar. Sofia tenta convencê-la a agilizar a escolha e diz:

256 Antworten

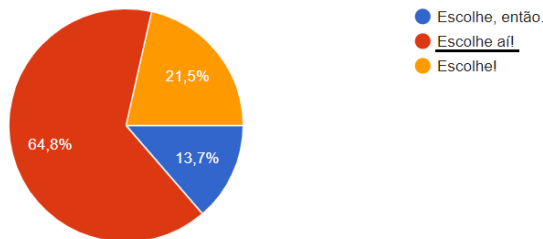


Figura 3: Contexto 6

Fonte: autoria própria

Neste exemplo temos outra ocorrência da PM *aí* com a função de intensificar um pedido, indicando que a ouvinte precisa realizar uma ação. A porcentagem de escolha da opção com a PM *aí* (64.8%, 166 participantes) foi ainda superior à encontrada no contexto anterior, o que pode ser justificado pela situação comunicativa apresentada. Neste exemplo o pedido da falante é de demasiada urgência, tendo em vista a sua irritação com a situação, fazendo com que a necessidade de execução da ação fosse ainda mais premente do que no contexto anterior. Este dado pode sugerir que em situações com vínculos emocionais mais evidentes, a utilização de PMs pode ocorrer em maior frequência. Além disso, reconhecemos que a PM *aí* não é apenas utilizada como atenuador de pedido (polidez), mas sim como uma forma de posicionamento direto e assertivo por parte da falante.

A opção sem PM se manteve na faixa esperada de seleção apresentada, no entanto, um número um pouco inferior aos anteriores, com 21.5% (54 participantes). Já *então*, também com função modal, foi selecionada por 13.7% (34 participantes) das respondentes. Como discutido anteriormente, a PM *então* carrega uma função de discordância e falta de compreensão com uma dada situação, o que em partes poderia estar relacionado com a presente situação, tendo em vista o incômodo da falante com as atitudes da ouvinte. No entanto, é importante ressaltar que a pergunta evidenciava que a oração deveria conter um ato de fala de convencimento e a posterior realização de uma ação (expectativa da ouvinte), por isso, a PM *aí* seria a mais adequada neste contexto específico.

8. O tio de Laura sempre faz comentários machistas, o que a irrita muito. No entanto, ela geralmente prefere não comentar nada. Só que dessa vez ele passa dos limites e ela diz:

256 Antworten

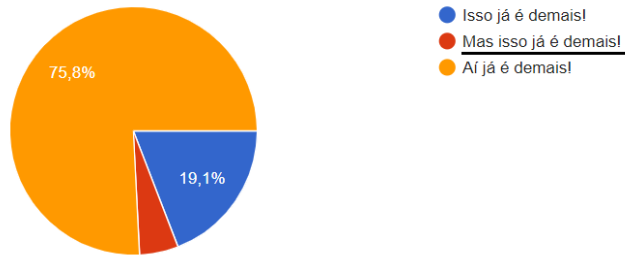


Figura 4: Contexto 8

Fonte: autoria própria

A investigação das PMs em língua portuguesa foi teoricamente influenciada pela pesquisa contrastiva com a língua alemã, que apresenta uma classe de palavras homogênea e bem definida de partículas modais. Trabalhos anteriores (AQUINO, 2020; AQUINO, ARANTES, 2021) evidenciaram que a PM *mas* seria um equivalente funcional da PM *aber* em alemão. Assim como o uso modal de *mas*, a PM *aber* também indica uma surpresa e quebra de expectativa, no entanto, o exemplo anterior nos ajuda a compreender que, mesmo com características similares, as funções comunicativas das PMs nas duas línguas parecem ter variações de nuances. Enquanto a PM *aber* designa uma surpresa com relação à extensão dos fatos de uma dada situação, em português o significado está vinculado a uma surpresa relacionada a uma quebra de expectativas, que é (ou deveria ser) reconhecida por ambas as interlocutoras. Assim, no exemplo anterior seria compreensível a escolha da PM *aber*, tendo em vista que a extensão do problema (o agravamento do comportamento do tio de Laura) era maior do que se imaginava e, que chegou ao limite de se tornar insuportável. Não obstante, a surpresa não indica uma

quebra de expectativa, já que o comportamento do personagem já era de conhecimento de Laura, a diferença seria o agravamento da situação.

Como segundo passo da análise procuramos compreender o motivo de um alto índice de escolha da oração contendo a PM *ai*. Como discutido no exemplo do contexto 2, a PM *ai* tem a função de expressar atos de fala diretivos em orações imperativas, interrogativas e declarativas. Neste contexto podemos identificar que ao invés de uma surpresa ou quebra de expectativas, a situação comunicativa parece ser compatível com atos de fala declarativos, como na oração: *Ai já é demais*. Ao utilizar a PM, a falante procura direcionar o interlocutor a compreender a sua intenção comunicativa (profunda insatisfação com as falas do tio) e realizar uma ação, ou seja, que o interlocutor atenda ao seu pedido e/ou expectativa (parar de fazer comentários machistas). Diferente dos casos anteriores contendo a PM *ai*, neste contexto a função da partícula não vincula uma função imperativa que indica uma execução imediata de atividade, mas sim uma expressão de descontentamento por parte da falante, que resultaria em algum tipo de reação do interlocutor. Assim, o imperativo estaria situado na imposição de um limite a uma dada situação. Este dado é muito relevante e indica novas facetas da função comunicativa de *ai* como PM, que precisam ser investigadas mais profundamente.

Mesmo que a opção esperada não tenha sido selecionada, este dado auxiliou a ampliar o conhecimento sobre as funções comunicativas e pragmáticas das PMs em língua portuguesa. Nesse sentido, resultados como estes são essenciais para o processo de compreensão da força comunicativa das PMs e da importância de estudos que envolvem não apenas a descrição linguística destes elementos, como a percepção e uso que as falantes fazem de tais recursos linguísticos. Um exemplo da importância de se considerar a recepção das PMs foi a relevância do fator emocional e social (com quem se fala) com relação à mensagem, assim como à situação comunicativa. Notamos que quanto maior a relação afetiva com o ato de fala, maior eram as porcentagens das escolhas de orações com as PMs, como indica o comentário anônimo deixado por uma das respondentes:

“Achei o questionário muito interessante, principalmente as questões alternativas, nas quais dá pra ter uma ideia clara de algumas palavras que usamos no português estão atreladas a situações nas quais os falantes mutuamente conhecem, sentem e/ou pressupõem responder a/provocar determinadas reações uns aos outros”.

Logo, uma correlação de investigações linguísticas e de análise do discurso pode ser essencial para a busca de uma classificação das palavras modais em língua portuguesa. Para isso, novas pesquisas precisam ser desenvolvidas, levando em conta as funções nucleares das PMs e a diferenciação de seus homônimos não modais, assim como as diferentes situações comunicativas em que elas ocorrem.

Conclusão

As partículas modais são ferramentas linguísticas utilizadas para a negociação de inferências entre interlocutoras, sendo, portanto, essenciais para a coesão comunicativa e interpessoal. Logo, as PMs apresentam características comunicativas e a nível da oração que a diferenciam de seu homônimo não modal, fazendo com que seja necessária uma ampla reflexão sobre uma categorização independente para estas palavras modais. Para que tal classificação seja possível é importante, além de diferenciá-las de seus homônimos não modais, identificar a sua função comunicativa dentro de contextos específicos de uso, já que, para a compreensão das PMs é indispensável a recuperação de informações contextuais que se referem a acontecimentos que estão além do nível frasal.

Nesse sentido, desenvolvemos neste estudo uma coleta de dados por meio de um questionário *online* com o objetivo de verificar se as PMs *mas* e *aí* podem ser reconhecidas apenas através da sua intenção dentro de situações comunicativas específicas. Tendo em vista que as PMs devem ser interpretadas dentro de um contexto particular, e que elas apresentam funções pragmáticas nucleares individuais, as questões do questionário foram elaboradas por meio

de insumos que continham o ato de fala esperado para cada PM. Através da interpretação deste dado contexto, foi pedido para que as participantes selecionassem uma (entre três) opções que melhor representasse como elas se expressariam em cada uma das situações.

Os resultados sugerem que a maioria das participantes da pesquisa (67.3%, cerca de 170 participantes) reconhecem a função comunicativa das PMs *mas* e *aí*, tendo em vista o contexto comunicativo apresentado e, em sua maioria, parecem preferir o uso de tais PMs às opções sem modalidade (15.6% cerca de 39 participantes), que indicariam uma interpretação mais literal da situação comunicativa introduzida. Além disso, as opções com PMs e marcadores discursivos incompatíveis com o contexto apresentado tiveram uma ocorrência de seleção ainda menor ao se comparar com as opções sem nenhum tipo de modalidade (8,8% cerca de 22 participantes), demonstrando que a compatibilidade do uso das PMs e dos marcadores discursivos com o contexto também é reconhecida pelas falantes. Tais resultados são, portanto, muito relevantes para a classificação de palavras modais no português brasileiro, pois indicam que tais palavras apresentam uma função comunicativa particular que as diferencia de seus homônimos não modais.

Um resultado inesperado, porém, muito interessante, foi que a seleção das PMs era mais frequente quando se tratava de vínculos emocionais e sociais (com quem se fala) mais fortes, como irritação e insatisfação com uma atitude da interlocutora. Logo, os dados coletados neste estudo foram essenciais para reconhecer os diferentes aspectos que devem ser considerados para a investigação das PMs, que envolvem além das categorias linguísticas (atos de fala, diferença do homônimo), a perspectiva de falantes daquele idioma. Assim, foi possível evidenciar a importância de estudos que envolvem não apenas a descrição linguística destes elementos, como a percepção e uso que as falantes fazem de tais recursos linguísticos. Nessa pesquisa envolvemos falantes nativas, mas acreditamos que seria fundamental investigar também a relação com palavras modais em falantes não nativas de língua portuguesa.

Finalmente, com a investigação da compreensão e uso das PMs *mas* e *aí* com dados coletados por meio de um questionário *online*, tivemos a intenção de demonstrar que a discussão acerca da classificação das PMs em língua portuguesa é um tema de grande relevância e que deve ser pautado por diferentes aspectos, ou seja, pela função comunicativa nuclear de cada um desses elementos linguísticos, que as difere de seus homônimos não modais, assim como da perspectiva de falantes deste idioma. Muitas pesquisas ainda precisam ser realizadas para alcançar uma classificação adequada para palavras modais no português brasileiro, não obstante, evidenciamos por meio desta pesquisa que falantes nativas de língua portuguesa reconhecem a função comunicativa e pragmática de *mas* e *aí*, o que aproxima tais palavras de uma nova classificação gramatical. Nesse sentido, indicamos que tais resultados podem auxiliar novas investigações, com um maior número de PMs, possibilitando, portanto, a delimitação de uma classe de palavras modais no português brasileiro.

Referências bibliográficas

- ABRAHAM, Werner. Discourse particles in German: how does their illocutive force come about? In: ABRAHAM, Werner. (Ed.). **Discourse particles: descriptive and theoretical investigations on the logical, syntactic, and pragmatic properties of discourse particles in German**. Amsterdam: Johns Benjamins, 1991. p. 203-252.
- AQUINO, Marceli. A força comunicativa das partículas modais alemãs no ensino de línguas. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 1, n. 2, p. 103-115, 2012.
- AQUINO, Marceli. **O esforço de processamento das partículas modais *doch* e *wohl* em tarefas de pós-edição: uma investigação processual no par linguístico alemão/português**. 2016. 231 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

- AQUINO, Marceli. O questionário como ferramenta de ensino de partículas modais alemãs. **Pandaemonium Germanicum**, São Paulo, v. 20, n. 32, p. 156-179, 2017.
- AQUINO, Marceli. A tradução da partícula modal *wohl* para o português: uma investigação do esforço de processamento de participantes brasileiros e alemães. **Revista Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 38, n. 3, p. 352-374, 2018.
- AQUINO, Marceli. O ensino das partículas modais alemãs: estratégias didáticas em ALE. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 131-161, 2020.
- AQUINO, Marceli; ARANTES, Poliana Coeli Costa. Partículas modais em alemão e seus equivalentes funcionais em português brasileiro: proposta de análise e classificação para o uso. **Pandaemonium Germanicum**, São Paulo, v. 23, n. 40, p. 166-190, 2020.
- AQUINO, Marceli; CINTO, Ana Laura; KAHIL, Tamires. “Mas quem ia carregar uma nota fiscal?”: Uma investigação da função modal de “mas” em língua portuguesa. **Revista Confluência**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 373-399, jan.-jun. 2021.
- ARANTES, Poliana Coeli Costa. Análise pragmática do uso de partículas modais em alemão e em português: incentivo às abordagens metalinguísticas no ensino de alemão em contexto universitário In: UPHOFF, Dörthe et al. **O ensino de alemão em contexto universitário: modalidades, desafios e perspectivas**. São Paulo: Humanitas, 2017. p. 123-144.
- AUSTIN, John Langshaw. **How to Do Things With Words**. Cambridge (Mass.). Paperback: Harvard University Press, 1962.
- DEGAND, Liesbeth; PIETRANDREA, Paola; CORNILLIE, Bert (Eds.). **Discourse markers and modal particles. Categorization and description**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2013.

- DIEWALD, Gabriele. Discourse Particles and Modal Particles as Grammatical Elements. In: FISCHER, Kerstin. **Approaches to Discourse Particles**. Amsterdam: Elsevier, p. 403-426. 2006.
- DIEWALD, Gabriele. Same same but different. Modal particles, discourse markers and the art (and purpose) of categorization. In: DEGAND, Liesbeth; PIETRANDREA, Paola; CORNILLIE, Bert (Orgs.). **Discourse Markers and Modal Particles: Categorization and Description**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2013. p. 19-46.
- FISCHER, Kerstin; ALM, Maria. A radical construction grammar perspective on the modal particle-discourse particle distinction. In: DEGAND, Liesbeth; PIETRANDREA, Paola; CORNILLIE, Bert (Orgs.). **Discourse Markers and Modal Particles: Categorization and Description**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2013. p. 47-88.
- FRANCO, António. **Descrição linguística das partículas modais no português e no alemão**. Coimbra: Coimbra Editora, 1991.
- HANSEN, Maj-Britt Mosegaard. **The function of discourse particles**. A study with special reference to Spoken Standard French. Amsterdam: John Benjamins, 1998.
- JOHNEN, Thomas. *Aí* como partícula modal do português. In: MOTA, Jacyra (ed.): **Atas do 1o Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística, vol. 2: Comunicações, disquete 06: Lexicologia e Semântica**. Salvador: Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, 1994.
- KRÖLL, Heinz. **Die Ortsadverbien im Portugiesischen unter besonderer Berücksichtigung ihrer Verwendung in der modernen Umgangssprache**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1968.
- LEISS, Elisabeth. Epistemicity, evidentiality, and Theory of Mind (ToM). In: ABRAHAM, Werner. **Modality and Theory of Mind: Elements Across Languages**. Berlin: De Gruyter, 2012. p. 37-66.

- PALMER, Frank Robert. **Mood and Modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- PARASURAMAN, Ananthanarayanan. **Marketing research**. 2. ed. New York: Addison Wesley Publishing Company, 1991.
- POLENZ, Peter von. **Deutsche Satzsemantik: Grundbegriffe des Zwischen-den-Zeilen-Lebens**. Berlin; New York: De Gruyter, 1985.
- RAMOS, Rui Lima. As partículas modais como co-indicadores ilocutórios: o caso das perguntas retóricas. XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. **Anais...**, Universidade do Minho Portugal, 2000.
- SAID ALI, Manuel. **Meios de Expressão e Alterações Semânticas**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.
- SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen. Partículas discursivas e interacionais no português e no espanhol em contraste com o alemão. In: SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen (Org.). **Semiótica e linguística portuguesa e românica: Homenagem a José Gonçalo de Carvalho**. Tübingen: Narr, 1993. p. 63-78.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Discussion Article: Discourse Markers, Modal Particles and Contrastive Analysis, Synchronic and Diachronic. **Catalan Journal of Linguistics**, Barcelona, v. 6, p. 139-157, 2007.
- VILELA, Mário. **Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso**. Coimbra: Almedina, 1999.
- VILELA, Mário.; KOCH, Ingedore Villaça. **Gramática da Língua Portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso**. Coimbra: Almedina, 2001.

- WALTEREIT, Richard. Modal particles and their functional equivalents: a speech-act theoretic approach. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v. 33, n. 9, p. 1391-1417, 2001.
- WALTEREIT, Richard. Different functions, different histories. Modal particles and discourse markers from a diachronic point of view. **Catalan Journal of Linguistics**, Barcelona, v. 6, p. 61-80, 2007.
- WELKER, Herbert. **As partículas modais no alemão e no português e as equivalências de aber, eben, etwa e vielleicht**. 1990. 205 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Linguística, Universidade de Brasília, Brasília. 1990.
- WEYDT, Harald; HARDEN, Theo; RÖSLER, Dietmar. **Kleine deutsche Partikellehre: Ein Lehr- und Übungsbuch für Deutsch als Fremdsprache**. Stuttgart: Klett, 1983.

#Edaí: um Estudo sobre Impolidez e Tomada de Postura no Twitter Brasileiro

#Edaí: a Study on Impoliteness and Stance-Taking on Brazilian Twitter

Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira*
Lucas Willian Oliveira Marciano**

RESUMO

O objetivo deste estudo é examinar a #edaí, empregada em abril / maio de 2020, à luz da Teoria da Impolidez (Culpeper, 2011; Culpeper, Haugh e Kádár, 2017) e da Teoria da Postura (DeBois, 2007 e Evans, 2016). Os dados foram coletados do Twitter, nos perfis dos três jornais de maior circulação no Brasil. Os resultados demonstraram que #edaí serviu para criar laços sociais e para formar uma comunidade transitória de prática (Mills (2002), bem como para expressar postura política e impolidez linguística, principalmente por meio do sarcasmo e do deboche.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades digitais. Pragmática. (Im)polidez linguística. Postura linguística. Uso de hashtags.

ABSTRACT

The aim of this study is to examine #edaí, as employed in April / May 2020, in the light of the Theory of Impoliteness (Culpeper, Haugh & Kádár, 2017), and the Theory of Posture (Debois, 2007; Evans, 2016). The data were collected from

Recebido em 11 de janeiro de 2022.

Aceito em 13 de abril de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2022n63.597>

* Universidade Federal de Minas Gerais, adornomarciotto@gmail.com.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-1857-0207>

** Universidade Federal de Minas Gerais, lucas_wom@yahoo.com.br

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-7317-4306>

Twitter, in the profiles of the three most widely circulated newspapers in Brazil. The results showed that #edaí served to create social bonds, and to form a community of practice (Mills, 2002), as well as to express political stance and linguistic impoliteness, more particularly, via sarcasm and mockery.

KEYWORDS: Digital communities. Pragmatics. Linguistic (im)politeness. Expression of stance. Use of hashtags.

Introdução

A pesquisa sobre impolidez linguística abrange uma variedade de contextos e de relações sociais, incluindo ambientes físico e virtual. Na perspectiva de Bousfield (2008), a impolidez é associada como a intenção de comunicar Atos Ameaçadores da Face (FTA, BROWN e LEVINSON, 1987), geralmente realizados de forma “não mitigada e/ou com agressão deliberada em um determinado grupo social e cultural” (BOUSFIELD, 2008: 37).

Mais recentemente, as pesquisas sobre impolidez (CULPEPER, HAUGH e KÁDÁR, 2017, CULPEPER and TANTUCCI, 2021) substituíram a expressão “cultura” por “comunidade de prática” (ou “práticas interacionais”) em referência a Mills (2002, 2011). Nessas pesquisas, o termo é definido como “um grupo pouco específico de pessoas que se envolvem mutuamente em uma tarefa específica” (MILLS, 2002:37). Para defender a importância de estudar essas comunidades, Kienpointer e Stopfner (2017) mostram como certas expressões linguísticas, codificadas como impolidas em alguns grupos, podem ser interpretadas de maneiras diferentes em uma outra cultura ou comunidade, dependendo do discurso dominante. Entre essas expressões, figuram, por exemplo, aquelas ligadas à condição material, racial, política e de classe dos membros da comunidade, especialmente aqueles desprovidos de privilégios. Além desses aspectos sociais, o discurso formulaico (Terkourafi, 2002, Culpeper 2011) é também importante na interpretação do que é considerado linguisticamente impolido.

Para Terkourafi (2002) e Culpeper (2011), as fórmulas constituem-se em molduras (*frames*) regulares, por meio das quais o falante emprega seu conhecimento sobre como agir linguisticamente em determinadas situações. Por causa disso, ao empregar certas fórmulas convencionalizadas, o falante demonstra conhecimento das normas de convívio social, o que indica que o discurso formulaico apresenta um traço que “carrega o peso do discurso (im) polido” (TERKOURAFI, 2002, p. 197).

No Twitter, as fórmulas de impolidez podem ser expressas por meio de *hashtags*, bem como das postagens que as acompanham, conforme o estudo de OLIVEIRA e CARNEIRO (2020) demonstra. As *hashtags* também são caracterizadas, de acordo com as autoras, como textos opinativos, que expressam atitude, postura, ou avaliação. de forma similar, Evans (2016) discute como a tomada de postura (*stance taking*) pode ocorrer de duas formas principais no Twitter. Primeiramente, por meio da comunicação de uma postura temporária, geralmente publicada como reação a um assunto em voga. Em segundo lugar, a expressão de postura também pode ajudar a revelar (ou a construir) a identidade do usuário ao longo do tempo, alcançando, nesse caso, um alinhamento de posturas DuBois (2007) mais permanente.

Nesta pesquisa, partimos do pressuposto de que a #*edaí*, no período de abril e maio/20, foi empregada como uma forma de expressão de postura política. Por também ser acompanhada de postagens em tom sarcástico ou jocoso, a *hashtag* também pode ser usada como fórmula de expressão e impolidez. Ressalta-se que esse uso é distinto do emprego típico da expressão “E daí?”, que está comumente ligada a uma marca de interesse, ou, ainda, a uma sinalização de quebra da Máxima da Quantidade de Grice (1975), por meio da qual o falante exprime a necessidade de obter mais informação sobre o enunciado a ele dirigido.

A promoção da #*edaí* no Twitter ocorreu a partir da fala do Presidente Jair Bolsonaro “E daí?”, proferida como um comentário público acerca das mortes de brasileiros por Covid19 em 2020. A expressão foi interpretada como um sinal de desprezo pela perda de vidas e provocou a reação dos

internautas, conforme atestam as postagens dos perfis no *Twitter* de 3 grandes veículos de comunicação brasileiros: Folha de S. Paulo, O Globo e Estadão, presentes em nossos dados.

Diante desse panorama, o objetivo deste estudo é examinar a #*edaí*, como empregada em abril e maio de 2020, período em que a *hashtag* se configurou como um *trending topic* (tópico mais comentado) no *Twitter* brasileiro. Dito isso, a seguinte pergunta de pesquisa orienta este estudo: em que medida a análise da #*edaí* contribui para compreender a associação entre expressão de postura política e impolidez no *Twitter* brasileiro? Levando em consideração essa apresentação inicial da pesquisa, na próxima seção discutiremos o arcabouço teórico subjacente ao estudo, ligado ao uso de *hashtags* no *Twitter*, ao conceito de postura linguística e à Teoria da Impolidez.

1. *Hashtags* no *Twitter* e tomada de postura (*stance*)

Ao observarmos a página de ajuda do *Twitter* (<https://help.twitter.com/en>), é informado que o uso de *hashtags* serve para rotular palavras-chave em um tweet, criando os tópicos mais populares, chamados de *Trending Topics*. Além disso, a página descreve o emprego das *hashtags* como ferramentas de categorização, ou seja, como recursos para a busca de temas-chave para o usuário. As *hashtags* consistem-se em termos-chave, compostos pelo usuário, começando com o símbolo # (YANG et. al. 2012). Elas atuam, portanto, como elementos de organização da informação, desempenhando a função primária de facilitar a navegação. Em suma, uma *hashtag* normalmente “reúne informações relevantes sobre temas e eventos, além de maximizar o potencial de recuperação de informações” (YANG et. al., 2012, p. 4).

O uso de *hashtags* também ajuda a identificar os usuários que participam de uma discussão relevante ou bem-difundida, servindo para rastrear informações e para facilitar a restrição do foco de pesquisa. Além de serem organizadores de tópicos (*bookmarks*), as *hashtags* podem servir para agregar usuários em torno de uma causa. Esse fenômeno é observado,

por exemplo, no planejamento de atividades ligadas ao trabalho voluntário e à organização de eventos sociais (GARCIA e GARCIA e RECUERO, 2019; STARBIRD e PALEN, 2011). Ao fazerem isso, as *hashtags* também formam “laços de sentimento de comunidade” (STARBIRD e PALEN, 2011, p. 3), podendo forjar uma comunidade de prática na esfera cibernética (MILLS, 2002).

O uso de *hashtags* para criar laços de pertencimento e para desencadear a formação de comunidades no *Twitter* pode ser considerado uma *affordance* (GIBSON, 1977). Vistas desse ponto de vista, as *hashtags* representam usos criativos de recursos presentes na esfera digital, que, no caso deste estudo, podem ajudar a lançar luz sobre o uso inovador de *#edaí* como um marcador de tomada de postura política. Como visto, associadas a esse caráter opinativo, as *hashtags* do *Twitter* oferecem, segundo Evans (2016), uma possibilidade de apropriação inovadora (*affordance*) que supera a função inicial de categorização de conteúdo, podendo servir como expressão de postura (*stance*). Nessa perspectiva, o estudo de Honeycutt & Herring (2009) também mostra como os usuários do *Twitter* engajam-se em diálogos e em trocas comunicativas entre si a fim de tornarem suas postagens e suas opiniões mais visíveis na plataforma. Ao evitar postar múltiplas postagem em separado, os usuários também procuram atenuar uma potencial perda de relevância de suas postagens, motivada pela dissociação destas do contexto imediato que lhes deu origem.

Além do potencial de localização de conteúdos e do efeito gregário que o uso de *hashtags* produz, é também de primeira importância reconhecer que a linguagem digital em geral, e as *hashtags* em particular, são caracterizadas pelo dinamismo de uso e pela permanente adaptação contextual (EVANS, 2016; OLIVEIRA e CARNEIRO, 2020). Esse traço não é exclusivo da esfera digital e certamente ocorre em praticamente todos os campos da comunicação humana, conforme Kress e van Leeuwen (2001) salientam. Todavia, particularmente no caso do *Twitter*, a seleção da plataforma, em si, influencia diretamente a composição textual, que fica circunscrita à interface disponível.

A tomada de postura é um termo bastante amplo na literatura da área (ENGLEBRETON, 2007). Neste estudo, ela é entendida como um processo pelo qual um falante (ou tomador de postura - *stancetaker*) orienta-se em direção a um objeto de postura e o caracteriza como apresentando algum tipo de “qualidade ou valor” (DUBOIS, 2007: 152). Associada, portanto, ao conceito de avaliação, Dubois (2007) sugere que a tomada de postura seja um tipo de avaliação materializada linguisticamente por meio, por exemplo, de predicativos, como *terrível*, *ideal* e *desagradável*.

O objeto-alvo para o qual a avaliação, ou a postura, é orientada pode ser um pronome (*that/isso*), caracterizado pelos falantes, em muitos casos, por meio de elementos afetivos. A postura compreende, assim, a avaliação de objetos em uma situação em que os atores sociais “posicionam e se alinham com outros sujeitos, com relação a qualquer dimensão saliente do valor no campo sociocultural” (DUBOIS, 2007: 163). Em suma, a postura implica uma relação entre, pelos menos, dois sujeitos sociais (atores sociais) em que ambos julgam um objeto e posicionam-se sobre ele. Essa avaliação pode implicar a harmonia perante certos valores socioculturais (alinhamento), bem como pode abrir espaço para a divergência (desalinhamento).

A noção de postura (DUBOIS, 2007) serve para descrever e analisar as instâncias de expressão de atitude de forma não-linear e holística, ligada a três aspectos centrais: (a) a avaliação; (b) o posicionamento e (c) o alinhamento, o que Dubois (2007) denomina de “Triângulo de Postura”. DuBois nomeia a posição do sujeito que inicia a interação de (*stance lead*) e a posição do sujeito que o precede de (*stance follow*) (DUBOIS, 2007: 161).

De acordo com DuBois, o alinhamento pode ser definido como o ato de “calibrar a relação entre duas posturas e, por conseguinte entre os falantes” (DUBOIS, 2007: 163). Apesar do verbo concordar (*agree*) ser o mais transparente termo para representar esse fenômeno, ele é o menos usual, conforme nossos dados poderão demonstrar na seção de análise deste texto.

Evans (2017) observou que o conceito de postura (DUBOIS, 2007) pode ser adaptado para a análise da interação no *Twitter*, ao incluir o emprego

das *hashtags* direcionados a múltiplas funcionalidades (*affordances*), por exemplo, ao uso dos *tweets* para avaliar um objeto (ou conteúdo), para expressar uma postura e/ou para promover alinhamento com o conteúdo do *tweet* inicial. Além disso, o conteúdo do *tweet* pode também funcionar como a parte do triângulo de DuBois (2007) relacionado à “liderança de postura”, enquanto a *hashtag* funciona como “seguimento de postura”. De acordo com Evans (2017), com a frequência das interações, a tomada de postura pode ser veiculada por mais tempo e pode também conduzir à sedimentação de identidades na plataforma.

Em nosso estudo, na tentativa de adaptar o triângulo de DuBois (2007, EVANS, 2016) ao contexto da comunicação via *Twitter*, optamos por usar os seguintes termos (ou categorias) de análise: (a) postagem inicial, (b) resposta e (c) alinhamento/desalinhamento. Esses elementos foram também analisados do ponto de vista das estratégias de impolidez, como poderá ser observado na seção de metodologia, apresentada mais adiante. Tendo tratado dos usos associados às *hashtags* no *Twitter* como expressões de postura, a seguir discutiremos a Teoria da Impolidez, que também embasa esta pesquisa.

2. Impolidez linguística

Na perspectiva de Culpeper (2005, 2011), a impolidez pode ser identificada quando: (1) o falante comunica intencionalmente o ataque à face do outro, ou (2) o ouvinte percebe o comportamento como intencional ou (3) quando houver uma combinação de (1) e (2). A impolidez está também associada a sentimentos negativos de ataque à face, tais como “vergonha, humilhação, raiva e tristeza” (CULPEPER, 2011; 23).

O comportamento verbal impolido pode se manifestar diretamente (*bald on record*), ou de forma indireta (*off record*). Quando manifestada diretamente, a ameaça de face é comunicada de maneira inequívoca, geralmente concisa e sem rodeios. Se o ataque for indireto, ele geralmente é realizado por meio de implicaturas conversacionais (GRICE, 1975), em que

o falante ofende verbalmente o interlocutor de um modo que supera qualquer outra interpretação racional para o enunciado (CULPEPER, 2011; 27).

Nesse quadro teórico, a impolidez positiva refere-se ao uso de estratégias (ou fórmulas) linguísticas que atacam a face positiva do ouvinte/interlocutor, isto é, seus desejos e necessidades de aprovação. Isso acontece quando o falante ignora, exclui o interlocutor e/ou usa itens linguísticos que expressam desinteresse, ou, ainda, quando ele emprega linguagem obscura, ou palavras tabu, direcionadas ao interlocutor, ou a uma terceira parte. Na contraparte da impolidez positiva, e ainda dentro do mesmo domínio, a impolidez negativa está ligada a estratégias destinadas a atacar a face negativa do interlocutor, ou de uma terceira parte. Ela está associada ao uso de linguagem ameaçadora, ao desprezo e à ridicularização do outro, além da linguagem empregada para invadir o espaço psicológico do interlocutor, associando-o, por exemplo, com aspectos explicitamente negativos e / ou colocando algum débito seu em foco (CULPEPER, 2011). Em algumas culturas, e em certos contextos institucionais, “a impolidez pode até ser a norma” (CULPEPER, HAUGH e KÁDÁR, 2017: 27). Essa observação aponta para o fato de que nenhum ato de fala é intrinsecamente impolido/polido, pois depende do contexto, da cultura e do efeito perlocucionário causado.

Muito embora Terkourafi defina o discurso convencionalizado especificamente como uma “relação entre enunciados” (TERKOURAFI, 2002, p. 213), a convencionalização pode também variar de falante para falante, bem como na produção linguística do mesmo falante. Apesar dessa variação, expressões específicas permanecem sendo convencionalizadas na língua e na cultura dos falantes. No caso particular da impolidez, os insultos, as perguntas provocativas e o uso de palavras tabus refletem esse emprego formulaico, já que são muitas vezes compreendidos como agressivos pelos falantes em geral.

Terkourafi (2005; 2008) também distingue entre impolidez e descortesia. Para a autora, a impolidez (ou rudeza) é caracterizada pela intenção deliberada de ameaçar a face do outro e de terceiros. Já a indelicadeza

(ou a descortesia), não contém essa intenção deliberada identificável. A esse respeito, Terkourafi (2008) também defende que uma manifestação verbal de agressão pode conter a intenção de construir a própria imagem do locutor, servindo para projetar um falante com maior poder ou habilidade, conforme ocorre, por exemplo, nas batalhas verbais e nos rituais de insulto (CUNHA e OLIVEIRA, 2020; OLIVEIRA e TINOCO, 2020).

Adjacente ao conceito de impolidez, a definição de ofensa diz respeito a uma ação social iniciada pelo destinatário em que ele “interpreta a conduta do interlocutor (ou de uma terceira pessoa, ou de um grupo de pessoas) como agressiva à imagem ou à honra” (HAUGH, 2015, p. 37). Para o autor, o insulto é limitado pelo tipo de atividade social em que ocorre e pelo contexto linguístico imediato que o circunscreve. Nessa visão, o sarcasmo, a ironia e o deboche são descritos como meta-estratégias de impolidez, geralmente associadas ao exercício de poder e/ou à insinceridade.

Além disso, ao emprego do sarcasmo e do deboche estão também associadas as fórmulas de falsa polidez (*mock politeness*, TAYLOR, 2017), ou as instâncias de polidez lúdica (*playful impoliteness*, VLADIMIROU e HOUSE, 2018). A esse respeito, é interessante destacar o estudo de Vasques (2021, p. 4, ao afirmar que “contextos tópicos, como política e religião, são suscetíveis a comportamentos antagônicos online”. Vladimirou e House (2018) acrescentam ainda que a impolidez lúdica engloba “elementos de paródia e de ludicidade particularmente manifestos por meio da mistura criativa de recursos visuais e linguísticos” (VLADIMIROU e HOUSE, 2018, p. 157).

Para além da descrição da impolidez e do insulto, tem havido também um interesse crescente em associar a impolidez a questões socioculturais mais amplas. Essa perspectiva conecta-se à definição de comunidades de prática (MILLS, 2002, 2011). Assim, em vez de analisar um comportamento verbal como típico em uma dada cultura, esses estudos concentraram-se mais na identificação dos distintos segmentos sociais e de seus respectivos comportamentos verbais em situações de conflito ou de enfrentamento (CUNHA e TOMAZI, 2019; MILLS, 2002; OSTERMANN, 2006; 2018;).

Aliadas à perspectiva de impolidez no ambiente digital, Oliveira e Carneiro (2020) também discutem como as ações linguísticas marcadamente pouco elaboradas do ponto de vista argumentativo, porém contendo palavras tabu e insulto, tendem a limitar os direitos e as liberdades do outro, podendo envolver o debate digital em uma atmosfera circular de agressão injustificada.

Em suma, o uso de fórmulas impolidas, juntamente com a expressão de postura que elas podem vincular, são o foco deste artigo, que visa à análise do emprego da #*edaí* no *Twitter* brasileiro após um comentário presidencial de grande repercussão nacional. Tendo traçado o panorama teórico da pesquisa, partimos para a descrição dos procedimentos utilizados na coleta de dados, bem como em sua análise.

3. Metodologia de coleta e dados

Como mencionado anteriormente, o foco central deste estudo são as estratégias de impolidez e a tomada de postura dos usuários do *Twitter* relativamente a um tema circunstancial prevalente na plataforma por um período específico. O que pretendemos observar é como a impolidez e a postura (*stance*, DUBOIS, 2007 EVANS, 2016) dos usuários do *Twitter* foram expressas por meio de postagens específicas que repercutiam #*edaí*.

Para fazer isso, os dados analisados foram coletados da rede social *Twitter* nos perfis dos três jornais de maior circulação no país: Folha de S. Paulo, O Globo e Estadão. A coleta ocorreu a partir do dia 28/04, quando o presidente Jair Bolsonaro fez uso da expressão “E daí?” em uma de suas entrevistas sobre as mortes causadas pela pandemia de Covid 19, até o dia 27/05.

A ferramenta de busca avançada do *Twitter* foi usada como recurso principal de coleta de dados e possibilitou pesquisar a #*edaí* em comentários publicados nos três veículos de comunicação selecionados para a coleta de dados. Ao todo, foram coletadas 61 postagens principais e 94 comentários com a #*edaí*.

Com o objetivo de confirmar a inserção sazonal da *hashtag*, pesquisamos seu uso nos três perfis dos veículos de comunicação selecionados no período de 30 dias antes da fala do presidente (de 28/03 a 27/04). Essa busca resultou na identificação de somente uma ocorrência de #edaí no período citado, confirmando seu uso particular e circunscrito a uma reação à fala presidencial foco neste estudo.

Para refinar os dados obtidos, foi criada uma planilha no *software Excel* a fim de sintetizar as informações relacionadas publicação da *hashtag*, tais como (a) tipo de postagem – se post único, sequência ou comentário; (b) tipo de usuário – se jornal ou outros; (c) data da postagem. Também coletamos as postagens originais para as quais a *hashtag* foi usada como comentário. Todas as postagens, totalizando 93 itens (*threads*), foram arquivadas em forma de imagem para o caso de as mensagens serem posteriormente deletadas pelo usuário.

As Figuras (1) e (2) ilustram os procedimentos usados para a coleta e para a catalogação das postagens. O código, na coluna A (Figura 1), refere-se ao número da postagem inicial (P) e ao número da postagem feita em forma de resposta (*reply*, REP).

A Figura 2, em destaque, mostra como foram inseridos, nas tabelas, os usuários e seus respectivos comentários contendo #edaí. Com exceção dos perfis dos jornais analisados, as contas de todos os usuários, seus nomes ou qualquer tipo de identificação foram removidos para garantir a preservação de suas identidades, muito embora esses dados estivessem abertos na plataforma.

	A	B	C	D	E
1	Código	Tipo de Tweet	Tipo de Usuário	Fonte / Conta / Usuário	Data
2	P1	Post	Conta	@folha	28/04/2020
3	P1REP1	Post	Conta		29/04/2020
4	P2	Post	Conta	@folha	29/04/2020
5	P2REP1	Post	Conta		29/04/2020
6	P3	Post	Conta	@folha	29/04/2020
7	P3REP1	Post	Conta		29/04/2020
8	P4	Post	Conta	@folha	29/04/2020
9	P4REP1	Post	Conta		29/04/2020
10	P1REP2	Post	Conta		29/04/2020
11	P5	Post	Conta	@folha	29/04/2020
12	P5REP1	Post	Conta		29/04/2020
13	P6	Post	Conta	@folha	29/04/2020
14	P6REP1	Post	Conta		29/04/2020
15	P7	Post	Conta	@folha	29/04/2020

Figura 1: catalogação das postagens retiradas do *Twitter*

Fonte: este estudo

1	Usuário	Resposta
2	Folha de S. Paulo	
3		Esse é o patriota que não lamenta a morte de 5000 brasileiros. E daí? Ele diz, não se importando nem com a família de quem votou nele! #edai
4	Folha de S. Paulo	
5		Até que enfim uma boa notícia sobre... Cara chorando muitoCara chorando muitoCara chorando muito Já estava desacreditado.#edai #ForaBolsonaro
6	Folha de S. Paulo	
7		#edai vão ficar só no pedido de desculpas pro boçal! Só teatrinho?
8	Folha de S. Paulo	

Figura 2: catalogação das postagens retiradas do *Twitter* – usuários e comentários

Fonte: este estudo.

Tendo em vista os procedimentos de coleta e de catalogação dos dados descritos nesta seção, passaremos à análise qualitativa de exemplos de postagens contendo #*edai*. Por questões de espaço, na próxima seção, foi feita uma seleção de exemplos, representativa de nossos dados. Para isso, foram selecionadas as primeiras postagens publicadas em cada *thread*, uma vez que as mensagens iniciais tendem a dar o tom da interação (CULPEPER e TANTUCCI, 2021). Essa análise centra-se na expressão de postura política identificada nas postagens com #*edai*, bem como na formulação de discurso impolido.

4. Análise de dados

Conforme mencionado na seção anterior, foram coletados 93 comentários contendo #edaí nos 3 canais de comunicação pesquisados. Primeiramente, conforme mencionado anteriormente, o uso de #edaí, como identificado nesta pesquisa, sugere uma ressignificação da expressão “E dá?”, que, tipicamente, é empregada em português brasileiro para indicar uma implicatura derivada da não-observação da Máxima de Quantidade (GRICE, 1975). Nesses casos, o interlocutor sinaliza a necessidade ou o interesse pela provisão de mais informações sobre o conteúdo a ele comunicado. Em nossos dados, como se verá a seguir, #edaí foi utilizada como uma fórmula impolida, bem como atuou como marca de postura (*stance*).

O Exemplo 1 foi publicado a partir da notícia sobre as mortes de COVID 19 no Brasil. Nesse comentário, é possível verificar que #edaí expressa sarcasmo, ou seja, opera como um marcador de impolidez, conferindo um tom desdenhoso e debochado à postagem (VLADIMIROU e HOUSE, 2018). Ao remeter ao contexto da fala presidencial de 28/04, a *hashtag* serve também para marcar postura (*stance*) por meio da desaprovação do comportamento presidencial frente à pandemia da COVID 19. O uso do termo “lixo” confirma esse emprego, ao associar uma figura política a um termo negativo (CULPEPER, 2011, 2016). A *hashtag* marca, ainda, o julgamento de um objeto do mundo (DUBOIS, 2007, EVANS, 2016), que não estava presente diretamente no contexto imediato da interação, mas que foi facilmente recuperável via plataforma digital, em que #edaí surgiu como um tópico popular (*trending topic*). A avaliação da atuação presidencial como “lixo” serve, assim, para remeter, e também para reforçar, um julgamento do falante.



Exemplo 1: P9REPI

Fonte: os autores.

De forma semelhante, no Exemplo 2, o termo “BolsoNero”, referência ao ditador romano que, em um surto de insanidade, ordenou incendiar Roma. A *hashtag* é utilizada, então, para desaprovar a atuação do presidente. Publicada como resposta à notícia sobre a demissão do Ministro da Saúde, a postagem faz uma referência direta ao discurso do presidencial, empregando a sua própria linguagem para atacá-lo (“Como diz Bolsonaro”). Registra-se, ainda, no exemplo, uma *hashtag* em que o sobrenome do presidente é escrito com uma suástica, associando sua figura a movimentos nazistas, ligados, portanto, à expressão de sentimentos negativos e desprezíveis (CULPEPER, 2011, 2016). Nessa postagem, o usuário também expressa postura avaliativa e

afirma, ironicamente, que o presidente está “fazendo seu serviço direitinho”, o que representa uma estratégia de impolidez usada para atacar uma figura pública.



Exemplo 2: P19REP1

Fonte: os autores.

O Exemplo 3 é uma resposta a uma notícia da área econômica. Nela, #edaí atua isoladamente, ou seja, a hashtag recupera parte de sua função primária, servindo ao propósito de organizar o fluxo de publicações no *Twitter*. Por outro lado, o emprego isolado da hashtag é reconhecido pelos usuários como uma forma de sinalizar engajamento, ou seja, de marcar o pertencimento a uma comunidade de prática, direcionada ao protesto político. Quanto à expressão de postura, os comentários de resposta representam uma instância de alinhamento (*stance follow*, EVANS, 2016) em que o objeto avaliado, a atuação presidencial, é desaprovado. Como é possível observar no Exemplo 3, o uso isolado da hashtag desempenha também uma função gregária (YUS, 2019), ao formar vínculos entre usuários unidos por uma mesma causa, ou posicionamento político.



Exemplo 3: P23REP1234

Fonte: os autores.

O Exemplo 4, o predicativo avaliativo “boa” é precedido pela expressão “Até que enfim”, que imprime um tom sarcástico à postagem, suscitando uma leitura contrária ao uso convencional do termo. O tom sarcástico e de deboche é selado por #ForaBolsonaro, que se configura em uma estratégia de impolidez positiva, destinada a uma terceira parte referenciada na interação. Além disso, ao incluir #ForaBolsonaro na postagem, o autor do comentário também marca pertencimento a uma comunidade maior, identificada no Twitter por meio dessa *hashtag*, como afirma (MORAES, 2020).



Exemplo 4: P2REPI

Fonte: os autores.

Como foi possível observar nos exemplos apresentados nesta seção, a expressão “E daí?” foi resignificada nas postagens analisadas por meio do uso de uma *hashtag*. Essa resignificação se traduziu em duas funções principais e complementares: (a) uma fórmula impolida, já que seu uso sinalizou o desprezo e o deboche quanto à figura presidencial; (b) um elemento gregário, contribuindo para a formação e o enriquecimento de uma comunidade de prática transitória no *Twitter*, com a finalidade de protesto político. Nos dois casos (A e B) as postagens analisadas estabeleceram uma relação explícita com a própria fala presidencial, ao empregarem #edaí em um contexto

diferente daquele em que a expressão foi originalmente utilizada. Dito isso, passaremos, a seguir, às considerações finais do estudo.

Além desse aspecto, em nossos dados, o sarcasmo foi estrategicamente empregado nas postagens para produzir um efeito de impolidez lúdica. Esse efeito contribuiu para que os usuários pudessem manter um tom bem-humorado (ou debochado) ao expressarem atitude política. Ao mesmo tempo, o sarcasmo estava associado a críticas e a expressões de desaprovação quanto à fala presidencial.

Considerações finais

O objetivo desta pesquisa foi verificar como Teoria da Impolidez Linguística (BOUSFIELD, 2007 e 2008; CULPEPER 1996, 2011; TERKOURAFI, 2008) e o quadro teórico ligado à expressão de postura (DUBOIS, 2007; EVANS, 2016) podem representar pontos de vista teóricos complementares na análise de postagens do *Twitter*. Em nossos dados, #*edaí* foi utilizada para comentar notícias sobre temas variados, ligados à economia e ao cenário político, e não somente para tratar da pauta das mortes por COVID19 no Brasil. Foi observado, diante disso, um deslocamento do conteúdo inicial da expressão “E daí?”, como originalmente pronunciada pelo presidente. Esse deslocamento contribuiu para tornar #*edaí* um item associado à expressão de postura, bem como um elemento constitutivo da formação de uma comunidade de prática transitória (MILLER, 2002), destinada à intenção de protesto político

De forma similar, o uso de #*edaí* confirmou o emprego das *hashtags* como *affordances* (HONEYCUTT & HERRING, 2009), ou seja, exercendo funcionalidades para as quais elas não foram originalmente propostas. Nesse caso, a *hashtag* foi empregada para formar vínculos sociais e para expressar postura, e não somente para organizar conteúdos na plataforma. Da mesma forma, #*edaí* serviu como uma fórmula impolida, associada ao protesto político.

Neste ponto do texto, é importante observar que os dados analisados neste estudo sinalizam o emprego do sarcasmo e do deboche como formas de ofender e de desprezar uma terceira parte, ausente das sequências (*threads*) publicadas. Nesse caso, uma figura pública, a quem as postagens fizeram referência direta ao produzirem um simulacro debochado de seu próprio discurso. Este estudo demonstra, ainda, que esse recurso foi convencionalizado no *Twitter* no período analisado e que se configurou em uma norma legitimada pela comunidade transitória, cuja finalidade foi a manifestação de descontentamento com o cenário político.

Finalmente, esperamos que mais estudos sobre as comunidades de prática em ambiente virtual possam surgir, dentro e fora do *Twitter*, para que nossos dados possam ser escrutinados e também ampliados, e para que a análise linguística das formas de interação digital possa ser mais detalhada.

Referências

- BOUSFIELD, D. **Beginnings, middles and ends**: a biopsy of the dynamics of impolite exchanges. *Journal of Pragmatics* 39, 2007. p. 2185-2216.
- _____. **Impoliteness in interaction**. Vol. 167. John Benjamins Publishing, 2008.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness**: some universals in language use. Cambridge, Cambridge University Press. 1987.
- CULPEPER, J. **Towards an anatomy of impoliteness**. *Journal of pragmatics* 25 (3), 1996. p. 349-367.
- _____. **Impoliteness**: Using Language to Cause Offence. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- CULPEPER, J.; BOUSFIELD, D.; WICHMANN, Anne. **Impoliteness revisited**: with special reference to dynamic and prosodic aspects. *Journal of Pragmatics* 35, 2003. p. 1545-1579.

- CULPEPER, J.; TERKOURAFI, M. Pragmatic approaches (im)politeness. In: CULPEPER, J.; HAUGH, M.; KÁDÁR, Dániel (Eds.). **The Palgrave Handbook of Linguistic (Im)politeness**. London, Palgrave, 2017. p. 11-38.
- CULPEPER, J.; HARDAKER, C. Impoliteness. In: CULPEPER, J.; HAUGH, M.; KÁDÁR, Dániel (Eds.). **The Palgrave Handbook of Linguistic (Im) politeness**. Palgrave Macmillan, London, 2017. p. 199-225.
- CULPEPER, J.; TANTUCCI, V.. **The Principle of (Im) politeness reciprocity**. Journal of Pragmatics 175, p.146-164. 2021.
- CUNHA, G. X.; TOMAZI, M. M. **O uso agressivo da linguagem em uma audiência: uma abordagem discursiva e interacionista para o estudo da im/polidez**. Calidoscópico 17 (2), 2017. p. 297-319.
- CUNHA, G. X.; OLIVEIRA, A. L. A. M. **Teorias de im/polidez linguística: revisitando o estado da arte para uma contribuição teórica sobre o tema** (Theories of linguistic im/politeness: revisiting the state of the art for a theoretical contribution on the topic). Estudos da Língua (gem), v. 18, n. 2, p. 135-162, 2020.
- DUBOIS, J. W. The stance triangle. In: ENGLEBRETSON (Ed.). **Stancetaking in discourse: Subjectivity, evaluation, interaction**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2007. p. 139-182.
- ENGLEBRETSON, R. **Stancetaking in discourse: An introduction**. Rice Linguistics Symposium, 10th, 2004, Rice U, Houston, TX, US. John Benjamins Publishing Company, 2007.
- EVANS, A. **Stance and identity in Twitter hashtags**. Language@ internet 13.1, 2016.
- GOFFMAN, E. On face-work: an analysis of ritual elements in social interaction. In: GOFFMAN, E. **Interaction Ritual: essays on face-to-face behavior**. New York: Pantheon Books, 1967 [1955]. p. 5-45.

- GRICE, H. P. **Logic and conversation**. *Speech acts*. Brill, 1975. 41-58.
- HAUGH, M. **Impoliteness and taking offence in initial interactions**. *Journal of Pragmatics* 86, 2015. p. 36-42.
- JAMET, D.; JOBERT, M. **Aspects of linguistic impoliteness**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013.
- GARCIA, N. S.; RECUERO, R. da C.. **O que as páginas dos partidos dizem sobre eles?** Análise de redes das páginas oficiais dos partidos políticos brasileiros no Facebook. *Revista Debates* 13.3, 2019.
- GIBSON, J. **The concept of affordances**. *Perceiving, acting, and knowing* 1, 1977.
- GRAINGER, K. **We're not in a club now: a neo-Brown and Levinson approach to analyzing courtroom data**. *Journal of Politeness Research* 14 (1), 2018. p. 19-38
- GRICE, H. P. **Logic and conversation**. *Speech acts*. Brill, 1975. p. 41-58.
- HONEYCUTT, C.; HERRING, S. **Beyond microblogging: Conversation and collaboration via Twitter**. In *Proceedings of the 42nd Hawaii International Conference on System Sciences (HICSS-42)*. Los Alamitos, CA: IEEE Press, 2009.
- HAUGH, M. **Impoliteness and taking offence in initial interactions**. *Journal of Pragmatics* 86, 2015. p. 36-42.
- KÁDÁR, D. Z.; MILLS, S. (Eds.). **Politeness in East Asia**. Cambridge, Cambridge University Press, 2011.
- KIENPOINTNER, M.; STOPFNER, M. Ideology and (Im) politeness. In: CULPEPER, J.; HAUGH, M.; KÁDÁR, D. Z. (Eds.), **The Palgrave Handbook of Linguistic (Im) politeness**. London, Palgrave Macmillan, 2017. p. 61-87.

- MILLS, S. **Rethinking politeness, impoliteness and gender identity.** Discourse Approaches to Politics, Society and Culture 2, 2002. p. 69-89
- MILLS, S. **Communities of practice and politeness.** Situated politeness, 2011. p. 73-87.
- MORAES, M. de. **Dispara menção negativa a Bolsonaro nas redes.** 2020. Disponível em: <https://brpolitico.com.br/noticias/dispara-mencao-negativa-a-bolsonaro-nas-redes/>. Acesso em: 20/01/2021.
- OLIVEIRA, A. L. A. M.; CARNEIRO, M. **# EleSim, # EleNão, # ElaSim, # ElaNão: o twitter e as hashtags de amor e de ódio na campanha presidencial brasileira de 2018.** Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, v. 1, p. 33-49, 2020.
- OLIVEIRA, A. L. A. M.; CABRAL, A. L. T. **Batalhas de MC: um estudo sobre (Im)polidez e categorização axiológica à luz da pragmática (no prelo).**
- OSTERMANN, A. C. **Comunidades de prática: gênero, trabalho e face.** In: HEBERLE, V. M.; OSTERMANN, A. C.; FIGUEIREDO, D. de C. (Eds.) Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos. Florianópolis, Editora da UFSC, 2006. p. 15-47.
- STARBIRD, K.; PALEN, L. **Voluntweeters self-organizing by digital volunteers in times of crisis.** Proceedings of the SIGCHI conference on human factors in computing systems. 2011.
- SEARGEANT, P.; TAGG, C., eds. **The language of social media: Identity and community on the internet.** Springer, 2014.
- TAYLOR, C. **Beyond sarcasm: The metalanguage and structures of mock politeness.** Journal of Pragmatics 87, 2015. p. 127-141.
- TERKOURAFI, M. **Politeness and formulaicity: evidence from Cypriot Greek.** Journal of Greek Linguistics, v. 3.1, p. 179-201, 2002.

- TERKOURAFI, M. Towards a unified theory of politeness, impoliteness, and rudeness. In: BOUSFIELD, D.; LOCHER, M. (Orgs.) **Impoliteness in Language: studies on its interplay with power in theory and practice.** Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 2008. p. 45-74.
- VÁSQUEZ, C. “**I appreciate u not being a total prick...**”: Oppositional stancetaking, impoliteness and relational work in adversarial Twitter interactions. *Journal of Pragmatics* 185, 2021. p. 40-53.
- YANG, L.; et al. **We know what@ you# tag: does the dual role affect hashtag adoption?**. Proceedings of the 21st international conference on World Wide Web. 2012.
- YUS, F. **An outline of some future research issues for internet pragmatics.** *Internet Pragmatics* 2.1, 2019. p. 1-33.

***Fala>Ala*: Implicações Mútuas entre Fala e Escrita na Consolidação da Consciência Fonológica**

***Fala>Ala*: Mutual Implications Between Speech and Writing in the Consolidation of Phonological Awareness**

Marcelo Alexandre Silva Lopes de Melo*
Anderson Xavier da Silva**

RESUMO

Este trabalho buscou investigar a relação entre o processo de aprendizagem da escrita e conhecimento fonológico dos falantes. Morais *et al* (1979) e Read *et al* (1986) observaram o desempenho de indivíduos em tarefas de segmentação de palavras e observaram que falantes que tiveram contato com a escrita alfabética tiveram melhor desempenho nas tarefas de segmentar sons das palavras do que falantes não-alfabetizados ou que tiveram exposição apenas à escrita ideográfica. Cristóforo-Silva e Guimarães (2013) sugerem que fala e escrita se implicam mutuamente, estando as duas modalidades em constante interação na construção da representação mental e, conseqüentemente, na emergência e consolidação da consciência linguística. A fim de investigar a relação entre a aprendizagem da escrita alfabética e o conhecimento linguístico dos

Recebido em 1 de setembro de 2021.

Aceito em 11 de novembro de 2021.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2022n63.534>

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, malmelo.lopes@letras.ufrj.br

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-8025-0530>

** Universidade Federal do Rio de Janeiro, silva_anderson2@letras.ufrj.br

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-1002-0246>

falantes, um teste de segmentação de palavras com a metodologia semelhante à de Morais *et al* (1979) foi aplicado a estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com diferentes graus de contato com a escrita. Para análise dos resultados, foram adotados os pressupostos dos Modelos Baseados no Uso, segundo os quais as experiências dos falantes têm impacto na construção do conhecimento linguístico. As respostas dos participantes foram submetidas a um modelo de regressão logística multinomial e os resultados mostraram uma forte correlação entre o grau de escolaridade – tomado como parâmetro para medir o grau de contato e domínio da escrita – e resposta à tarefa do teste. A partir dos resultados obtidos, argumenta-se em favor da dinamicidade da consciência linguística, sendo possível admitir que, assim como a fala interfere na aprendizagem da escrita, a construção da consciência fonológica é afetada pela aprendizagem do sistema de escrita alfabética. Assim, um maior domínio da escrita favorece não só a habilidade de segmentar palavras, como também consolidação – e robustez – da consciência fonológica.

Palavras-chave: processo de aprendizagem da escrita; consciência linguística; representação mental; experiência

ABSTRACT

This paper investigated the relationship between the learning process of writing and phonological knowledge of the speakers. Morais *et al* (1979) and Read *et al* (1986) observed the performance of individuals in word segmentation tasks and observed that speakers who had contact with alphabetic writing performed better in word segmentation tasks than non-literate speakers or speakers who had been exposed only to ideographic writing system. Cristóforo-Silva and Guimarães (2013) suggest that speaking and writing do imply each other, with the two modalities in constant interaction in the construction of mental representation and, consequently, in the emergence and consolidation of linguistic awareness. In order to investigate the relationship between learning alphabetic writing and the linguistic knowledge of speakers, word segmentation test with a methodology similar to that of Morais *et al* (1979) were applied to students of Youth and Adult Education (YAE) with different degrees of contact with writing. For the analyzes of the results, we adopted the assumption of Usage-Based Models, according to which the experiences of speakers have an impact on the construction of linguistic knowledge. The responses of the participants were submitted to a multinomial logistic regression model and the results showed a strong correlation between the level of education – taken as a parameter to measure the degree of contact and mastery of writing – and the response to the task of the test. Based on the results, one can argued in favor of the dynamics of linguistic awareness, and it is possible to admit that, just as speech interferes with learning to write, the construction

of phonological awareness is affected by learning the alphabetic writing system. Thus, a greater mastery of writing favors not only the ability to segment words, but also the consolidation – and robustness – of linguistic awareness.

Keywords: learning process of writing; linguistic awareness; mental representation; experience

INTRODUÇÃO

O português escrito, assim como diversas outras línguas, tem um caráter majoritariamente alfabético. Em outras palavras, em um sistema alfabético de escrita, mesmo que a relação – ou correspondência – entre sons e letras nem sempre se dê de maneira transparente e unívoca, aos sons individuais de cada palavra são atribuídas letras. O indivíduo, sobretudo no início do processo de aprendizagem da escrita, toma como ponto de referência a sua própria fala. Assim, o aprendiz procura escrever, por meio das letras do alfabeto, os sons que ouve de maneira bastante concreta (OLIVEIRA, 2005: 36). Apesar de oralidade e escrita operarem em sistemas distintos e possuírem propriedades que as diferenciam, a necessária relação entre sons e letras em um sistema alfabético de escrita pode favorecer, por exemplo, o desenvolvimento da capacidade para compreender que as palavras são formadas por uma sequência de sons. Assim como a escrita, essa capacidade não é inata e demanda treinamento específico para se desenvolver. Desta forma, é possível supor que o aprendizado da escrita desempenhe um papel importante na emergência e consolidação de determinados aspectos relacionados ao conhecimento linguístico dos falantes.

O foco do presente trabalho é observar em que medida a aprendizagem da escrita impacta o conhecimento linguístico dos falantes e, mais especificamente, analisar as possíveis implicações da escrita para as representações sonoras abstratas. Neste sentido, o que se pretende é averiguar possíveis interações mútuas entre fala e escrita na consolidação das representações sonoras abstratas das palavras e no desenvolvimento de habilidades específicas para manipulação dos sons das palavras. A partir desta investigação, algumas perguntas podem ser

feitas: (a) como a interação entre fala e escrita acontece? (b) indivíduos com diferentes graus de escolarização – e, conseqüentemente, com diferentes graus de contato com a escrita – apresentam diferenças quanto à habilidade de reconhecer o sequenciamento sonoro e manipulação dos sons das palavras? (c) caso alguma diferença seja capturada entre os indivíduos com diferentes graus de escolarização, o que isso pode significar em termos de representação sonora abstrata?

Para responder às questões levantadas anteriormente, foi elaborado um teste de manipulação de sons – neste caso, de subtração – de palavras do português brasileiro (doravante PB) e pseudopalavras¹, com objetivo de analisar o comportamento dos participantes a partir de três variáveis: grau de contato dos participantes com a escrita, relação entre palavras e pseudopalavras e gênero/sexo dos participantes. De acordo com Morais *et al* (1979) e Read *et al* (1986), a habilidade de manipulação dos sons das palavras está diretamente relacionada ao processo de leitura, razão pela qual se espera observar que quanto maior for o grau de contato do participante com a escrita, maior será a facilidade para realizar as tarefas do teste. Quanto à segunda variável, Morais *et al* (1979) observou que tanto falantes alfabetizados tardiamente como falantes não-alfabetizados tiveram dificuldades para manipular sons de pseudopalavras, motivo pelo qual se espera que os participantes do teste, independentemente de sua escolaridade, terão mais dificuldades com as pseudopalavras do teste. Quanta à terceira variável, o objetivo é investigar se há diferença no comportamento de homens e mulheres, bem como o que motivaria uma eventual diferença entre os gêneros/sexos.

Esse trabalho parte da hipótese segundo a qual fala e escrita se implicam mutuamente e que ambas as modalidades estão em constante

1 Pseudopalavras é um termo que se dá à sequência de sons com uma organização do padrão sonoro possível em uma língua, mas que não possui significado nessa mesma língua. Por exemplo, a organização dos fones [ʒ], [a], [l] [a] formando ['ʒa.la] é uma sequência sonora possível no português, assim como em ['ba.la], entretanto somente a segunda possui significado na língua.

interação na construção da representação mental (CRISTÓFARO-SILVA e GUIMARÃES, 2013). Além disso, as análises dos resultados se baseiam nos pressupostos da Fonologia de Exemplares que concebem status representacional à variação sonora e postulam que a experiência tem impacto na forma como os falantes armazenam, organizam e acessam o conhecimento linguístico abstrato (BYBEE, 2001; PIERREHUMBERT, 2003; CRISTÓFARO-SILVA e GOMES, 2020).

Serão apresentados a seguir, na seção 1, os conceitos principais que sustentam a abordagem adotada neste estudo: a relação entre fala e escrita, bem como o modelo teórico – Teoria de Exemplares – que embasa as análises. Na seção 2, será apresentada a metodologia do teste. A seção 3 trata da análise dos dados obtidos e, por fim, serão feitas as considerações finais.

1. Pressupostos Teóricos

Nesta seção, apresentaremos alguns dos estudos e reflexões que levaram à elaboração do teste que foi realizado para o presente trabalho, bem como à formulação das perguntas e hipóteses que nortearam todo o trabalho. Assim, serão apresentados alguns estudos que evidenciam como a experiência com a escrita impacta no conhecimento linguístico dos falantes, sobretudo no que diz respeito à habilidade para segmentar os sons das palavras. Igualmente, será apresentado o modelo teórico que permite melhor relacionar, mais diretamente, a experiência dos falantes com a consolidação das representações linguísticas abstratas.

1.1 A escrita alfabética e a habilidade de segmentar os sons das palavras

Se os falantes de qualquer língua prestam mais atenção ao significado do que à própria estrutura da língua, Morais *et al* (1979: 323) indagam como o conhecimento explícito de que as palavras são formadas por sequências de

sons – o que os autores chamam de “consciência fonológica” – é alcançado? Apesar de não prestarem atenção às características estruturais da fala, tais características não só existem como também necessitam de uma reflexão consciente sobre a língua para serem explicitadas. Para os autores, essa questão se desdobra em uma outra questão: esse conhecimento é alcançado de forma espontânea, como resultado do amadurecimento cognitivo dos falantes, ou requer determinado treinamento?

Em um sistema alfabético, os processos de leitura e escrita pressupõem um conhecimento explícito de que as palavras em uma língua são formadas por uma sequência de sons. Para distinguir pares mínimos no PB, por exemplo, os usuários leitores da língua precisam saber que uma única unidade sonora é responsável pela alteração de significado e, para tanto, precisam saber quantas unidades sonoras compõem as palavras e qual unidade causa a diferença entre as palavras. É certo que qualquer falante de PB sabe que *mala* e *bala* são palavras distintas, mas explicitar que essa diferença se dá em razão de um único segmento sonoro envolve o desenvolvimento de determinadas habilidades.

Diversos estudos documentam a relação entre a habilidade de manipular sons da fala e o aprendizado da escrita. Savin (1972) sustenta que, em sua grande maioria, crianças que não conseguiram se alfabetizar até o fim do processo regular de alfabetização não conseguiam realizar uma brincadeira popularmente conhecida como “língua do P”, em que é feita a introdução da consoante [p] antes de cada sílaba de uma palavra que se pretende falar. Como a finalidade deste jogo é o acréscimo de sons no momento da fala, Savin (1972) observou que essa brincadeira infantil necessitava de habilidades linguísticas que poderiam estar relacionadas diretamente à aprendizagem da leitura. Sendo assim, aqueles que tinham dificuldade na aprendizagem de leitura, teriam, também, dificuldades para aprender a brincadeira. Savin chega à conclusão de que há uma relação entre habilidades linguísticas e aprendizagem de leitura.

Decerto que a consciência de determinadas características estruturais da língua não depende ou está relacionada com o aprendizado da escrita.

Alguns estudos apontam, inclusive, que crianças são capazes de manipular determinadas classes de sons, o que, segundo Morais *et al* (1979) não implicaria necessariamente em uma consciência de que as palavras são formadas por sequência de sons. De qualquer forma, estudos revelam que crianças entre 5 e 6 anos têm um grande avanço em tarefas de segmentação de palavras. Se esse avanço for resultado de um amadurecimento cognitivo, adultos que não foram alfabetizados devem ser tão habilidosos – ou mais – do que crianças de 6 anos de idade em tarefas da mesma natureza. Caso essa correlação não se verifique, é possível que este avanço das crianças em tarefas de segmentação de palavras pode não estar relacionado ao desenvolvimento cognitivo, mas sim à fase em que as crianças começam a se alfabetizar.

A fim de investigar a relação entre o desenvolvimento da habilidade de segmentar sons das palavras com o desenvolvimento cognitivo ou com a aprendizagem da escrita, Morais *et al* (1979) realizaram testes de adição e subtração de segmentos sonoros com falantes do português europeu. Esses falantes foram divididos em dois grupos: um grupo contava com falantes não-alfabetizados e o outro grupo, com falantes que se alfabetizaram tardiamente. Para confirmar a relação entre o desenvolvimento da habilidade de segmentação de palavras com o desenvolvimento cognitivo, os dois grupos de falantes deveriam apresentar os mesmos resultados, ou seja, falantes dos dois grupos deveriam se comportar de maneira muito similar. Os testes contaram ainda com palavras e pseudopalavras. Os resultados mostraram que ambos os grupos se saíram melhor com a manipulação de sons em palavras existentes na língua. Entretanto, os autores observaram que os falantes que foram alfabetizados, ainda que tardiamente, tiveram resultados muito superiores àqueles de falantes que não haviam sido alfabetizados. Esses resultados, por sua vez, poderiam indicar que a aprendizagem da escrita seria um fator fundamental para a consciência de que as palavras são formadas por sequências de sons.

Read *et al* (1986) investigaram a possibilidade de os mesmos resultados encontrados por Morais *et al* (1979) serem também observados em falantes de

línguas que não utilizavam um sistema alfabético no processo de alfabetização, como, por exemplo, falantes de língua cujo sistema da escrita é ideográfico. De acordo com Morais *et al* (op. cit.), a habilidade de segmentação está fortemente relacionada com o desempenho de leitura e escrita alfabética. Assim, Read *et al* (op. cit.) se perguntaram se a aprendizagem da escrita alfabética afetaria o desempenho linguístico dos falantes em tarefas de segmentação de palavras, a ponto de falantes que nunca foram expostos a este tipo de escrita teriam mais dificuldade para realizar tarefas da mesma natureza. Na busca da resposta, Read *et al* (1986) adaptaram os testes de Morais *et al* (1979) e os aplicaram em adultos chineses. Os autores trabalharam com dois grupos de falantes adultos chineses: um grupo de falantes que foram alfabetizados somente em caracteres chineses, ou seja, ideogramas; outro grupo de falantes que haviam sido iniciados em uma espécie de escrita ortográfica, o *hanyu pinyin*². O objetivo dos autores era investigar como funcionava a habilidade (ou a ausência desta) de acréscimo ou retirada de consoantes individuais nas chamadas “palavras chinesas faladas”.

Assim como Morais *et al* (1979), os autores partiram do pressuposto que aprender a ler e escrever em um sistema de escrita alfabético depende do desenvolvimento da habilidade que consiste em conseguir conceber palavras faladas como uma sequência de sons, além da capacidade de identificar e localizar nestes segmentos, palavras e sílabas. Além disso, os autores postularam que a habilidade de segmentação sonora é crucial para a capacidade de uma leitura alfabética: apoiados em estudos anteriores (Liberman, 1971; Gleitman e Rozin, 1977; e Rozin e Gleitman, 1977), Read *et al* (1986) argumentaram que “a barreira básica para iniciar progresso [na leitura] é na realização da segmentação da fala.” (p. 32). Desta forma, o

2 O ‘pinyin’ ou ‘hanyu pinyin’, é o método de transliteração mais utilizado atualmente para o mandarim padrão. A palavra *hànyǔ* significa “língua han” (isto é, ‘chinês’ ou ‘mandarim’), e *pīnyīn* significa “fonética” (literalmente “som soletrado”). O sistema é utilizado apenas para o mandarim padrão. O sistema é usado na China continental, em Hong Kong, Macau, partes de Taiwan, Malásia e Singapura, para o ensino do mandarim.

desenvolvimento da habilidade de segmentação é preditora significativa no processo de obtenção de sucesso no desenvolvimento da aprendizagem da leitura, bem como que dificuldades de leitura podem levar a dificuldades na habilidade de segmentação de sons das palavras.

Os resultados encontrados por Read *et al* (1986) são semelhantes aos resultados observados em Morais *et al* (1979) no que diz respeito à diferença entre falantes expostos à escrita alfabética e falantes que nunca foram expostos ao mesmo sistema de escrita. Sendo assim, adultos chineses letrados somente em caracteres chineses – assim como os falantes de português não alfabetizados – não conseguiram adicionar ou deletar consoantes individuais nas “palavras chinesas faladas”. Por outro lado, falantes que tiveram algum contato com a escrita alfabética – assim como os falantes de português alfabetizados – tiveram melhor desempenho nas tarefas de segmentar sons das palavras do que falantes que tiveram exposição apenas à escrita ideográfica.

De uma maneira geral, os resultados de Morais *et al* (1979) e Read *et al* (1986) apontam para o fato de que aprender – e dominar – o código da escrita alfabética parece impactar o conhecimento linguístico do falante, uma vez que aqueles falantes que não dominam o código desse sistema de escrita parecem não ter consciência de que as palavras são constituídas por sequência de sons. Em outras palavras, por guardar uma relação mais direta entre a representação gráfica e os sons da língua, o sistema de escrita alfabético favorece o reconhecimento da palavra como uma sequência de sons.

1.2 O impacto da experiência com a escrita para as representações abstratas

Cristófaros-Silva e Guimarães (2013), a partir dos resultados obtidos por Greco (2009) para dados de fala e de escrita de crianças de Belo Horizonte (MG), sugerem que fala e escrita se implicam mutuamente, estando as duas modalidades em constante interação na construção da representação mental e, conseqüentemente, na emergência e consolidação da consciência linguística.

Para tanto, as autoras lançam mão dos pressupostos dos Modelos Baseados no Uso, os quais postulam que a representação mental do componente fonológico inclui a variabilidade, conferindo, assim, status representacional à variação.

Os Modelos Baseados no Uso (doravante MBU) entendem a linguagem inserida em um plano cognitivo de domínio geral, isto é, o conhecimento linguístico não é algo específico, inato e previsto em uma Gramática Universal (a priori, portanto). Para os MBU, a aquisição de uma língua se dá por meio de processos cognitivos de domínio geral, os quais estão presentes em outras atividades da cognição humana (BYBEE, 2016). O conhecimento linguístico é construído a partir das experiências dos falantes com a língua, ou seja, o uso possui papel fundamental na organização e modelagem do conhecimento linguístico do falante, sendo todas as ocorrências concretas de uso percebidas e armazenadas no léxico.

Assim, as abstrações gramaticais refletem generalizações de padrões diversos que são articulados em redes interconectadas (BYBEE, 2001; PIERREHUMBERT, 2003). Nesse sentido, a aquisição de uma língua é vista como um percurso contínuo, variável, e envolve interação entre diferentes conhecimentos – dentre eles o conhecimento social – e que é impulsionado pela experiência linguística. Nestes termos, a experiência também afeta a consciência linguística em seus diversos níveis, inclusive o fonológico. Ainda segundo os MBU, a representação mental do componente fonológico inclui a variabilidade, tanto relacionada aos aspectos linguísticos quanto sociais (FOULKES e DOCHERTY, 2006). Assim, para os MBU, a variação tem status representacional e o uso tem papel fundamental na modelagem do conhecimento linguístico. A representação abstrata da palavra inclui o detalhe fonético e os efeitos de frequência contribuem com a organização do componente fonológico. Isso implica dizer que a representação sonora das palavras não contém apenas informação distintiva, mas sim informações de diferentes naturezas, sejam elas linguísticas ou sociais (CRISTÓFARO SILVA e GOMES, 2020).

Como os MBU sustentam que a experiência impacta o conhecimento linguístico do falante e que este conhecimento codifica informações

de diferentes naturezas, é certo que os exemplares também contêm informações a respeito da forma gráfica de cada item no léxico. Sobre os impactos do aprendizado da escrita, Cristófaró Silva e Guimarães (2013: 320) argumentam que

[a] aprendizagem formal da língua escrita tem impactos diversos na vida da criança, na forma como ela percebe o mundo e interage com os outros. (...) a escrita tem um impacto na relação que a criança estabelece com a língua, colocando-se como um componente importante na representação mental e na configuração da consciência linguística.

Sobre o contato das crianças com a escrita, Soares (2010) sustenta que esse contato não se dá de maneira brusca, uma vez que as crianças convivem desde cedo com práticas de escrita: “[a criança] vê pessoas lendo ou escrevendo, folheia gibis, revistas, livros, identifica a escrita nas ruas, no comércio” (p. 17). Porém, é certo também que o tipo de contato varia em função do contexto social em que a criança esteja inserida. Em outras palavras, se a experiência impacta o conhecimento linguístico dos indivíduos e se essas experiências – aqui tomadas em relação à aprendizagem da escrita – ocorrem de formas diferentes, certamente, isso terá diferentes consequências para a organização deste mesmo conhecimento.

Bybee (2001: 317) argumenta que, por meio de palavras específicas, as crianças aprendem determinadas propriedades articulatórias de fala. Com o passar do tempo, as crianças passam a aplicar determinado padrão fonológico aprendido em outros itens lexicais. De acordo com os pressupostos dos MBU, os sons não são unidades abstratas e aplicáveis a outros contextos, mas são compreendidos como ações motoras coordenadas, as quais têm correlatos acústicos e articulatórios e possuem representação cognitiva na gramática. É a multiplicidade de informações que permite ao indivíduo gerenciar a variabilidade e criar a sua própria gramática. No processo de desenvolvimento dos mecanismos cognitivos que possibilitam a emergência de padrões fonológicos, as crianças apresentam produções intermediárias as quais estão relacionadas a manifestações

gradientes em direção a um determinado alvo. Assim, “[a]o mesmo tempo em que aprende a produzir palavras, a criança desenvolve também uma representação mental, na qual armazena categorias específicas que são os padrões fonológicos” (CRISTÓFARO-SILVA, GUIMARÃES, 2013: 318).

2. Metodologia

Nesta seção, será apresentada a metodologia de levantamento e tratamento dos dados obtidos a partir do teste de subtração de sons de palavras do PB e de pseudopalavras. Conforme já mencionado anteriormente, esse trabalho pretende investigar se indivíduos com diferentes graus de contato com a escrita apresentarão desempenhos diferentes no teste aplicado. As possíveis diferenças quanto ao desempenho no teste podem apontar para uma interação mútua entre fala e escrita na construção da representação sonora e, conseqüentemente, na emergência e consolidação da consciência fonológica.

2.1 Design do teste

À semelhança do que foi realizado por Morais *et al* (1979), o teste consistiu em uma tarefa de subtração do primeiro som de itens aos quais os participantes eram expostos. Os itens que faziam parte da tarefa são de duas naturezas: a) itens que são palavras no PB; b) itens que, apesar de terem uma estrutura sonora possível na língua, não são palavras no PB (pseudopalavras). Todas as listas contam com itens dissílabos e paroxítonos. Em cada lista, há itens cujo *onset* da primeira sílaba é simples (tipo CV) e outras em que o *onset* da primeira sílaba é complexo (tipo CCV). Como estudos de aquisição de língua – tanto oral quanto escrita – apontam para o fato de o padrão CCV ser adquirido mais tardiamente devido à sua maior complexidade, pretende-se verificar se tal complexidade interfere nos resultados.

Partindo do pressuposto de que o contato com a escrita impacta o conhecimento linguístico abstrato dos falantes, esperava-se, então, encontrar

resultados diferentes a partir dos diferentes graus de apropriação da escrita por parte dos participantes do teste. Como esses participantes, conforme será explicitado adiante, são educandos/as de um curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA), o grau de apropriação da escrita foi medido em função do nível de escolaridade dos participantes. Esperava-se também encontrar diferenças nos resultados entre as palavras e pseudopalavras, uma vez que os participantes não têm experiência com as pseudopalavras. Além disso, por não possuírem significado na língua, Read *et al* (1979) argumentam que as pessoas prestam atenção ao significado, não às características estruturais da fala. Sendo assim, seria mais fácil para os participantes retirarem o primeiro fone das palavras do que das pseudopalavras, já que os falantes têm, por meio da experiência, a estrutura sonora e o significado das palavras armazenados em sua memória.

Para o teste, foram gravadas quatro listas de itens: a primeira lista de palavras conta com palavras do PB que, ao se retirar o primeiro som, se tornam novas palavras; já na segunda lista, a retirada do primeiro som de palavras do PB tem como resultado pseudopalavras; a terceira lista é formada por pseudopalavras que, ao se retirar o primeiro som, se tornam novas pseudopalavras; já a quarta lista é composta por pseudopalavras que, na retirada do primeiro som, se tornam palavras do PB. Cada lista continha 08 itens (palavras do PB ou pseudopalavras), sendo 05 itens com *onset* simples nas duas sílabas (CV.CV) e 03 itens com *onset* complexo na primeira sílaba (CCV.CV), totalizando 32 itens (20 de padrão silábico simples e 12 de padrão silábico complexo). O quadro a seguir traz os itens que integraram as quatro listas:

QUADRO 01. Lista de itens para o teste de subtração de sons

palavras > palavras	palavras > pseudopalavras	pseudopalavras > palavras	pseudopalavras > pseudopalavras
[‘balɐ]	[‘bolɔ]	[‘bãno]	[‘lagɐ]
[‘batɐ]	[‘dosi]	[‘dazɐ]	[‘likɐ]
[‘bɛlɔ]	[‘medɔ]	[‘darɔ]	[‘mulɐ]
[‘kãmɐ]	[‘hudʒɪ]	[‘nuvɐ]	[‘pavɐ]
[‘kãno]	[‘fogɔ]	[‘vekɔ]	[‘pibɔ]
[‘klime]	[‘klarɔ]	[‘klutɐ]	[‘kliŋʃi]
[‘globɔ]	[‘kloni]	[‘glatɐ]	[‘dlipe]
[‘plutɔ]	[‘flɔɐ]	[‘glupe]	[‘flɛbɔ]

Os estímulos foram apresentados utilizando o software TP (Teste/Treinamento de Percepção) – versão 3.1, sempre na mesma ordem. As listas de palavras foram apresentadas aos participantes do teste em um laptop, por meio de um fone de ouvido. Antes de iniciarem o teste, houve uma fase de “pré-teste”, momento em que os participantes têm o comando do teste explicitado e eram treinados para executarem a tarefa proposta:

Você vai ouvir algumas palavras que existem e outras que não existem. Depois que você ouvir cada palavra, deverá retirar o primeiro som de cada uma dessas palavras e falar o resultado dessa operação.

A fase do pré-teste foi de extrema importância, uma vez que era fundamental que os participantes não tivessem dúvidas quanto à realização da tarefa e, conseqüentemente, houvesse interferência nos resultados. As respostas dos participantes foram capturadas por meio de um gravador digital. Todos os itens que compõem o teste foram gravados por uma mulher com nível universitário e idade entre 25-30 anos.

2.2 Participantes dos testes

Os participantes do teste são estudantes do curso de Educação de Jovens e Adultos (doravante EJA) de uma escola da rede pública federal, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente no bairro de Manguinhos. A modalidade de EJA destina-se, sobretudo, a atender jovens e adultos trabalhadores que, por diferentes motivos, não conseguiram concluir a educação básica no período entendido como regular. Em sua maioria, esses jovens e adultos trabalhadores pertencem a classes sociais mais baixas e sofrem, historicamente, com a não garantia plena de seus direitos sociais.

Participaram do teste 18 estudantes que se encontravam em diferentes segmentos da educação básica, sendo todos moradores do entorno da escola (Manguinhos e Maré). Os participantes foram divididos em três grupos: a) grupo do Ensino Fundamental Séries Iniciais, com estudantes em processo de alfabetização; b) grupo do Ensino Fundamental Séries Finais, com estudantes já alfabetizados, mas que não concluíram o segundo ciclo do Ensino Fundamental; c) grupo do Ensino Médio, com estudantes que já concluíram o Ensino Fundamental. Compõem o grupo 09 indivíduos do sexo masculino e 09 indivíduos do sexo feminino, com idades entre 19 e 70 anos à época da aplicação dos testes. No Quadro 02, é possível observar o perfil dos participantes do teste:

QUADRO 02. Participantes do teste de subtração de sons

Participante	Sexo	Idade	Segmento/escolaridade
MEM1	Feminino	50	Ensino Médio
MFF1	Feminino	54	Fundamental Final
MFF2	Feminino	64	Fundamental Final
MFF3	Feminino	45	Fundamental Final
MF11	Feminino	49	Fundamental Inicial
HFI1	Masculino	42	Fundamental Inicial
HFI2	Masculino	70	Fundamental Inicial
MFI2	Feminino	32	Fundamental Inicial
MFI3	Feminino	38	Fundamental Inicial

MEM2	Feminino	58	Ensino Médio
HFI3	Masculino	52	Fundamental Inicial
MEM3	Feminino	45	Ensino Médio
HEM1	Masculino	23	Ensino Médio
HEM2	Masculino	19	Ensino Médio
HEM3	Masculino	23	Ensino Médio
HFF1	Masculino	20	Fundamental Final
HFF2	Masculino	49	Fundamental Final
HFF3	Masculino	48	Fundamental Final

Os testes foram realizados na própria escola em que os participantes estudavam, no período de realização das aulas, em sala separada e com pouco ruído externo.

2.3 Variável dependente

Para computar os resultados, a variável dependente selecionada foi a resposta do participante à tarefa de subtração do primeiro som de cada itens ao qual era exposto:

0 – Não soube responder 1 – Resposta incorreta 2 – Resposta correta

Uma escala de valores foi atribuída às respostas de cada participante dos testes: o valor 0 (zero) foi atribuído sempre que o participante não conseguia oferecer qualquer resposta ou quando a resposta não se relacionava com a tarefa (por exemplo: participante adicionou uma sílaba ou alterou consideravelmente a estrutura do item ao qual foi exposto); o valor 01 foi atribuído sempre que a resposta oferecida pelo participante não era aquela esperada, mas, de alguma forma se relacionava com a tarefa (por exemplo: o participante subtraía a primeira sílaba do item ao qual foi exposto); o valor 02 foi atribuído sempre que o participante oferecia a resposta esperada. Nesse sentido, a pontuação atribuída às respostas dos participantes pretende refletir o grau de acuracidade das respostas: quanto maior a pontuação alcançada

pelo participante (soma das pontuações de cada participante, levando-se em consideração todas as respostas ao teste), maior seria o nível de acuracidade das respostas oferecidas pelos participantes.

2.4 Variáveis independentes

A) grau de escolaridade: como os grupos de participantes foram divididos em função do grau de escolaridade, a própria escolaridade foi uma das variáveis explicativas utilizadas para a análise, sendo os fatores:

- 1 – Ensino Fundamental Séries Iniciais
- 2 – Ensino Fundamental Séries Finais
- 3 – Ensino Médio

A hipótese é que quanto maior for o contato do participante com os processos de escrita – e, portanto, quanto maior for o grau de escolaridade do participante – maior será o grau de acuracidade das respostas ao teste. Por outro lado, quanto mais incipiente for o contato do participante com os processos de escrita, menor será a acuracidade das respostas ao teste.

B) relação entre palavras e pseudopalavras: como as listas contam com palavras do PB e pseudopalavras, espera-se que os resultados para esses dois grupos de itens fossem distintos. Isto porque, conforme observado por Morais *et al* (1979), houve uma dificuldade maior de manipulação dos sons quando uma pseudopalavra era apresentada aos participantes dos testes que eles aplicaram, independentemente do grau de alfabetização desses participantes. Assim, esperava-se que os participantes mais escolarizados – e, portanto, com maior contato com a escrita – tivessem um desempenho melhor com as palavras do PB, mas que tantos os mais escolarizados quanto os menos escolarizados tivessem dificuldades em realizar a tarefa do teste com as pseudopalavras.

C) como os grupos de participantes foram divididos em função, também, do gênero/sexo, o próprio gênero/sexo foi uma das variáveis

explicativas utilizadas para a análise, sendo os fatores:

1 – Homens

2 – Mulheres

A hipótese é que poderia haver diferença na acuracidade das respostas entre os gêneros/sexos, em razão dos papéis desempenhados socialmente por homens e mulheres em nossa sociedade. Segundo Salata (2019: 107), “mulheres apresentam menor tendência à evasão [escolar]”, o que pode apontar, por exemplo, para um maior grau de contato das mulheres com a escrita.

2.5 Programa estatístico

Os dados foram tabulados por meio do programa MS-Excel (pacote Office, Microsoft), a fim de que fosse possível fazer a análise exploratória dos dados levantados a partir dos testes. A significância estatística da variável explicativa foi verificada através do teste de qui-quadrado e confirmados por meio de uma análise multinomial no Programa R.

3. RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados os resultados dos testes de subtração de som aplicado junto estudantes de um curso de EJA. Conforme descrito na metodologia deste trabalho, foi elaborado um teste em que a tarefa dos participantes era subtrair o primeiro som dos itens que lhes eram apresentados. Ainda de acordo com o que foi descrito anteriormente, os itens – palavras e pseudopalavras – foram organizados em quatro listas. Após ouvirem cada item, os participantes

deveriam repetir o estímulo sem o primeiro som do item que acabaram de ouvir. À cada resposta dos participantes, foi atribuída uma pontuação: se a resposta era a esperada, atribuiu-se o *valor 2*; se a resposta foi errada (supressão de uma sílaba ou troca de sons, por exemplo), atribuiu-se o *valor 1*; se o participante declarou não ter conseguido formular uma resposta, atribuiu-se o *valor 0*. Assim, quanto maior fosse a pontuação do participante, maior seria o grau de acuracidade da resposta. Consequentemente, a maior acuracidade revelaria maior compreensão da tarefa, o que, por sua vez, estaria relacionada a uma maior interferência (ou relação) da prática escrita no conhecimento linguístico do participante. A fim de verificar se havia associação entre as variáveis testadas, foram realizados testes de qui-quadrado: um p-valor abaixo de 0,050 indica que há associação entre as variáveis testadas, razão pela qual os resultados obtidos são considerados como tendo significância estatística e, por isso, relevantes no entendimento do impacto da escrita alfabética na consciência fonológica dos falantes. Os resultados dos testes de qui-quadrado foram comparados a um modelo de regressão logística multinominal, a fim de confirmar a correlação entre a variável dependente e as variáveis independentes.

Morais *et al* (1979) e Read *et al* (1986) mostraram, após a aplicação de testes semelhantes ao apresentado neste trabalho, que indivíduos que tiveram contato – mesmo que tardiamente ou de maneira fragmentada – com a escrita alfabética tiveram muito mais facilidade na hora de executar tarefas de subtração e adição de sons em palavras. Os resultados desses trabalhos sugerem que o contato com a escrita alfabética tem impacto na consciência fonológica dos falantes, uma vez que a maior facilidade para realização dos testes revelaria a compreensão de que as palavras são formadas por uma sequência de sons. Conforme explicitado anteriormente, o objetivo da realização do teste apresentado neste trabalho era observar se o grau de contato com a escrita alfabética afetava a execução da tarefa proposta, qual seja: subtrair o primeiro som de itens – palavras e pseudopalavras – apresentados aos participantes. A Tabela 01 contém os resultados para o grau de acuracidade das respostas, a partir do grau de escolaridade dos participantes:

TABELA 01 – Resultados: GRAU DE ACURACIDADE do teste de subtração de sons

Fundamental Inicial	185
Fundamental Final	264
Ensino Médio	294
TOTAL	743

O resultado demonstra que os participantes que estavam cursando o Ensino Médio obtiveram o melhor desempenho (294), seguidos pelos participantes do Ensino Fundamental Final (264) e, por fim, pelos participantes do Ensino Fundamental Inicial (185). Esse resultado parece confirmar a hipótese inicial deste trabalho, segundo a qual a aprendizagem da escrita tem impacto para a emergência e consolidação da consciência de que as palavras são formadas por sequências de sons. Isso porque os participantes do Ensino Fundamental Inicial, que obtiveram a pontuação mais baixa, têm menor domínio dos processos de escrita, uma vez que estão ainda concluindo a sua alfabetização. É possível supor, também, que por terem se alfabetizado tardiamente e por ainda estarem em processo de aprendizagem da escrita, a relação entre a escrita e fala não esteja ainda consolidada de maneira a fazer com que esses participantes tenham mais dificuldades para reconhecer que as palavras são constituídas por uma cadeia de sons. Por outro lado, os participantes do Ensino Médio, que obtiveram a pontuação mais elevada, têm maior contato com a escrita alfabética e, conseqüentemente, aparentam ter, de maneira mais clara, a consciência de que as palavras são formadas por sequências de sons. O p-valor para a variável ‘grau de escolaridade’ (intervalo entre as pontuações de cada segmento) foi de $2.759e-06^3$, revelando que a diferença de pontuação entre os grupos é significativa.

3 o número que aparece após o “e-” indica a quantidade de zeros depois da vírgula. Um p-valor de $2.759e-06$ equivale a 0.0000002759. Quanto maior for o número que aparece depois de “e-”, menor será o p-valor.

É importante observar também que os resultados mostram uma diferença menor entre os participantes do Ensino Médio e do Ensino Fundamental Séries Finais, enquanto a diferença entre estes e os participantes do Ensino Fundamental Séries Iniciais é maior. Uma possível explicação para essa diferença pode estar na própria constituição dos grupos: geralmente, os estudantes do Ensino Fundamental Séries Finais que retornam à escola já foram alfabetizados em um determinado momento de suas vidas e, assim, têm maior tempo de contato com a escrita. Esta situação muito se assemelha com os estudantes do Ensino Médio, mas é bem diversa daquela em que se encontram os estudantes do Ensino Fundamental Séries Iniciais: estes, geralmente, chegam à escola em fase bem inicial da alfabetização ou sem ainda terem sido alfabetizados. Assim, a realidade dos estudantes do Ensino Fundamental Séries Finais – no que se refere ao contato com a escrita – está mais próximo da realidade do Ensino Médio do que daquela do Ensino Fundamental Séries Iniciais. Essa realidade parece corroborar a hipótese segundo a qual quanto maior o contato com a escrita, maior é a consciência fonológica do aprendiz.

A Tabela 02 traz os resultados para a diferença de desempenho dos participantes em relação às quatro listas de itens (itens que são palavras do PB e itens que eram pseudopalavras elaboradas para o teste):

TABELA 021 – Resultados: grau de ACURACIDADE para LISTA de itens

Lista 01 (palavra PB > palavra PB)	186
Lista 02 (palavra PB > pseudopalavra)	187
Lista 03 (pseudopalavra > pseudopalavra)	183
Lista 04 (pseudopalavra > palavra PB)	187
TOTAL	743

Em relação ao comparativo entre as listas compostas por palavras e pseudopalavras, não houve diferença significativa quanto aos resultados (p-valor: 0.9964). A Tabela 03 traz os resultados para as listas de itens por grau de escolaridade dos participantes:

TABELA 03 – Resultados: grau de ACURACIDADE para as LISTAS de itens por ESCOLARIDADE

	Lista 01	Lista 02	Lista 03	Lista 04	TOTAL
Fundamental Inicial	43	44	47	51	185
Fundamental Final	69	69	63	63	264
Ensino Médio	74	74	73	73	294
TOTAL	186	187	183	187	743

Quando observadas a partir do grau de escolaridade dos participantes, percebe-se um efeito – ainda que pequeno – das listas de itens (p-valor: 0.004883). Provavelmente, esse efeito se deve às diferenças de desempenho observadas entre os participantes do Fundamental Inicial e do Fundamental Final: para esses dois grupos, há uma pequena diferença entre as listas de palavras (01 e 02) e as listas de pseudopalavras (03 e 04). Em relação aos participantes do Ensino Médio, essa diferença praticamente não existe.

Por fim, buscou-se uma composição dos grupos de participantes com a mesma quantidade de homens e mulheres, a fim de observar se havia diferença de desempenho entre esses dois grupos. A Tabela 04 traz os resultados para o grau de acuracidade das respostas a partir do sexo e grau de escolaridade dos participantes:

TABELA 04 – Resultados: SEXO e GRAU DE ESCOLARIDADE dos participantes

	homens	mulheres
Fundamental Inicial	84	101
Fundamental Final	112	152
Ensino Médio	166	128
TOTAL	362	381

Apesar de, no geral, as mulheres terem alcançado uma performance melhor do que os homens (381 e 362, respectivamente), o p-valor para essa

diferença foi de apenas 0.4858, ou seja, a diferença entre o desempenho de homens e mulheres não nos permite dizer que essa diferença seja significativa. No entanto, quando a variável sexo é observada conjuntamente com o grau de escolaridade, essa diferença se torna bastante significativa (p-valor: 2.311e-07).

Os resultados para três variáveis explicativas parecem revelar o forte efeito do grau de escolaridade dos participantes, uma vez que esta foi a única variável que, por si só, mostrou-se significativa para o desempenho dos participantes. As outras duas variáveis – lista de itens e sexo dos participantes – só se mostraram significativa quando tomadas em conjunto com o grau de escolaridade, o que reforça ainda mais a importância desta variável.

A fim de comprovar a significância das variáveis para o desempenho dos participantes, as respostas obtidas foram submetidas a um modelo de regressão logística, que pode ser usado para prever as escolhas dos falantes entre diferentes variantes. Esse tipo de regressão logística é usado quando a variável dependente é nominal com mais de dois níveis (LEVSHINA, 2015: 277). Assim como na regressão linear multivariada, a regressão multinomial é uma análise preditiva e é utilizada para explicar a relação entre uma variável dependente nominal e uma ou mais variáveis independentes. Como a variável dependente (resposta dos participantes) tem mais de duas categorias (erro, acerto parcial e acerto total) e como há três variáveis independentes (grau de escolaridade dos participantes, sexo dos participantes e lista de itens), o modelo de regressão logística apropriado para a análise é o multinomial. A Tabela 05 traz os resultados para a rodada de regressão multinomial aplicada aos dados obtidos:

TABELA 05 – Estimativas, erro padrão e valores de significância para o modelo de regressão multinomial: RESPOSTA dos participantes

	Estimativa	Erro Padrão	Valor-z	Significância (p)
(Intercept):acerto.total	-0.285391	0.243976	-1.1698	0.2421014
(Intercept):erro	-19.994064	1938.588103	-0.0103	0.9917710

escolaridade fund. inicial:acerto.total	-1.912997	0.317012	-6.0345	1.595e-09 ***
escolaridade fund. inicial:erro	17.937968	1938.588070	0.0093	0.9926172
escolaridademedio:acerto.total	0.774519	0.210395	3.6813	0.0002321 ***
escolaridademedio:erro	16.919616	1938.588124	0.0087	0.9930363
sexomascu1ino:acerto.total	-0.207517	0.196324	-1.0570	0.2905055
sexomascu1ino:erro	0.609273	0.441430	1.3802	0.1675170
listaquatro:acerto.total	-0.133105	0.275737	-0.4827	0.6292915
listaquatro:erro	-0.547591	0.603336	-0.9076	0.3640869
listatres:acerto.total	-0.378615	0.279089	-1.3566	0.1749046
listatres:erro	-1.129958	0.704495	-1.6039	0.1087303
listaum:acerto.total	0.006756	0.275160	0.0246	0.9804115
listaum:erro	0.137976	0.525840	0.2624	0.7930191

R²: 0.1616

Likelihood ratio test: chisq = 148.37 (p.value = < 2.22e-16)

Modelo: mlogit(formula = acurácia ~ 1 | escolaridade + sexo + lista, data = dados1, relevel = 2, method = "nr")

O valor de *Intercept* corresponde aos fatores: fundamental final, erro parcial; feminino, erro parcial; lista dois, erro parcial

.p > 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Os resultados para a regressão logística multinominal reforçam as análises anteriores para as variáveis independentes: somente a variável grau de escolaridade mostrou ser significativa para o modelo. Em outras palavras, apenas o grau de escolaridade correlaciona-se com o grau de acuracidade dos participantes.

Assim como na regressão logística binária, os coeficientes são razões de chances logarítmicas. Desta forma, os coeficientes positivos da

coluna “Estimativa” indicam aumento de chance de um evento acontecer em determinada condição, ao passo que os coeficientes negativos na mesma coluna indicam um decréscimo de chances de o mesmo evento acontece sob determinada condição (LEVSHINA, 2015: 280-281). Transformando o logaritmo para obter a razão de chances simples correspondente, temos que as chances de “acerto total” aumentam pelo fato de $1 / 0.147637 \approx 6.773356$ a cada grau de escolaridade: Ensino Fundamental Inicial > Ensino Fundamental Final > Ensino Médio. O baixo valor de p-valor ($< 2.22e-16$) sugere que esse efeito é significativo.

Por fim, uma outra questão a ser levantada, além das variáveis explicativas, diz respeito aos itens das listas que possuem *onset* complexo. Como o número de itens com padrão CCV na primeira sílaba é diferente do número de itens com padrão silábico CV, não foi possível fazer uma análise comparativa do grau de acurácia dos participantes para os dois tipos de padrão silábico. Contudo, durante a aplicação dos testes, era flagrante a dificuldade dos participantes em realizar a tarefa proposta quando a primeira sílaba do item era constituída por um *onset* complexo (CCV). Por esse motivo, o desempenho dos participantes com esses itens foi observado isoladamente, sem levar em consideração a pontuação alcançada, mas sim o total de acertos, erros e das ocasiões em que o participante não realizava a tarefa. A Tabela 06 mostra os resultados para os itens cujo padrão da primeira sílaba era CCV:

TABELA 06 – Resultados: Testes com Padrão CCV

	acertos	erros	não realizou
Fundamental Inicial	08	58	06
Fundamental Final	08	64	00
Ensino Médio	10	59	03
TOTAL	26	181	09

Conforme se depreende dos resultados da Tabela 06, de uma maneira geral, os participantes, independentemente do grau de escolaridade, tiveram grande dificuldade com os itens cujo padrão da primeira sílaba era CCV. Esses resultados apontam na direção do que é algo amplamente documentado na literatura: quanto maior a complexidade da sílaba, maior será o processo para a totalidade de aquisição da mesma (CRISTÓFARO SILVA e GUIMARÃES, 2013: 317). Assim, pode ser que este padrão CCV exija maior apropriação da escrita do que aquele observado para os participantes do teste – todos estudantes de EJA. Em outras palavras, pode ser que a habilidade para a segmentação de sílabas com esse padrão exija maior grau de consciência linguística – sobretudo fonológica – ou, pelo menos, o reconhecimento de outras unidades gramaticais fundamentais para a consciência fonológica.

Considerações Finais

Este trabalho analisou a relação entre conhecimento linguístico e escrita, buscando revelar, sobretudo, as implicações da aprendizagem da escrita sobre o conhecimento linguístico – no nível sonoro – dos falantes. Assim, partindo de estudos anteriores que se debruçaram sobre essa relação (Morais *et al*, 1979; Read *et al*, 1986), foi aplicado um teste de subtração de sons com falantes adultos de um curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A tarefa do teste consistia na retirada do primeiro som de determinados itens que eram apresentados aos participantes. Por sua vez, os participantes dos testes foram divididos em três grupos a partir do nível de escolaridade

em que se encontravam, uma vez que se esperava que os diferentes níveis de escolaridade espelhariam o grau de contato/domínio dos participantes com a escrita: quanto maior fosse a escolaridade dos participantes, esperava-se que a tarefa do teste fosse realizada com mais facilidade. Isto porque entende-se que fala e escrita estão em constante interação na construção da representação mental e, conseqüentemente, na emergência e consolidação da consciência fonológica. Desta forma, o conhecimento linguístico dos falantes sofreria interferência da aprendizagem do sistema de escrita alfabético, sendo possível, assim, perceber que a não-aprendizagem da escrita, no período de aquisição ou não, interfere diretamente na consciência fonológica dos falantes. Para analisar se indivíduos de diferentes graus de contato com a escrita apresentariam desempenhos diferentes nos testes de subtração que seriam aplicados, foram elaboradas quatro listas de 8 itens, sendo todos dissílabos e paroxítonos: duas listas continham apenas palavras existentes no PB e, as outras duas listas continham apenas pseudopalavras.

Os resultados mostraram que os participantes que estavam cursando o Ensino Médio obtiveram o melhor desempenho nos testes, tendo em vista que esses participantes foram os que alcançaram o maior índice de acuracidade, isto é, foram os que ofereceram o maior número de respostas consideradas corretas. Após o grupo de participantes do Ensino Médio, os participantes do Ensino Fundamental Final foram os que alcançaram os melhores resultados, seguidos, por fim, pelos participantes do Ensino Fundamental Inicial. Os resultados corroboram a hipótese inicial do trabalho, segundo a qual quanto maior for o contato/domínio das práticas e códigos da escrita alfabética, maior será a compreensão de que as palavras são formadas por uma sequência de sons. Essa compreensão, conseqüentemente, permite que os participantes do teste realizem a tarefa proposta com maior acuracidade, uma vez que, se eles entendem, por exemplo, que uma palavra como *bala* é composta por quatro sons, mais facilmente conseguirão subtrair o primeiro som desta palavra. Essa hipótese, por sua vez, se ancora no entendimento de que a aprendizagem da escrita tem impacto para a emergência e consolidação da consciência

fonológica, tendo em vista que, no sistema de escrita alfabética, o falante precisa estabelecer uma relação direta entre as letras e os sons da fala que elas representam.

Além do grau de escolaridade, foi possível observar o comportamento dos participantes em relação a outras duas variáveis: listas de itens (palavras e pseudopalavras) e sexo dos participantes. No entanto, as duas variáveis só se mostram significativas para a resposta dos participantes quando são analisadas em conjunto com o grau de escolaridade. Assim, o fato de um item da lista ser uma palavra do PB ou uma pseudopalavra não afetou – facilitou ou dificultou – a resposta dos participantes. Esse resultado não se alinha ao que observou Morais *et al* (1979): para os testes aplicados por esses autores, o fato de um item do teste ser uma pseudopalavra dificultava a tarefa de manipulação de sons pelos participantes. A partir dos resultados do teste aplicado para esta pesquisa, é possível sugerir que o reconhecimento de uma determinada sequência sonora ser possível na língua foi suficiente para guiar os participantes na tarefa do teste.

Apesar de não ser possível estabelecer uma comparação direta entre os itens com padrões silábicos diferentes (CV.CV e CCV.CV), foi possível observar que, em relação aos itens de padrão silábico CCV.CV, os participantes tiveram mais dificuldades do que em relação aos itens de padrão silábico CV.CV, independentemente do grau de escolaridade. Isso ajuda a reforçar a ideia de que quão maior for a complexidade de uma sílaba, maior será o processo para a totalidade de aquisição da mesma, como já apresentado por Greco (CRISTÓFARO SILVA E GUIMARÃES, 2013: 317).

A aquisição de uma língua é vista como um percurso contínuo, variável e envolve interação de diferentes conhecimentos. Desta forma, é possível perceber, por meio dos resultados do teste aplicado, que diferentes experiências afetam o modo pelo qual os falantes organizam e gerenciam o seu conhecimento linguístico. Assim, uma vez que os Modelos Baseados no Uso sustentam que a experiência impacta o conhecimento linguístico do falante e que este conhecimento codifica informações de diferentes

naturezas, é certo que a forma gráfica de cada item no léxico também oferece informações importantes, as quais vão impactar a representação mental dos itens e a própria organização do conhecimento linguístico dos falantes.

Neste sentido, o aprendizado da escrita alfabética impacta a consciência fonológica dos falantes, uma vez que, o estabelecimento da relação ‘grafema x som’ ajuda na compreensão de que as palavras são formadas por uma sequência de sons. Nos termos de Cristófaros Silva e Guimarães (2013: 320), parece que a escrita tem um importante impacto não só na relação que a criança estabelece com a língua, mas também que esse impacto pode ser dar ao longo da vida.

Referências

- BYBEE, J. L. BYBEE, J. **Phonology and language use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- _____. **Língua, uso e cognição** / Joan Bybee; tradução Maria Angélica Furtado da Cunha; revisão técnica Sebastião Carlos Leite Gonçalves. — São Paulo: Cortez, 2016.
- CRISTÓFARO-SILVA, T. Descartando fonemas: a representação mental na Fonologia de Uso. In: **Teoria Linguística: Fonologia e outros temas**. Dermeval da Hora & Gisela Collischonn (orgs.). Ed. Universitária. UFPB. p. 200-231, 2013.
- CRISTÓFARO SILVA, T.; GOMES, C. A. Fonologia na perspectiva dos Modelos de Exemplares. In: GOMES, C. A. (org) **Fonologia na perspectiva dos Modelos de Exemplares**. São Paulo: Contexto, 2020, p. 13-16.
- CRISTÓFARO-SILVA, T.; GUIMARÃES, D. O. A aquisição da linguagem falada e escrita: o papel da consciência linguística. **Letras de hoje**. Porto Alegre, v. 48, n. 3. p. 316-323, 2018.

- DIAS, A. C. G., & TEIXEIRA, M. A. P. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. In: Paideia. Vol. 20, No. 45, p. 123-131, 2010.
- FOULKES, P.; DOCHERTY, G. J. The social life of phonetics and phonology. **Journal of Phonetics**, vol. 34, 2006, p. 409-438.
- GRECO, A. **Alçamento de vogais médias pretônicas do português na oralidade de crianças de Belo Horizonte**. Monografia (Graduação) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2009.
- MORAIS, J., CARY, L., ALEGRIA, J. & BERTELSON, P. Does awareness of speech as a sequence of phones arise spontaneously? **Cognition**, 7, 321-331, 1979.
- OLIVEIRA, Marco Antônio de. **Conhecimento linguístico e apropriação do sistema de escrita: caderno do formador**. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.
- PIERREHUMBERT, J. B. Probabilistic Phonology: Discrimination and Robustness. In R. BOD, R.; Hay, J.; S Jannedy, S. (eds.) **Probability Theory in Linguistics**. The MIT Press, Cambridge MA, p.177-228, 2003.
- READ, C.; YUN-FE, Z.; HONG-YIN, N.; BAO-QING, D. The ability to manipulate speech sound depends on knowing alphabetic writing. **Cognition**, 24, 31-44, 1986.
- SALATA, A. Razões da Evasão: abandono escolar entre jovens no Brasil. In **Interseções** [Rio de Janeiro] v. 21 n. 1, p. 99-128, 2019.
- SAVIN, H. B. **What the child knows about speech when he starts to learn to read**: Language by ear and by eye. Cambridge, Mass, 1972.
- SOARES, M. Alfabetização e literatura. In: **Guia da Alfabetização**, n. 2, p. 17, 2010.

Axiotopônimo: Proselitismo Político-Ideológico (Implícito) no Maranhão?

Axiotoponym: (Implicit) Political-Ideological Proselitism in Maranhão?

Reginaldo Nascimento Neto*

RESUMO

Este artigo pretende considerar a concepção de que nomear e existir compõe uma associação de sentidos afins. Discorre-se então sobre a interdependência dos processos onomasiológicos e semasiológicos sob o ponto de vista do signo como representação metafórica da realidade. Discute então que a toponímia pode ser usada como propaganda de celebridade política, para então, concluir que o emprego de axiotopônimos no estado do Maranhão pode ser um instrumento proselitista de perpetuação ideológica implícita do poder. A análise do *corpus* está centrada no município maranhense de Presidente Sarney.

PALAVRAS CHAVE: Maranhão; axiotopônimos; propaganda ideológica; Proselitismo

ABSTRACT

This paper intends to consider the conception that naming and existing make up an association of similar meanings. The interdependence of onomasiological and semasiological processes is then discussed from the sign point of view as a metaphorical representation of reality. It then argues that Toponymy can be used as propaganda for the political celebrity, and then concludes that the use of axiotoponyms in the state of Maranhão can be a proselytizing instrument of

Recebido em 10 de agosto de 2021.

Aceito em 14 de janeiro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2022n63.530>

* Universidade Federal do Tocantins, nadynhu@ifma.edu.br

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-6480-8357>

implicit ideological perpetuation of power. The corpus analysis is centered on the municipality of Presidente Sarney in Maranhão.

KEYWORDS: Maranhão; axiotoponyms; ideological propaganda; proselytizing.

Introdução

No que concerne a topônimos com nomes, que homenageiam políticos, o Maranhão detém um número proporcionalmente superior aos demais estados da federação, e em alguns casos, fazendo referência a personalidades ainda vivas, e, dessa forma, infringindo lei constitucional. Decorre daí o interesse na investigação sobre os axiotopônimos do Maranhão.

O *insight* inicial para esta investigação foi o de perscrutar as causas e conseqüências desses axiotopônimos no imaginário social coletivo das populações, com base na pergunta da pesquisa, será que há proselitismo político ideológico nos axiotopônimos do Maranhão, como resultado da interferência do poder na nomeação toponímica?

A hipótese deste trabalho sugere que os topônimos evidenciam fatos sociais, culturais, históricos e ideológicos de uma população, e que a ocorrência expressiva de axiotopônimos no Maranhão poderia advir de motivações político-ideológicas requerendo assim um estudo sobre esses topônimos.

A fundamentação teórica arqueou-se sobre os estudos de Dick (1987, 1990, 1992, 1998, 1999, 2007), Baldinger (1966), Peirce (2005), Reboul (2004), Ricoeur (1976), Lakoff Johnson (2002), Pinker (2005), Vasconcelos (1931), Llorach (1999), Goffman (2002), Carvalhinhos (2007), Dauzat (1926), Walker (1990), Davies (1981), Watkins (2011), Tuan (1975), Barnard (2013), Monnerot (1978), Sampaio (1997), Berger e Luckmann (1994), Certeau (2008), em forma de diálogo da toponímia com outras áreas interdisciplinares.

O artigo inicia discorrendo sobre a concepção de que nomear e existir possuem sentidos afins; descreve os processos onomasiológicos e semasiológicos sob o ponto de vista do signo como representante da realidade; considera a relevância do nome próprio como símbolo do poder, descrição implícita de fatores culturais e sociais, bem como, instrumento de proselitismo no estabelecimento, reforço, e eternização de ideologias.

A partir daí, aborda que a topofilia ou sentimento de simpatia pelo lugar estabelece um vínculo afetivo, que parece ser usado como instrumento de manipulação introdutora de ideologias e apresenta o conceito de topônimos como representativos do poder.

Decorre então, a análise da trajetória política do ex-presidente José Sarney, e sua vinculação com a toponímia do Maranhão.

1. Nomeação

Em 1455 d.C., o prelo de Gutenberg (1398-1468) imprimiu em Mogúncia, atual Mainz – Alemanha, o incunábulo de pergaminho medieval, composto por 1282 páginas e texto de caracteres que simulavam o talhe de manuscritos, organizado em duas colunas.

As letras capitulares ostentavam iluminuras coloridas resultantes da mistura de corantes vegetais ao sulfato de alumínio e potássio dodecahidratado.

Essa Bíblia latina de Jerônimo, ou Vulgata¹, grafa em Gênesis capítulo I verso 3, os verbos *Fiat*, *Facta*, *Appellavitque*, traduzidos respectivamente do hebraico – יָהִי (*Yéhy*) – Haja, וַיִּקְרָא (*Vayehi*) – houve, e וַיִּקְרָא (*Vayikra*) – chamou.

Figura 1



A Bíblia vulgata latina 1455 d.C Fonte: On Line²

1 Latim Medieval. *Vulgata*, do lat. *vulgata* (*editio*), fem. do lat. *vulgátus, a, um* ‘propagado, que é de uso público; publicado’ (Houaiss, 1999).

2 <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/lutero-500-anos-da-reforma/biblia-vulgata/>. Acesso em: 15/Nov/ 2019.

Tais verbos, ali empregados, fazem inferir que, desde o momento da escritura original do relato da criação - (1440-1400 a.C.), já se concebia a ideia de que pensar/conhecer, existir e nomear seriam eventos imbricados de conceitos afins, que comporiam um conjunto de elos contextuais comuns e relativamente simultâneos.

A palavra *naman* (nome) em Sânscrito deriva do verbo *gna*, que significa *saber*. Sua raiz foi mantida na formação das palavras *ge* (**ge**) terra, e *gennao* (**gennao**) gerar em grego, pois essas duas línguas são ramos do mesmo tronco indo-europeu.

Semelhantemente, na origem, as palavras nome, existência e conhecimento, são também **cognatas**, (co= junto + gennao = gerar), ou seja, pertencem à mesma família etimológica. Em grego, a raiz **noma**(nomα) das palavras **onoma** (**onoma** – nome), **onomaíno** (**onomaino** – nomear), e **oninemí** (**oninemí** - reputação) está presente no interior das palavras **gignomai** (**gignomai** – vir à existência, nascer, tornar-se), **gnome** (**gnwmη** - entendimento, conhecimento) e **gnoma** (**gnwma** - conhecimento, pensamento).

Decorre daí o verbo conhecer em: “... Adão conheceu a Eva, sua mulher, e ela concebeu e deu à luz a Caim” (Gênesis 4:1) ser empregado como eufemismo de copular e fazer gerar.

Provenientes de uma mesma origem etimológica, as palavras conhecer, gerar e nomear revelam associações linguisticamente interligadas, e descrevem três engrenagens essenciais, rotantes na mecânica dos processos onomasiológicos e semasiológicos.

Assim como, a percepção da existência de uma coisa requer um ato nominativo, também um nome pressupõe existência e cognição dessa coisa, ainda que abstrata ou do universo do pensamento. “A realidade só tem existência para os homens quando é nomeada” (FIORIN, 2006, p. 55).

Os dois vetores de funcionamento do mecanismo de nomeação e significação implicam na relação coisa-palavra e palavra-coisa, ou seja, a onomasiologia arqueando-se sobre a coisa ou conceito, busca por meio de um processo nominativo, vesti-lo com um nome, portanto, parte do conceito para

a palavra (*out-into*); enquanto que, na contra-rotação, a semasiologia ancora-se na palavra para tanger os conceitos que a ela se referem (*in-out*).

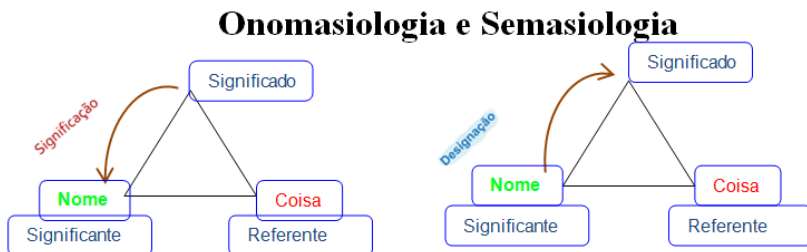
A tônica conceitual dos termos Onomasiologia e Semasiologia compartilhada por Tosqui-Lucks, (2008) e Baldinger, (1966) destaca que a Onomasiologia detém-se com as designações e a Semasiologia com os significados:

[...] a Onomasiologia representa a face das designações, compreendendo todos os significantes de um dado significado, ao passo que a Semasiologia representa a face das significações, compreendendo todos os significados possíveis que possam traduzir um determinado significante (TOSQUI-LUCKS, 2008: 232).

A semasiologia, é certo, considera a palavra isolada no desenvolvimento de sua significação, enquanto que a onomasiologia encara as designações de um conceito particular, vale dizer, uma multiplicidade de expressões que formam um conjunto. A onomasiologia implica, pois, desde o começo, numa preocupação de ordem estrutural (BALDINGER, 1966, p. 8).

Portanto, segundo Baldinger (1970), na onomasiologia ocorre “uma ideia, noção ou conceito que deve receber um nome”, sendo, por isso, conceituada como a “ciência que se propõe a examinar as várias maneiras seguidas para que uma ideia encontre um significante”. No que concerne à Semasiologia, declara-a um processo inverso, pois parte do signo para a ideia, tendo sua gênese no significante.

Figura 2



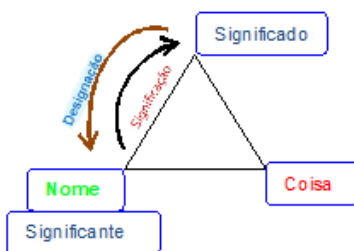
Fonte: Adaptado de Baldinger (1970)

Embora dispostos separadamente na figura 02, a despeito da oscilação de maior ou menor ênfase em suas etapas, os dois processos se pareiam. Isto é, não se isolam nem se anulam, mas formam um sistema de conjuntos sinérgicos com funções indissociáveis que se intercambiam e se complementam. A figura 3 espelha essa sinergia, pois, de acordo com Dick (1998, p. 102), os movimentos ocorrem associadamente:

A construção de um texto onomástico, [...] se realiza por etapas. A passagem do plano onomasiológico da língua (designação) para o semasiológico (significação) é que permitirá a complementação do processo denominativo. São momentos de construção de um conjunto, que caminham associadamente e ganham forma à medida que entendemos não ser possível isolar o sistema onomástico do campo da linguagem (DICK, 1998, p.102).

A interdependência entre Onomasiologia e Semasiologia de que fala Dick (1998) já houvera sido defendida por Baldinger (1966, p. 26) quando disse que a posição no campo semasiológico é simultaneamente determinante da posição no campo onomasiológico.

Figura 3



Triângulo de Baldinger II Fonte: Adaptado de Baldinger (1966)

Dessa forma, como se pode apreender da figura 03, a Onomasiologia e a Semasiologia formam um sistema complexo de componentes imbricados e indissociáveis que administra o equilíbrio compensatório na oscilação comutativa entre os eventos de suas funções, sem que uma engrenagem suplante ou anule a outra.

Um nome é um signo, ele aponta para algo distinto, refere-se a alguma coisa, que está para além dele próprio. Dessa forma, nomear é um ato simbólico e representativo. Todo sistema de nomeação envolve uma elaboração cognitiva de uma cultura, e, portanto, é o resultado mental oriundo de uma visão cultural.

Não se pode ignorar que nomear envolve um sistema de elaboração cognitiva de uma cultura. Segundo Dupâquier (1981, p. 135), “*o modo de nomear os indivíduos*” não é oriundo do acaso.

Dick (1998, p. 99) discorre que costumes e hábitos de um grupo, germinados a partir da cosmovisão de uma sociedade, brotam assinaladamente na onomástica:

Na Onomástica, em geral, ocorrem interditos de marcas, cujas causas originam-se nos próprios costumes e hábitos do grupo definidores da macrovisão de sua cultura (DICK, 1998, p.99).

De fato, mesmo antes da invenção da escrita, o nome tem envelopado um conjunto consistente de influências dos costumes e hábitos sociais, por isso o ato de nomear está eivado de motivações das mais diversas. Parece que, para referenciar coisas, indivíduos e lugares, a analogia ou apontamento cronológico daquele ou daquilo que está sendo nomeado com alguma marca histórica, migratória, social, étnica, física, etc. tem sido um dos fatores mais preponderantes no nome e, conseqüentemente, na motivação do ato de nomear.

Partindo deste cenário de discussões, é fundamental perceber a relevância dos nomes próprios, principalmente no que concerne à representatividade que um nome exerce. Toda sociedade precisa identificar, caracterizar e nomear suas realidades conforme sua cultura e língua.

Portanto, como se é de esperar, quer implícita ou explicitamente, residem indícios de modalização nos atos de nomear e, por conseguinte, nos nomes. Isto sugere intenções de outorgar prestígio e ou reputação auspiciosa ao nomeado, ou o oposto conforme as conveniências e modos de ver do nomeador.

Na realidade, o nomeador faz apologia a conceitos, pressupostos primordiais, percepções e juízos de valor atrelados sempre à carga conceitual oriunda da sociedade, educação e costumes, que filtram e configuram seus pontos-de-vista sobre o mundo. Assim, um nome maquia, reveste, pinta ou retrata os esquemas mentais que abarcam os princípios conceituais fossilizados desse indivíduo que nomeia.

2. Nome e presença virtual perpetuada

Para os povos primevos, os nomes tinham um significado mais substancial, relevante e pessoal. O nomear era entendido como ato de concessão de uma personalidade ou caráter almejado. O nome era considerado como a pessoa ativamente presente. Assim, como hoje em dia, quando em uma solenidade, uma dignidade se faz representar, isso concede ao seu porta-voz a mesma referência de autoridade como se o próprio representado estivesse pessoalmente presente e ativo.

Os semitas acreditavam que deveriam conhecer o nome da pessoa antes dela própria. O nome deveria precedê-la. Essa razão fazia o ato de nomear uma tarefa muito importante (PACKER, 1995, p. 447).

Por esse motivo um grande número de causas, propósitos e motivações, oriundos dos valores sociais de cada agrupamento, alicerçavam o paradigma de que o nome influenciava a vida, e isto moldava o costume de dar nomes significativos, como assevera Carvalhinhos (2007):

Durante a Antiguidade os nomes não eram atribuídos por tradição ou gosto, mas efetivamente havia um motivo ou uma motivação ao fazê-lo, fosse por atributos físicos ou morais que se quisesse imprimir no indivíduo nomeado, fosse por devoção ou pela crença que um nome sagrado ou ligado ao sagrado traria sorte ao portador do mesmo (CARVALHINHOS, 2007, p.3).

No passado, havia o entendimento de equiparação do nome ao caráter da pessoa, isto é, o nome era aquilo que se concebia da pessoa, e tinha o significado que o nomeador pretendia que fosse o traço fundamental do caráter do nomeado.

Outro fator importante sobre o nome é ressaltado por Vampré (1935), quando diz que, durante o ato de pronunciar ou ouvir um nome, ocorre a evocação da pessoa referida com seus atributos físicos, morais, jurídicos, e econômicos, *virtualizando sua presença ativamente representada*:

Quando pronunciamos, ou ouvimos um nome, transmitimos ou recebemos um conjunto de sons, que desperta em nosso espírito, e no de outrem, a ideia da pessoa indicada, com seus atributos físicos, morais, jurídicos, econômicos, etc. Por isso, é lícito afirmar que constitui o nome a mais simples, a mais geral e a mais prática forma de identificação (VAMPRE 1935, p. 38).

A reconfiguração da presença virtualizada na enunciação de um nome encapsula, todavia, outras ferramentas e propósitos.

Pierre Lévy (1996) percebe a virtualização como sendo um fator de criação da realidade.

Dessa forma, é possível o entendimento de que, quando o registro de um nome e seus feitos na história, sejam lidos e recordados, supostamente ainda podem produzir feitos e efeitos sobre os que os ouvem ou lêem.

É nítido que as pesquisas onomásticas do Brasil centram sua tônica no caráter diacrônico dos topônimos como averba Carvalhinhos (2002/2003):

Os atuais estudos onomásticos no Brasil vêm justamente resgatando a história social contida nos nomes de uma determinada região, partindo da etimologia para reconstruir os significados e, posteriormente, traçar um panorama motivacional da região em questão, como um resgate ideológico do denominador e preservação do fundo de memória (CARVALHINHOS, 2002/2003, p. 172).

Por algum motivo, entretanto, a toponímia crítica, que leva em consideração o caráter instilador de ideologias como aspiração do nomeador, para perpetuá-la no futuro, pouco se leva em conta.

Urge perceber-se que a motivação toponímica bifurca-se também, com relação à perspectiva temporal em causal e consecutiva, isto é, sobre bases de por quês, bem como de para quês.

O aspecto causal ou diacrônico resgata a história toponímica visando à sondagem das motivações do nomeador a fim de preservá-la como fundo de memória, não se atina, todavia, para o caráter proselitista, político, propagandístico e apologético, instilador de ideologias que supostamente estejam embutidas nos topônimos. Seu escopo parece ser meramente perscrutar motivações pretéritas, e guardá-las de enfeite ou como troféus empoeirados, ao invés de empregá-las como ferramentas de resistência à manipulação.

No que se refere à toponímia crítica, Berg e Wolteenaho (2009) descortinam o caráter sempre presente do *poder* ao nomear lugares, explorando-o na “construção de paisagens contemporâneas e históricas”

e sinalizando explicitamente que a ação de nomear lugares é “uma prática por excelência do poder sobre o espaço” (PINCHEVSKI E TORGOVNIK, 2002, p. 366), dessarte, “as relações de poder têm sido inerentes à toponímia”, e concluíram que “esse campo de estudo tem sido tradicionalmente caracterizado, minimamente falando, pela inocência política”:

Ao todo, parece-nos que a pesquisa tradicional de nomes não apenas ‘teme a política’ (PALONEN, 1993, p.103), mas também não reflete honestamente sobre sua própria cumplicidade nas lutas pelo poder sobre as toponímias [...] muitas vezes, os topônimos aparecem para as pessoas como ideologicamente inocentes, em vez de dínamos semióticos carregados de poder para dar sentido aos lugares. [...] os topônimos literalmente ‘fazem sentido’ na vida das pessoas (BERG; VUOLTEENAHO, 2009, p.7).

Muito embora, tradicionalmente, a toponímia tenha trilhado uma vereda afeita à descrição de nomes dos lugares como meros retratos de suas características, em tempos recentes, a toponímia crítica (VUOLTEENAHO E BERG, 2009) tem vislumbrado os nomes dos lugares como instrumentos socialmente engendrados para o estabelecimento, sanção, reforço e perpetuação do poder.

Na brecha desse escopo, o homem tem historicamente buscado tornar célebre e perpetuar seu nome, empregando todo recurso do poder econômico, social, militar, retórico, psicológico, religioso e político de que dispõe, para fazer isso, ainda que tenha de ocultar ou dissimular, tanto quanto possível, essas intenções.

Levando-se em conta a evocação virtualizada da pessoa referida, explicada por Vampré (1935), discorre-se no plano a seguir que, ao nomear os objetos da cultura material de suas épocas, com seus próprios nomes, certas autoridades de povos primevos empregavam este artifício como forma de, aparentemente eternizar suas memórias e feitos. Citam-se monumentos que dão suporte ao postulado do “nome registrado, nome eternizado”.

Por longo e saudável que um indivíduo possa ser, seria uma irracionalidade esperar que ele vivesse para sempre. Essa contingência - a

inexorabilidade da morte – faz com que ele busque muitas formas de eternizar sua memória e feitos.

Diante da observação de que a finitude chega a todos, surge um inconformismo com essa inapelável efemeridade. O poder, então, inebriado pelo desejo de mirabolante perenidade, faz “convênio com a pedra”.

Uma vez que rochas primordiais como o granito são muito duráveis, pelo menos em comparação à existência humana, o poder faz “convênio com a pedra” para supostamente imputar à inscrição de seu representante sua mesma longevidade, semelhantemente aos povos antigos. Isto é, em detrimento dessa inconformidade com a finitude inevitável, o poder tenta, explícita ou implicitamente, perpetuar sua existência, inscrevendo seu nome como um retrato de suas ideologias, modos de pensar, costumes – o que, de fato, é a identidade da pessoa - em coisas mais imarcescíveis que ele mesmo, como no metal, na pedra, nas edificações, no tempo e acentuadamente nos lugares.

Nas escavações arqueológicas que ocorrem no Oriente Próximo, acham-se muitos Cilindros e Estelas Monolíticas com inscrições de exaltação do poder.

O termo estela – (*gr. $\sigma\tau\eta\lambda\eta$, stela* – coluna ou pilar) é empregado na arqueológica para designar os monolíticos verticalizados onde se veiculavam inscrições talhadas.


Walker (1993) assevera que o propósito auto-enaltecedor das estelas era de fato propagandístico:

Os reis podem ter sido iletrados, com exceção de Shulgi e Assurbanipal, mas eles eram bem cientes do valor da propaganda de criar um registro permanente de suas façanhas. [...] Assim, além de cada recibo diário e das criações literárias, temos uma classe separada de textos comemorativos e dedicatórios, a princípio, majoritariamente em pedra (WALKER, 1993, p. 38).

O interesse freqüente dessas inscrições era, em suma, o enaltecimento, disseminação, instauração e perpetuação ideológica, religiosa ou política

do protagonista emissor, enquanto comunicando uma versão das proezas de seu poderio como os exemplos que se seguem nas estelas proselitistas arqueológicas abaixo:

Quadro 1

Potentado	Descrição do monumento	Figura da Estela	Inscrição
Lamgi-Mari	<p>Com a passagem do tempo, e a sucessão de reinos, cidades eram construídas em cima da pilhagem de outras cidades, soterrando-lhes o passado. Ocorre então um sucessivo sobreposto de camadas de terra e outros materiais depositados pela ação do tempo e pela ocupação humana. Quando escavações arqueológicas são levadas a efeito, escavando essas colinas à procura de vestígios históricos, surge o que se chama de <i>tel</i>, ou sítio arqueológico. Cada <i>tel</i> formado recebe um topônimo composto por esse termo, como por exemplo, <i>Tel el amarna</i>, <i>Tel el daba</i>, etc.</p> <p>No Tel Hariri, a oeste do rio Eufrates, na Síria, o arqueólogo francês André Parrot (1901-1980), que dirigiu escavações ali, desenterrou, em 23 de janeiro de 1934, uma estátua de 27,2 cm, exibida no museu de Aleppo. Ela retrata a fisionomia sorridente do rei Lamgi-Mari vestido com uma longa toga enfeitada. Davis (1993, p. 89), ao tratar da relação entre texto e estátua no Egito após o período arcaico, 2700 a.C. em diante, diz parecer que a consideração de unidade íntima entre o nome e a figura deixa de ser um costume e a estátua passa a ser então apenas o veículo para o texto que ela porta. Vê-se também no caso de Lamgi-Mari (c.2470 - 2450 a.C.) uma inovação, pois a representação de sua aparência difere da face arrogante dos conquistadores assírios.</p>	<p>Figura 4</p>  <p>Estátua de Lamgi-Mari Fonte: (KELLER, 1982, p. 42-43)</p>	<p><i>Eu sou Lamgi-Mari, rei de Mari, Sumo sacerdote de Entil</i> (KELLER, 1982, p. 42-43).</p>

<p>Hamurabi</p>	<p>Conhecida como Código de Hamurabi, a estela cilíndrica de diorito negro polido apresenta em seus dois metros e vinte e cinco centímetros, vinte e uma colunas contendo duzentas e oitenta e duas cláusulas legislativas decretadas por Hamurabi. A dureza dessa pedra ígnea torna-a trabalhosa para esculpir, todavia o talhe é muito durável. Descoberta por J. de Morgan em 1902, encontra-se, atualmente, no Museu do Louvre, em Paris.</p>	<p>Figura 5</p>  <p>Código de Hamurabi Disponível em: https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fguiadolouvre.com%2Fcodigo-de-hammurabi-rei-da-babilonia%2F&psig=AOvVaw3s7KrzPMBiLIFZiISuq0aR&ust=1628188201134000&source=images&cd=vfe&ved=0CAsQjRxqFwoTCLDVpqKAmPICFQAAAAAdAAAAABAD</p>	<p><i>Eu sou Hamurabi, aquele que acumula opulência e prosperidade, conquistador dos quatro cantos da terra, [...] aquele que supriu seu povo com a água, Que amontoou riquezas para Anu e Ishtar, Aquele que encheu de abundância os templos, [...] Eu sou o primeiro dos reis, aquele que dominou as regiões do Eufrates, aquele que salvou seus homens da desgraça, aquele que estabeleceu suas regras na Babel em paz, aquele cujas obras agradam a Ishtar, deusa do amor e da guerra, aquele que dirige os povos. Eu sou o rei forte, o sol da Babel, [...] o rei que traz obediência aos quatro cantos da terra, O protegido da deusa Ishtar” (BOUZON, 1986).</i></p>
<p>Mesa</p>	<p>Outra pedra inscrita para prestigiar o nome de seu protagonista é a Estela de Mesa. Trata-se de uma monólito de cobalto negro polido com 117 cm altura, 60 cm de largura e 6 cm de espessura. A extremidade superior é arredondada. Supõe-se que o texto de 34 linhas tenha sido inscrito por volta de 830 a.C.</p> <p>Ela foi achada, a cerca de seis quilômetros ao norte do rio Arnon, próximo a região de uádi el-Mojib, Jordânia. Pertence ao acervo do Louvre sob número AO 5066 e trás a autobiografia de Mesa.</p>	<p>Figura 6</p>  <p>Pedra Moabita Disponível em: https://www.pinterest.co.uk/pin/834432637187391860/. Acesso em 23 de fever 2018.</p>	<p>Eu sou Mesa, filho Qemos[yat], rei de Moab, o dibonita. Meu pai reinou sobre Moabe trinta anos e eu reinei depois de meu pai. E construí este lugar alto para Qemos em Qarhoh BMS', porque me salvou de todos os reis e porque me fez prevalecer sobre os meus inimigos (JAMES KING, 1878, p. 55).</p> <p>Disponível em: https://archive.org/details/ moabspatriarcha01fundgoog. Acesso em 23 de fevereiro de 2018.</p>

<p>Ciro</p>	<p>Além das estelas, moldavam-se bases cilíndricas de argila para receber inscrições. Uma dessas molduras é o cilindro de Ciro, que se encontra no Museu Britânico e foi descoberto por Hormuzd Rassam, no ano de 1879. Suas medidas são de 22 cm de largura, com um diâmetro de 10 cm, assemelhando-se a um barril. Sua escrita é cuneiforme, isto é, feita por meio de cunhas ou marcas na argila, e, no parágrafo 20 – 22, encontra-se a inscrição descritiva de Ciro, seguida da introdução <i>Eu sou Ciro</i>.</p>	<p>Figura 7</p>  <p>Cilindro de Ciro Disponível em: https://www.ancient.eu/article/166/the-cyrus-cylinder/. Acesso em 13 de novembro de 2018.</p>	<p>Eu sou Ciro, rei do mundo, grande rei, rei legítimo, rei de Babilônia, rei da Suméria e de Acade, rei das quatro extremidades (da terra), filho de Cambises (<i>Ka-am-bu-zi-ia</i>), grande rei, rei de Anzã, neto de Ciro [I]... descendente de Teíspes... de uma família que sempre exerceu a realeza (DARYAEE, 2013, p. 78-84).</p>
<p>Senaqueribe</p>	<p>Com 38 cm de altura, 13 cm de largura alta e 14 cm na largura baixa, o Prisma de Senaqueribe (704 – 681 a.C.) é a peça número BM 91032 do Instituto Oriental de Chicago – Estados Unidos, e possui seis colunas e quinhentas linhas.</p>	<p>Figura 8</p>  <p>Prisma de Senaqueribe Disponível em: https://www.ancient.eu/article/166/the-cyrus-cylinder/. Acesso em 13 de novembro de 2018.</p>	<p>Senaqueribe, o poderoso rei, rei do mundo, rei da Assíria, rei dos quatro quartos, o pastor sábio favorito dos grandes deuses, guardião da direita, amante da justiça, que dá apoio, quem vem em auxílio dos desamparados, que realiza atos piedosos, herói perfeito, homem poderoso, primeiro entre todos os príncipes, o poderoso que consome o insubmissivo, quem golpeia o ímpio com o raio. (Disponível em: http://www.kchanson.com/ANCDOCS/meso/sennprism1.html. Acesso em 22 de maio de 2018)</p>

Em face das considerações acima declinadas, percebe-se que, para os povos primevos e, também para uma boa parte dos governos modernos, há íntima relação entre nome e perpetuação da existência. Parece que, no que concerne à natureza humana, um constante anelo pela exaltação, posse, domínio e perpetuidade se manifestam no transcurso da história.

O empenho para tornar um nome célebre, prestigiado, com reputação valiosa, conforme os padrões do imaginário social coletivo ou

pessoal, significando, estabelecendo, retratando e reforçando ideologias, práticas, costumes e valores nos diversos tipos de propaganda, atos da fala, comportamentos e relações de poder, é um recurso do proselitismo artístico ou bélico que, embora se aperfeiçoe nas técnicas de camuflagem cada vez mais sub-reptícias, mantém-se em vigor como descortinado pelo estudo da onomástica.

Onoma era usado pelos gregos para designar tudo que um nome engloba – todo pensamento ou sentimento que vem à mente quando mencionado, lembrado ou ouvido. Assim, é derivativo presumido da autoridade ou caráter de quem respectivamente defere ou recebe o nome.

A palavra “proselitismo” tem sua formação etimológica composta pelos radicais gregos *prós*³ (à frente, a favor de), *eluth*, raiz de *erkhesthai* (ir ou vir com sentido de aderir) e *ismos*⁴ significando doutrina ou sistema⁵.

Proselitismo é a “atividade ou esforço de fazer prosélitos” ou adeptos (HOUAISS, 2019), logo, proselitismo político-ideológico pode ser entendido como qualquer atividade destinada a tentar captar seguidores para uma causa, doutrina ou ideologia política.

Dado seu caráter retórico destinado ao convencimento, o proselitismo político pode ser facilmente confundido com propaganda política, tendo-se em vista que Bobbio et. al. (1983, p.1018) definem propaganda como “uma difusão deliberada e sistemática de mensagens [...] visando a criar uma imagem positiva ou negativa de determinados fenômenos (pessoas, movimentos, acontecimentos, instituições, etc.) e a estimular determinados comportamentos.” Dessa forma, propaganda política é, em suma, “uma forma de captação de votos [...] através da divulgação de suas propostas, visando à eleição de cargos eletivos” (CÂNDIDO, 2005, p. 149).

3 (HOUAISS, 2019).

4 *-Ismo* serve para designar movimentos sociais, ideológicos, políticos, opinativos, religiosos e personativos, através dos nomes próprios representativos (HOUAISS, 2019).

5 Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/palavras/proselito/> Acesso em 12/10/2018

Rollo e Braga (1996, p. 2) distinguem proselitismo político de propaganda política afirmando que propaganda política é regida pelo Art. 36 da Lei 9504/97 que estabelece um período específico para essa divulgação, enquanto que proselitismo, “mesmo que ele traga insito em seu bojo, o interesse pelo voto futuro” não é coibido pela lei, levando-se em conta que faz parte do trabalho político ficar em evidência, desde que não haja pedido direto de voto.

A fronteira entre proselitismo e propaganda é tênue. Então, para impor limites entre esses dois atos, os tribunais do país passaram a considerar como propaganda política, aquela que “leva ao conhecimento geral, ainda que de forma dissimulada, a candidatura, mesmo que apenas postulada, a ação política que se pretende desenvolver, ou razões que induzam a concluir que o beneficiário é o mais apto ao exercício da função pública. Sem tais características, poderá haver mera promoção pessoal...” (Respe nº16.183 / MG, de 17.2.2000, rel. Min. Eduardo Alckmin, DJ de 31.3.2000) *apud* (ROLLO, 2016, p.3).

Um dos *modus operandi* da propaganda envolve o aspecto de associar símbolos a eventos, sensações, pensamentos, inferências e percepções para evidenciar uma marca, ideia ou nome, buscando espaços para visualização de maior número da massa de público alvo na recepção de sua retórica argumentativa de convencimento. Garcia (1999, 2005) assim retrata essa busca por espaços para propaganda ideológica:

Além dos meios de comunicação propriamente ditos, a propaganda também se apóia em inúmeros outros suportes. Qualquer objeto ou espaço que possa ser visto por um razoável número de pessoas é aproveitado. As paredes são pichadas com frases, slogans e símbolos. As placas de inauguração e sinalização difundem realizações, prestigiam líderes políticos e homens públicos. As cédulas e moedas, os selos postais, contêm mensagens e efígies de homens públicos. Faixas e estandartes ostentam mensagens e símbolos. Estátuas e bustos concretizam o prestígio daqueles que devem ser considerados heróis (GARCIA, 1999, 2005, P.79-80).

O processo de associação de ideias se dá, na ótica de Pinker (2005, p. 115), porque para o indivíduo, em seus modos de ver o mundo, “a forma de uma representação determina o que se pode inferir dela facilmente”.

Dessa forma, um ponto positivo é ligado a coisas como positivas, bem como um ponto negativo pode embalar como negativas outras representadas.

Segundo J. Monnerot (1978) *apud* Borges (2006, p. 28) “os poderes destrutivos contidos nos sentimentos e ressentimentos humanos podem ser utilizados, manipulados por especialistas, tal como o são”.

Por isso, um dos elementos na elaboração de uma propaganda reside na identificação e na exploração do imaginário popular.

De forma geral, a propaganda, quer explícita ou implícita, influencia a tomada de decisão.

Segundo Gregolin (2001, p. 110-111), “Indiscutivelmente, a propaganda é um instrumento de manipulação social que integra nosso cotidiano” e seus recursos “afetam nossas práticas, comportamentos, condutas”.

O receptor de mensagem conativa é, em maior ou menor escala, vulnerável, pois não há, segundo Sampaio (1997), defesas inexpugnáveis:

A propaganda seduz nossos sentidos, mexe com nossos desejos, resolve nossas aspirações, fala com nosso inconsciente, nos propõe novas experiências, novas atitudes, novas ações. Por mais defesas que possamos construir, por mais barreiras que levantemos, sempre há o anúncio que fura o cerco, o comercial que ultrapassa os muros, a ideia que interfere em nossa vontade. Apesar de buscarmos a racionalidade do ceticismo, de incentivarmos a defesa da indiferença, sempre há uma mensagem publicitária que nos atrai, interessa e convence (SAMPAIO, 1997, p.7).

Em decorrência disso, quando uma propaganda é bem sucedida, ela faz, consoante Weilbacher, (1994), o “consumidor pensar da forma como o anunciante desejava que ele pensasse e predispõe o consumidor a agir como o anunciante desejava que ele agisse”.

Ao tratar da comunicação persuasiva, Rabaça e Barbosa (1995) dizem que a propaganda é uma ação proselitista planejada para influenciar as atitudes do público, conceituando-a como:

[...] conjunto de técnicas e atividades de informação e persuasão, destinadas a influenciar as opiniões, os sentimentos e as atitudes do público num determinado sentido. Ação planejada e racional para divulgação das vantagens, qualidades, superioridades de um produto, serviço, marca, ideia, doutrina, instituição, etc. (RABAÇA E BARBOSA, 1995, p. 481).

No que diz respeito à propaganda comercial, o destinatário, pelo menos de forma geral, percebe sua finalidade de levá-lo a comprar um produto ou serviço; no entanto, a propaganda político-ideológica é velada.

Considerando-se o aspecto de ser a “propaganda um instrumento de manipulação social” (GREGOLIN, 2001), e que ela induz o destinatário “a agir como o anunciante deseja” (WEILBACHER, 1994), então, de fato, a propaganda político-ideológica tem “a função de formar a maior parte das ideias e convicções dos indivíduos e, conquistar a adesão deles, e assim, com isso, orientar todo o seu comportamento social” (GARCIA, 1999, 2005, p.10-11).

A propaganda encarregou-se de enaltecer presidentes, apresentando-os como os líderes mais indicados para serem chefes de governo. Com a construção de uma imagem positiva dos presidentes, esperava-se conseguir despertar a confiança da população para suas decisões, explicações e esclarecimentos (GARCIA, 1999, 2005, p. 15).

Ao explicar que “a propaganda política é uma empresa organizada para influenciar a opinião pública e dirigi-la”, Bartlett (1940, p. 7) chama a Lenin e Hitler de gênios da propaganda, dadas suas respectivas citações: “o principal é a agitação e a propaganda em todas as camadas do povo”; e “a propaganda permitiu-nos conservar o poder, a propaganda nos possibilitará a conquista do mundo”.

No Brasil, a Lei no. 9.504/97, art. 39, § 4º proíbe a realização de *showmícios* ou evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação remunerada de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral (BRASIL, 2012), todavia, levando-se em conta o que declara Garcia (1999, 2005), dependendo da denominação que se dá às ruas e municípios, elas também passam a ser um tipo de propaganda proselitista político-ideológica:

As denominações de ruas e praças, as placas comemorativas e de sinalização, as estátuas e efígies de pessoas, colocadas nos mais diversos logradouros, aparentemente se destinam apenas a servir de orientação ou a decorar os ambientes. Porém, na maioria dos casos, cuja vida deva servir de exemplo, com o objetivo de que sejam imitadas em benefício da realização dos interesses promovidos pela propaganda (GARCIA, 1999, 2005, p. 12).

Na base ou etiologia de um topônimo pode estar fossilizada a inscrição da ideologia, crenças, história, geografia e filosofia que o motivaram e conferiram identidade. Portanto, o estudo da toponímia pode desvelar as influências exercidas pelo poder em voga para a nomeação de um dado lugar e, descortinar as inferências de glamour e publicidade da filosofia que gera esse nome.

Como um invólucro que envelopa o proselitismo das motivações onomásticas, o topônimo passa a ser uma porta de investigação histórica, geográfica, política e social por causa dos dados nele incrustados.

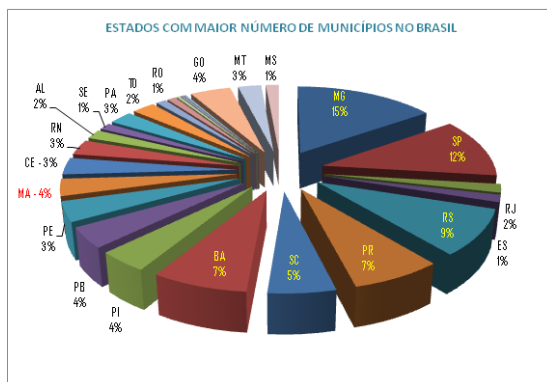
3. Axiotopônimo proselitista no Maranhão

O estado do Maranhão faz limite com o Piauí, Tocantins, Pará e o Oceano Atlântico. A extensão territorial de sua área é de 331.937,450 km², sendo o segundo maior estado da região Nordeste e o oitavo maior do Brasil.

No entanto, os 217 municípios do estado do Maranhão compõem apenas 4% dos 5570 municípios do Brasil. Os estados de Minas Gerais (853),

São Paulo (645), Rio Grande do Sul (497), Bahia (417), Paraná (399) e Santa Catarina (295) detêm respectivamente a maior porcentagem de municípios como segue:

Gráfico 01



Distribuição Percentual de Municípios por Estado do Brasil Fonte: Nascimento Neto (2019)

Obviamente, diante desse gráfico de distribuição percentual de municípios por estado do Brasil, pode-se inferir que a extensão territorial não seja a razão mestra na segmentação do estado em entes federativos, pois, quando se compara, por exemplo, o Rio Grande do Sul, que tem a área de 282.062 km² composta de 497 municípios, com o Amazonas, que se estende por 1.570.745 km² e tem apenas 62 municípios, isso fica notório. Portanto, o argumento relativo unicamente à área territorial não parece ser relevante na defesa da criação de novos municípios.

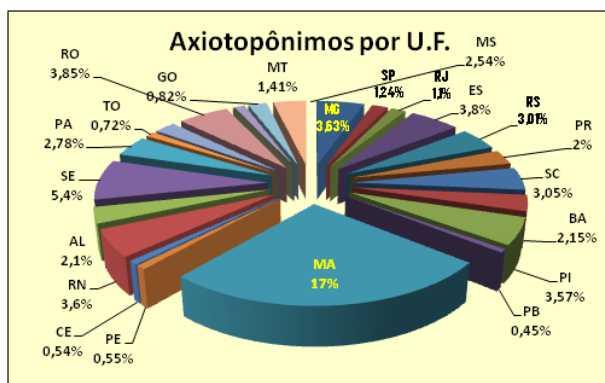
Os antropotopônimos, segundo Dick (1990, p. 285), são os “nomes de lugares constituídos a partir de designativos pessoais”, sendo que, “o que caracteriza, portanto, esta categoria é o emprego do nome individual como técnica de nomeação de acidentes geográficos”. Todavia, diz Dick (1992, p. 304), que quando esses “topônimos de origem antroponímica” vêm “antecedidos de títulos indicativos de [...] investidura em funções

políticas e, mesmo, de dignidades e honrarias” figuram na “categoria de Axiotopônimos.

Para Ferreira (2004), deve-se entender por títulos, qualquer denominação, designação ou qualificação honorífica; e por dignidade, o cargo, função ou posição graduada de autoridade.

De maneira especial, a ocorrência de axiotopônimos no estado do Maranhão é um recorte que salta aos olhos, dada sua elevada proporção nitidamente discrepante em comparação aos demais estados do Brasil, fato este que sugere ser sintomático da arrogação de poder nos atos compulsórios de nomeação toponímica.

Gráfico 02:



Percentual de Axiotopônimos por Unidade da Federação II Fonte: Nascimento Neto (2019)

O foco da propaganda político-ideológica implícita em axiotopônimos que incide sobre o imaginário social coletivo cristaliza-se no conceito de que o poder compensa seu ônus, e tem trazido a lume um enaltecimento exacerbado da aspiração ao poder como um fim em si mesmo. O viés ideológico da homenagem axiotoponímica no Maranhão precisa ser descortinado e repensado.

No Brasil, a Lei nº. 6.454, de 24 de Outubro de 1977, delibera em seu Artigo 1º, que:

É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta - (redação dada pela lei nº. 12.781, de 10 de janeiro de 2013)⁶.

Portanto, a própria lei dá a entender que ocorre propaganda implícita ao se “atribuir nome de pessoa [...] a bem público”, e que ao dizer “pessoa viva”, pretende coibir seu uso político-ideológico majorado.

A despeito da clareza da lei supracitada no que concerne à homenagem toponímica a pessoa viva ou que tenha tido envolvimento com a exploração da mão de obra escrava, no Maranhão encontram-se flagrantes infrações dessa lei.

A cultura da celebridade parece favorecer com indulgência à transgressão da Lei 6.454, de 24 de outubro de 1977, concernente ao toponimizar pessoa viva. Percebe-se haver dentre os 217 topônimos maranhenses, axiotopônimos de políticos ainda vivos e atuantes no cenário nacional. Um deles é o município de Presidente Sarney – MA.

Figura 4



Localização do Município de Presidente Sarney no Estado do Maranhão.

Fonte: On Line ⁷

6 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6454.htm. Acesso 22 de janeiro de 2019.

7 Disponível em: <https://www.mapasparacolorir.com.br/mapa/estado/ma/estado-maranhao-municipios.jpg>. Acesso em 10/julho/2019. Assinalamento por Nascimento Neto (2019), a partir de base cartográfica do IBGE.

O site do IBGE é sucinto ao dizer apenas que, em 1994, esse município foi elevado à categoria de município e distrito com essa denominação pela Lei Estadual Nº 6198, de 10 de Novembro de 1994 (ANEXO IX), tendo sido desmembrado da cidade de Pinheiro/MA:

Em 1994, foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Presidente Sarney.

Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Presidente Sarney, pela Lei Estadual nº 6198, de 10-11-1994.

Desmembrado de Pinheiro. Sede no antigo distrito de Presidente Sarney (ex-localidade de Pinheiro).

Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1997.

Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007 (IBGE).⁸

Embora o silêncio histórico-informativo impressione, em 17 de outubro de 2017, a Assembleia Legislativa aprovou a realização de plebiscito para a alteração daquele toponônimo, retomando seu antigo nome, ou seja, Pimenta do Maranhão.

O número de homenagens toponímicas no Estado do Maranhão para o nome Sarney é expressivo e relevante. Esse topônimo está presente em ruas, avenidas, pontes, vilas, no Fórum, no estádio, na maternidade e em outros mais.

Costa (1997, p. 2) faz inferir a existência de interesse político-ideológico proselitista, quando diz que esse acervo de homenagens foi robustecido a partir de 1996 com a criação de 81 novos municípios.

Convém lembrar que a toponímia comemorativa da oligarquia Sarney foi toda ela instituída em 1996, quando da criação dos 81 novos municípios maranhenses. Através desse mecanismo, a oligarquia política reverencia a

8 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/presidente-sarney/historico>. Acesso em 06/08/2019.

si mesma e a seus feitos na edificação do que denomina, em seu discurso, de um ‘Novo Maranhão’. Como nos primórdios da república do Brasil, ainda vale a advertência de Lima Barreto: ‘Há nos próceres republicanos uma necessidade extraordinária de serem gloriosos e não esquecidos pelo futuro (COSTA, 1997, p.2).

O fato de o Poder reverenciar a si mesmo lançando luz favorável sobre seus feitos e autoridade, visa à perpetuação, como já discutido. Não diferente do passado, seu “convênio com a pedra” - onde inscreve seu nome, e reflete o retrato de seu modo de pensar, seus costumes e suas ideologias - continua a ter o mesmo propósito propagandístico.

Conhecido o valor fundamental da visibilidade para a formação das dignidades, decorre a sinonimização com o caráter de celebridade, pois, no pensamento de Marshall (1997), celebridades são as figuras públicas constituídas pela visibilidade. Também afirma Sibilía (2010, p. 54) que a vitrine, significando a visibilidade, que cria o real:

“Qualquer um” pode ser famoso, levando em conta o fluxo incessante de celebridades que nascem e morrem sem nada ter feito de extraordinário, mas apenas por ter conquistado alguma vitrine mais ou menos abrangente. Porque cabe às telas, ou à mera visibilidade, essa capacidade de conceder um brilho extraordinário à banalidade exposta no rutilante espaço midiático (SIBILIA, 2010, p. 54).

Nesse contexto, Herschmann & Pereira (2003, p. 13) asseveram que essas figuras públicas se “destacam da vida cotidiana em virtude do talento na atividade profissional que desempenham, em função de fatores como atos heróicos e ou estratégias publicitárias bem sucedidas”. Assim, o papel da Mídia, por meio da visibilização em massa, é basilar no processo de construção do indivíduo expoente suscitando entusiasmo no imaginário social coletivo.

Segundo Braudy (1997, p.3), “o desejo de fama requer publicidade”, e para Lilti (2018, p. 11), esse frenesi por notoriedade resulta como “efeito da cultura da celebridade.”

Semelhantemente aos reis do passado, que até “podem ter sido iletrados, mas conheciam bem o valor da propaganda” (WALKER, 1993, p. 38), no Maranhão, José Sarney, bem letrado⁹ como é, prontamente deve ter se apercebido da influência dessa ferramenta na formação de um imaginário favorável às celebridades e soube associar seu nome a um símbolo.

Figura 5



Ex-Presidente José Sarney Costa Fonte: On Line ¹⁰

Em 1965, José Ribamar Ferreira de Araújo Costa adotou o nome de José Sarney Costa em referência a seu pai – Sarney de Araújo Costa (04/09/1901 – 22/07/1961), e por ser um patrônimo favorável à política, dado o prestígio que seu pai possuía como promotor público.

Uma das hipóteses sobre a origem do nome *Sarney*, conforme Obata (2002, p. 9), remonta ao período em que seu avô – José Adriano de Araújo Costa – trabalhava com os ingleses e, encantou-se com a elegância da forma com que se evocava a um gerente chamado senhor Ney.

Mesmo não sendo nobre, os funcionários empregavam *sir* antes de seu nome como versão portuguesa de *senhor*. Daí, por adaptação fonológica, como ocorreu aos vocábulos *chulé* e *fórró*, neologismos oriundos respectivamente

9 José Sarney é o “sexto ocupante da Cadeira nº 38, eleito em 17 de julho de 1980, na sucessão de José Américo de Almeida e recebido em 6 de novembro de 1980 pelo Acadêmico Josué Montello”. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/jose-sarney>. Acesso em: 15/11/2019.

10 Disponível em: <https://josesarney.org/presidente>. Acesso em: 15 nov 2019.

de *shoeless* – descalço, e *for all* – para todos, surge *Sarney* a partir de *Sir Ney*.

A apreciação por tal sonoridade motivou José Adriano de Araújo Costa a dar esse nome a seu filho – Sarney de Araújo Costa, quem viria a ser o pai de José Sarney.

Segundo a Lei de Registros Públicos, N. 6.015 de 31 de dezembro de 1973, em seu art. 68, a legislação brasileira considera o nome como um dos atributos mais especiais da personalidade de uma pessoa, por isso, o processo legal de mudança de nome é moroso, caro e restringe-se a casos específicos previstos em lei, e recrudescer mais ainda no que concerne a alterações de sobrenome (art. 56), todavia, não foi inflexível com relação ao senhor José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, que viria a ser o 31º. Presidente do Brasil (1985 – 1990).

Conforme Couto (2009, p.23), foi também a partir de 1965, com “a ascensão do político José Sarney ao cargo de governador do estado que se instituiu no Maranhão sua oligarquia”.

A trajetória política de José Sarney teria tido um início oficial com o pedido de seu pai a Vitorino Freire como segue:

Seu pai, o desembargador Sarney, mantinha comigo relações pessoais há muitos anos. Nos idos de 1950, desejei de ver seu filho lançar-se na política do Estado, solicitou-me que interferisse junto ao Governador Eugênio Barros no sentido de arranjar uma colocação para seu filho, José Ribamar Costa, ou José Sarney, como assinava, no gabinete do governador... O salto de Sarney, de assessor do governador a candidato a deputado federal, contando com meu apoio, gerou incompreensões de outros jovens políticos do PSD, que se consideraram marginalizados por mim (FREIRE, 1978, p. 273-274).

No entanto, a experiência e carreira política de José Sarney precediam sua nomeação oficial. Lima (2010, p.185) descreve que seu nascimento foi na cidade de Pinheiro – MA em 24 de abril de 1930, mas, aos 12 anos, teria vindo com o irmão, Evandro Costa, para ingressar no Liceu Maranhense, instituição de ensino para a qual fora aprovado em primeiro lugar. Tendo tornado-se o editor do jornal O Liceu, dá mostras de talento para o jornalismo e literatura.

Tornou-se *então* líder estudantil, e nessa condição, estimulou movimentações de rua e praças públicas em oposição à ditadura getulista, representada no Maranhão por Paulo Ramos, interventor que chegara a prendê-lo (BUZAR, 2001, p. 282). No ano de 1950, ingressou na Faculdade de Direito.

Em 1954, foi candidato pelo PSD de Vitorino Freire a Deputado Federal, ficando na suplência. Em 1955, rompe com Vitorino, e filia-se à UDN de Carlos Lacerda. Em 1960, elege-se Deputado Federal concomitantemente com Jânio Quadros na presidência do Brasil, com quem tem notória proximidade, e, por esse fato, o Governador Newton Bello (1961 a 1966) tem-no como porta-voz no Planalto (BUZAR, 2001, p. 290). Com a renúncia de Jânio Quadros e as conseqüentes crises do parlamentarismo e governo de João Goulart, Vitorino Freire volta a ter voz de comando no Maranhão, dando apoio ao governo Militar de 1964 sem a necessidade de Sarney. No entanto, o governo Militar escolheu associar sua imagem à Sarney, uma liderança nova (COSTA, 2004, p. 290).

Com esse apoio, em 1965, elege-se Governador do Maranhão para o mandato de 1966 a 1970, com 53,63% dos votos.

Além do apoio do Governo federal (Buzar, 2014, p. 353), corroboraram para sua eleição algumas circunstâncias de caos social que faziam as massas clamarem por um governador que, como uma espécie de *zorro*, lhes oferecesse alguma esperança de solução para as condições opressivas em que viviam.

Contavam como fatores de insatisfação popular, a arbitrariedade histórica que, não raro, dava mais alta voz às armas e à truculência (COSTA, 2004, p. 270-271; BUZAR, 2014, p. 45 e 77), o voto de cabresto¹¹, a fraude Eleitoral, onde “uma porca *seria* eleita, até pro senado, se ele (Vitorino) desejasse” (COSTA: 2004, p. 271), e a greve de 1951.

Relatam Costa (2004, p. 269-270) e Buzar (2014, p. 77) que a campanha eleitoral de 1950, entre Eugênio Barros, da situação, e Saturnino Belo, da

11 Expediente empregado pelos coronéis para que a “livre escolha dos representantes” por parte dos eleitores fosse determinada por coação desses ricos fazendeiros. Seus capangas e jagunços retaliavam aos eleitores “desobedientes” com agressões, despejo e desemprego. As regiões controladas por esses coronéis eram chamadas de currais eleitorais (LEAL, 1997).

oposição, foi acirrada e em meio de obstaculações do governo contra os opositoristas, tais como: proibições de comícios, e emprego de cavalaria e de soldados autorizados a dissipar quaisquer ajuntamentos na Praça João Lisboa.

Mesmo assim, ocorre uma passeata oposicionista, e conseqüente confronto com a polícia do que resultou a morte do operário João Evangelista de Sousa, de 17 anos. Esse fato, prontamente noticiado na imprensa nacional, inflou a troca de acusações entre o governo e a oposição. Nesse clima, deu-se o pleito de 03 de Outubro de 1950 que “elegeu” Eugênio de Barros. Daí, deflagrou-se a greve geral contra a posse desse indicado de Vitorino Freire.

As massas populares e seu imaginário social coletivo estavam em ebulição dada à “violência nua e crua da Ocupação vitorinista”. O sentimento da sociedade era assim retratado por Costa (2004): “Traumas coletivos a sinalizar a finitude de todos e de cada um. [...] corações e mentes, mobilizando representações imemoriais da morte”, transformaram “túmulos em bandeiras e trincheiras de luta” (COSTA, 2004, p. 270).

Decorrente do prolongamento da greve, houve desabastecimento, falta de água e de energia, bem como insegurança por toda parte, principalmente porque, “o agravamento da situação levou o governo federal a estabelecer a ocupação da capital por tropas do exército”, o que contribuiu ainda mais para que tudo permanecesse parado, renunciando um total colapso às atividades econômicas (COSTA, 2004, p. 271).

Dessa forma, as condições favoráveis à posse de José Sarney estavam configuradas, e, em 31 de janeiro de 1966, emanava predominantemente um espírito social coletivo de que chegara o almejado dia da libertação: “jornais de oposição saudavam a posse de José Sarney [...], seria [...] a hora da libertação” (COSTA, 2004, p. 291).

Se for sustentada a premissa de que “a eleição de José Sarney teria sido uma ‘vitória outorgada’, representando “apenas um referendun da sociedade civil do estado para a consecução dos objetivos do governo central estabelecidos pela revolução de 1964” (COSTA, 2004, p. 292), então, supõe-se que a estrutura desse governo teria de dar manutenção e espessamento

ao mesmo *modus operandi* que lhe teria garantido esse endosso popular à imagem de libertador.

Portanto, a visibilidade pela arte, dramaturgia, e mídia que teria criado a imagem de José Sarney como libertador, doravante, devia também estabelecer, reforçar, consolidar e eternizar a retórica de convencimento dessa imagem no pensamento social coletivo.

Os fatos demonstram que a posse de José Sarney, em 31 de janeiro de 1966, estava encharcada de publicidade midiática encapsulando proselitismo político-ideológico em várias frentes.

Por exemplo, o programa de posse foi divulgado como “Festa do Povo” e previa salva de foguetes às 0h e às 6h; uma missa campal, na Igreja da Sé, e celebrada pelo Arcebispo metropolitano Dom João José da Mota e Albuquerque (27 de março de 1913 - 12 de setembro de 1987), tendo a participação do Coral do Maranhão; sessão em todos os cinemas da cidade; partida de futebol no estádio Santa Izabel; baile em todos os clubes e solenidade de posse e transferência do cargo em praça pública.

Figura 6



Jornal *O imparcial*, 30 de janeiro de 1966, p. 1 Foto de Nascimento Neto (2019)

Rojões eclodindo às 0h e às 6h serviam de símbolos mnemônicos efetivamente publicitários de eventos efusivos, mas, o simbolismo de

uma missa, naquele contexto, conferiria a ele uma imagem de humildade, resignação, devoção, celebridade e aprovação eclesiástica admiráveis.

Arcebispo é um sacerdote investido de maior patente e atribuições, e que tem outros bispos sob sua autoridade, como bem designa a composição dos radicais gregos *arché* (arché - primeiro ou principal), *epi* (epi - sobre ou por cima de) e *skopos* (scopos – vista, ver) formadores desse termo, e era empregado no passado para denominar cargos de supervisores nos domínios do judiciário, militar e civil.

A homilíade ou preleção do Arcebispo de São Luís, nessa missa, foi uma exegese do evangelho registrado no livro bíblico de Mateus capítulo 8 versos 23 a 27 que aborda o apaziguamento de uma tempestade como segue:

²³Entrando ele no barco, seus discípulos o seguiram. ²⁴De repente, uma violenta tempestade abateu-se sobre o mar, de forma que as ondas inundavam o barco. Jesus, porém, dormia. ²⁵Os discípulos foram acordá-lo, clamando: “Senhor, salva-nos! Vamos morrer!” ²⁶Ele perguntou: “Por que vocês estão com tanto medo, homens de pequena fé?” Então ele se levantou e repreendeu os ventos e o mar, e fez-se completa bonança. ²⁷Os homens ficaram perplexos e perguntaram: “Quem é este que até os ventos e o mar lhe obedecem?” (A BÍBLIA, MATEUS 8:23-27).

O evento ocorreu em um extenso lago de água doce, medindo aproximadamente 21 quilômetros de comprimento e 14 quilômetros de largura, e localizado no distrito norte de Israel, chamado de Mar da Galileia, mar de Tiberíades ou lago de Genesaré. Na margem oposta do Mar da Galileia, ficavam as cidades de Citópolis, Pella, Diom, Gerasa, Filadélfia, Gadara, Rafana, Canata, Hipos e Damasco (BUCKLAND, 2007), que compunham um extenso território denominado de Decápolis- do grego *deka* (deka- dez), e *polis* (polis - cidade).

Esse lago, cercado de montanhas, está a mais de 200 metros abaixo do nível do mar. Em detrimento dessa baixa altitude, a temperatura do ar ali é superior à do planalto e dos montes, condição esta que, somada ao vento procedente do deserto do Saara, canalizado pela fenda síro-africana,

e ascendente pelo vale até chegar ao mar da Galileia, faz com que, todos os dias, de madrugada e no horário entre 14 e 17h, haja uma mudança climática resultante em tempestades repentinas e perigosas.

O pintor holandês Rembrandt Harmenszoon van Rijn (1606 — 1669), produtivo e famoso pintor holandês, em 1633, ilustra em uma tela de 160 por 128 cm, a cena em que Jesus acalma a tempestade no mar da Galileia:

Figura 7



Quadro de Rembrandt Harmenszoon van Rijn -Tempestade no mar da Galileia.

Fonte: on line ¹²

A hermenêutica¹³desse texto cristaliza-se com o fato de, em uma dessas tempestades, que faziam o mar encapelar-se, estava soçobrando o barco onde se achavam Jesus e seus discípulos. No entanto, Jesus dormia.

Quando os discípulos se vêem diante da inevitável fatalidade iminente, acordam-no e clamam: “Senhor, salva-nos! Vamos morrer!”.

Jesus, após perguntar a razão de tanto medo, fica em pé e manda que os ventos e o mar se acalmem, obtendo imediata bonança. Diante disso, exclamam: Quem é este que governa até a natureza?!

12 Disponível em: <http://virusdaarte.net/rembrandt-tempestade-no-mar-da-galileia/> acesso em: 12/09/2019.

13 Hermenêutica: *sf.* Método que visa à interpretação de textos (filosóficos, religiosos, etc.) (AURELIO, 2001, p. 390).

Portanto, a implicação é que, a despeito da tempestade, estava ali o Salvador que tinha autoridade para solucionar o aparente caos.

Todavia, naquele momento, os efeitos de sentido metaforicamente implícitos aos ouvintes da exegese desse texto, fatalmente implicariam em uma eisegese de que José Sarney, ali presente, era o salvador do estado, supostamente homologado pelas escrituras sagradas ali elencadas.

Exegese é o processo de interpretação de um texto, que um leitor faz, procurando ser o mais fiel possível às intenções do escritor.

Porter e Clarke (1997) explicam que o termo exegese:

[...] tem sido tradicionalmente definido como o processo pelo qual um leitor busca descobrir o significado de um texto via o entendimento das intenções originais do autor naquele texto. O objetivo clássico da exegese tem sido articular o significado de uma passagem como o escritor original pretendia que ele fosse entendido por sua audiência contemporânea (PORTER E CLARKE, 1997, p. 26)¹⁴.

Não obstante, eisegese é a “interpretação de um texto (como a Bíblia), lendo nele as suas próprias ideias”¹⁵. Portanto, eisegese é um antônimo de exegese, porque consiste em interpretar um texto como se as pressuposições, preconceitos e ilações do leitor estivessem de fato fundamentados no texto.

Assim, inferir-se-ia barco como o Estado do Maranhão, o Mar, seus caminhos; também que os discípulos representariam os maranhenses, e a tempestade, as circunstâncias caóticas pelas quais atravessava o Estado.

14 Exegesis has been traditionally defined as the process by which a reader seeks to discover the meaning of a text via an understanding of the original author's intentions in that text. The classic goal of exegesis has been to articulate the meaning of a passage as the original writer intended it to be understood by his or her contemporary audience (PORTER E CLARKE, 1997, p. 26). Tradução de Nascimento Neto (2019).

15 Eisegese: the interpretation of a text (as the Bible) by reading into it one's own ideas. Merriam Webster Dictionary, disponível em: <https://merriam-webster.com/dictionary/eisegesis>. Acesso em: 11/nov/2019. Tradução de Nascimento Neto, 2019.

Dessa forma, José Sarney, o Governador eleito, parece ser simbolizado como o salvador do estado, aquele que traria pacificação e bonança à senda político-administrativa do estado do Maranhão.

Interpretar o tópico tempestade marítima como metáfora para problemas e vicissitudes não era estranho nas artes de então. Essas metáforas da superfície conflituosa de ondas que se batem e da fúria de mares encapelados simbolizando adversidades, caos, reveses e transtornos são muito presentes na literatura, e “são mais numerosas que as de calmaria” (BACHELARD, 1980, p. 178).

Por exemplo, no romance da literatura brasileira *A Ostra e o Vento* (1964), de Moacir C. Lopes, tempestade significava relação conflituosa entre Marcela e Saulo.

Em Carvalho (1965, p. 26), a imagem de perigo no “mar selvagem” é “um tigre que eriça o pelo”.

Em Iracema (1984, p. 14), de José de Alencar, primeiramente publicado em 1865, exhibe a conotação para barco como uma entidade, e mar como sua vida e lida, no trecho: “Deus te leve a salvo, brioso e altivo barco, por entre vagas revoltas, e te paje nalguma enseada amiga!”. Também Nietzsche (1950, p.608) faz das águas tal metáfora: “[...] Ninguém pode construir em teu lugar as pontes que precisarás passar, para atravessar o rio da vida. [...] Existe no mundo um único caminho onde só tu podes passar”.

Além das metáforas, outra frente de impregnação ideológica apologética à imagem de “salvador do Maranhão” foi mídia impressa.

Por exemplo, o jornal *O Imparcial* de 30 de janeiro de 1966, na página primeira, traz seu editorial intitulado *O dia da esperança* com a seguinte abordagem:

O dia da **esperança** chega para os maranhenses com o atrazo de um quarto de século, demora que enfraqueceu nossas resistências, mas não conseguiu destruir nosso civismo. Longa foi a noite e lúgubres os sonhos por ela proporcionados. Mas o **povo**, numa arrancada que marcará a separação de duas épocas, quis **romper os grillhões** que o aferravam ao

atrazo, à miséria e à vergonha, **ofereceu**, ao Brasil e, ao Maranhão **a vitória de 3 de Outubro**, hoje definitivamente implantada no Maranhão, com **a posse de José Sarney** no Governo [...]

As trevas de vinte anos não apagaram as esperanças do Maranhão. É por isso que, hoje, o operário e o médico, a dona de casa e o advogado, o funcionário público e o sacerdote, o povo, na sua unanimidade, **todos comungam** a mesma **alegria**, a alegria da esperança que não se apagou, mas ao contrário, se robustece na **juventude** de um maranhense **que promete e pretende dar** ao estado no mínimo de uma palavra, o máximo de ação – Governo.

Dar governo ao Maranhão, que se desgovernou por todos os lados, cambaleante e inseguro como os narcotizados, **será realmente**, o suficiente para a conquista dessa **esperança** que não pereceu, nem pelo curso do tempo, nem pela maldade dos que a ignoram.

O **Maranhão recebe**, com **a posse de José Sarney** no governo do Estado, um novo **alento** para as caminhadas do **progresso**, na tranqüila **certeza** de que terá **paz e liberdade**, único clima que nos **conduzirá à grandeza** esperada.

Recebemos, pois, **com júbilo** o **novo Governo**, pedindo **a Deus** Todo Poderoso, que, do alto de **sua onisciência**, **aponte ao condutor** dos nossos **destinos** os **rumos** que nos levarão à **prosperidade**.

Este é o dia da **esperança**(O IMPARCIAL, 30 de janeiro de 1966, p. 1) (negritos meus).

A modalização do texto suscita uma imagem de herói, estruturando-se como uma propaganda proselitista político-ideológica na medida em que, a escolha lexical acontece para contrastar dois tempos, um de atraso e outro supostamente de esperança, um de grilhões e outro de liberdade.

As palavras: esperança, povo, romper, grilhões, vitória, todos, comungam, alegria, juventude, promete, pretende, governo, realmente, Maranhão, recebe, alento, progresso, tranqüila certeza paz, liberdade, e grandeza, júbilo, novo, Deus, onisciência, condutor, destinos, rumos, e prosperidade, associadas à menção de “a posse de José Sarney” no centro do texto, positivam enfaticamente o mito dessa imagem de herói e engendram um enunciado mais político, que puramente informativo.

Segundo Pacheco Filho (2001, p. 65), “o jornal reveste a posse do novo governador de um simbolismo ‘cívico’”. Dessa forma, o próprio “governador José Sarney sabia que a história é escrita com palavras e gestos, representações e símbolos” (PACHECO FILHO, 2001, p. 67). Isto se enquadra na explicação de Pinker (2005, p. 115) de que “a forma de uma representação determina o que se pode inferir dela facilmente”.

Outro recurso empregado na injeção de propaganda proselitista nesse contexto foi o cinema de Gláuber Rocha (1939 – 1981).¹⁶

Gláuber Rocha e José Sarney eram amigos¹⁷. Nas próprias palavras de José Sarney, é possível perscrutar a intenção de propaganda proselitista empregando o cinema quando diz que:

Tomava posse no Governo do Maranhão, e fiz uma ousadia que não se deve fazer com um amigo da estatura de Gláuber Rocha:

“Gláuber, você poderia documentar a minha posse no Governo do Maranhão?”

[...] ele foi e fez o documentário. Esse documentário foi passado numa sala de cinema de arte, há uns 15 anos. E quando o público viu que, numa sessão de cinema de arte, ia ser passado um documentário, que podia ter sentido de uma promoção publicitária, reagiu, como tinha que reagir. Mas aí, o documentário começou a ser passado e quando terminaram os 12 minutos de projeção, o público levantou-se e aplaudiu de pé, não o tema do documentário, mas como um grande artista pôde transformar um simples ato protocolar numa obra de arte. Por quê? Ele não filmou a minha posse, ele filmou a pobreza do Maranhão, filmou as esperanças que nasciam no Maranhão, dos casebres, dos hospitais, dos tipos de rua, e, no meio de tudo aquilo, ele colocou a minha voz, a voz do governador; ele modificou a ciclagem para que essa voz parecesse a voz de um fantasma profético, diante

16 Cineasta, ator e escritor brasileiro, vencedor do Festival de Cannes como o melhor diretor, em 1968 com o filme “o Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro”.

17 Há quase 20 anos, fui seu amigo. Conheci, de perto, aquela chama extraordinária, aquele fogo intelectual que aquecia as pessoas com quem privava ou com quem conversava. Em tudo o que pagava, Glauber Rocha dava um toque de genialidade (SARNEY, J., 1983, p.132).

daquela coisa entre o impossível e o que era a miséria do Estado (SARNEY, 1983, p. 132-133).

Observe-se que o pedido para “documentar minha posse” implica em produzir filme de propaganda favorável ao governo, pois, refuta antecipadamente à alegação de que aquele filme, passado numa sala de cinema, “podia ter sentido de uma promoção publicitária”, citando as palmas do público advindas após os doze minutos da exibição¹⁸.

Ao expressar que, “ele não filmou a minha posse”, mas “as esperanças que nasciam, os casebres, os hospitais, e as ruas”, colocando, “no meio de tudo aquilo, a minha voz com cirandagem modificada para parecer a voz de um fantasma profético”, admite manipulação midiática com vistas à apologia subreptícia, e confirma que, consoante Weilbacher (1994), o “consumidor passa a pensar da forma como o anunciante desejava que ele pensasse e o predispõe a agir como o anunciante desejava que ele agisse”.

Dessa forma, a propaganda política – sendo para Bartlett (1940, p. 7), “uma empresa organizada para influenciar e dirigir a opinião pública” - alcançou seus propósitos descritos por Garcia (1999, 2005) como segue:

A propaganda encarregou-se de enaltecer presidentes, apresentando-os como os líderes mais indicados para serem chefes de governo. Com a construção de uma imagem positiva dos presidentes, esperava-se conseguir despertar a confiança da população para suas decisões, explicações e esclarecimentos (GARCIA, 1999, 2005, p. 15).

Não filmar a posse, mas as esperanças que nasciam é, no mínimo, dizer que meia dúzia não era seis, porque, retratar os efeitos psicológicos delirantes desencadeados no povo e sua esperança induzida era filmar mais que a solenidade de posse, era aureolar ainda mais o mito.

Gomes (1999, p. 40) alega que “o público em geral constrói com o reforço da mídia, uma imagem fantasiada e de projeção estereotipada, que nada tem

18 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t0JJPFRuhAA>. Acesso em: 12/julho/2019.

a ver com a realidade”, no entanto, essa imagem é “aceita inconscientemente como verdade e isto pode constituir em prática manipuladora”.

Além disso, tem-se como confissão de manipulação, a declaração de que a “cirandagem da voz foi modificada para parecer a voz de um fantasma profético”, uma técnica cinematográfica que beira o subliminar, não simplesmente porque “a propaganda quer impregnar as pessoas com suas ideias”, mas, principalmente pelo fato de seu propósito ter de “ser tão inteligente e virtuosamente escondido que aqueles que venham a ser influenciados por tal propósito nem o percebam” (REBOUL, 1975, p. 95).

Supõe-se então, que a percepção de José Sarney, quanto à força política que os meios de comunicação poderiam lhe outorgar, fê-lo estabelecer uma relação simbiótica com a Mídia desde o início de sua carreira política (COUTO, 2013, p. 145).

Buzar, (2001, p. 291) alicerça o conceito de que a mídia outorga força política, ao dizer que José Sarney, já em 1962, “partiu para as eleições [...] utilizando com competência os meios de comunicação de massa [...] realizou uma campanha brilhante, agressiva e contundente”.

Sobre o uso dos meios de comunicação como instrumento de proselitismo do poder, o próprio José Sarney diz que os meios de comunicação são um instrumento político:

Nunca fui empresário de comunicação. Eu criei o jornal, porque tinha que ter um instrumento político [...] Primeiro veio o rádio e tivemos de entrar, depois veio a televisão, tivemos que entrar, com isso o desdobramento da nossa necessidade política que teve condições de comunicação. Isso de certo modo ajuda bastante. (D’ELBOUX, 2003, p. 36-37)

Se não fôssemos políticos não teríamos necessidade de ter meios de comunicação. a única participação em empresas é relativa à atividade política. (LÍRIO, 2005 *apud* COUTO, 2009, p.154).

Para a manutenção do poder, a propaganda é um recurso imprescindível, pelo fato de que, “a política no Brasil apresenta um alto

índice de desconfiança”(COUTO, 2009, p. 92), ao contrário dos meios de comunicação. Filmes, Imprensa, **Mídia podem ser** empregados nessa saga, dado seu controle manipulador da sociedade, pois são capazes de distorcer a realidade.

Para Couto (2009, p. 92), 24% das emissoras de rádio e televisão do país são controlados por políticos. As concessões de rádio e TV são moeda de troca de grande valor político, pois parte significativa delas beneficia a políticos”.

Moreira (1998, p. 94) diz que, durante a presidência de Sarney, houve 1028 concessões de rádio e TV. Ou seja, “em apenas um mandato, José Sarney assinou um número de concessões superado apenas pela soma das permissões autorizadas por todos os presidentes brasileiros entre 1934 e 1979,” das quais 168 se tornaram de políticos. A família tem emissoras de TV com 20 retransmissoras para três regiões maranhenses, o jornal *O Estado* e a rede Mirante de rádio, que tem emissoras em 23 municípios.

Embora os meios de comunicação eletrônicos sejam “a parte mais dinâmica dessa estrutura ideológica, não é a única” (GRAMSCI, 2004, p.78). Habermas (1983, p. 315) endossa esse posicionamento dizendo que “hoje a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia”.

Como já acima declinado, o jornal, o cinema, e a missa foram recursos proselitistas político-ideológicos empregados para que a visualização apologética fosse bem instrumentalizada. Ainda não bastante, posteriormente, a toponímia somou-se a eles, como assevera Costa (1997, p.2):

Convém lembrar que a toponímia comemorativa da oligarquia Sarney foi toda ela instituída em 1996, quando da criação dos 81 novos municípios maranhenses. Através desse mecanismo, a oligarquia política reverencia a si mesma e a seus feitos na edificação do que denomina, em seu discurso, de um ‘Novo Maranhão’ (COSTA, 1997, p. 2).

Nesse sentido, a Toponímia também desempenha um papel semelhante, pois “teme a política”(PALONEN, 1993, p.103), e pode ser usada como um

instrumento de proselitismo para estabelecer, reforçar, consolidar e eternizar a imagem proselitista do poder, de seu representante e/ou de sua ideologia no pensamento social coletivo, pela retórica de convencimento derivada, implícita ou explicitamente, da exposição continuada de um topônimo.

No Maranhão, topônimos em homenagem à oligarquia Sarney estão presentes em muitas travessas, ruas, avenidas, praças, bairros, escolas, prédios públicos e municípios.

Quadro 2 – Topônimos com o sobrenome Sarney

Logradouro/Nome	Bairro/Município/Estado	Código de Endereçamento Postal
Travessa Marly Sarney	Forquilha/São Luís/MA	65054-060
Travessa Marly Sarney	Ivar Saldanha/São Luís/MA	65037-500
Travessa Roseana Sarney	Cidade Operária/São Luís/MA	65058-096
Travessa Roseana Sarney	Ilhinha/São Luís/MA	65076-612
Travessa Roseana Sarney	Ilhinha/São Luís/MA	65076-612
Travessa Des. Sarney Costa	Bairro de Fátima/São Luís/MA	65031-600
Travessa Ivan Sarney	Cidade Nova/São Luís/MA	65083-403
Travessa Ivan Sarney	Bequimão/São Luís/MA	65062-206
Travessa José Sarney	Bom Jesus/São Luis/MA	65042-880
Travessa Sarney Filho	João de Deus/São Luis/MA	65057-382
Travessa Sarney Filho	São Bernardo/São Luis/MA	65056-311
Travessa José Sarney	Bairro de Fátima/ São Luís/MA	65030-820

Travessa José Sarney	Jd. São Cristóvão/ São Luís/MA	65055-290
Travessa José Sarney	Pão de Açúcar/ São Luís/MA	65049-130
Travessa José Sarney	Vila Esperança/ São Luís/MA	65095-475
Travessa José Sarney	Campo de Belém/Caxias/MA	65609-210
Travessa José Sarney	Vila Palmeira/ São Luís/ MA	65045-710
1ª Travessa José Sarney	Coroadinho/ São Luís/ MA	65044-181
1ª Travessa José Sarney	Vila Ariri/ São Luís/ MA	65082-281
2ª Travessa José Sarney	Vila Itamar II/ São Luís/ MA	65090-042
2ª Travessa José Sarney	Bom Jesus/ São Luís/MA	65042-863
2ª Travessa José Sarney	Coroadinho/ São Luís/MA	65044-182
2ª Travessa José Sarney	Fátima/ São Luís/MA	65030-822
2ª Travessa José Sarney	Vila Ariri/ São Luís/MA	65082-282
3ª Travessa José Sarney	Fátima/ São Luís/MA	65030-824
Rua José Sarney	Atalaia/Ananindeua/PA	67013-780
Rua Fernando Sarney	Vila Marcony/Santa Inês/MA	65304-327
Rua José Sarney	Penha Circular/Rio de Janeiro/RJ	21011-721
Rua José Sarney	Jardim Presidencial/Ji-Paraná/RO	76901-084
Rua José Sarney	Alto da Brasília/Sobral/CE	62040-685
Rua Presidente José Sarney	Lençóis Paulista/SP	18681-570

Rua Governador Sarney	Centro/ Santa Inês/MA	65300-016
Rua José Sarney	Campo de Belém/Caxias/MA	65609-200
Rua José Sarney	Jd. São Cristóvão/São Luís/MA	65055-300
Rua José Sarney	Pão de Açúcar/São Luís/MA	65048-760
Rua José Sarney	Retiro Natal/São Luís/MA	65031-125
Rua José Sarney	Vila Esperança/São Luís/MA	65095-550
Rua José Sarney	Vila Itamar II/São Luís/MA	65090-040
Rua José Sarney	Vila Nova/São Luís/MA	65082-742
Rua Presidente Sarney	São Francisco/São Luís/MA	65076-750
Rua Roseana Sarney	Ilhinha/São Luís/MA	65076-610
Rua Roseana Sarney	Ivar Saldanha/São Luís/MA	65040-839
Rua Roseana Sarney	Vila Lobão/São Luís/MA	65045-854
Rua Roseana Sarney	Xavier Maia/Rio Branco/AC	69903-004
Rua Ivan Sarney	Sacavém/São Luís/MA	65041-322
Rua Luci Sarney	Santa Clara/São Luís/MA	65058-627
Rua Marly Sarney	Quebra Pote/São Luís/MA	65092-264
Rua Marly Sarney	Retiro Natal/São Luís/MA	65031-130
Rua Marly Sarney	Santa Cruz/São Luís/MA	65045-840
Rua Marly Sarney	Vila Apaco/São Luís/MA	65058-677

Axiotopônimo: Proselitismo Político-Ideológico (Implícito) no Maranhão?

Reginaldo Nascimento Neto

Rua Marly Sarney	Vila Ivar Saldanha/São Luís/MA	65040-840
Rua Marly Sarney	Nova imperatriz/MA	65907-230
Rua Marly Sarney	Açailândia/MA	65930-000
Rua Marly Macieira Sarney	Vila Verde/Cacoal/RO	76960-538
Rua Ministro Sarney Filho	Vila Conceição/São Luís/MA	65071-848
Rua Sarney Filho	Barreto/São Luís/MA	65037-440
Rua Sarney Filho	João de Deus São Luís/MA	65057-450
Rua Sarney Filho	Santa Efigênia São Luís/MA	65058-725
Rua Sarney Filho	São Bernardo São Luís/MA	65057-490
Rua Sarney Filho	Vila Mauro Fecury I São Luís/MA	65082-631
Rua Sarney Filho	Vila Primavera São Luís/MA	65043-896
Rua Sarney Neto	Santa Helena/MA	65043-896
Avenida Presidente José Sarney	Setor Sul Jamil Miguel/Anápolis/GO	75124-730
Avenida Presidente José Sarney	Vila Nossa Senhora D'Abadia/ Anápolis/GO	75120-425
Avenida Presidente José Sarney	Residencial Maria Luiza/Aparecida de Goiania/GO	74968-862
Avenida Governador Sarney	Centro/Santa Inês/MA	65300-112
Avenida Governador Sarney	Centro/Alto Parnaíba/MA	65810-000
Avenida José Sarney	Bom Jesus/São Luís/MA	65044-520
Avenida senador José Sarney	Axixá/MA	65148-000

Avenida José Sarney	Centro/São Luís/MA	65020-720
Avenida José Sarney	Centro/Fortaleza dos Nogueiras/MA	65805-970
Avenida José Sarney	São Raimundo/São Luís/MA	65082-265
Avenida José Sarney	Vila Ariri São Luís/MA	65082-280
Avenida José Sarney	Vila Mauro Fecuri I São Luís/MA	65082-667
Avenida José Sarney	Vila Nova São Luís/MA	65085-470
Avenida José Sarney	Vila São Luís São Luís/MA	65082-516
Avenida Sarney Filho	Vila Embratel/São Luís/MA	65081-400
Avenida Sarney Filho	Vila Janaína/São Luís/MA	65058-825
Avenida Sarney Filho	Coroadinho/São Luís/MA	65043-840
Avenida Sarney Costa	Residencial José Reinaldo Tavares São Luís/MA	65059-417
Avenida Roseana Sarney	Centro/São Vicente de Férrer/MA	65220-000
Avenida Roseana Sarney	Centro/Santana do Maranhão/MA	65555-970
Avenida Roseana Sarney	Grajaú/MA	65940-990
Avenida Roseana Sarney	Boa Vista do Gurupi/MA	65292-000
Avenida Roseana Sarney	Trizildela/MA	65950-000
Ponte Governador José Sarney	São Francisco-Centro/São Luís/MA	65065-545
Passagem José Sarney	Cabanagem/Belém/PA	66625-120
Praça José Sarney	Vila Palmeira/São Luís/MA	65045-700

Axiotopônimo: Proselitismo Político-Ideológico (Implícito) no Maranhão?

Reginaldo Nascimento Neto

Praça José Sarney	Pinheiro/MA	65200-000
Praça José Sarney	Vitorino Freire/MA	65320-000
Praça José Sarney	Coroatá/MA	65415-000
Praça José Sarney	Santa Inês/MA	65300-000
Praça José Sarney	Bom Jardim/MA	65380-000
Praça Marly Sarney	Vila Esperança/São Luís/MA	65095-507
Praia do Sarney	Aracaju/Sergipe	49009-109
Rodovia Presidente José Sarney	Aracaju/Sergipe	49009-109
Vila desembargador Sarney Costa	São Luís/MA	65059-451
Vila Sarney	São Luís/MA	65090-713
Vila Sarney	Floresta/fortaleza/CE	60340-492
Vila Roseana Sarney	São Luís/MA	65055-482
Vila Kiola	Alemanha/São Luis/MA	65058-180
Vila Kiola I	São José de Ribamar/MA	65110-000
Vila Sarney Filho	São Luís/MA	65058-475
Bairro Sarney	Coelho Neto/MA	65620-000
Maternidade Marly Sarney	Av Jerônimo de Albuquerque Maranhão, 1134 - Cohab Anil I/São Luís/MA	65051-210
Fórum desembargador Sarney Costa	Av. Prof. Carlos Cunha, s/n – Jaracaty/ São Luís/MA	65076-820

Biblioteca municipal José Sarney	Rua do Correio, 363-593 Fátima/São Luís/MA	65030-340
Biblioteca Presidente José Sarney	Rua Anapurus, 72j Jardim Renascença/São Luís/MA	65075-670
Município: Presidente Sarney		65204-000

A Revista Exame¹⁹ publicou, em sua edição de 19 de outubro de 2017, que “dezenas de ruas, praças, avenidas, escolas e até uma cidade foram batizadas com o nome do ex-presidente.

Nesse sentido, Backheuser (1949) fala sobre uma espécie de *nomolatria*²⁰ oportunista oriunda da vaidade manifesta na toponímia:

Quando a humanidade atravessa períodos de decadência e descrença, a autolatria e o oportunismo, reflexos da vaidade e da lisonja, se manifestam de múltiplas maneiras: no arco triunfal, no bronze das estátuas a heróis ainda vivos, nas saudações laudatórias, nas atitudes de apoio incondicional. E também na toponímia. [...] O hábito da autolatria e lisonja generalizou-se. Estações de estradas de ferro, túneis, pontes, edifícios, povoados, vilas, cidades, tudo recebe no Brasil nomes de pessoas vivas, em regra de pessoas no exercício do poder ou em situação de distribuir graças e favores (BACKHEUSER, 1949, 181-182).

Por exemplo, no que se refere a escolas, Otávio (2012)²¹ diz que o Maranhão em 2012 tinha 161 escolas com o nome dos Sarneys, e faz inferir que, além do culto à família Sarney, esses nomes atrairiam, na **época**, **mais** recursos às Unidades de Ensino.

19 Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/prestigio-de-sarney-no-maranhao-pode-estar-com-os-dias-contados/>. Acesso em: 15/11/2018.

20 Nomós (gr. νόμος), nome; latreia (gr. λατρεία), adoração, veneração (ISIDORO PEREIRA, 1998).

21 OTÁVIO, Chico. Maranhão tem 161 escolas com nome dos Sarneys. In: O Globo, 07/05/2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/maranhao-tem-161-escolas-com-nome-dos-sarney-4828090>. Acesso em 10/08/2019

A Assembléia Legislativa do Maranhão tem projetos para mudar o nome de várias ruas, praças, avenidas, escolas e até uma cidade que levam o nome do ex-presidente.

Depreende-se daí que o mero debate desse assunto já pressupõe a percepção de relevância e interesse político-ideológicos das partes, pois, são discussões sobre o poder.

A jurisdição do território consolida o poder, de tal forma que Oliveira (2015-2016, p. 21) afirma que “é dentro do território que as ações estratégicas se realizam para transformar, construir ou destruir os espaços de poder”.

O município de Presidente Sarney era um lugar originalmente chamado de Pimenta, e que foi elevado á categoria de município pela Lei Estadual nº 6198, de 10 de Novembro de 1994, após seu desmembramento da cidade de Pinheiro, local do nascimento de José Sarney.

Limitado pelas linhas que o separam de Santa Luzia do Paruá, Pinheiro e Pedro do Rosário, o município de presidente Sarney se estende por 724,2 km², na Macrorregião Norte e microrregião da baixada maranhense, dentro das coordenadas geográficas Latitude: 2° 36' 3” Sul, Longitude 45° 25' 8” Oeste.

Esse topônimo é mais uma referência ao Ex-Presidente José Sarney à revelia da Lei constitucional, que proíbe homenagens toponímicas a entes vivos.

Por exemplo, o pressuposto de beneficiamento proselitista a homenageados vivos, antevisto pela Lei, cabe no postulado de que “quando um enunciador comunica alguma coisa, tem em vista agir no mundo”, pois, “ao exercer seu fazer informativo, produz um sentido com a finalidade de influir sobre os outros”, pretendendo assim, “que o enunciatário creia no que ele lhe diz, faça alguma coisa, mude de comportamento ou de opinião, etc.” (FIORIN, 2006, p.74).

Evidentemente, a pretensão dessa ação toponímica parece ter sido comunicar ao imaginário social coletivo a robustez do poder, garantindo-lhe a adesão e manutenção.

Considerando-se que o ex-presidente José Sarney, tendo sido criado em meio ao poder e vivido nas cortes mais altas do governo, além de premiado com honrarias por sua inteligência e cultura na arte de governar e escrever, hoje não precisaria efetivamente dessa homenagem toponímica ilegal.

Todavia, para que o município de Presidente Sarney/MA voltasse a ser chamado de Pimenta do Maranhão, a população deveria aprovar a mudança por meio de plebiscito, a ser realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral – TRE-MA em data ainda não determinada.

Empregar os efeitos das operações de representações mentais que os símbolos e as comparações desencadeiam no imaginário social coletivo, a fim de criar-se uma imagem favorável ao ente político, parece ter sido a prática iniciada em 1965, pelo senhor José Ribamar Ferreira de Araújo Costa.

Uma vez que, a fronteira entre proselitismo e propaganda é tênue, (ROLLO E BRAGA, 1996, p. 2), um *modus operandi* da propaganda é associar símbolos a eventos, sensações, pensamentos, inferências e percepções para evidenciar uma marca, ideia ou nome, buscando espaços para visualização de maior número da massa de público alvo na recepção de sua retórica argumentativa de convencimento (GARCIA, 1999, 2005).

Considerações finais

A propaganda é um instrumento de manipulação social e seduz nossos sentidos [...] fala com nosso inconsciente [...] e por mais defesas que possamos construir, sempre há o anúncio que fura o cerco [...] sempre há uma mensagem publicitária que nos atrai, interessa e convence (SAMPAIO, 1997, p.7), então como citado por Costa (1997, p. 2), “através desse mecanismo, a oligarquia política reverencia a si mesma e a seus feitos”, buscando espaços para visualização de maior número da massa de público alvo na recepção de sua retórica argumentativa de convencimento.

Com a toponímia, pode-se impregnar e eternizar um antropônimo no imaginário social coletivo, pois, o cidadão tê-lo-á registrado em seus documentos,

como certidão de nascimento, de casamento, carteira de identidade, carteira de trabalho, na placa do veículo automotor, nos mapas, etc.

Há, portanto indícios para se entender que o Axiotopônimo empregado no Maranhão cria condições favoráveis para a existência de proselitismo político ideológico ainda que sub-reptício.

A propaganda e o proselitismo são marcantes na toponímia do Maranhão, uma vez que a jurisdição do território consolida o poder.

Após a realização deste artigo, depreendeu-se que, sob a Toponímia e Ciências do Léxico, encontram-se veios com abundante seiva de conhecimentos multidisciplinares, prontos para serem descobertos, ejetados e cristalizados pelas pesquisas nessa área. As contribuições que tais estudos podem dar, certamente redundam em benefícios para a sociedade, no que diz respeito à criação de condições favoráveis ao despertar e formação de cidadãos mais conscientes, alertas, precavidos, e críticos, quanto às manobras discursivas do poder, que visam a proselitismos arditamente elaborados dentro da toponímia para induzir as massas. Tais manipulações inescrupulosas coíbem a liberdade de arbítrio, consciência e preferência política de grande parte dos cidadãos de uma cidade. O emprego de estratégias alienantes no construto da propaganda político-ideológica implícita nas práticas de nomeação toponímica são uma realidade.

Referências

ANDREWS, Carol. **The Roseta Stone**. 16^a Impressão. London: British Museum Press, 1981.

BACHELARD, G. **A Água e os Sonhos: Ensaio sobre a Imaginação da Matéria**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BACKHEUSER, Everardo, et al. **“TOPONÍMIA: (Suas Regras — Sua Evolução).”** *Revista Geográfica*, 9/10, no. 25/30, Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1949, pp. 163–195.

BALDINGER, K. **Teoría semántica: hacia una semántica moderna.** Madrid: Alcalá, 1970.

BALDINGER, K. Semasiologia e Onomasiologia. **ALFA: Revista de Linguística** v.9, p.7-36, 1966.

BARTLETT, F.C. **A Propaganda Política** — Jules Monnerot Sociologiedu Communisme, Edição Ridendo Castigat Mores (1940) 2001 eBOOK. pág. 359 (Gallimard). Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/proppol.html>. Acesso em 16/abr/2018.

BÍBLIA, Português. **A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento.** Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e atualizada no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil, 1969.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Vol. 1. 11ª ed. Brasília: editora UnB, 1983.

BOUZON, E. **O Código de Hamurabi.** Petrópolis: Vozes. 1986.

BRAUDY, Leo. **The Frenzy of Renown: Fame and its History.** New York: Vintage Books, 1997.

BUCKLAND, A.R. (1857-1942) & Lukyn Williams. **Dicionário Bíblico Universal.** Tradução de Joaquim dos Santos Figueiredo. – 4ª. ed. rev. e atual. – São Paulo: Editora Vida, 2007.

BUZAR, Benedito. **Vitorinistas & oposicionistas.** São Luís: Lithograf, 2001.

CÂNDIDO, Joel José. **Direito Eleitoral Brasileiro.** 11. ed. 3ª tiragem. Bauru: Edipro, 2005.

CARVALHINHOS, P. de J. **Os Estudos De Toponímia No Brasil e Na USP.** Disponível em: <http://toponimia.fflch.usp.br/node/8> acessado em 10/set/2016.

_____. *As Origens dos Nomes de Pessoas.* In: **Domínios de Linguagem.** Revista Eletrônica de Linguística. Ano 1, nº1. 2007.

COSTA, W.C. **História do Maranhão: novos estudos. A Raposa e o Canguru: crises políticas e estratégia periférica no Maranhão (1945/1970)**. São Luís: Edufma, 2004.

COSTA, W. C. **Do “Maranhão novo” ao “novo tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1997. Disponível em: <https://docplayer.com.br/12379571-Do-maranhao-novo-ao-novo-tempo-a-trajetoria-da-oligarquia-sarney-no-maranhao.html>. Acesso em: 12/maio/2019.

COUTO, Carlos Agostinho Almeida de Macedo. **Estado, Mídia e Oligarquia: Poder Público e Meios de Comunicação como suporte de um Projeto Político para o Maranhão**. São Luís: Edufma, 2009.

DARYAEE, T. **Cyrus, the Great: an Ancient Iranian King**, Santa Monica: Afshar, 2013.

D'ELBOUX, Paulo César. **A trajetória comunicacional de José Sarney**. Dissertação (mestrado em comunicação social) – Universidade metodista de São Paulo. In *Mídia brasileira: 2 séculos de história*. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/1o-encontro-2003-1>

DICK, M. V. P. A. Os nomes como marcadores ideológicos. In: **Acta Semiótica et Lingüística** - SBPL (Sociedade Brasileira de Professores de Lingüística). São Paulo: Plêiade, 1998. v. 7. p. 97-122.

_____. **Método e questões terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: a Toponímia do estado de São Paulo**. Investigações – Lingüística e Teoria Literária, São Paulo, v. 9, p. 119-148, 1999.

_____. Toponímia e Cultura, in: **Rev. Inst. Est. Bras.**, SP, 27:93-101, 1987.

DUPÂQUIER, J. Names Practices, Godparenthood and kinship in the vexin 1540-1900. In: **Journal of Family History**. 6, 1982.p.135 – 155.

- FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio eletrônico versão 5.0: o dicionário de língua portuguesa** – Século XXI. Curitiba: Positivo, 2004.
- FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à linguística I. Objetos Teóricos**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo, Ática, 8 ed., 2006.
- FREIRE, Vitorino. **A laje da Raposa (memórias)**. Rio de Janeiro: Guavira, 1978, p. 273-4.
- GARCIA, N. J. **Propaganda: ideologia e manipulação**. Versão para ebook. Rocket edition 1999, 2005.
- GREGOLIN, M. R.; BARONAS, R. **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos, SP: Claraluz, 2001.
- HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org). **Mídia, memória e celebridades. Estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade**. Rio de Janeiro: Epapers Serviços Editoriais, 2003.
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: 2004.
- HUME, D. **Investigação acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- KELLER, W. **E a Bíblia tinha Razão**. Tradução de João Távora. São Paulo: Melhoramentos, 1992.
- KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. 10ª. ed. São Paulo: Edição Cortez, 2006.
- LÉVY, P. **O que é virtual?** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. 2ª. ed. revista e ampliada. São Luís : Instituto Gea, 2010.

- NASCIMENTO NETO, Reginaldo. **O Proselitismo Político Ideológico Implícito nos Axiotopônimos do Maranhão**. Tese Doutorado. 2019.
- NORMAN. T. **A world of baby names**. USA: Editora Berkley Publishing, 2003
- PACHECO FILHO, Alan Kardec Gomes. **A Construção Midiática do Político José Sarney (1962-1970)**. Dissertação de conclusão do Curso de Pós-Graduação em História do Brasil. Recife, UFPE, 2001.
- PACKER, J.I.; TENNEY, M. C.; WHITE, William. **Nelson's Illustrated Encyclopedia of Bible Facts**.USA: Thomas Nelson Publishers,1995.
- PALONEN, K. **Reading Street Names Politically**. In Palonen, K. and Parvikko, T. (eds). 1993. p. 103-121.
- PINCHEVSKI, A.; TORGOVNIK, E. **Signifying passages. The signs of change in Israeli streets names**. Media, culture and society 24: 3, 365-88.
- PINKER. Steven. **Como a mente funciona**. 2 Edição 4a. Reimpressão. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Cia das Letras. 2005.
- PORTER, S. E.; CLARKE, K. D. What Is Exegesis? An Analysis of Various Definitions. In **Handbook to exegesis of the New Testament** (Vol. 25, p. 6).Leiden; New York: Brill, 1997.
- RABAÇA. C. A.; BARBOSA, G. **Dicionário de Comunicação**. ed. Ática. São Paulo: 1995.
- ROLLO, Alberto. BRAGA, Enir. **Comentários à Lei Eleitoral nº 9.504/97**. São Paulo: Fiuza Editores, 2000.
- ROLLO, Arthur. **A propaganda eleitoral antecipada**. 2016. Disponível em: http://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/ejesc/documentos/publicacoes/Artigo_Propaganda_Antecipada.pdf. Acesso em 22/08/2019
- SAMPAIO, R. **Propaganda de A a Z**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____. **Propaganda de A a Z: como usar a propaganda para construir marcas e empresas de sucesso.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma cartografia simbólica das representações sociais. Prolegômenos à uma concepção Pós-Moderna do Direito. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** N. 24, Março de 1988. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Cartografia_simbolica_RCCS24.PDF. Acesso em 08/ago/2019

SARNEY, José. **Falas de Bem-Querer: conferências e discursos.** Brasília: Antenova, 1983.

SIBILIA, Paula. Celebridade para todos: um antídoto contra a solidão? **Revista Ciência e Cultura.** São Paulo: 2010, v. 62, n. 2., p. 52-55.

TOSQUI-LUCKS, P. **Os dicionários onomasiológicos como instrumento didático-pedagógico: uma análise do campo semântico do turismo em dicionários de língua inglesa.** In: C.M.

XATARA, & P. HUMBLÉ (org.), **Pesquisas em Lexicografia Pedagógica.** Florianópolis – SC, EDUFSC, 1, pp. 231-243, 2008

VAMPRÉ, S. **Do Nome Civil: sua origem e significação sociológica, teorias que o explicam, suas alterações, direitos e deveres correlativos.** Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia, 1935.

WALKER. C.B.F. *Cuneiform.* In **Reading The Past. Ancient Writing from Cuneiform to the Alphabet.** London – UK: British Museum Press, 1993.

WEILBACHER, W. M. **Marketing de Marcas: Criando Estratégias de Marcas que Proporcionam Valor e Satisfação ao Cliente.** São Paulo: Makron Books, 1994.

Cartas de Inábeis da Bahia (Século XX): descrição da Sintaxe das Relativas

Letters by Poor Writers from Bahia (20th Century): description of Relative Sentences Syntax

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro*
Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda**
Janaina de Oliveira Costa Mascarenhas***

RESUMO

Este artigo descreveu e analisou as sentenças relativas em 91 cartas pessoais, escritas entre 1906 e 2000, por sertanejos baianos semialfabetizados, editadas por Santiago (2012), que os define como *inábeis* (MARQUILHAS, 2000). Sob a orientação da Linguística Histórica Sócio-Histórica (MATTOS E SILVA, 2008) e da Sociolinguística Laboviana (LABOV, 1972), concluiu-se, após a análise dos dados levantados, que as estratégias de relativização utilizadas por esses escreventes estão próximas das variantes populares do PB (TARALLO, 1983; 1993); e, também, tendo em vista os estudos sobre aquisição de escrita, observou-se que tais processos são comuns a indivíduos adultos em fase de aquisição de escrita, como ocorre com crianças (LESSA DE OLIVEIRA, 2008).

PALAVRAS-CHAVE: Cartas pessoais. Inábeis. Linguística Histórica. Sentenças relativas.

Recebido em 7 de junho de 2021.

Aceito em 15 de fevereiro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2022n63.520>

* Universidade Estadual de Feira de Santana, zenaide.novais@gmail.com

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5990-4854>

** Universidade Estadual de Feira de Santana, marianafag@gmail.com

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-4335-3458>

*** Universidade Estadual de Feira de Santana, janaina.mascarenhas@yahoo.com.br

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-3657-8328>

ABSTRACT

This paper described and analysed the relative sentences in 91 personal letters written from 1906 to 2000 by semi-literate *sertanejos* from the backlands of Bahia, edited by Santiago (2012), who defines them as having *unskilled hands* (MARQUILHAS, 2000). Based on the socio-historical perspective of Historical Linguistics (MATTOS E SILVA, 2008) and the Labovian Sociolinguistics (LABOV, 1972), the analysis of the collected data concluded that the relativization strategies employed by these writers are close to popular variants of Brazilian Portuguese (TARALLO, 1983; 1993). Moreover, in view of the studies on written language acquisition, it was observed that such processes are common among adult individuals in a phase of written language acquisition, as is the case with children (LESSA DE OLIVEIRA, 2008).

KEYWORDS: Personal letters. Poor writers. Historical Linguistics. Relative sentences.

Considerações iniciais

Dentre os vários estudos que se debruçam sobre a descrição das sentenças relativas do português brasileiro (doravante PB), destaca-se o estudo precursor e sincrônico de Lemle, em 1978, e o diacrônico, de Tarallo, em 1983. A partir desses trabalhos investigativos, as estratégias de relativização passaram a ser alvo de ampla discussão no PB. Observam-se também os estudos de Kato (1993) e Kato & Nunes (2009; 2014), os quais discutem essas estratégias, com base na perspectiva de Princípios e Parâmetros, do modelo gerativista. Foram ainda consultadas as pesquisas descritivas de RIBEIRO (2009) e RIBEIRO & FIGUEIREDO (2009) e os dados de aquisição, (apresentados em CORRÊA (1998); PERRONI (2001); LESSA DE OLIVEIRA (2008).

Dentre esses, Tarallo (1983; 1993), a partir de *corpora* compostos por cartas, diários e peças teatrais, entre os séculos XVIII e XIX, concluiu que, no século XIX, a estratégia de relativização cortadora (não padrão) já havia ultrapassado quantitativamente outra estratégia não padrão, a estratégia com pronome lembrete (copiadora¹), e, assim, a cortadora passou a competir

1 Nos termos de Tarallo (1993).

com a *pied piping* (padrão), uma estratégia que só ocorre com constituintes preposicionados e não possui lacuna.

O objetivo desta pesquisa consistiu em levantar, exaustivamente, sentenças relativas (doravante SRel) de cartas pessoais baianas – *corpus* que será descrito na seção 1 – e identificar quais as estratégias mais usadas pelos remetentes envolvidos; se estariam mais próximas às variantes populares do PB (TARALLO, 1983; 1993), ou se tais estratégias apontariam para processos comuns de indivíduos adultos em fase de aquisição de escrita, com construções próximas às encontradas em estudos sobre aquisição, a exemplo do que ocorre com crianças (LESSA DE OLIVEIRA, 2008), ou, ainda, se se identificam ambas as situações.

Assim, a partir da descrição dos dados obtidos de *corpus* específico, este estudo pretende responder a questões referentes ao PB popular e à aquisição de relativas:

- i. Quais tipos de SRel e marcadores relativos são atestados no *corpus*?
- ii. Quais estratégias de relativização são realizadas pelos escreventes inábeis?
- iii. A maneira como se comporta as relativas cortadoras e de pronome lembrete, no *corpus*, evidencia uma mudança linguística do PB contemporâneo, tendo em vista a preferência pelo uso das cortadoras? (Cf. TARALLO, 1983, 1993).
- iv. Como se dá a relativização, no *corpus*, em relação às estratégias e às funções sintáticas do constituinte relativizado?
- v. No que se refere à formação das SRel, de que forma analisar esses dados em relação às restrições universais (KEENAN & COMRIE, 1977)?
- vi. Os inábeis realizaram as mesmas estratégias de relativização de uma criança que está em fase de aquisição de relativas (LESSA DE OLIVEIRA, 2008)?
- vii. Sendo o processo de aquisição de escrita dos inábeis igual ao de uma criança na mesma fase, é possível justificar a realização maior de algumas relativas por meio do *input*, como fez Lessa de Oliveira (2008), em seu estudo com dados de relativas de crianças?

viii. Como os inábeis não tiveram acesso à escolarização prolongada, esse fator influenciaria na não realização da estratégia de relativização *pied piping* (CORRÊA, 1998)?

A fim de responder às questões aqui postas, o presente texto está organizado desse modo: na seção 1, apresenta-se o *corpus* . Na seção 2, apresentam-se os princípios teórico-metodológicos. Na seção 3, apresentam-se os tipos de relativas. Na seção 4, apresentam-se as relativas a partir das restrições universais. Na seção 5, apresenta-se a descrição dos dados das cartas de inábeis selecionadas como *corpus* . Na seção 6, faz-se um estudo comparativo, confrontando alguns estudos antecedentes, no âmbito da sintaxe do PB popular e da aquisição de relativas. São apresentadas algumas conclusões nas Considerações finais.

1 O *corpus*

Este artigo caminhou no sentido de tentar contribuir para os estudos sobre as SRel, a partir de dados inéditos, os quais foram extraídos de um *corpus* especial. Trata-se de 91 cartas pessoais, escritas entre 1906 e 2000, por 43 sertanejos baianos semi-alfabetizados (23 mulheres e 20 homens), naturais e residentes nas regiões de Riachão de Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu, localizadas na macro-área da região da bacia do Jacuípe e unidos pela cultura do sisal. Essa documentação foi editada por Santiago (2012), a qual define esses indivíduos como inábeis, segundo proposta de Marquilhas (2000, p. 235), isto é, “escriventes adultos estacionados em fase incipiente de aquisição da escrita”. Essas cartas estão disponibilizadas no site do *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão* (CE-DOHS) – www.uefs.br/cedohs –, do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP) – <https://nelpuefs.wordpress.com/> –, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

As cartas pessoais que compõem o referido *corpus* foram trocadas entre familiares, compadres, namorados e amigos e enviadas com o

propósito de expressar saudades, obter notícias familiares e fazer pedidos. São textos próximos de uma escrita cotidiana, de caráter afetivo, em que há um significativo grau de intimidade entre os remetentes e os destinatários. Compartilhando um contexto sociocultural semelhante, os remetentes são lavradores, trabalham com a agricultura e a criação de animais; possuem baixas condições financeiras e pouca escolarização.

Santiago (2012) organizou, também, o perfil biográfico de cada remetente, por meio de entrevistas com os destinatários, os remetentes e seus familiares. Além disso, foram feitas consultas a documentos pessoais, a fim de adquirir o maior número de informações relevantes, muitas dessas já contidas nas cartas. Após o levantamento de tais informações, essas foram catalogadas em fichas. O maior número de cartas é do remetente Antônio Fortunado da Silva (AFS), nas quais se verificou o maior número de SRel, 46 ocorrências. As SRel aparecem ao longo do século XX, com predominância nas décadas 50, 60 e 70, mas, de modo geral, em todas as décadas, as características das cartas são homogêneas e representativas da variedade do PB popular do início ao fim do século XX, conforme afirmou Santiago (2012).

2 Princípios teórico-metodológicos

Tendo em vista essas características do *corpus*, bem como a importância de trabalhar com dados do passado, para entrever o presente, este trabalho segue a orientação da Linguística Histórica numa perspectiva sócio-histórica, em que se consideram os fatores extralinguísticos ou sociais e os intralinguísticos (MATTOS e SILVA, 2008a, p. 10). Apoia-se também nos pressupostos da teoria Sociolinguística variacionista (WEINREICH, LABOV & HERZOG², 1968), tendo em consideração o que é defendido por Labov (1972), para quem a mudança deve ser explicada não somente por argumentos internos ao sistema, mas também pelos externos. Ou seja, o

2 (doravante WLH).

social é concebido como um contexto importante na constituição linguística, de modo que a língua é vista como um conjunto de regras mutáveis que possui uma estrutura ordenada na comunidade de fala e as relações sociolinguísticas são fatores condicionantes.

A diferença aqui se faz tendo em vista que se buscou estudar os aspectos linguísticos e sociais voltados ao passado e com base em um *corpus* escrito. Nesse sentido, cabem bem as respectivas metáforas de Roger Lass (1997, p. 45) e de William Labov (1982, p. 20) sobre “o tipo de dados de que dispõem os que trabalham no campo da linguística histórica”: “hearing the inaudible” e “the art of making the best use of bad data”, as quais foram traduzidas por Mattos e Silva (2008a, p. 7) assim: “ouvir o inaudível” e “a arte de fazer o melhor uso de maus dados”.

As cartas são datadas, localizadas e com os remetentes identificados com todos os aspectos sociolinguísticos, com um perfil completo, com um levantamento também exaustivo de aspectos socioculturais (SANTIAGO, 2012). Nesse sentido, este artigo busca contribuir com as pesquisas voltadas ao campo gramatical do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), do qual o NELP UEFS é parceiro, com um estudo das relativas, em que os dados são metodologicamente tratados pela Teoria da Variação e Mudança Linguística Laboviana (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 2006).

3 Tipos de relativas

No processo de formação de uma relativa, tem-se um núcleo nominal, o qual é transformado por uma sentença. Ou seja, trata-se de uma sentença composta por subordinação, a qual é capaz de modificar um sintagma nominal ou um nome na sentença matriz em que está inserida, como se observa no exemplo (2). Assim, percebe-se que o sintagma de determinante (DP, do inglês *determiner phrase*), o qual é sujeito da sentença, é formado por um determinante (*O*) de um núcleo nominal (*computador*) e de uma sentença que

modifica o núcleo nominal (*que eu comprei*__); essa sentença é introduzida por um relativizador (*que*), usando, aqui, os termos de Ribeiro (2009, p. 187).

(1) [[O computador]_{DP1}][*que eu comprei*__]_{SRel}]_{DP2}
(Adaptado de RIBEIRO, 2009, p. 187)

Observa-se também que, no exemplo (1), a lacuna presente na SRel consiste na não realização do objeto do verbo *comprar*, o que caracteriza esse tipo de sentença como *relativa com lacuna* ou *relativa padrão*.

Neste trabalho, as SRel localizadas no *corpus* aqui estudado foram referidas quanto aos tipos (relativas restritiva, apositivas, livres), às funções sintáticas dos marcadores relativos (Sujeito – SU, Objeto direto – OD, Objeto indireto – OI e de Adjunto adverbial - ADJ) e às estratégias de relativização (lacuna, com pronome lembrete, cortadora e *pied piping*).

3.1 Relativas restritivas e apositivas

Denomina-se oração relativa restritiva ou apositiva quando o antecedente está explícito na própria SRel, por isso é caracterizada de relativa com cabeça, conforme o exemplo (2), em que o DP *a senhora* possui valor restritivo, uma vez que a SRel restringe a classe de senhora que ficou feliz, bem como limita o significado do antecedente.

(2) Ficou feliz a senhora [_{SRel} **que** o padre deu a benção].

A relativa apositiva é separada do núcleo nominal e marcada, na escrita, por vírgula. Na sentença (3), o núcleo nominal *Angélica* já é conhecido, logo a relativa apositiva “apresenta informação adicional sobre o núcleo nominal” (RIBEIRO & FIGUEIREDO, 2009, p. 212).

(3) Ficou feliz Angélica, [_{SRel} **que** o padre deu a benção].

Apesar de o uso da vírgula diferenciar a relativa restritiva da apositiva na escrita sintática, é importante analisar a semântica da

sentença também, sobretudo quando se tem um *corpus* escrito que apresenta inabilidade no uso da pontuação (SANTIAGO, 2012). Para caracterizar as relativas deste artigo, uma vez que se trabalha com *corpus de mãos inábeis*, foi observada a extensão dos termos, e, caso estivesse definida, seria impossível haver restrição na sentença, logo a sentença era classificada em relativa apositiva.³

No *corpus*, foram atestadas 186 relativas, sendo 57 relativas restritivas e 46 apositivas, somando-se ambas, contabilizam-se 103 ocorrências do total de dados do *corpus*, conforme são mostradas na Tabela 1⁴.

Tabela 1 – Sentenças relativas restritivas e apositivas

Tipos de sentenças relativas	Nº
Restritivas	57
Apositivas	46
Total	103

Alguns exemplos de relativas restritivas e apositivas são apresentados em (4) e em (5), respectivamente:

(4)

- a. mando salber da nouticia di meu 2 filho sim A menina [**que** ficou doenti] eu quero salber da notisa di loudo da qui lenbança. (AFS-2)
- b. Salber di tudo dar qui Sin u sinhor recebeu a importansa [**que** eu mandei] pur metodi Deis mil corzeiro. (AFS-4)
- c. As horas [**que** passo Sozinha] desejo esta ao Seu lado. Mas como não é Possivel realizar meus Sonhos resolvi redijir-lhe algumas linhas (AHC-57)

3 Macedo (1991) analisa algumas circunstâncias que são típicas de relativas apositivas, ou seja, quando a relativa estiver após substantivos próprios, pronomes de primeira e de segunda pessoa, substantivos antepostos a pronome demonstrativos e as que têm predicativo do sujeito. Para mais informações sobre semântica de relativa apositiva, cf. MACEDO (1991).

4 As 83 ocorrências restantes foram de relativas livres, as quais serão apresentadas na seção 2.2.

(5)

a. Sim compadi nada mais Du seu p Depezado [**que** er o ur Amigor Antonio Fortunato da Silva]. (AFS-6)

b. mãe receba esta <↑tão> grandi lembrança do ceu filho Antonio [**que** feis esti bilheti] com uma magua nu peito com vontadi di ir embora i nada mais. (ACO-44)

c. [...] razão *que* apois eu | conheico as minhas mal occa[.] **que** | eu tinha feito com vosmece [?] | [...] ((sem local) Domingo 19 de Marco de 1906, JMS-66)

Após o levantamento dos dados, foram encontrados casos de relativas restritivas de OD, com dequeísmo. Isto é, a inserção da preposição *de*, acompanhada do marcador relativo *que*, de maneira incoerente, tratando-se, pois, de uma hipercorreção feita pelo escrevente, o que é comumente encontrado no português e no espanhol (cf. MOLLICA, 1995 e MORAES DE CASTILHO, 2006). Esse fenômeno pode ser observado no exemplo (6):

(6) [estou bem satisfeita com os incombodo [**de que** deus tem mi dado] comadre. (JMS-67)

No que se refere ao encadeamento de relativas, Ribeiro & Figueiredo (2009, p. 213) apresentaram relativas encadeadas das atas de africanos, cuja ordem de realização é observada tanto no PB, quanto nas línguas em geral. Em (7), a primeira é relativa restritiva e a segunda é relativa apositiva:

(7) e tratemos a Rever o debito [*que Se devia a Caza*] [*ó qual mandou o Vis Provedor Cartiar-sé aos ditos*] para Virem Remirem na primeira Reunião (José Fernandes do Ó em 05 de junho de 1836).

(RIBEIRO & FIGUEIREDO, 2009, p. 213)

No *corpus* em estudo, também foram observadas algumas relativas encaixadas, sendo que não houve nenhum caso entre relativas apositivas. Cooper (1983) discute que, quando há encaixamento entre apositivas, esse

só acontece entre duas, no máximo; já com as restritivas pode haver entre várias. Quanto à ordem das relativas apositivas encaixadas, Cooper (1983) afirma, também, que toda apositiva virá após uma restritiva. Observa-se, em (8), que há um encaixamento entre uma restritiva e uma apositiva num mesmo período.

(8) esto enpais graca a u bom Jeus e vor lhi dizer que as galinha que eu tem aí e [a que **q** <↑?> foi de brenadete] [**que** esta com us Pintos] e a otra e uma preta e um frangro branco é iu [i uma a elhe foi uma pequena e você pitanga tomi comta de minhas galinhas i minha. (MC-37)

3.2 Relativas livres

Dá-se o nome de relativa livre ou *relativa sem cabeça* a toda SRel que possui o antecedente implícito. Ou seja, trata-se de uma relativa que não tem nem pode ter um núcleo nominal antecedente (MARCHESAN, 2012). Além disso, sempre é introduzida por um pronome relativo e, de modo algum, por um complementador nulo e por um relativizador do tipo *that* do inglês ou *que* do francês (RIBEIRO, 2009, p. 189). Observam-se exemplos de relativas livres em (9a) e (10a), bem como uma reestruturação desses em (9b) e (10b). Trata-se de uma paráfrase das relativas livres por DPs ou PPs (Cf. CAPONIGRO (2003) e MARCHESAN (2012)) a fim de explicitar o SN que aparece nulo nas relativas livres.

- (9)
a. Ficou feliz [**quem** o padre deu a benção].
b. Ficou feliz a pessoa [**que** o padre deu a benção].

- (10)
a. [**O que** vendi] foi este anel.
b. O objeto [**que** vendi] foi este anel.

Do total de relativas do *corpus*, as livres perfizeram 82 ocorrências, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Sentenças relativas livres

Tipos de sentenças relativas	Nº
Livres	82

Os exemplos a seguir são de relativas livres, sendo que, em (11a), a função é de SU; em (11b), OD; em (11c), OI; e, em (11d), ADJ.

(11)

- a. Compadre diga a João nasimento que brazilha e iluzão i so vem [**quem** não sabe] dei muita. (GOR-29)
- b. eu s sol mando vinti mil curzeiro porqui não porso mandar mais u senhor paqi a Carias i u reto farsa [**u que** u simhor quizer] i compadi min esqueva. (AFS-6)
- c. so mi aquexo da minha poça sorti não mi aquexo di ninguem porem [**a quem** deus prometi vinte] não dar dirreis entritanto estou bem. (JMS-67)
- d. nesta firma Aqui ni São paulo er marhor firmar di são paulo er [**Aondi** farzi toudas marquina ir loudo carro]. (AFS-12)

No *corpus* em estudo, os inábeis não realizaram relativas com todos os tipos de marcadores relativos; houve um predomínio do “que”, e não ocorreu nenhum caso com “qual” e “cujo”. Como os dados são provenientes de pessoas com baixa escolarização, talvez esse fator tenha contribuído para o não aparecimento, uma vez que se trata de marcadores usados, comumente, em ambientes de pessoas com alta escolarização.

4 Relativas: restrições universais

Após minuciosa análise dos processos de relativização nas línguas, Keenan & Comrie (1977; 1979) observam que a variação é sistemática em relação à função sintática do elemento relativizado na oração relativa, obedecendo a uma hierarquia, a Hierarquia da Acessibilidade/*Accessibility Hierarchy* (doravante HA), demonstrada, a seguir, com base em uma amostra de, aproximadamente, 50 línguas:

(i) Hierarquia da Acessibilidade (Accessibility Hierarchy)
SU (sujeito) > OD (objeto direto) > OI (Objeto indireto) > OBL (Oblíquo)
> GEN (genitivo) > Objeto de Comparação
(KEENAN & COMRIE, 1977, p. 66)

Assim, de acordo com Keenan & Comrie (1977), se uma língua relativiza a posição mais baixa da hierarquia – *objeto de comparação*⁵ –, relativiza qualquer posição anterior, tendo em vista que, sob condições normais, os pontos da HA são intransponíveis⁶. Logo, considera-se importante investigar se os dados de inábeis possuem esse mesmo comportamento ou se difere da HA quanto ao processo de relativização, lembrando que os autores não consideraram a função de adjunto das relativas restritivas e apositivas na HA e isentaram as relativas livres da análise da HA.

5 Dados das cartas de Sisal (BA)

A descrição dos dados das cartas de inábeis, no presente estudo, refere-se às funções sintáticas do marcador relativo a partir das restrições universais de Keenan & Comrie (1977), às estratégias de relativização, bem como aos marcadores relativos identificados nas relativas restritivas, apositivas e livres.

5.1 Função sintática do marcador relativo

Com base nas restrições universais de Keenan & Comrie (1977), os dados das cartas ratificaram a proposta dos autores: a função sintática de

5 O *objeto de comparação* é uma posição menos relativizada se comparada a de SU na HA. Assim, Keenan e Comrie (1977, p. 66) exemplificam esse objeto por meio da seguinte relativa: “*The man who Mary is taller than*”.

6 Alguns estudiosos criticaram a HA, ao entender que não são apenas os critérios morfossintáticos que influenciam a relativização, mas também os traços semânticos e pragmáticos, os quais não estão representados na HA (cf. GIVÓN, 1990 e DIK, 1997).

SU é a posição sintática mais relativizada⁷, seguida da posição de OD, como em (12):

(12) SU (71,2%) > OD (28,7%) > OI (0%) > OBL (0%) > GEN (0%)

Percebe-se, então, que, a partir da HA, 71,2% das construções são de SU, enquanto 28,7% são de OD, exemplificados em (13a) e (13b), respectivamente. No *corpus*, não foi encontrado nenhum tipo de relativa restritiva e apositiva nas posições mais baixas da HA de Keenan & Comrie (1977).

(13)

a. i aceiti as minha lenbraca 1 abraco i muita saudadi desta di minuta amiga [**qui** muito li estima] com todo o meu coração. (FPS-78)

b. e voce comdri ana var midescu[.] nado os ero [**que** tem] e resebra Lenbran que e a sua irman Mariazinha Carneiro de Oliveira. (MC-50)

Nas relativas livres, foi encontrada uma relativa na posição sintática mais baixa, cuja função sintática é de OI, como em (14), a saber:

(14) so mi aquexo da minha poça sorti não mi aquexo di ninguem porem [**a quem** deus prometi vintei] não dar dirreis entritanto estou bem. (JMS-67)

Na Tabela 3, a seguir, onde estão apresentados os tipos de marcadores relativos e a sua função sintática, foram inseridos os de todas as SRel (restritivas, apositivas e livres).

7 Para essa análise, não se considerou os dados das relativas restritivas com função de ADJ, nem os de nenhuma relativa livre, tendo em vista que, para este estudo, se propôs a fazer do modo em que Keenan & Comrie (1977) fizeram na HA.

Tabela 3 – Tipo marcador relativo *versus* função sintática do marcador relativo

Tipos de marcador relativo	Função sintática do marcador relativo ⁸				
	SU	OD	OI	ADJ	TOTAL
Quem	09	–	–	–	09
P+Quem	05	–	–	–	05
Que	67	27	01	01	96
P+Que	–	–	–	07	07
O Que	–	04	–	–	04
Quanto ⁹	–	03	–	–	03
Onde	–	–	–	01	01
Como	–	–	–	16	16
Quando	–	–	–	44	44
Total	81	34	01	69	185

A partir dos dados da Tabela 3 e não da HA, já que a HA não considera as ADJ, pode-se inferir que a função de SU possui a maior ocorrência, com 81 dados, seguida da de ADJ, com 69. Houve 34 casos de OD e apenas 01 caso de OI. Lembrando que todas as relativas foram contabilizadas nessa tabela. Dentre os casos com função de ADJ, puderam-se observar relativas com marcador relativo *quanto*, *quando*, *onde* e *como*, sendo que esses dois últimos só ocorreram em relativas livres.

8 Como não houve nenhum caso de marcador relativo com a função sintática de oblíquo e genitivo, optou-se em não mencionar essas funções na tabela.

9 Contabilizou-se o marcador relativo **quanto** junto aos de função de OD, pois, como se trata de uma RL, este equivale a um DP e, portanto, desempenha função “prototípica de DP”, ou seja, refere-se a um complemento do verbo (cf. MARCHESAN, 2012, p. 29). Parafraçando a sentença relativa (i), em (ii), cujo marcador relativo **quanto** está inserido, tem-se essa função “prototípica de DP”, a qual é complemento do verbo à esquerda: *compadi mndi min dizer [contor eu firquei lir devenno] par eu puder lir pargar nada mas du céu.* (AFS-12) *compadi mndi min dizer a quantia [que eu firquei lir devenno] par eu puder lir pargar nada mas du céu.* (AFS-12)

5.2 Estratégias de relativização

Tarallo (1983, 1993) afirmou, com base na HA, que as relativas com lacuna ocorrem em posições mais altas, as de SU e de OD; já a cortadora e a *pied piping* ocorrem em posições mais baixas, as de OI, OBL e GEN. Com relação aos dados de inábeis, as relativas com lacuna corroboraram o que Tarallo (1983, 1993) postulou. Quanto à estratégia cortadora ou padrão (*pied piping*), os escreventes de inábeis só produziram em SRel restritivas com função de ADJ e em SRel livre; por conta disso, não foi possível saber a preferência dos escreventes de inábeis, no que se refere às posições baixas da HA, uma vez que os escreventes não realizaram os mesmos dados de relativas restritivas e apositivas analisados por Keenan & Comrie (1977), na HA.

Os dados analisados foram poucos, e, dentre as estratégias de relativização, houve 04 casos de estratégias cortadoras e 01 de *pied piping*, em relativas restritivas de ADJ; já em relativa livre, houve 01 de cortadora e 01 de *pied piping*, ambos com função de OI, como apresentado na Tabela 4:

Tabela 4 – Estratégias de relativização: cortadora e *pied piping* nas SRel

SRel	Estratégias de relativização	Nº
Restritivas (ADJ)	Cortadora	06
Restritiva (ADJ)	<i>Pied piping</i>	01
Livre(OI)	<i>Pied piping</i>	01
	Total	08

Na Tabela 4, observa-se que não foi contabilizado nenhum caso de estratégia de relativização com pronome lembrete no *corpus* de *inábeis*; esse dado só aproxima ainda mais este estudo do estudo de Tarallo (1983, 1993), o qual foi o primeiro a evidenciar o crescimento de estratégia cortadora em relação à estratégia com pronome lembrete. Observam-se, a seguir, exemplos de SRel restritiva de ADJ com estratégias cortadora, em (15a/b/c/d), *pied piping*, em (16); além de um exemplo de relativa livre com *pied piping*, em (17).

(15)

a. Sim compadi condo u senhor min esquecer eu tenho esti indereço Bom da firma [Ø **que** eu tarbalho] Rua Camacan nº 2/0 Vila. Anastacio São Paulo So funji. (AFS-13)

b. comadre eu hojim digo quem quizer Si cazar si cazi que eu não quero mas já tevi vontadi [?]hoji não tenho *mais* vou viver da milho<□r> forma [Ø **que** deus me a judar] *que* quem não cazar tambem vivi. (JMS-67)

c. espero que ao resseber destas esteje com saude. Comadre e Compadre emvio as minhas trestenutisia por imfilisidade da minha vida me acho na trite separação. fis o pusive para viver [.]jonto ate o dia [Ø **que** Deus vimhese buscar eu ou ele]. mas foi nada. (MDC-84)

d. deixa falta Nada para mi eu tombem esto trabalhado com m iranda Nudia [Ø **que** Não esta chuvedo] Nois vai atrab- alha. (VAN-86)

(16) querida didinha Neis no momento [**em que** escrevo] quero lhi dizer que ficamos bem graças a Deus. (LM-75)

(17) so mi aquexo da minha poça sorti não mi aquexo di ninguem porem [**a quem** deus prometi vinte] não dar dirreis entritanto estou bem. (JMS-67)

5.3 Marcadores relativos

No *corpus* em estudo, a soma do marcador relativo *que* bem como (p + *que*) resulta em 102 ocorrências em relativas restritivas e apositivas, sendo que não foi observado nenhum caso em relativa livre, episódio bastante comum no PB e nas línguas em geral. Já a soma do marcador relativo *quem* mais (p+ *quem*) foi de 14 marcações, sendo todas realizadas em relativas livres, 04 com o marcador *o que*, 03 com o *quanto*; *onde* teve 01, *como* 17, e o *quando* 44, sendo 43 casos em relativas livres e 01 em restritiva (cf. Tabela 5):

Tabela 5 – Tipo de sentença relativa *versus* tipo de marcador relativo

Tipos de marcador relativo	Tipos de sentença relativa			
	Restritiva	Apositiva	Livre	Total
Quem	–	–	09	09
P+Quem ¹⁰	–	–	05	05
Que	49	46	–	95
P+Que	07	–	–	07
O Que	–	–	04	04
Quanto	–	–	03	03
Onde	–	–	01	01
Como	–	–	17	17
Quando	01 ¹¹	–	43	44
Total	57	46	82	185

Em (18), são apresentados exemplos de alguns marcadores relativos (*o que, quando, quanto, onde, quem, que e como*) construídos nas SRel:

(18)

- a. nóz e di viver touda nossa vida tendo amizadi com fe endeus pur que si e uma das pescoas [**que** eu estimo] a Sinhora e uma dellas. (JMS-66)
- b. [**Quem** ama] nunca esquece. (AHC-55)

10 Apenas numa sentença o escrevente ocultou a preposição “para” e usou o marcador relativo “que” ao invés de “quem”, contrariando a tradição gramatical. Por isso, contabilizou-se esse marcador no segmento (p + quem), e não no (p + que).

11 Houve um caso de sentença relativa restritiva, a qual possui função de adjunto e tem como marcador relativo “quando”, este equivale a “em que”. Segundo Marchesan (2012), quando os marcadores relativos dos tipos quando, como e onde estão adjacentes a um núcleo nominal, a relativa não é livre, mas, sim, relativa com núcleo, ou seja, relativa restritiva ou apositiva, por isso também há dificuldade em classificar quanto ao tipo de relativa que a sentença se refere. Segue, abaixo, o exemplo extraído do *corpus* em estudo, o qual possui, como núcleo adjacente à relativa, os termos “esta dauta” :

i. para mim| serar os maior prazerris que eu averas| di ter que eu com os meus estamos| com saudi a tê esta dauta [**quando**] fiz esta] (JMS-66).

c. eu s sol mando vinti mil curzeiro porqui não porso mandar mais u
sinhor paqi a Carias i u reto farsa [**u que** u sinhor quizer] i compadi
min esqueva. (AFS-6)

d. compadi mndi min dizer [**contor** eu firquei lir devenno] par eu puder lir
pargar nada mas du céu. (AFS-12)

e. nesta firma Aquí ni São paulo er marhor firmar di são paulo er [**Aondi**
farzi toudas marquina ir loudo carro]. (AFS-12)

f. Amigos Compadi. pitanga es estas duas linha solmenti par li dar a
mihás nouticia eu v [**commo** D Deus quizer]. (AFS-23)

g. eu não mando Dinhei purquei estou com merdo di manda mais pordi
perga ir farzer ir mandí min Dizer [**condo** tiver feita] eu vou embora.
(AFS-11)

Segundo Marchesan (2012), nas relativas livres, os marcadores relativos possuem traços semânticos de um núcleo nominal, são parafraseados por DPs quando tiverem natureza nominal (**quem**: a pessoa que; **o que**: a coisa que; **quanto**: a quantia que) e por PPs quando tiverem a natureza oblíqua (**onde**: no lugar em que; **como**: do modo que; **quando**: no momento em que, ou seja, retoma um intervalo de tempo). Já marcadores relativos **que**, **qual** e **cujo** só introduzem relativas com núcleo, pois não incorporam traço semântico de um núcleo nominal, uma vez que “são semanticamente subespecificados” (MARCHESAN, 2012, p. 24).

No *corpus* em estudo, os inábeis não realizaram relativas com todos os tipos de marcadores relativos; houve um predomínio do “que” e não ocorreu nenhum caso com “qual” e “cujo”, sendo esses comuns em escritas cultas. Como o perfil dos escreventes se enquadra no de baixa escolarização, julga-se que esse fator foi predominante no não aparecimento de tais marcadores.

6 Análise comparativa

Esta análise foi realizada a partir de estudos antecedentes sobre as estratégias de relativização, cujos *corpora* possuem alguma característica

comum às do *corpus* em estudo. A análise contrastiva foi realizada, primeiro, com dados orais de analfabetos e/ou semialfabetizados (RIBEIRO, 2009), tendo em vista que os inábeis possuem uma escrita próxima da oralidade. Segundo, com atas de inábeis do século XIX (RIBEIRO & FIGUEIREDO, 2009), tendo em vista observar como está a curva das relativas, já que esse *corpus* pertence a um século anterior ao do de inábeis. E, terceiro, com dados de crianças e adultos, no âmbito da aquisição de relativas, uma vez que os inábeis estão estacionados numa fase de aquisição da linguagem. Então, buscou-se saber se, no *corpus* de inábeis, há mais pontos convergentes ou divergentes com relação a esses estudos anteriores.

6.1 Dados das cartas de inábeis x dados orais de comunidades afro-brasileiras

Ribeiro (2009) apresenta uma análise da sintaxe das relativas em comunidades afro-brasileiras isoladas e tem como objetivo fazer uma comparação entre estudos sobre a aquisição de L1 em fala do PE e de crioulos de base lexical portuguesa. Trata-se da fala de oito informantes que são ou semialfabetizados ou analfabetos, pertencentes às localidades de: Cinzento, Helvécia, Rio de Contas e Sapé. Considerando as relativas restritivas e apositivas, no que se refere à estratégia cortadora, os dados das cartas de inábeis não são muito diferentes do que apresentam os dados orais das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas. Ou seja, nos dois *corpora*, foi realizada estratégia de relativização cortadora, porém, no que se refere à *pied piping*, as cartas apresentaram apenas um caso, enquanto os dados orais nenhum. Ribeiro (2009, p. 194) justifica esse resultado a partir de Kroch (2005) e afirma que “a estratégia *pied piping* é um recurso adquirido via escolarização, evidenciando uma situação de bilinguismo”; ou seja, aprender formas linguísticas consideradas ‘certas’, quando se possui outra forma linguística considerada ‘errada’.

Como os inábeis realizaram somente um dado de *pied piping* (em relativas restritivas de ADJ), justifica-se isso, possivelmente, pelo fato de as cartas não possuírem uma linguagem formal, apesar de serem textos escritos. Assim, pode-se dizer que os dois *corpora* são mais convergentes do que divergentes, quanto às análises feitas sobre essas estratégias de relativização. No *corpus* de inábeis, não houve nenhum caso de estratégia com pronome lembrete, diferentemente do que foi encontrado em dados orais dos informantes das comunidades isoladas.

O que se tem observado é que a estratégia de relativização com pronome lembrete é menos frequente no PB, tanto no oral, como no escrito, ou na fala/escrita dos adultos (TARALLO, 1983, 1993, CORRÊA, 1998). Apesar de poucos dados encontrados no *corpus* de inábeis e no *corpus* oral, esses resultados são comuns nas línguas em geral (cf. TARALLO, 1983, 1993, CORRÊA, 1998).

Ribeiro (2009, p.207) afirma, também, que “usos gramaticais de tipos de relativas no PE são agramaticais no PB rural”, ou seja, “relativas *pied piping* estão presentes na fala rural portuguesa, mas totalmente ausentes na fala rural de afrodescendentes”. Com base nessa afirmação e a partir dos dados de inábeis, pode-se dizer que os usos de *pied piping* não são totalmente ausentes no PB, porém há uma diferença quantitativa bastante relevante, se fossem comparados com o uso no PE, conforme Ribeiro (2009).

Por causa dessa disparidade, Ribeiro (2009) justificou o resultado dos inquéritos dos informantes por meio da hipótese da TLI – *transmissão linguística irregular* (LUCCHESI, 2003), no que se refere ao uso das estratégias de relativização. Ou seja, a língua portuguesa no Brasil foi aprendida mediante condições inapropriadas, o que justifica esse distanciamento linguístico entre o PB e o PE.

A partir dessa análise, observou-se que os inábeis possuem, realmente, uma escrita próxima da oralidade, pois possuem as mesmas estratégias de relativização que os informantes realizaram nos dados dos inquéritos.

6.2 Dados das cartas de inábeis x dados das atas de africanos

Os dados das cartas dos inábeis foram comparados aos dados das atas de africanos¹² analisados por Ribeiro & Figueiredo (2009). Foram encontradas as estratégias de relativização dos tipos cortadora e *pied piping* nos dois *corpora*. Enquanto os inábeis realizaram 05 ocorrências de cortadora, os africanos realizaram apenas 01. Quanto às estratégias *pied piping*, os inábeis realizaram apenas 02 ocorrências, e os africanos, 16, conforme mostra a Tabela (6):

Tabela 6 – Estratégia de relativização: inábeis x africanos

Estratégias de relativização	Inábeis	Africanos (RIBEIRO & FIGUEIREDO, 2009)
	Nº	Nº
Cortadora	06	01
<i>Pied piping</i>	02	16
Total	08	17

Ribeiro & Figueiredo (2009) não esperavam esse resultado nos dados das atas, tendo em vista que são escritas produzidas entre os dois últimos

12 Seguindo a perspectiva de Tarallo (1983), histórica, e tendo por base um conjunto de 53 atas escritas por seis africanos, entre 1832-1842, Ribeiro & Figueiredo (2009) trazem novos dados sobre a estratégia de relativização em PB. As autoras (2009, p. 224) mostram que, apesar de os africanos terem aprendido o PB como L2, se comparado com a aquisição de estruturas relativas em L1, quase não há diferença, pois “o processo de aquisição de relativas em L2 passa pelos mesmos estágios de aquisição em L1”. Assim, “as estratégias de aquisição de relativas são muito semelhantes, quer em relação a L1, quer em relação a L2” (RIBEIRO & FIGUEIREDO, 2009, p. 238). Embora os africanos produzissem mais *pied piping* do que cortadora, a variante inovadora do PB (1983, 1993, p.88), as autoras acreditam que os dados de fala, em relação aos de escrita, estariam mais próximos do uso real dessa estratégia no PB.

períodos da pesquisa de Tarallo (1983, 1993)¹³, na qual se observam um decréscimo de *pied piping* e um crescimento de cortadora. Já o resultado dos dados dos inábeis aconteceu como esperado, ou seja, a realização de cortadora foi maior do que a de *pied piping* . Isso ocorre, possivelmente, porque a realização de *pied piping* depende de uma escolarização prolongada (CORRÊA, 1998), a qual os inábeis não possuíam. Assim, o resultado dos dados de inábeis, diferentemente dos dados das atas de africanos (RIBEIRO & FIGUEIREDO 2009), assemelha-se com a pesquisa de Tarallo (1983, 1993), uma vez que a realização de cortadora foi maior do que a de *pied piping* .

Ribeiro & Figueiredo (2009) concluíram que as estratégias de relativização cortadora e *pied piping* podem estar ausentes ou presentes em qualquer língua, independente do contexto social e histórico em que a língua foi adquirida, isso pode ser comprovado também nos dados de inábeis. Apesar de os africanos produzirem mais *pied piping* , Ribeiro & Figueiredo (2009) discutem que o uso das estratégias relativas não padrão (cortadora, por exemplo) pode ser mais real na oralidade do que na escrita, em virtude de a fala ser mais espontânea.

Então, nessa análise diacrônica, comparando dados do século XIX com os do século XX, pode-se dizer que a estratégia de relativização *pied piping* está sendo praticada cada vez menos, implicando cenário linguístico com variações no PB, o qual insiste na maior realização da estratégia não padrão, sobretudo da cortadora, conforme apontou Tarallo (1983, 1993), embora não se possa afirmar, neste estudo, que há algum tipo de mudança, uma vez que os dados foram pouco significativos numericamente.

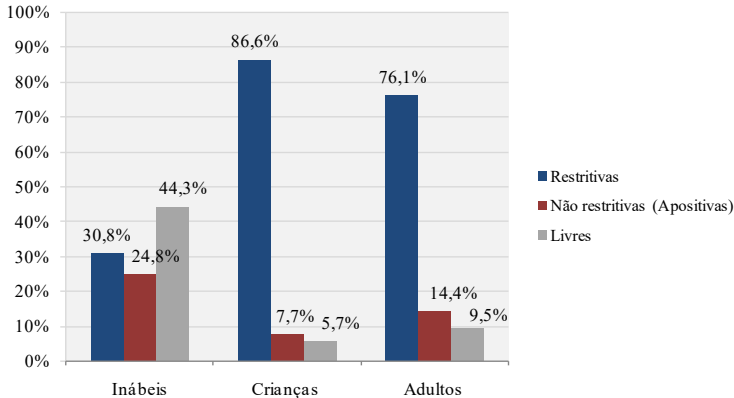
13 Do ponto de vista diacrônico, Tarallo (1983, 1993), a partir de *corpora* compostos por cartas, diários e peças teatrais, entre os séculos XVIII e XIX, analisou as SRel, destacando o problema das estratégias de relativização e observou que, no século XIX, a estratégia cortadora já havia ultrapassado a estratégia do pronome lembrete (ou copiadora, nos termos de Tarallo 1983, 1993), quantitativamente, de modo que a estratégia cortadora passou a competir com a *pied piping* . Ou seja, a estratégia com pronome lembrete se estabiliza e a estratégia cortadora começa a florescer em 1880. Segundo Ribeiro & Figueiredo (2009), a época de escrita das atas (1832-1842) é posterior ao terceiro período considerado por Tarallo (1993).

6.3 Dados das cartas de inábeis x dados de crianças e adultos

Os dados de aquisição L1 são importantes para explicar os resultados dos inábeis, uma vez que esses escreventes, apesar de adultos, estão ‘estacionados’ em uma fase de aquisição de escrita (MARQUILHAS, 2000), cujos textos são muito próximos à oralidade. Também pode esclarecer se determinadas estratégias são provenientes do *input* ou da escolarização, por exemplo.

Nos dados dos inábeis, foram constatadas as mesmas SRel que Lessa de Oliveira (2008) constatou em *corpora* oral de crianças e adultos – as relativas restritivas, apositivas e livres. As relativas livres do *corpus* de inábeis superaram as restritivas e as apositivas¹⁴, como pode ser observado, no Gráfico 1¹⁵:

Gráfico 1 – Sentenças relativas restritivas, apositivas e livres em escrita de inábeis e na fala de crianças e adultos (LESSA DE OLIVEIRA, 2008, p.146)



14 Este resultado só foi possível porque os inábeis produziram bastante relativa livre de adjunto. Caso não fosse contabilizada essa função, as relativas restritivas e apositivas seriam superiores, e consequentemente, estariam mais próximas às relativas dos *corpora* de crianças e adultos (LESSA DE OLIVEIRA, 2008).

15 Os dados de Lessa de Oliveira (2008) são os mesmos, porém a ordem de apresentação foi alterada, a fim de adequar a ordem dos tipos que está nos dados de inábeis.

Nos dados de inábeis, percebe-se que o uso de relativas restritivas é próximo do de relativas apositivas, sendo que a soma de ambas supera a de relativas livres. Já nos dados de Lessa de Oliveira (2008), tanto nos de crianças como nos de adultos, o tipo mais produtivo é a relativa restritiva, os outros dois tipos apresentaram baixíssima produtividade. No entanto, a autora afirma, diante do resultado dos dados de crianças e adultos, que “não pode ser atribuída a alguma dificuldade na aquisição desses dois tipos de relativas; pelo contrário, isto demonstra que a gramática da criança está apenas refletindo o que ocorre na gramática do adulto, desde o início do processo de aquisição de relativas” (LESSA DE OLIVEIRA, 2008, p. 145)¹⁶.

No que se refere à função sintática das SRel, nos dados de inábeis, a função de SU é de maior ocorrência, seguida de ADJ e de OD. Já nos dados de crianças e adultos analisados por Lessa de Oliveira (2008), as SRel com função de SU e OD são as mais realizadas. E, enquanto as crianças estudadas pela autora não realizaram nenhuma relativa com função de OI e GEN, os adultos realizaram, sendo que os inábeis, assim como as crianças, não realizaram nenhuma relativa de GEN. De modo geral, percebe-se que os inábeis, apesar de adultos, realizaram relativas mais próximas às realizadas pelas crianças do que pelos adultos estudados por Lessa de Oliveira (2008). E, apesar de poucos dados, isso pode ser justificado pelo fato de esses escreventes estarem numa fase inicial de aquisição de escrita, além de não serem expostos à escolarização prolongada, uma vez que as relativas *pied piping* só são realizadas pelos usuários da língua a partir dessa imersão escolar (CORRÊA, 1998). Observa-se essa proximidade na Tabela 7, a seguir:

16 Cf. a discussão desses dados sobre a questão da ausência/ presença da estratégia de movimento na gramática infantil, no capítulo IV, seção 2, de LESSA DE OLIVEIRA, 2008, p.142-146.

Tabela 7 – Sentenças relativas restritivas preposicionais: inábeis x crianças e adultos

Relativas preposicionais restritivas	Inábeis	Crianças (LESSA DE OLIVEIRA, 2008)	Adultos (LESSA DE OLIVEIRA, 2008)
	Nº	Nº	Nº
Resumptivo nulo (cortadora)	6	10	27
Resumptivo realizado (com pronomes lembrete)	0	0	06
Locativa (com onde)	0	3	10
Total	6	13	43

Então, quanto às estratégias de relativização, Lessa de Oliveira (2008) discute que a criança encontra, de forma generalizada, na fala do adulto, relativas com resumptivo¹⁷ nulo (cortadora). Sendo que essas se alternam de forma bem pouco frequente com resumptivo realizado (com pronomes lembrete). Conforme discutiu Lessa de Oliveira (2008), a frequência dos dados das crianças e dos adultos é semelhante, com predominância da relativa com resumptivo nulo (cf. Tabela 7).

Nos três *corpora* (de inábeis, crianças e adultos), foram observados resumptivos nulos, porém os inábeis não usaram resumptivo realizado, nem locativa com morfema *onde*, em relativa restritiva. Os inábeis usaram o marcador *que* em lugar de *onde* em todos os casos de relativas preposicionais restritivas, isso é observado comumente nos estudos em geral, demonstrando, assim, uma preferência pela estratégia não padrão, conforme o exemplo (19):

(19) eu tenho esti indereço Bom da firma [Ø **que** eu tarbalho] Rua
Camacan nº 2/0 Vila. Anastacio São Paulo So funji. (AFS-13)¹⁸

17 Nos termos de Lessa de Oliveira (2008).

18 O exemplo foi repetido, pois foi feita uma análise diferente.

Quanto às relativas apositivas, os inábeis só as realizaram na forma padrão, conforme ocorreu também nos dados de crianças e adultos de Lessa de Oliveira (2008).

Como os fatores sociais não foram muito significativos para a análise, optou-se em não os discutir, isso porque os dados são poucos e homogêneos, uma vez que os escreventes residem na mesma região e possuem, praticamente, o mesmo nível de escolaridade. Apesar de não ter sido feita a discussão dos fatores sociais, pode-se dizer que a escolarização é muito importante para a realização de SRel com estratégia *pied piping* , conforme discutiu Corrêa (1998).

Por outro lado, independente do grau de escolaridade, as SRel com função de SU e OD são comuns a todos os escreventes das cartas, e isso ocorre porque são SRel que “não precisam ser aprendidas na escola porque têm sempre o mesmo *output* em qualquer nível de escolaridade” (CORRÊA, 1998, p. 80).

De modo geral, os inábeis produziram SRel no corpo do texto e em fórmulas de cartas, como saudação, despedida e citação, sendo que todas as SRel foram contabilizadas neste estudo, exceto as que estavam mal estruturadas¹⁹. Após o levantamento dos dados do *corpus* deste estudo, observou-se que a função de SU foi predominante na fórmula de despedida, conforme o exemplo (20):

(20) aseiteu adeus di seu qumnhado [**que e Gildasio di Oliveira Rios**].
GOR-27)

19 Devido à pouca escolarização dos escreventes do *corpus*, algumas sentenças tiveram uma má construção linguística, como carência de elementos mórficos ligados a essas sentenças, a qual impossibilitou caracterizar o conceito dessas, independente de serem construções próximas de algumas relativas apositivas deste *corpus*. Portanto, não foram contabilizadas, é o caso dos exemplos, abaixo:

i. por fim Adeuzinho de longi que deperto não posso trazer [qui e Mariazinha Caneiro di Oliveira]. (MC-37)

ii. e resebra Lenbran [que e a sua irman Mariazinha Carneiro de Oliveira]. (MC-50)

Ainda que muitos casos de SRel com função de SU tenham sido encontrados em fórmulas prontas, acredita-se que os inábeis não tiveram dificuldades para adquirir esses tipos de SRel. Justifica-se isso por meio do princípio discutido por Corrêa (1998), segundo o qual todos os escreventes possuem o mesmo *output* em qualquer nível de escolaridade, razão pela qual as SRel de SU não precisam de escolarização para serem adquiridas.

Considerações finais

Este estudo foi uma tentativa de contribuir com a descrição da variação linguística das SRel, por meio da análise de dados obtidos de um *corpus* de escreventes inábeis. As conclusões são ainda relativamente superficiais e representam também uma tentativa de responder às questões apresentadas inicialmente.

Após análise, percebeu-se que os dados não apontaram para nenhuma mudança no sistema linguístico do PB, tendo em vista o comportamento das estratégias cortadoras. Além disso, os dados foram pouco significativos numericamente para afirmar se há uma mudança no sistema linguístico do PB.

Os inábeis não realizaram estratégias de relativização dos tipos padrão (*pied piping*) e não padrão (cortadora) em um número elevado; no entanto, constatou-se que a cortadora foi mais realizada que as *pied piping*. O dado em si, apesar de pouco relevante numericamente, deve ser valorizado por possivelmente representar um indício de uma realidade na oralidade. Em todo o *corpus*, observou-se a homogeneidade linguística do fenômeno em questão em todo o século XX, mais especificamente, nas décadas de 50, 60 e 70, uma vez que as cartas pertencem, majoritariamente, a essas décadas.

Quanto aos tipos de SRel, observou uma predominância das relativas restritivas, no que se refere à relativa com núcleo, um fato comum nos estudos sintáticos e nos de aquisição do PB e das línguas em geral. Segundo Lessa de Oliveira (2008), esse resultado pode ser observado na infância, mas também possui a mesma configuração na fala do adulto. Nesse sentido, não se pode

dizer que há algum tipo de dificuldade de aquisição em relação às apositivas e livres, pois “a gramática da criança está apenas refletindo o que ocorre na gramática do adulto, desde o início do processo de aquisição de relativas” (LESSA DE OLIVEIRA, 2008, p.145), ou seja, essa gramática do adulto é o *input* da criança. Deve lembrar-se que, como os inábeis estão limitados em uma fase de aquisição de escrita (MARQUILHAS, 2000), a linguagem é próxima a de uma criança que vivencia tal fase.

No campo das estratégias de relativização, as estratégias cortadoras e *pied piping* não apareceram nas posições mais baixas (OI, OBL e GEN), como discutido por Tarallo (1983, 1993). Os inábeis realizaram estratégias cortadoras apenas em SRel restritivas de ADJ; houve também um caso de *pied piping* nesse tipo de SRel. Já em relativas livres, foi contabilizado um caso de *pied piping* com função de OI.

Quanto às funções sintáticas, as funções de SU e OD são predominantes no *corpus* e, portanto, corroboraram-se a HA de Kennan & Comrie (1977). As sentenças de ADJ ultrapassaram as de OD, sendo que a maioria pertence à relativa livre. Nas funções de OI, OBL e GEN, não foram contabilizadas SRel restritivas e apositivas. Apenas houve uma ocorrência na função de OI em relativa livre. Os inábeis não produziram SRel restritivas padrão e não padrão nas funções de OI, OBL e GEN, porém produziram SRel restritivas de ADJ dos dois tipos (padrão e não padrão). Segundo Corrêa (1998), é comum as funções de ADJ serem realizadas com maior frequência que as de Complemento (OI, OBL e GEN).

No que se refere aos marcadores relativos, o *que* é quase categórico em relativas restritivas e apositivas. Houve apenas um caso com *em que*, e o marcador relativo *o que* apareceu apenas em relativas livres com função de OD. Observou-se um predomínio categórico do marcador relativo *quem* e *como*, *quando* em relativas livres. Houve apenas uma ocorrência com o marcador *quanto*, característico de relativa livre, e não houve nenhum caso de SRel com o marcador *cujo*, *qual* e flexões.

Com relação ao paralelo entre o *corpus* de inábeis com o de aquisição (LESSA DE OLIVEIRA, 2008), no quesito ‘estratégias de relativização em SRel restritivas preposicionais’ de crianças estudadas por Lessa de Oliveira (2008), os inábeis só realizaram cortadora, não realizaram oração com pronome lembrete. Lessa de Oliveira (2008) observou também casos de relativa restritiva preposicional com função locativa não padrão com o marcador *onde*, no caso da ausência da preposição que acompanha o morfema, como *por onde*. Mas, nos dados de inábeis, só apareceram estratégias desse tipo com o marcador *que*, seja na forma não padrão, seja na padrão (com a presença da forma *em + que*).

De modo geral, tanto os dados das crianças estudados por Lessa de Oliveira (2008) quanto os dados de inábeis mostraram que as estratégias cortadoras aparecem mais do que as *pied piping*. Isso porque as estratégias *pied piping* precisam de um ambiente formal para acontecer, já que, até nos dados de adultos analisados por Lessa de Oliveira (2008), ocorreram também pouquíssimos casos. Para essa autora, a baixa ocorrência de *pied piping* está relacionada à dificuldade de operação desse tipo de SRel; já no *corpus* de inábeis analisado, como os dados foram pouco significativos, possivelmente a baixa ocorrência pode estar relacionada à falta de escolarização prolongada (CORRÊA, 1998).

Referências

- COOPER, R. **Quantification and Syntactic Theory**. Dordrecht/Boston/London: D. Reidel Publishing Company, 1983. 217p.
- CORRÊA, V. R. **Oração Relativa: o que se fala e o que se aprende no português do Brasil**. 1998. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas, São Paulo.
- DIK, S. **The theory of Functional Grammar**. Editado por K. Hengeveld, Berlin, 1997.

- GIVÓN, T. **Syntax: a functional-typological introduction**. Amsterdam, John Benjamins, 1990.
- KATO, M. A. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (orgs.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. Homenagem a Fernando Tarallo. 2. ed. Campinas-SP: Unicamp, 1993. 223-261p.
- KATO, M. A.; NUNES, J. A uniform raising analysis for standard and nonstandard relative clauses in Brazilian Portuguese. In: J. Nunes (org.). **Minimalist essays on Brazilian Portuguese syntax**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2009. 93-120p.
- KATO, M. A.; NUNES, J. Uma análise unificada dos três tipos de relativas restritivas do português brasileiro. **Web-Revista SOCIODIALETO: Bach., Linc., Mestrado Letras UEMS/Campo Grande**, v.4, n.12, p. 575-590, mai. 2014.
- KEENAN, E. L.; COMRIE, B. Noun Phrase Accessibility and Universal Grammar. **Language**. Cambridge: v.8. n.1. p. 63-99, 1977.
- KROCH, A. Syntactic change. **If at first you don't succeed: the time course of language acquisition and its implication for language change**, 2005. Ms.
- LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008. [1972].
- LEMLE, M. **Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- LESSA DE OLIVEIRA, A. S. C. **As sentenças relativas em português brasileiro: aspectos sintáticos e fatos de aquisição**. 2008. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, São Paulo.
- LUCCHESI, D. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). **Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 272-284.

- MACEDO W. **Gramática da língua portuguesa**. Presença edições, Rio de Janeiro, 1991.
- MARQUILHAS, R. **A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- MASCARENHAS, J. de O. C. **Sentenças relativas em cartas de inábeis**. Dissertação de Mestrado. Feira de Santana: UEFS, 2016.
- MATTOS E SILVA, R. V. **Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola, 2008.
- MOLLICA, M. C. **(De) que Falamos?** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- MORAES DE CASTILHO, C. M. Primeiras histórias sobre a diacronia do dequeísmo: o clítico locativo em e o dequeísmo em orações relativas no PM. In.: LOBO, T. et al. (orgs.). **Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises**. Salvador: EDUFBA, 2006.
- PERRONI, M. C. As relativas que são fáceis na aquisição do português brasileiro. **DELTA**. São Paulo: v.17, n.1, p. 59-79, 2001.
- RIBEIRO, I. As sentenças relativas. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, I. (Orgs.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. 185-208p.
- RIBEIRO, I.; FIGUEIREDO, M. C. As sentenças relativas em atas escritas por africanos no Brasil oitocentista. In: LOBO, T; OLIVEIRA, K. **África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 208-240p.
- ROBERTS, I. **Verbs and Diachronic Syntax**. Dordrecht, Kluwer, 1993.
- SANTIAGO, H da S.; **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de mãos “cândidas” do sertão baiano**. Dissertação de Mestrado. Feira de Santana: UEFS, 2012.

TARALLO, F. **Relativization Strategies in Brazilian Portuguese**. 1983.
Tese (Doutorado) Universidade da Pensilvânia, Pensilvânia.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (orgs). **Português Brasileiro**: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

A Causa Mortis em Documentos de Óbito: Analisando a Variação Lexical

The ‘Causa Mortis’ in Death Documents: Analyzing Lexical Variation

Aluiza Alves de Araújo*
Maria Aurilene Pinto Sampaio Holanda**
Leiliane Aquino Noronha***

RESUMO

Este artigo objetiva identificar as variações lexicais de causa mortis em documentos de certidão de óbito e investigar o contexto social-histórico e cultural das variações, visando a análise de fatores extralinguísticos que favorecem o seu uso. Amparamos nos estudos filológicos de Sacramento; Santos (2017) e na Sociolinguística variacionista, com base em Labov (2008) e Tarallo (2007). Metodologicamente, é uma reflexão exploratória e de abordagem qualitativa (GIL, 2002), a partir da análise/interpretação dos dados com base na Sociolinguística variacionista. Os resultados evidenciaram uma recorrência nas 6 (seis) unidades lexicais analisadas, apontando que os usos das variantes sofreram influências de fatores extralinguísticos, tais como: os julgamentos sociais, as consequências de determinadas doenças, as mudanças nas distintas áreas medicinais e as inferências sociais decorrentes dos

Recebido em 1 de setembro de 2021

Aceito em 15 de novembro de 2021.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2022n63.535>

* Universidade Estadual do Ceará - UECE, aluizazinha@hotmail.com

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2166-0852>

** Universidade Estadual do Ceará - UECE, aurilene.sampaio@aluno.uece.br

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-4689-7808>

*** Universidade Estadual do Ceará - UECE, leiliane.aquino@aluno.uece.br

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9562-825x>

diferentes anos. Portanto, reiteramos que a escolha por uma variante em detrimento de outra se dá por meio dos usos da língua e sua relação com elementos sociais.

Palavras-chave: Sociolinguística Variacionista. Perspectiva Filológica. *Causa mortis* em documentos de óbito.

ABSTRACT

This paper aims to identify the lexical variations from the 'Causa Mortis' and to investigate a variation from social-historical and cultural context, looking for extra linguistic factors that make available the study. We are going to reference from philosophical studies by Sacramento; Santos (2017) and in variationist Sociolinguistic by Labov (2008) and Tarallo (2007). Methodologically, is a thought, using a qualitative and an exploratory approach by (Gil, 2002) and the analysis data from of Variationist Sociolinguistic principles. The results showed up the use of six recurrent (6) units analyzed on the lexical, it pointing that the use of the lexical variant has changed for extra linguistic factors, like that: the social judgments, certain diseases, changing in medical areas and social inferences among the years. Therefore, we are going to reinforce which the choice of a variant is given in another hand into the social relation.

Keywords: variationist sociolinguistic. philological perspective. 'Causa Mortis' in death certificates

Introdução

A Filologia é uma área de estudo que tem ganhado espaço e ampliado as discussões quanto ao campo de atuação, sobretudo na esfera dos estudos linguísticos, neste sentido, em interface com a Sociolinguística variacionista vislumbramos identificar em documentos de certidão de óbito, manuscritos entre o final do século XIX e início de século XX, as variações lexicais de *causa mortis*, tendo em vista o caráter dinâmico e heterogêneo da língua e a riqueza linguística/histórica e cultural que porta tais documentos. Assim, buscamos, ainda, investigar o contexto social-histórico e cultural das variações, visando a análise de fatores extralinguísticos que favorecem o seu uso.

Os estudos relacionados ao funcionamento da linguagem, da língua, há muito tempo, vêm, através da linguística e em consonância com outras áreas, instigando pesquisadores nos múltiplos campos da ciência. Ante o

exposto, parece um tanto evidente afirmar que o processo de interação entre os sujeitos na sociedade também vem sendo marcado por inúmeras influências sociais, culturais, históricas, uma vez que a relação linguagem-sociedade é inegável diante da perspectiva sociointeracionista (VOLÓCHINOV, 2017). Desse modo, entendemos a língua como interação, sendo fruto das relações e situações sociocomunicativas, compreendendo a linguagem como um fator social. Logo, é inegável que as línguas variam no tempo e no espaço, tornando-se necessárias investigações que busquem estudá-la em seu uso real.

Diante disso, considerando as inúmeras possibilidades e níveis de variação da língua, corroboramos com Costa (2009, p. 11), quando afirma que “[...] é no léxico, também, que vemos, com maior clareza, a movimentação da língua [...]”, pois a constituição do léxico origina-se em um sistema flexível, em outras palavras, o léxico, sendo ele mutável, é formulado de acordo com cada momento social, histórico e cultural, fazendo com que novas palavras possam aparecer ao mesmo tempo que ocorre o desaparecimento total ou parcial de outras. (COSTA, 2009).

Assim, partindo da importância de registrar e entender os distintos estados que a língua assume no decorrer do tempo, justificamos a escolha do tema - “a variação lexical de *causa mortis*”, por este comportar, para além de aspectos linguísticos, importantes dados sociais, de contexto historicamente situados e culturalmente motivados. Outro aspecto relevante e que também justifica nossa escolha foi o fato de não termos, no campo da linguística, encontrado pesquisas que explorem as variações lexicais, sobretudo em documentos de certidão de óbito de tempos pretéritos.

Quanto à esta lacuna existente sobre os aspectos apresentados nesse artigo, é pertinente destacarmos os dados obtidos por meio de buscas realizadas pelas autoras deste trabalho, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes¹.

1 A escolha do “Catálogo de Teses e Dissertações da Capes” se deu por este ser um banco de dados multidisciplinar disponibilizado via *internet* pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e que reúne informações de pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), desenvolvidas em Instituições de Ensino Superior - IES do

Essa busca foi realizada a partir dos seguintes descritores: “variação lexical”, “*causas mortis*” e “documentos de óbito”.

Feito isso, obtivemos alguns dados que reforçam a importância da discussão aqui lançada, pois, usando os descritores já mencionados, foram encontrados 349 trabalhos que abordam, predominantemente, aspectos relacionados a distintos eixos, como: léxico específico e cultura regional, morfologia e fonologia lexical, inovações lexicais, dentre outros. Entre esses eixos, foi possível constatar que existem pesquisas que discutem aspectos do léxico e pesquisas que abordam a temática da *causa mortis*. Todavia, foi registrada uma ausência de dissertações e teses que tratam desses aspectos em conjunto nos documentos de óbito, como propõe o foco desta investigação. Com as informações apresentadas acima, podemos inferir que as questões lançadas para a discussão desse artigo buscam preencher uma lacuna importante na área dos estudos da linguagem.

É válido ressaltarmos que, entre os trabalhos encontrados, o mais próximo do nosso objeto de análise foi o de Sampaio (2019), que analisa o léxico da morte em certidões de óbito sob a perspectiva social, histórica e cultural, e o trabalho de Almeida (2016), que, em sua dissertação, propõe um glossário para o léxico de *causa mortis*. Portanto, buscamos contribuir para as pesquisas de cunho linguístico no que diz respeito a variação lexical de termos relativos à morte. Ressaltamos também a relevância das interlocuções aqui empreendidas para a área da Sociolinguística Variacionista, uma vez que unimos nossas inquietações com estudos já existentes, que buscam promover uma reflexão, em específico, acerca da variação lexical e sua relação com o contexto social. Dessa forma, conforme Costa, Araújo e Carvalho (2020), defendemos a existência da heterogeneidade linguística, dos falantes com diferentes estilos e que a língua se apresenta de variadas formas, associando-se com os múltiplos significados representativos dos/nos distintos contextos sociais.

Para tanto, na busca por investigar acerca da temática apresentada para esse contexto de pesquisa, amparamo-nos, principalmente em Cambraia (2005), Ximenes (2013) e Sacramento; Santos (2017) para uma discussão na perspectiva da Filologia. Já no que se refere aos pressupostos da Sociolinguística variacionista, tomamos como base, de modo especial, os estudos de Labov (2008), Tarallo (2007), Araújo; Viana e Pereira (2020), Monteiro (2000) e Pontes (2009).

Neste sentido, no que diz respeito à organização retórica da nossa discussão, o presente artigo apresenta, para além desta introdução e das considerações finais, outros quatro tópicos: o primeiro tópico, passamos pela interface teórica que fundamenta nossas discussões destacando, sobretudo aspectos entre os estudos da Sociolinguística e da Filologia; no segundo tópico, abordamos questões relacionadas com a variação lexical; no terceiro tópico, apresentamos os passos metodológicos que orientaram a organização, o processo de análise, interpretação e descrição dos dados; e, por fim, organizamos o quarto tópico sobre a discussão do dados que contém a análise do *corpus* selecionado, bem como estabelecemos um diálogo entre os dados e a fundamentação teórica que embasa as nossas investigações.

1. Da empiria: refletindo sobre os estudos da Sociolinguística e da Filologia

A Filologia, área de estudo milenar que, hodiernamente, vem ampliando as discussões teóricas e em crescente foco investigativo ou conforme aponta Sacramento e Santos (2017, p. 130) “vem sendo ressignificada nas mais diferentes vertentes críticas contemporâneas” e, com isto, adquirindo contornos cada dia mais voltados para o caráter social da linguagem. Logo, para além da contribuição de recuperação do patrimônio cultural (CAMBRAIA, 2005), torna os textos acessíveis à leitura, bem como à análise linguística, sociológica, cultural e histórica. Áreas de estudo com

importantes contribuições para a compreensão de padrões sócio-culturais historicamente situados.

Com isto, partimos do pressuposto de que a Filologia está para além do método filológico, pois, na análise e interpretação filológica, há um “jogo de afastamento e proximidade”, que o pesquisador “exercita quando arrisca-se em uma iniciativa de interpretação”, assim, “trabalha no sentido do desdobramento da percepção de leitores para outras formas de compreensão que, por sua vez, derivam para ainda outras modalidades de leitura” (SACRAMENTO; SANTOS, 2017, p. 141 - 142).

Portanto, corroboramos com Sacramento e Santos (2017), ao determinar a função e acuidade no labor filológico

[...] ao filólogo cabe a investigação das condições de produção, circulação e transmissão nas quais os textos foram tecidos, propondo outras leituras que enfrentem, ao menos, o verdugo do anacronismo. Nesse processo, também são oportunas denúncias de quaisquer tentativas de obliteração das possibilidades de ler [...] (SACRAMENTO; SANTOS, 2017, p. 149)

Neste sentido, levando em consideração as possibilidades de leitura dispostas pela lida teórico-metodológica da Filologia, bem como o seu caráter interdisciplinar, que a intersecciona a diversas outras áreas, buscamos, neste trabalho, a aproximação teórica e metodológica da Filologia à Sociolinguística variacionista. Uma vez que, tais áreas levam em consideração o fator social da linguagem, portanto, entendemos que, conforme aponta Matoré (1953), as palavras são socialmente motivadas, logo têm significados sociais.

Outro ponto relevante a destacar quando se trata do labor filológico é a possibilidade de conhecer o passado por meio dos escritos deixados pelos povos, assim pontua Ximenes (2013, p. 178), como sendo o principal papel da área “o resgate da produção textual de uma época que possibilita conhecer a história da língua, as possíveis mudanças geradas pelas alterações sociais e, sobretudo compreender todas as manifestações vividas por uma comunidade.”

Sendo assim, como citado anteriormente, buscamos a interseção entre a Filologia e a Sociolinguística variacionista (ou Teoria da Variação e Mudança Linguística), esta última, foco das discussões aqui apresentadas, estabelece que não é possível entender o desenvolvimento de uma mudança linguística fora da vida social da comunidade em que ela ocorre, em vista disso, evidencia-se a indissociabilidade entre língua/linguagem e sociedade. Logo, coadunamos com os pressupostos da Sociolinguística variacionista de que a análise da comunicação humana está imbricada diretamente com o(s) uso(s) na língua nos variados meios de interação social (ARAÚJO; VIANA; PEREIRA, 2020).

Desse modo, adentrando um pouco mais sobre essa vertente de estudo, enfatizamos que, dentro da Sociolinguística, os estudos sobre mudança linguística iniciaram-se nos Estados Unidos, na década de 1960, a partir das reflexões propiciadas por William Labov que tornou-se um marco da Sociolinguística.

Labov (2008), expoente no campo da Sociolinguística Variacionista, contribuiu com os estudos da área que visam analisar padrões de comportamentos linguísticos e os processos de mudança verificáveis em uma dada comunidade de fala. Em seus estudos, o pesquisador constatou que “[...] a variação linguística não era livre e sem restrições, mas que a variabilidade intraespacial reflete e constrói uma oposição social entre os falantes de uma comunidade. Ou seja, a distinção linguística parece servir ao propósito da distinção social [...]” (ARAÚJO; VIANA; PEREIRA, 2020, p. 219).

Ainda corroborando com Araújo, Viana e Pereira (2020, p. 222), destacamos que foi a partir de constatações oriundas dos trabalhos desenvolvidos por Labov que podemos dizer que a língua e suas variações tem uma ligação inerente com os aspectos sociais, sendo possível reafirmar essa relação entre língua e o social, ou seja, que é a “heterogeneidade linguística” o objeto de estudo da Sociolinguística. Como bem destacou Mollica (2013), a Sociolinguística investiga a estabilidade ou mutabilidade da variação, observando, de maneira regular e sistemática, os efeitos das variáveis nos usos linguísticos.

Para esta área de estudos o foco “[...] é a língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social de interação, ou seja, em situações reais de uso [...]”. A língua, aqui, é entendida como “[...] um veículo de comunicação, de informação e de expressão entre os indivíduos de uma espécie humana [...]” (TARALLO, 2007, p. 19). Assim, quando falamos de variedade e heterogeneidade, consideramos que estes são aspectos constitutivos do sistema linguístico.

Frente a isso, apoiamo-nos, novamente, em Tarallo (2007, p. 8), ao enfatizar que toda comunidade de fala tem formas linguísticas em variação. As variantes são, assim sendo, “[...] diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade [...]”. Assim, entendemos uma “comunidade de fala” não como um grupo de indivíduos com características linguísticas iguais, mas falantes que detém traços linguísticos que os distinguem de outros grupos, ou seja, que compartilham atitudes e dizeres próprios de um contexto quando se trata dos usos da linguagem.

Diante disso, uma comunidade de fala é organizada em agrupamentos, de acordo com os traços compartilhados, pode ser definido pelo grupo social em que há um compartilhamento de culturas, modos de falar e interação social, são partilhados traços sociais, por exemplo: a religião, a profissão, a faixa etária ou mesmo os *hobbys*. Destacamos que, dependendo do número de traços que o grupo compartilha e da intensidade de convivência, pode haver subdivisão dentro das comunidades de fala, são os conhecidos jargões (expressão do senso comum) utilizados pelos grupos.

Portanto, os estudos sociolinguísticos, sobretudo a partir de Labov, além de quebrar paradigmas estruturalistas, preenchem uma lacuna deixada pelo gerativismo de Noam Chomsky, pois concebem a língua como um fenômeno sistemático que ocorre em correlação entre fatores linguísticos e fatores sociais. Já o estruturalismo saussuriano desatrela a língua e a fala, apontando-as como dicotômicas. Na perspectiva estruturalista, a língua apresenta-se como estrutura homogênea, como um sistema de formas linguísticas, enquanto na corrente gerativista o interesse de estudo volta-se

para o sistema abstrato de regras de formação de sentenças gramaticais, em que o falante é dotado de competência para tal. Sendo assim, tanto a abordagem estruturalista saussuriana como a gerativista de Chomsky consideram a língua como uma realidade abstrata, logo, é imperativamente desvinculada de fatores históricos e/ou sociais.

Por outro lado, os pressupostos sociolinguísticos compreendem a língua como heterogênea e toma como objeto de análise e reflexão a mudança linguística a partir do uso, sendo assim, a língua é dotada de caráter social, pois sofre intervenções intra e (extra)linguísticas (MONTEIRO, 2000), em outras palavras, as variações ocorrem (e sofrem influência direta) dentro da estrutura linguística e no/pelo contexto social, em que as particularidades (unicamente) individuais são descartadas e os falantes são vistos como “tipos sociais”.

A teoria Sociolinguística, conforme Tarallo (2007), analisa e sistematiza variantes linguísticas usadas por uma mesma comunidade de fala, em que predomina a oralidade, já na Filologia a predominância de seu objeto de estudo, por muito tempo, ocorreu em textos escritos. Uma característica frequentemente associada à Filologia é o papel de estabelecer, pelo processo de edição e/ou publicação, *corpora* fidedignos para pesquisas em diferentes áreas, por exemplo, para análise de cunho linguístico.

Além disso, há uma efervescente discussão sobre a perspectiva do olhar crítico do filólogo, de modo que, conforme defende Santos (2015, p. 3) a “filologia passa(e) de um saber centrado na forma da palavra e dos textos, com vistas à reconstrução de seu sentido original, para uma filologia do mundo”.

Deste modo, partindo da perspectiva de uma filologia do mundo, que se embrenha no sentido das palavras para além do puramente linguístico, mas, adentrando ao sentido social e cultural carregado pelo léxico, tal como a perspectiva de análise sociolinguística que, na análise variacionista, leva em consideração aspectos sociais e culturais impregnados aos falantes, é que tencionamos com este trabalho realizar um estudo da variação lexical de *causa mortis* presente em certidões de óbitos. Para tanto, adiante trataremos,

em específico, sobre a variação lexical que é outro eixo importante para nossas discussões.

2. Da empiria: refletindo sobre a variação lexical

Compreendendo que a variação linguística se dá através de muitas ramificações para análise, dentre elas podemos destacar os aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos, além disso, incluímos nessa gama de possibilidades a análise que se detém às questões lexicais, eixo de interesse das nossas discussões para esse momento, conforme já citado.

Coadunamos com Costa (2009) quando destaca que o fato de nomear (atribuir nomes às coisas) vem desde os tempos primitivos e isso continuou sendo feito através da utilização dos signos linguísticos, que, frequentemente, são ligados a uma realidade material e/ou psicológica. Isso implica dizer que o desenvolvimento e o avanço dos aspectos sociais e mudanças da população influencia diretamente no surgimento (ou não) e na transformação dos conjuntos de itens lexicais.

Partindo dessa mesma ideia, para Pontes (2009, p. 18), “o léxico de uma língua se define como um conjunto de palavras, vistas em suas propriedades, tais como: as categorias sintáticas, as categorias morfossintáticas, aspectos gramaticais diversos, informações etimológicas”. Então, o léxico é responsável pela nomeação dos elementos de natureza diversa presentes no mundo.

Destacamos, ainda, que, para este estudo, entendemos também que o léxico de uma língua é “uma entidade abstrata que se obtém por acumulação”, conforme pontua Villalva e Silvestre (2014).

[...] às palavras em uso por cada falante, no seio de uma dada comunidade de falantes, juntam-se as palavras em uso por outras comunidades linguísticas falantes da mesma língua; às palavras em uso na contemporaneidade, somam-se as que estiveram em uso em sincronias passadas, de que temos notícia pela documentação escrita e que, por vezes ressurgem; aos dados da escrita, unem-se os da oralidade [...] (VILLALVA; SILVESTRE, 2014, p. 23).

Por isso, analisar as variantes lexicais de *causas mortis* revela além da dinamicidade da língua, destaca o caráter heterogêneo e passível de variações, pois, como já vimos nas colocações da seção anterior, o que influencia o uso de uma ou outra variante depende de aspectos de caráter regional, da escolaridade da pessoa, da faixa etária, do nível social, dentre outras características (ARAÚJO; VIANA; PEREIRA, 2020).

Pode-se dizer que o léxico é formado pela partilha consciente de um acervo constituído por diferentes falantes e aspectos dos eixos “sócio-linguístico-cultural” (PAIM, 2011). Sobre essa questão, novamente chamamos atenção para a língua como um fenômeno heterogêneo, variável. Essa maleabilidade além de ser característica da língua é também um fator de forte influência no nível lexical, pois, segundo Paim (2011, p. 8), é nesse nível de “análise da língua que pode haver a construção, a projeção e a manutenção da maneira como os falantes concebem o mundo no qual vivem”, assim como as suas adaptações aos mais variados contextos das situações comunicativas.

Em vista disso, Paim (2011) destaca ainda que

Na medida em que o léxico se configura como a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e os costumes de uma comunidade, como também as inovações tecnológicas, as transformações socioeconômicas e políticas ocorridas numa sociedade [...] (PAIM, 2011, p. 10)

Assim, a variação lexical objetiva representar a mesma realidade por meio da designação de diferentes vocábulos. Essas variações podem ser verificadas de acordo com a época, com o contexto situacional, com as pessoas envolvidas nas situações interacionais, etc. Em face disso, as variantes lexicais são exemplos de processos de mudança linguística. Com o estudo do léxico utilizado por um grupo social, em um determinado período é possível detectar influências socioculturais adquiridas durante o seu processo de formação, do que a língua recebeu ao longo do tempo, por meio das relações,

sendo esta a nossa intenção quando propomos uma análise da variação lexical da *causa mortis* em certidões de óbitos.

Portanto, é necessário reiterarmos que, segundo os pressupostos da Sociolinguística variacionista, um termo é considerado variação quando são intercambiáveis no mesmo contexto, mantendo o mesmo significado referencial/representacional. E estudos apontam que o uso de determinados termos/palavras acontecem por meio de condicionantes sociais e/ou linguísticos, ou seja, são socialmente motivados, assim, estudar o léxico em documentos deixados em tempos pretéritos é adentrar na cultura, nos costumes e crenças de uma determinada época e povo.

Na seção que segue descrevemos o *corpus* e os aspectos metodológicos empregados para realização deste trabalho.

3. O *corpus* e os procedimentos de análise: apresentando o caminho percorrido

Para este trabalho, amparamo-nos, inicialmente, nos pressupostos teórico-metodológicos da Filologia, que se dá pelo tratamento dos documentos por meio de técnicas de edição² filológica. Neste artigo, utilizamos o modelo semidiplomático, este caracteriza-se por prezar pela conservação, mas havendo interferência do editor, a fim de uniformizar certas normas, de modo a tornar o texto apreensível para um público menos especializado. Marcotulio *et al* (2018) destacam que a edição semidiplomática prima por facilitar o acesso aos leitores menos especializados com os aspectos grafemáticos e recursos abreviativos do texto, sem, contudo, perder a fidedignidade.

Assim, de posse dos documentos, inicialmente, atemo-nos à divisão metodológica proposta por Ximenes (2013), que se dá em três etapas: a) a delimitação do *corpus*; b) edição filológica e c) intenção de estudo e/ou

2 Entende-se por “edição” a transcrição/reprodução do texto para um novo suporte, salvaguardando o grau de fidelidade ao modelo de edição definido pelo pesquisador.

divulgação. O terceiro passo, após a edição filológica do texto, é a preparação para análise linguística, que, neste caso, é o estudo do léxico de *causas mortis* amparado nas proposições da Sociolinguística variacionista, sobretudo, no que se refere à noção de variação lexical, objeto deste trabalho.

Os estudos que tratam da variação lexical têm seu arcabouço ancorados pelos estudos geolinguísticos de diferentes regiões do país, todavia, para este trabalho, tivemos como foco a variação do léxico que nomeia a *causas mortis* e seu valor semântico em documentos de certidão de óbito escritas no final do século XIX e início do século XX.

Para compor a amostra deste estudo, a recolha das unidades lexicais foi realizada manualmente por se tratar de um *corpus* pequeno e não haver necessidade de programas computacionais para a tarefa, bem como para que pudéssemos nos apropriarmos, pela imersão, do teor de cada um dos registros.

Por fim, organizamos as unidades lexicais em um quadro constante de quatro colunas distribuídas da seguinte forma: na primeira coluna consta a UNIDADE LEXICAL de *causas mortis*, seguida da quantidade de OCORRÊNCIAS que aparece nos documentos e, nas duas últimas colunas, o indicativo de VARIAÇÃO lexical e ortográfica que ocorre às unidades lexicais. Destacamos que, neste trabalho, registramos e nos atemos apenas às unidades lexicais que apresentam algum tipo de variação lexical, conforme pode ser observado no quadro presente no final desta seção e no gráfico exposto na análise e discussão dos dados.

4. O corpus de análise

O *corpus* de que trata este trabalho é composto por 653 registros de *causa mortis*, coletados de certidões de óbitos produzidas entre os anos de 1889 a 1904, pela Igreja Católica, contabilizado, portanto, um recorte temporal de quinze anos.

Fazemos destaque que, naquele período, mesmo sendo instituído pelo Estado a obrigatoriedade de todo cidadão registrar os nascimentos,

casamentos e mortes nos cartórios civis, ainda era uma prática comum, sobretudo em regiões mais longínquas dos grandes centros urbanos, a busca da população pelo registro dos falecimentos pela Igreja Católica, prática que perdurou do período imperial até os últimos anos do século XIX, quando o Estado retira da Igreja a função de registros documentais da sociedade civil, antes prioridade da instituição religiosa.

Os documentos de certidão de óbito foram escritos, inicialmente, pelo padre Philomeno do Monte Coelho, e posteriormente substituído pelo padre Catão Porfírio Sampaio. Com isso, a documentação faz parte do acervo documental da diocese de Itapipoca-Ce, cidade situada a aproximadamente 130km da capital do Ceará, Fortaleza.

Os textos que nos serviram de objeto de análise encontram-se registrados em um livro, intitulado “Óbitos - 2 - Itapipoca”. O livro consta de 100 fólios, pautados no recto e no verso com 33 linhas cada. São textos escritos em Língua Portuguesa, embora seja possível encontrar algumas expressões em Latim, a escrita é regular e uniforme, sem poluição visual, rasuras ou afins.

Por se tratarem de documentos oficiais, obedecem a uma estrutura retórica orientada pelas diretrizes da Igreja Católica. As orientações retóricas das certidões de óbitos encontram-se dispostas no livro normativo dos dogmas da igreja intitulado “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia”, que orienta a comunidade eclesíástica quanto às normas e às regras a serem seguidas. Um exemplo das orientações era de que em toda paróquia houvesse um livro próprio para o registro dos falecimentos da comunidade local. Caso existisse a necessidade de registrar algum falecimento de pessoa que não fizesse parte da freguesia, devia o padre atender às orientações normativas da instituição religiosa.

Quanto aos registros de óbitos, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia orientava para informações que deveriam constar no ato do registo, em suma, são elas:

- a) dia, mês e ano do falecimento escrito por extenso e sem abreviaturas;
- b) o nome do falecido seguido da qualificação civil e o nome do viúvo ou viúva;
- c) local do falecimento;
- d) idade;
- e) sacramentos religiosos recebidos ou não recebidos;
- f) local do sepultamento;

A título de ilustração, apresentamos a seguir a transcrição de um dos registros que nos serviu de *corpus*, fazemos destaque à presença da informações exigidas

Aos doze dias do mez de Maio do anno de mil oitocentos e noventa falleceu de tísica Raimunda de Castro Com trinta annos de idade, filha legitima de Antonio José de Castro da Freguezia de Pentecostes, eseu cadaver amortalhado em branco foi sepultado no cemiterio publico da Povoação do Jacú da mesma Freguezia. Não confessou se mas teve incomendação privada feita por mim e missa de setimo dia. Epara constar lavrei este termo que assigno. Vigario Philomeno Monte Coelho (fl 9r - reg.76)

Conforme se pode aferir, o registro acima obedece à estrutura formal proposta, no entanto, destacamos que o texto normativo não menciona a indicação de *causas mortis*, e orienta para o seguinte modelo retórico, “*Aos tantos dias de tal mês e de tal ano faleceu da vida presente (nome do falecido)*”, todavia a informação da indicação de *causas mortis* está presente em grande parte dos registros de óbitos produzidos pela Igreja Católica, conforme pudemos verificar, sobretudo nos trabalhos de Almeida (2016); Sampaio (2019). Portanto, embora não fosse uma orientação oficial a apresentação da causa da morte, era uma informação sempre presente nos registros, bem como outras informações eram em alguns casos omitidas como no exemplo que segue

Aos vinte oito dias do mez de Maio do anno de mil oitocentos e noventa falleceu de spasma a parvula Maria, filha legitima de Paulo Pereira Lima,

dois meses de idade e seu cadaver amortalhado de branco foi sepultado no cemiterio publico desta Parochia. Epara constar lavrei este termo que assigno. Vigario Philomeno Monte Coelho (fl 9r - reg. 77)

Identificamos que em 15% dos registros a indicação de *causas mortis* não é informada ou são usados termos que não se pode identificar, de acordo com o quadro 1, a seguir, expondo o levantamento dos 653 registros.

QUADRO 1 - Unidades lexicais de *causa mortis* – 1889 a 1904

UNIDADE LEXICAL	OCORRÊNCIA	VARIÇÕES	
	QUANTIDADE	LEXICAL	ORTOGRÁFICA
Aborto	1	-	-
Absclusão	1	-	-
Afecção pulmonar	1	-	Affecção pulmonar;
Afogado	1	-	-
Anasarca	18	Hydropsia	Anazarca;
Anemia	22	-	-
Arritmia	1	-	Aritmia
Assassinado	14	Tiro de rifle; Tiro accidental; Facadas; facadas jogadas; Tiro de espingarda; Tiros; disparos;	-
Aneurisma	5	-	-
Asma	2	-	-
Bexiga	5		Bexigas
Beribéri	2	-	-
Bronquite	3	Bronquite pulmonar; Bronquite ptisica pulmonar;	-
Cancro	3	Cancro sepphilitica; Cancro externo	-

<i>UNIDADE LEXICAL</i>	<i>OCORRÊNCIA</i>	<i>VARIAÇÕES</i>	
	<i>QUANTIDADE</i>	<i>LEXICAL</i>	<i>ORTOGRÁFICA</i>
Cirose	1	-	Ciroze;
Cólicas	2	-	-
Colerina	1	-	-
Coluna	1	-	columna
Congestão	25	-	-
Coqueluche	2	-	-
Dado ilegível	1	-	-
Demência	1	-	-
Dentição	8		
Diarreia	8	Dysteria; camera de sangue;	Disteria; diahea
Dilatação da aorta	1	-	-
Dispepsia	2	Inflamação no estomago	-
Embaraço da via urinária	1	-	-
Enterite	8	-	Interite; Entterite; Enterites; Entherite;
Eripsela	1	-	-
Espasmo	30	-	Spasmo;
Esquinência	1	-	-
Estupor	7	-	Stupor;
Febre	74	-	Febres;
Garrotinho	10	Crup	-
Gangrena	1	Grangrena na mão;	-
Hemorragia	2	hemorragia interna	Hemorrhagia;
Hemoptise	4	-	Hemophtyse; hemoptyse
Hipertrofia do coração	1	-	Hypertrophia do coração;
Icterícia	1	-	-

<i>UNIDADE LEXICAL</i>	<i>OCORRÊNCIA</i>	<i>VARIAÇÕES</i>	
	<i>QUANTIDADE</i>	<i>LEXICAL</i>	<i>ORTOGRÁFICA</i>
Inchação	2	-	-
Inflamação	9	-	-
Influenza	7	-	Influenta;
Inanição	6	Fome	
Indigestão	4	-	-
Laringite	2		
Lesão	1	-	Lezaõ
Lesão Cardíaca	11	-	-
Mal da uretra	1	-	-
Metrorragia	1	-	Metrorrhagia
Mordida de cobra	11	Veneno de cascavel; Mordedura de cascavel; Mordedura de cobra;	-
Mesenterite	2		
Não informado	99	Subitamente; repentinamente; ao nascer; Um dia depois que nasceu; faleceu de repente;	-
Nisorexia	1	-	Nysorexia
Padecimentos	1	Antigos padecimentos;	-
Panarício	1	-	-
Paralisia geral	2	-	-
Parto	24	Dystocia dystorcia; distocia; parto laborioso;	-
Pericardite	8	Cardite	-
Pleuris	11	-	-
Queda	1	-	-
Reumatismo	8	-	Rheumactismo
Sarampo	5	-	-

UNIDADE LEXICAL	OCORRÊNCIA	VARIACÕES	
	QUANTIDADE	LEXICAL	ORTOGRÁFICA
Sisterite	1	-	
Tétano	80	tétano espontaneo; tétano traumático;	-
Tísica	72	tuberculose; tísica pulmonar; tísica na laringe	Ptísica; Ptísica;
Tumor	1	Tumor nas costas;	-
Velhice	5	falleceu de velha	-
Varíola	2	-	-

O quadro 1 acima apresenta os 653 registros coletados dos documentos selecionados para esta análise, porém nos reportamos apenas para as expressões que apresentaram o maior número de ocorrências no decorrer da organização da amostra. Sendo assim, das 20 unidades lexicais identificadas e ilustradas acima, selecionamos para nossa análise o total de 6 unidades que formam o *corpus* aqui apresentado e analisado.

A seguir, discutiremos sobre esses elementos, buscando relacionar com as questões teóricas que embasam nosso estudo e, sobretudo, atentando para o alcance dos propósitos deste artigo.

5. Análise e discussão dos dados

Partido do pressuposto de Görski (2010, p. 52), quando destaca que os “aspectos lexicais são menos sistematizáveis do que os fonéticos-fonológicos, morfológicos ou sintáticos”, pois são condicionados por fatores internos e externos, enquanto os aspectos lexicais estão intimamente ligados, diríamos até que, predominantemente, a fatores extralinguísticos, de caráter histórico, social e cultural.

Portanto, com a análise das variações lexicais de *causas mortis*, buscamos desvelar aspectos extralinguísticos que condicionam o uso de

determinados termos em detrimento de outros. Ressaltamos que a nossa perspectiva de análise vai além de questões estilísticas ou identitárias associadas a grupos sociais ou regionais, bem como transcende a visão polarizada de prestígio/estigma, de padrão/não padrão ou de formal/informal, já que, neste trabalho, não partimos dessas variáveis.

Retomando os aspectos de constituição do *corpus*, reiteramos que, a partir do levantamento de *causas mortis* presente nos documentos de óbito, identificamos a ocorrência da variação lexical em 20 (vinte) unidades. No entanto, para fins de organização e espaço de discussão, tomamos como premissa para nossa análise o número de ocorrência no *corpus*. Deste modo, discorreremos, a seguir, sobre as 6 (seis) unidades lexicais mais frequentes, a saber: <*anasarca*; *assassinado*; *parto*; *tísica*; *tétano*; *não informado*>, nesta ordem do menor para o maior número de ocorrências. O gráfico 1 que apresentamos a seguir ilustra a sistematização do foco dessa análise, uma vez que este registra as 6 unidades selecionadas mediante os critérios já apresentados e as porcentagens referentes às identificações nos documentos. Vejamos.

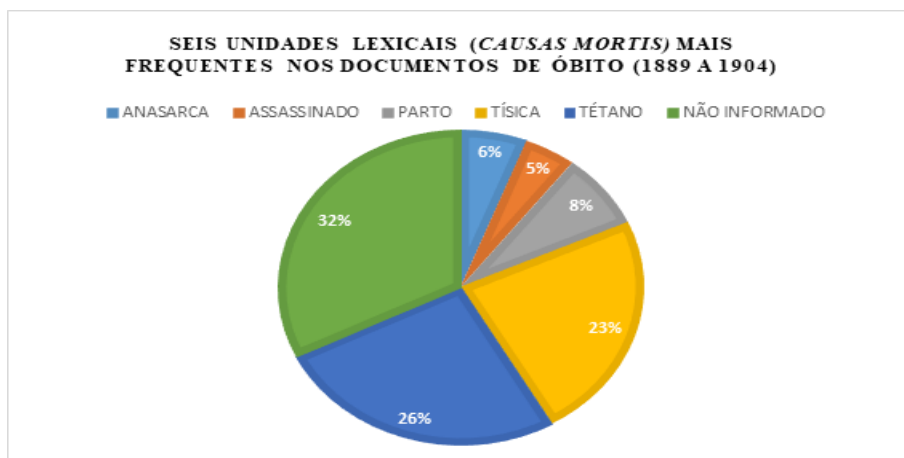


GRÁFICO 1 - *Causas mortis* mais frequentes nos documentos de óbito nos anos de 1889 a 1904

No contexto linguístico, as unidades lexicais de *causas mortis* são, frequentemente, construídas com a base verbal <*falecer*> seguidas da preposição <de>, em poucos casos a base verbal varia para <*perecer*>, termos que adquirem o mesmo valor semântico de <*falecer*>, conforme segue

Aos tres de junho de mil oitocentos noventa dous pereceu de um tiro accidental José, filho legitimo de José Francisco de Souza [...]. (fl. 22r – reg. 22).

Aos vinte de Outubro de mil oitocentos e noventa e sete pereceu de um disparos da propria espingarda que encostásea parede de casa á Fazenda [...]. (fl. 50r – reg. 77).

A um de Janeiro de mil e oitocentos e noventa e oito pereceu de um tiro de rifle na povoação de Santa Cruz, João Taveira [...]. (fl. 52v – reg. 5).

Destacamos ainda que, em apenas 6 (seis) registros, a construção formal é feita atendendo ao modelo proposto pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, em que se dar com a formulação metafórica: <*falecer da vida presente*>, conforme segue o excerto ilustrativo: “Aos vinte nove de março de mil oitocentos noventa dous tendo fallecido da vida presente Maria Antonia [...]”, sugerindo ao leitor haver outra vida no pós-morte, premissa defendida pela fé cristã.

Todavia, inspirados no trabalho de Sampaio (2019), nosso foco está no complemento circunstancial que indica a motivação da morte imediata, em outras palavras, não traremos para discussão as bases verbais que se repetem na formação linguística de *causa mortis*, mas somente o termo/unidade lexical que indica o motivo óbito.

Iniciamos as discussões com a análise do termo <*anasarca*> que, dentro do recorte temporal estabelecido, ocorre 18 (dezoito) vezes, variando com o termo <*hidropsia*>. Segundo Chernoviz (1890), na obra Dicionário de medicina popular, a moléstia anasarca se caracteriza pelo acúmulo de líquido no tecido celular, dado que justifica a variação <*hidropsia*>, uma vez que a etimologia da palavra supõe qualquer acúmulo de líquido perceptível à

vista, segundo o dicionário Caldas Aulete (1970). Logo, podemos identificar a unidade lexical <*hidropisia*> como um hiperônimo de <*anasarca*>, em que esta última, atualmente é popularmente conhecida como <*edema*> ou <*inchaço*>, acumulando líquido debaixo da pele, normalmente devido a infecções ou inflamações.

Anasarca é um termo que caiu em desuso, podendo, portanto, ser considerado como arcaísmo, já o termo hidropsia é frequentemente utilizado na comunidade médica, inclusive consta na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), documento que é uma das principais ferramentas de identificação epidemiológica do cotidiano médico.

Já a *causa mortis* destacada no quadro e no gráfico como <*assassinado*> ocorre em 14 (quatorze) óbitos, destacamos que todos os indivíduos que padecem desta motivação são do sexo masculino, e destes, 3 (três) são crianças, dado que nos chama a atenção.

Outro aspecto linguístico relevante a se destacar é que a construção <*falecer de*> substituída, na maioria dos casos, pelo verbo de ligação e o predicativo do sujeito <*foi assassinado*>: “Aos vinte quatro de Janeiro de mil e oitocentos e noventa e nove *foi assassinado* a tiros de rifle João Passarinho (...)”. (*grifo nosso*)

A variação lexical da *causa mortis* <*assassinado*> é construída com a colocação do complemento verbal de modo ou de lugar, variando conforme o instrumento, o modo ou o lugar do ocorrido, a saber

Manuel Nogueira assassinado em um samba a rua do Pau ferrado (fl 20v - reg.8)

Aos quatro de Fevereiro de mil oitocentos noventa dous foi assassinado na cadeia publica (fl 20v - reg.9)

Aos nove dias do mez de setembro de mil oitocentos noventa quatro falleceu assassinado á facadas (fl 32v reg.30)

Aos vinte quatro de Janeiro de mil e oitocentos e noventa e nove foi assassinado a tiros de rifle (fl 58v reg.6)

Predomina nos casos dos assassinatos o dolo eventual, ou seja, houve a intenção de matar, já os registros que dizem respeito ao assassinato de crianças, pelo menos dois deles, pode-se inferir, a partir do léxico, que se trataram de acidentes, segundo consta: “Aos tres de junho de mil oitocentos noventa dous pereceu de um tiro accidental José (...)” e “falleceu victima de uma facada; casualmente dada por Joaquim Guimarães”.

No caso dos falecimentos por <parto>, *causa mortis* com 24 (vinte e quatro) ocorrências, destacamos a variação lexical de <parto> para <dystocia>, esta última refere-se às complicações em decorrência do parto. Chernoviz (1890) aponta que todas as vezes que um parto não termina espontaneamente, havendo necessidade de intervenção, à época, das parteiras, seja pelo tamanho do feto, ou pela posição que se encontra a crianças, há distocia.

Atualmente, o termo <distocia> é definido como qualquer perturbação no bom andamento do parto e pode implicar em três fatores, seja eles a força motriz ou contratilidade uterina, o que caracteriza a distocia funcional, o objeto, seja pelo tamanho ou posição do feto, o que caracteriza a distocia fetal, e o trajeto, o que caracteriza a distocia do trajeto.

Outra *causa mortis* que ocorre com muita frequência é a <tísica>, aparecendo em 72 (setenta e dois) registros de óbito e variando entre <tuberculose>, <tísica pulmonar> e <tísica na laringe>. Uma das primeiras citações do termo tísica que se tem notícia encontra-se no velho testamento, em Deuteronômio capítulo 28 e versículo 22, que diz: “O Senhor te ferirá com a tísica e com a febre, e com a inflamação, e com o calor ardente(...)”, este trecho remete a um castigo divino.

Rezende (2004) destaca que a palavra <tísica> é uma das mais antigas em medicina, no entanto com o passar dos anos a unidade lexical passa a ter caráter pejorativo ou de xingamento, por remeter a aparência magra e pálida dos doentes, logo foi paulatinamente substituída por tuberculose, termo, também médico, que faz referência ao bacilo causador da doença, *Mycobacterium tuberculosis*.

No Brasil, Maciel *et al* (2012) apontam que, possivelmente, o Padre Manuel da Nóbrega tenha sido o primeiro indivíduo portador de tuberculose no país, a sugestão se dá pelo teor das correspondências enviadas, por Inácio Loyola e José de Anchieta, ao rei de Portugal, quando informavam que os índios, ao serem catequizados, adoeciam com escarro, tosse e febre e muitos cuspiendo sangue, sintomas típicos da doença.

Portanto, a tuberculose, também conhecida por “peste branca” devido a aparência pálida e esquelética que acometia os doentes, instalou-se no Brasil já no colonial com a chegada dos portugueses, e durante o século XIX a concepção da doença como “mal romântico” foi extremamente difundida, sobretudo entre os poetas da época. Neste período, o uso das variantes *tísica* e tuberculose ainda eram muito comuns, conforme pudemos verificar nos textos que nos serviram de análise.

Passada a visão romântica, a partir do século XX, a doença passa a ser percebida como um preocupante problema de saúde. É também, neste período, que o comumente utilizado termo <*tísica*>, cai em desuso, como já mencionado, por estar ligeiramente associado aos sintomas causados pela doença e carregar em seu significado certo grau de preconceito, quanto à etimologia do termo *tísica* tem origem no grego *phthisis* e significa decair, definhar.

Quanto à *causa mortis* <*tétano*>, que ocorre 80 (oitenta) vezes, destacamos na variação o uso de adjetivos modificadores, como é o caso de <*tétano traumático*> ou <*tétano espontâneo*>.

Por fim, destacamos que, em 99 (noventa e nove) registros, não há a informação sobre a *causa mortis*, e nesse caso utilizamos o termo <*não informado*> para identificar as unidades lexicais, que foram indicadas pelas variantes <*Subitamente*>, <*repentinamente*>, <*ao nascer*>, <*um dia depois que nasceu*> e <*faleceu de repente*>, percebemos que não há uma homogeneidade na não indicação da *causa mortis* e a informação se dá circunstancialmente. As unidades lexicais indicam a condição de morte, sem, contudo, precisar a causa do falecimento, como pode ser ilustrado no excerto:

“Aos vinte quatro dias no mez de Outubro do anno de mil oitocentos oitenta e nove falleceu subitamente Maria Iignes” (Fl 3v - reg 23).

Em suma, identificamos que a escolha por uma variante em detrimento a outra se dá pelas várias maneiras de se dizer a mesma coisa, em um mesmo contexto, com o mesmo valor de verdade, coadunando com o que afirma Tarallo (2007). Tendo em vista que os padres que registravam os óbitos não tinham capacidade técnica para indicar a *causa mortis*, ou seja, não havia respaldo científico, portanto utilizavam dos recursos linguísticos de cunho lexical para indicar as causas dos falecimentos.

Considerações finais

O *corpus* analisado neste trabalho consta de 653 documentos de certidão de óbito produzidos pela Igreja Católica entre os anos de 1889 e 1904, sendo eles importantes fontes históricas. Dentre os motivos para lhes atribuir o adjetivo, podemos citar o rico material linguísticos disposto nos documentos.

Partindo deste preceito, objetivamos, em interface Sociolinguística e Filologia, identificar em documentos de certidão de óbito, manuscritos entre o final do século XIX e início de século XX, as variações lexicais de *causa mortis* e, além disso, investigar o contexto social-histórico e cultural das variações, visando a análise de fatores extralinguísticos que favorecem o seu uso.

Com o levantamento de 71 (setenta e um) diferentes *causa mortis* nos documentos de óbito, identificamos a ocorrência da variação lexical em 20 (vinte) unidades lexicais, todavia, para fins de organização e espaço de discussão, tomamos como premissa para nossa análise o número de ocorrência no *corpus*. Sendo assim, discorreremos sobre as 6 (seis) unidades lexicais mais frequentes, foram elas: <*anasarca; assassinado; parto; tísica; tétano; não informado*>, nesta ordem do menor para o maior número de ocorrências, como foi possível observar na análise.

Entendendo que a pesquisa de cunho sociolinguístico leva em consideração tanto fatores linguísticos como extralinguísticos para fins de análise, atemo-nos aos fatores sociais e semânticos para interpretação dos dados. Condição que nos possibilitou uma análise interdisciplinar para além dos aspectos puramente linguísticos.

Diante disso, com a análise realizada foi possível observar que as seis unidades lexicais selecionadas como *corpus* deste trabalho apresentaram variantes oriundas de distintos contextos sociais. Observamos que as questões/julgamentos sociais, as consequências de determinadas doenças, as mudanças nas distintas áreas medicinais e as inferências decorrentes dos diferentes anos foram fatores extralinguísticos que demarcaram o contexto social-histórico-cultural das variáveis investigadas.

Portanto, como assevera Monteiro (2000), a língua é dotada de um caráter social que se organiza por meio de fatores linguísticos e extralinguísticos, sendo estes elementos definidores das condições que favorecem (ou não) uso de uma determinada variante em contextos situacionais específicos.

Referências

- ALMEIDA, Fernanda Kecia de. **O léxico de causa mortis em certidões de óbito do vale do jaguaribe no século XIX**. 120 f. Mestrado em Linguística Aplicada. Instituição de ensino: Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/ce, 2016.
- ARAÚJO, Aluiza Alves de Araújo; VIANA, Rakel Beserra de Macedo; PEREIRA, Maria Lidiane de Sousa. Sociolinguística: histórico, ramificações e pressupostos básicos. In. (Orgs.). LIMA, Álisson Hudson Veras. SOARES, Maria Elias. CAVALCANTE, Sávio André de Souza. **Linguística geral: os conceitos que todos precisam conhecer** - v. 1. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 366p.

- AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo de Língua Portuguesa**. Ed. Delta. Vol III, Rio de Janeiro, 1970.
- BÍBLIA SAGRADA. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/dt/28/22>. Acesso em: 03 de julho de 2021.
- CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 216 p.
- CHERNOVIZ, Paulo Luiz Napoleão. **Dicionário de Medicina Popular**. Paris: Casa do autor, 1890. v. 1.
- COSTA, Lurdiane Alves da; ARAÚJO, Aluiza Alves de; CARVALHO, Wilson Júnior de Araújo. **Um olhar variacionista sobre a variação lexical aleijado vs. pernetta a partir dos dados do projeto ALIB**. (2020). Web - Revista - Sociodialeto. v. 10. n. 30. abr/2020. Disponível em: <http://sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/219/255>. Acesso em: 11 de jun. 2020.
- COSTA, Eliane Oliveira da. **Variação lexical nas capitais brasileiras**. 57f. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Plena em Língua Portuguesa. Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.
- GÖRSKI, Edair Maria *et al.* A variação interna. *In.*: **Sociolinguística**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Editora parábola, 2008. 392p.
- MACIEL, Mariana de Sousa *et al.* **A história da tuberculose no Brasil**: os muitos tons (de cinza) da miséria. *Rev. Bras. Clin. Med.* São Paulo, 2012. p. 226 -230.

- MARCOTULIO, Leonardo Lennentz; LOPES, Célia Regina dos Santos; BASTOS, Mário Jorge da Motta; OLIVEIRA, Thiago Laurentino de. **Filologia História e língua: olhares sobre o português medieval.** São Paulo: Parábola, 2018.
- MATORÉ, Georges. **La méthode en lexicologie: domaine français.** Paris: Didier, 1953.
- MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. *In:* (Orgs.). MOLLICA, Maria Cecília. BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2013.
- MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov.** Petrópolis, Rio de Janeiro/RJ: Vozes, 2000.
- PAIM, Marcela Moura Torres. **Jovens e idosos escolhem as mesmas palavras?** *Entrepalavras*, Fortaleza, v.1, n.1, p. 7-24, ago/dez 2011. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/viewFile/1/44>. Acesso em: 13 de julho de 2021.
- PONTES, Antônio Luciano. **Dicionário para uso escolar: o que é como se lê.** Fortaleza: EdUECE, 2009.
- REZENDE, Joffre M. de. **Linguagem Médica**, 3a. ed., Goiânia, AB Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2004.
- SACRAMENTO, Arivaldo. SANTOS, Lucas de Jesus. **A Filologia como ética de leitura.** *In:* Revista da ABRALIN, v.16, n.2, p. 129-168, jan./fev./mar./abr. 2017.
- SAMPAIO, Maria Aurilene Pinto. **Estudo lexical do ritual da morte em certidão de óbito da diocese de Itapipoca-CE.** 2019. 348 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2019) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

- SANTOS, Lucas de Jesus. **Da palavra ao mundo**: retornos à filologia. *In*: Inventário PPGLinC/PPGLitCult-UFBA. Nº 17, Salvador/BA, dez 2015.
- TARALLO, Fernando Luiz. **A pesquisa Sociolinguística**. 8 ed. São Paulo, Ática, 2007.
- VILLALVA, Alina. SILVESTRE, João Paulo. **Introdução ao estudo do léxico**: descrição e análise do Português. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- VOLÓCHINOV, Valentin (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e Filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017, 373 p.
- XIMENES, Expedito Eloísio. **Fraseologias Jurídicas**: estudo filológico e linguístico do período colonial. Curitiba: Appris, 2013. 445 p.

Tabus de Decência na Fala Cearense: uma Reflexão a partir da Neurolinguística Não Clínica e da Sociolinguística Variacionista

Decency Taboos in the Cearense Speech: a Reflection based on Non-Clinical Neurolinguistics and Variationist Sociolinguistics

Cassio Murilio Alves de Lavor*

RESUMO

Esta pesquisa, descritiva, qualitativa e quantitativa, reflete sobre se trabalhar, empiricamente, com as áreas interdisciplinares Sociolinguística e Neurolinguística não clínica, a partir da análise de um tabu linguístico, na fala dos cearenses. Aqui, demonstramos ser possível a junção das áreas interdisciplinares e o uso dos pressupostos teórico-metodológicos de ambas. Para tornar este trabalho possível, usamos o programa computacional GoldVarb X, e os conceitos sobre eufemismo e disfemismo, além dos conceitos de consciente e inconsciente aplicados pela psicologia freudiana. Os resultados estatísticos demonstraram que a capital Fortaleza substitui a palavra prostituta, disfemizada, por outras variantes eufemizadas, como *rapariga*. As demais cidades controladas demonstraram resultados diferentes e que, no geral, podemos considerar que, conscientemente, nas cidades pesquisadas, frequentemente, os falantes usam mais a variante estigmatizada *prostituta* em detrimento de variantes eufemizadas, como *rapariga* ou *mulher de vida fácil*. Os dados estatísticos apresentados demonstraram que ao fazer uso de uma palavra tabu,

Recebido em 4 de agosto de 2021.

Aceito em 11 de janeiro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2022n63.529>

* Universidade Estadual do Ceará, murilolavor_rh@hotmail.com

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-5228-6042>

de maneira eufemizada ou disfemizada, o falante, inconscientemente, escolhe uma das variantes motivado pelo fator sexo e idade.

PALAVRAS-CHAVE: Tabu. Neurolinguística. Sociolinguística. Eufemização. Disfemização

ABSTRACT

This descriptive, qualitative and quantitative research analyzes a linguistic taboo in the *Cearense* speech according to the interdisciplinary areas of Sociolinguistics and non clinical Neurolinguistics. It is demonstrated that it is possible to join the interdisciplinary areas in both theoretical and methodological principles. With the use of GoldVarb X program, the concepts of euphemism and dysphemism, besides the concepts of conscious and unconscious in Freudian psychology, have been taken into consideration. The statistical results showed that the capital Fortaleza replaces the word *prostitute*, with other euphemized variants, such as *rapariga*. The other controlled cities showed different results, but in general it can be considered that the conscious use of the word *prostitute* is stigmatized, more than in euphemized variants such as *rapariga* or *mulher de vida fácil*. The statistical data demonstrate that when using a taboo word, in an euphemized or dysphemized way, the speaker unconsciously chooses one of the variants motivated by sex and age factors.

KEYWORDS: Taboo; neurolinguistics; sociolinguistics; euphemization; dysphemization

Introdução

Esta pesquisa estabelece uma relação possível entre tabu linguístico, Neurolinguística e Sociolinguística, a partir das respostas encontradas para a questão 142, “...a mulher que se vende para qualquer homem?”, extraída do Questionário Semântico Lexical – QSL do Atlas Linguístico do Brasil – AliB¹. Assim, buscamos demonstrar ser possível a união entre as áreas interdisciplinares Sociolinguística e Neurolinguística na construção da pesquisa empírica usando o fenômeno tabu, de decência e de decoro, como objeto de análise.

1 “constituiu-se na primeira tentativa, em nível nacional, de descrição do português brasileiro com base em dados coletados, in loco, nas diversas regiões geográficas, a partir da investigação em uma rede de pontos que se estende do Oiapoque (ponto 001) ao Chuí (ponto 250)” (CARDOSO; MOTA, 2012, p. 855).

Acreditando que a Neurolinguística, de uma maneira simples, possa ser entendida como a ciência que explora a forma como o cérebro compreende e produz linguagem e comunicação, objetivamos analisar de que modo as escolhas inconscientes ou conscientes de tabus de decência, como *rapariga*, *prostituta* e *outras formas*, estão associadas a fatores sociais como *sexo*, *faixa etária* e *localidade*.

Aqui, controlamos o fato do informante *eufemizar*² ou *disfemizar*³ o uso de uma das variantes⁴ linguísticas dadas como respostas à pergunta 142, e se essa escolha é influenciada por fatores sociais. Entendemos que o falante, ao dirigir-se a seu interlocutor, penetra em um universo complexo e em um elevado grau de refinamento neurológico em áreas inconscientes⁵ do cérebro, em que a fala passa por um processo de submissão, na escolha e na organização do léxico⁶, de modo a funcionar como um instrumento revelador da realidade social de uma comunidade de falantes. Isso ocorre, por exemplo, quando fazemos uso de certas palavras tabus, consideradas palavrões, que trazem o constrangimento ou inibição, em virtude do valor semântico pejorativo que adquiriram ao longo do tempo e que se mantêm vivas na memória coletiva de um povo, ancoradas nas experiências culturais e locais.

2 “As concepções de eufemismo, nos diferentes dicionários, centram-se no objetivo da substituição de palavras as quais poderiam tocar em algum assunto ou aspecto tabu e causar um efeito ou reação desagradáveis nos interlocutores”. (XIAO, 2015, p.7).

3 Disfemismo: “Palavra ou expressão directa e crua, geralmente grosseira e ofensiva, usada em vez de outra simpática, neutra, directa...”, o contrário, pois, de eufemismo. (XIAO, 2015, p. 8).

4 O termo variante é usado para referir as diferentes maneiras de dizer a mesma coisa do ponto de vista da língua (LABOV, 2008).

5 Para este trabalho, a palavra inconsciente não é aquilo que está fora da consciência: “O inconsciente **não** é uma espécie definida na realidade psíquica pelo círculo do que não tem o atributo (ou a virtude) da consciência” (LACAN, 1966, p. 830, destaque do autor). O inconsciente consiste nos materiais reprimidos: “O inconsciente **não** é perder a memória; é não se lembrar do que se sabe” (LACAN, 2001, p. 333, destaque do autor).

6 Qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades” (BIDERMAN, 1978, p. 80; 139).

Logo, entendemos que o campo da Neurolinguística, não anátomo-clínica, como área interdisciplinar, é um lugar privilegiado para pensarmos os efeitos que essas memórias têm sobre as escolhas das palavras na fala de uma comunidade linguística que, por seu turno, está atrelada a fatos sociais, geográficos, culturais, como defende a Sociolinguística.

Dito isto, cabe pontuar que, para a realização desta, levantamos algumas questões iniciais: i) a resposta à questão 142 se apresenta de maneira eufemizada ou disfemizada?; ii) quais fatores influenciam no processo de eufemização ou disfemização; iii) nas cidades pesquisadas, qual das variantes usadas é mais frequente? E consideramos as hipóteses: 1) a comunidade pesquisada conscientemente vai eufemizar a palavra tabu; 2) as mulheres vão eufemizar o tabu linguístico, enquanto os homens vão disfemizar; 3) A faixa etária II (50 a 65 anos) vai eufemizar a palavra tabu, enquanto a faixa etária I (18 a 30 anos) vai disfemizar; 4) a variante *rapariga* será a mais frequente nas cidades pesquisadas.

Na busca por trabalhos que servissem como norte na construção desta pesquisa, encontramos alguns sobre o fenômeno tabu, em diferentes perspectivas, mas nenhum deles consideraram a eufemização e a disfemização, relacionando-as a fatores sociais. Essa busca nos levou aos trabalhos de: Almeida (2007), Vilaça (2009), Guérios (1979). A partir desses, percebemos que esta pesquisa é pioneira, principalmente, por lançar luz sobre a questão aqui pesquisada, fato que justifica este estudo. Além disso, o objetivo defendido aqui, por si só, já é um fator diferenciador e justificador para a realização desta.

Esta pesquisa está dividida: nesta introdução; em uma breve fundamentação teórica sobre o fenômeno tabu, a Neurolinguística e a Sociolinguística; uma seção de articulação entre tabu linguístico e as áreas da Neurolinguística e Sociolinguística; a metodologia aplicada; as análises estatísticas e reflexões subjetivas, a partir dos resultados apresentados em gráficos e tabelas; finalizamos apresentando nossas considerações acerca dos resultados.

1. Fundamentação teórica

Devido à complexidade desta pesquisa, buscamos aporte em mais de uma teoria, pois acreditamos que uma somente não daria conta das múltiplas possibilidades apresentadas. Assim, para melhor compreensão, dividimos esta seção em subtópicos: tabu/tabuísmo linguístico, neurolinguística e sociolinguística.

1.1 Tabu/tabuísmo linguístico

Segundo Freud (1913), o tabu é a base da idolatria e sua violação provocaria um castigo divino, uma maldição; o termo *tabu* expressaria um sentimento coletivo sobre um determinado comportamento ou assunto. Já para a Linguística, as palavras tabus são a imposição de uma proibição de dizer nomes de certas coisas ou pessoas. De acordo com Ullmann (1964), o tabu linguístico se classifica em: de superstição (voltado para a religiosidade, como a palavra *inferno*); de delicadeza (voltado para enfermidades e situações delicadas, como a palavra *câncer*); de decência (voltados para imoralidade e termos pejorativos, como *caralho* e *rapariga*).

Segundo a crença popular, os tabus linguísticos se caracterizam como palavras carregadas de poderes sobrenaturais e, portanto, elas devem ser evitadas para não se correr o risco de ser atingidos pela sua força maléfica no ato da evocação. Para Guérios, “o tabu vem a ser a abstenção ou proibição de pegar, matar, comer, ver, dizer qualquer coisa sagrada ou temida. Cometendo-se tais atos, ficam sujeitos a desgraças, a coletividade, a família ou o indivíduo” (GUÉRIOS, 1979, p. 01)

Entre as palavras, presentes no léxico de toda sociedade, em todos os tempos, existem aquelas nomeadas como tabus. Como surgiram os tabus não é objeto desta investigação, e por isso não nos estenderemos demasiado nessa discussão, mas sim, que esses se relacionam com a convivência social, com a sobrevivência de grupos e sociedades, e certamente com os preceitos da

moral e da religiosidade, estas duas estritamente ligadas ao longo dos séculos. A seguir, apresentamos, de maneira sucinta, a Neurolinguística.

1.2 A neurolinguística

A Neurolinguística, grosso modo, caracteriza um campo de investigação que se interessa, de maneira geral, pela cognição humana e, de maneira mais específica, pela linguagem e por processos afeitos a ela, direta ou indiretamente.

Enquanto disciplina híbrida, a Neurolinguística tem construído sua agenda científica assumindo pressupostos e métodos próprios à Linguística e às Neurociências. Da tradição e da agenda mais atual dos estudos linguísticos, a Neurolinguística mantém o foco e o interesse na descrição e na análise da estrutura, da organização e do funcionamento da linguagem. Isso implica, além do interesse pelo sistema linguístico e seus diferentes níveis de constituição, o interesse pela estruturação e pela gestão das práticas socioculturais, pelo contexto de produção e interpretação linguística, pelos vários modos de significações não verbais, pelos processos cognitivos com os quais compreendemos e atuamos no mundo (dentre os quais a memória, a atenção, a percepção, a gestualidade, etc.).

Jackson (1874) contribuiu com várias pistas científicas que sinalizam para uma linguagem tabu relacionada ao cérebro. Suas investigações motivaram, e motivam, outras pesquisas com o mesmo viés, como Lancker e Cumming (1999), que chegaram à conclusão de que a linguagem tabu está relacionada ao hemisfério direito do cérebro, enquanto a linguagem comum está associada ao esquerdo. Alan e Burrige (2006) demonstraram a falta de controle da linguagem comum, enquanto aumenta o uso involuntário da linguagem tabu por pessoas com Síndrome de Tourette ou com Alzheimer.

Em outros estudos, foi confirmada a existência de reações involuntárias aos tabus linguísticos, como arrepios, aumento do ritmo cardíaco e uma leitura mais lenta de palavras tabus. Para os autores, “as palavras tabu são mais

estimulantes do que as palavras não tabus e nós, aparentemente, guardamo-las de forma diferente na nossa memória” (ALLAN, BURRIDGE, 2006, p. 244). A seguir apresentamos um breve resumo sobre a Sociolinguística.

1.3 A sociolinguística

Defendemos a Sociolinguística como uma das áreas da Linguística que se contrapõe a um modelo de linguística estrutural, despreocupada da relação entre língua e sociedade, passando a entender a língua a partir de seu uso concreto dentro de uma comunidade de fala, valendo-se, pois, investigar a língua em seu uso real, considerando as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística. Para essa área, ao mesmo tempo disciplinar e interdisciplinar, os indivíduos fazem escolhas linguísticas fortemente influenciadas pelo papel social desempenhado pelos falantes, o que nos faz acreditar que os grupos sociais se formam em função de traços identitários, dos índices de pertencimento e das crenças e dos valores culturais determinantes nas escolhas linguísticas, pois a língua funciona e se apresenta como indicadora desses índices.

Para compreendermos a dimensão dessa área, é preciso entender que ela, apesar de jovem, já despertava o interesse de alguns estudiosos, como Meillet [1866-1936], Bakhtin [1895-1975] e membros do Círculo Linguístico de Praga, bem antes dos anos 1960, data registrada como seu nascimento oficial, a partir dos trabalhos realizados por William Labov na ilha de Martha's Vineyard (Massachusetts), onde analisou a variação fonético-fonológica de /ay/ e /aw/, em diversas regiões, com variadas faixas etárias e grupos étnicos e ocupacionais (LABOV, 2008).

A partir dos estudos de Labov, várias outras pesquisas de cunho Variacionistas foram difundidas no cenário mundial e continuam cada vez mais presentes, atestando que variação e mudança são fatores inerentes às línguas e contribuem para uma descrição mais real e fidedigna dos usos que delas são feitos pelos falantes. Esse caráter de concreticidade é reafirmado por Tarallo,

ao asseverar que “o modelo teórico metodológico da Sociolinguística parte do objeto bruto, não-polido, não-aromatizado artificialmente” (TARALLO, 1997, p. 18).

A seguir, articulamos uma relação entre o fenômeno tabu linguístico e sua estreita relação com a Neurolinguística e a Sociolinguística.

2. Articulação entre tabu linguístico, neurolinguística e sociolinguística

Ao estabelecermos uma relação entre a Neurolinguística, a Sociolinguística e os tabus linguísticos, lembramos que muitos estudos associam o uso dos tabus linguísticos às emoções humanas, demonstrando que o uso desses pode ser o resultado de um processo neurológico involuntário, conforme Jay (2000), Allan e Burridge (2006). Podemos exemplificar com a observação do uso de palavras ou expressões tabus usadas como respostas involuntárias à dor, a partir do século XIX, quando Jackson (1874) já asseverava que a linguagem tabu era diferente da linguagem comum e que aquela tinha um controle cerebral diferente dessa, e concordando com Anthes (2010), ao afirmar que o uso de palavrões pode aumentar a tolerância à dor.

Dizer palavrões pode aumentar a tolerância à dor dos participantes. Foi pedido aos participantes que submergissem as mãos numa banheira de água gelada e que as mantivessem lá o máximo que conseguissem. Quando lhes era permitido dizer palavrões, os participantes eram capazes de aguentar mais tempo as mãos na água gelada (ANTHES, 2010, p. 22).

Aqui, podemos fazer uma reflexão entre a complexa rede que envolve os tabus linguísticos e a língua em seu contexto social de uso, como assevera a Sociolinguística (LABOV, 2008), e, a partir dessa reflexão considerarmos que o mesmo palavrão, ou tabu, que aumenta a tolerância à dor, como apresentado por Anthes (2010), só se concretiza a partir da fala, e essa fala é o que constitui os sujeitos que dela faz uso, pois é através das relações do cérebro/mente

com o ambiente sócio-histórico cultural que o sujeito homem é constituído, conforme Luria (1979).

Assim, na medida em que a Neurolinguística reflete sobre e atua na constituição do sujeito pela linguagem e a Sociolinguística também reflete sobre e atua na diversidade legítima e possível desta constituição do sujeito em nossa sociedade, demonstrando que as experiências linguísticas destes sujeitos, adquiridas diferentemente, poderão ser percebidas pela escolha lexical, pronúncias e construções gramaticais, entendemos, então, que o que nos leva à escolha de palavras *tabu*, conscientes ou inconscientes, está diretamente ligado às atividades cerebrais.

De acordo com Mecacci, as relações sociais se modificam através da história, modificando também as atividades cerebrais. Para ele, “as transformações das funções cerebrais são determinadas pela sociedade, pela textura das relações sociais em que um indivíduo nasce e cresce” (MECACCI, 1987, p. 140).

Entendemos, então, que ao fazer uso de uma palavra *tabu*, o falante acredita que a escolha foi individual, tanto da variante mais apropriada, quanto da forma empregada, mas a realidade é que fatores sociais agem motivando ou inibindo essa escolha. Então, ao escolher qual variante será mais apropriada, de acordo com sua intenção, consciente ou inconsciente, de eufemizar ou disfemizar, o sujeito está, na verdade, defendendo sua própria identidade cultural.

A seguir, apresentamos a metodologia aplicada na realização deste estudo.

3. Metodologia da pesquisa

Quanto à abordagem, esta pesquisa é de caráter qualitativo e quantitativo; quanto a seu objetivo é de caráter descritivo. Quantitativo porque pesquisas desse tipo consideram o que “pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e

analisá-las” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 69). Descritivo porque “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52). Qualitativa porque “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2007).

O *corpus* desta pesquisa empírica foi formado a partir do AliB, escolha que se justifica por considerarmos esse banco de dados como um dos mais importantes projetos dialetológicos do Brasil. Selecionamos amostras de fala, estratificadas em *sexo*, em *faixa etária* e em *localidade*, 12 cidades do estado do Ceará.

Para formarmos um *corpus* com ocorrências sobre o fenômeno *tabu*, optamos por separar as respostas encontradas para a questão 142: “... a mulher que se vende para qualquer homem?”, extraída do Questionário Semântico Lexical – QSL⁷ do– AliB.

As respostas obtidas foram entendidas e tratadas como variantes linguísticas, que são definidas a partir do entendimento existente entre as variantes *eufemizadas* (*rapariga*, e *outras formas*, como mulher da vida, meretriz, safada, quenga, biscate etc.) contrapondo-se às variantes *disfemizadas* (*prostituta* e *puta*).

Evanildo Bechara define o termo *rapariga*, como uma moça, uma jovem ou adolescente (BECHARA, 2011, p.1065), e o termo *prostituta* é definido como aquele e aquela que se prostitui, que faz sexo por dinheiro (BECHARA, 2011, p.1039). Já Wang Xião (2015), em sua dissertação de mestrado sobre eufemismo e disfemismo em português e chinês, defende que

7 No AliB, o Questionário Semântico-Lexical (QSL) contém inquéritos que apresentam respostas relacionadas aos seguintes temas: acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos, astros e tempo, atividades agropastoris, fauna, corpo humano, ciclos da vida, convívio e comportamento social, religião e crenças, jogos e diversões infantis, habitação, alimentação e cozinha, vestuário e acessórios e vida urbana.

no comércio carnal, onde as mulheres se vendem sexualmente, as palavras *prostituta* e *meretriz* são consideradas neutras, enquanto *mulher da vida* e *mulher de vida fácil* são expressões coloquiais, cujo termo *rapariga* é o mais eufemístico. Para o autor, “quase todas as palavras relacionadas com *rapariga* podem ser empregadas para exprimir atenuadamente a condição de prostituta, de forma eufemística e em contexto que as aclarem” (XIÃO, 2015, p.59).

Usando essa linha de entendimento, atrelada aos pressupostos da Sociolinguística, formamos grupos de fatores para a questão 142: as variáveis dependentes, *prostituta*, *rapariga* e *outros*, e variáveis sociais *sexo* (*homem*, *mulher*); *faixa etária* (*I*, 18 a 30 anos, e *II*, 50 a 65 anos); *localidade* (*Canindé*, *Camocim*, *Crato*, *Fortaleza*, *Crateús*, *Iguatu*, *Ipu*, *Limoeiro do Norte*, *Quixeramobim*, *Russas*, *Sobral*, *Tauá*), e as variáveis linguísticas *nº de variantes usadas* (*1*, *2*, *3*, *4*, + de quatro) e *recurso linguístico* (*eufemizado* e *disfemizado*).

Quanto ao grupo de fatores *recurso linguístico*, decidimos que será definido pela primeira resposta à pergunta, assim, mesmo que o informante use várias variantes para a questão 142, será a primeira resposta a definir se a fala foi *eufemizada* ou *disfemizada*.

Assim, após formarmos um envelope de variação e codificarmos todas as ocorrências, submetemo-las ao programa computacional GoldVarb X⁸ (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), usando a variante *rapariga* como valor de aplicação⁹, que nos oferece resultados estatísticos sobre a frequência de uso de cada variante, em cada cidade, de acordo com as *faixas etárias* e o *sexo* dos entrevistados, bem como os grupos de fatores que favorecem ou inibem um ou outro uso.

8 GoldVarb é uma versão para ambiente Windows do pacote de programas VarbRul - do inglês Variable Rules Analysis, “é um conjunto de programas computacionais de análise multivariada, especificamente estruturado para acomodar dados de variação sociolinguística” (GUY e ZILLES, 2007, p.105). Mais informações: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>. Acesso em: 12 abril 2021.

9 Em uma análise feita pelo programa Varbrul, “o pesquisador deve escolher qual das variantes será tratada como *aplicação da regra* e, ao realizar a rodada dos dados, deve informar ao programa o respectivo código dessa variante” (GUY; ZILLES, 2007, p. 229).

Os resultados estatísticos, como a frequência de uso e Peso Relativo¹⁰, foram apresentados em gráficos e tabelas, analisados à luz dos conhecimentos oferecidos pela Sociolinguística, Neurolinguística e de outras ciências que possibilitem a discussão sobre o tema tabu linguístico. A seguir, apresentamos e discutimos os resultados obtidos na rodada estatística realizada pelo programa computacional.

4. Reflexões subjetivas e análises

Em uma primeira rodada ternária (*prostituta*, *rapariga*, *outras variantes*) com as respostas referentes à questão 142, obtivemos 93 ocorrências, 21 (22,60%) para *rapariga*, 35 (37,60%) para *prostituta*, *puta*, e 37 (39,80%) para *outras* variantes linguísticas, como *rameira*, *vagabunda*, *mulher da vida*, *mulher sem moral* e *outras*.

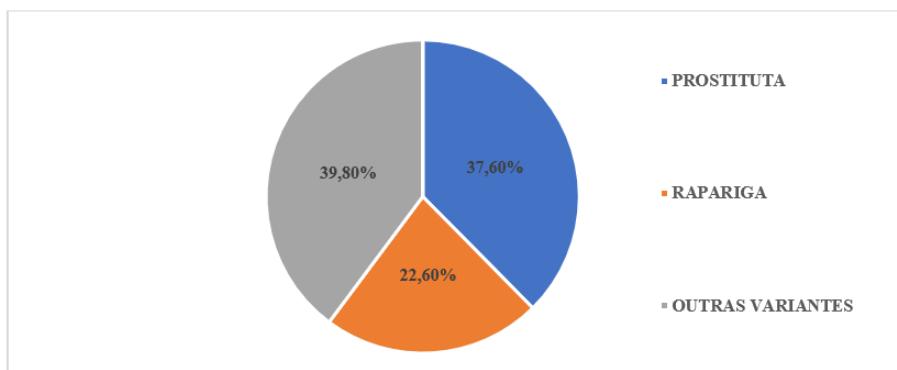


Gráfico 1- Frequências para a questão 142 (... a mulher que se vende para qualquer homem?)

10 *Peso Relativo* das variáveis, em que $PR < 0,5$; $PR = 0,5$ e $PR > 0,5$ indicam, respectivamente, desfavorecimento, neutralidade e favorecimento de um fator postulado em uma determinada variável sobre a variante escolhida como aplicação da regra, ou seja, acima de 0,50 é considerado favorecedor e abaixo de 0,50 é desfavorecedor, já quando for exatamente 0,50 é considerado neutro (GUY; ZILLES, 2007).

Esses dados estatísticos nos levaram a concluir que, nas cidades controladas nesta pesquisa, os cearenses optam por usar formas eufemizadas-39,80% (*outras formas*), mais 22,60% (*rapariga*), somando um total de 62,4% - em detrimento da forma disfemizada *prostituta* (37,60%), fato que está em consonância com a pesquisa de Wang Xião (2015), quando conclui que o falante pode recorrer a muitos outros termos eufemísticos em substituição ao termo *prostituta*, considerado disfemístico, e corrobora nossa hipótese inicial de que “a comunidade pesquisada, conscientemente, vai eufemizar a palavra tabu”.

Essa rodada inicial apresentou alguns nocautes¹¹, fato que nos fez optarmos por mais uma rodada, desta vez binária, só com as variantes *rapariga* e *prostituta*, usando a variante *rapariga* como valor de aplicação.

Para a rodada binária, o GoldVarb X apresentou 56 ocorrências, 35 (62,50%) para *prostituta* e 21 (37,50%) para *rapariga*. Como podemos observar, quando trabalhamos apenas com dados para as variantes *prostituta* e *rapariga*, os resultados de frequência apontam para uma preferência para o termo disfemizado *prostituta* em detrimento do termo eufemizado *rapariga*, como mostra o gráfico 2.

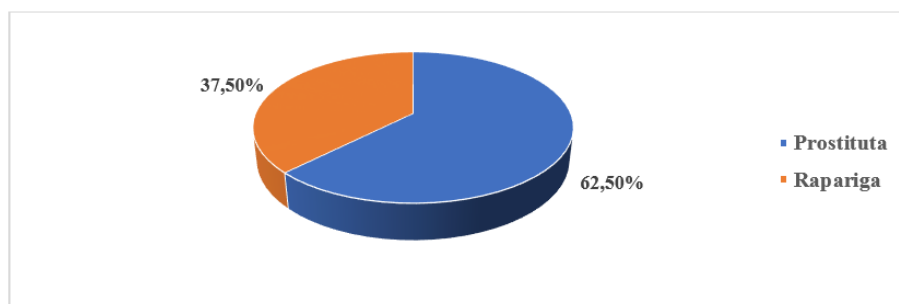


Gráfico 2- Frequências para a questão 142 (... a mulher que se vende para qualquer homem?), só com as variantes *prostituta* e *rapariga*

11 Nocaute ou *knockOut* é uma terminologia de análise do GoldVarb X usada em todos os programas da série Varbrul, “que, num dado momento da análise, corresponde a uma frequência de 0% ou 100% para um dos valores da variável dependente” (GUY; ZILLES, 2007, p. 158).

O gráfico 2 nos revela que nas cidades pesquisadas, os cearenses, de uma forma geral, usam com mais frequência a forma difemizada, inconscientemente, ao responder à pergunta 142. A variante *prostituta* (62,50%) é a mais frequente em detrimento da variante *rapariga* (37,50%). Esses dados, além de refutar a hipótese de que “a comunidade pesquisada conscientemente vai eufemizar a palavra tabu”, revelam muito sobre o uso dessas palavras tabus na comunidade. Vejamos no excerto 1, extraído de nossa amostra, (ALiB Canindé, QSL 142, informante do sexo feminino, faixa etária II, Pesquisador e ajudante do sexo feminino).

Pesquisador: ...e a mulher que se vende para qualquer homem?
Informante: (+) é uma prostituta'. Pesquisador: tem mais outro nome que a senhora conhece aqui pra mulher desse tipo.
Informante: (+)(+). Pesquisador: (+) fulanu é:: (+) pode dizer'' (+) ela (+)[sô acostumada a ouvir na televisão ((ri)) (+) (inaudível).
Informante: [((ri)). Pesquisador: ((ri)) pode falar (inaudível) que você conhece aqui. **Informante:** é: **mui:tu galinha:** Pesquisador: prontu isso que a gente quer ouvir¹². (ALiB, QSL, INF. O4304)¹³.

Podemos perceber, pela transcrição apresentada, que a informante, quando perguntada sobre a mulher que se vende para qualquer homem, dá uma pausa e responde rapidamente com a variante difemizada *prostituta* e quando a pesquisadora insiste para obter mais respostas ela não o faz de imediato e quando o faz usa um termo eufemizado, *galinha*, mesmo usando o intensificador muito. Isso pode indicar que a informante, nesse momento, teve consciência de que havia usado um termo estigmatizado, um tabu, carregado de crenças e que se tratava de uma variante estigmatizada socialmente e,

12 Obs.: Não foi percebida mudança no tom de voz da informante, pelo transcritor.

13 ALiB é o banco de dados cuja entrevista foi ouvida; QSL: Questionário Semântico Lexical, um dos tipos de registros do banco de dados; INF.: informante, cuja fala foi transcrita; N°: numeração da entrevista, em que o primeiro número, 04, é a localidade, seguida do número do entrevistado, nesse caso mulher da faixa etária II (Compreende quais idades? Não li em nenhum lugar do texto!).

portanto, deve-se evitá-la, conscientemente, a fim de não a atrair para si e para os seus. Segundo Burgos (2008), a linguagem comum e o pensamento consciente são de responsabilidade da parte mais sofisticada da massa cinzenta, o neocórtex, já os palavrões ficam no fundo do cérebro, no sistema límbico, a parte que controla nossas emoções.

No melhor nível de análise, *input*¹⁴ 0,368 e *significance*¹⁵ 0,001, o programa computacional selecionou apenas um grupo de fatores, *recurso linguístico*, como favorecedor no uso da forma eufemizada *rapariga*, como podemos observar na tabela 1, os demais grupos de fatores não foram selecionados como favoráveis a ocorrência da forma usada como valor de aplicação. Em virtude do resultado oferecido pelo programa e a importância dos grupos de fatores *sexo*, *faixa etária* e *localidade*, decidimos apresentar apenas as frequências de uso da variante estigmatizada para esses grupos, a partir das tabelas 2, 3 e 4.

Tabela 1 – Atuação da variável *recurso linguístico* em resposta à questão 142 sobre o termo *rapariga* na amostra analisada

Recurso linguístico	Aplicação/Total	%	PR
Eufemizado	10/13	76,9%	0,851
Disfemizado	11/43	25,6%	0,371

Input 0,368 *significance* 0,001

Os dados estatísticos revelam que o único grupo de fatores que favorece o uso da forma eufemizada *rapariga* é o grupo *recurso linguístico*, no fator *eufemizado*, com PR 0,851 e frequência de uso e 76,90%, ou seja, de cada 13 pessoas, 10 usam a forma eufemizada. Isso significa que a forma

14 Representa o nível geral de uso de determinado valor da variável dependente (GUY; ZILLES, 2007, p.238).

15 É a margem de erro de uma pesquisa que é de 5%. Este valor nos indica o grau de confiabilidade dos resultados. Se o valor for acima de 5% significa que os resultados não são confiáveis (GUY; ZILLES, 2007, p.238).

eufemizada é usada, principalmente, como segunda opção ou quando o falante decide suavizar, conscientemente, a resposta para a questão 142 do ALiB. Decidimos por apresentar os resultados de frequência para os demais grupos de fatores, mesmo esses não favorecendo o uso do termo usado como valor de aplicação. A seguir apresentamos os resultados de frequência para o grupo de fatores sexo.

Tabela 2 – Atuação da variável *sexo* em resposta à questão 142 sobre o termo rapariga na amostra analisada

Sexo	Aplicação/Total	%
Homem	17/30	56,70%
Mulher	18/26	69,20%

Os percentuais revelam que as mulheres usam mais a forma padrão, *prostituta*, com 69,20% de frequência, enquanto os homens apresentam frequência de 56,70%. Podemos entender que ambos os sexos, em sua maioria, optam pela forma disfemizada, inconscientemente, já que usa a forma eufemizada como segunda resposta.

O fato de as mulheres usarem mais a forma disfemizada, se comparado aos homens, pode estar associada ao fato de as entrevistas terem sido feitas por uma mulher, ou seja, o interlocutor do mesmo sexo torna o uso do tabu mais recorrente, fato também observado com o sexo masculino. Vejamos no excerto 2, retirado de nossa amostra, (ALiB Canindé, QSL 142, informante do sexo masculino, faixa etária II, Pesquisador e ajudante do sexo feminino).

Pesquisador:... e a mulher que se vende pra qualquer home? (+)como é que se chama? **Informante: puta ((baixa o tom de voz))[puta?**
Pesquisador:[fale mais alto' conhece outro nome pra essa mulher'.
Informante: (+) puta? Pesquisador:(+) é?((baixa o tom de voz)).
Informante: (+) mulher fácil que se chama ((baixa o tom de voz)).
(ALiB, QSL 142, INF. O4304)

A voz do informante, transcrita, parece distante como se quisesse demonstrar que tem pouco conhecimento sobre o tema. Ele baixa o tom e voz como forma de resistir ou se negar a responder, deixando a pergunta no vácuo, o que nos direciona à concepção de tabu inaudível, defendido por Freud (1913, p.18), como se o informante, conscientemente, não responda por um medo inconsciente expresso em proibições e restrições em uma aceitação de temor sagrado. A seguir, apresentamos o grupo de fatores *faixa etária*.

Tabela 3 – Atuação da variável *faixa etária versus* o uso da forma disfemizada *prostituta* e da forma eufemizada *rapariga* em resposta à questão 142

Faixa etária	Aplicação total	% para prostituta	% para rapariga
I (18 a 30 anos)	18/30 e 12/30	60,00%	40,00%
II (50 a 65 anos)	17/26 e 9/26	65,40%	34,60%

Fonte: elaborada pelo autor

Aqui, controlamos duas faixas etárias, 18 a 30 anos, classificando-os como adultos jovens e de 50 a 65 anos como de meia idade. Como podemos observar, na tabela 3, ambas as faixas etárias usam mais a forma disfemizada, *prostituta*, em comparação com a forma eufemizada *rapariga*, mas os informantes de maior idade usam com mais frequência (65,40%) a forma disfemizada *prostituta* se comparado aos adultos jovens (60,00%). Vejamos no excerto 3, retirado de nossa amostra (ALiB Camocim, QSL 142, informante do sexo feminino, faixa etária II, Pesquisador e ajudante do sexo feminino).

Pesquisador:...como se chama a mulher que se vende para qualquer homem?. **Informante: prostituta ((baixa o tom de voz))**. Pesquisador: tem mais outro nome! (+) por aqui ((baixa o tom de voz)). **Informante: (+) te tem né rameira ((baixa o tom de voz)) [se eu sei ((baixa o tom de voz))**. Pesquisador:[di:ga ((baixa o tom de voz)). **Informante: só sei isso que eu sei ((baixa o tom de voz))**. (ALiB, QSL 142, INF. O3904)

Percebemos que, inconscientemente, a entrevistada usa a variante disfemizada *prostituta*. Questionada novamente, ela pensa sobre a questão, adquire a consciência, baixa o tom de voz e usa um termo considerado *eufemizado*, *rameira*. Para Sigmund Freud (1856-1939), o inconsciente é algo que fica escondido em cada um, mas que se manifesta nos comportamentos sem sabermos. A seguir, apresentamos as frequências para o grupo de fatores *localidade*.

Tabela 4 – Atuação da variável *localidade* em resposta à questão 142 sobre o termo rapariga na amostra analisada

Localidade	Aplicação/Total	%
Iguatu	2/3	66,70%
Tauá	3/5	60,00%

Na rodada inicial, ternária, houve ocorrência de nocautes nas cidades de Fortaleza, com zero ocorrência para o termo prostituta, Quixeramobim, com zero ocorrência para o termo rapariga, e Sobral, com zero ocorrência para o termo rapariga. Para resolvermos o problema com os nocautes, optamos por isolarmos os grupos com os nocautes, assim, essas cidades foram eliminadas da rodada binária, por isso não aparecem nas tabelas aqui dispostas. No entanto, vale registrar que a cidade de Fortaleza não apresentou nenhuma ocorrência para o termo disfemizado prostituta, sendo que das 8 ocorrências totais 25% (2/8) foram para rapariga e 75% (6/8) foram para outras formas também eupemizadas, o que nos permite inferir que a capital cearense opta por usar termos eupemizadas na concorrência com o termo disfemizado prostituta/puta.

Quanto à tabela 4, podemos entender que apenas as cidades de Iguatu, com 66,70% de frequência (2/3) e Tauá, com 60% (3/5), usam mais frequentemente o termo eupemizado rapariga em comparação com o termo disfemizado prostituta/puta. Esses resultados estatísticos confirmam, em parte,

a hipótese 1 da pesquisa de que “a comunidade pesquisada conscientemente vai eufemizar a palavra tabu”, pois, como podemos visualizar, apenas 3 das 12 cidades, incluindo a capital Fortaleza, com 100% das ocorrências para os termos eufemizados e retirada da rodada binária, em virtude do nocaute, confirmam a hipótese.

A seguir apresentamos uma tabela de frequência para o termo disfemizado para cada cidade.

Tabela 5 – Atuação da variável *localidade* em resposta à questão 142 sobre o termo prostituta na amostra analisada

Localidade	Aplicação Total	%
Canindé	3/5	60,00 %
Camocim	3/5	60,00 %
Crato	3/5	60,00 %
Crateús	5/7	71,40 %
Ipu	3/5	60,00 %
Limoeiro do Norte	3/4	75,00 %
Russas	4/7	57,10 %

A tabela 5 apresenta as cidades do estado do Ceará que usam com maior frequência o termo disfemizado *prostituta* ou *puta*. Pela ordem de frequência de uso da variante *prostituta*, podemos observar que a cidade de Limoeiro do Norte, com uma frequência de 75% (3 de 4 entrevistados) é a que mais usa a variante *prostituta* ou *puta*, seguida da cidade de Crateús com uma frequência de 71,4% (5 de 7 entrevistados).

As cidades de Canindé, Camocim, Crato e Ipu apresentaram uma frequência de uso igual, 60% ou 3 de um total de 5 entrevistados. A cidade de Russas apresentou uma frequência de uso da variante disfemizada de 57,10% - 4 de 7 entrevistados.

Esses resultados apresentados na tabela 5 refutam, em parte, a hipótese 1 da pesquisa de que “a comunidade pesquisada conscientemente vai

eufemizar a palavra tabu”, pois a grande maioria usa com maior frequência o termo prostituta ou puta, considerados disfemizados.

Ademais, os dados estatísticos nos levam a acreditar que a cultura local não interfere na escolha individual quanto ao uso de uma ou outra forma, pois, além do grupo de fator *localidade* não ter sido selecionado estatisticamente, percebemos que localidades como Canindé, com costumes culturais marcados pela questão religiosa, e Camocim, com costumes voltados às festas pagãs, como o carnaval, se comportam de maneira similar, assim como a cidade de Crato em comparação à cidade de Ipu. Os números não deixam dúvidas quanto a uma maior frequência de uso do termo disfemizado nas cidades apresentadas na tabela 5 a partir dos resultados de frequência da rodada binária. Vejamos o excerto 4, extraído de nossa amostra (ALiB Camocim, QSL 142, informante do sexo masculino, faixa etária II, Pesquisador e ajudante do sexo masculino).

Pesquisador: ... e a mulher que se vende pra qualquer homem? **Informante: prostituta ((baixa o tom de voz))**. Pesquisador: tem outro nome pra ela? **Informante: nã::’ (+) hum**. Pesquisador: eu conheçu’ o senhor pode falá (inaudível) se conhecer ((baixa o tom de voz)) (+) é ((baixa o tom de voz)). **Informante: rapariga’’ (rápido) ne:’’**. Pesquisador: eh ((baixa o tom de voz)) **Informante: prostituta:’’ rapa:riga’’ pu:ta’’ ou coisa assim’’ ((ri))**.
Pesquisador: aqui só tem home’ pode di:zer’’. **Informante: ((ri)) sobre isso não se fala ((baixa o tom de voz)) ((ri)) ah**. Ajudante: desabafe: ((ri)). **Informante: ah ((ri))**. (ALiB, QSL 142, INF. O39043)

Percebemos que, no momento inicial, o informante se sente à vontade com o fato dos entrevistadores serem do mesmo sexo e isso o faz escolher a forma estigmatizada, aqui defendida como disfemizada, *prostituta/puta*. Em seguida, ele baixa o tom de voz, como que procurando resposta positiva nos interlocutores, do sexo masculino, e encontra. A partir do momento em que o entrevistado se sente confiante, ele interage com os entrevistadores e passa a um diálogo, com risos e deboches sobre o alvo da questão, a mulher, ampliando seu repertório de variantes conhecidas, fato que não observamos

quando a pergunta é feita por uma pesquisadora do sexo feminino. A seguir, apresentamos as considerações finais.

Considerações finais

Esta pesquisa teve por objetivo refletir sobre a possibilidade de se estabelecer uma relação de estudos entre a Sociolinguística e a Neurolinguística, ambas **áreas interdisciplinares. Para tal empreitada, usamos algumas teorias de domínio da neurolinguística, como a que defende que palavras tabus, ou palavrões, se desenvolvem** no lado direito do cérebro, como as variantes *prostituta*, *puta*, *rapariga*, *meretriz* e etc., mas nosso compromisso não foi provar essa teoria. Ademais, trabalhamos com a metodologia da Sociolinguística Variacionista, na coleta e tratamento das variantes, assim como o uso da ferramenta GoldVarb X para nos oferecer os dados estatísticos. E também, procuramos relacionar os conceitos de eufemismo e disfemismo às variantes encontradas na coleta de dados.

Então, é possível afirmar que a proposta inicial foi exitosa e, portanto, mais pesquisadores poderão se valer dessas áreas interdisciplinares para responder alguns questionamentos, não só sobre tabus linguísticos, como outros fenômenos da língua. Quanto às nossas questões iniciais, podemos entender que a questão **i**, que quer saber se a resposta dada, pelo entrevistado, à questão 142 se apresenta de maneira eufemizada ou disfemizada foi respondida, pois os dados estatísticos demonstraram, na rodada ternária, que 62,40% eufemizam e 37,60% disfemizam. Já em uma rodada binária, apenas com as variantes *rapariga*, eufemizada, e *prostituta/puta*, disfemizada, onde não consideramos outras formas variantes eufemizadas, como *mulher da vida*, *garota de programa*, e outras, os dados estatísticos defendem que 62,50% disfemizam, enquanto 37,50% eufemizam.

No tocante aos fatores que influenciam no processo de eufemização ou disfemização, questão **ii** da pesquisa, os dados estatísticos apresentados defendem que apenas o grupo de fatores *recurso linguístico*, no fator

eufemizado com PR 0,851, favorece o uso das variantes eufemizadas, enquanto o fator *disfemizado*, PR 0,371, inibe o uso das variantes eufemizadas. Na questão **iii**, que busca saber qual variante é mais frequente nas cidades pesquisadas, os dados estatísticos apontam que as cidades de Fortaleza, Iguatu e Tauá usam mais a forma eufemizada *rapariga*, enquanto as cidades de Canindé, Camocim, Crato, Crateús, Ipu, Limoeiro do Norte e Russas usam mais frequentemente a forma disfemizada *prostituta/puta*.

Com relação a nossas hipóteses iniciais, entendemos que algumas foram confirmadas e outras refutadas. A hipótese que investe que a comunidade pesquisada conscientemente vai eufemizar a palavra tabu foi confirmada, pois 62,50% dos entrevistados deram como primeira resposta a variante disfemizada *prostituta/puta*, mas no total geral 62,40% usam mais as variantes eufemizadas. Aqui cabe explicar que entendemos que a primeira resposta dada não traz reflexão sobre a pergunta, portanto inconsciente, enquanto a segunda resposta é pensada, portanto, consciente e refletida. Quanto a nossa hipótese 2, as mulheres vão eufemizar o tabu linguístico, enquanto os homens vão disfemizar, foi totalmente confirmada, uma vez que as frequências demonstraram que são as mulheres, 69,20%, quem mais usam os termos eufemizados, enquanto os homens usam os disfemizados. Já com relação a hipótese 3, a faixa etária II (50 a 65 anos) vai eufemizar a palavra tabu, enquanto a faixa etária I vai disfemizar, foi totalmente refutada, pois os números confirmam que ambas as idades usam mais frequentemente o termo disfemizado. A última hipótese, que defende que a variante *rapariga* será a mais frequente nas cidades pesquisadas, também foi refutada, pois a maior parte das cidades pesquisadas apresentaram a variante disfemizada *prostituta* como primeira resposta à pergunta feita.

Por meio dos resultados apresentados, concluímos que a comunidade de fala cearense procura eufemizar, usando as variantes *rapariga*, *mulher da vida*, *mulher de vida fácil*, *meretriz* entre outras, mas apenas quando estão conscientes de sua escolha, pois a primeira resposta dada, talvez inconscientemente, é a variante disfemizada *prostituta* ou *puta*. Concluímos

também, que o falante se sente mais à vontade para responder, conscientemente, a questão sob análise quando seu interlocutor é do mesmo sexo.

Este trabalho não teve a pretensão de ser conclusivo, mas, sim, de darmos um primeiro passo na construção de pesquisas abarcando essas duas áreas interdisciplinares. Dito isso, entendemos que este estudo carece de mais aprofundamento e que novos trabalhos talvez venham a complementar os resultados aqui encontrados.

Referências

- ALLAN, K.; BURRIDGE, K. **Forbidden Words. Taboo and the Censoring of Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- ALMEIDA, L. de. **À guisa de uma tipologia para os tabus linguísticos** – proposta para um glossário. 2007. 193 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, São Paulo, 2007.
- ANTHES, E. **Profane Brain. Psychology Today**, [S.l.] v. 43: 4, n. 22, 2010. Disponível em: <https://www.psychologytoday.com/us/articles/201007/language-profanebrain>. Acesso em: 10 abril 2021.
- BURGOS, P. A ciência do Palavrão. **Super Interessante**. Caderno de ciências, 31 de janeiro de 2008.
- BECHARA, E. **Dicionário da Academia Brasileira de Letras: língua portuguesa**. Companhia Editora Nacional, 3ª edição, São Paulo, 2011.
- BIDERMAN, M. T. C. **Teoria Lingüística** (lingüística quantitativa e computacional). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978, v.1, 277 p.
- CARDOSO, S. A; MOTA, J. A. Projeto Atlas Linguístico do Brasil: Antecedentes e Estágio Atual. **Revista Alfa**, São Paulo, 2012, p.856 – 870. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/alfa/v56n3/a06v56n3.pdf>. Acesso em: 10 de abril 2021.

- FREUD, S. Totem e Tabu. In: **Obras Psicológicas Completas**: Edição Standard Brasileira, Rio de Janeiro. Imago, [1913] 1996.
- GUÉRIOS, R. F. M. **Tabus Linguísticos**. 2. ed. aum. São Paulo: Ed. Nacional; Curitiba: Ed. da Universidade Federal do Paraná, 1979.
- GUY, G. R.; ZILLES, A. **Sociolinguística Quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Editora Parábola, 2007.
- JACKSON, J. H. **On the Nature of the Duality of the Brain**. 1874. In: TAYLOR, J. (ed.). *Selected Writings of John Hughlings Jackson*. London: Hodder & Stoughton, 1958. v. 2, p. 129-145.
- JAY, T. **Why We Curse**: A Neuro-Psycho-Social Theory of Speech. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2000.
- LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 389 p. Título original: *Sociolinguistic Patterns*.
- LACAN, J. **Écrits**. Paris: Seuil, 1966.
- LACAN, J. **Autres écrits**. Paris: Seuil, 2001.
- LANCKER, D. V.; CUMMINGS, J. L. Expletives: Neurolinguistic and Neurobehavioral Perspectives on Swearing. **Brain Research Reviews**, [S.l.], v. 31, p. 83-104, 1999.
- LURIA, A. R. **Curso de Psicologia Geral** – Introdução Evolucionista à Psicologia v.1. São Paulo. Civilização Brasileira. 1979.
- MECACCI, L. **Conhecendo o cérebro**. São Paulo. Nobel. 1987.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A. ; SMITH, Eric. **Goldvarb X** - A multivariate analysis application. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- TARALLO, F. A **pesquisa sociolinguística**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- ULLMANN, S. A **Semântica**. Uma introdução ao estudo do significado. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.
- VILAÇA, M. G. da C. **Tabus linguísticos na publicidade brasileira**. 2009. 132 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- XIAO, W. **O eufemismo e o disfemismo em português e chinês, na obra do P.e Joaquim Gonçalves**. 2015. 92 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interculturais Português-Chinês: Tradução, Formação e Comunicação Empresarial) - Universidade do Minho Instituto de Letras e Ciências Humanas, Braga, Portugal, 2015. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/34271/1/Wang%20Xiao.pdf>. Acesso em: 02 maio 2021.

Usos Evidenciais de *Saber* em Espanhol à Luz da Gramática Discursivo-Funcional¹

Evidential Uses of *Saber* in Spanish in the Light of Functional Discourse Grammar

Nadja Paulino Pessoa Prata*

Renata Pereira Vidal**

RESUMO

Esta pesquisa fornece uma análise de *saber* em seu uso dêitico evidencial no espanhol, buscando (i) elucidar seu comportamento gramatical na expressão da evidencialidade (HENGEVELD; HATTNER, 2015) e (ii) relacionar os usos encontrados às noções de intersubjetividade (NUYTS, 2001a; 2001b; 2014) e confiabilidade (CORNILLIE 2007; 2009; ESTELLÉS; ALBELDA, 2018). Discutimos os usos evidenciais de *saber* extraídos do CORPES XXI a partir de categorias definidas com base na Gramática Discursivo-Funcional (GDF) (HENGEVELD; MACKENZIE,

Recebido em 11 de agosto de 2021.

Aceito em 11 de janeiro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2022n63.531>

* Universidade Federal do Ceará, nadja.prata@ufc.br

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-7861-7017>

** Universidade Federal do Ceará, renatavidal@alu.ufc.br

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-0336-2184>

-
- 1 Este trabalho é parte da dissertação intitulada “Usos evidenciais dos verbos de cognição em língua espanhola: uma análise Discursivo-Funcional”, disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/59154>, a qual foi realizada com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil. A pesquisa está também vinculada ao projeto de pesquisa “A evidencialidade em textos jornalísticos: uma análise funcionalista em língua espanhola (Parte 2 - Espanhol da América – variedade austral)”, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Nadja Paulino Pessoa Prata.

2008) e analisamos quantitativamente os dados mediante o SPSS. Verificamos a expressão dos subtipos *Reportatividade*, *Inferência* e *Dedução*. Modificadores com especificações temporais ocorreram com frequência na *Reportatividade*, reforçando o caráter amplamente compartilhado e disponível das informações. Esse subtipo também esteve relacionado à localização *presente* ou ao traço temporal *presente*. Observamos que *saber* constitui uma opção para a expressão de um efeito de confiabilidade, dada a combinabilidade com fonte de evidência intersubjetiva e contextos de divulgação de informações.

PALAVRAS-CHAVE: Evidencialidade. *Saber*. Língua espanhola. Gramática Discursivo-Funcional.

ABSTRACT

This research provides an analysis of *saber* in its evidential deictic use in Spanish, seeking: (i) to elucidate its grammatical behavior in the expression of evidentiality (HENGEVELD; HATTNER, 2015) and (ii) to relate the uses found to notions of intersubjectivity (NUYTS, 2001a;2001b;2014) and reliability (CORNILLIE 2007;2009; ESTELLÉS E ALBELDA, 2018). We discussed the evidential uses of *saber* extracted from CORPES XXI starting from categories defined based on Functional Discourse Grammar (FDG) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), and we quantitatively analyzed the data using SPSS. We verified the expression of Reportativity, Inference, and Deduction. Modifiers with time specifications often occurred in the Reportativity, reinforcing the widely shared and available character of the information. This subtype was also related to the “present” location or the “present” temporal trace. We observed that *saber* constitutes an option to express a reliability effect, given the combinability with intersubjective evidence source and information dissemination contexts.

KEYWORDS: Evidentiality. *Saber*. Spanish language. Functional Discourse Grammar.

Introdução

A evidencialidade está associada à fonte das informações veiculadas nos enunciados linguísticos e ao modo como elas são adquiridas pelo falante. A título de exemplo, em um enunciado como *Não estava frio, mas um pouco de vento trazia a brisa do mar. Senti o cheiro entrar nas minhas narinas* (HATTNER, 2018), há a expressão lexical da categoria mediante o verbo de percepção *sentir*, que aponta tanto para a fonte da informação quanto para o

modo de obtenção, que nesse caso é o testemunho direto, por parte do falante, de um *Estado-de-Coisas* sucedendo.

Nos estudos sobre evidencialidade, vários autores como Anderson (1986); Willet (1988), Aikhenvald (2004), Plungian (2010), Hengeveld e Hattnher (2015) se dedicaram ao estudo da categoria, o que resultou em uma diversidade de classificações e tipologias. Para este estudo, adotamos a tipologia evidencial de Hengeveld e Hattnher (2015), que constitui um desenvolvimento do tratamento dado à noção no modelo da Gramática Discursivo-Funcional (2008).

Além de um leque de classificações evidenciais, encontramos, também, nos estudos sobre o tema, diferentes posições quanto ao estatuto ontológico da categoria. Nesse sentido, a evidencialidade pode ser vista enquanto um fenômeno (i) estritamente gramatical, (ii) semântico ou (iii) cognitivo, comunicativo-funcional ou pragmático (BOYE; HARDER, 2009).

Outra discussão recorrente no domínio da evidencialidade está associada a sua interseção com a modalidade epistêmica. Noções como *inclusão*, *disjunção sobreposição* e *epistemicidade* - domínio dentro do qual estariam situadas as duas (GONZÁLEZ RUIZ; ALEGRÍA; LAMAS, 2016) - definem as relações discutidas no domínio da evidencialidade e da modalidade epistêmica. O suporte teórico-metodológico usado nesta investigação (a GDF) entende a evidencialidade e a modalidade epistêmica enquanto categorias separadas, podendo, inclusive, uma ocorrer no *escopo* da outra.

Ainda sobre o estatuto separado da evidencialidade e modalidade epistêmica, verificamos uma discussão bastante relevante em Cornillie (2007; 2009). A evidencialidade se refere, para o autor, aos processos de raciocínio a partir dos quais se chega a uma proposição, associando-se à noção de confiabilidade. A modalidade epistêmica, de outra forma, avalia a probabilidade do valor de verdade da proposição, associando-se à noção de comprometimento. É importante mencionar também que Cornillie (2007; 2009) relaciona ‘confiabilidade’ a *status* compartilhado da informação e esclarece que a informação evidencial é tida como mais confiável havendo

uma evidência compartilhada. A partir dessa associação, parece haver uma inter-relação entre as noções de confiabilidade e (inter)subjetividade. Em Estellés e Albelda (2018), a confiabilidade é tratada como uma estratégia sensível ao contexto, dinâmica e escalar, que pode sofrer mudanças de acordo com os propósitos comunicativos ou conforme determinadas circunstâncias.

A partir das considerações de Cornillie (2007; 2009), entendemos a confiabilidade como um aspecto da evidencialidade, estando estreitamente relacionada à (inter)subjetividade. As noções de evidencialidade e intersubjetividade juntas já eram discutidas em Nuyts (2001a; 2001b), que, como uma reação ao proposto por Lyons (1977) sobre a existência de modalidades epistêmicas objetiva e subjetiva,¹ define a subjetividade como uma distinção encontrada dentro do domínio evidencial.

O que faz Nuyts (2001a; 2001b) é propor que a dimensão da subjetividade, que apreende sua contraparte ‘intersubjetividade’, é uma categoria de qualificação evidencial independente que pode, ou não, encontrar-se em expressões epistêmicas. A (inter)subjetividade é interpretada, enquanto uma dimensão evidencial, em termos de uma diferença no *status* da evidência e da avaliação epistêmica que é baseada nessa evidência, desde a perspectiva do conhecimento que têm os participantes em interação. Nessa acepção, há dois polos, um envolvendo a indicação de que o falante, sozinho, é conhecedor ou teve acesso à evidência e tirou suas conclusões a partir delas, assumindo, portanto, responsabilidade inteiramente pessoal para a qualificação epistêmica; outro envolvendo a indicação, por parte do falante, de que a evidência é conhecida ou acessada por um grupo amplo de indivíduos que compartilham da mesma conclusão, razão pela qual o falante assume uma responsabilidade compartilhada (NUYTS, 2001a, 2001b). Segundo este autor,

1 Em Lyons (1977), definem-se as modalidades epistêmicas subjetiva e objetiva. A subjetiva ocorre quando há uma qualificação de natureza subjetiva do comprometimento (declarações de opinião, de boatos ou inferência provisória, no lugar de declaração de fatos). A objetiva, de outro modo, ocorre quando há um componente ‘eu o digo’ que é não qualificado ou categórico, e um componente ‘é assim’ que é qualificado em termos de certo grau de probabilidade.

deve-se, portanto, entender (inter)subjetividade em termos de se a evidência, bem como as conclusões feitas a partir dela estão disponíveis somente para o falante ou são de amplo conhecimento (inclusive para o ouvinte), e não em termos da qualidade da evidência para um Estado-de-Coisas epistemicamente qualificado.²

As discussões pinceladas aqui são pertinentes para a análise que propomos, em razão de entendermos que as categorias de evidencialidade e de modalidade epistêmica são separadas e que, estando a noção de comprometimento ligada à expressão de modalidade epistêmica, o que está em jogo nos usos de *saber* com valor evidencial é o efeito de confiabilidade das informações que são veiculadas nos enunciados evidenciais. Dessa forma, partindo da noção de que a confiabilidade é antes de tudo escalar, sensível ao contexto, e que pode mudar segundo os propósitos comunicativos ou conforme certas circunstâncias (ESTELLÉS; ALBEDA, 2018), adotamos a abordagem de García Velasco (2014) da noção de contexto para que pudéssemos discutir tais efeitos de sentido, já que, conforme salienta Hengeveld e Mackenzie (2014), o tratamento do contexto na Gramática Discursivo-Funcional (GDF) é apenas um recorte do que se trata, no geral, na vasta literatura pragmática.

Além disso, tratar da noção da (inter)subjetividade no estudo da evidencialidade sob a perspectiva da GDF implica conciliar o modelo à proposta de intersubjetividade adotadas aqui, posto que o modelo da GDF se restringe aos significados subjetivos, no Nível Interpessoal, e objetivos, no Nível Representacional. Uma saída para adequar uma análise baseada na GDF às discussões aqui apresentadas está na existência de um Componente Conceitual na organização deste modelo gramatical, o que possibilita falar-se de uma “Intersubjetividade Conceitual” (MACKENZIE, 2017). Dita

2 Nuyts (2014) muda sua posição ao deixar de conceber a (inter)subjetividade como uma noção que faz parte do domínio evidencial. Ela estaria, segundo o autor, mais para uma qualificação semântica em si, compondo uma camada extra na hierarquia de categorias como a evidencialidade, modalidade epistêmica, deôntica etc., que, embora não pertença diretamente a nenhuma dessas categorias, estabelece uma íntima relação com elas.

intersubjetividade ocorre quando o contexto impacta na gramática via Componente Conceitual (MACKENZIE, 2017). Feitas essas adoções, é possível introduzir algumas discussões sobre os usos de *saber* com valor evidencial e sua associação com a (inter)subjetividade e efeito de confiabilidade.

No que diz respeito à organização do artigo, apresentamos, na primeira seção, os desenvolvimentos da GDF sobre a categoria evidencialidade, com base em Hengeveld e Hattner (2015). Em um segundo momento, abordamos a proposta de contexto de García Velasco (2014). Na terceira seção, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados neste estudo e, em seguida, partimos para a análise dos usos de *saber* em espanhol com valor evidencial.

1. Evidencialidade na GDF

1.1 Gramática Discursivo-Funcional

A GDF é definida como parte de uma teoria de interação verbal mais ampla. Suas principais características são: (i) a orientação *top-down* (intenção → articulação), que reflete o entendimento de que, quanto mais se parecer à organização do processamento da linguagem, mais eficaz será o modelo; (ii) a tomada do *Ato Discursivo* como unidade básica de análise, que reflete a compreensão de que unidades menores do que a oração (enunciados não oracionais) constituem unidades de natureza totalmente gramatical; (iii) a distinção de duas grandes operações dentro do Componente Gramatical, a *Formulação* e a *Codificação*, dentro das quais estão situados os níveis e camadas da formulação pragmática e semântica e da codificação tanto morfosintática quanto fonológica; e (iv) a interação entre um Componente Gramatical, definido como a GDF, propriamente, e outros Componentes como o Conceitual, cuja função é modelar escolhas comunicativas do falante, o Contextual, com informações imediatas e de longo prazo, e o de Saída, Componente “articulador” responsável por tornar as estruturas proporcionadas

pelo Componente Gramatical em expressões de natureza acústica, ortográfica ou gestual, no caso desta última, para a língua de sinais. Tal interação descrita em (iv) demonstra a característica já apontada do modelo enquanto parte de uma teoria de interação verbal mais ampla.

Quanto às operações mencionadas, na *Formulação* linguística, encontram-se os Níveis Interpessoal, que contempla aspectos pragmáticos, uma vez que lida “[...] com todos os aspectos formais de uma unidade linguística que refletem seu papel na interação entre o falante e o ouvinte [...]” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 46); e o Representacional, que trata da semântica das unidades linguísticas.

O Nível relativo aos aspectos pragmáticos é composto por camadas como o *Move*³, o *Ato Discursivo*,⁴ a *Ilocução, os Participantes*⁵, o *Conteúdo Comunicado*⁶. O Nível semântico, por outro lado, está constituído pelas camadas como o *Indivíduo*, o *Estado-de-Coisas*,⁷ o *Conteúdo Proposicional*,⁸ a *Propriedade (Lexical e Configuracional)*,⁹ bem como outras como *Locação, Tempo, Episódio, Modo, Razão e Quantidade*, em virtude da nominalização delas nas línguas. Na *Codificação* linguística,

3 A GDF define o *Move* em termos de uma contribuição para uma interação ocorrendo.

4 Menor unidade identificável de comportamento comunicativo (KROON, 1995, p. 65 *apud* HENGEVELD; MACKENZIE, 2008)

5 *Falante e Ouvinte*.

6 Segundo a GDF, essa categoria contém tudo o que o *Falante* tem o desejo de evocar em sua comunicação com o *Ouvinte*. É dentro do *Conteúdo comunicado* que o mapeamento para o Nível semântico ocorre. A GDF também explica que essa categoria apresenta um ou mais *Subatos*, que são ou do tipo *atributivo* (tentativa de evocação de uma propriedade), ou do tipo *referencial* (tentativa de evocação de um referente).

7 Entidade de segunda ordem que pode ser localizada no espaço, no tempo e avaliada em termos de sua realidade (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

8 Entidade de terceira ordem que é relativa a um construto mental, o qual não pode ser localizado no espaço e no tempo, mas pode ter seu valor de verdade avaliado (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

9 Categoria de ordem inferior que possui existência independente, podendo apenas ser avaliada no que concerne a sua aplicabilidade a entidades de primeira, segunda ou terceira ordem (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

a GDF dá conta tanto dos aspectos morfossintáticos quanto dos aspectos fonológicos.

1.2 Componente Contextual

Conforme mencionamos na introdução, a interação entre a gramática e o contexto é tratada, na GDF, de forma estrita, de modo que nem tudo que é discutido na vasta literatura pragmática, no que se refere a essa interação, é abordado no referido modelo gramatical. Sendo assim, a proposta de García Velasco (2014), para quem o modelo dado fica aquém em termos de compatibilidade com uma teoria de interação verbal (tendo em vista seu tratamento estrito de contexto), permite-nos dar conta da abordagem de alguns aspectos contextuais ligados aos efeitos de sentido empregados nos usos evidenciais do verbo *saber*, considerando que a GDF, enquanto um modelo tipológico, não está orientada ao propósito de analisar efeitos de sentido.

De acordo com García Velasco (2014), a pertinência do Componente Contextual na construção de expressões linguísticas é permeada pelas representações mentais que os participantes do discurso constroem. Para o autor, podemos facilmente incorporar na GDF a noção de contexto mental, definido como a compreensão dos participantes acerca do Componente Contextual objetivo. Para isso, basta que assumamos que a geração de uma expressão linguística se inicia com um propósito comunicativo, o qual é elaborado segundo a representação mental do cenário construída com base nas informações do contexto circundante, informações tanto situacionais quanto discursivas.

Em García Velasco (2014), encontramos as noções de contexto objetivo e subjetivo. Em sua proposta, o Componente Conceitual contém o contexto mental dos participantes, que corresponde ao contexto subjetivo. Este é com frequência atualizado com base em informações advindas do Componente Contextual, no desenrolar da interação (GARCÍA VELASCO, 2014, p. 310), motivo pelo qual a noção de contexto objetivo é também abarcada na proposta.

Esse contexto objetivo, segundo o autor, poderia a princípio ser eliminado, já que é a sua representação subjetiva (contexto mental) o que é realmente relevante. Entretanto, em uma interpretação dinâmica da interação linguística, as informações linguísticas e não linguísticas alimentam o contexto objetivo, à medida que o cenário sofre modificações durante a interação.¹⁰

García Velasco (2014) esclarece que sua proposta tem uma correspondência com as noções de Cornish (2009) de: (i) *Texto* - sequência conectada de sinais verbais e não verbais em termos dos quais os participantes coconstroem o discurso; (ii) *Contexto* - domínio de referência do texto, contexto, gênero do evento de fala, discurso já construído a montante, ambiente sociocultural tomado pelo texto e situação de enunciação; e (iii) *Discurso* - produto hierarquicamente estruturado e mentalmente representado da sequência de atos de enunciação, atos proposicionais, ilocucionários e indexicais realizados conjuntamente pelos participantes no desenrolar da comunicação.

Feita essa descrição do nosso suporte teórico-metodológico e algumas considerações importantes acerca da noção de contexto assumida neste trabalho, podemos definir, então, a abordagem tipológica adotada para o estudo da evidencialidade.

1.3 Abordagem tipológica da evidencialidade

Hengeveld e Hattner (2015) definem quatro subcategorias evidenciais distintas entre si em razão de atuar cada uma delas em uma camada diferente. Apresentamos, a seguir, um esquema com as subcategorias, sua definição e exemplos a partir do *saber* em espanhol.

10 Esse é o motivo pelo qual há uma seta do Componente Gramatical sentido ao Contextual e deste para o Contexto mental. Visto que o contexto exercerá influência na gramática somente através das representações mentais do falante, a interação entre as operações gramaticais de *Formulação* e *Codificação* linguística e o Componente Contextual é também reformulada na proposta, o que resultou na eliminação da conexão direta entre eles.

Subcategoria evidencial	Definição	Nível - Camada	<i>Exemplo</i>
Reportatividade	Indica que o conteúdo da mensagem contida no <i>Ato Discursivo</i> é transmitido e não originalmente produzido.	Nível Interpessoal - Conteúdo Comunicado	Por tu madre he sabido que <i>lleva todo el día en la huerta</i> .
Inferência	Indica que o falante inferiu certa informação baseando-se em um conhecimento existente em sua mente.	Nível Representacional - Conteúdo Proposicional	Ya sé que <i>no me está bien el decirlo</i> , pues allí nací y me crie y allí tenía mi cuadrilla.
Dedução	Indica que a informação apresentada pelo falante é deduzida a partir de evidência de natureza perceptual, envolvendo, portanto, pelo menos dois <i>Estados-de-Coisas</i> : aquele percebido, responsável por fornecer a evidência, e o deduzido.	Nível Representacional - Episódio	Sé , por el ruido del agua, que <i>él se duchó a las tantas de la madrugada</i> .
Percepção de evento ¹¹	Indica se o falante testemunhou ou não o evento diretamente, isto é, esteve na cena e percebeu com algum dos sentidos o acontecimento do <i>Estado-de-Coisas</i> .	Nível Representacional - Estado-de-Coisas	

Quadro 1: Subcategorias evidenciais na GDF (Elaborado com base em Hengeveld e Hattnher, 2015).

O fato de Hengeveld e Hattnher (2015) definirem a evidencialidade em termos de quatro subcategorias evidenciais reflete o entendimento do *status* separado delas. Acerca disso, os autores apresentam outras evidências

11 Conferir exemplo citado na introdução deste trabalho.

gramaticais, as quais estão relacionadas à combinação com ilocuções básicas e com o tempo relativo e absoluto.

No que concerne às ilocuções, Hengeveld e Hattnher (2015) distinguem a *Reportatividade* dos outros três subtipos do Nível Representacional por poder combinar-se com mais ilocuções além da *declarativa*, que é a mais recorrente, e da *interrogativa*. A compatibilidade com outras ilocuções ocorre em razão de que, em tese, podemos reportar qualquer conteúdo. Acerca da possibilidade de combinação com o tempo (absoluto e relativo), os autores diferenciam a *Inferência*, a *Dedução* e a *Percepção de evento*. A *Dedução* implica uma conexão temporal entre os Estados-de-Coisas em jogo (o responsável por fornecer a evidência e o deduzido). Na *Percepção de Evento*, requer-se uma simultaneidade entre a percepção e a ocorrência do Estado-de-Coisas. A *Inferência* não apresenta restrições quanto às noções temporais, permitindo, assim, modificações de tempo absoluto, ou seja, não exigência de uma conexão temporal, com base nos autores supracitados.

2. Metodologia

Neste trabalho, apresentamos uma pesquisa descritiva de cunho quanti-qualitativo dos usos evidenciais dêiticos de *saber* no espanhol. Para a análise quantitativa, utilizamos a ferramenta SPSS (*Statistical Package for Social Science*). Desenvolvemos a análise qualitativa a partir da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), selecionando categorias com base em seus Níveis e camadas e analisando a expressão de subcategorias evidenciais (HENGEVELD; HATTNHER, 2015). Organizamos, no Quadro 2, as categorias de análise selecionadas para a presente investigação.

1. Subcategoria evidencial	Reportatividade	
	Inferência	
	Dedução	
	Percepção de evento	
2. Aspectos relativos ao Nível Interpessoal	Presença de modificadores	
3. Aspectos relativos ao Nível Representacional	3.1 <i>Presença de modificadores</i>	
	3.2 <i>Tempo absoluto do marcador evidencial</i>	Passado
		Presente
		Futuro
	3.3 <i>Localização temporal da informação evidencial</i>	Anterior
Simultâneo		
Posterior		
4. Aspectos relativos ao Nível Morfossintático	4.1 <i>Tempo verbal</i>	
	4.2 <i>Contexto morfossintático do conhecimento</i> ¹²	
5. Aspectos relativos ao contexto extralinguístico	5.1 <i>Tipo de fonte de evidência</i> ¹³	Raciocínio do falante
		Estado-de-Coisas percebido pelo falante
		Terceiro indefinido
		Terceiro definido
		Informação disponível intersubjetivamente
	5.2 <i>Tipologia textual/Tema</i> ¹⁴	

Quadro 2: Categorias de análise para o verbos *saber* em espanhol

12 A categoria de contexto morfossintático é relevante uma vez que temos como hipótese que o verbo *saber* expressa diferentes subcategorias, podendo ter sob seu escopo *Conteúdos Comunicados*, *Conteúdos Proposicionais* e *Episódios*. Interessa-nos descrever como estes são representados na codificação morfossintática.

13 Essa noção diz respeito ao lócus onde a informação é adquirida (SQUARTINI, 2008). Para a elaboração dos tipos, baseamo-nos na proposta do referido autor de definição de fonte da evidência interna ou externa, com respeito ao falante.

14 *Tipologia textual* é a terminologia empregada pelo material descritivo do *CORPES XXI*, no que diz respeito aos textos do bloco de não ficção, e *Tema*, no que se refere aos textos do bloco de ficção. Os tipos descritos são: *Acadêmico*, *Biografia memória*, *Carta ao diretor*, *Crítica*, *Crônica*, *Divulgação*, *Editorial*, *Entrevista*, *Jurídico administrativo*, *Livro de texto*, *Notícia*, *Opinião*, *Reportagem* e *Vários*, do bloco de não ficção; *Novela*, *Teatro*, *Relato* e *Roteiro*, do bloco de ficção. De modo a respeitar a escolha terminológica usada no material, decidimos adotar os termos.

Para a realização da pesquisa, selecionamos as ocorrências evidenciais a partir de um *corpus* de referência, o *Corpus del Español del Siglo XXI* (CORPES XXI).¹⁵ Esse material é composto por uma variedade de textos escritos e orais de diferentes gêneros textuais e temáticas, advindo da totalidade de países que constituem o mundo hispânico¹⁶. Dada sua vastidão, delimitamos o *corpus* com base no critério de maior relevância dos constituintes dos parâmetros usados na construção do *corpus*. Dessa forma, selecionamos apenas textos *escritos*, do ano de 2016, advindos da *Espanha* e dos suportes *Livro* e *Publicações jornalísticas*.¹⁷

3. Usos evidenciais dêiticos de *saber* em espanhol

A forma verbal *saber* em espanhol apresentou 137 ocorrências, expressando *Reportatividade*, *Inferência* e *Dedução*. No Gráfico 1, mostramos como o total de usos evidenciais está distribuído no que concerne às subcategorias verificadas.

15 Frisamos que a versão usada foi a 0.91, que está disponível desde dezembro de 2018 e dispõe de 285 mil documentos que somam cerca de 286 milhões de formas advindas de textos escritos e orais.

16 Inclui também os países Estados Unidos e Filipinas, além dos 21 países onde o espanhol é língua materna.

17 90% do CORPES XXI está constituído por textos escritos; ano no qual houve um aumento de quase onze milhões de formas e, também, etapa mais recente do material em sua versão 0.91; 30% do total do *corpus* procede da Espanha, sendo o restante dividido entre mais de 20 países; suportes *Publicações jornalísticas* e *Livro* apresentam maior proporção.

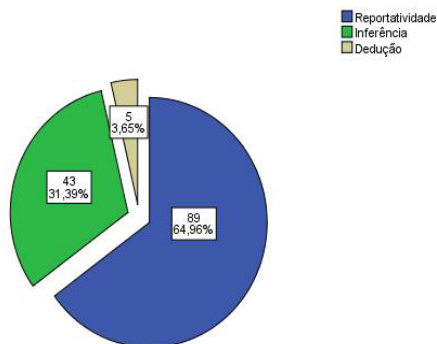


Gráfico 1: Subtipo evidencial de “saber” em espanhol.

Nossos dados mostram que a *Reportatividade* foi a que mais ocorreu, apresentando 89 casos (64,96%). Podemos justificar a alta frequência desse subtipo com base em uma característica do verbo analisado evidenciada por Schwanenflugel *et al.* (1994). Verbos como o *saber*, com base no estudo, apresentam as informações como certas e não inferenciais, tratando-se de informações situadas em nossa memória e facilmente disponíveis. Em (1)-(3), exemplificamos a expressão da *Reportatividade*.

(1) —También **he sabido** por Ramón que *después del paseo con Arantxa, la ama sufrió un desvanecimiento en la calle y la tuvieron que ayudar* (...) (CORPESXXI – OCOⁿ137.405060)¹⁸

18 Cor azul: Conteúdo Comunicado.

Cor laranja: Conteúdo Proposicional.

Cor verde: Episódio.

Codificação das ocorrências:

- bloco de ficção ('40');
- bloco de não ficção ('41');
- suporte *Livro* ('50');
- suporte *Publicações jornalísticas* ('51');
- tema *Novela* ('60');
- tema *Teatro* ('61');
- tipologia textual *Reportagem* ('82');

(2) —Se han forrado a base de explotar a la clase obrera y ahora les viene la factura. No lo digo yo sólo. Lo dice la gente del pueblo. Te aviso porque todos **sabemos** que *tú y ella sois muy amigas*. (CORPESXXI – OCO n°14.405060)

(3) El avance de la ciencia y la experiencia médica dice que hay problemas, como los pies planos, que se solucionan sin intervención. Ahora **sabemos** que *se corrigen de forma espontánea*. (CORPESXXI – OCO n°65.41519582)

Em (1), a informação veiculada pelo falante foi adquirida de uma fonte ‘Terceiro’, *Ramón*. Nos exemplos (2) e (3), as informações são divulgadas como disponíveis e conhecidas intersubjetivamente, amplamente, em (2), pela utilização do pronome indefinido *todos*, e na comunidade médica, em (3).

Em casos como o (3), que foram bem recorrentes nos usos reportativos de *saber*, podemos evocar um *Conteúdo Comunicado*, pois as informações são assumidas como amplamente conhecidas, isto é, constituem um conhecimento disponível e compartilhado por uma determinada comunidade, não havendo, portanto, necessidade de indicação das fontes, as quais, inclusive, podem já ter se perdido. Tais casos podem receber paráfrases como “*sabemos, según los estudios.../ según los avances de la ciencia...*”, “*sabemos, por los libros...*”. Com estruturas que apontem para a fonte de evidência utilizada, podemos enxergar mais facilmente a camada de atuação do evidencial *saber*.

A segunda subcategoria evidencial em número de frequência foi a *Inferência*, apresentando 43 casos (31,39%). A partir desse dado, e dos casos de expressão da *Dedução*, vemos que *saber* faria parte de mais outro Componente, o de “Processamento” (SCHWANENFLUGEL *et al*, 1994),

-
- tipologia textual *Divulgação* ('75');
 - tipologia textual *Acadêmico* ('70');
 - tipologia textual *Notícia* ('80');
 - temática *Saúde* ('95');
 - temática *Ciências sociais, crenças e pensamento* ('92');
 - temática *Política, economia e justiça* ('94').

com a característica de ser também inferencial. Ilustramos, em (4), um uso *inferencial* do verbo.

(4) Estoy hasta los ovarios de hombres sosos, sin iniciativa, que lo único que hacen es mirar con ojos de: me gustaría follarte...Ya **sé** que *te gustaría follarme*, eres un hombre, dime algo que no sepa. (CORPESXXI - OCO nº2.405061)

Nesse exemplo, o falante parece ter inferido o conhecimento veiculado pelo fato de ser o possível interlocutor uma pessoa do sexo masculino, baseando-se no estereótipo de que o homem só pensa em sexo.

Os casos de *Dedução*, embora pouco frequentes, comprovam a função evidencial *dedutiva* de *saber*. Em (5)-(7), ilustramos o referido subtipo, bem como a relação intrínseca do verbo com os sentidos *ver*, *ouvir* e *sentir*.

(5) El coche de Aránzazu bajó a poca velocidad la rampa. La primera en apearse fue Bittori. Miró, cara enfurruñada, hacia arriba: descubrió a su marido y su hijo asomados al balcón. No esperó a llegar al piso. Desde la calle, sin preocuparle que la pudieran oír desde otras casas:
—Ya **sé** que *lo has comprado sin preguntarme*.
(...) CORPESXXI – OCO nº17.405060)

(6) (...) **Sé**, por el ruido del agua, que *él se duchó a las tantas de la madrugada* (...). (CORPESXXI – OCO nº19.405060)

(7) —Bien, ¿no? Yo tenía mucha necesidad de estas palabras. Cosas mías, Txato. Pronto me reuniré contigo. Ahora sé que *voy a venir en paz*. Mientras tanto, caliéntame la tumba como me calentabas en otros tiempos la cama (...). (CORPESXXI – OCO nº20.405060)

Em (5), pelo fragmento “*por el ruido del agua*”, podemos recuperar que o *Estado-de-Coisas* usado para a operação de raciocínio foi percebido pela audição. Em (6), de outro modo, temos uma *Dedução* alcançada com base em um estímulo perceptual visual, conforme indica a sucessão de

Estados-de-Coisas contendo as formas verbais “*mirar*” e “*descobrir*”. Em (7), o falante depois de ter escutado palavras das quais necessitava, “*sente*”, naquele momento, que virá em paz reunir-se ao companheiro (morrerá em paz). A situação parece ter provocado no falante a sensação a partir da qual ele “*sabe*” que poderá ir em paz.

Acerca da análise da presença de modificadores, verificamos uma frequência saliente de coocorrência do verbo *saber* no que diz respeito a informações lexicais adicionais do Nível semântico. Com uma frequência bem menor, constatamos alguns usos do verbo coocorrendo com modificadores do Nível pragmático. Na Figura 2, apresentamos a frequência de modificadores dos Níveis de *Formulação* nos usos de *saber* com valor evidencial.

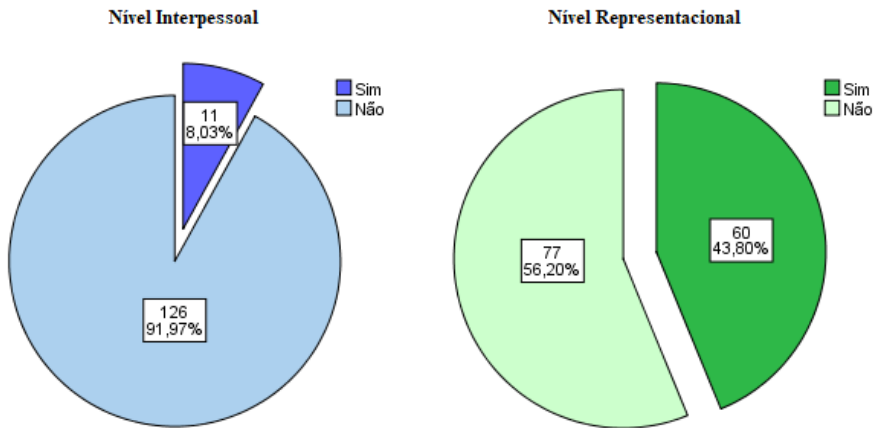


Figura 2: Modificadores dos Níveis de *Formulação* do uso evidencial de *saber* em espanhol

Nas camadas do Nível Interpessoal, os modificadores trazem informações lexicais extras sobre os *Moves*, os *Atos Discursivos*, os *Conteúdos Comunicados*, etc. Alguns deles desempenham uma função organizacional-discursiva/estilística (na camada do *Move* ou do *Ato*

Discursivo - finally, briefly e additionally)¹⁹. Na camada do *Ato Discursivo*, os modificadores podem indicar também o estado de espírito do falante no momento de produção do enunciado, como o *sadly* (*lamentavelmente*). Na camada da *Ilocução*, atuam advérbios ilocucionários como *frankly* (*francamente*), e, no *Conteúdo Comunicado*, advérbios que expressam a atitude do falante referente à mensagem que veiculam ((*un*)*fortunately*, (*un*)*surprisingly etc.* – (*in*)*felizmente*, (*não*)*surpreendentemente*) ou que indicam a natureza retransmitida do ponto de vista de um terceiro (KEIZER, 2020). Nos usos de *saber* com valor evidencial, verificamos modificadores do Nível Interpessoal tais como *finalmente e además* e da locução adverbial *en primer lugar*. Constatamos também a presença de algumas construções que sugeriram a natureza reportada das informações veiculadas, configurando-se modificadores na camada do *Conteúdo Comunicado*.²⁰ Vejamos:

(8) **Finalmente, sabemos** también que *casi todos los factores suelen ser recursos estratégicos o de una gran trascendencia social* (...) (CORPESXXI – OCOⁿ93.41509475)

(9) **En primer lugar, sabemos** que *la regulación es la única forma de hacer frente a las externalidades que conlleva a menudo la actividad económica, bien haciendo que los costes se internalicen por unos sujetos u otros, bien garantizando que se haga transparente la información* (...) (CORPESXXI – OCOⁿ96.41509475)

(10) «**Sabemos de primera mano** que *un montón de camiones aparecieron repentinamente y transfirieron un cargamento de alta seguridad al buque* (...) (CORPESXXI – OCOⁿ79.41519282)

19 *Finalmente, brevemente, além disso.*

20 Hengeveld e Mackenzie (2008) explicam que modificadores tais como *according to reliable sources, in Bill B words*, etc. são mais específicos que advérbios como *reportedly, purportedly e dizque* no que se refere às fontes. Observamos que os casos verificados estão voltados à especificação das fontes.

Os modificadores do Nível Representacional também atuam em diferentes camadas, dando informações adicionais sobre o *Conteúdo Proposicional* (especificação da atitude proposicional), o *Episódio* (indicação de tempo absoluto), o *Estado-de-Coisas* (especificação do tempo relativo, do lugar, da frequência ou do *status* de realidade deles), o *Indivíduo* (adjetivos ou orações relativas restritivas), a *Propriedade Configuracional* (quando apenas o predicado é modificado) etc. Na análise de *saber* com valor evidencial, informações lexicais que especificam localização temporal foram bastante recorrentes. Vejamos:

(11) Es paradójico y lamentable ya que por eso muchas familias han tenido que recurrir a la justicia a fin de que se reconozca el daño provocado. **Hoy sabemos** que *la mayor parte de los efectos adversos producen patologías neurológicas*. (CORPESXXI – OCO n°42.41519577)

(12) Con toda la buena intención y con la información que se tenía entonces, se desaconsejaba tomarlo. Pero **ahora sabemos** que *contiene grasas ‘buenas’ y que su alto contenido en omega-3 lo hace más que recomendable*”, asegura Revenga (CORPESXXI – OCO n°69.41519582)

(13) **Ya sabemos** cómo [sic] indican Ferre y Irabau (2002) que *el cuerpo calloso une los dos hemisferios cerebrales e interviene de forma muy directa en la memoria, junto con las áreas corticales cerebrales*. (CORPESXXI – OCO n°110.41509270)

(14) **Hoy día ya sabemos** que *lo que más placer produce es la «sensación de lucha» positiva —el conocido estado de flow— que experimentamos cuando trabajamos en un proyecto retador que nos apasiona*. (CORPESXXI – OCO n°86.41509275)

Em (11)-(14), podemos observar a ocorrência de modificadores como *ahora, ya, hoy, hoy día*. O uso dessas construções parece reforçar a intersubjetividade na expressão da evidencialidade mediante *saber*, apontando para caráter disponível e compartilhado dos conhecimentos veiculados e das evidências, o que sugere que o verbo constitui uma opção para expressar um sentido de maior confiabilidade. Temos,

então, que, para além de situar temporalmente o “saber”, a presença dos modificadores reforça o carácter instaurado, aceito e amplamente compartilhado das informações (que, nos casos ilustrados, pertencem ao âmbito científico), imprimindo, dessa forma, um efeito de confiabilidade alta em seus usos reportativos.²¹

Na análise do Tempo, observamos o evidencial *saber* em espanhol ocorrendo com mais frequência na localização temporal absoluta *presente* (codificada no *presente do indicativo*), que se explica pela frequência elevada da *Reportatividade* associada à veiculação de informações amplamente conhecidas. A expressão da *Reportatividade* na retransmissão desse tipo de informação também esteve associada à localização temporal absoluta *passado*, codificada no *pretérito imperfeito do indicativo*, tempo caracterizado como um presente do passado (CASTAÑEDA CASTRO, 2016). Devemos mencionar que houve um caso único da *Reportatividade*, também com as características mencionadas, no *pretérito perfeito composto*, tempo que se caracteriza por sua conexão com o presente. Nossos resultados revelam que o verbo *saber* na expressão da *Reportatividade* associada à veiculação de informações disponíveis e compartilhadas está caracterizado pelo traço temporal *presente*.

21 Alguns casos apresentaram a coocorrência de *saber* mais o modificador temporal *ya* (com função também enfatizadora) na veiculação de informações de domínio intersubjetivo (ou que já haviam sido mencionadas no contexto discursivo ou que o falante pressupõe fazer parte da informação pragmática do ouvinte/leitor. Pareceu-nos uma utilização estratégica cujo propósito era tornar seu discurso mais pedagógico em sua interação com o ouvinte/leitor, no repasse de informações. Esse uso pode ser verificado em “Otra vía por la que el banco central puede hacer que aumente el dinero en circulación es prestando al sector público (ya sabemos que *esto no puede ocurrir en Europa*)” (CORPESXXI – OCO nº100. 41509475).

TEMPO VERBAL DO PREDICADO ENCAIXADOR			TEMPO ABSOLUTO			Total
			Presente	Passado	Não se aplica	
Presente do indicativo	SUBCATEGORIA	Reportatividade	65		1	66
	EVIDENCIAL	Inferência	30		2	32
		Dedução	4		0	4
	Total		99		3	102
Pretérito perfeito simples	SUBCATEGORIA	Reportatividade		10		10
	EVIDENCIAL	Inferência		5		5
		Dedução		1		1
	Total			16		16
Pretérito imperfeito do indicativo	SUBCATEGORIA	Reportatividade		8		8
	EVIDENCIAL	Inferência		3		3
	Total			11		11
Pretérito perfeito composto	SUBCATEGORIA	Reportatividade		5		5
	EVIDENCIAL					
	Total			5		5
Futuro simples	SUBCATEGORIA	Inferência			2	2
	EVIDENCIAL					
Total				2	2	
Condicional simples	SUBCATEGORIA	Inferência			1	1
	EVIDENCIAL					
	Total				1	1
Total	SUBCATEGORIA	Reportatividade	65	23	1	89
	EVIDENCIAL	Inferência	30	8	5	43
		Dedução	4	1	0	5
	Total		99	32	6	137

Tabela 1: Tempos semântico e morfossintático e Subtipo evidencial do *saber* em espanhol

Outro dado importante diz respeito à localização de tempo absoluto *passado* codificada no *pretérito perfeito simples* e *composto*. A codificação nos referidos tempos sugere o caráter retransmitido das informações veiculadas, mesmo sem especificação de fontes de evidência. Vejamos:

(15) —Hace mucho que no he oído hablar de ella. Lo último que supe es que *se había ido de cooperante a Ghana* (...) (CORPESXXI – OCO n°13.405060)

(16) Que por cierto, **he sabido** que *vas todos los días al pueblo* (...) (CORPESXXI – OCO n°6.405060)

A Tabela 1 mostra, além das localizações temporais *presente* e *passado*, alguns casos classificados como “não se aplica”, os quais estiveram associados aos tempos morfossintáticos *presente do indicativo*, *futuro* e *condicional simples*. Decidimos incluir esse rótulo tendo em vista a não realização da retransmissão, da inferência ou da dedução, efetivamente. A evidencialidade mediante *saber*, nesses casos, caracterizou-se por situações genéricas, habituais e hipotéticas, conforme ilustram os exemplos a seguir:

(17) “El sector empresarial que más dinero mueve, por delante del sexo, es el de la alimentación. En el primer mundo todos los días **sabemos** que *vamos a comer* (...) (CORPESXXI – OCO nº67.41519582)

(18) Su predicción agorera sobre el futuro de Joxe Mari ahora que está en búsqueda y captura: o le explota una bomba mientras la transporta o la manipula, y tenemos funeral con ataúd envuelto en la ikurriña, danza tradicional y el resto del programa folclórico, o lo pillan las fuerzas de seguridad en cualquier momento. Esto último sería lo mejor para todos: para sus víctimas potenciales, que salvarían el pellejo; para sus parientes, porque **sabríamos** que *donde lo van a encerrar no causará daño ni correrá peligro, y para él mismo, que así conocerá la soledad que ayuda a los hombres a volverse serenos y reflexivos*. (CORPESXXI – OCO nº8.405060)

Sobre a localização temporal relativa, observamos que a *Simultaneidade no presente* totalizou 14 casos. A segunda mais frequente foi a *Anterioridade com relação ao presente*, seguida da *Posterioridade com relação ao passado* e da *Posterioridade com relação ao presente*, conforme Tabela 2:

		SUBCATEGORIA EVIDENCIAL			Total
		Inferência	Dedução	Reportatividade	
TEMPO RELATIVO	Simultaneidade no presente	13	1	0	14
	Anterioridade com relação ao presente	5	2	0	7
	Posterioridade com relação ao passado	6	1	0	7
	Posterioridade com relação ao presente	1	1	0	2
	Simultaneidade no passado	1	0	0	1
	Uso não temporal do verbo	1	0	0	1
	Não se aplica	16	0	89	105
Total		43	5	89	137

Tabela 2: Tempo relativo *versus* Subtipo evidencial do *saber* em espanhol

A Tabela 2 aponta também um uso não temporal do verbo da encaixada.²² Dos 105 casos com o rótulo “não se aplica”, 89 são de expressão da *Reportatividade*, cuja localização temporal da forma verbal da cláusula encaixada com relação ao evidencial *saber* não nos interessa por partirmos dos desenvolvimentos da teoria (HENGEVELD; HATTNER, 2015) sobre evidencialidade e Tempo, os quais estão relacionados apenas aos subtipos do Nível Representacional.²³

Dessa análise, interessam-nos especificamente os casos de *Dedução*, tendo em vista que a *Inferência* não impõe restrições quanto à interação com os tempos relativo e absoluto, em outras palavras, não é necessário haver uma conexão temporal entre o evento contido no *Conteúdo Proposicional* e o momento da *Inferência*, ao contrário do que encontramos na *Dedução*.

22 Cf. Exemplo (4).

23 Também não nos ocupamos da análise do tempo daqueles casos em que a *Inferência* não foi efetivamente realizada, configurando as situações já descritas (Cf. exemplo (17) e (18)) e de situações nas quais o uso evidencial de *saber* escopa uma oração condicional, por exemplo, casos em que o tempo do verbo da cláusula encaixada tem como ponto de referência temporal o verbo da prótase (ex.: *Siempre me mantuve tranquilo y supe que si seguía trabajando los goles iban a llegar* (CORPESXXI – OCO nº127.41519080).

Em (19), ocorre *Dedução*, pois o falante elabora um raciocínio a partir da percepção de um *Estado-de-Coisas*.

(19) —*Está muerto*. Ve haciéndote a la idea.

—¿Quién te lo ha dicho?

—*Lo sé*. Cuando lo he visto, aún respiraba; pero ya en las últimas. Te aseguro yo que de esta no sale. Me parece que tenía la cabeza reventada. Se acabó el Txato, ya lo verás. (CORPESXXI – OCO n°16.405060)

Vemos no exemplo (19) que a localização temporal do evento deduzido é simultânea ao tempo de *saber*, usado para marcar a aquisição de um conhecimento mediante uma *Dedução*. Conforme indica a seleção do *presente do indicativo*, ambos os eventos estão situados na localização absoluta *presente*. O fato de o *Estado-de-Coisas* que fornece a evidência estar localizado em um *passado*, como demonstra o fragmento sublinhado, é algo que nos chama a atenção, já que há uma modificação do tempo absoluto dos eventos envolvidos. No exemplo (20), ocorre a mesma situação, porém, nele, a relação estabelecida é de *Anterioridade com relação ao presente*, isto é, o evento deduzido é anterior ao tempo do verbo usado na marcação da *Dedução*. Vejamos:

(20) Nerea se vio dentro de un taxi junto a un hombre que tenía una dentadura perfecta, olía de maravilla, le manoseaba las tetas y más no me preguntes, porque no me acuerdo. Guardo, sí, en la memoria imágenes borrosas. Sé, por el ruido del agua, que él se duchó a las tantas de la madrugada. Luego vino y la desvistió, Nerea tumbada boca abajo en una cama extraña, borracha hasta el desfallecimiento. Dedujo que *el hombre la penetró*, ya que por la mañana se encontró restos de esperma entre los muslos. (CORPESXXI – OCO n°19.405060)

As situações descritas são possíveis, pois essa forma verbal, reiteramos, associa-se aos aspectos da memória no processamento de informações (SCHWANENFLUGEL *et al.*, 1994). Assim sendo, o falante parece estar recuperando um conhecimento já aparentemente internalizado em sua memória, ou seja, “percebeu”

(deduziu), em um passado, a partir da percepção direta de um evento – “respirando nas últimas”/”o barulho da água” - que a pessoa a quem se refere morreria/que “ele” tomou banho a não sei quantas horas da madrugada.

Frisamos que isso não necessariamente ocorrerá sempre, já que verificamos um caso em que o falante situa, na expressão de uma *Dedução* mediante *saber*, a percepção da(s) evidência(s), a dedução e o evento que foi deduzido em relação com um passado. Vejamos:

(21) Vi fotos del traslado del cadáver desde la Casa del Pueblo hasta la iglesia de Santa María, en la Parte Vieja. Las ventanas cerradas. Apenas gente en las aceras. **Supe** entonces que, *algún día, yo escribiría sobre aquello*. (CORPESXXI – OCO nº16.405060)

No exemplo (21), é possível verificar que o falante, após testemunhar diretamente uma série de *Estados-de-Coisas*, sabe/sente que escreverá sobre “aquilo”. O caso se aproxima da situação contida em (5), em que um estímulo perceptual provoca no falante um “sentir”, entretanto, neste, a relação estabelecida é de *Posterioridade com relação ao presente*. Em (21), tanto os eventos percebidos, quanto o momento da *Dedução* estão localizados em um *passado* com relação ao momento da fala (tempo absoluto). O evento deduzido também é posto em relação com um passado, à vista do uso do *condicional simples*, tempo relativo que, quando usado temporalmente, indica posterioridade com relação a um ponto de referência temporal passado.

Acerca do *Contexto morfossintático do conhecimento*, constatamos que *saber* com valor evidencial encaixa *Conteúdos Comunicados* representados morfossintaticamente por orações compostas e simples e por sintagma adjetival. A codificação dos *Conteúdos Proposicionais* se dá por meio de orações simples, em maior número, e compostas, assim como os *Episódios*.

A Tabela 3 mostra o quantitativo dos contextos morfofossintáticos verificados.

		SUBCATEGORIA EVIDENCIAL			Total
		Reportatividade	Inferência	Dedução	
CONTEXTO MORFOSSINTÁTICO DO CONHECIMENTO	Oração simples	42	28	4	74
	Oração composta	46	15	1	62
	Sintagma adjetival	1	0	0	1
Total		89	43	5	137

Tabela 3: Contexto morfofossintático do conhecimento *versus* Subtipo evidencial do *saber* em espanhol

Conforme indica a Tabela 3, apenas uma única ocorrência de sintagma adjetival foi verificada. Ilustramo-lo em (22).

(22) En España sufren **hipertensión** unas 15 millones de personas. Y se medican a diario para evitar los problemas que **sabemos asociados a ésta**: infartos de miocardio, ictus y, en general, una mayor mortalidad. (CORPESXXI – OCOⁿ117.41519480)

Ao longo deste tópico analítico, evidenciamos algumas características gramaticais dos usos de *saber* com valor evidencial, a partir do modelo da GDF e de sua tipologia de evidencialidade (HENGEVELD; HATTNER, 2015). Propomo-nos a analisar os efeitos de sentido relacionados à intersubjetividade e confiabilidade. Para isso consideramos alguns aspectos contextuais de caráter extralinguístico. A tabela cruzada permitiu-nos chegar a algumas conclusões acerca dos efeitos de sentido expressos nos usos evidenciais *saber* em espanhol.

		TIPO DE FONTE DA EVIDÊNCIA					Total
		Conhecimento disponível compartilhado	Raciocínio do falante	Terceiro definido	Terceiro indefinido	Estado-de-Coisas percebido	
TIPOLOGIA TEXTUAL/ TEMA	Divulgação	20	6	4	1	0	31
	Reportagem	15	7	4	1	0	27
	Notícia	14	5	0	2	0	21
	Entrevista	6	14	2	3	0	25
	Novela	1	8	5	3	5	22
	Acadêmico	1	1	2	0	0	4
	Teatro	0	2	0	0	0	2
	Crônica	1	0	0	1	0	2
	Relato	0	0	1	0	0	1
	Opinião	0	0	1	0	0	1
	Crítica	0	0	0	1	0	1
Total		58	43	19	12	5	137

Tabela 4: Aspectos contextuais extralinguísticos relacionados aos usos evidenciais de *saber* em espanhol.

A partir dos nossos resultados, observamos que *saber* em espanhol parece configurar-se uma escolha para imprimir, no enunciado evidencial, um efeito de confiabilidade, à vista de sua relação com a fonte de evidência de natureza intersubjetiva. Os contextos verificados condicionadores desses usos evidenciais estiveram em sua grande maioria associados à divulgação de informações, o que é coerente com a intenção de exprimir um efeito de crédito e confiabilidade na veiculação de informações.

Considerações finais

Apresentamos uma análise dos usos dêiticos de *saber* na expressão da evidencialidade em língua espanhola. Demonstramos que esse evidencial no espanhol marca as subcategorias *Reportatividade*, *Inferência* e *Dedução*. Dá-se com frequência a presença de modificadores do Nível semântico na expressão da *Reportatividade* (advérbios com especificações temporais), os quais corroboram o caráter disponível e amplamente compartilhado das informações. Outro aspecto gramatical

dos usos evidenciais de *saber* que corroboram a função de veicular esse tipo de informação é a relação com a localização *presente* ou o traço temporal *presente*. A análise das características temporais do evidencial *saber* também indicou que, mesmo ao ser usado para veicular um conhecimento adquirido a partir de uma operação de raciocínio que parte de evidência sensorial, o verbo parece estar, em realidade, marcando um conhecimento recuperado da memória do falante, estando o tempo do verbo na localização absoluta *presente*, e os eventos percebidos, em um outro momento de uma experiência passada. Por fim, evidenciamos a característica desse evidencial de ser uma opção do falante para expressar um efeito de confiabilidade dada a combinabilidade com fonte de evidência intersubjetiva e contextos de divulgação de informações.

Referências bibliográficas

- AIKHENVALD, A. Y. **Evidentiality**. New York: Oxford University Press, 2004.
- ANDERSON, L. B. Evidentials, paths of change and mental maps: typologically regular asymmetries. *In*: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (ed.). **Evidentiality: the linguistic coding of epistemology**. Norwood, NJ: Ablex Publishing Corporation, 1986, p.188- 202.
- BOYE, K.; HADER, P. Linguistic categories and grammaticalization. **Functions of Language**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 9–43, jan. 2009. DOI <https://doi.org/10.1075/fol.16.1.03boy>. Disponível em: <https://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/fol.16.1.03boy>. Acesso em: 14 set. 2019.
- CASTAÑEDA CASTRO, Alejandro. Aspecto, perspectiva y tiempo de procesamiento en la oposición imperfecto/indefinido en español: ventajas explicativas y aplicaciones pedagógicas. **Rael Revista Electrónica de Lingüística Aplicada**, [Valência], v. 5, n. 1, p. 107-140, nov. 2006. Disponível em: <https://rael.aesla.org.es/index.php/RAEL/article/view/241>. Acesso em: 13 dez. 2020.

CORNILLIE, Bert. **Evidentiality and epistemic modality in Spanish (semi) auxiliaries: a cognitive-functional approach**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007.

CORNILLIE, Bert. Evidentiality and epistemic modality: on the close relationship between two different categories. **Functions of Language**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 44-62, jan. 2009. DOI 10.1075/fol.16.1.04cor. Disponível em: https://www.academia.edu/4921991/Evidentiality_and_epistemic_modality_On_the_close_relationship_between_two_different_categories_Bert_Cornilie_2009_Functions_of_Language_. Acesso em: 15 nov. 2019.

CORNISH, Francis. Text and discourse as contexto: Discourse anaphora and the FDG Contextual Component. *In*: KEIZER, Evelien; WANDERS, Gerry. (eds.). **Web papers in Functional Discourse Grammar (WP-FDG-82) Special Issue: The London papers I**. Amsterdã: Universiteit van Amsterdam, v. 1, 2009, p. 97-115. Disponível em: https://home.hum.uva.nl/fdg/working_papers/WP-FDG-82_Cornish.pdf. Acesso em: 01 abr. 2020.

CORPUS del Español del Siglo XXI (CORPES). Madrid: Real Academia Española, 2013. Banco de datos (CORPES XXI) [en línea]. Disponível em: <https://apps2.rae.es/CORPES/org/publico/pages/consulta/entradaCompleja.view>. Acesso em: 25 set. 2019.

DENDALE, Patrick; TASMOWSKI, Liliane. Introduction: evidentiality and related notions. **Journal of Pragmatics**, [s. l.], v. 33, n. 3, p.339-348, mar. 2001. DOI [https://doi.org/10.1016/S0378-2166\(00\)00005-9](https://doi.org/10.1016/S0378-2166(00)00005-9). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0378216600000059>. Acesso em: 27 abr. 2019.

ESTELLÉS, Maria; ALBELDA, Marta. On the dynamicity of evidential scales: Pragmatic indirectness in evidentiality as a rhetorical strategy in academic and political discourse. *In*: BATES, Carolina Figueras;

- NEBOT, Adrián Cabedo. (ed.). **Perspectives on Evidentiality in Spanish**: explorations across genres. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 2018. p. 25-48.
- GARCÍA VELASCO, Daniel. Activation and the relation between context and grammar. **Pragmatics**, [Antwerp], v. 24, n. 2, p. 297-316, 2014. DOI <https://doi.org/10.1075/prag.24.2.06gar>. Disponível em: <https://www.jbeplatform.com/content/journals/10.1075/prag.24.2.06gar>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- GONZÁLEZ RUIZ, Ramón; ALEGRÍA, Dámaso Izquierdo; LAMAS, Oscar Loureda. (org.). **La evidencialidad en español**: Teoría y descripción. Madrid: Iberoamericana Editorial Vervuert, 2016.
- HATTNER, Marize Mattos Dall'aglio. A expressão lexical da evidencialidade: reflexões sobre a dedução e a percepção de evento. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 8, n. especial, p.98-108, 2018. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/1244/538>. Acesso em: 29 mar. 2019.
- HENGEVELD, Kees.; HATTNER, Marize Mattos Dall'aglio. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. **Linguistics**, [Jena], v. 53, n. 3, p.479-524, jan. 2015. DOI 10.1515/ling-2015-0010. Disponível em:https://www.researchgate.net/publication/276157738_Four_types_of_evidentiality_in_the_native_languages_of_Brazil. Acesso em: 14 abr. 2019.
- HENGEVELD, Kees.; MACKENZIE, J. Lachlan. **Functional Discourse Grammar**. A typologically based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. Grammar and context in functional discourse grammar. **Pragmatics**, [Antwerp], v. 24, n. 2, p. 203-227, jan. 2014. DOI 10.1075/prag.24.2.02hen. Disponível em:<https://home>.

hum.uva.nl/oz/hengeveldp/publications/2014_hengeveld&mackenzie.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

KEIZER, Evelien. Modelling stance adverbs in grammatical theory: tackling heterogeneity with Functional Discourse Grammar. **Language Sciences**, [s. l.], v. 82, p. 1-20, nov. 2020. DOI <https://doi.org/10.1016/j.langsci.2020.101273>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S038800012030005X?via%3Dihub>. Acesso em: 31 dez. 2020.

LYONS, John. **Semantics**. New York: Cambridge University Press, 1977.

MACKENZIE, J. Lachlan. Objetividade, Subjetividade e Intersubjetividade na perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional. In: OLIVEIRA, Mariangela R. de; CEZARIO, Maria M. (org.). **Funcionalismo linguístico: diálogos e vertentes**. Niterói: Eduff, 2017. p. 47-66.

NUYTS, Jan. **Epistemic modality, language, and conceptualization: A cognitive-pragmatic perspective**. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 2001.

NUYTS, Jan. Notions of (inter)subjectivity. In: Brems, Lieselotte; GHESQUIÈRE, Lobke; DE VELDE, Freek Van. (ed.). **Intersubjectivity and intersubjectification in Grammar and Discourse**. Amsterdã: John Benjamins B. V., 2014. p. 53-76.

NUYTS, Jan. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. **Journal of Pragmatics**, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 383-400, 2001b. DOI [https://doi.org/10.1016/S0378-2166\(00\)00009-6](https://doi.org/10.1016/S0378-2166(00)00009-6). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0378216600000096>. Acesso em: 13 jan. 2020.

PLUNGIAN, Vladimir. Types of verbal evidentiality marking: an overview. In: DIEWALD, Gabriele; SMIRNOVA, Elena (ed.). **Linguistic realization of evidentiality in european languages**. Berlin: Walter de Gruyter, 2010. p. 15-58.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Corpus del español del siglo XXI (CORPES) Descripción del sistema de codificación Libros y prensa [Recurso de Internet]**. Madrid: Real Academia Española, 2013. Disponível em: https://www.rae.es/sites/default/files/CORPES_Sistema_de_codificacion.pdf. Acesso em: 25 set. 2019.

SCHWANENFLUGEL, Paula J. et al. The organization of mental verbs and folk theories of knowing. **Journal of Memory and Language**, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 376-395, 1994. DOI <https://doi.org/10.1006/jmla.1994.1018>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0749596X84710187>. Acesso em: 14 nov. 2019.

SQUARTINI, Mario. Lexical vs. grammatical evidentiality in French and Italian. **Linguistics**, [Jena], v. 46, n. 5, p. 917-947, 2008. DOI 10.1515/LING.2008.030. Disponível em: http://www.contrastiva.it/baul_contrastivo/dati/sanvicente/contrastiva/Evidencialidad/Squartini,%20Lexical%20vs.%20grammatical%20evidentiality%20in%20French%20and%20Italian.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

WILLET, Thomas.L. 1988. A Cross-Linguistic Survey of the Grammaticalization of Evidentiality. **Studies in Language**, [s. l.], v. 12, n. 1, 51-97.

Encaminhamentos para a Reescrita na Educação Básica

Procedures to Rewriting in Basic Education

Adair Vieira Gonçalves*
Selma Maria Abdalla Dias Barbosa**
Aliny Sousa Mendes Margarida***

RESUMO

A realização de atividades com professores em formação inicial que tenham o intuito de prepará-los para sua prática profissional é um dos objetivos da pesquisa cuja primeira fase é descrita nesse trabalho. Acompanhamos o primeiro estágio de uma turma de Licenciatura em Letras (Língua Portuguesa) da Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína e, para isso, realizaremos algumas etapas, baseadas no estudo de Menegassi (2013). São elas: (i) *diagnóstico inicial*, (ii) *encaminhamentos teórico-metodológicos*, (iii) *reflexão sobre o processo* e (iv) *diagnóstico final*. Com esse trabalho, temos o objetivo de apresentar a realização dessas quatro etapas. Baseadas nas concepções bakhtiniana de gênero do discurso, as análises mostraram a apropriação pelos alunos-mestre do conhecimento teórico sobre reescrita que adquiriram com as leituras dos textos disponibilizados, bem como da importância do dialogismo no momento da correção de um texto, além da preocupação com a compreensão do aluno sobre sua intervenção.

Palavras-chave: Letramento. Formação inicial. Encaminhamentos para a reescrita.

Recebido em 3 de agosto de 2021.

Aceito em 12 de outubro de 2021.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2022n63.526>

* Universidade Federal da Grande Dourados, adairconcalves@uol.com.br

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-4998-9692>

** Universidade Federal do Tocantins, selmaabdalla@uft.edu.br

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-6696-7845>

*** Secretaria Municipal de Educação de Marabá, alinymentes.uft@gmail.com

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-6278-9292>

ABSTRACT

Developing activities with teachers in initial formation in order to help them in their vocational skills is one of the aims of this research, whose first phase is described on this paper. We monitored the first stage of a Letters course class (enabling Portuguese Language) of Federal University of Tocantins, Araguaína *campus* and so, we will perform and show in this research, some stages, based on the study of Menegassi (2013): (i) *initial diagnosis*, (ii) *theoretical-methodological referrals*, (iii) *process reflection* and (iv) *final diagnosis*. Based on bakhtin's concepts about discourse genre and the texts read by teachers trainee, this analysis exposes how they appropriated themselves of theoretical knowledge, as well as how important is the dialogism during a text revision, besides concerning about student's comprehension of teacher's intervention.

Keywords: Literacy. Initial Formation. Guidance for rewriting.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o desenvolvimento da primeira fase de um projeto de pesquisa que envolve a prática de produção escrita na escola de educação básica com foco na reescrita mediada pelo estagiário (aqui denominado aluno-mestre) na condição de professor de língua materna.

O projeto visa analisar o desenvolvimento de atividades de produção textual realizadas pelos alunos-mestre de uma turma do curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Tocantins nas escolas-campo em que realizarão o estágio, abordando, assim, o letramento do professor em formação inicial. Nosso foco é o processo de reescrita de textos na sala de aula do ensino básico (portanto, é sobre o letramento do aluno do ensino básico) como estratégia de aprimoramento da prática de escrita.

Adotamos a concepção de escrita como trabalho, na qual, segundo Menegassi (2013, p. 109), o agente-produtor precisa passar por etapas (planejamento, execução do texto escrito, revisão e reescrita) para se chegar ao texto final. Para que os alunos-mestre orientem seus alunos no momento da produção escrita na escola básica, procuraremos, juntamente com o professor da disciplina de estágio na universidade (o qual será aqui chamado

de professor-formador), promover momentos de preparação para tal tarefa.

Assim, pretendemos desenvolver este trabalho em dois momentos específicos: nos dois primeiros estágios de língua materna do referido curso. No primeiro estágio, que acontece no quinto semestre do curso e no qual há apenas a observação de aulas na escola, será realizada a preparação dos alunos-mestre em relação à compreensão da importância (e das formas possíveis) de se realizar a reescrita na sala de aula.

A partir do segundo estágio, no sexto semestre do curso, os alunos-mestre, já familiarizados com a prática da reescrita, ministrarão aulas na educação básica, as quais acompanharemos para compreender seu desenvolvimento na condição de mediadores do processo e dos alunos da escola enquanto escritores desafiados a refletir sobre o próprio texto.

No presente trabalho, descrevemos as atividades desenvolvidas na primeira fase da pesquisa: a preparação dos alunos-mestre quanto ao referencial sobre a prática da reescrita. No tópico a seguir, será exposto o que estamos compreendendo por escrita e reescrita.

ESCRITA: UM TRABALHO DE REESCRITA

O projeto de pesquisa, do qual esta pesquisa é um recorte, justifica-se por termos percebido, durante o desenvolvimento das pesquisas de Iniciação Científica (IC) e Mestrado¹, a dificuldade inicial que os alunos-mestre tinham em aceitar e em realizar a reescrita em seus textos. Isso aconteceu, talvez, pelo fato de, durante sua formação escolar, não terem vivenciado tal prática. Nessa perspectiva, Antunes (2003) destaca a importância do trabalho com a reescrita nas séries iniciais da vida escolar, pois se o estudante tivesse o hábito de planejar seu texto, escrever e revisá-lo naturalmente – sem achar

1 Nessas pesquisas, investigamos a prática da reescrita de alunos-mestre do curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Tocantins. A análise foi feita a partir das versões escritas e reescritas de relatórios de estágio supervisionado sob a orientação de um professor-formador. Para mais detalhes, ver Mendes, (2014).

que se trata de uma afirmação de seus erros – compreenderia que a primeira versão nada mais é que um texto provisório e que as revisões do professor e, conseqüentemente, a reescrita, têm papel fundamental no aprimoramento de seu trabalho.

Podemos associar tal visão a um conceito importante do qual nos apropriaremos para a análise dos dados nesta pesquisa. É o que Bourdieu (2001) denomina capital cultural. O conceito indica as condições de vida dos indivíduos sob reflexo ou atuação da cultura. A acumulação dessa forma de capital ocorre ao longo da vida do indivíduo por meio de investimentos de um agente e do provimento de capital econômico.

Ao chegar à escola, o estudante traz consigo experiências diversas no que se refere à aquisição de capital cultural. Não é raro percebermos, em uma única turma, alunos que já visitaram museus, teatros, bibliotecas, que já viajaram e compraram livros, em detrimento de outros que nunca saíram da cidade em que moram, nunca foram ao cinema assistir a um filme ou jamais viram uma peça teatral, etc. Os reflexos dessa diferença estão em toda parte. Sabendo como ocorre o funcionamento da reescrita na formação inicial de professores, pretendemos partir para a efetivação da prática de reescrita também com os alunos da escola básica com o intuito de compreender a realização dessa prática em situações interacionais distintas.

Segundo Bork-Gödke (2016), “a escrita é um componente fundamental para a formação da pessoa; é um meio de comunicação entre os homens, uma forma de socialização, de difusão de ideias e de perpetuação de informações.” (p. 19). Para esse trabalho, compartilhamos da premissa de que a escrita é dialógica.

Tendo já mencionado como compreendemos a escrita (MENEGASSI, 2013), torna-se importante apresentar o que entendemos por reescrita. Compartilhamos da visão de Leite e Pereira (2013, p. 41) que a definem como uma “etapa de melhoramento do texto, de forma a deixá-lo mais compreensível ao interlocutor e a cumprir a sua função comunicativa”.

Os apontamentos efetuados pelo professor no texto do estudante são de extrema importância, uma vez que o direcionamento para a reescrita. Ou seja, as escolhas feitas pelo autor do texto no momento da reescrita são suas, porém estão intimamente ligadas às escolhas feitas pelo professor em seus apontamentos. Há aqui o destaque da relação dialógica entre escritor e leitor, “sendo a reescrita a atitude responsiva do autor diante da revisão do outro-leitor.” (GASPAROTTO e MENEGASSI, 2013, p. 31). Ou seja, a prática da reescrita “vai exigir do professor uma concepção dialógica da linguagem, que é o seu verdadeiro papel; isto é, a reescrita vai possibilitar ao aluno ajustar o que se tem a dizer à forma de dizer de um determinado gênero.” (GONÇALVES, 2003, p. 23).

A reescrita encontra-se, portanto, atrelada à concepção dialógica da escrita (BAKHTIN, 2003), pois, no processo de produção textual, há a necessidade de uma relação entre professor-revisor e aluno-autor. Nas palavras de Gasparotto e Menegassi (2013),

Para que um texto seja bem elaborado, ele deve, necessariamente, passar por essas três etapas [planejamento, escrita e revisão], considerando-se ainda que, a partir da revisão daquilo que foi escrito, surge a necessidade de reescrita do texto, a fim de adequá-lo conforme os apontamentos apresentados na revisão. (p. 30).

É importante destacar aqui que o professor passa a ser visto pelo estudante não apenas como um avaliador de seu texto, mas como um leitor interessado em auxiliá-lo em seu processo de aprendizagem, já que a aprendizagem da escrita não se trata de um produto, mas um processo que vai além da primeira versão de um texto e no qual há interlocução e mediação por outra pessoa.

Espera-se que o professor em formação inicial, no exercício da profissão docente, incentive seus alunos a revisar e reescrever seus textos, ou seja, almeja-se contribuir para a formação de professores de língua materna que desempenhem a função de agentes de letramento na sala de aula.

Nesse sentido, o presente trabalho apresenta a preparação de graduandos do curso de licenciatura em Letras/Língua Portuguesa (em parceria com o professor-formador da disciplina) para efetivar a prática de reescrita em suas aulas de língua materna no estágio supervisionado.

Na seção seguinte, apresentamos o que estamos compreendendo por letramento, bem como as noções do mesmo que estamos utilizando para definir as práticas de uso da língua focalizadas nesse trabalho.

LETRAMENTOS EM FOCO

Outro conceito que estamos utilizando é o de *letramento*, por estarmos tratando de usos específicos da leitura e da escrita. De acordo com Tfouni e Monte-Serrat (2013), na teoria do letramento, a compreensão do sujeito está no nível da posição discursiva assumida, a qual, por sua vez, está imbricada por ideologias podendo uma pessoa adotar vários papéis sociais. Dessa forma, por letramento estamos compreendendo os usos sociais da leitura e da escrita em uma perspectiva sociocultural consoante, portanto, aos Novos Estudos do Letramento (cf. TERRA, 2013).

Essa corrente teórica traz princípios importantes para a discussão do fenômeno do letramento. Trata-se da oposição entre os modelos *autônomo* e *ideológico* de letramento bem como dois componentes basilares deste: os *eventos* e as *práticas* de letramento.

Sobre os dois modelos, o letramento autônomo aborda o letramento independentemente do contexto social; já o ideológico, proposto por Street, em obra publicada no ano de 1984, tem a preocupação de relacionar as práticas letradas e as estruturas culturais e de poder de uma sociedade sem, porém, negar os aspectos “técnicos” do letramento mas “entende-os como encapsulados em todos culturais e em estruturas de poder.” A autonomia do letramento, portanto, se torna ideológica uma vez que “mascara essa dimensão de poder” (STREET, 2014, p. 172).

O autor defende o uso do termo ideológico no sentido de a ideologia ser

o lugar de tensão entre autoridade e poder, de um lado, e resistência e criatividade individual, do outro (...). Essa tensão opera por meio de uma variedade de práticas culturais, incluindo particularmente a língua e, é claro, o letramento. (STREET, 2014, p. 173).

Em se tratando dos componentes do letramento, o evento de letramento está ligado às práticas diárias das pessoas já que se trata de qualquer situação em que o sujeito, levando-se em conta uma comunidade e um ponto específico da História, está inserido. As práticas de letramento, por sua vez, referem-se às formas de usar a leitura e a escrita produzidas pelas pessoas em eventos de letramento. (cf. BARTON, 2007; TERRA, 2013). Terra (2013) assim distingue esses dois componentes:

Vale destacar que a distinção entre eventos e práticas de letramento é exclusivamente metodológica, já que são conceitos interligados (duas faces de uma só realidade). (...) o conceito de ‘evento de letramento’, considerado de forma isolada, embora tenha a vantagem de orientar o pesquisador ou estudioso para a observação de situações que envolvem a língua escrita e para a identificação das características dessas situações, não permite revelar como são construídos, em determinado ‘evento de letramento’, os sentidos e os significados, produtos não só da situação e de suas características específicas, mas também das convenções e concepções de natureza cultural e social que as ultrapassam. Em uma palavra, é o uso do conceito de ‘práticas de letramento’ como instrumento de análise que permite a interpretação do ‘evento de letramento’, para além de sua simples descrição. (p. 48-49)

Por serem sociais, as práticas de letramento nos permitem, de acordo com Fiad (2011), considerar a possibilidade da existência de “múltiplos letramentos”, que dependem das esferas e grupos sociais nas quais se realizam (ex.: escolar, religioso, familiar, etc.). Então, não há apenas um tipo de letramento.

No caso da pesquisa em questão, focalizaremos o letramento do professor em formação inicial uma vez que, segundo Kleiman (2008, p. 492), “o processo de letramento na formação do professor de língua inclui a especificidade da matéria pela qual será responsável na escola”. Estaremos propondo que o aluno-mestre, mais do que vivenciar a prática da reescrita com seus próprios textos, como analisamos na Iniciação Científica e no Mestrado, tenha a oportunidade de ser o mediador de tal prática no texto dos alunos da escola. Logo, estarão trabalhando com questões específicas de sua disciplina.

Assim, será facultado a esse professor em formação, a oportunidade de ser um agente de letramento. De acordo com Kleiman (2007a, p. 411), “vir a ser um professor de alfabetização ou um agente envolve questões identitárias relacionadas à aquisição e ao uso da leitura e escrita”. Tal agente, segundo a autora, é formado pela realização de práticas que articulem saberes acadêmicos com

a atitude de um professor, que, sabendo-se em contínuo processo de letramento, aventura-se a experimentar e, com isso, a continuar aprendendo com seus alunos, através de práticas letradas que motivam o grupo todo e atendem, ao mesmo tempo, a interesses e objetivos individuais (KLEIMAN, 2007b, p. 21)

Nesse sentido, temos o que afirmam Silva, Santos e Farah (2016) sobre os alunos, os quais “precisam ser familiarizados com diversos letramentos, não apenas com as práticas necessárias para o sucesso na própria escola” (p. 92). Tal tarefa, acreditamos, será desenvolvida pelo uso da prática da reescrita de gêneros textuais, sobre os quais falaremos detalhadamente mais adiante.

Recentemente, não é suficiente ao professor de língua materna ser agente de letramento, há a necessidade de se tornar um agente de letramento do mundo contemporâneo levando-se em conta a inserção de novas semioses da língua no contexto escolar. Segundo Kleiman (2014),

O impacto do letramento, nessa época de mudanças e de transformações, toma grande proporção na vida das pessoas, pois se torna imprescindível à sobrevivência do cidadão na sociedade da tecnologia e da informação, da transformação e da transitoriedade. (p. 88)

Ainda segundo a autora, na sociedade contemporânea, a todo momento são desenvolvidos “novos e múltiplos letramentos”, pois a cultura está demandando cada vez mais “rápidas e sucessivas mudanças” já que é dominada pela imagem, pela escrita e, acrescentamos, pelo som (KLEIMAN, 2014, p. 88). Relacionada ao ensino de práticas de letramento, a contemporaneidade, além de estar ligada ao uso de tecnologias modernas, ou do que seja mais funcional e conseqüentemente mais proveitoso ao aluno fora da escola, ela

diz respeito à flexibilidade e ao respeito pela cultura do outro para garantir a inserção tranquila do aluno nos novos modos de fazer sentido via escrita na sociedade tecnológica em que imagem e texto escrito imperam. Ser contemporâneo é ouvir o que o outro quer e aproveitar a flexibilidade de novos modos de ser e significar para propiciar as condições para que o aluno satisfaça seu desejo. (KLEIMAN, 2014, p. 82).

Compreendemos que expor os alunos-mestre a práticas que se utilizem das novas formas de apresentação da escrita na sociedade contemporânea pode auxiliá-los na apropriação desses recursos quando do exercício da profissão docente. Na seção a seguir, apresentaremos a metodologia utilizada para geração e análise dos dados.

METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa, utilizaremos referenciais teórico-metodológicos provenientes de várias áreas do conhecimento para analisar os textos dos estudantes da educação básica. Portanto, a pesquisa ora delineada insere-se no campo transdisciplinar da Linguística Aplicada (LA). Tal

abordagem recebe esse nome pelo fato de a teoria preocupar-se com o social e com o humano. Por essa razão, afirma a autora, a LA tem “vocação” para ser transdisciplinar (CELANI, 1992).

A partir de Moita Lopes (2006), compreendemos a LA não como uma disciplina, mas como uma área de estudos “híbrida/mestiça”, ou seja, composta por várias áreas do conhecimento. Afinal, para compreender a linguagem como uma prática social, é necessário ir além e ampliar os horizontes para a sociologia, a antropologia, a psicologia cultural e social etc. (cf. MOITA LOPES, 2006, p. 96).

Na perspectiva de mesclagem de áreas diversas do conhecimento, tentamos inserir a pesquisa no paradigma educacional emergente: o paradigma complexo da ciência que se baseia no desenvolvimento integral do ser humano. Ou seja, todo objeto de estudo merece o olhar de mais que um único ângulo (cf. MORIN, 1999).

Analisaremos comparativamente textos produzidos pelos alunos da escola-campo de estágio nas aulas de Língua Portuguesa ministradas por alunos de uma turma de Licenciatura em Letras (Língua Portuguesa) da Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína. Temos o intuito de acompanhar os dois primeiros estágios da referida turma e, para isso, algumas etapas, baseadas no estudo de Menegassi (2013), farão parte de tal atividade. São elas: (i) *diagnóstico inicial*, (ii) *encaminhamentos teórico-metodológicos*, (iii) *reflexão sobre o processo* e (iv) *diagnóstico final*. Com esse trabalho, temos o objetivo de apresentar a realização dessas quatro etapas.

Por estarmos compreendendo a escrita como uma prática cultural, para a análise dos textos, utilizaremos pressupostos teóricos de Bakhtin, sobre os quais fazemos uma breve reflexão no tópico a seguir.

Concepções bakhtiniana dos gêneros do discurso

Nesta pesquisa, serão analisadas aulas de língua materna ministradas pelos alunos-mestre no período de regência do seu estágio. Acredita-se que a

orientação para a escrita de gêneros discursivos seja uma boa oportunidade para análise da apropriação pelos alunos-mestre da prática da reescrita em sala de aula.

Segundo Sobral (2009), “o gênero discursivo é estável porque conserva traços que o identificam como tal”, o que pode ser reconhecido pelos tipos, também estáveis, de textualização a que recorrem. É certo que pode haver, ao longo do tempo, “certa cristalização dos gêneros” no que se refere à sua textualidade, mas isso não é fixo, os gêneros se encontram em mudança constante. Daí a definição do Círculo de Bakhtin de que é mutável, ou seja, “está em constante transformação, se altera a cada vez que é empregado.” (SOBRAL, 2009, p. 115).

De acordo com Bakhtin (1979), “para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma *forma padrão* e relativamente estável *de estruturação de um todo*” (p. 301; grifos do autor).

Os gêneros discursivos estão também intimamente ligados a um espaço social no qual se estabelecem. Esse espaço é denominado pelo Círculo de esfera de atividades, que pode ser definida como “‘regiões’ de recorte socioistórico-ideológico do mundo, lugar de relações específicas entre sujeitos” (SOBRAL, 2009, p. 121). Cada esfera apresenta sua própria forma de produção, circulação e recepção dos discursos, o que confere aos gêneros sua dinâmica.

Descrição das aulas observadas

A geração dos dados para a pesquisa se iniciou no primeiro semestre de 2016, período em que, em decorrência da greve dos professores universitários, o calendário acadêmico encontrava-se no segundo semestre de 2015. Acompanhamos as aulas da disciplina de *Estágio Supervisionado: Língua Portuguesa e Literaturas I* de uma turma do curso de Letras/Português ministrada em regime regular no 5º período do curso. O curso

é uma licenciatura plena² e a turma era composta por 14 alunos, número relativamente pequeno, que optaram pela Língua Portuguesa.

O horário das aulas era das 20h50 às 22h30 (segundo horário da noite), às segundas-feiras. Por vezes, aconteceram imprevistos em relação à troca do segundo para o primeiro horário, impedindo o acompanhamento de duas (2) aulas. Adiante, trazemos breve descrição do que foi observado durante todo o semestre.

As primeiras 8 aulas aconteceram como mostra a tabela a seguir, com discussões de textos e atividades relacionadas ao estágio bem como ao relatório que os alunos deveriam produzir ao final da disciplina.

Quadro 1: Atividades realizadas nas primeiras aulas acompanhadas

AULA	ATIVIDADE REALIZADA
1ª	Apresentação da professora, da pesquisadora e do plano de disciplina.
2ª	Preenchimento dos documentos de estágio no laboratório.
3ª	Discussão do texto: <i>Estágio – do labirinto aos frágeis fios de Ariadne</i> , de Roseli Fontana.
4ª	Continuação da discussão e atividade sobre o texto da aula anterior.
5ª	Devolução da atividade feita na aula anterior. Leitura e discussão do texto: <i>A Muleta da Vovó</i> , de Ezequiel Teodoro da Silva.
6ª	Discussão do texto: <i>Estágio Curricular na formação de professores: propostas e possibilidades no espaço escolar</i> .
7ª	Discussão e atividade sobre o conceito de professor pesquisador.
8ª	Explicações sobre o Relatório de Estágio.

Fonte: Diário de campo da pesquisadora

As quatro aulas seguintes foram destinadas à apresentação da proposta dessa pesquisa e início da geração de dados, portanto, serão descritas separadamente na seção a seguir.

2 A universidade em que o estudo foi realizado oferece Licenciatura plena tanto em Língua Portuguesa quanto em Língua Inglesa. Cabe ao graduando escolher o curso de sua preferência ao final do 5º semestre do curso.

Orientações para a reescrita

Baseados na pesquisa feita por Menegassi (2013), apresentaremos agora a descrição das quatro etapas mencionadas anteriormente, a saber: (i) *diagnóstico inicial*, (ii) *encaminhamentos teórico-metodológicos*, (iii) *reflexão sobre o processo* e (iv) *diagnóstico final*. Destacamos que a terceira etapa aconteceu de forma diferenciada da apresentada pelo autor. Nela, as intervenções dos alunos-mestre foram analisadas apenas pela pesquisadora e não pelos próprios alunos, como fez Menegassi (2013).

Diagnóstico inicial

Para iniciar, foi apresentado o projeto de pesquisa à turma, destacando-se a importância da participação dos acadêmicos em cada processo da investigação. Em seguida, foi entregue um texto (Anexo I) para que os alunos-mestre corrigissem na condição de professores em formação visando à reescrita posterior do aluno escritor. Nesta aula, estavam presentes 10 alunos.

Enquanto faziam tal atividade, observamos que os alunos ficaram empolgados: apesar de a atividade ser individual, duas alunas chegaram a discutir entre si aspectos do texto que mereciam destaque na correção. Uma delas fez o seguinte comentário: “estou com medo de ofender o aluno”.

O comentário desta aluna demonstra quão engajada ela estava com a atividade, de forma que preocupou-se com a recepção de suas correções pelo produtor do texto. Quando mencionado que a atividade seria discutida apenas na aula posterior, a mesma aluna afirmou que esperaria ansiosa a chegada da próxima aula.

Encaminhamentos teórico-metodológicos

Para realizarmos os encaminhamentos teórico-metodológicos acerca da reescrita, foram discutidos três textos com os alunos-mestre, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 2: textos para encaminhamentos teórico-metodológicos

TEXTO	AUTOR
Considerações sobre as práticas da produção e da Reestruturação textual	Maria Beatriz Ferreira
Implicações da correção do professor na reescrita do aluno: desenvolvendo as capacidades de linguagem	Evandro Gonçalves Leite e Regina Celi Mendes Pereira
Os bilhetes orientadores da reescrita e a aprendizagem do gênero relatório de experiência	Cecília Eller Nascimento

Fonte: Elaboração da pesquisadora

A recepção dos textos pelos alunos-mestre foi bastante positiva, uma vez que participaram efetivamente da discussão apresentando seu ponto de vista e experiências pessoais durante a vida escolar e as aulas observadas na escola-campo de estágio. Tal participação deve-se ao fato de que já haviam lido os textos antes das aulas.

Reflexão sobre o processo

Durante a discussão dos textos supramencionados, as intervenções dos alunos apareciam como forma de exemplificar o que estava sendo afirmado, principalmente no texto de Leite e Pereira (2013) no qual são apresentados os tipos de correção. Tais intervenções foram exibidas em projeção.

Serafini (1998) foi quem primeiro estabeleceu três tipos de correção, a saber: *resolutiva*, *indicativa* e *classificatória*. A esses três, Ruiz (2001) acrescentou a *textual-interativa*.

Na correção resolutiva,

O professor detecta e ele mesmo reescreve os erros cometidos na produção escrita. Ela se detém prioritariamente no corpo do texto e, por sua natureza extremamente localizada (muito próxima ao erro que aponta), focaliza principalmente os aspectos superficiais – convenções da escrita e norma padrão. (LEITE e PEREIRA, 2013, p. 42).

Segundo Menegassi (2013), a correção resolutiva não favorece o incentivo à reflexão do aluno acerca do erro cometido. Sua “atitude mais provável é de apenas substituir o seu deslize pelo acerto oferecido, sem nenhum esforço.” (p. 115).

Segue abaixo, um exemplo desse tipo de correção nas intervenções dos alunos-mestre. Vale ressaltar que, ao realizarem a primeira correção, no início das etapas aqui descritas, eles já haviam lido os dois primeiros textos discutidos.

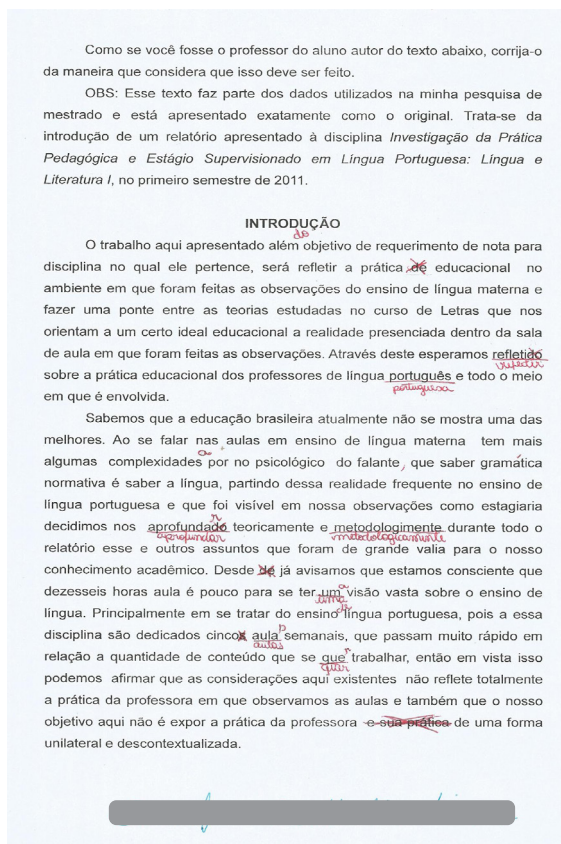


Figura 1: Correção Resolutiva

Fonte: Dados da pesquisadora

No exemplo, é possível perceber duas práticas enraizadas na e pela escola: o uso da caneta vermelha para correção de atividades, sejam quais forem, e a tendência de, no momento da correção de textos, conforme Jesus (2001), o professor ater-se apenas a aspectos superficiais, ou seja, aos desvios relacionados à Gramática Tradicional como, ortografia, pontuação, concordância etc. Essa última foi definida como “higienização” ou “operação limpeza” que ocorre quando “os problemas de ordem fonológica, morfológica, lexical e sintática são solucionados, mas o texto continua apresentando inadequações do ponto de vista textual e discursivo, por exemplo” (JESUS, 2001 *apud* LEITE E PEREIRA, 2013, p. 41); além disso, ao realizar uma correção de tal natureza, a questão interacional da língua é desconsiderada. (MENEGASSI, 2013, p. 117).

O segundo tipo de intervenção é a correção indicativa na qual

o professor apenas detecta os erros, cuja resolução fica a cargo dos alunos. Os critérios focalizados vão do nível fonológico até questões mais globais, como organização de parágrafos. Como nesta correção apenas se indica o erro, sem qualquer comentário sobre sua natureza, a segunda versão resultante da atividade de reescrita pode ou não conter modificações e, quando contiver, pode ser uma modificação bem-sucedida ou não: o aluno pode não saber revisar corretamente o texto (não encontrar a solução adequada) ou, principalmente, não compreender a correção do professor quanto ao tipo de erro que está sendo indicado. (LEITE e PEREIRA, 2013, p. 43).

Na correção indicativa, há o problema, por exemplo, da ambiguidade na interpretação do aluno, pois, como afirma Menegassi (2013, p. 114), “a indicação, por si só, não deixa claro para o aluno o que deve ser revisto, podendo acarretar no descaso com o apontamento.”. Na primeira intervenção realizada pelos alunos, não houve incidência de correções apenas indicativas. Como apresentaremos mais adiante, esse tipo se mesclou a outros.

A correção classificatória refere-se a intervenções sinalizadas com o uso de símbolos ou códigos que podem classificar problemas existentes no

texto. Assim como a correção indicativa, esta pode acontecer no corpo e nas margens do texto (LEITE e PEREIRA, 2013). Aqui também pode acontecer que o aluno ignore o pedido do professor, uma vez que algum símbolo usado não seja de seu conhecimento. Essa classificação de correção não foi encontrada nas intervenções dos alunos-mestre.

Por fim, a correção textual-interativa acontece por meio de comentários no texto, seja à sua margem, no pós-texto ou através de “bilhetes”. O uso desse recurso, segundo Ruiz (1998), pode ser justificado pela “*busca de maior competência comunicativa por parte do professor*”. (p. 165; grifos da autora).

A esse tipo de correção há a crítica de que, muitas vezes, os comentários feitos podem ser “vagos e genéricos”, não contendo especificidades do gênero que está sendo trabalhado (BUIN, 2006, *apud* LEITE e PEREIRA, 2013). Para Menegassi (2013), a correção textual-interativa tem a vantagem de possibilitar a aproximação entre escritor e revisor, entre aluno e professor, pois, ao usar esse “recurso interativo, o professor pode elogiar aquilo que o aluno fez de melhor e incentivá-lo ao crescimento textual; levando-o a refletir sobre seu texto por meio de um diálogo escrito” (p. 115). No movimento dialógico que acontece no momento da reescrita de um texto, acredita-se que é deixada de lado a relação da escrita (por parte do aluno) e da correção (por parte do professor) com a atribuição de nota, prática também enraizada ao ambiente escolar.

Foram encontradas no nosso *corpus*, intervenções que mesclavam dois tipos de correção, o que, como será apresentado mais adiante, foi o que prevaleceu. O exemplo abaixo mostra uma intervenção onde aparecem as correções textual-interativa e resolutiva:

Encaminhamentos para a Reescrita na Educação Básica

Adair Vieira Gonçalves, Selma Maria Abdalla Dias Barbosa, Aliny Sousa Mendes Margarida

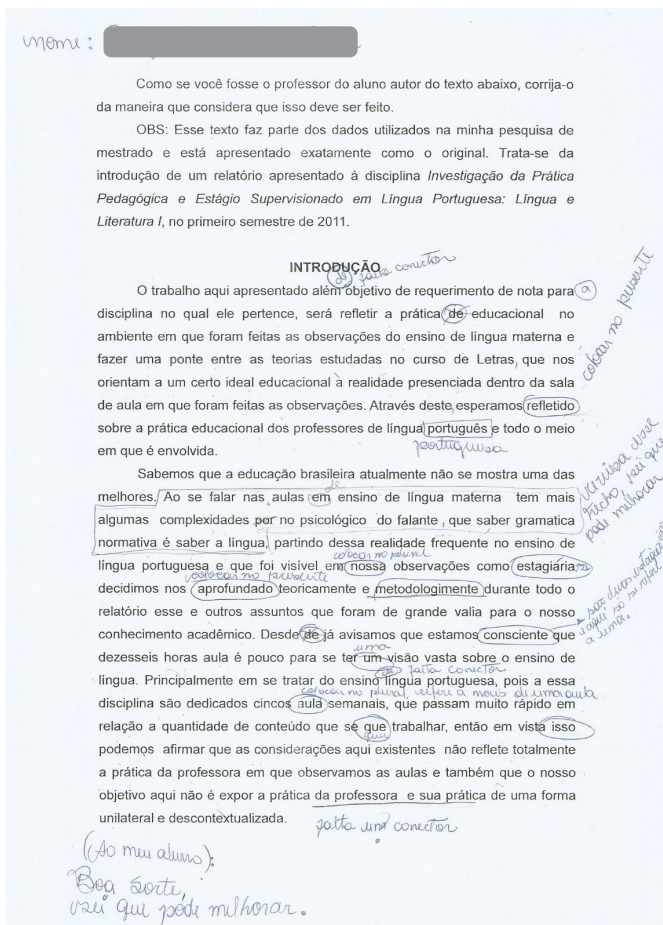


Figura 2: Mesclagem entre as correções textual-interativa e resolutiva

Fonte: Dados da pesquisadora

Ao utilizar círculos para destacar os desvios linguísticos e, ao mesmo tempo, colocar a forma correta que poderá substituí-los, fica evidente o uso da correção resolutiva. Além disso, aparecem alguns comentários tanto nas bordas do texto, referentes a desvios linguísticos e a aspectos relacionados à organização das ideias, quanto no pós-texto, quando é feito um comentário

referente à expectativa do professor em formação. Apesar dos problemas já referidos acerca da utilização da correção resolutive, ao realizar o último comentário, o professor em formação faz o papel mencionado por Menegassi (2013): o de se aproximar do aluno atribuindo-lhe a certeza de que, com alguns ajustes, o texto pode melhorar.

Encontramos, ainda, a mesclagem entre as correções indicativa e resolutive, o que pode ser considerado como um hibridismo de correções, como se observa na figura abaixo:

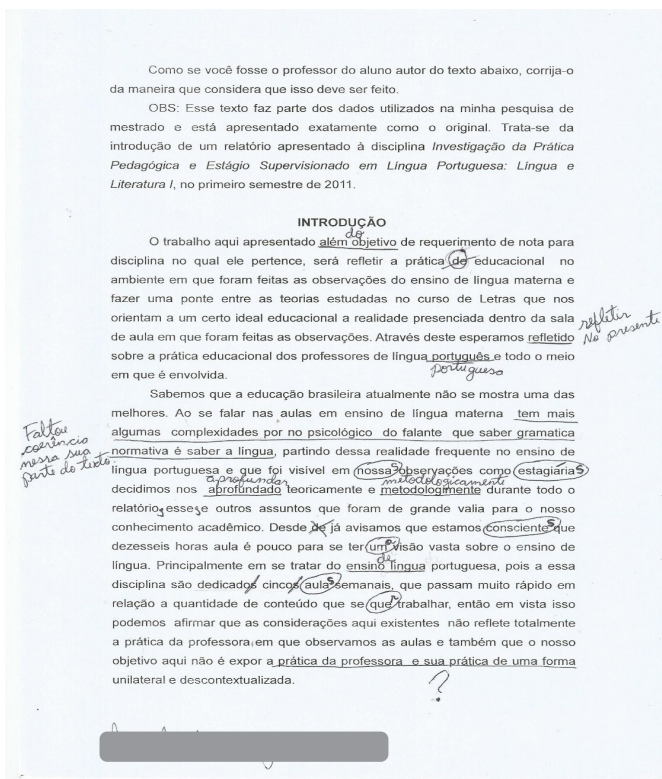


Figura 3: Mesclagem entre as correções indicativa e resolutive

Fonte: Dados da pesquisadora

Aqui, em alguns casos, o professor em formação dá a resposta ao erro do aluno, em outros, apenas sinaliza que algo precisa ser mudado.

Diagnóstico final

Para o diagnóstico final, foi entregue o mesmo texto da primeira aula para que os alunos-mestre corrigissem novamente, agora imbuídos de conhecimentos a respeito da prática da reescrita e as formas pelas quais ela pode acontecer. Foram exibidas, em sala de aula, as considerações acerca das duas intervenções realizadas pelos professores em formação para que os mesmos pudessem visualizar uma comparação do seu desempenho entre as duas versões. Ressaltamos que, para as análises quantitativa e comparativa, verificamos apenas os textos de alunos-mestre que realizaram as duas intervenções, portanto, 16 textos.

A partir das comparações feitas entre as duas intervenções de cada texto, notamos que, em alguns, houve pouca ou nenhuma mudança no que se refere à forma de corrigir. Vejamos as figuras abaixo que serão apresentadas em dupla mostrando, do lado esquerdo, a primeira correção e, do lado direito, a segunda:

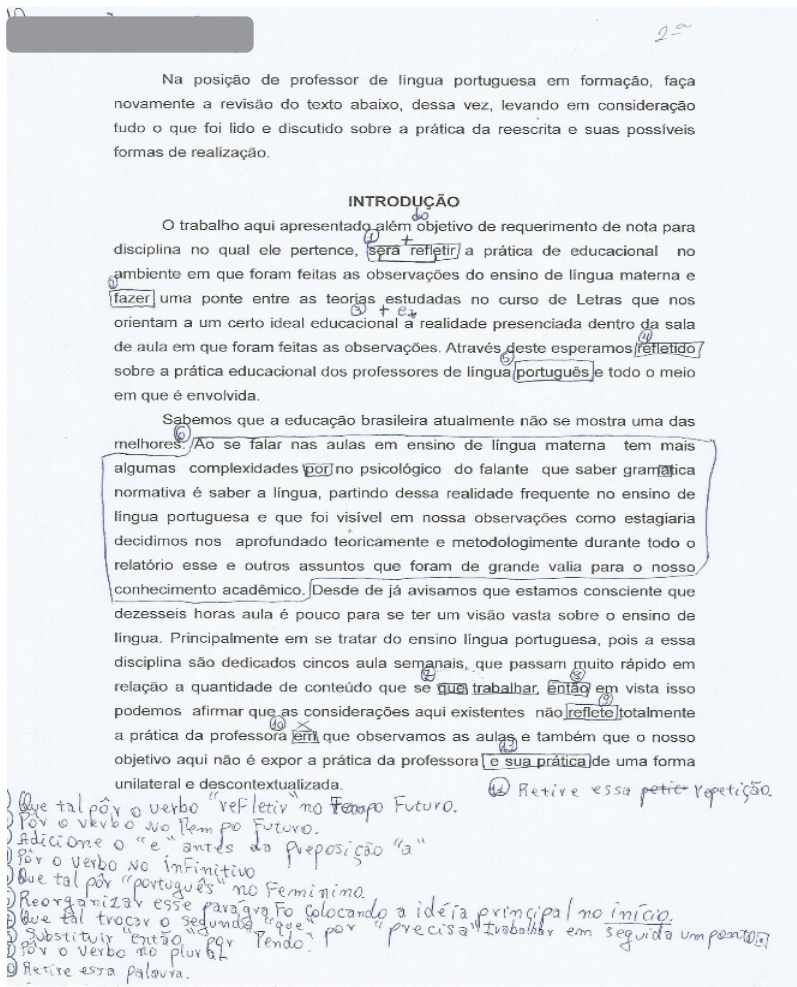


Figura 4: Intervenções com poucas mudanças

Fonte: Dados da pesquisadora

Na figura acima, podemos observar a diferença no aspecto visual da correção. A primeira pode ser classificada como correção resolutiva, uma vez que o professor em formação destacou os erros do aluno e escreveu, perto do erro, o acerto. Já a segunda apresenta modificações

na forma de intervir no texto: há uma classificação numérica nos desvios encontrados, porém, os comentários presentes na legenda, logo abaixo do texto, se referem aos mesmos aspectos da correção resolutive encontrada na primeira intervenção, ou seja, a aspectos ligados à Gramática Tradicional como conjugação verbal, concordância e pontuação, além da repetição de palavras.

Algo importante a ser destacado nas intervenções do exemplo acima, é que, quando aparecem comentários na legenda da classificação numérica na segunda correção, o aluno-mestre pode ter tido a intenção de se aproximar do aluno escritor utilizando perguntas que o deixariam livre para escolher realizar ou não a correção. Esse ponto positivo que a intervenção em um texto visando à reescrita apresenta, foi bastante mencionado nas discussões a respeito da prática da reescrita. Um exemplo da tentativa de apropriação disso pelo aluno-mestre é a pergunta “*Que tal trocar o segundo ‘que’ por ‘precisa’ em seguida um ponto.*”. Porém, há momentos em que o professor em formação faz uso de perguntas para tratar de partes do texto onde não há escolha: contêm algum desvio linguístico e precisa ser reformulado. Por exemplo: “*Que tal pôr o verbo ‘refletir’ no tempo futuro*”. Acreditamos ser possível que tal questão não tenha sido bem desenvolvida nos momentos de discussão.

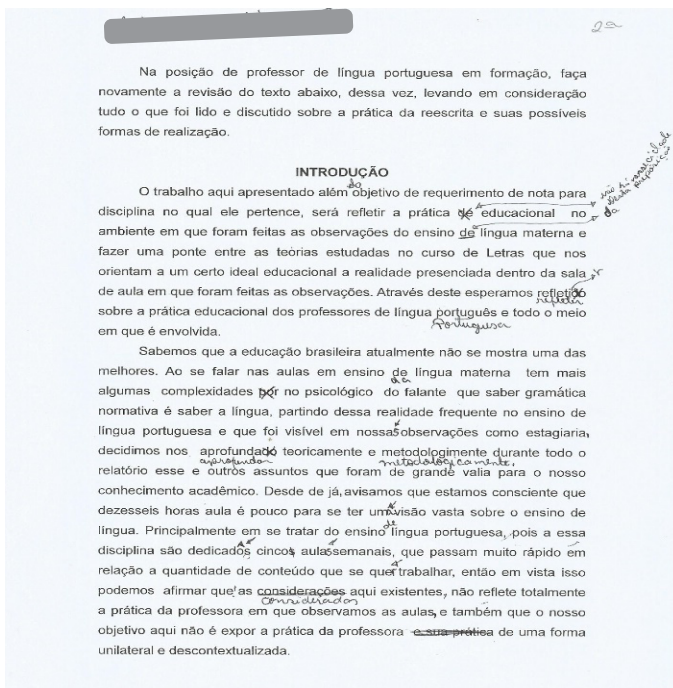


Figura 5: Intervenções sem mudanças

Fonte: Dados da pesquisadora

Na figura 5, temos um exemplo em que não aconteceram mudanças. Foram indicadas correções resolutivas para exatamente os mesmos erros. A única diferença é que, na primeira correção, o professor formador faz um comentário referente a uma repetição no final do texto; na segunda, o comentário refere-se a uma preposição que não há necessidade de aparecer no início do texto.

No exemplo a seguir, o professor em formação, na primeira intervenção, não utilizou o texto do aluno para fazer as indicações de correção, mas utilizou uma folha à parte, sem fazer nenhuma marcação no texto inicial. Esse é o único exemplo em que aparece uma intervenção que pode ser caracterizada exclusivamente como textual-interativa.

Vejamos os textos que, devido à sua configuração, se apresentam um abaixo do outro:

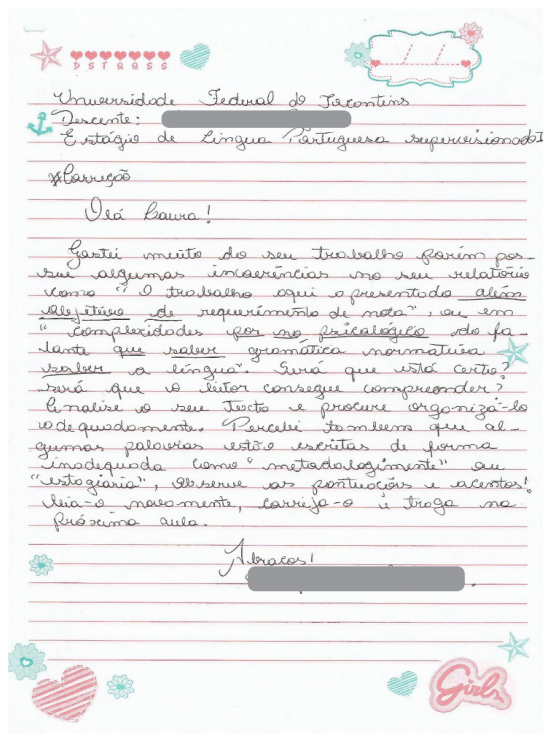


Figura 6: Intervenções com mudanças positivas

Fonte: Dados da pesquisadora

Para realizar a intervenção, o professor em formação não utilizou o texto do aluno. Dessa forma, o método utilizado foi o do *bilhete orientador* que, segundo Nascimento (2013),

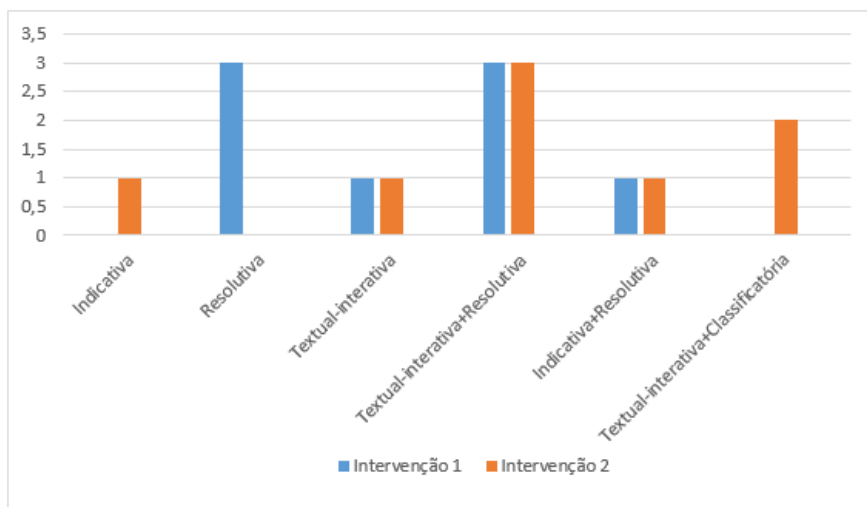
pode inaugurar um espaço de interlocução entre professor e aluno, e, através dessa interação, possibilitar novas formas de encarar o fazer textos na escola. Uma nova forma que deixa de lado um pouco a tarefa e

a nota, tão arraigadas às práticas escolares, já que o aluno passa a ter um leitor interessado no seu texto, e não apenas alguém à procura de erros (...). (p. 78-79).

Ainda segundo a autora, tal estratégia permite mais interação entre aluno e professor do que outras formas de intervir em um texto. Pelo bilhete, o professor pode abordar questões que vão além dos aspectos superficiais do texto e alcançam, no caso ora analisado, a recepção pelo leitor, por exemplo, (*Será que o leitor consegue compreender?*)

A segunda intervenção, utilizando as margens e o pós-texto, aparece de forma organizada e sinalizada através de números, o que pode caracterizá-la como uma correção classificatória mesclada com a correção textual-interativa em forma de bilhetes que, ainda que com outra configuração, permaneceu. Os comentários referem-se a questões de desvios linguísticos e a questões mais específicas relacionadas, por exemplo, à compreensão do leitor. Além disso, em momento algum é feita a correção resolutive. Mesmo quando se referem aos desvios linguísticos, os comentários apenas sinalizam aspectos que precisam ser revistos de forma mais geral, o que compete ao aluno a responsabilidade de procurar, em seu texto, o que precisa ser melhorado em relação ao que foi destacado. Por outro lado, a falta de especificidade pode causar ambiguidade na interpretação do aluno.

Com o intuito de reforçar a diferença entre a primeira e a segunda correções realizadas pelos professores em formação inicial, apresentamos um gráfico para a comparação quantitativa dos dados obtidos:

Gráfico 1: Comparação entre os tipos de correções nas intervenções realizadas pelos alunos-mestre

Fonte: elaborado pelos autores

Como pode ser observado no gráfico 1, na primeira intervenção dos professores em formação inicial, não foram encontradas intervenções com correção *classificatória*, tampouco intervenções que pudessem ser classificadas somente como *indicativa*. Esse dado pode demonstrar que, em parte, os alunos-mestre já haviam se apropriado do pouco conhecimento teórico sobre reescrita que adquiriram com as leituras dos textos disponibilizados.

Já na segunda intervenção, há a correção *indicativa*. De acordo com as anotações da pesquisadora, a primeira intervenção desse texto apareceu em forma de correção *resolutiva*, o que demonstra reflexão sobre a intervenção realizada por parte do aluno-mestre, pois, apesar dos problemas que a correção *indicativa* apresenta, ela pode dar mais voz ao aluno do que simplesmente resolver os problemas do texto. Na segunda intervenção, surgiu também a mesclagem entre a *textual-interativa* e a *classificatória* (*textual-interativa+classificatória*) que não apareceu na primeira. Ela refere-se ao

exemplo apresentado na Figura 1. O uso da classificação pelos números na segunda intervenção demonstra a tentativa do aluno-mestre em organizar os comentários ao mesmo tempo em que situa as partes do texto que está enfatizando. Essa tentativa pode significar a preocupação do professor em formação inicial com a compreensão de sua intervenção por parte do aluno.

Outro ponto a se destacar é que, na segunda intervenção, não houve incidência de correção *resolutiva*, o que pode demonstrar a apropriação, por parte dos professores em formação inicial, da importância do dialogismo no momento da correção de um texto.

Considerações

O presente estudo teve como objetivo realizar encaminhamentos para a reescrita na educação básica a partir de intervenções feitas nas aulas de *Estágio Supervisionado: Língua Portuguesa e Literaturas I*, em uma turma do curso de licenciatura em Letras/Português da Universidade Federal do Tocantins.

As intervenções aconteceram na seguinte ordem: primeira correção de um texto pelos alunos-mestre; leitura e discussão de textos teóricos a respeito da prática da reescrita; segunda correção do texto e comparação das correções realizadas pelos professores em formação inicial. Nesse movimento, pudemos perceber a apropriação, ainda que tímida, pelos alunos-mestre do que vem a ser a tarefa da correção no processo de produção textual que visa a reescrita.

Além disso, a pedido da professora formadora, durante o semestre letivo, os textos produzidos pelos alunos-mestre (resenhas e relatório de estágio), também passaram por correção e encaminhamentos para reescrita realizados pela pesquisadora, o que possibilitou contato prático com o que estava sendo discutido.

Com esse trabalho, tentamos apresentar aos professores em formação inicial uma prática que pode contribuir de maneira significativa para o letramento do aluno da educação básica uma vez que a reescrita mediada

pelo professor pode proporcionar um olhar mais crítico sobre o texto. Houve também a tentativa de demonstrar, na prática, como tal ferramenta pode ser proveitosa ao processo de aprendizagem da escrita e, conseqüentemente, ao letramento do professor em formação inicial.

Para dar continuidade à pesquisa, no próximo estágio da turma, ocasião em que alunos-mestre ministrarão aulas na escola-campo, os acompanharemos desde o planejamento das aulas, nas quais deverá ser inserida a prática da reescrita quando da produção textual, até a prática pedagógica na escola. Este momento será útil para compreendermos como os professores em formação apreenderam o que foi trabalhado referente a revisão e reescrita de textos. A análise será feita, portanto, nas versões dos textos dos alunos da escola-campo que tiveram os alunos-mestre como mediadores de suas produções.

Referências

- ANTUNES, I. *Aula de Português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BORK-GÖDKKE, A. V. B. *Produção Escrita de Gêneros Profissionais em Língua Inglesa: vozes entrelaçadas no processo de escrita e reescrita textual*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016. 509f.
- BOURDIEU, P. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 4. ed. Vozes: Petrópolis, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *PCN + Ensino Médio - Orientações Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*. Brasília, 2002.

_____. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*. Brasília: MEC, 2006.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental - língua portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um Interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Anna Raquel Machado, Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 2003.

_____. Interacionismo Sócio-discursivo: uma entrevista com Jean Paul Bronckart. In: *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*. vol. 4, n. 6, março de 2006. Tradução de Cassiano Ricardo Haag e Gabriel de Ávila Othero.

CELANI, M. A. A. (1992) 'Afinal, o que é Lingüística Aplicada?'. In: PASCHOAL, M. S. Z. de e M. A. A. CELANI (orgs.) (1992) *Lingüística Aplicada: da aplicação da Lingüística à Lingüística Transdisciplinar*. São Paulo: Educ. 15-23.

CHIAPINOTTO, D. O Interacionismo Sociodiscursivo em Texto Didático de Leitura e Produção de Textos para a Educação Superior a Distância. In: *Anais do Congresso Internacional de Filosofia e Educação*, 2010. p. 1-15.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEWLY, B. Sequências Didáticas para o Oral e a Escrita: apresentação de um procedimento. In: *Gêneros Oraís e Escritos na Escola*. Tradução e Organização Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. pp. 81-108.

_____.; SCHNEWLY, B. Gêneros e Progressão em Expressão Oral e Escrita – elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In: 35-60.

FIAD, R. S. A Escrita na Universidade. *Revista da ABRALIN*. v. Eletrônico, n. Especial. 2011. p. 357-369

- GASPAROTTO, D. M.; MENEGASSI, J. R. A mediação do professor na revisão e reescrita de textos de aluno de Ensino Médio. In: *Revista Calidoscópico*. v. 11, n. 1, jan/abr 2013, p. 29-43.
- GONÇALVES, A. V. As Listas de Controle/Constatações como Ferramentas para a Reescrita de Gêneros. In: GONÇALVES, A. V.; BAZARIM, M.; GONÇALVES, A. V. (orgs.) *Interação, gêneros e letramento: a (re)escrita em foco*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2013. p. 21-36.
- KLEIMAN, A. B. Os Estudos de Letramento e a Formação do Professor de Língua Materna. In: *Linguagem em (Dis)curso*. v. 8, n. 3, p. 487-517, set./dez. 2008.
- _____. Professores e Agentes de Letramento: identidade e posicionamento social. In: *Filologia e Linguística Portuguesa*. 2007a. p. 409-424
- _____. Letramento na Contemporaneidade/Literacy in the contemporary scene. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, v. 9, n. 2, p. 72-91, 2014.
- LEITE, E. G.; PEREIRA, R. C. M. Implicações da correção do professor na reescrita do aluno: desenvolvendo as capacidades de linguagem. In: GONÇALVES, A. V.; BAZARIM, M.; GONÇALVES, A. V. (orgs.) *Interação, gêneros e letramento: a (re)escrita em foco*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2013. p. 37-64.
- MENEGASSI, R. J. A revisão de textos na formação inicial. In: GONÇALVES, A. V.; BAZARIM, M. *Interação, gêneros e letramento: a reescrita em foco*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2013. p. 105-131.
- MOITA LOPES, L. P. da. Linguística Aplicada e Vida Contemporânea – problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. da. (org). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 85-106.
- MORIN, E. *Introdução ao Pensamento Complexo*. 5. ed. Stória Editores: Lisboa, 2008.

- NASCIMENTO, C. E. Os bilhetes orientadores da reescrita e a aprendizagem do gênero relatório de experiência. In: GONÇALVES, A. V.; BAZARIM, M. *Interação, gêneros e letramento: a reescrita em foco*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2013. p. 65-81.
- RUIZ, E. M. S. D. *Como se corrige redação na escola*. 1998. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: 1998.
- SILVA, W. R.; SANTOS, J. S. dos; FARAH, B. de F. Sustentabilidade e Letramento do Professor em Formação Inicial: demandas para atividades de ensino e de pesquisa. In: GONÇALVES, A.V; BUIN, E.; CONCEIÇÃO, R. I. S. (Orgs.). *Ensino de Língua para a Contemporaneidade: escrita, leitura e formação docente*. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 85-112.
- SOBRAL, Adail. *Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.
- STREET, B. V.; STREET, J. A Escolarização do Letramento. In: STREET, B. *Letramentos Sociais – abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. p. 121-144
- TERRA. M. R. Letramento & letramentos: uma perspectiva sócio-cultural dos usos da escrita. In: DELTA. V. 29, n. 1, 2013. p. 29-58.
- TFOUNI, L. V. *Letramento e Alfabetização*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. p. 121-144.
- _____; MONTE-SERRAT, D. M. Letramento: isso se aprende na escola? In: *Caminhos em Linguística Aplicada*. v. 9, n. 2, 2013. p. 169-187.
- ZAVALA, V. La Literacidad o lo que la Gente *Hace* com La Lectura y La Escritura. In: CASSANY, D. (Org.). *Para ser Letrados – voces y miradas sobre La lectura*. Barcelona: PaidósEducador, 2009. p. 23-36.

ANEXOS

Anexo I

TEXTO DISPONIBILIZADO PARA CORREÇÃO NAS ETAPAS I E III

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado além objetivo de requerimento de nota para disciplina no qual ele pertence, será refletir a prática de educacional no ambiente em que foram feitas as observações do ensino de língua materna e fazer uma ponte entre as teorias estudadas no curso de Letras que nos orientam a um certo ideal educacional a realidade presenciada dentro da sala de aula em que foram feitas as observações. Através deste esperamos refletido sobre a prática educacional dos professores de língua português e todo o meio em que é envolvida.

Sabemos que a educação brasileira atualmente não se mostra uma das melhores. Ao se falar nas aulas em ensino de língua materna tem mais algumas complexidades por no psicológico do falante que saber gramática normativa é saber a língua, partindo dessa realidade frequente no ensino de língua portuguesa e que foi visível em nossa observações como estagiaria decidimos nos aprofundado teoricamente e metodologicamente durante todo o relatório esse e outros assuntos que foram de grande valia para o nosso conhecimento acadêmico. Desde de já avisamos que estamos consciente que dezesseis horas aula é pouco para se ter um visão vasta sobre o ensino de língua. Principalmente em se tratar do ensino língua portuguesa, pois a essa disciplina são dedicados cinco aulas semanais, que passam muito rápido em relação a quantidade de conteúdo que se que trabalhar, então em vista isso podemos afirmar que as considerações aqui existentes não reflete totalmente a prática da professora em que observamos as aulas e também que o nosso objetivo aqui não é expor a prática da professora e sua prática de uma forma unilateral e descontextualizada.

A variação diatópica em dicionários escolares monolíngues de língua portuguesa de tipo 4: um estudo preliminar dos critérios adotados

Diatopic variation in monolingual school dictionaries of Portuguese language type 4: a preliminary study of adopted criteria

Sheila de Carvalho Pereira Gonçalves*
Khézia Cristina de Souza**

RESUMO

Este artigo insere-se no âmbito da Lexicografia e da Sociolinguística. Temos por objetivo refletir sobre o tratamento dado à variação diatópica em dicionários escolares monolíngues de língua Portuguesa de tipo 4 por meio de uma análise comparada dos critérios lexicográficos adotados pelos autores dessas obras. Nosso *corpus* consta dos seguintes dicionários de tipo 4: *dicionário da língua Portuguesa* Evanildo Bechara (2011); *dicionário Unesp do Português contemporâneo* (2011); *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) e o *dicionário Houaiss conciso* (2011). Os resultados demonstram uma grande heterogeneidade e falta de rigor lexicográfico no tratamento desse fenômeno.

PALAVRAS-CHAVE: Lexicografia, Sociolinguística, dicionário escolar, variação diatópica.

Recebido em 8 de julho de 2020.

Aceito em 3 de dezembro de 2020.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2022n63.473>

* Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão, sheilacpgoncalves@outlook.com.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-4796-0346>

** Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, kheziacristina@gmail.com

ABSTRACT

This article is inserted in the scope of Lexicography and Sociolinguistic. Our objective is to reflect on the treatment given to the diatopic variation in monolingual dictionaries of the Portuguese language of type 4 thru a compared analysis of the lexicographic criteria adopted by this works' authors. Our *corpus* has the following type 4 dictionaries: Dicionário da Língua Portuguesa Evanildo Bechara (2011); Dicionário Unesp do Português Contemporâneo (2011); Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (2011) e o Dicionário Houaiss Conciso (2011). The results show a large heterogeneity and lack of lexicography accuracy when treating this phenomenon.

KEYWORDS: Lexicography, Sociolinguistic, school dictionary, diatopic variation.

Para início de conversa

Biderman (1984, p. 1) reconhece que “a antiguidade não produziu obras lexicográficas no sentido que hoje damos a esse termo”. Para a autora (BIDERMAN, 1984, p. 2), a verdadeira Lexicografia só teve início nos tempos modernos. A Lexicografia monolíngue surgiu e se desenvolveu no século XVII e foi sendo, aos poucos, aperfeiçoada ao que conhecemos hoje.

Antigamente, os trabalhos de teor vagamente lexicográficos eram os glossários produzidos pela escola grega e dos latinos que, na verdade, eram feitos por filólogos ou gramáticos que estavam “preocupados com a compreensão de textos literários anteriores, ou com a correção de ‘erros’ linguísticos” (BIDERMAN, 1984, p. 1).

A definição de dicionário, mesmo nos dias de hoje, é muito questionada. Segundo Coroa (2011, p.62), “o dicionário seria um acervo de nomes para ‘coisas’ do mundo” e, ainda segundo o autor, essa obra lexicográfica é “mais do que uma forma de nomear e classificar as coisas do mundo: é um apoio para a construção de nossa rede de conhecimentos linguísticos.” (COROA, 2011, p. 62).

Porto Dapena (2002) discute o conceito de dicionário e suas características. Para ele, essa obra possui uma “finalidade pedagógico-prática”¹, sendo caracterizada por uma obra que:

de fato, responde a necessidades específicas, a saber: resolver, em primeiro lugar, as dúvidas que acerca das palavras concretas podem ser apresentadas ao usuário da língua e, em segundo lugar, fazer com que essa resolução seja a mais rápida, eficaz e precisa possível (PORTO DAPENA, 2002, p. 35, tradução nossa).²

Atualmente, no Brasil, os dicionários fazem parte do material didático distribuído nas escolas por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do Ministério da Educação (MEC). Além da avaliação e distribuição das obras, importantes publicações surgiram sobre esse tema, que contribuíram para dar mais notoriedade aos dicionários escolares no cenário brasileiro como ferramenta no contexto escolar.

No ano de 2012, um edital propôs a divisão dos dicionários que compõem o acervo escolar em 4 tipos, sendo cada um deles desenvolvido obedecendo a critérios específicos e direcionados para um determinado público-alvo, conforme a seguinte divisão:

Quadro 1: Distribuição dos acervos propostos pelo PNLD-MEC 2012

Tipos de dicionários	Etapa de ensino	Caracterização
Dicionários de tipo 1	1º ano do ensino Fundamental	<ul style="list-style-type: none">• Mínimo de 500 e máximo de 1.000 verbetes;• Proposta lexicográfica adequada às demandas do processo de alfabetização inicial.

1 “finalidad pedagógico-práctica” (PORTO DAPENA, 2002, p. 35).

2 El diccionario, efectivamente, responde a unas necesidades concretas, a saber: resolver, en primer lugar, las dudas que acerca de las palabras concretas puedan presentársele al usuario de la lengua, y, en segundo término, tratar de que esa resolución sea lo más rápida, eficaz y precisa posible (PORTO DAPENA, 2002, p. 35).

Dicionários de tipo 2	2º ao 5º ano do ensino Fundamental	<ul style="list-style-type: none"> Mínimo de 3.000 e máximo de 15.000 verbetes; Proposta lexicográfica adequada a alunos em fase de consolidação do domínio tanto da escrita quanto da organização e da linguagem típicas do gênero dicionário.
Dicionários de tipo 3	6º ao 9º ano do ensino Fundamental	<ul style="list-style-type: none"> Mínimo de 19.000 e máximo de 35.000 verbetes; Proposta lexicográfica orientada pelas características de um dicionário padrão de uso escolar, porém adequada a alunos dos últimos anos do ensino Fundamental.
Dicionários de tipo 4	1º ao 3º ano do ensino Médio	<ul style="list-style-type: none"> Mínimo de 40.000 e máximo de 100.000 verbetes; Proposta lexicográfica própria de dicionário padrão de uso escolar, porém adequada às demandas escolares do ensino Médio, inclusive o profissionalizante.

Fonte: Com direito à palavra: dicionários em sala de aula (BRASIL, 2012, p. 19)

A partir do exposto, selecionamos para compor o *corpus* deste trabalho os dicionários de tipo 4, ou seja, obras destinadas a alunos que cursam do 1º ao 3º anos do ensino Médio, inclusive o Profissionalizante, e que possuem um número mínimo de 40.000 e máximo de 100.000 mil verbetes e proposta lexicográfica própria de um dicionário padrão de uso escolar.

Nosso *corpus* consta dos seguintes dicionários de tipo 4: *dicionário da língua Portuguesa* Evanildo Bechara (2011); *dicionário Unesp do Português contemporâneo* (2011); *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) e o *dicionário Houaiss conciso* (2011).

Dessa forma, este artigo insere-se no âmbito da Lexicografia, entendida aqui como aquela que elabora dicionários de língua ou especiais (BARROS, 2004, p. 133) e da Sociolinguística, por propormos reflexões acerca da variação diatópica nos dicionários escolares. Faz-se necessário esclarecer que variação diatópica se refere à variação geográfica, como está descrito no conceito adotado por Alkmin (2012, p. 36): “a variação geográfica (ou diatópica) e a variação social (ou diastrática)”.

Temos por objetivo refletir sobre o tratamento dado à variação diatópica em dicionários escolares monolíngues de língua Portuguesa de tipo 4 por meio de uma análise comparada dos critérios lexicográficos adotados pelos autores dessas obras.

Desta forma, organizamos, assim, o presente artigo, que se divide em quatro partes, além desta introdução: na primeira parte, discutiremos sobre os aspectos relacionados às *marcas de uso e à variação diatópica* em dicionários escolares. Na segunda, apresentaremos os critérios de seleção adotados pelos autores para o registro da variação diatópica em dicionários escolares monolíngues de língua Portuguesa de tipo 4; para, na terceira, apresentarmos nossas análises, seguidas das conclusões e referências bibliográficas.

1. Marcas de uso e variação diatópica: viés teórico

Microestrutura será entendida aqui como “a organização dos dados contidos no verbete, ou melhor, o programa de informações sobre a entrada disposto no verbete” (BARROS, 2004, p. 156) e é na composição da microestrutura de um dicionário que encontramos as denominadas marcas de uso.

Sobre as marcas de uso, Welker (2004) afirma que lidar com elas não é tarefa fácil. Além disso, sabemos que elas exercem uma função fundamental no dicionário, uma vez que são elas que restringem os usos que não seguem a norma padrão, dando a marcação de particularidades no âmbito social, geográfico, acadêmico, entre outros.

Garriga Escribano (2003) confirma essa afirmação. Para ele “as marcas são utilizadas para assinalar as restrições de uso de uma palavra. Sua presença nos dicionários é fundamental (GARRIGA ESCRIBANO, 2003, p.115)”³, enquanto Porto Dapena (2002, p. 250) cita que elas podem utilizar

3 “Las marcas se utilizan para señalar las restricciones de uso de una palabra. Su presencia en los diccionarios es fundamental” (GARRIGA ESCRIBANO, 2003, p. 115).

certos recursos gráficos, como, por exemplo, um tipo ou tamanho de letra em especial para marcar ou destacar uma palavra ou acepção diante das outras.

Já Fajardo (1996-1997, p. 32), afirma que elas cumprem uma função fundamental: “caracterizar um elemento léxico assinalando suas restrições e condições de uso e tem sua expressão no emprego de diferentes tipos de marcas.⁴ Ademais, as marcas de uso, não apenas cumprem um papel importante dentro de uma obra lexicográfica, elas também possuem várias divisões que, em muitos casos, abarcam grandes discussões dentro da Lexicografia.

Welker (2004), por exemplo, mostra a divisão das marcas sugerida por Hausmann (1989):

diacrônicas (por exemplo, antiquado, envelhecido, neologismo), diatópicas (aplicadas a acepções restritas a certas regiões ou países), diaintegrativas (usadas para assinalar estrangeirismos), diamediais (diferenciam entre as linguagens oral e escrita), diastráticas (por exemplo, chulo, familiar, coloquial, elevado), diatextuais (assinalam que o lexema – ou acepção – é restrito a determinado gênero textual; por exemplo, poético, literário, jornalístico), diatécnicas (informam que a acepção pertence a uma linguagem técnica, a um tecnoleto), diafrequentadas (em geral: raro, muito raro), diaevaluativas (mostram que o falante, ao usar o lexema, revela certa atitude; por exemplo, pejorativo, eufemismo), dianormativas (indicam que o uso de certa acepção – ou lexema – é errado pelas normas da língua padrão) (WELKER, 2004, p.131, grifos do autor).

Visão diferente toma Garriga Escribano (2003, p. 116) sobre essa separação. Para o referido autor, as marcas são divididas em: diacrônicas, diatópicas, diafásicas, diastráticas, diatécnicas e marcas de transição semântica.

Já Porto Dapena (2002, p. 251) se posiciona da seguinte forma:

4 “caracterizar a un elemento léxico seña lando sus restricciones y condiciones de uso y tiene su expresión en el empleo de distintos tipos de marcas” (FAJARDO, 1996-1997, p. 32).

E assim se fala, por exemplo, de marcas diacrônicas, diatópicas, técnicas, diafásicas, conotativas, etc. Mas uma classificação, a nosso modo de ver, mais abrangente seria baseada em critérios gramaticais, semânticos, diassistemáticos, de frequência e conotativos ou pragmáticos, o que daria, logicamente, lugar a outros tantos tipos de marcas.⁵

Especialmente sobre marcas que trabalham com a variação linguística em dicionários escolares, Pontes (2009) divide as marcas sociolinguísticas em:

em geral, as marcas definem-se sociolinguisticamente como (fam.) para familiar, (pop.) para popular, (lit.) para literária, (reg.) para regionalismo, (ch.) para chulo, (fig.) para figurado, entre outros. E, ainda, podem dizer respeito aos empregos especializados das palavras dentro das áreas técnico-científicas, registradas como med. (medicina), biol. (biologia), soc. (sociologia), gram. (gramática) (PONTES, 2009, p. 156).

Acerca da posição das marcas de uso ao longo do verbete, Welker (2004, p. 117) afirma que se houver apenas uma acepção, as marcas aparecem normalmente na cabeça do verbete. Caso existam várias acepções, uma ou mais marcas podem referir-se a todas elas, sendo assim, também, deverão aparecer na cabeça do verbete, mas, as marcas que pertencem a uma determinada acepção, devem aparecer no início da acepção que se trata.

De acordo com Pontes (2009, p. 154), elas “podem ocorrer abreviadas, posicionadas precedendo a definição, com a finalidade [...] de auxiliar o consulente, sobretudo na produção de seus textos e na aprendizagem de línguas estrangeiras”

5 “Y así se habla, por ejemplo, de marcas diacrónicas, diatópicas, técnicas, diafásicas, connotativas, etc. Pero una clasificación, a nuestro modo de ver, más abarcadora sería la basada a la vez en criterios gramaticales, semánticos, diassistemáticos, de frecuencia y connotativos o pragmáticos, los cuales darían, lógicamente, lugar a otros tantos tipos de marcas” (PORTO DAPENA, 2002, p. 251).

Justamente por essa abreviação, Garriga Escribano (2003, p. 115) comenta que a disposição tradicional do registro das marcas de uso são feitas por meio de abreviaturas, porém, de acordo com o autor, “alguns dicionários recentes deixaram de utilizar abreviaturas para algumas dessas marcas, pois muitas vezes as abreviaturas não eram interpretadas corretamente e a informação se perdia”⁶

Por outro lado, podemos afirmar que essas marcas são expressões naturais de uma língua, que sofre variação por diversos fatores, dentre eles sociais, culturais. Marcos Bagno, na apresentação do livro “Sociolinguística: uma introdução crítica” aborda que Calvet insistiu na necessidade de se construir uma ciência da linguagem em que o “social” fosse o objeto de estudo (BAGNO, 2002, p. 7).

Labov, por sua vez, cita que, por muito tempo, resistiu ao termo “sociolinguística”, pois subentende-se que haja uma teoria/prática linguística que não seja social (LABOV, 2008, p. 14).

Uma conferência sobre a Sociolinguística foi realizada em Los Angeles de 11 a 13 de maio de 1964 e a relação entre linguagem e sociedade passou a ter mais ênfase nos estudos linguísticos. Para Alkmim (2012, p. 32) a origem da Sociolinguística é interdisciplinar e buscava “articular a linguagem com aspectos de ordem social e cultural”. Nessa época, a autora (ALKMIM, 2012, p. 33) cita que:

Surgem, assim, pesquisas voltadas para as minorias linguísticas (imigrantes, porto-riquenhos, poloneses, italianos etc.), e para a questão do insucesso escolar de crianças oriundas de grupos sociais desfavorecidos (negros e imigrantes, particularmente).

De acordo com Alkmim (2012), a Sociolinguística tem como ponto de partida a comunidade linguística e seu objeto é “o estudo da língua falada,

6 “algunos diccionarios recientes han dejado de utilizar abreviaturas para algunas de estas marcas, pues a menudo las abreviaturas no eran interpretadas correctamente y la información se perdia” (GARRIGA ESCRIBANO, 2003, p. 116).

observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso” (ALKMIN, 2012, p. 31). William Labov (2008) comenta que a vida social deve ser levada em conta durante o entendimento de uma mudança linguística. Para o autor:

não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. [...] as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo (LABOV, 2008, p. 21).

Para Faraco (2008, p. 31) não existe língua de um lado e variedade linguística de outro: a língua é o próprio conjunto dessas variedades. Portanto, ao estudar uma comunidade linguística, constatamos a existência de variações linguísticas, como mostra Alkmim (2012, p. 35):

Qualquer língua, falada por qualquer comunidade, exhibe sempre variações. Pode-se afirmar mesmo que nenhuma língua se apresenta como uma entidade homogênea. Isso significa dizer que qualquer língua é representada por um conjunto de variedades. [...] Língua e variação são inseparáveis: a Sociolinguística encara a diversidade linguística não como um problema, mas como uma qualidade constitutiva do fenômeno linguístico.

É certo que todas as línguas carregam uma cultura de um povo e mudanças acontecem com o tempo. Em qualquer comunidade linguística é evidente a presença da variação. As variações são objeto da Sociolinguística e estão relacionadas a fatores como origem geográfica, idade, sexo, entre outros. De acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p. 175) a variação linguística é vista como um recurso para: “(a) ampliar a eficácia de sua comunicação e (b) marcar sua identidade social”.

No âmbito deste trabalho, adotaremos o conceito de Alkmim sobre a variação, que está dividido em dois princípios básicos: “a variação geográfica

(ou diatópica) e a variação social (ou diastrática)” (ALKMIN, 2012, p. 36). As especificações dessas variações podem ser descritas como:

A variação geográfica ou diatópica está relacionada às diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico, observáveis entre falantes de origens geográficas distintas. [...] A variação social ou diastrática, por sua vez, relaciona-se a um conjunto de fatores que têm a ver com a identidade dos falantes e também com a organização sociocultural da comunidade da fala. Nesse sentido, podemos apontar os seguintes fatores relacionados às variações de natureza social: a) classe social; b) idade; c) sexo; d) situação ou contexto social. (ALKMIN, 2012, p. 36-37)

Nesse contexto, a variação diatópica se faz presente ao percebermos diferenças no léxico de uma região para outra. Por outro lado, a variação diastrática faz com que o falante mude sua fala de acordo com a situação e contexto que está inserido. Assim, ele fará uso da variedade linguística de acordo com sua região de origem, idade, sexo, escolaridade, classe social e outros aspectos.

Nos dicionários escolares, como afirmamos anteriormente, as variações linguísticas estão representadas pelas marcas de uso, que são especificadas na microestrutura dessas obras. Diante disso, é comum observarmos marcas de uso para variedades não padrão da língua Portuguesa, para particularidades da língua, como por exemplo, o meio social, regional e profissional, dentre outras. Passemos a seguir, aos critérios adotados pelos lexicógrafos e/ou dicionaristas no registro dessas marcas.

2. Critérios de seleção da variação diatópica em dicionários escolares de tipo 4

Nesta parte, apresentaremos os critérios de seleção do registro da variação diatópica em dicionários escolares de tipo 4. Iniciemos, a exposição desses critérios pelo *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua*

Portuguesa (2011) que expõe, logo na capa a quantidade de verbetes, 75.756 e locuções, 18.645 que possui. O organizador, Paulo Geiger também informa que a obra foi desenvolvida especialmente para alunos do 1º ao 3º anos do ensino Médio.

Na folha de rosto, o autor apresenta informações para professores e estudantes, como, por exemplo, o objetivo da obra, que é “contribuir para ampliar seus conhecimentos sobre a língua Portuguesa e trazer informações úteis sobre outras áreas de estudo” (GEIGER, 2011). Ainda na folha de rosto, finaliza declarando que o dicionário é “um valioso instrumento de apoio para a aprendizagem e descoberta de significados para a leitura” (GEIGER, 2011).

Após a folha de rosto, em que o autor exibe a ficha bibliográfica, o autor apresenta o prefácio e os textos intitulados “Proposta lexicográfica e princípios organizacionais”, “Ergonomia e acessibilidade: configurações estruturais e gráficas” e “Informações gramaticais, semânticas e enciclopédicas”.

É na seção “Como usar este dicionário” que o autor registra o que podemos encontrar ao longo da obra e, mais especificamente, no item 11. Indicação de contexto, os critérios que serão utilizados pelos autores ao longo da obra para o registro da variação diatópica:

A boa percepção do uso de um vocábulo em determinada acepção está, muitas vezes, ligada à identificação do contexto em que esse uso se verifica. Este dicionário abunda na localização desses contextos, divididos em três grandes grupos, em sua ordem hierárquica: 11a) regionalismo: indica quando a acepção é restrita a ou mais frequente determinada área geográfica (especialmente estados e regiões do Brasil, ou o Brasil, ou Portugal, ou outro país lusófono); 11b) nível de uso da língua: indica em que contexto (familiar, social, cronológico etc.) a acepção tem curso, como, por exemplo, se é assim usada no âmbito da família (Fam.), se é pouco usada (P.us.), se é de uso popular (Pop.), se é de uso pouco recomendável por ser chula (Tabu.) etc.; 11c) rubrica: indica em que área disciplinar, profissional, científica etc. o vocábulo tem tal acepção, como a astronomia, a física, a medicina, as artes plásticas etc. Todas essas indicações podem constar dentro de uma acepção, quando restritas a ela, ou no início do verbebo, quando se

referem a todas as acepções. São grafadas em abreviaturas, em itálico, com inicial maiúscula e seguidas de ponto. A lista das respectivas abreviaturas constam nas listas de rubricas e de usos e regionalismos, no fim deste texto de Como usar. (GEIGER, 2011, p. XI, grifos do autor).

Abaixo desses critérios, o dicionário apresenta o verbete “macaco” a fim de exemplificar como essas informações estão dispostas ao longo da obra. Podemos observar, na acepção de número 7, que a marcação “11a” diz respeito a variação da região “N.E.”, que consta no quadro de Regionalismos da obra para a região Nordeste.

Figura 1: verbete macaco

macaco (ma.ca.co) *sm.* **1 Zool.** Denominação comum aos primatas, com exceção do homem; **SÍMIO 2 Fig.** Quem macaqueia, quem imita ou arremeda, como alguns macacos (1) **3 Fig.** Indivíduo muito feio; grotesco, disforme **4 Náut.** Dispositivo us. para esticar e graduar a tensão de cabos e correntes fixos **5 N.E.** Alcunha do policial das antigas milícias estaduais; MATA-CACHORRO **6 Mec.** Aparelho hidráulico, de parafuso ou cremalheira, acionável por meio de alavanca, pedal ou manivela, para levantar e sustentar provisoriamente objeto pesado (p.ex. automóvel, para trocar pneu) **7 N.E.** Ajudante de vaqueiro **8 N.E.** Paralelepípedo de granito para calçamento de ruas e estradas. **a. 9 Bras. Pej. Pop.** Diz-se do que ou quem é feio, desproporcional, simiesco **10 Bras. Pop.** Diz-se do que ou quem aborrece, entedia, é enfadonho **11 Bras. Pop.** Diz-se de quem ou o que é astuto, manhoso [F.: De or. duvidosa, prov. do banto *makako*.] + **Cada ~ no seu galho (provérbio) Pop.** Cada um na sua atribuição, no seu lugar, sem se meter no que não lhe diz respeito ou para o que não tem competência **Dar no ~ BA Tabu.** Masturbar-se (o homem) **Ir pentear ~ Bras.** Deixar de importunar, ir importunar em outro lugar ~ **velho 1 Bras.** Indivíduo experiente, que não se deixa enganar **2 Indivíduo esperô, ladino, astuto, matreiro, que sabe enganar os outros ~ velho não mete a mão em cumbuca (provérbio) Bras. Pop.** Quem é experiente não se deixa atrair por cilada, não é imprudente **Mandar pentear ~s Bras.** Mandar embora (para livrar-se de) alguém que está incomodando, inoportundando; mandar às favas (ver no verbete *fava*)

Fonte: Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa
(GEIGER, 2011, p. X)

Além disso, a obra expõe, na página XIII, uma lista para Abreviações usadas no dicionário. Nessa lista, mais precisamente no tópico Regionalismos, são apresentados os estados e regiões que a obra contempla:

Figura 2: Abreviações/Regionalismos

<i>AC</i>	Acre	<i>Espn.</i>	Espanholismo	<i>PI</i>	Piauí
<i>Açor.</i>	Açorianismo	<i>Gal.</i>	Galicismo	<i>PR</i>	Paraná
<i>Afr.</i>	Africanismo	<i>GO</i>	Goiás	<i>RJ</i>	Rio de Janeiro
<i>AL</i>	Alagoas	<i>Gui.</i>	Guineensismo	<i>RN</i>	Rio Grande do Norte
<i>AM</i>	Amazonas	<i>Lus.</i>	Lusitanismo	<i>RO</i>	Rondônia
<i>Amaz</i>	Amazônia	<i>MA</i>	Maranhão	<i>RR</i>	Roraima
<i>Angl.</i>	Anglicismo	<i>MG</i>	Minas Gerais	<i>RS</i>	Rio Grande do Sul
<i>Angol.</i>	Angolanismo	<i>Moç.</i>	Moçambiquismo	<i>S.</i>	Sul
<i>AP</i>	Amapá	<i>MS</i>	Mato Grosso do Sul	<i>SC</i>	Santa Catarina
<i>BA</i>	Bahia	<i>MT</i>	Mato Grosso	<i>SE</i>	Sergipe
<i>Bras.</i>	brasileirismo	<i>N.</i>	Norte	<i>S.E.</i>	Sudeste
<i>CE</i>	Ceará	<i>N.E.</i>	Nordeste	<i>S.O.</i>	Sudoeste
<i>C.O.</i>	Centro-Oeste	<i>N.O.</i>	Noroeste	<i>SP</i>	São Paulo
<i>Cver.</i>	Cabo-verdianismo	<i>O.</i>	Oeste	<i>ST e P</i>	São Tomé e Príncipe
<i>DF</i>	Distrito Federal	<i>PA</i>	Pará	<i>TO</i>	Tocantins
<i>E.</i>	Leste	<i>PB</i>	Paraíba		
<i>ES</i>	Espírito Santo	<i>PE</i>	Pernambuco		

Fonte: Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa (GEIGER, 2011, p. XIV)

Também pesquisamos nas páginas iniciais do *dicionário Houaiss conciso* (2011) como o autor trata a variação diatópica. A obra também apresenta na capa a quantidade de verbetes que possui, 41.243, e vem seguida de vários textos: “Sumário, Agradecimento, Chave de uso, Como é este dicionário, Quadros de transliteração, Abreviações, rubricas e sinais, História, domínio e variedade da Língua Portuguesa, dentre outros.”

Mas é no texto “Como é este dicionário” que o autor apresenta os critérios lexicográficos da obra. Mais especificamente no item 5.8 que o autor trata essa questão “5.8 Se determinada palavra, locução ou acepção é de emprego exclusivo no Brasil (dialetismo vocabular ou semântico) ou é uma variante brasileira de uma palavra da língua, esse dado é informado ao leitor por meio de um B:” (HOUAISS; VILLAR, 2011, XIII). Para exemplificar o texto acima, o seguinte exemplo foi apresentado pelo dicionário.

Figura 3: verbete “agito”

a.gi.to s.m. B infrm. **1** estado de agitação, de excitação **2** aglomeração ruidosa

Fonte: dicionário Houaiss conciso (HOUAISS; VILLAR, 2011, p. XIII)

Conforme o item 5.8, o *dicionário Houaiss conciso* (2011) informa que tratará a variação exclusiva do Brasil por meio de um “B”. No verbete acima, o “B” indica que “agito” é de uso do Brasil e “infrm”, conforme a lista de abreviaturas da obra, indica que é linguagem informal. Buscamos a lista de abreviações da obra.

No texto “Abreviações, rubricas e sinais”, o autor apresenta todas as abreviaturas utilizadas ao longo do dicionário, sem fazer separação sobre o que diz respeito aos regionalismos, rubrica, etimologia e outros termos. A lista de abreviações da obra consta de cinco páginas e inclui desde as classes gramaticais, as regiões do Brasil, bem como os diferentes domínios de especialidade.

O *dicionário UNESP do Português contemporâneo* (2011) possui um texto introdutório que se estende da página VII a X e contém informações sobre o critério das entradas, os homônimos, a pronúncia, entre outros. É nesse texto que o autor cita os critérios sobre variantes fonéticas e gráficas, variantes de baixa frequência, chulismos e vulgarismos. Especialmente sobre a variação diatópica, mais precisamente, esse texto informa: “Também se registraram os

regionalismos que se conseguiu identificar e os estrangeirismos” (BORBA, 2011, p. VIII).

Logo após a Introdução, o dicionário traz o texto Organização dos verbetes, que é encontrado na página XI. É nessa seção que o autor apresenta alguns verbetes, exemplificando como serão registrados alguns critérios. Nesse caso, retiramos o exemplo de variação “apinhoscar-se”, em que o autor explica tratar-se de um regionalismo do Rio Grande do Sul (Reg: RS):

Figura 4:

APINHOSCAR-SE a.pi.nhos.car.se Vt (C.de lugar) (Reg: RS) juntar-se, reunir-se: os tropeiros apinhoscaram-se no galpão.

Fonte: dicionário UNESP do Português contemporâneo (BORBA, 2011, p. XI)

Apesar de apresentar uma lista para símbolos e abreviaturas, não encontramos nenhuma informação relativa à variação diatópica no *dicionário UNESP do Português contemporâneo*.

O *dicionário da língua Portuguesa Evanildo Bechara* (2011), possui 51.210 entradas, contando com verbetes e locuções. Após a capa inicial, traz, como nas obras anteriores, o mesmo guia para professores e estudantes, o objetivo do dicionário e informações sobre o manuseio.

No texto intitulado “Guia de uso”, o autor traz o verbete “toada” para exemplificar como as marcas de usos são encontradas ao longo do verbete. Nesse caso, as marcas são “área do conhecimento”, “nível de linguagem” e “regionalismo”:

Figura 5: verbete “toada”

toada (to.a.da) **sf.** **1.** Mús. Cantiga de melodia simples, de fácil memorização. **2. Fig.** Ruído ou rumor indistinto, vago. **3.** AM PA Música cantada na festa do boi ♦ [Substv do fem. de toado.]

Fonte: dicionário da língua Portuguesa Evanildo Bechara (BECHARA, 2011, p. 10)

É na acepção de número 3 que aparecem as marcas de “AM” e “PA”, referindo-se aos estados de Amazonas e Pará, conforme a lista de abreviaturas da obra que será apresentada posteriormente.

No texto “Especificações de contexto”, o autor apresenta os critérios lexicográficos que embasam a obra. Os critérios sobre a variação diatópica são apresentados no tópico de “contextos de uso”, em que o autor esclarece como tratará os regionalismos, o nível de linguagem e a área do conhecimento:

O esclarecimento de contextos de uso se dá em três áreas: 1) Regionalismo (Amaz, N.E., S., etc.) – indica a maior frequência de uso de uma acepção em determinada área geográfica. 2) Nível de linguagem (Pop., Pej., Joc., etc.) – indica a conotação ou circunstância em que a acepção é usada. 3) Área do conhecimento – as rubricas (Med., Fís., Ecol., etc.) especificam o assunto ou a área técnica em que a palavra possui aquela definição. Quando as especificações se aplicam a todas as acepções do verbete, vêm antes do número da primeira delas. As abreviações a que correspondem cada uma dessas especificações estão listadas mais adiante. (BECHARA, 2011, p. 12, grifos do autor)

Logo ao lado desse critério, o autor apresenta o mesmo verbeo [toada] para esclarecer como os contextos de uso são apresentados ao longo do dicionário:

Figura 6: Verbeo “toada”

toada (to.a.da) **sf.** **1.** Mús. Cantiga de melodia simples, de fácil memorização. **2. Fig.** Ruído ou rumor indistinto, vago. **3.** AM PA Música cantada na festa do boi ♦[Substv do fem. de toado.]

Fonte: dicionário da língua Portuguesa Evanildo Bechara (BECHARA, 2011, p. 12)

Fomos pesquisar a lista de abreviaturas do *dicionário da língua Portuguesa Evanildo Bechara* (2011) a fim de verificar quais estados e regiões são contemplados pela obra. É na lista intitulada Regionalismos

que encontramos as abreviações. Apresentaremos abaixo o quadro de regionalismos da obra para, em seguida, apresentarmos nossa análise comparada desses critérios lexicográficos para tratar a variação diatópica nos dicionários que compõem o nosso *corpus*.

Figura 7: Quadro de Regionalismos

<i>AC</i>	Acre	<i>Gal.</i>	galicismo	<i>PI</i>	Piauí
<i>Afric.</i>	africanismo	<i>GO</i>	Goiás	<i>PR</i>	Paraná
<i>AL</i>	Alagoas			<i>RJ</i>	Rio de Janeiro
<i>AM</i>	Amazonas	<i>Lus.</i>	lusitanismo	<i>RN</i>	Rio Grande do Norte
<i>Amaz.</i>	Amazônia			<i>RO</i>	Rondônia
<i>AP</i>	Amapá	<i>MA</i>	Maranhão	<i>RR</i>	Roraima
		<i>MG</i>	Minas Gerais	<i>RS</i>	Rio Grande do Sul
<i>BA</i>	Bahia	<i>MS</i>	Mato Grosso do Sul		
<i>Bras.</i>	brasileirismo	<i>MT</i>	Mato Grosso	<i>S</i>	Sul
				<i>SC</i>	Santa Catarina
<i>CE</i>	Ceará	<i>N.</i>	Norte	<i>SE</i>	Serdipe
<i>C.O.</i>	Centro-Oeste	<i>N.E.</i>	Nordeste	<i>S.E.</i>	Sudeste
				<i>SP</i>	São Paulo
<i>DF</i>	Distrito Federal	<i>PA</i>	Pará	<i>TO</i>	Tocantins
		<i>PB</i>	Paraíba		
<i>ES</i>	Espírito Santo	<i>PE</i>	Pernambuco		

Fonte: dicionário da língua Portuguesa Evanildo Bechara (BECHARA, 2011, p. 15)

3. Análise comparada dos critérios lexicográficos no registro da variação diatópica em dicionários escolares monolíngues de língua Portuguesa de tipo 4

Esta seção aborda uma análise comparada dos critérios lexicográficos das obras que foram descritas nos subtópicos anteriores. Inicialmente, volvemos nosso olhar para a dificuldade de definir o que é

regionalismo/brasileirismo. Além disso, nem sempre é fácil registrar um brasileiro. Para nós, como mostramos em nossas discussões teóricas, fica evidente que chamaremos de “brasileirismo” quando se tratar de um vocábulo que se oponha ao português de Portugal e chamaremos de “regionalismo” o que se trata de um vocábulo característico de uma região ou estado brasileiro.

É preciso registrar que, sobre o tratamento dado a variação diatópica, o autor do *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) afirma, na parte em que trata as variações, intitulada Indicação de contexto, que: “este dicionário abunda na localização desses contextos, divididos em três grandes grupos, em sua ordem hierárquica” (GEIGER, 2011, p. XI). Inicialmente, ele não deixa claro de que forma ele “abunda” na localização desses contextos, mas, o que nos levanta um questionamento nessa parte é a “ordem hierárquica” que o autor afirma tratar

Nessa “ordem hierárquica”, o *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) inclui os regionalismos, o nível de uso da língua e a rubrica. Chamou-nos à atenção o uso da palavra “hierárquica”, que nos deu a entender (e poderia dar ao consulente) que há, nessa divisão, uma ordem estabelecida a partir de determinada subordinação. Fomos procurar como o dicionário entende o vocábulo “hierarquia”:

Figura 8: verbete “hierarquia”

hierarquia (hi.e.rar.qui.a) *sf.* **1** Ordem, graduação existente numa corporação qualquer, estabelecendo relações de subordinação entre os seus membros e diferentes graus de poderes e responsabilidades (hierarquia militar/eclesiástica) *sf.* **2** Qualquer classificação baseada nas relações de subordinação entre os membros de um grupo **3 Fig.** Classificação em ordem crescente ou decrescente, segundo a importância de pessoas ou coisas (hierarquia social; hierarquia de valores); ESCALA [F.: Do lat. tard. *hierarchia, ae.*] + ~ **militar** *Mil.* Estrutura de ordenação dos níveis de autoridade e comando nas forças armadas [Para a hierarquia militar brasileira, ver quadro na *achega* enciclopédica. □] Ordenação da autoridade, em diferentes níveis, dentro da estrutura das forças armadas. No Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica brasileiros existem hoje, respectivamente, os seguintes postos e graduações, aqui citados em ordem decrescente: marechal, almirante, marechal do ar (preenchidos apenas em épocas excepcionais); general de exército, almirante de esquadra, tenente-brigadeiro; general de divisão, vice-almirante, major-brigadeiro; general de brigada, contra-almirante, brigadeiro do ar; coronel, capitão de mar e guerra, coronel-aviador; tenente-coronel, capitão de fragata, tenente-coronel aviador; major, capitão de corveta, major-aviador; capitão, capitão-tenente, capitão-aviador; primeiro-tenente (nas três armas); segundo-tenente (nas três armas); aspirante a oficial, guarda-marinha, aspirante a oficial-aviador; subtenente, suboficial; primeiro-sargento (nas três armas); segundo-sargento (nas três armas); terceiro-sargento (nas três armas); cabo (nas três armas); soldado, marinheiro, soldado. No Exército do Brasil colonial e imperial, a hierarquia militar era a seguinte: marechal de exército; tenente-general; marechal de campo; brigadeiro, mestre de campo ou coronel; tenente-coronel; sargento-mor ou major; ajudante ou capitão; tenente; alferes; primeiro-cadete; segundo-cadete; primeiro-sargento; segundo-sargento; furriel; cabo de esquadra; anspeçada; soldado; e na Marinha de Guerra: almirante; vice-almirante; chefe de esquadra; chefe de divisão; capitão de mar e guerra; capitão de fragata; capitão-tenente; tenente do mar ou primeiro-tenente; segundo-tenente; guarda-marinha; aspirante; primeiro-sargento; segundo-sargento; quartel-mestre; cabo; marinheiro. Em Portugal, atualmente, existem, no Exército e na Aeronáutica, os postos seguintes: marechal, general, brigadeiro, coronel, tenente-coronel, major, capitão, tenente e alferes; e na Marinha de Guerra: almirante, vice-almirante, contra-almirante, comodoro, capitão de mar e guerra, capitão de fragata, capitão-tenente, primeiro-tenente, segundo-tenente, subtenente e guarda-marinha (equivalentes).

Fonte: Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa (GEIGER, 2011, p. 744)

O verbete “hierarquia” nas acepções 1, 2 e 3 dá a entender que existe uma classificação de acordo com a importância dos fatores, conforme as definições apresentadas: “ordem, graduação existente numa corporação qualquer”, “qualquer classificação baseada nas relações de subordinação entre os membros de um grupo” e “classificação em ordem crescente ou decrescente, segundo a importância de pessoas ou coisas”. Se o aluno/consulente tiver dúvida e procurar o significado, o verbete pode levá-lo a entender que existe uma classificação entre os critérios.

Além disso, acerca dos critérios sobre a variação diatópica expostos pelo *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011), o dicionário traz “regionalismo: indica quando a acepção é restrita a ou mais frequente determinada área geográfica”. Conforme vimos anteriormente na lista de regionalismos da obra, o *Novíssimo Aulete Dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) apresenta marca diatópica para brasileirismo, mas, na parte em que cita os critérios, não mostra isso para o consulente, portanto, ao longo do critério, o dicionário não deixa claro para o aluno que vai tratar de regionalismo e brasileirismo. Regionalismos, para o autor, é uma acepção que pode ser utilizada em estados, regiões e países.

No critério acima, o autor coloca como regionalismo uma marca que é utilizada em uma determinada área geográfica, mas, como mostra o quadro de regionalismos da obra, ele aborda todo o Brasil, ou seja, brasileirismo e outros países. Nosso questionamento é em relação a saber se o autor vai denominar todas as marcas de regionalismo e se, para ele, brasileirismo possui o mesmo significado de regionalismo.

No quadro de abreviaturas do *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011), percebemos que esse dicionário trata de marcas nacionais, estados e regiões, mas, questionamos a presença de marcas como “açorianismo, africanismo, anglicismo, angolanismo, cabo-verdianismo, espanholismo, galicismo, guineensismo, lusitanismo, moçambiquismo e São Tomé e Príncipe” em um quadro intitulado de regionalismos, pois o autor não informa para o aluno do que se tratam

essas marcas de uso. Além disso, elas não deveriam constar na obra, pois é importante citarmos o primeiro critério de exclusão dos dicionários avaliados no PNLD/2012, que consta no Anexo 3 deste trabalho:

os dicionários devem privilegiar o português contemporâneo do Brasil [...]. Portanto, obras voltadas predominantemente para o léxico de outra variedade da língua portuguesa, ou mesmo escritas em outra variedade, serão excluídas do PNLD Dicionários 2012 (BRASIL, 2012, p. 93, grifos do autor).

Percebemos, então, que essas marcas não deveriam constar nesse tipo de obra, pois, de acordo com os critérios de exclusão, devem ser privilegiados apenas o português contemporâneo do Brasil. Contudo, os critérios para a variação diatópica do *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) se tornam vagos e há uma importância do autor explicar, nas páginas iniciais do dicionário, quais marcas irá tratar e o que cada uma delas corresponde

O *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) aborda todos os estados brasileiros e o Distrito Federal. Aborda, também, as cinco regiões do Brasil e traz, ainda, regiões como Leste, Noroeste, Oeste e Sudoeste. Como não encontramos a marca de brasileirismo nos critérios lexicográficos, fomos procurar ao longo do dicionário e encontramos o verbete “trem” para exemplificar que a obra não cita no critério, mas aborda o brasileirismo:

Figura 09: verbete “trem”

trem *sm.* **1** Meio de transporte formado por vários vagões rebocados por uma locomotiva; COMBOIO **2** Conjunto de objetos transportados por um viajante; BAGAGEM **3** O conjunto de móveis de uma casa; MOBÍLIA; MOBILIÁRIO **4** *Bras.* O conjunto de utensílios de cozinha **5** Grupo de pessoas que acompanha outra(s) em viagens; COMITIVA; SÉQUITO **6** Conjunto de roupas de alguém; TRAJE; VESTUÁRIO **7** Veículo de quatro rodas, puxado por cavalos, us. para transportar pessoas; CARRUAGEM **8** Ritmo, velocidade, andamento: *o trem de uma competição.* **9** *MG GO TO Pop.* Qualquer objeto; COISA; TRECO **10** *MG GO TO Pop.* Indisposição física **11** *MG S Pej. Pop.* Pessoa ou coisa inútil [Pl.: *trens.*] **a2g2n.** **12** *MG S Pej. Pop.* Diz-se de pessoa ou coisa sem valor ou utilidade [F.: Do ing. *train.*]

Fonte: Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa
(GEIGER, 2011, p. 1360)

Como podemos observar no verbete acima, há, logo após o número da acepção, a marca diatópica antes da definição. Neste caso, as marcas aparecem nas acepções 4, 9, 10, 11 e 12. Na acepção 4, a marca presente é “Bras.” que, conforme a lista de regionalismos da obra, pertence a “brasileirismo” e tem como definição “conjunto dos utensílios de cozinha”. Na acepção 9, as marcas de regionalismo “MG”, “GO”, “TO”, indicam que o sentido de “qualquer objeto; coisa; treco” são marcas dos estados de Minas Gerais, Goiás e Tocantins. Esses três estados [“MG”, “GO” e “TO”] se repetem na acepção 10, em que a obra registra como “indisposição física”. Já na acepção 11, as marcas de “MG” e “S” indicam que a definição de “pessoa ou coisa inútil” pertence ao estado de Minas Gerais e a Região Sul do Brasil. As mesmas marcas estão, também, na acepção 12, que informa que “pessoa ou coisa sem valor ou utilidade” são usados em Minas Gerais e na Região Sul do país.

Já o *dicionário Houaiss conciso* (2011) informa, apenas “se determinada palavra, locução ou acepção é de emprego exclusivo no Brasil” ou se é uma “variante brasileira de uma palavra da língua” e traz esses casos por meio de um “B”. Nesse caso, o dicionário afirma que tratará de brasileirismos e não afirma que tratará de regionalismos, mas, como pudemos

observar na lista de abreviaturas, há sim o registro dos estados e algumas regiões, bem como “AC” para Acre, “B S.” para sul do Brasil, entre vários outros que foram especificados nas figuras de 10 a 15 do tópico 3.2.2.

Ainda no critério 5.8, não há informações sobre o tratamento dado às regiões e estados brasileiros, diferente do *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) que cita regionalismos e não cita brasileirismos. Outro aspecto que diverge nesse dicionário é a lista de abreviaturas, pois o *dicionário Houaiss conciso* (2011) não apresenta uma lista exclusiva para as marcas diatópicas. Conforme pudemos verificar, o dicionário não faz a separação de categorias como classe gramatical, transitividade verbal, regionalismos, entre outros, dentro da lista de abreviaturas. O *dicionário Houaiss conciso* (2011) apresenta uma lista de cinco páginas para as abreviaturas, mas, como nosso trabalho está voltado para as marcas diatópicas, buscamos separá-las em uma lista:

Quadro 2: Lista de abreviaturas das variantes diatópicas

<i>AC</i>	Acre	<i>B S.</i>	sul do Brasil	<i>PA</i>	Pará
<i>afr.</i>	Africanismo	<i>B S.E.</i>	sudeste do Brasil	<i>PB</i>	Paraíba
<i>AL</i>	Alagoas	<i>B S.O.</i>	sudoeste do Brasil	<i>PE</i>	Pernambuco
<i>AM</i>	Amazonas	<i>CE</i>	Ceará	<i>PI</i>	Piauí
<i>AMAZ</i>	Amazônia	<i>ES</i>	Espírito Santo	<i>RJ</i>	Rio de Janeiro (estado)
<i>AP</i>	Amapá	<i>FN</i>	Fernando de Noronha	<i>RN</i>	Rio Grande do Norte
<i>B</i>	Brasil, Brasileirismo	<i>GO</i>	Goiás	<i>RO</i>	Rondônia
<i>BA</i>	Bahia	<i>hsp.-am.</i>	hispanico- americano (- ismo)	<i>RR</i>	Roraima

B C.- O.	centro-oeste do Brasil	MA	Maranhão	RS	Rio Grande do Sul
B E.	leste do Brasil	MG	Minas Gerais	SC	Santa Catarina
B N.	norte do Brasil	MS	Mato Grosso do Sul	SE	Sergipe
B N.E.	nordeste do Brasil	MT	Mato Grosso	SP	São Paulo (estado)
B N.O.	noroeste do Brasil	n.-am.	norte- americano (- ismo)	TO	Tocantins

Fonte: Houaiss; Villar (2011, p. XX-XXV)

Novamente, questionamos a inclusão de marcas como “africanismo, hispânicoamericanismo e norte-americanismo”, pois, de acordo com os critérios de exclusão do PNL Dicionários 2012, devem privilegiar apenas o português contemporâneo do Brasil.

Diferente do *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011), o *dicionário Houaiss conciso* (2011) só cita “B” para brasileirismo e não cita todos os estados, pois Paraná não é citado na lista, não citando, também, o Distrito Federal. Outro aspecto que o difere do *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) é a inclusão de Fernando de Noronha.

Como a obra só deixa claro que tratará de brasileirismo na parte dos critérios sobre a variação diatópica, selecionamos aleatoriamente o verbete “abadá” para exemplificar que os regionalismos constam no dicionário, portanto, deveriam constar no critério lexicográfico:

Figura 10: verbete “abadá”

a.ba.dá s.m. **1.** fantasia, ger. bata ou camiseta, vendida pelos blocos carnavalescos baianos aos seus integrantes **2** RJ vestimenta com que se joga capoeira [ETIM: segundo Cacciatore, do ior. agbada “vestido largo para homens, atingindo o tornozelo”]

Fonte: dicionário Houaiss conciso (HOUAISS; VILLAR, 2011, p. 1)

Na acepção 2 podemos perceber a abreviação “RJ”, indicando que é uma variação pertencente ao estado do Rio de Janeiro, ou seja, um regionalismo que significa “vestimenta com que se joga capoeira”

Já o *dicionário Unesp do Português contemporâneo* (2011) não apresenta critérios claros e precisos sobre a variação diatópica, apenas relata que “registra os regionalismos que se conseguiu identificar”. Consideramos que seja uma informação que poderia gerar dificuldade ao aluno, pois, além de não detalhar o critério, a obra apresenta uma lista de abreviações, mas, nessa lista, não consta nada que seja referente aos regionalismos, nem mesmo o “brasileirismo”.

No critério lexicográfico, o autor apresenta um exemplo de “RS”, dando a entender que é referente ao estado do Rio Grande do Sul, mas não há uma lista para consulta desta abreviação. Julgamos, então, que sendo um dicionário de tipo 4, ou seja, desenvolvido para alunos do 1º ao 3º ano do ensino Fundamental, inclusive o Profissionalizante, esta obra apresenta um critério vago e poderia não solucionar as dúvidas do aluno/consulente, já que o conteúdo de variação diatópica costuma ser trabalhado nessa etapa de ensino e é cobrado pelo PNLD Dicionários 2012, como afirmamos anteriormente em nosso Capítulo 2.

Buscamos aleatoriamente um verbete com marca diatópica e encontramos em “boa”, que está transcrito a seguir:

Figura 11: verbete “boa”

BOA bo-a **Adj 1** feminino de bom **Sf 2** (*Coloq*) mulher de corpo bem feito e sensual: *Quem era aquela boa que estava com o Zeca no bar ontem?* **3** (*Reg: RJ – POP*) cachaça **4** (*Coloq*) situação difícil; encrenca: *Puxa, Nélio, você me salvou de uma boa. Escapei de boa.* [PI] **5** observação de caráter crítico ou de censura: *Quando eu encontrar Donato, ele vai ouvir umas boas.* **Interj 6** exclamação de aplauso ou aprovação; *Quando disse que poderiam sair com o carro, os dois gritaram: – Boa!* ► **às boas** voltar a um tratamento cordial: *Lauro voltou às boas comigo.* **numa b.** sem preocupação, tranquilamente: *Devemos discutir problemas de sexo numa boa com nossos filhos.* **essa é/foi (muito) b.** usada para expressar espanto ou admiração: *Ah! ah! Folgou o lombo e atirou a carga às costas dos outros... Essa é (muito) boa!*

Fonte: dicionário Unesp do Português contemporâneo (BORBA, 2011, p. 187)

No caso desse verbete, percebemos o regionalismo “RJ” na acepção 3, que demarca que é um termo variante do Rio de Janeiro no sentido de “cachaça”. Acreditamos que, no *dicionário Unesp do Português contemporâneo* (2011), o caso dos regionalismos poderia ser mais explorado. Além disso, a falta de uma lista de abreviaturas para regionalismos na obra dificulta a consulta por parte do aluno ao tentar compreender melhor uma determinada variante.

Já o *dicionário da língua Portuguesa* Evanildo Bechara (2011) informa que “indica a maior frequência de uso de uma acepção em determinada área geográfica” e, além disso, apresenta uma lista de abreviaturas específicas para os regionalismos, assemelhando-se ao *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) nesse aspecto.

Ao longo do critério acima, o dicionário não deixa claro se tratará de brasileirismos e regionalismos, no entanto, a lista de abreviaturas da obra apresenta todos os estados brasileiros e o Distrito Federal. Questionamos, assim como no *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) e no *dicionário Houaiss conciso* (2011) a presença de marcas como “galicismo, africanismo e lusitanismo” na obra, pois além do autor não explicar do que se trata, o dicionário só deveria privilegiar o

português contemporâneo do Brasil, deixando de lado tudo o que não faz parte disso. Pesquisamos um verbete de forma aleatória ao longo do dicionário para apresentar como a obra registra as marcas diatópicas:

Figura 12: verbete “vulcanizador”

vulcanizador (vul.ca.ni.za.dor) [ô] **adj.** **1.** Que produz vulcanização. **2.** Diz-se de operário especializado em vulcanização. **sm.** **3.** Operário vulcanizador. **4.** Bras. S. Borracheiro.
* [De vulcanizar + dor.]

Fonte: Verbetes do dicionário da língua Portuguesa Evanildo Bechara (BECHARA, 2011, p. 1144)

Nesse caso, é mais especificamente na acepção de número 4 que o verbete “vulcanizador” recebe as marcas de “Bras.” e “S.”, no sentido de “borracheiro”, registrando que é “brasileirismo” e um regionalismo da região Sul do Brasil, conforme a lista de abreviaturas da obra.

Finalmente, o *dicionário Houaiss conciso* (2011) apesar de tratar dos critérios para a variação diatópica, apresenta uma lista de abreviaturas, mas todos os conteúdos são apresentados juntos, diferente do *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) e do *dicionário da língua Portuguesa Evanildo Bechara* (2011) que, conforme mostramos anteriormente, apresentam listas específicas para os regionalismos, facilitando a consulta. O *dicionário UNESP do português contemporâneo* (2011) foi o único dicionário que não apresentou marca diatópica na lista de abreviaturas.

Ressaltamos, ainda, que marcas que não fazem parte do território brasileiro não deveriam constar nas obras de tipo 4. Por esse motivo, até mesmo a marca de brasileiro é questionada, pois se essas obras priorizam o português do Brasil, não há, portanto, motivos para compará-lo ao português de Portugal.

Citamos, novamente, o questionamento feito por Biderman (2000, p. 44, grifo da autora): “para que classificar como brasileiro geral se a palavra

é usada em todo o Brasil? Só se justificaria se o dicionarista visasse também como consulentes a portugueses (ou europeus que aprendem o português na Europa)”. O que não é o caso, pois vale lembrar que os dicionários de tipo 4 são obras destinadas ao ensino Médio e o Profissionalizante.

Sabemos, ainda, que todas as informações trabalhadas nos dicionários têm a sua relevância, mas, fica evidente que há uma grande heterogeneidade de critérios para o mesmo assunto, além de se tornarem vagos, já que se tratam de obras destinadas ao mesmo público alvo.

Apontamos finais

Inicialmente, é importante retormarmos que nosso objetivo geral foi refletir sobre o tratamento dado à variação diatópica em dicionários escolares monolíngues de língua Portuguesa de tipo 4 por meio de uma análise comparada dos critérios lexicográficos adotados pelos autores dessas obras.

Dessa forma, verificamos que o *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) apresentou critérios específicos para a variação diatópica, um exemplo e uma lista de abreviaturas para essas marcas. Ao longo do critério, não fica claro se serão abordados regionalismos e brasileirismos. Para o autor, regionalismo se trata de estados, regiões e países. A obra aborda todos os estados brasileiros e o DF, além das cinco regiões do Brasil e Leste, Noroeste, Oeste e Sudoeste.

Já o *dicionário Houaiss conciso* (2011), apesar de apresentar critérios para a variação diatópica e uma lista de abreviaturas, traz todos os conteúdos nessa mesma lista, ou seja, não aborda uma lista específica para os regionalismos, diferenciando-se do *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) e do *dicionário da língua Portuguesa Evanildo Bechara* (2011). O *dicionário Houaiss conciso* (2011) cita, ao longo do critério, que tratará dos brasileirismos e não cita os regionalismos, porém, na lista de abreviaturas encontramos marcas de estados e regiões brasileiras, por exemplo. A obra não cita todos os estados e regiões,

pois Paraná e DF não estão na lista. Por outro lado, há a presença da marca “Fernando de Noronha”.

O dicionário *Unesp do Português contemporâneo* (2011) apresenta critérios para a variação diatópica e um exemplo com a marca de “RS”, dando a entender que se trata do estado Rio Grande do Sul, mas não apresenta uma lista de regionalismos. A obra traz uma lista de abreviaturas, entretanto, não consta nada sobre marca diatópica, nem mesmo o “brasileirismo”, sendo o único dicionário que não aborda os regionalismos em um quadro.

Por fim, o dicionário *da língua Portuguesa Evanildo Bechara* (2011) apresenta critérios para a variação diatópica, exemplo e lista de abreviaturas, assemelhando-se ao *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011). Ao longo do critério, a obra não deixa claro se tratará de brasileirismos e regionalismos, mas, em sua lista de regionalismos há a presença de todos os estados brasileiros e o DF.

Em nosso estudo comparado nas quatro obras de tipo 4, ou seja, os quatro dicionários que compõem o nosso *corpus*, questionamos a presença de marcas como “açorianismo, africanismo, anglicismo, angolanismo, cabo-verdianismo, espanholismo, galicismo, guineensismo, hispano-americanismo, lusitanismo, moçambiquismo, norte-americanismo e São Tomé e Príncipe”, porque os autores não informam do que se tratam essas marcas e, de acordo com o primeiro critério de exclusão dos dicionários avaliados no PNLD/2012, esse tipo de marca diatópica não deveria constar nos dicionários de tipo 4.

os dicionários *devem privilegiar o português contemporâneo do Brasil* [...]. Portanto, obras voltadas predominantemente para o léxico de outra variedade da língua portuguesa, ou mesmo escritas em outra variedade, serão excluídas do PNLD Dicionários 2012 (BRASIL, 2012, p. 93, grifos do autor).

De posse dessa informação, questionamos até mesmo a marca de brasileiro que se faz presente nas quatro obras, pois se elas priorizam o

português do Brasil não há motivos para compará-lo ao português de Portugal, uma vez que o público-alvo são alunos do ensino Médio e Profissionalizante.

Para nós, o registro da marca de brasileiro nos mostra um reflexo da colonização que ainda se faz presente em nosso país. A comparação entre variações linguísticas de Brasil e Portugal nos dicionários escolares, ou seja, a inclusão da marca de brasileiro como uma variante da língua Portuguesa, contrastando-se com a variante utilizada em Portugal, nos mostra que a colonização deixou de existir apenas em documentos e ainda se faz presente quando se trata de norma linguística, pois a norma brasileira é vista como uma variação de menos prestígio, tendo Portugal como padrão a ser seguido.

Por fim, consideramos que todas as informações nos dicionários têm a sua relevância, mas, fica evidente que há uma grande heterogeneidade de critérios para o mesmo assunto, além de se tornarem vagos, já que se tratam de obras destinadas ao mesmo público-alvo.

Considerando-se a importância da variação linguística em sala de aula, buscamos saber se esse conteúdo é abordado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que prevê o conteúdo a ser ensinado na Educação Básica Brasileira. Encontramos, no eixo da Análise Linguística/Semiótica, como o documento aborda o ensino da variação linguística:

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado (BRASIL, 2016, p. 81).

Além disso, mais adiante, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aborda dois tópicos para o conteúdo que deve ser abordado sobre o tema. O primeiro deles é “conhecer algumas das variedades linguísticas do português do Brasil e suas diferenças fonológicas, prosódicas, lexicais e sintáticas,

avaliando seus efeitos semânticos” (BRASIL, 2016, p. 83) e, o segundo, “discutir, no fenômeno da variação linguística, variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica” (BRASIL, 2016, p. 83).

Diante do exposto, esperamos que a variação diatópica seja abordada com mais rigor nos próximos materiais escolares a serem elaborados e no nosso cotidiano, pois faz-se necessário o combate ao preconceito linguístico e, além disso, conhecendo novas variações ampliamos nosso conhecimento sobre a cultura do outro.

Referências Bibliográficas

- ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v. 1. 9. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2012. p. 23-50.
- BAGNO, Marcos. Apresentação. In: CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- BARROS, Lídia Almeida. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- BECHARA, Evanildo. **Dicionário da Língua Portuguesa Evanildo Bechara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A ciência da lexicografia. **Alfa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 1-26. 1984.
- _____. Aurélio: sinônimo de dicionário?. **Alfa**, São Paulo, v. 44, p. 27-55, 2000.
- BORBA, Francisco S. **Dicionário Unesp do Português Contemporâneo**. Curitiba: Piá, 2011.

- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós cheguem na escola, e agora?:** sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Com direito à palavra: dicionários em sala de aula** [elaboração Egon Rangel]. – Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: jan. 2020.
- COROA, Maria Luiza. Para que serve um dicionário. In: CARVALHO, Orlene Lúcia de Sabóia; BAGNO, Marcos. **Dicionários escolares: políticas, formas e usos**. São Paulo: Parábola, 2011.
- FAJARDO, Alejandro. Las marcas lexicográficas: concepto y aplicación práctica en la lexicografía española. **Revista de Lexicografía**, v. 3. 1996-1997.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- GARRIGA ESCRIBANO. La microestrutura del diccionario: las informaciones lexicográficas. In: GUERRA, Antonia María Medina (Coord.). **Lexicografía española**. Ariel Linguística, 2003.
- GEIGER, Paulo (org.). **Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.
- HOUAISS, Antônio (org.); VILLAR, Mauro de Salles (ed. resp.). **Dicionário Houaiss Conciso**. São Paulo: Moderna, 2011.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PONTES, Antônio Luciano. **Dicionário para uso escolar: o que é, como se lê.** Fortaleza: EdUECE, 2009.

PORTO DAPENA, José-Álvaro. **Manual de técnica lexicográfica.** Arco/libros, 2002.

WELKER, Herbert Andreas. **Dicionários: Uma pequena introdução à lexicografia.** 2. ed. revista e ampliada. Brasília: Thesaurus, 2004.

Arquivos brasileiros de linguística e filologia

Elementos Genésicos da Língua Portuguesa¹

Júlio Ribeiro

A raça italiana, produto vigoroso da fusão de Ligúrios, Sículos, Ilírios, Etruscos, Úmbrios, Latinos e Sabélios foi sempre dotada de um poder incrível de assimilação. Conquistadora em um país, ela impunha aos vencidos seus costumes, suas leis, sua língua, como aconteceu em Espanha, em Portugal, na Gália: vencida, ela enroscava-se aos vencedores, decompunha-os, absorvia-os, como sucedeu com os Lombardos.

Um dos fatores principais desse poder de assimilação relativamente aos vencidos foi o sistema atrozmente perfeito de colonizar seguido pela política romana. A província conquistada era sem demora guarnecida de legiões que, colocadas na fronteira, isolavam-na completamente de toda a influência externa. No interior constituía-se uma administração enérgica que pouco a pouco ia quebrantando as resistências locais. Língua, religião, costumes, tudo isso se tornava obrigatório para os vencidos - ai de quem recalcitrava! — ou era *suprimido* em segredo, ou era vendido como escravo e substituído por colonos e libertos vindos de Roma.

Violento era o modo, porém profícuo: em menos de um século depois da conquista, Gália Transalpina, Gália Cisalpina, Bética, Tarraconense, Lusitania, tudo era romano, tudo falava Latim, mas que Latim, santo Deus! Em comparação dos períodos arredondados e corretos de Cícero, dos hexâmetros maviosíssimos de Virgílio, era uma cousa bárbara, desconexa, horripilante, de

1 [Nota do editor] Publicado em **Revista do Brasil**. São Paulo: Typographia a Vapor de Carlos Gerke & C., ano I, n. 9, p. 233-237, 1898. Cabe informar que se trata de uma publicação *post-mortem*, visto que Júlio Ribeiro falecera em 1890. O editor, Carlos Gerke, informa que se trata de um texto até então inédito, razão por que sua nova publicação neste número de *Confluência* reveste-se de especial relevância. Promoveu-se a atualização ortográfica e a supressão de erros óbvios.

que só pode dar ideia o português que falam em nossos mercados quitandeiras africanas e embarcações estrangeiros.

Como acontece sempre e em toda a parte a língua das classes cultas de Roma diferia da das classes iletradas: havia o idioma polido dos patrícios, cadente, sonoro, cheio de helenismos, *sermo nobilis*; e havia o falar áspero da plebe, incorreto, incisivo, profundamente nacional, *sermo plebeius*, *sermo rusticus*.

Os soldados, vindos pela maior parte das baixas camadas sociais, exprimiam-se nessa linguagem. Daí a sua denominação de *verbum castrense*.

Diverso era o léxico de ambos os dizeres: o que o patrício ilustrado, por exemplo, chamava *equus*, *hebdoma*, *juvare*, *duplicare*, *pugna*, o plebeu crasso exprimia por *caballus*, *septimana*, *adjutare*, *duplare*, *battalia*.

Esta linguagem popular não se escrevia: nós dela não teríamos notícia se os gramáticos romanos no-la não tivessem revelado, recomendando que se evitassem por triviais e sórdidas muitas de suas expressões. Assim alguns de entre muitos exemplos:

“*Arvoreta* (AULUS GELLIUS, Noct. Attic. XVII, 2) ignobilis verbum est, arbusta celebratius.” *Arboledo* Espanhol, *Arboreto* Italiano, *Arvoreta*, *Arvoreda* Português.

“*Bambalio* (CICERO, Philipp. III,6) quidam qui propter hæsitantiam linguæ stuporemque cordis cognomen ex contumelia traxerit.” *Bambolo* Italiano, *Bambo*, *Bambalear* Português.

“*Batualia* (ADAMANTIUS MARTYRIUS em CASSIODORO), quæ vulgo battalia dicuntur, exercitationes militum vel gladiatorum significant.” *Batalla* Espanhol, *Battaglia* italiano, *Batalha* Português.

“*Castellum parvum* (FLAVIUS VEGETIUS, *De Art. Mil.*) quem burgum vocant.” *Borgo* Italiano, *Burgo* Espanhol e Português, *Bourg* Francês.

“*Illepidum* (Ausonius) rudem libellum, *burras*, quisquilias ineptiasque.” *Borre* Italiano, *Borras* Espanhol e Português, e também *Burla* do diminutivo *burrula*.

“*Mannus* (ISIDORUS HISPALENSIS, XII, 1, 55) quem vulgo *buricum* vocant.» *Bricco* Italiano, *Borrigo* Espanhol, *Burrigo* e *Jerico* Português, *Bourrique* Francês.

“*Nigriores terras* (LACHMANN, p. 332) invenies, si in *campaniis* fuerit, fines rotundos habentes.” *Campagna* Italiano, *Campanha* Espanhol, *Campanha* Português, *Campagne* Francês.

“*Catax dicitur (NONIUS) quem nunc coxonem vocant.*” *Coxo* Espanhol e Português.

“*Ut quiritare (VARRO, De Lingua Latina V, 6, 68) sic jubulare rusticorum.*” *Gridare e giubilare* Italiano, *Gritar e jubilar* Espanhol e Português, *Crier e Jubiler* Francês.

“*Ut in singulis (CICERO, De Univ. c. 7) essent bina medie. Vix enim audeo dicere medietates.*» *Medietá* Italiano, *Mitad* Espanhol, *Metade* Português, *Moitié* Francês.

«*Plancae (FESTUS, p. 230) dicebantur tabulae planae.*” *Prancha* Português, *Planche* Francês.

“*Hirudine (PLINIUS, VIII, 10) quam sanguisugam vulgo caepise appellari adverto.*” *Sanguisuga* Italiano, *Sanguija* Espanhol, *Sanguessuga* Português, *Sangsue* Francês.

“*Surregit et sortus (Festus, p. 297) ponebant antiqui pro surrexit et ejus participio, quasi sit surrectus.*” *Sorto* Italiano, *Surto* Português.

“*Gladios majores (FLAVIUS VEGETIUS, De Art. Milit, II, 15) quos spatha vocant.*” *Spada* Italiano, *Espada* Espanhol e Português, *Epée* Francês.

“*Taurus (FESTUS, p. 352 e 353) vaccas steriles appellari ait Verrius quae non magis pariant quam tauri.*” *Toura* Português.

Esse Latim popular banido, ostracizado pelos gramáticos do tempo, tinha em si o gérmen de vida: perpetuou-se nas sete línguas românicas, vive ainda nos *Cuentos* de Trueba, nas *Prigioni* de Pelico, no *Pot-Bouille* de Zola, no *Primo Basílio* de Eça de Queiroz.²

Trazido à península hispânica pelos soldados de Cneu e de Públio Cipião³, de Pompeu e de César⁴, e aí consolidado pela ocupação permanente

2 [Nota do editor] Referência às obras *Cuentos del hogar*, do espanhol Antonio de Trueba (1819-1889), *Le mie prigioni*, do italiano Silvio Pellico (1789-1854), *Pot-Bouille*, do francês Émile Zola (1840-1902) e *Primo Basílio*, do português Eça de Queiroz (1845-1900).

3 [Nota do editor] Cneu Cornélio Cipião Calvo (?-212aC) e Públio Cornélio Cipião (236aC-183aC), generais romanos que participaram da Segunda Guerra Púnica.

4 [Nota do editor] Cneu Pompeu Magno (106aC-48aC) e Júlio César (100aC-44aC), imperadores romanos que contribuíram para o domínio da Península Ibérica.

que seguiu-se à queda de Numância⁵ e à vitória de Cipião Emiliano, o Latim castrense foi suplantando as línguas celtibéricas resultantes da mistura do Gaélico (Céltico) com o Euscara (Vasconço).

As tropas romanas, como acima ficou dito, compunham-se em sua máxima parte de homens rudes e iletrados; mas faziam também parte delas moços patrícios avezados aos refinamentos da linguagem, às sutilezas da retórica: havia oradores provecos, versados na leitura dos modelos clássicos da Grécia, *beaux esprits* que falavam entre si o idioma polido da *curia* e do *forum*, desdenhando a linguagem rude dos broncos legionários.

As saudades das pátrias palestras literárias levaram-nos a criar núcleos de conversação, a fundar escolas em que se aperfeiçoassem, a transplantar para a província a cultura da mãe pátria.

A mocidade nobre do país achegava-se a eles, imitava-os, e, ouvindo as lições dos mestres trazidos de Roma, discutia e poetava em pouco tempo no idioma majestoso do Lácio.

Porcio Latro⁶, os dous Sênecas⁷, Marcial⁸, Columela⁹, Quintiliano¹⁰, Sílio Itálico¹¹, Balbo Gaditano¹², Trajano Hispalense¹³ nasceram na península, aprenderam em suas escolas.

5 [Nota do editor] Território dominado pelos celtiberos.

6 [Nota do editor] Marcus Porcius Latro (?-4aC), retórico romano.

7 [Nota do editor] Trata-se de Marco Aneu Sêneca (54aC-39), orador e escritor romano, e seu filho Lúcio Aneu Sêneca (4aC-65), filósofo romano.

8 [Nota do editor] Marco Valério Marcial (38-104), escritor romano.

9 [Nota do editor] Alcinha de Lúcio Júnio Moderato (4-65?), escritor e agrônomo romano.

10 [Nota do editor] Marco Fábio Quintiliano (95 - 35), orador e retórico romano.

11 [Nota do editor] Tibério Cácio Ascônio Sílio Itálico (28–103), poeta, senador e cônsul romano.

12 [Nota do editor] Lúcio Cornélio Balbo (?-?), conhecido como Balbo Gaditano por sua origem em Cádiz, político e cônsul romano.

13 [Nota do editor] Trata-se de Marco Úlpio Nerva Trajano (53-117), o hispano, imperador romano entre 98 e 117.

Horácio chama ao Hero, douto, *peritus Iber*¹⁴, e Quinto Metelo Pio¹⁵ não se dedignava de prestar ouvido aos poetas cordoveses, se bem que Cícero os achasse redundantes e estrangeirados “pingue quiddam sonantibus atque peregrinum”.

Exatamente como na Itália, exatamente como na Gália, falou-se| na península ibérica Latim nobre e Latim vulgar; exatamente como na Itália, exatamente como na Gália, a língua da plebe triunfou da língua patrícia.

O Latim popular, evoluindo-se, assumiu na Itália, entre outras, as formas maviosíssimas do dialeto toscano, hoje idioma oficial; deu na Gália a cintilante língua francesa; produziu na península ibérica o falar sonoro e majestoso dos Espanhóis e o dizer austero e variado dos Portugueses. Bem pouco resta das línguas que em concorrência vital, foram vencidas pelo Latim na península.

Do Euscara raros são os derivados que não oferecem dúvida. Pode-se apontar:

<i>Alabea</i>	que deu	<i>Aba</i>
<i>Abarquia</i>	“ “	<i>Abarca</i>
<i>Asserracina</i>	“ “	<i>Serrazina</i>
<i>Balsa</i>	“ “	<i>Balsa e Bouça</i>
<i>Beicecorra</i>	“ “	<i>Bezerro</i>
<i>Bizarra</i>	“ “	<i>Biazarro</i>
<i>Criselua</i>	“ “	<i>Grisol</i>
<i>Emandréa</i>	“ “	<i>Mandrião</i>
<i>Ezquerria</i>	“ “	<i>Esquerdo</i>
<i>Murua</i>	“ “	<i>Morro</i>
<i>Charcoa</i>	“ “	<i>Charco</i>

14 [Nota do editor] *Peritus Iber* é o epíteto com que Quinto Horácio Flaco (65aC-8aC), poeta e filósofo romano, designava o rio Ebro. No texto, por provável erro tipográfico, consta *Hero* em vez de *Ebro*.

15 [Nota do editor] Quinto Cecílio Metelo Pio (128aC-63aC), político romano.

Do Gaélico restam:

Abait, Alauda, Ambactus, Ana, Ango, Arar, Aringa, Aripenis, Bachaudæ, Bardocucullus, Bardus, Baritus, Baro, Beccus, Benna, Betula, Biberriga, Bormanicus, Braccæ, Brace, Briga, Briva, Bulga, Burræ, Camuris, Candetum, Candosoccus, Canthus, Capa, Caracalla, Carpentum, Carrus, Casnar, Cateia, Cecus, Cerevisia, Circius, Clupea, Cocus, Covinus, Crupellarii, Cucullus, Culcitra, Cuniculus, Dercoma, Divona, Druides, Deungus, Dunum, Durius, Dusius, Eglecopala, Emarcum, Eporedica, Erminius, Essedum, Galba, Fansa, Gessatæ, Gessi, Glastrum, Gnatat, Gunia, Gurdus, Guvia, Larix, Leuca, Linnæ, Lugos, Magus, Marga, Marra, Mataris, Mirmillo, Murcus, Pades, Palla, Peninus, Petor, Petoritus, Planarat, Ploxinum, Raphius, Ratis, Rheda, Reno, Sagum, Sapo, Soldurius, Sparus, Saunium, Tameo-brigus, Taramis, Taxea, Toles, Tomentum, Tripetia, Thyreos, Tantamus, Urus, Vargus, Vergobretus, Vertragus, Vettonica, Vindius, Viriatus, Viscus, Volemum, Zythus.

Isto, respingado nos autores latinos de várias idades, acomodado à dicção romana, é o que resta do antigo Gaélico, que bateu e encantou o Euscara na península. Se a esta lista, aliás pouco fecunda em derivados hodiernos, acrescentarmos outra de palavras portuguesas, oriundas provavelmente desse mesmo Gaélico, teremos inventariado tudo o que herdamos dos primitivos invasores.

Eis a segunda lista:

Balaio, Barra, Bater, Brio, Caminho, Cabana, Cambiar, Candial, Caneco, Comba, Drudaria, Gago, Galerno, Gato, Goiva, Lousa, Martelo, Nada, Pote, Touca, Toucinho, Truão, Vassalo, Vereda.

A ação verdadeira dos dialetos célticos na península, bem como na Gália, foi contribuir fortemente para a implantação do Latim: flexionais, arianos, foram esses dialetos que deram o primeiro embate ao falar aglutinante e polissintético dos habitantes anteriores do país, que desbravaram o terreno em que o idioma dos legionários de Roma tinha de afundar raízes para bracejar depois em três vergôntes robustas.

Foi quase insensível a ação do Grego e do Fenício na formação das novas línguas. Uma ou outra palavra grega que existe no fundo popular do português ou do espanhol, *chato*, *tio*, *pajem*, *cara*, por exemplo, foi decerto introduzida nos séculos VI e VII, em que os Bizantinos tiveram relações de comércio e mesmo um certo domínio nas costas do sul da Espanha. *Atum*, mamona, a palavra *barca*, que já se encontra em uma inscrição romana de Tavira, eis tudo a que se reduz o cabedal fênico-púnico das línguas peninsulares.

COLABORADORES DESTE NÚMERO

ADAIR VIEIRA GONÇALVES é professor Associado da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP, campus de Araraquara.

ALINE GOMES GARCIA é licenciada em Letras e mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), onde também desenvolve seu doutorado em Estudos Linguísticos. Tem experiência em pesquisa na área de Linguística Textual, trabalhando particularmente com a vertente brasileira dessa área da Linguística chamada de “Gramática Textual-Interativa”. Sob esse viés, seus interesses de investigação voltam-se para os processos de construção do texto, com destaque para a organização tópica e para a referenciação, além de focalizarem os marcadores discursivos.

ALINY SOUSA MENDES MARGARIDA é professora da Educação Básica da rede municipal de ensino de Marabá-PA (SEMED). Doutora em Ensino de Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

ALUIZA ALVES DE ARAÚJO é graduada em Letras (Português/Literatura) pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (1996), mestrado (2000) e doutorado (2007) em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Associada O da Universidade Estadual do Ceará - UECE.

ANA LARISSA ADORNO MARCIOTTO OLIVEIRA é professora de Sintaxe Funcional, de Semântica e de Pragmática na FALE UFMG e pesquisadora da pós-graduação (Poslin FALE - UFMG). É bolsista produtividade do CNPq

(Nível 2) e membro do GT de Descrição do Português da ANPOLL. É líder do Grupo de Estudos sobre Polidez, Texto e Discurso (GEPTED - CNPq).

ANDERSON XAVIER DA SILVA é mestrando em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e realiza pesquisa em Linguística, com foco em Sociolinguística e Modelos Funcionais Baseados no Uso, com ênfase em aprendizagem da escrita e impactos no conhecimento fonológico. Possui Formação de Professores pelo Instituto de Educação Carlos Pasquale em nível médio (2012); Graduação em Letras, Licenciatura em Português e Espanhol pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2019).

CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA é licenciado e bacharel em Letras Clássicas pela então Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desenvolveu toda sua carreira acadêmica na UFF, chegando à função de Professor Titular de Linguística, disciplina de que foi o primeiro docente nesta instituição, onde veio alcançar, após a sua aposentadoria (2002), o título de Professor Emérito Livre-Docente em Linguística. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras e Chefe do Departamento de Linguística e Filologia. Membro do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF. Sua atuação acadêmica foi centrada na área de Linguística, especialmente na disciplina Linguística Aplicada. Atua, desde 2004, no Curso de Especialização em Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, lecionando a disciplina Linguística e ensino de Português.

CARLOS GARRIDO RODRIGUES é professor titular de Tradução Técnico-Científica (inglês, alemão, galego-português) na Universidade de Vigo (Galiza). Lexicólogo e estudioso da língua especializada e da tradução científica. É autor, entre outras obras, do Dicionário de Zoologia e Sistemática dos Invertebrados: Inglês, Alemão, Espanhol, Português (Edusp, 2019) e da monografia A Tradução do Ensino e Divulgação da Ciência (UVigo, 2016).

CASSIO MURILIO ALVES DE LAVOR é doutorando em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); pós-graduação em

Neurolinguística pelo Centro Universitário FAVENE; Graduação em Letras Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); É professor da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUCE).

GRAÇA RIO-TORTO é professora catedrática (apos.) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, doutorada em Linguística pela mesma instituição, onde sempre exerceu a sua atividade docente e de pesquisa, estando vinculada a diversos programas de Graduação e de Pós-graduação. É membro do Celga-Iltec, centro de pesquisa em Linguística sediado na FLUC, onde coordena um grupo de I&D sobre léxico e formação de palavras em português. Participa como membro ou como coordenadora em diversos projetos internacionais. Tem vários livros publicados, com destaque para a Gramática Derivacional do Português (Coimbra, IUC, 2016) e para Prefixação na língua portuguesa contemporânea (São Paulo, Cortez, 2019). É autora de numerosos artigos publicados em revistas e em livros, orientou várias dezenas de mestrados, de doutoramentos e de pós-doutoramentos, e atua como membro da comissão científica e/ou editorial de várias revistas de circulação internacional. A sua investigação atual privilegia o léxico, a morfologia e a semântica da formação de palavras, em Portugal e no Brasil, bem como a morfossintaxe da língua portuguesa como língua não materna.

HILMA PEREIRA RANAURO é mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é membro do União Brasileira dos Escritores, do Instituto Campograndense de Cultura e da Academia Brasileira de Filologia. É especialista em estudos linguístico-historiográficos com inúmeras publicações nessa área de pesquisa

JANAINA DE OLIVEIRA COSTA MASCARENHAS formou-se em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana, em 2016. Licenciada em Letras Vernáculas pela mesma universidade, em 2013. E em Pedagogia pela Faculdade FAEL, em 2019. Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Universidade Candido Mendes, em 2021. Professora

pela Prefeitura Municipal de Conceição do Jacuípe/BA. Integrante do projeto de pesquisa CEDOHS - Corpus Eletrônicos de Documentos Históricos do Sertão (www.uefs.br/dohs), inicialmente como bolsista colaboradora e, posteriormente, atuei dois anos no mesmo projeto, como bolsista PIBIC/FAPESB na formação de banco de dados eletrônicos (Linguística de Corpus) e, hoje, sou pesquisadora na área de Linguística Histórica (CEDOHS/UEFS).

KHÉZIA CRISTINA DE SOUZA é mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Catalão - UFCat. Graduada em Letras Português/Inglês pela Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística (UAELL) da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (UFG/RC). Foi bolsista CNPq do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) nos anos de 2015-2016 e 2016-2017, 2019-2020.

LEILIANE AQUINO NORONHA é graduada em Letras/Português pela Universidade Estadual do Ceará - (UECE/FAFIDAM) e mestrado em Ensino pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido - (POSENSINO/UFERSA). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (POSILA/UECE). Integrante dos grupos de pesquisa Discurso, Identidade e Letramento Acadêmicos (DILETA/UECE), Oralidade, Letramentos e Ensino (ORALE/UFERSA) e Linguagens e Internet (GLINET/UFERSA).

LUCAS WILLIAN OLIVEIRA MARCIANO é mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (Poslin) da Faculdade de Letras da UFMG. Atualmente é doutorando em Estudos Linguísticos pelo mesmo programa. Atua como professor da rede municipal de ensino em Belo Horizonte.

MARCELI CHERCHIGLIA AQUINO é professora adjunta do departamento de Língua e Literatura Alemã da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência em: Linguística, com foco em pragmática e estudos interculturais; Ensino e Aprendizagem de Alemão e Português como Língua Adicional; Análise e produção de materiais didáticos para ensino de línguas; Abordagens cognitivas em Estudos da Tradução.

MARCELO ALEXANDRE SILVA LOPES DE MELO é professor adjunto do Departamento de Linguística e Filologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui graduação em Direito (2000) e Letras - Português/ Inglês (2010) pela UFRJ, mestrado (2012) e doutorado (2017) em Linguística pela UFRJ. É membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (UFRJ), membro do GT de Sociolinguística da ANPOLL e do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL/UFRJ). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, atuando principalmente na pesquisa dos seguintes temas: variação e mudança linguística, percepção da variação socialmente indexada e aquisição da escrita, em especial por grupos de indivíduos periféricos.

MARIA AURILENE PINTO SAMPAIO HOLANDA é graduada em Letras/ Português pela Universidade Federal do Ceará-UFC (2014). Especialista em Docência do Ensino Superior-SENAC (2016). Especialista em Ensino de Língua Portuguesa- UECE (2018). Mestra em Linguística Aplicada - POSLA/UECE (2019). Professora efetiva da SEDUC-CE. Membro do Grupo de Pesquisa Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará-PRAETECE. Doutoranda em Linguística Aplicada – POSLA.

MARIANA FAGUNDES DE OLIVEIRA LACERDA é doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2009, com estágio de doutoramento no Centro Linguístico da Universidade de Lisboa (CLUL/CAPES). Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 2019. Na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde é Professora Titular, coordena o Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP) e o projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS/FAPESB) e é coeditora da revista A Cor das Letras. Membro do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR/UFBA) e da Comissão Científica Internacional do Projeto Pombalia – Pombal Global.

MARIA DO CARMO HENRÍQUEZ SALIDO é doutora em Filologia Românica pela Universidade de Santiago de Compostela (1971). Professora Catedrática de Língua Espanhola da Universidade de Vigo. Tem publicado mais de 150 estudos (livros, artigos em revistas indexadas, capítulos de livros e volumes coletivos) sobre Lingüística e Filologia Espanhola e Galego-Portuguesa. Nas últimas décadas desenvolve pesquisa sobre o latim na jurisprudência do Tribunal Supremo. Membro da Comissão Científica Externa de Acompanhamento (Advisor) da UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal).

NADJA PAULINO PESSOA PRATA cumpriu estágio de pós-doutorado na Universidad de Sevilla (US), na Espanha, sob supervisão da Profa. Catedrática Catalina Fuentes Rodríguez (2020-2021). Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC) (2011). Mestre em Linguística pela UFC (2007). Atua também no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC (PPGLIN/UFC), na linha de Descrição e Análise Linguística, numa perspectiva funcionalista, com ênfase nas línguas portuguesa e espanhola. É uma das líderes do Grupo de Estudos em Funcionalismo (GEF/UFC). Principais temas de interesse: Funcionalismo; Gramática Discursivo- Funcional; Linguística Pragmática; Modalidade (deôntica, volitiva, facultativa e epistêmica); Evidencialidade; Construção discursiva; Português; Espanhol.

REGINALDO NASCIMENTO NETO é doutor em linguística pela Universidade Federal do Tocantins. É professor do curso de pós-graduação das Faculdades INTA-CE. É autor de dois compêndios didáticos para o ensino de inglês e produção textual. Com experiência na área de Letras, dedica-se à pesquisa sobre a origem da escrita e dos mecanismos interpretativos da inferência comunicativa. Atualmente é professor do Ensino Tecnológico do Instituto Federal do Maranhão. Estudou na University of Florida - USA - como bolsista do programa PDPI da Fundação Fullbright e Consulado dos Estados Unidos em parceria com a CAPES.

RENATA PEREIRA VIDAL é doutoranda em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestrado em Linguística, na UFC (2021). Graduada em Letras-Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Graduação em Letras-Espanhol pela UFC (2017). Coursou Mobilidade Acadêmica no curso de Filologia Hispânica, na Universidad de Granada (UGR), na Espanha, em 2015. Atuou como professora de Espanhol no Ensino Médio, em instituição pública. Em cursos de idioma, foi professora bolsista do Núcleo de Línguas Estrangeiras (UECE), da Casa de Cultura Hispânica (UFC) e do Programa de Idiomas sem Fronteiras (IsF). Membro do Grupo de Estudos em Funcionalismo (GEF/ UFC). Temas de interesse: Funcionalismo, Gramática Discursivo-Funcional (GDF) e Evidencialidade.

SELMA MARIA ABDALLA DIAS BARBOSA é professora adjunta da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Doutora em estudos Linguísticos, docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLIT) e coordenadora do PROFLETRAS (Mestrado Profissional). Atua na área de Linguística Aplicada, com ênfase em Formação de professores de línguas. Grupo de pesquisa: Identidade(s), Crenças e Emoções na Formação Inicial de Professores de Língua Inglesa numa Comunidade de Prática-CdP.

SHEILA DE CARVALHO PEREIRA GONÇALVES é doutora em Análise Linguística pela Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho-UNESP. Professora Adjunta do Departamento de Letras e do Mestrado em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Catalão - UFCat.

TÂNIA FERREIRA é investigadora doutorada, membro integrado e membro do Conselho Científico do Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA-ILTEC) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC). É doutorada em Linguística do Português: Investigação e Ensino pela Universidade de Coimbra com a tese Aquisição/aprendizagem do sistema de atribuição de género nominal em PLN. Tem especial interesse pela investigação na área da Linguística Aplicada ao Ensino

do português como língua não materna, colaborando em Projetos de investigação desenvolvidos na linha temática Português em Contacto do CELGA-ILTEC. Últimos trabalhos publicados: A morfologia dos desvios de género gramatical em PLNM (2021, Brasil); A aquisição tardia do género gramatical por aprendentes de língua materna espanhola e chinesa (2020, Macau); Ensinar PLE na China continental: desafios e oportunidades (2020, Macau).

TAMIRES KAHIL é mestranda em linguística alemã pela Universidade de São Paulo (USP), onde também concluiu sua graduação em Letras com habilitação em Português e Alemão. Atualmente desenvolve pesquisas nas áreas de palavras modais em língua portuguesa e análise contrastiva com o alemão.

ZENAIDE DE OLIVEIRA NOVAIS CARNEIRO é doutora em Linguística (2005) e Pós-Doutora em Linguística de Corpus (2010) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é Professora Plena da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde coordena o projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS/FAPESB). Integra a equipe de pesquisadores do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR/UFBA) e a Comissão Científica Internacional do Projeto Pombalia – Pombal Global.

